SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 13 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVIII | Nº 3896

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO ADITIVO 0 CONTRATO DE RATEIO Nº 11/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO PARA REPASSE DE RECURSOS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2026, QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ-CIS/SERIDÓ E O MUNICÍPIO DE EQUADOR/RN.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ-CIS/SERIDÓ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 12.397.803/0001-00, com sede na Rodovia BR-226, S/N, Paizinho Maria, CEP 59.380-000, Currais Novos-RN, neste ato representado por seu Presidente, FERNANDO ANTONIO BEZERRA, brasileiro, Prefeito do Município de Acari, inscrito no CPF sob o n° ***.179.234-**, doravante denominado **CONSÓRCIO** e, do outro lado, o **MUNICÍPIO DE EQUADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.225/0001-14, com sede administrativa na Rua José Marcelino de Oliveira, 100, Centro, CEP 59.355-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Cletson Rivaldo de Oliveira, portador do CPF/MF sob o n.º ***.148.724-**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 11.107/05, no Decreto Federal nº 6.017/07, no Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Seridó-CIS/SERIDÓ e na Lei Municipal Nº 602, de 06 de maio de 2013, e pelas demais legislações pertinentes, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 11/2026, mediante cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. Fica aditivado em R$ 173.111,00 (cento e setenta e três mil e cento e onze reais) o valor constante no item 1 da CLÁUSULA PRIMEIRA do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº 11/2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

Item	Descrição	Valor anual
1	Repasse para adimplemento dos serviços especializados em saúde	R$ 293.111,00

1.2. Recursos proveniente da Proposta nº 36000699919202500, oriunda de Emenda Parlamentar, destinada a realização de exames de cardiologia, ginecologia, oncologia e ortopedia.
2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente Termo aditivo.
3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO
3.1. Fica o CONSÓRCIO incumbido de providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, de acordo com o prescrito na Lei Federal nº 14.133/2021.
E assim, por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinaram o presente contrato na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Currais Novos/RN, em 09 de outubro de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ
CNPJ Nº 12.397.803/0001-00

MUNICÍPIO DE EQUADOR
CNPJ Nº 08.086.225/0001-14

Testemunhas:

Nome: Thiago Alves da Nobrega
CPF: ***.398.034-**
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Equador/RN

Nome: Verônica Juliana Garcia Geraldo
CPF: ***.516.284-**
Secretária Executiva do CIS SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:B73DD32B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR – CIMOP
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025
ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência ao Contrato Administrativo de Pessoal por Tempo Determinado nº 001/2025 – CIMOP.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR – CIMOP (CNPJ nº 15.185.079/0001-40).
CONTRATADO: CARLOS CLESER OLIVEIRA FREITAS (CPF nº 957.737.543-04).
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2025 por igual período (12 meses).
CARGO/FUNÇÃO: Médico Veterinário – Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
NOVO PERÍODO DE VIGÊNCIA: De 01 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento de despesa 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: § 15, alínea "g", da Cláusula Décima Sétima do Protocolo de Intenções do CIMOP; Inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; e Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025.
DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Silva
Código Identificador:65E7A155

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0018/2025

PROCESSO: 336/2025.

MODALIDADE: Inexigibilidade.

INSTRUMENTO: Contrato nº 0018/2025.

PARTES: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN E A DNA CENTER LTDA.

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, item g, onde LÊ-SE:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"
LEIA-SE:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Requisições Médicas e Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS: Permanecem inauteradas as demais cláusulas do referido Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136 da Lei n.º 14.133/2021.

Natal (RN), 29/12/2025.

Contratante
COPIRN
CNPJ/MF 12.120.272/0001-04
ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente

Contratada
DNA Center LTDA
CNPJ/MF 03.787.962/0001-20
ROBERTO CHAVES DE VASCONCELOS
Representante Legal

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:55D36C33

DIRETORIA
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0030/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE - COPIRN

PROCESSO: 341/2025.

MODALIDADE: Inexigibilidade.

INSTRUMENTO: Contrato nº 0030/2025.

PARTES: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN E A LUCIANO A LOPES & CIA LTDA.

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, item g, onde LÊ-SE:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"
LEIA-SE:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Requisições Médicas e Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS: Permanecem inauteradas as demais cláusulas do referido Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136 da Lei n.º 14.133/2021.

Natal (RN), 29/12/2025.

Contratante
COPIRN
CNPJ/MF 12.120.272/0001-04
ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente

Contratada
Luciano A Lopes &CIA LTDA
CNPJ/MF 16.726.637/0001-08
FRANCISCA MARTINS SOBRINHA LOPES
Representante Legal

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:D7BA7532

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 657/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) DA CANTORA "CREUSA SANTOS & BANDA", POR MEIO DA EMPRESA 51.248.432 CREUSA DOS SANTOS-ME, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DO EVENTO "5º PEDAL E CORRIDA ROSA", NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: 51.248.432 CREUSA DOS SANTOS-ME, CNPJ Nº 51.248.432/0001-57, COM SEDE NA **RUA ANA FERNANDEZ, Nº 63, CENTRO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000**.

VALOR: R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

VIGÊNCIA:DA ASSINATURA DO CONTRATO A 07 DE DEZEMBRO DE 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; 04.122.0004.2008.0000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 74, II DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 08 DE OUTUBRO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:CC105779

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 032/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE ACARI/RN

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 032/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CNPJ Nº 08.097.008/0001-20.

CONTRATADO LM2 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 51.865.005/0001-18, SEDIADA NA RUA JORÁCIO MAMEDE GALVÃO, Nº 300, BAIRRO LUIZ GONZAGA, ACARI/RN
OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DA PRAÇA THAZIA LUANA DE ARAÚJO DE ACARI/RN, NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
VALOR E PERCENTUAL DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: R$ 51.159,42 (CINQUENTA E UM MIL, CENTO E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 36,60% (TRINTA E SEIS VÍRGULA SEIS POR CENTO), PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO PARA R$ 190.941,63 (CENTO E NOVENTA MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.451.0010.1020 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, QUIOSQUES E CANTEIROS; ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES; FONTES DE RECURSOS:500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; 700 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO; 701 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS; 706 – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO.
VIGÊNCIA: PRORROGADA ATÉ 31/10/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 124, I, "A" E "B", E ART. 125 C/C 111 DA LEI Nº 14.133/2021

ACARI/RN, 08 DE OUTUBRO DE 2026.

MATHEUS ALVES GOMES OTHON -
Secretário de Infraestrutura do Município de Acari/RN – Contratante

RAUL VICTOR DANTAS E SILVA -
Sócio Administrador - Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:1351064B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2026 – PMA – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, DIOGO BEZERRA DUARTE, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Acari, nomeado por meio da Portaria nº 32, de 26 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 09 de outubro de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:2936C231

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°. 28/2026.

A Prefeitura Municipal de Apodi RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público o resultado de Pregão Eletrônico - Nº. 28/2026, CUJO OBJETO RIGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS DE “A” a “Z”, abrangendo as categorias de éticos/referência, constantes na lista oficial da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA), vigente à época de cada aquisição para cumprimentos de Mandados Judiciais e demandas de pacientes em uso contínuo dessas medicações. assistidos pela Rede Municipal de Saúde do Município de Apodi/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos. Que teve como vencedora a empresa: NOVAFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 11.124.959/0001-55 - Endereço: R MANOEL NOGUEIRA - CEP: 59700000 - UF: RN - Município: Apodi - Telefone: (84) 3333-3334, vencedora do item 01, com o valor global de R$ 623.212,80

Valor global da licitação R$ 623.212,80.

Apodi/RN, 09 de outubro de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro
Portaria 1075/2026

Publicado por:
Sonaly Cinthya de Lima Souza
Código Identificador:239240FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES REMANESCENTES DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° **02034.002159/2026** - PREGÃO ELETRÔNICO – PARA REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, destinados atender as necessidades das secretarias do Município de Apodi/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos. A Prefeitura Municipal de Apodi do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 08.349.011/0001-93. A autoridade competente, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que, **FICAM CONVOCADO(s)** A(s) LICITANTE(s): **OFERTECH COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA – CNPJ: 41.512.826/0001-17,** a subsequente na classificação dos **item(n)(s) nºs 001, 003 e 004; CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA – CNPJ: 39.581.101/0001-39,** a subsequente na classificação dos **item(n)(s) nºs 002;**
Para anexarem suas Propostas readequadas e as atualizações das documentões para as devidas habilitações no Portal de Compras publicas**. CONSIDERANDO, QUE A DESISTENTE DOS ITENS ACIMA DESTE PREGÃO: K J DE M ANDRADE LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 49.385.374/0001-61** não ter atendido as condições de serviços na forma oficializada pelo Setor de Compras referente aos itens acima mencionados e vencedores da ata de registro de preço do **Edital 020/2026** nos prazos permitidos em lei. **FICAM PORTANTO, AS REMANESCENTES CONVOCADAS, QUE ANEXE ATE O DIA 15 DE OUTUBRO DE 2026. Horário: até às 11:00,** NO **PORTAL ELETRONICO DE COMPRAS PUBLICA** - www.portaldecompraspublicas.com.br, NO QUAL SERA ANALISADA A ACEITABILIDADE DE SUA PROPOSTA PARA POSTERIOR HABILITACAO E ADJUDICAÇÃO TUDO NA FORMA DA LEI. As demais convocações, serão tramitadas por vias eletrônicas do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Apodi-RN, 09 de outubro de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro - Portaria 1075/2026

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:39F25DF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2026 - PROCESSO Nº 144563/2026

O Município de Arez/RN, através de seu Agente de Contratação, legalmente designado, torna público a quem interessar que a licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 003/2026, tendo como objeto a **Contratação de empresa para execução dos Serviços de Reforma do Pórtico e Construção do Letreiro na entrada de Arez/RN (Saldo Remanescente), zona urbana do Município de Arez/RN,** foi considerada **FRACASSADA**, face a inabilitação das licitantes participantes do referido processo.

Arez/RN, 08 de outubro de 2026.

GILMAR FAUSTINO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:2D902B3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICACÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - PROCESSO Nº 144.564/2026

O **Prefeito Constitucional de Arez/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e transcorridos os direitos e os prazos para interposição de recursos administrativos, como preceituam as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento emitido pelo Setor de Licitações/Agente de Contratação, **ADJUDICO** o processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 004/2026, que objetiva a **Contratação de empresa para execução dos Serviços de Reforma do Ginásio Mário Lins (saldo remanescente), zona urbana do Município de Arez/RN,** tendo como proponente vencedor a **licitante G2 CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **43.082.789/0001-80,** com o valor total de **R$ 202.017,66** (duzentos e dois mil, dezessete reais, sessenta e seis centavos), vencedora desse certame, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, , tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa.

Arez/RN, 09 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:FF559172

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - PROCESSO Nº 144.564/2026

O **Prefeito Constitucional de Arez/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, de acordo com os atos praticados pelo Agente de Contratação/Setor de Licitações, consubstanciado no que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, torno público para conhecimento dos interessados, após a análise das propostas e documentação de habilitação, que trata o processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica sob o nº 004/2026, que objetiva a **Contratação de empresa para execução dos Serviços de Reforma do Ginásio Mário Lins (saldo remanescente), zona urbana do Município de Arez/RN,** tendo como proponente vencedor a **licitante G2 CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **43.082.789/0001-80**. Constata-se que foi em toda sua tramitação atendida à legislação pertinente.

Desse modo, satisfazendo à Lei e ao Mérito, **HOMOLOGO** o processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica sob o nº 004/2026, à proponente **G2 CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **43.082.789/0001-80**, com o valor total de **R$ 202.017,66** (duzentos e dois mil, dezessete reais, sessenta e seis centavos), por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Notifico e convoco a empresa supracitada, vencedora do certame, para no prazo de **cinco dias** úteis assinar o Termo Contratual, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Arez/RN, 09 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:B8D4E467

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 144302/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

ASSUNTO: Registro de Preços para a Aquisição de fardamentos, itens de identificação funcional e proteção individual para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Arez/RN.
O Prefeito Constitucional de Arez/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, tendo em vista a realização do Processo 144302/2026, modalidade **Pregão Eletrônico nº 20/2026, HOMOLOGA** a licitação, autorizando o **Registro de Preços para a Aquisição de fardamentos, itens de identificação funcional e proteção individual para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Arez/RN**. Ficam a(s) empresa(s) vencedora(s) abaixo convocada(s) a comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Arez/RN para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste documento.
COMERCIAL APOLO LTDA EPP - CNPJ: 02.440.676/0001-21, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 7, 9, 10; totalizando o valor de **R$ 19.690,00 (dezenove mil, seiscentos e noventa reais)**.
DANDARA SPORT LTDA - CNPJ: 51.543.641/0001-23, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 11; totalizando o valor de **R$ 10.995,00 (dez mil, novecentos e noventa e cinco reais)**.
Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA - CNPJ: 46.027.640/0001-96, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 4, 5, 6, 8; totalizando o valor de **R$ 85.570,00 (oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta reais)**.
ACE SPORTS LTDA - CNPJ: 29.001.388/0001-27, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3; totalizando o valor de **R$ 14.730,00 (quatorze mil, setecentos e trinta reais)**.

Arez/RN, 09 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:365896F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 358/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a conversão, em pecúnia, de licença prêmio, estabelece normas para regulamentar e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº. 026/2021 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
CONSIDERANDO a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o agente público tem direito ao recebimento de indenização pelas licenças prêmio não gozadas, pela discricionariedade da Administração;
CONSIDERANDO as disposições das alíneas e incisos do Arts. 48, 48-A e 48-B, da Lei Complementar nº 487/2010;
DECRETA:
Art. 1º. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício, os professores do quadro da Secretaria Municipal de Educação fazem jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade.
§1° - Para fins do disposto neste Decreto, cada mês de licença corresponderá a 30 (trinta) dias, perfazendo um saldo total de 90 (noventa) dias para cada quinquênio reconhecido.
§2° - Interrompe a formação do interstício de concessão de licença-prêmio:
I – a suspensão em virtude de pena disciplinar;
II – falta ao serviço, injustificadamente, por mais de 5 (cinco) dias consecutivos ou não;
III - os afastamentos para gozo de licença:
a) Para tratamento de saúde, por prazo superior a 90 (noventa) dias, consecutivos ou não;
b) Por motivo de doença em pessoa da família, por 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não;
c) Para trato de interesse particular, por qualquer prazo;
d) Por motivo de afastamento do cônjuge, quando funcionário ou militar, por mais de 90 (noventa) dias, consecutivos ou não.
Art. 2°. A concessão da licença-prêmio, seja para fins de gozo ou de conversão em pecúnia, deverá ser realizado mediante requerimento formal, com indicação do período de fruição, bem como o quinquênio a que se refere, devendo ser certificado pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio do setor de Recursos Humanos, mediante parecer técnico, observados os requisitos de concessão previstos neste Decreto.
Art. 3°. Será admitida a conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio (férias-prêmio) não usufruídos pelos servidores efetivos do quadro do Município, nas seguintes hipóteses:
I – Falecimento, em favor de seus beneficiários;
II – Ao servidor ativo, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira por parte do Município e desde que o servidor não tenha gozado ou esteja gozando licença prêmio (férias-prêmio) no ano em exercício;
III – O servidor ativo detentor de mais de um vínculo com o Município poderá requerer a conversão da licença de apenas um cargo por período, observada a ordem de aquisição do direito à licença-prêmio (férias-prêmio);
IV – O servidor que não estiver afastado, em gozo de licença para tratamento de saúde, recebendo benefícios do INSS.
V – Exame de conveniência e oportunidade pelo administrador no ato da conversão, vinculado à existência de disponibilidade orçamentário financeira do Município.
Art. 4º. A conversão da licença-prêmio em pecúnia poderá ser concedida de forma proporcional ao tempo de efetivo exercício, observadas as seguintes condições:
I - O(a) professor(a) que comprovar o cumprimento de, no mínimo, metade do período de efetivo exercício exigido para aquisição da licença-prêmio fará *jus* à conversão proporcional da licença em pecúnia;
II - Nesses casos, o valor da pecúnia será parcelado em 50% do montante total que seria devido caso o servidor tivesse cumprido integralmente o período aquisitivo.
Art. 5º. A conversão deverá ser requerida pelo interessado em tempo hábil, e, se deferida, incidirá sobre o período de licença-prêmio (férias-prêmio) adquirido há mais tempo, cabendo ao Setor de Recursos Humanos da Administração proceder à atualização dos registros individuais.
Art. 6º. Os pedidos deferidos serão inseridos num cronograma de pagamentos nos meses subsequentes, de acordo com a disponibilidade orçamentário financeira do Município, de modo a atender o maior número de interessados simultaneamente, podendo a indenização individual ser paga de forma integral ou parcelada.
Art. 7º. O pagamento das licenças-prêmio (férias-prêmio) convertidas em pecúnia terá como base de cálculo a remuneração do mês do pagamento do cargo do servidor, excluídas verbas indenizatórias, gratificações e não se submeterá a exação tributária ou previdenciária.
Art. 8º. O disposto neste regulamento aplica-se aos pedidos formalizados tempestivamente, que preencham os requisitos legais estabelecidos na Lei Complementar nº 487/2010 e neste Decreto.
Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 25 de agosto de 2026.

Gabinete da Prefeita do Município de Baía Formosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, aos 29 dias do mês de setembro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita do Município de Baía Formosa/RN

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:D2448019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0168/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Nova Cruz/RN, para acompanhamento de usuário ao **Centro de Atenção Psicossocial - CAPS,** no dia 09 de outubro de 2026.
1. PEDRO BENTO DA SILVA FILHO – Motorista, Matrícula 00175, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 08 de outubro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:21E5EA4B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0169/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à Parnamirim/RN, como responsáveis pelo stand do município na Festa do Boi, no dia 09 de outubro de 2026.
1. KÁTIA ANDRADE DA SILVA – Agente Administrativo, Matrícula 00161, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
2. CLEIDE ALEXANDRE DA SILVA – Auxiliar Administrativo, Matrícula 0033, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 09 de outubro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:92B9932E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE EDITAL - PE 019/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO e-PAD Nº 91551-2026
O Município de Barcelona/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 019/2026**, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como objeto o**OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA**.
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP), EM TODOS OS ITENS, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as demais disposições legais aplicáveis.
O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e licitafacil.tce.rn.gov.br, bem como na sede da Prefeitura Municipal de Barcelona/RN, no horário das 08h00min às 12h00min.
As propostas comerciais serão recebidas a partir das **08h00min do dia 13/10/2026 até as 12h59min do dia 23/10/2026**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, onde os interessados poderão cadastrar ou substituir suas propostas no sistema.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 13H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).
Barcelona/RN, 09 de outubro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:197FF82D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 499, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 499, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

"Denomina vias públicas transversais à Rua Severino Dias, localizadas no Loteamento Nova Boa Saúde, neste Município, e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE**, Estado do Rio Grande do Norte, aprova:

Art. 1º Ficam formalmente denominadas as vias públicas localizadas no Loteamento Nova Boa Saúde, perímetro urbano deste Município, transversais à Rua Severino Dias, no loteamento Nova Boa Saúde/RN, conforme croqui de localização constante no Anexo I desta Lei, que passam a vigorar com as seguintes nomenclaturas:

• **I –** A atual Rua Projetada 01 passa a denominar-se: **Rua Prof. Ferreira – (Vereador Francisco Ferreira dos Santos)**;
• **II –** A atual Rua Projetada 02 passa a denominar-se: **Rua Vereador Netinho de Souza – (Vereador Manoel Joaquim de Souza)**;
• **III –** A atual Rua Projetada 03 passa a denominar-se: **Rua Vereador Pedro Birico – (Pedro Francisco dos Santos)**;
• **IV –** A atual Rua Projetada 04 passa a denominar-se: **Rua Vereador Seu Badú – (Manoel Silvestre da Rocha)**;
• **V –** A atual Rua Projetada 05 passa a denominar-se: **Rua Vereador Zé Pequeno – (José Júlio Filho)**;
• **VI –** A atual Rua Projetada 06 passa a denominar-se: **Rua Armando Augusto de Lima (Armando Augusto de Lima)**;
• **VII –** A atual Travessa 01 passa a denominar-se: **Travessa Vereador Bidel – (Manoel de Oliveira)**.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a colocação de placas indicativas nos referidos logradouros, bem como a comunicação do teor desta Lei à Concessionária de Energia Elétrica, Companhia de Água e Saneamento, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 07 de outubro de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:19CF8EF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 126/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 126/2026-SMAP/PMBS
Boa Saúde RN,09 de outubro de 2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAUDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 001/97, com fundamento no artigo nº 88, inciso I, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Boa Saúde/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora: **MARIA DA CONCEIÇÃO DE CARVALHO ASSUNÇÃO MAXIMINO,** matrícula nº **122899-4**, ocupante do cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença Médica**, com vigência a partir de **05 de setembro de 2026 a 26 de outubro de 2026**, em conformidade com o Laudo Médico da Junta Médica Oficial dos Municípios.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05 de setembro de 2026.

Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária de Administração e Planejamento
Matrícula: 123045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:DE7C55AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 161, 07 DE OUTUBRO DE 2026-
***REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**

***Republicada por incorreção**
Onde se lê: 07 de junho de 2026 a 07 de dezembro de 2026.
Leia-se: 07 de junho de 2026 a 07 de setembro de 2026.

Portaria nº 161, 07 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **ARLINDO RIBEIRO DA SILVA** matrícula nº **120025-9**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **GARI**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Público, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **07 de junho de 2026 a 07 de setembro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,07 de outubro de 2026.
-
-
JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilia Francisca de Oliveira Costa
Código Identificador:6C797E51

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº163, 09 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria nº163, 09 de outubro de 2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **ARLINDO RIBEIRO DA SILVA**, matrícula nº **120025-9**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **GARI**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Público, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **08 de setembro de 2026 a 08 de dezembro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08 de setembro 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 09 de outubro de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilia Francisca de Oliveira Costa
Código Identificador:441CA7B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NA COMUNIDADE JATUARANA NO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN

CONTRATADO: ENGENHARIA QUALITY LTDA (CNPJ nº 30.399.726/0001-00), com sede na R Andre Corsino Da Silva, Número 1495, CEP 59.400-000, Alto De São Miguel, São Tome/RN

VALOR GLOBAL: 492.000,00 (quatrocentos e noventa e dois mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: *Lei 14.133/2021, Art. 28, II*

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06 (seis) meses

Bodó/RN, 05 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Bodó/RN
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:D398AB5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
2º EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 069/2025

PROCESSO Nº 2.462/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
Contratado: PELICANO, COMERCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 06.089.757/0001-80.

Objeto: Acréscimo de valor contratual no montante de R$274.415,45 (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a 5,69% do valor inicial do contrato, destinado à readequação da implantação da creche às condições topográficas do terreno, com inclusão dos serviços e quantitativos adicionais previstos na justificativa técnica.

Custeio: Os acréscimos serão custeados integralmente com recursos próprios do Município de Bom Jesus/RN.

Bom Jesus/RN, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:9FD76ED6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº004/2026

ATA DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº004/2026

ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PARA CREDENCIAMENTO

Aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2026, às 09h:00min , na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brejinho/RN, reuniram-se o(a) Agente de Contratação e os membros da equipe de apoio, devidamente designados pela Portaria nº 020/2025, para realização da sessão de análise e julgamento da documentação apresentada para o Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para prestação de serviços de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, a nível ambulatorial, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 004/2026 e seus anexos.
Iniciada a sessão, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela empresa ALVES BRITO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 49.774.002/0001-27, verificando-se os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, bem como os demais documentos exigidos pelo edital.
Após análise detalhada da documentação apresentada, constatou-se que a empresa atendeu às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, encontrando-se regular quanto aos requisitos necessários para o credenciamento.
A empresa apresentou documentação para prestação dos seguintes serviços:
03.09.07.001-5 – Tratamento Esclerosante Não Estético de Varizes dos Membros Inferiores (Unilateral);
03.09.07.002-3 – Tratamento Esclerosante Não Estético de Varizes dos Membros Inferiores (Bilateral).
Diante da análise realizada, oAgente de Contratação JULGA HABILITADA E CREDENCIADA a empresa ALVES BRITO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA., CNPJ nº 49.774.002/0001-27, para prestação dos serviços objeto do presente credenciamento, observados os quantitativos, valores, condições de execução e demais disposições estabelecidas no edital e seus anexos.
Fica consignado que a empresa deverá manter, durante todo o período de execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, sujeitando-se às normas e obrigações previstas no instrumento convocatório e no respectivo termo de credenciamento/contrato.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada pelo(a) Agente de Contratação e pelos demais membros presentes, para que produza seus efeitos legais.

Brejinho/RN, 08 de setembro de 2026.

HELTON LUIZ DA SILVA DIAS
Agente de Contratação

MARIA DAS DORES DO N. FERREIRA
Equipe de Apoio

ANIELLE CARLA FELINTO DA CRUZ
Equipe de Apoio

GLEICY DA SILVA PESSOA GONÇALVES
Secretária Municipal de Saúde de Brejinho/RN

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:1C52D048

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 040/2026

PROCESSO DE DISPENSA N° 022/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: V M DE M CARNEIRO, inscrito no **CNPJ: 32.489.493/0001-61,** com endereço na Rua Teófilo Brandão, 151, Areia Preta, Natal/RN, 59014-130.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO EXECUÇÃO PROJETO QUALIFICA CIDADÃO: CURSOS DE GERAÇÃO DE RENDAS.

VALOR ESTIMADO: R$ 64.950,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 293/2025, observadas as prioridades

fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa jurídica.

ASSINATURAS em 07/10/2026 com validade até 31/12/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

V M DE M CARNEIRO
CNPJ: 32.489.493/0001-61
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 07 de outubro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:46CFA54C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 044/2026

Ref. Processo Administrativo MC/RN nº 2026.05.20.0062

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 044/2026

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do Pregoeiro da Comissão Permanente de Contratação, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal nº 187/2026, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Licitatório MC/RN 2026.05.20.0062, na** modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 017/2026**, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO,** visando atender as necessidades das Secretarias Municipais. Edital disponível no Endereço: Av. Coronel Martiniano, 993, Centro – Caicó/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 13/10/2026 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 23/10/2026 às 08h01. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Caicó/ RN, 09 de outubro de 2026.

TIAGO DOUGLAS CAVALCANTE CARNEIRO
Pregoeiro Substituto/ Agente de Contratação

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:B585DDEC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 061/2026

TERMO AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.10.07.0025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 74, inc. II da Lei nº 14.133/2021, CONSIDERANDO ainda que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, inc. VIII, da Nova Lei de Licitações, **AUTORIZO, RATIFICO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: Contratação do show musical do cantor Vinícius Celestino, para apresentação artística durante a Feirinha do Padroeiro do Distrito de Laginhas – São Francisco de Assis.

Favorecido: VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO, inscrita no CNPJ: 48.253.855/0001-50, sediada na Faz. Seridó, nº 16, Zona Rural, São José do Seridó/RN, CEP: 59.300-00, tendo como seu representante legal, VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO.

Valor Total: R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Fundamento Legal: Art. 74, inc. II da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa anexa nos autos do processo de **Inexigibilidade de licitação nº 061/2026**.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Caicó/RN, 09 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:FEC1A46F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1553/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1553/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	08:25 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Adriana de Araújo Lopes, do HETFF, para o Hospital Regional Deoclecio Marques de Lucena, em Parnamirim/RN, no dia 26/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Parnamirim/RN	26/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B149F615

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1554/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1554/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198920-0
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Cristiana Paula de Azevedo, do HETFF, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 26/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**26/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:97FC7015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1555/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1555/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	EDVÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS
CARGO:	Técnica de Enfermagem
MATRÍCULA:	15605
DOCUMENTOS:	CPF: 014.205.784-30
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Cristiana Paula de Azevedo, do HETFF, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 26/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**26/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:477CBD7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1556/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1556/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	11:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ 5C41
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Buscar o (a) paciente Cistiana Paula de Azevedo, por ter recebido alta do Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 27/09/2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**27.09.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7E9E505B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1557/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1557/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15357
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Olindina Fernandes de Souza, para o Hospital Regional Deoclecio Marques de Lucena, em Parnamirim/RN, no dia 28/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Parnamirim/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:0390B32D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1558/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1558/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) com pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	10002- 1
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	00:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Renata Melo de Castro, para realizar consulta no Hospital Universitário do Ceará, em Fortaleza/CE, no dia 28/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Fortaleza/CE**	**28/09/2026**	**R$ 220,00**	**R$ 220,00**

Importa a quantia de R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B866FF60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1559/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1559/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	15:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Leodon Gomes dos Santos, do Hospital do Seridó, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**28.09.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C9EC34BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1560/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1560/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	15:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Leodon Gomes dos Santos, do Hospital do Seridó, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**28.09.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C2446B85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1561/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1561/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	GERIFRAN ALVES DE ARAÚJO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15668
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-04
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	11:20 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância OJW 2I83
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Dayane Kelly Silva do Nascimento, para a Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECREARIA: SAÚDE

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A211C35C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1562/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1562/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	MARCIENE CRISTIANE MEDEIROS DA SILVA
CARGO:	TECNICA DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15710
DOCUMENTOS:	CPF: 039.xxx.xxx-83
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	11:20 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância OJW 2I83
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Acompanhar o (a) paciente Dayane Kelly Silva do Nascimento, para a Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECREARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:55F68CA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1563/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1563/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARCO ANTONIO SANTOS DE MEDEIROS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	11.457-1			
DOCUMENTOS:	CPF: 785.xxx.xxx-68			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:37 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisco da Chagas Morais, do Hospital do Seridó, para o INCOR, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:6B371931

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1564/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1564/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:37 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Francisco da Chagas Morais, do Hospital do Seridó, para o INCOR, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5A29B49B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1566/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1566/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**VIVALDO GARCIA DE MEDEIROS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1994530
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-53
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	07:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQH 9B81
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Pamela Cristina Lopes de Oliveira, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 28/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:25F611E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1567/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1567/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST 0E06
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Natalia Mariana da Silva Cruz, para o Hospital Anita Garibaldi, em Macaíba/RN, no dia 28/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Macaíba/RN**	**28/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:743C5773

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1568/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1568/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15357
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Vitoria de Araújo Santos, para o Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL, em Natal/RN, no dia 29/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**29/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A51441A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1569/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1569/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	WALLACE BRUNO DE MEDEIROS OLIVEIRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	2004437
DOCUMENTOS:	CPF: 068.xxx.xxx-22
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Jose Leonardo da Silva, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 29/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**29/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:EE038F32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1571/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1571/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	0509966
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:30 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**POLO SLC 1184**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Luzanira Linhares Azevedo, para a LIGA, em Mossoró/RN, no dia 29/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Mossoró/RN**	**29/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B3E0B685

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1572/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1572/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALEX BATISTA DE OLIVEIRA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1.5045
DOCUMENTOS:	CPF: 008.xxx.xxx-50
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde - SAMU
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:30 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Ambulância RGI 4I08**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Francisco Marcelino Sobrinho da Costa, para o Hospital Paulo Gurgel, em Natal/RN, no dia 29/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**29/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1E21222F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1573/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1573/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198920-0
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ 5C42
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Josue Medeiros, para o Hospital Regional Deoclecio Marques de Lucena, em Parnamirim/RN, no dia 29/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Parnamirim/RN	29/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A79CFCA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1574/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1574/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	14687
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	16:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância OJW 2I83
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Buscar o (a) paciente Jose Leonardo da Silva, por ter recebido alta Hospital Regional Deoclecio Marques de Lucena, em Parnamirim/RN, no dia 29/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Parnamirim/RN	29/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C549733D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1575/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1575/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	14687
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	17:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Buscar o (a) paciente Valdeci da Cunha Lucena, por ter recebido alta do Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 30/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	30/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 30 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:69F637FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1576/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1576/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	10002- 1
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Rosileide Medeiros Duarte, para o Hospital Regional Deoclecio Marques de Lucena, em Parnamirim/RN, no dia 30/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Parnamirim/RN	30/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 30 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:DDEDD65F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1577/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1577/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	0509966
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:40 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**POLO SLB 5B55**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Jose Carlos da Silva, para a Cardiopatia Pediátrica, em Patos/PB, no dia 30/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Patos/PB**	**30/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 30 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:EE292158

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1578/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1578/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**DENYS RICARDO MARTINHO DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1996550/1
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-40
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Sebastião Gerson de Medeiros Segundo, do HETFF, para HUOL, em Natal/RN, no dia 30/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**30/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 30 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A48F3050

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1579/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1579/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Sebastião Gerson de Medeiros Segundo, do HETFF, para HUOL, em Natal/RN, no dia 30/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Natal/RN**	**30/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 30 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1EA43735

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 583 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V, e *nos* termos do artigo 76 e 77, do Capítulo XI, alínea e), da Lei Municipal nº 425/68 – Estatutos dos Servidores Municipais.

R E S O L V E:
Art.1º - **DECLARAR** vacante o cargo de Professora PEM-LP/I, antes ocupado pela servidora **OTÍLIA DOS SANTOS ARAÚJO**, matricula nº 1.1013/1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 08 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:A4E5B1DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 247/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM,

R E S O L V E:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, os servidores:

SERVIDOR	CARGO
ELOÍDE MARINHO MAIA	PROFESSORA CELETISTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026**.**

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito Municipal, Em Caraúbas, 09 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:1C7D93BA

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: NEO META TRANSPORTES ETURISMO LTDA, CNPJ Nº 13.393.557/0001-81.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **NEO META TRANSPORTES ETURISMO LTDA**, **CNPJ nº 13.393.557/0001-81**, sediada na Avenida Antônio Adail Praxedes, 1161 – Bairro Aeroporto CEP5980-000 – Caraúbas / RN, neste ato representada por **ATELSON CLEMENTINO**, portador(a) da Cédula de Identidade sob n°1xxx33 e inscrito no CPF sob nº 028.xxx.xxx-75, doravante designado **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2025, oriundo de Pregão Eletrônico nº 006/2025, cujo objeto é **contratação de pessoa jurídica visando à locação de veículos, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 12 (doze) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2025 oriundos de Pregão Eletrônico nº 014/2025 - Processo Administrativo n° 723013/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 09 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Neo Meta Transportes Eturismo LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***ATELSON CLEMENTINO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:789D3044

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 002/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: VARELA SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, CNPJ Nº 34.451.835/0001-80.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **VARELA SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, **CNPJ nº 34.451.835/0001-80**, sediada no Sítio Pedrinhas, 01, Zona Rural - CEP 59.790-000 – Governador Dix-SeptRosado/RN, neste ato representada por **GASPAR VARELA JÚNIOR**, portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 002.8xx.x93 e inscrito no CPF sob nº 120.xxx.xxx-40, doravante designado **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2025, oriundo de Pregão Eletrônico nº 006/2025, cujo objeto é **contratação de pessoa jurídica visando à locação de veículos, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 12 (doze) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 002/2025 oriundos de Pregão Eletrônico nº 014/2025 - Processo Administrativo n° 723013/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 09 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Varela Serviços E Locações EIRELI
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***GASPAR VARELA JÚNIOR***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:2CA7DBAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº 34/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 34/2026

O Prefeito Municipal encaminha Inexigibilidade para CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA CANTORA RAFAELLA MARÇAL PARA A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO DIA DO EVANGÉLICO.

I - DOS FATOS:
O Parecer Jurídico, emitido pela Digníssima Assessora Jurídica Municipal, já discorre sobre a total legalidade da contratação com fulcro no seguinte art. e inciso da Lei nº 14.133/21, na qual aqui transcrevo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
A escolha recaiu sobre CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA CANTORA RAFAELLA MARÇAL PARA A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO DIA DO EVANGÉLICO., para a SUCESSO EM CRISTO PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ 62.124.636/0001-00, domiciliado no Logradouro ALAMEDA DO SOL, PARQUE DAS NACOES, PARNAMIRIM-RIO GRANDE DO NORTE, que comprovou sua habilitação para o serviço objeto desta inexigibilidade. Ademais, como se vê no currículo anexo ao processo, presta tal serviço mencionado acima. Pelos serviços aqui prestados, o contratante pagará ao Contratado o valor global de R$ 30.000,00.

II – DA CONCLUSÃO
Diante do exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, considerando o que foi solicitado, resta apenas afirmar que, em nosso entendimento, estão efetivamente presentes os requisitos que autorizam e determinam a contratação direta, sem licitação, para já referidos neste processo, com base no disposto no art. e inciso transcritos no item "I - DOS FATOS" deste documento, da Lei nº 14.133/2021.

É o nosso entendimento, sem embargo a posicionamentos em sentido contrário, que respeitamos.

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo 8272/2026. Inexigibilidade nº 34/2026. Tendo em vista a solicitação feita pelo(s) setor(es) listado(s) a seguir, ratifico, nos termos do artigo e inciso, transcritos no item "I - DOS FATOS" deste documento, e suas alterações, o ato de Inexigibilidade de Licitação, destinado a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA CANTORA RAFAELLA MARÇAL PARA A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO DIA DO EVANGÉLICO., inscrita no CNPJ 62.124.636/0001-00. O contratante pagará ao contratado o valor global de R$ 30.000,00.

SOLICITANTES:

•1.02.008.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Carnaúba Dos Dantas/RN, Sexta-feira, 9 de Outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:0D2FBA4A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 917/2026- GP, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre normas de controle de entrada, permanência e circulação de pessoas externas no ambiente escolar e dá outras providências."

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN**, no uso de suas atribuições legais e administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança, a proteção, a organização e o bom funcionamento das atividades escolares;

CONSIDERANDO que a escola é um espaço destinado ao desenvolvimento integral dos estudantes, devendo assegurar ambiente seguro, acolhedor e protegido;

CONSIDERANDO a importância do controle de acesso de pessoas externas às dependências escolares;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam estabelecidas normas de orientação, controle e registro da entrada, permanência e circulação de pessoas externas no ambiente escolar.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se pessoa externa toda pessoa que não compõe a rotina diária da escola, incluindo visitantes, familiares, responsáveis, fornecedores, prestadores de serviço, representantes comerciais, entregadores ou quaisquer outras pessoas não pertencentes ao quadro regular da instituição.

Art. 3º A entrada de pessoas externas nas dependências da escola somente será permitida mediante identificação prévia na portaria, recepção ou secretaria escolar.

Art. 4º A escola deverá manter, obrigatoriamente, um Livro de Visitantes, físico ou digital, destinado ao registro de toda pessoa externa que acessar o ambiente escolar.

Parágrafo Único: O Livro de Visitantes deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Nome completo do visitante;
II - Número do documento de identificação;
III - Telefone para contato, quando necessário;
IV - Data da visita;
V - Horário de entrada;
VI - Horário de saída;
VII - Setor ou pessoa procurada;
VIII - Objetivo da visita;
IX - Assinatura do visitante;
X - Assinatura ou identificação do servidor responsável pelo atendimento.

Art. 5º Nenhuma pessoa externa poderá circular livremente pelos corredores, salas de aula, pátios, banheiros, refeitório, cozinha, quadra, depósitos ou demais dependências escolares sem autorização da equipe gestora.

Art. 6º Quando houver necessidade de acesso a áreas internas da escola, o visitante deverá ser acompanhado por servidor designado pela direção, coordenação pedagógica, secretaria ou responsável pela portaria.

Art. 7º O atendimento a pais, mães ou responsáveis legais pelos estudantes deverá ocorrer, preferencialmente, na secretaria, coordenação pedagógica ou direção escolar.

Parágrafo único. A entrada de pais ou responsáveis em salas de aula durante o horário letivo somente será permitida em situações excepcionais, mediante autorização da direção ou coordenação pedagógica com agendamento, a fim de preservar a rotina pedagógica e o andamento das atividades escolares.

Art. 8º A saída de estudantes com pessoas externas somente será permitida quando se tratar de pai, mãe, responsável legal ou pessoa previamente autorizada pela família.

§ 1º Em caso de dúvida quanto à autorização para retirada do estudante, a escola deverá entrar em contato com o responsável legal antes de liberar a saída.

§ 2º Não será permitida a retirada de estudantes por pessoas desconhecidas, sem autorização formal ou confirmação da família.

Art. 9º Prestadores de serviço, fornecedores, técnicos de manutenção, entregadores ou representantes de empresas somente poderão acessar os espaços da escola após autorização da direção ou de servidor designado.

Parágrafo único. Essas pessoas deverão permanecer apenas nos locais necessários à realização do serviço, evitando circulação em áreas de convivência dos estudantes.

Art. 10. Fica proibida a abordagem direta de estudantes por pessoas externas à escola sem autorização da direção.

§ 1º Nos casos de assuntos relacionados a estudantes da Educação Especial ou com acompanhamento psicológico, o primeiro contato deverá ser agendado com a equipe psicossocial do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Marlo Vitor Medeiros de Melo.

Parágrafo único. Também não será permitida a entrega de objetos, alimentos, mensagens, presentes ou qualquer outro material aos estudantes sem conhecimento e autorização da equipe gestora.

Art. 11. Caso seja identificada pessoa desconhecida ou não autorizada nas dependências da escola, qualquer servidor deverá comunicar imediatamente à direção, coordenação pedagógica, secretaria ou responsável pela portaria.

Parágrafo único. Quando houver risco à segurança dos estudantes, profissionais ou comunidade escolar, a escola poderá acionar os órgãos competentes, como Guarda Municipal, Polícia Militar, Conselho Tutelar ou outro órgão de proteção.

Art. 12. Todos os servidores da escola são corresponsáveis pela segurança do ambiente escolar, devendo estar atentos à presença de pessoas não identificadas ou em situação suspeita.

Parágrafo único. Ao perceber a entrada ou circulação de pessoa externa sem autorização, o servidor deverá orientar de forma respeitosa e encaminhá-la imediatamente à portaria, secretaria ou direção escolar.

Art. 13. A equipe gestora deverá divulgar as normas desta Portaria à comunidade escolar, por meio de reuniões, comunicados, murais, grupos oficiais da escola ou outros meios institucionais.

Art. 14. O descumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria deverá ser comunicado à direção escolar, que adotará as providências cabíveis, conforme a gravidade da situação.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela direção escolar, observando os princípios da segurança, proteção integral da criança e do adolescente, organização administrativa, respeito à rotina pedagógica e interesse coletivo da comunidade escolar.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 09 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

RÚBIA RAQUEL DANTAS ROQUE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:16B95523

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 918/2026-GP, 09 DE OUTUBRO DE 2026

"Revoga a Portaria nº 876/2026-GP, de 25 de setembro de 2026, que concedeu férias a servidora municipal."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN**, usando das suas atribuições que lhes são conferidas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 876/2026, de 25 de setembro de 2026, publicada no Diário da FEMURN em 28 de setembro de 2026, edição nº 3886, que havia concedido férias à servidora JEANE CELEIDE DANTAS, ocupante do cargo de Encarregado de Cozinha, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/10/2026 a 30/10/2026.

Art. 2º O período de férias revogado, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026, já havido sido gozado pela servidora no período de 01/03/2026 a 30/03/2026, conforme consta na Portaria 203/2026, de 23 de fevereiro de 2026, publicada no Diário da FEMURN em 24 de fevereiro de 2026, edição nº 3736.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 01/10/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 09 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:CD09EE08

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 914/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a

legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SÉRGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312, lotado na Secretaria Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 60,00 (sessenta reais), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 02/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:8449554D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 915/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 02/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:6E05F50E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 916/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Currais Novos/RN, realizando o transporte de paciente para a Clínica CEMED, no dia 03/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:E45C9A8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 917/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Currais Novos/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Regional Dr. Mariano Coelho, no dia 05/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:B29601D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 918/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 05/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:B0226BEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 919/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 05/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:2D2AF254

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 920/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SÉRGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312, lotado na Secretaria Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Memorial São Francisco, no dia 06/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:618DBCDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 921/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. DIEGO DIAS DA NOBREGA, matrícula: 1164, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Dr. Luiz Antônio – Liga Contra o Câncer, no dia 05/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:8438AF6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 922/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Complexo de Saúde Professor Severino Lopes, no dia 03/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:801FA04C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 923/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 06/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:EB574950

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 924/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. CARLOS EDUARDO SANTOS, matrícula: 18207, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL/UFRN, no dia 06/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:54BFCC44

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 925/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº

885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALEXANDRE JOSÉ AZEVEDO MEDEIROS, matrícula: 1087, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Campina Grande/PB, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, no dia 06/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:8BA5BBE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 926/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALEXANDRE JOSÉ AZEVEDO MEDEIROS, matrícula: 1087, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Estadual Telecila Freitas Fontes, no dia 06/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:5E690F37

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 927/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 06/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:BFD73B04

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 928/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 07/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:A6FC5F70

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 929/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Santa Cruz/RN, realizando o transporte de paciente para a Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – HUAB/UFRN, no dia 07/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:A148FC26

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 930/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 07/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:017278F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 931/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 08/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:C7981FEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 932/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 08/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:FFCF144C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 933/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SÉRGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312, lotado na Secretaria Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Recife/PE, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Ávila, no dia 08/10/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:BED0D3C4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2171 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2171 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Ana Patrícia Sousa e Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Apoio Administrativo, junto à Secretaria Municipal do Gabinete.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B9A2CDFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2172 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2172 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Arthur Kilas Martins Fernandes de Melo, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo do Gabinete do Prefeito, junto à Secretaria Municipal do Gabinete.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C5EA77EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2173 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2173 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria de Lourdes Silva do Nascimento, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente de Superação, Combate e Promoção Contra o Racismo, juntoà Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Diversidade e Povos Originários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:35A20535

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2174 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2174 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar João Victor Bandeira Xavier, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Assuntos Institucionais do Gabinete do Prefeito, junto à Secretaria Municipal do Gabinete.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3D1BB26B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2175 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2175 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Lucenilson Ângelo de Oliveira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Assuntos Institucionais do Gabinete do Prefeito, junto à Secretaria Municipal do Gabinete.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:CEA3C5AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2176 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2176 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarBruno Gomes De Souza, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Assistência Social, juntoà Secretaria Municipal De Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B3F3B043

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2177 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2177 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Dinaide Arruda Câmara Junior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Procurador do Contencioso Tributário e da Dívida Ativa, junto à PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:17B9995F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2178 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2178 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Ricardo de Moura Sobral, ocupante do cargo de provimento em comissão de Procurador do Tributário, junto à PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:0EE128A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2179 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2179 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Renata Dantas Costa Borges de Melo, ocupante do cargo de provimento em comissão de Procurador do Meio Ambiente e Urbanismo, junto à PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:785FE9BC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2180 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2180 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Vanessa Thayranne Rodrigues dos Santos, ocupante do cargo de provimento em comissão de Controlador Jurídico, junto à PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4B41FBF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2181 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2181 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Myrths Smyth Silva Souza, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Interesses Jurídicos, junto à PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3A5153BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2182 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2182 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Carlos Roberto Lopes Júnior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Administração, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:36ABC850

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2183 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2183 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Rivaldo Fernandes Pereira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Governamental Especial de Administração, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F86F3014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2184 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2184 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarCláudia Andrade Vicente Cardoso, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor de Fiscalização Ambiental, juntoà Secretaria Municipal De Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:03307382

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2185 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2185 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Maria Heloiza da Silva Brito, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe Administrativo, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:46AA099C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2186 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2186 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarDenis do Nascimento Gomes, ocupante do cargo de provimento em comissão deSubsecretário de Tributação - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal De Tributação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EB89F06E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2187 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2187 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Roberto da Silva Serafim, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo de Recursos Humanos, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E37D0E4A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2188 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2188 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Jefferson Marinho Nascimento de Lima, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Executivo de Compras e Contratos Governamentais, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:ECDDD68A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2189 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2189 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Vanessa Morais Dias, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo de Recursos Humanas, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2D994ADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2190 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2190 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Jonas Alan da Cruz Oliveira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Recursos Humanos, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B8E0C412

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2191 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2191 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Manasses Gomes, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento de Compras e Contratos Governamentais, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:152908A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2192 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2192 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Fabiano Ferreira da Silva Barbosa, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor do Departamento de Compras LEI 033, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A11464EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2193 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2193 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Jonas Nascimento De Lima, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor do Departamento de Gestão de Pessoas, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:BA31A0C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2194 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2194 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Hugo Mocarco Arcanjo da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Encarregado de Divisão do Centro Administrativo conforme a Lei M. 2020, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1137C293

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2195 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2195 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarEmanuel Silva de França, ocupante do cargo de provimento em comissão deSecretário Adjunto de Trabalho, Habitação e Regularização Fundiária, juntoà Secretaria Municipal De Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7163E1B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2196 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2196 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarEmanuel Souza da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Tributação - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal De Tributação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:AFA1591B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2197 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2197 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarIlana Gabriela Araújo da Cruz, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial Turístico de Produções e Projetos, juntoà Secretaria Municipal de Cultura e Eventos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8F9E0DD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2198 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2198 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarFrancisco José Ferreira da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial de Turismo, juntoà Secretaria Municipal De Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:946A2416

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2199 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2199 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJoão Maria Sales De Souza, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador de Programas de Saúde (Lei 2302/2025), juntoà Secretaria Municipal De Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:569B2C7E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2200 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2200 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJoão Vitor do Nascimento Massena, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador de Gestão Estratégica - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal De Meio Ambiente E Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:136E8918

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2201 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2201 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJoilson Silva de Lima, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador de Urbanismo e Licenciamento, juntoà Secretaria Municipal De Urbanismo E Licenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3F1C1B90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2202 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2202 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJosé Adinelson Cantão Sena, ocupante do cargo de provimento em comissão deSecretário Adjunto de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, juntoà Secretaria Municipal De Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4672F3B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2203 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2203 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMarcos Aurélio Lima De Lira, ocupante do cargo de provimento em comissão deGestor de Departamento de Turismo, juntoà Secretaria Municipal De Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7184CE8D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2204 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2204 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar João Maria Silva de Lima, ocupante do cargo de provimento em comissão de Subsecretário Municipal de Cultura e Eventos, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A6DB8C6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2205 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2205 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarPaulo Henrique Silva de Lima, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial Administrativo e Financeiro, juntoà Secretaria Municipal De Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:DF6BF256

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2206 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2206 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Damião Vieira Venâncio, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Produções Públicas, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D8F7DCFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2207 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2207 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Maria Cecilia do Nascimento Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Engenharia, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C3E41135

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2208 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2208 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Alan Bezerra da Cruz Barbosa, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Finanças e Administração, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:CFAA9492

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2209 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2209 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Reginaldo Da Silva Nascimento, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento Artístico, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:FD24936A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2210 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2210 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Antônio Kelton da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento do Museu, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7BC4D29D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2211 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2211 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Maria da Conceição Nascimento da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento do Museu, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:34DF2D94

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2212 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2212 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarCaio Vitor Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo de provimento em comissão deAssessor Governamental Especial de Saúde, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C8A52F10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2213 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2213 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerarPaulo Yago Dantas Alcantra, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Contabilidade do Hospital Municipal Dr. Percílio Alves, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8959AA58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2214 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2214 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria Wanderleia Firmino da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor de Faturamento do Hospital Municipal Dr. Percílio Alves, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:ED1E6920

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2215 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2215 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarRosa Maria de Araújo Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente de Planejamento Estratégico, juntoà Secretaria Municipal De Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1100F62A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2216 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2216 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarLuciana Carreras Simões, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Saúde, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:28A822D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2217 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2217 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria Aline de Medeiros, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Juridico do Hospital Municipal Dr. P. Alves, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:228C990B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2218 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2218 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerarEvanor Brito Faheina, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Juridico do Hospital Municipal Dr. P. Alves, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E2896223

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2219 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2219 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarCarlos Braulio Alaminos, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Juridico do Hospital Municipal Dr. P. Alves, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F1DE25F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2220 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2220 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarDiógenes Gabriel Carvalho de Queiroz, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial de Promoção de Políticas Públicas, juntoà Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Diversidade e Povos Originários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E18D0863

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2221 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2221 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAlano Leopoldo Linhares Nogueira, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente de Transporte de Ambulância, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B931D0C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2222 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2222 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerar Pedro Lucas de Souza Cavalcanti, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente do Juridico do Hospital, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:49210E45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2223 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2223 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerarCynthiane Ferreira de Moura, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente de Compras do Hospital, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EDF66D75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2224 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2224 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAndre Correia de Oliveira Filho, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente de Planejamento Estratégico (Lei 2251/2024), juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:806EBCC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2225 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2225 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarFábio Silva de Andrade, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Administrativo do Hospital, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:168E24CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2226 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2226 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarSebastião Oliveira da Cruz, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Administrativo da SMS, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:47FE1FB9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2227 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2227 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarWlademir de Araújo Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Financeiro, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D48686F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2228 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2228 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAdemir Ferreira do Nascimento, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador do Centro Cirúrgico e Clínica Médica, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:6EAF3C47

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2229 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2229 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarLuilson Santos da Cunha, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Geral de Saúde, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F7C6C748

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2230 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2230 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarVinícius Waldenes Góis dos Santos, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Chefe de Lavanderia, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9F3AC904

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2231 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2231 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAdonias Barros do Nascimento, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Operacional, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:76F1D8B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2232 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2232 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarEmily Clemente Feitosa, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Administrativo de Programas de Saúde, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F5404541

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2233 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2233 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerarZulmira Camila da Silva Souza, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Administrativo de Farmácia, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7B590F90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2234 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2234 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAlexandre Magno da Silva Matias, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador de Programas de Saúde (Lei 2302/2025), juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:DB4F922E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2235 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2235 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria Heloísa Medeiros De Oliveira, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador de Programas de Saúde (Lei 2302/2025), juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:CA5B9C80

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2236 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2236 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJoyce Francelino Lima dos Santos, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor de Programas de Saúde (Lei 1955/2019), juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1D53C772

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2237 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2237 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarLeonardo Costa Moreira, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Habitação, juntoà Secretaria Municipal de Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C948AFF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2238 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2238 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerarMarcos Alberto da Silva Monteiro, ocupante do cargo de provimento em comissão deSubsecretário de Agricultura Familiar, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4ACAA64D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2239 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2239 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarCeline Lima da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deSecretário Adjunto Municipal da SEDRAF, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4877033A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2240 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2240 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarFrancisco Coelho Cardoso, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Especial de Agricultura Familiar, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:74FD6BFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2241 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2241 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarRaiane Aline Ferreira da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deGestor de Departamento da Agricultura Familiar, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:068F85C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2242 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2242 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarPaulo Adriano Alves da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deGestor de Departamento da Agricultura Familiar, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:73094B95

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2243 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2243 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1ºExonerarJosé Jerusamar de Souza Fernandes, ocupante do cargo de provimento em comissão dePROCURADOR ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E CAUSAS ANIMAIS, juntoà Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7DD2FAD6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2244 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2244 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarReginaldo José Felipe, ocupante do cargo de provimento em comissão deSECRETRARIO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E CAUSAS ANIMAIS, juntoà Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:6680E3C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2245 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2245 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarArnaina Mery Leandro da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deDIRETOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS AMBIENTAIS URBANISTICO, juntoà Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:81B69725

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2246 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2246 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarCarlos Augusto da Silva Sobral, ocupante do cargo de provimento em comissão deDIRETOR DO PARQUE DA BOCA DA MATA - LEI 2.302, juntoà Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D30E0FD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2247 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2247 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarEmmanuell Cavalcante Berlamino, ocupante do cargo de provimento em comissão deDIRETOR DA CAUSA ANIMAL - LEI 2.302, juntoà Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7051261F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2248 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2248 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarLeide Cristina de Lima, ocupante do cargo de provimento em comissão deEncarregado do Setor de Projetos e Estudos - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C47E0285

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2249 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2249 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarDjalma Ribeiro da Silva Neto, ocupante do cargo de provimento em comissão deAssessor de Atos Institucionais de Urbanismo e Licenciamento, juntoà Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:60CD47AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2250 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2250 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarSamara da Cruz Costa, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Urbanismo e Licenciamento, juntoà Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8C0BF434

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2251 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2251 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarVictor Daniel Holanda da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador de Urbanismo e Licenciamento, juntoà Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:482F1328

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2252 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2252 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarItalo Andrade Vicente, ocupante do cargo de provimento em comissão deGestor de Departamento de Urbanismo e Licenciamento, juntoà Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:FA888320

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2253 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2253 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de

conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria Valneide da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deSubsecretário de Turismo, juntoà Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4B032F7E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2254 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2254 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarFrancisco José Alves de Oliveira, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial de Turismo, juntoà Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EF76DDE5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2255 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2255 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAnne Myldred Lopes de Moura, ocupante do cargo de provimento em comissão deAssessor Administrativo, juntoà Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:6EAFC0F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2256 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2256 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarEmilly Lemos da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deSubsecretário de Desenvolvimento Econômico, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:FC6812F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2257 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2257 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAndriele Kaliene Oliveira de Barros, ocupante do cargo de provimento em comissão deAssessor Especial do Turismo (Lei 033-2021), juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:BB77AC85

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2258 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2258 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarWilson Silva De Melo, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor de Desenvolvimento Econômico, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:36189608

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2259 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2259 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarFrancisco André De Lima Araújo, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor de Proteção e Defesa do Consumidor, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:50DB8AC6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2260 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2260 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarAlexsandro Nascimento Das Neves, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor de Proteção e Defesa do Consumidor, juntoà Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:ADE2C6B2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2261 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2261 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Francisco Silva de Andrade, ocupante do cargo de provimento em comissão de Subsecretário de Iluminação Pública, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B6FFC64C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2262 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2262 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Marcio da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Serviços Urbanos, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:14C8D494

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2263 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2263 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Francisco Duarte Ferreira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Transporte (Decreto nº 4746/2025), junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:489EBC3B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2264 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2264 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Iris Juliana Batista de Macedo, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Iluminação Publica, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2DDC3D42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2265 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2265 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Erivaldo Lacerda Ferreira Filho, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Pavimentação, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B601CF39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2266 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2266 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar José Antônio De Brito Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Manutenção de Vias Públicas, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EFE28D79

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2267 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2267 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Adeildo De Lima Lopes, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Operacional, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:35120F8C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2268 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2268 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Antônio De Oliveira Fernandes, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Operacional, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:77956655

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2269 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2269 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Jefferson Luiz Da Silva Terto, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Operacional, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:58CF15DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2270 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2270 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Jodivan Severo de Oliveira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Manutenção de Equipamentos, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:0760F4AE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2271 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2271 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Francisco Canindé Ferreira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Manutenção de Frota, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:AC9B7818

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2272 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2272 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar José Carlos Câmara Junior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Manutenção de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:991C713C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2273 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2273 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Juarez Neves da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento de Conservação do Ativo Público, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1041BA20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2274 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2274 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Ernandes Teixeira Filho, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento de Manutenção de Vias Públicas da Zona Urbana – Região Sul, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E9D4272E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2275 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2275 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Geraldo Robson da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento de Manutenção Predial da Zona Rural, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2640001C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2276 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2276 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJeorge Ferreira da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Jurídico - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal da Mulher, Minorias e Igualdade Racial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F96628E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2277 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2277 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria Aparecida da Silva Galvão, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial de Promoção da Mulher - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal da Mulher, Minorias e Igualdade Racial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:78DB285F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2278 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2278 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarKatiucia Dos Santos Alves, ocupante do cargo de provimento em comissão deGerente de Planejamento da Política das Mulheres - Lei 2.302, juntoà Secretaria Municipal da Mulher, Minorias e Igualdade Racial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:842355E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2279 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2279 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarJosé Anderson Santos da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deSubsecretário de Esporte, juntoà Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B30A6763

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2280 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2280 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarEdmilson Gomes Costa, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral de Esportes, juntoà Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:BD42542F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2281 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2281 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarMaria das Graças da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretor Geral, juntoà Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Diversidade e Povos Originários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7325287C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2282 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2282 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarSeverino Pinheiro Martiniano, ocupante do cargo de provimento em comissão deCoordenador Especial de Promoção da Diversidade, juntoà Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Diversidade e Povos Originários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C5C5A47B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

O Município de Ceará-Mirim/RN, através do Setor de Compras, torna público para conhecimento **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPANHAS SOCIOEDUCATIVAS SAZONAIS E CONTÍNUAS, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMPREENDENDO AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DE CARÁTER SOCIOEDUCATIVO, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL, DESIGN GRÁFICO, PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, COBERTURA DE EVENTOS, CAPTAÇÃO AÉREA COM DRONE, MONITORAMENTO DE DESEMPENHO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS,** especificado no Termo de Referência que estará disponível através do e-mail: compras.cmirim@yahoo.com.br. As propostas deverão ser apresentados até dia 15/10/2026, através do endereço eletrônico acima ou na Coordenadoria Executiva de Compras e Contratos Governamentais do Município, situado na Rua General Varela, n.º 635, centro – Centro administrativo. Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

Ceará-Mirim/RN, 09 de outubro de 2026.

CRISTIANO RÉGIS ALEXANDRE DE MEDEIROS
Coordenador Executivo de Compras e Contratos Governamentais

Publicado por:
Cristiano Regis Alexandre de Medeiros
Código Identificador:245D56B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

O Município de Ceará-Mirim/RN, através do Setor de Compras, torna público para conhecimento **futura e eventual locação de equipamentos de laboratório de análises clínicas, com fornecimento dos respectivos reagentes, insumos, calibradores, controles e consumíveis, bem como à aquisição de produtos, materiais e utensílios de uso laboratorial,** especificado no Termo de Referência que estará disponível através do e-mail: compras.cmirim@yahoo.com.br. As propostas deverão ser apresentados até dia 15/10/2026, através do endereço eletrônico acima ou na Coordenadoria Executiva de Compras e Contratos Governamentais do Município, situado na Rua General Varela, n.º 635, centro – Centro administrativo. Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

Ceará-Mirim/RN, 09 de outubro de 2026.

CRISTIANO RÉGIS ALEXANDRE DE MEDEIROS
Coordenador Executivo de Compras e Contratos Governamentais

Publicado por:
Cristiano Regis Alexandre de Medeiros
Código Identificador:0D040AFE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

O Município de Ceará-Mirim/RN, através do Setor de Compras, torna público para conhecimento **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames de mamografia bilateral, com emissão e entrega/disponibilização dos respectivos laudos/resultados, destinados ao atendimento das usuárias encaminhadas pela rede municipal de saúde do Município de Ceará-Mirim/RN,** especificado no Termo de Referência que estará disponível através do e-mail: compras.cmirim@yahoo.com.br. As propostas deverão ser apresentados até dia 15/10/2026, através do endereço eletrônico acima ou na Coordenadoria Executiva de Compras e Contratos Governamentais do Município, situado na Rua General Varela, n.º 635, centro – Centro administrativo. Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

Ceará-Mirim/RN, 09 de outubro de 2026.

CRISTIANO RÉGIS ALEXANDRE DE MEDEIROS
Coordenador Executivo de Compras e Contratos Governamentais

Publicado por:
Cristiano Regis Alexandre de Medeiros
Código Identificador:FF45B9F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ
CNPJ: 08.173.502/0001-26
CONTRATADA: ELETRO PECAS LTDA
CNPJ: 08.286.262/0001-76

OBJETO: Fica prorrogada a vigência da ARP nº 070/2025 por mais 12 (doze) meses, com novo termo final em 10 de outubro de 2027, para: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PNEUS NOVOS NÃO RECAUCHUTADOS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal no Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao Processo Licitatório n° 2544/2025, referente ao Pregão Eletrônico n° 041/2025.

Cerro Corá/RN, em 09 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE –
Prefeito

KLEIBER ANTUNES FURTADO JUNIOR –
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:A09C013A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 778/2026 – GP

PORTARIA Nº 778/2026 – GP Cerro Corá / RN, 09 de outubro de 2026.

"Concede Férias ao servidor em Cargo Comissionado que especifica e dá outras providencias."

MACIEL DOS SANTOS FREIRE, Prefeito do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições

legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Cerro Corá/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **GERALDO GOMES DE LIMA FILHO,** matrícula nº: **19283**; Cargo de **Assessor de Controle de Atividades**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Município de Cerro Corá/RN, de acordo com a Lei complementar nº 477/2003, de 24 de julho de 2003, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Cerro Corá/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é **02.01.2025 a 01.01.2026** com período de gozo de: **01.10.2026 a 30.10.2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2026.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:141929E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Dispensa de Licitação nº 054/2026, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal gasoso destinado à Unidade Mista Nelson Solon de Farias, do Município de Coronel Ezequiel/RN, em favor de **OXIBORGES COMÉRCIO DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS - LTDA**, **CNPJ: 28.606.961/0001-63**, no valor global de **R$ 53.000 (Cinquenta e três mil reais).**

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial Coronel Ezequiel/RN, 08 de outubro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:C47E47A1

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

Objeto: Contratação de um escritório de advocacia com serviços técnicos profissionais especializados, com objetivo em assegurar ao Município contratante o correto recolhimento da contribuição ao PIS/PASEP, mediante o reconhecimento da impossibilidade de inclusão, em sua base de cálculo, dos valores recebidos a título de FUNDEB/FUNDEF, por se tratarem de transferências intergovernamentais que não representam receita própria nova do ente municipal, evitando-se, com isso, a incidência tributária em duplicidade sobre os mesmos recursos. Como também a propositura da ação judicial, recuperar os valores indevidamente recolhidos pelo Município nos últimos cinco anos, decorrentes da inclusão das verbas recebidas a título de FUNDEB/FUNDEF na base de cálculo do PIS/PASEP, uma vez que tais recursos já foram submetidos à incidência da contribuição em sua origem, de modo que nova tributação quando de seu ingresso nos cofres municipais caracteriza cobrança em duplicidade, devendo ser assegurado ao ente municipal o direito à restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente.

Favorecido: MARCOS INACIO ADVOGADOS, CNPJ 08.983.619/0001-75.

Valor: R$ 200,00 a cada R$ 1.000,00 recuperado ou compensado.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação reconhecida no Parecer Jurídico, nos moldes do Art. 74, III, alíneas alínea "e" da Lei nº. 14.133/2021, para contratação do objeto acima mencionado.

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 08 de outubro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:6DF9B671

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

CORONELPREV
TERMO AUTORIZATIVO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 003/2026

Processo Administrativo nº: 012/2026
Interessado: Instituto de Previdência do Município de Coronel João Pessoa – RN/ Conselho Administrativo e Fiscal do CORONELPREV.
Objeto: Contratação de Entidade Credenciada pelo Ministério da Previdência Social – MPS, responsável por Certificação na modalidade de CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL – CCP para membros do Conselho Administrativo e Fiscal.

A Presidente do Instituto de Previdência do Município de Coronel João Pessoa/RN – CORONELPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, considerando a regular instrução que consta do Processo Administrativo n.º 012/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026, **VEM EMITIR** o presente Termo Autorizativo de Inexigibilidade de Licitação, amparada no Art. 74, inciso III, alínea *"f",* da referida lei, visando a execução do objeto acima identificado.

Verifica-se que processo administrativo encontra-se devidamente instruído com os artefatos de planejamento, tais como Documento de Formalização de Demanda - DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência, Estimativa de Despesa, Parecer Jurídico, Demonstração da Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários, Comprovação do Atendimento aos Requisitos de Habilitação em conformidade com a Portaria SRPC/MP nº 2.415/2025, Razão da Escolha do Contratado e Justificativa de Preço.

Diante do exposto, estando o processo corretamente instruído e demonstrada a presença dos pressupostos legais para a contratação, **AUTORIZO** a contratação, por Inexigibilidade de Licitação em favor

do **CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS JURÍDICOS LTDA**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº. 12.942.180/0001-00**, no valor total de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

DETERMINO, por fim, a divulgação do presente ato no sitio eletrônico oficial, em observância ao art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais providencias de publicidade e formalização previstas na legislação aplicável.

Coronel João Pessoa/RN, 09 de outubro de 2026.

ANGRA DE ALMEIDA GAMA SATURNO
Presidente do CORONELPREV
Portaria PMCJP/GP nº 006/2021

Publicado por:
Angra de Almeida Gama Saturno
Código Identificador:4274A446

CORONELPREV
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 003/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 012/2026

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, ADJUDICO o objeto da inexigibilidade de licitação n.º 003/2026, em favor do **CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS JURÍDICOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **12.942.180/0001-00**, com sede na Rua da Assembleia 85, Sala 1501, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-001, pelo valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), conforme especificado no quadro abaixo:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtdd total	Valor Unitário
1	Certificação mediante Curso de Capacitação Profissional – CCP para membros do Conselho Administrativo e Fiscal do CORONELPREV.	Unidade	4	R$ 450,00
Valor Total				R$ 1.800,00

A homologação da presente dispensa eletrônica de licitação é feita nos termos do **artigo 74, inciso III, alínea *"f"*, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista a comprovação do atendimento aos requisitos de habilitação em conformidade com a **Portaria SRPC/MP nº 2.415/2025**, conforme publicação oficial, certificadora credenciada pela Secretaria de Previdência Social (SPREV), constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

Por fim, **AUTORIZO** a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Inexigibilidade Eletrônica no Diário Oficial do Município, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Coronel João Pessoa/RN, 09 de outubro de 2026.

ANGRA DE ALMEIDA GAMA SATURNO
Presidente do CORONELPREV
Portaria PMCJP/GP nº 006/2021

Publicado por:
Angra de Almeida Gama Saturno
Código Identificador:0A2545A6

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 210/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 15/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora **FILOMENA MARIA CRUZ DAMIÃO**, ocupante do cargo de Enfermeira, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotada Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 2024, as quais serão usufruídas entre os dias 12 de outubro de 2026 a 10 de novembro de 2026, devendo a servidora retornar ao exercício de suas funções no dia 11 de novembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 12 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:E4330489

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 211/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com o art. 162 da Lei Municipal nº 015/2001.

R E S O L VE:

Art. 1º. Prorrogar por igual período a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria nº 185/2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 14/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Coronel João Pessoa/RN, 09 de Outubro de 2026.

ALANA DE CÁSSIA FIGUEIREDO LIMA REGO
Secretária Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:E860C0DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 032/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, REGULADORES, FLUXÔMETROS, UMIDIFICADORES E CILINDROS VAZIOS PARA POSTERIOR ABASTECIMENTO.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 108/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **13 de outubro de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento**

gradativo de gás oxigênio medicinal, reguladores, fluxômetros, umidificadores e cilindros vazios para posterior abastecimento. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 27 de outubro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 09 de outubro de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:766C1E59

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 033/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE LESÕES CRÔNICAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 113/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **13 de outubro de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para a possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento gradativo de coberturas especiais/curativos para atendimento de pacientes portadores de lesões crônicas**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 27 de outubro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@gmail.com.

Cruzeta/RN, 09 de outubro de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:D4C4AE83

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 034/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE UNIFORMES PERSONALIZADOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **13 de outubro de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR LOTE, destinado ao **Registro de preços para possível aquisição gradativa de uniformes personalizados das secretarias municipais**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 28 de outubro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@gmail.com.

Cruzeta/RN, 09 de outubro de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:98A30FE0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 035/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, NO ÂMBITO DO PNAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 121/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **13 de outubro de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para a possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento gradativo de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar da Rede Pública Municipal de Ensino, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 05 de novembro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 09 de outubro de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:8AD50A8B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 CREDENCIAMENTO N° 002/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 106/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026
CREDENCIAMENTO N° 002/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 106/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CREDENCIADO(A): EMPATIA – EMPRESA MÉDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 37.947.369/0001-16; OBJETO: Contratação de prestação de serviços médicos especializados em ultrassonografia; VIGÊNCIA: 06 de outubro de 2026 a 05 de outubro de 2027; VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 111.420,00 (cento e onze mil, quatrocentos e vinte reais); UNIDADE: 09 - secretaria municipal de saúde; PROJ. ATIVIDADE: 2029 - Manutenção do fundo municipal de saúde e 2033 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção especializada em saúde; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - PJ; FONTE: 15001002 recursos não vinculados de impostos - despesas com ações e serviços públicos de saúde e 16000000 - transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do governo federal - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV c/c Art. 79, inciso I; Decreto nº 11.878/2024; Decreto Municipal n.º

1.280/2023; SUBSCRITORES: Joaquim José de Medeiros – pelo Credenciante e Maria Vitória Bezerra Cunha de Macêdo – pelo(a) Credenciado(a).

Cruzeta/RN, 06 de outubro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:5C6631F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228/2026-GP

Dispõe sobre a inclusão provisória de candidata na lista de classificados do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, em cumprimento à decisão judicial, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais aplicados.

CONSIDERANDO a decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0800098-21.2026.8.20.5138, que determinou a inclusão da candidata na lista de classificados do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, até a conclusão dos autos;

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento à determinação judicial, observados os limites da decisão e as disposições do edital do certame;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0800098-21.2026.8.20.5138, a inclusão provisória da candidata **MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA COSTA**, *sub judice*, na lista de classificados do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade de concorrência correspondente à sua inscrição.

Art. 2º A inclusão de que trata esta Portaria será formalizada por meio de lista complementar, na qual constará a candidata e a indicação de que sua inclusão decorre de determinação judicial, permanecendo condicionada aos efeitos da decisão proferida no mandado de segurança.

Art. 3º A presente medida deverá observar os limites da decisão judicial, não implicando, por si só, a exclusão de candidatos ou a alteração das classificações anteriormente publicadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, em 09 de outubro de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

ANEXO I, DA PORTARIA Nº 228/2026-GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

LISTA COMPLEMENTAR DE CLASSIFICADOS – CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL

Cargo: Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Modalidade: Ampla concorrência

Classificação correspondente à pontuação	Candidata	Situação
6ª posição – *sub judice*	MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA COSTA	Inclusão provisória por determinação judicial.

Observação: A presente lista complementar é publicada em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0800098-21.2026.8.20.5138, que determinou a inclusão provisória da candidata na lista de classificados até a conclusão dos autos. A inclusão não implica, por si só, a exclusão de outros candidatos ou a alteração das classificações anteriormente publicadas, devendo ser observados os limites da decisão judicial e as disposições do edital.

Cruzeta/RN, 09 de outubro de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:66CE6771

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 612/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ 40.757.908/0001-69.

OBJETO: Realização de serviços de revisão de garantia de 40.000 km e aquisição de itens essenciais para o veículo modelo FIAT CRONOS DRIVE 1.0, placa TSQ 5B29, pertencente à frota oficial do Município de Currais Novos/RN.

VALOR: R$ 1.651,80 (mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos) a prestação de serviço de revisão de garantia, na quantidade de 01 serviço e R$ 1.266,54 (mil duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) a aquisição de peças, produtos e assessórios, na quantidade de 01 unidade.

VIGÊNCIA: 23 de setembro de 2026 e término em 30 de novembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso I e IV, "a", da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 23 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

KARLOS EDUARDO DA SILVA MOURA
Secretário Chefe de Gabinete

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:8345175C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1321, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.196/2026			
SERVIDOR: Vicente Regivan Pereira da Silva	MATRÍCULA: 2759		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 14/09/2026	HORA: 8h45min	PREVISÃO DE RETORNO: 14/09/2026	HORA: 14h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente de transferência médica para o hospital Regional de Currais Novos/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:AC38410C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1334, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 28.464/2026			
SERVIDOR: Rockcelly Robson da Silva Santos	MATRÍCULA: 1987		
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Fortaleza/CE			
PREVISÃO DE SAÍDA: 16/09/2026	HORA: 23h55min	PREVISÃO DE RETORNO: 17/09/2026	HORA: 23h26min
Nº DIÁRIAS: 1 (uma) diária	VALOR UNIT. R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais)	VALOR TOTAL: R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar exames e consultas no Hospital SARAH na cidade de Fortaleza/CE.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 1.236, de 07 de outubro de 2019.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 16 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário adjunto de administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2328BD23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1347, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.775/2026			
SERVIDOR: Vicente Regivan Pereira da Silva	MATRÍCULA: 2759		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 19/09/2026	HORA: 18h	PREVISÃO DE RETORNO: 20/09/2026	HORA: 1h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para internamento no Hosp. Telecila Freitas na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 18 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:4F2A7C17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1348, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 28.772/2026			
SERVIDOR: Carlos Antônio Freire da Silva		MATRÍCULA: 2321	
CARGO: Servente de Obras		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 18/09/2026	HORA: 18h	PREVISÃO DE RETORNO: 18/09/2026	HORA: 23h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar TC de abdômen total na cidade de Caicó/RN.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 006, de 02 de janeiro de 2017.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 18 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2A9110D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1349, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 28.774/2026			
SERVIDOR: Carlos Antônio Freire da Silva		MATRÍCULA: 2321	
CARGO: Servente de Obras		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 18/09/2026	HORA: 1h	PREVISÃO DE RETORNO: 18/09/2026	HORA: 3h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para transferência para cidade de Caicó/RN			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 006, de 02 de janeiro de 2017.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 18 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:502F2B0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1351, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 28.822/2026			
SERVIDOR: Pedro Antoniony Araujo da Silva		MATRÍCULA: 44474	
CARGO: Secretário Municipal de Trânsito e Transporte		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 22/09/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 22/09/2026	HORA: 18h15min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 200,00 (Duzentos reais)	VALOR TOTAL: R$ 100,00 (Cem reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Deslocamento a Natal/RN, cumprindo agenda institucional e representando a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, participando de reuniões e tratativas de interesse da instituição, bem como de diálogos e articulações com representantes de órgãos públicos e empresas prestadoras de serviços.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 21 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:68286905

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1364, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 29.060/2026

SERVIDOR: Pedro Onofre Lírio Marques		MATRÍCULA: 1134	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Santa Cruz/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 22/09/2026	HORA: 8h	PREVISÃO DE RETORNO: 22/09/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente realizar hemodiálise no Centro de Nefrologia Santa Rita em Santa Cruz/RN			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário adjunto de administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:924CB1DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1366, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 29.163/2026			
SERVIDOR: Francisco Jailson Moura Félix		MATRÍCULA: 45.691	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agric. e Abastecimento	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agric. e Abastecimento			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 23/09/2026	HORA: 7h	PREVISÃO DE RETORNO: 23/09/2026	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT: R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando os pacientes para Jornada de Oncologia do Seridó na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 23 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B1A2D690

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1367, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 28.967/2026			
SERVIDOR: Rodolpho Luiz da Silva Azevedo		MATRÍCULA: 2215	
CARGO: Coordenador de Transporte Institucional		LOTAÇÃO: Gabinete Municipal	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 23/09/2026	HORA: 8h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 23/09/2026	HORA: 19h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem acompanhando a Secretária de Administração – Ingred Adelly – para tratar assuntos na Governadoria do Estado.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 23 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:27640DD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1368, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.968/2026			
SERVIDOR: Nilo Domingos da Silva		MATRÍCULA: 2219	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA:	HORA:	PREVISÃO DE	HORA: 15h

26/09/2026	10h	RETORNO: 26/09/2026	
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar tomografia no Hosp. Telecila Freitas na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 23 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A2D239D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1371, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 29.496/2026			
SERVIDOR: Andressa Silva de Melo Lula	MATRÍCULA: 2718		
CARGO: Coordenadora da Atenção Primária	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 24/09/2026	HORA: 6h	PREVISÃO DE RETORNO: 24/09/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem realizada para participar da Reunião dos Coordenadores na cidade de Natal/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 24 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C1ED4414

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1375, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 29.731/2026			
SERVIDOR: Nilo Domingos da Silva	MATRÍCULA: 2219		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 25/09/2026	HORA: 9h	PREVISÃO DE RETORNO: 25/09/2026	HORA: 15h
Nº DIÁRIAS: 75% ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar para realizar Tomografia no Hosp Telecila Freitas RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 25 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:67E4ABBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1376, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 4.308, de 01/07/2014, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 29.729/2026			
SERVIDOR: Alex Sandro José Xavier dos Santos	MATRÍCULA: 1936		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Fortaleza/CE			
DATA DE SAÍDA: 27/09/2026	HORA: 23h	DATA DE RETORNO: 28/09/2026	HORA: 19h30min
Nº DIÁRIAS: 1 (uma) diária	VALOR UNIT. R$220,00 (Duzentos e vinte reais)	VALOR TOTAL: R$220,00 (Duzentos e vinte reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar exames e tratamento de reabilitação no Hospital SARAH na			

cidade de Fortaleza/CE.

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 25 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:5B16BFD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1385, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 29.879/2026			
SERVIDOR: Vicente Regivan Pereira da Silva	MATRÍCULA: 2759		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 28/09/2026	HORA: 13h	PREVISÃO DE RETORNO: 28/09/2026	HORA: 20h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para avaliação médica no Hospital Telecila Freira Na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 28 de setembro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:99A269F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1394, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 30.075/2026			
SERVIDOR: José Jailson Vieira	MATRÍCULA: 2022		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 30/09/2026	HORA: 4h58min	PREVISÃO DE RETORNO: 30/09/2026	HORA: 13h53min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando pacientes para realizar procedimentos na cidade de Natal/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0E22C0A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1412, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 4.308, de 01/07/2014, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 30.345/2026			
SERVIDOR: Alex Sandro José Xavier dos Santos	MATRÍCULA: 1936		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Fortaleza/CE			
DATA DE SAÍDA: 01/10/2026	HORA: 23h00	DATA DE RETORNO: 02/10/2026	HORA: 19h
Nº DIÁRIAS: Diária	VALOR UNIT. R$220,00 (Duzentos e vinte reais)	VALOR TOTAL: R$220,00 (Duzentos e vinte reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando o paciente para Hospital SARAH para tratamento de reabilitação na cidade de Fortaleza/CE.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 01 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A9517D54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1421, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 4.308, de 01/07/2014, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 30.607/2026			
SERVIDOR: Alex Sandro José Xavier dos Santos		MATRÍCULA: 1936	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Fortaleza/CE			
DATA DE SAÍDA: 04/10/2026	HORA: 23h00	DATA DE RETORNO: 05/10/2026	HORA: 19h
Nº DIÁRIAS: Diária	VALOR UNIT. R$220,00 (Duzentos e vinte reais)	VALOR TOTAL: R$220,00 (Duzentos e vinte reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando o paciente para Hospital SARAH para tratamento de reabilitação na cidade de Fortaleza/CE.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 02 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0E6E99A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1427, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 28.794/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) Jaedna Cunha da Silva Azevedo, matrícula nº 2646, ocupante do cargo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 3 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 2015-2020 com usufruto no período compreendido entre 13/10/2026 a 16/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 13 outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 06 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:8E53A0AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 340/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 5.921/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, e art. 14, § 1°, da Lei n° 11.947/2009, para a contratação da ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DA MARCAÇÃO E ADJACÊNCIAS DO MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS - RN, CNPJ: 31.259.075/0001-15, para aquisição de produtos do gênero alimentício provenientes da agricultura familiar e empreendedores rurais, no período de 23 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor de R$ 6,46 (seis reais e quarenta e seis centavos) o item Leite Líquido Integral Homogeneizado, obedecendo ao limite máximo de 12.000 litros, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 29.329/2026.

Currais Novos, 23 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:4EEC8401

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 263/2026 PROCESSO PMCN Nº 4.116/2026 PROTOCOLO PMCN Nº 18.625/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico inserto nos presentes autos, tornou dispensável, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da empresa EDSON DA CUNHA MORAIS, inscrita no CNPJ 08.596.351/0001-19, com sede na R ELIAS FERNADES, 206, BAIRRO JK – CURRAIS NOVOS/RN - CEP: 59.380-000, com a finalidade adquirir:

300 horas de Serviços de manutenção corretiva em motores elétricos monofásicos e trifásicos de 1 CV até 20 CV. Pelo valor unitário de R$ 170,00 (cento e setenta reais).

A contratação visa suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.

Currais Novos, 04 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal.

Republicado por Incorreção*

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:21AB8A31

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 338/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 5.670/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) GERSYCA MARIA DA SILVA CASTRO, CPF: ***.341.624-**, para prestação de serviço como Enfermeira no CAPS (Centro de Apoio Psicossocial Maria Vênus Cunha), no período de 14 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) + 20% de insalubridade sobre o salário mínimo, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 27.941/2026.

Currais Novos, 10 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EF1AF7D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 343/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 6151/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa J R G Martins, CNPJ: 14.843.712/0001-87, para prestação de serviços especializados em apresentação artística circense (show de mágicas) especial, em comemoração ao dia das crianças a ser realizada na Praça Cristo Rei, no dia 13 de outubro de 2026, com valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 31.148/2026.

Currais Novos/RN, 09 de outubro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A8B0D112

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DE ADITIVO 2 DO CONTRATO Nº 373/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00.
CONTRATADO(A): 60.122.431 JOAO MARIA DA SILVA, CNPJ Nº 60.122.431/0001-52.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração da unidade administrativa à qual se encontra vinculado o Contrato Administrativo nº 373/2026, cujo objeto é a contratação de serviços de mão de obra de Pedreiro, passando a vinculação contratual da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento para a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTAO
Considerando a transferência de Secretaria, fica alterado o item 10.1 da "Cláusula Décima – Da Fiscalização e da Gestão" do prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro passando o contrato a ser fiscalizado por Renata Furtado de Oliveira, matrícula nº 42757, e gerido por Pedro Antoniony Araujo da Silva, CPF n° ***.083.714-**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Considerando a transferência de Secretária, fica alterado o item 13.1 da "Cláusula Décima Terceira – Da Dotação Orçamentária" do prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro que passa a ter a seguinte redação:

"O valor correspondente ao objeto deste contrato será levado a débito da UNIDADE: 16.001 – Sec. Municipal de Trânsito e Transporte, AÇÃO: 2338 – Implantação e Manutenção da Acessibilidade, Sinalização Horizontal e Vertical em Vias Públicas, NATUREZA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, FONTE: 17080000 – Transferência da União referente à compensação financeira de Recursos Minerais."

VIGÊNCIA: 03 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 03 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

PEDRO ANTONIONY ARAUJO DA SILVA
Secretário Municipal de Trânsito e Transporte

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:D1802BAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 710/2026

Lei Municipal nº 710/2026

Doutor Severiano/RN, 09 de outubro de 2026.

Autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Anual do Município de Doutor Severiano/RN para o exercício de 2026, no valor de R$ 320.038,00 (trezentos e vinte mil e trinta e oito reais), destinado a custeio dos serviços da Atenção Primária a Saúde, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Doutor Severiano, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 165, §5º, e 167, inciso V, da Constituição Federal; nos arts. 41, inciso II, e 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964; e na Lei Orçamentária nº 687/2025, §6º, inciso II, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento Geral do Município de Doutor Severiano/RN, relativo ao exercício financeiro de 2026, no valor de R$ 320.038,00 (trezentos e vinte mil e trinta e oito reais), destinado ao custeio dos serviços e ações da Atenção Primária à Saúde, conforme a seguinte classificação orçamentária:

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIA
Suplementação

Unidade Gestora	3 – Fundo Municipal de Saúde do Município de Doutor Severiano
Unidade orçamentária	2004 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função	10 – Saúde

Sub - função	301 – Atenção Básica
Programa	13 - Incremento ao Custeio de Serviços da Atenção Primária à Saúde
Fonte de Recursos	17063110 - Transferência Especial da União - Emendas Individuais
Ação	2.62 – Incremento da Atenção Primaria/Emenda Parlamentar
Elemento de Despesa	33903000 – Material de Consumo
Valor	R$ 160.000,00
Elemento de Despesa	33903900 – Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor	R$ 160.038,00
Total	R$ 320.038,00

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do crédito especial autorizado por esta Lei decorrerão de repasse financeiro oriundo do Ministério da Saúde, vinculado às Proposta nº 36000800594202600 – Incremento ao Piso da Atenção Primária à Saúde, proveniente de emenda parlamentar individual, bem como dos respectivos rendimentos de aplicação financeira, observando-se o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para compatibilização da ação orçamentária instituída por esta Lei.

Art. 4º A abertura do crédito especial autorizado por esta Lei observará as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, preservando o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na gestão das finanças públicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Nesta data, 09 de outubro de 2026, Eu, Maria de Fátima Leite Gonçalves, Prefeita Municipal de Doutor Severiano, supridas as formalidades legais, SANCIONO a presente Lei, para que surta seus legais efeitos.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:50C69644

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 253/2026

Portaria nº 253/2026, Doutor Severiano, 09 de outubro de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **BÉCIA MASTENA FERNANDES**, ocupante do cargo de Visitadora do Criança Feliz, inscrita no CPF nº 128.351.504-04, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:7133F87F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 254/2026

Portaria nº 254/2026, Doutor Severiano, 09 de outubro de 2026 .

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **JOANA MAXCIELE DA SILVA BENTO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 579, lotada no Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025, no período compreendido de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:070629C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 255/2026

Portaria nº 255/2026, Doutor Severiano, 09 de outubro de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **EDILSON JUNIOR DE SOUZA**, ocupante do cargo de Agente de Endemias, matrícula nº 369, lotado na Unidade Básica Francisco Ildemar de Castro, Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2026, no período compreendido de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:08361D1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 256/2026

Portaria nº 256/2026,

Doutor Severiano/RN, 09 de outubro de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a Servidora **ANTONIA ARINALBA PEREIRA VITAL**, matrícula nº 075, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, lotado na Escola Municipal Sonho

Infantil, Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com data de início em 09 de outubro de 2026 a 09 de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:D56A2BD6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO/RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO/RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/021-001

1º ADITIVO à Ata de Registro de Preços n. 2025/021-001, celebrada entre o MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO, e a empresa D2 CENTER AUTOMOTIVA, LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTE E SERVICOS LTDA.

O Município de Doutor Severiano, por intermédio da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, inscrita no CNPJ: 08.355.489/0001-26, situado na Rua Padre Tertuliano Fernandes, 23, Centro, CEP: 59.910-000, Doutor Severiano/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado pela prefeita Maria de Fátima Leite Gonçalves, brasileira, residente e domiciliada no Município de Doutor Severiano – RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa (s) vencedora (s): D2 CENTER AUTOMOTIVA, LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTE E SERVICOS LTDA - CNPJ: 61.900.909/0001-90, denominada Fornecedora, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de transporte escolar, desta ata, referente ao Pregão Eletrônico nº 021/2025, mediante as cláusulas a seguir:

DO OBJETO
Cláusula primeira.
Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação/renovação da vigência da Ata de Registro de Preços n. 2025/021-001 por 1 (um) ano.

DA PRORROGAÇÃO
Cláusula segunda.
Fica prorrogada até 08 de outubro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.
§ 1º – Os valores e quantitativos registrados poderão ser ajustados conforme o previsto na Lei nº 14.133/2021, observadas as condições legais e as necessidades da Administração Pública.
§ 2º – Fica assegurado à FORNECEDORA o direito de solicitar o reajuste de preços nos termos da legislação vigente, especialmente conforme os índices ou critérios estabelecidos para o reajuste durante a execução da Ata, observando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DA RATIFICAÇÃO
Cláusula terceira.
Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 2025/021-001, que não foram modificadas por este Termo Aditivo, permanecendo em pleno vigor e efeito, conforme estabelecido na Ata original.

DA PUBLICAÇÃO
Cláusula quarta.
O MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO - RN providenciará a publicação deste aditivo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – (FEMURN).

Doutor Severino - RN, 08 de outubro de 2026.

Órgão Gerenciador:

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeitura Municipal de Doutor Severiano
CNPJ/MF Nº 08.355.489/0001-26
Contratante

Fornecedor (Es):

D2 CENTER AUTOMOTIVA, LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTE E SERVICOS LTDA
CNPJ: 61.900.909/0001-90
Contratada (o)

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:E69861E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo administrativo nº 17090001/2026 - **Contrato nº** 202610090002 - **Origem:** pregão nº 017/2026- **Contratante:** Fundo Municipal de Educação - **Contratada(o):** E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI **Objeto:** Aquisição de pneus nacionais, protetores e câmaras de ar para atender a frota de veículos da Secretaria de Educação de Encanto/RN - **valor total:** R$ 104.374,80 (cento e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) - **Vigência:** de 12 meses - **Data da assinatura:** 09 de outubro de 2026

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:701BDB37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021001/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 021001/2026

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 021001/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos, bem como locação de máquinas de sorvete, pipoca e algodão doce para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Encanto/RN **pelo valor de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais),** em favor da empresa Joao Jotaessio De Freitas

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 09 de outubro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 021001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02100001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021001/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: Joao Jotaessio De Freitas.

OBJETO: Contratação de empresa para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos, bem como locação de máquinas de sorvete, pipoca e algodão doce para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Encanto/RN.

VALOR TOTAL: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 9 de outubro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:AB7FAA96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE Nº091001/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº091001/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a confecção bem como a aquisição de materiais e equipamentos ortopédicos para atender as necessidades dos pacientes atendidos pelo Município, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este contrato decorre da Dispensa de nº 140901/2026, processada nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores, bem como toda legislação correlata.

VALOR: O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ R$ 38.557,04trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos destinados às despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente Termo Aditivo se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, através da Unidade Orçamentária:

3 - Fundo de Assistência Social de Encanto
9000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
9001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
1 - Apoio Administrativo
2.16 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
316 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

VIGÊNCIA: O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes até o dia 31/12/2026. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 109 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
LOCAL DE DATA: Encanto/RN, 09 de outubro de 2026
ASSINANTES:
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA - **PREFEITO MUNICIPAL**
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO- **CONTRATADO**

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:5C47EA0F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório, após analisado o resultado do Pregão Eletrônico nº. 000012/2026, o Prefeito do Município, Sr. José Fagner Freire, ADJUDICA, o objeto do presente certame para a empresa NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (CNPJ: 18.588.224/0001-21) vencedora do Lote 01 com valor total de R$ 3.400.000,00 e a empresa CIRURGICA EXPRESS DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 44.130.732/0001-71) vencedora do Lote 02 com valor total de R$ 3.389.513,00 e do Lote 03 com valor total de R$ 2.989.990,00.

Espírito Santo/RN, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:D2B7D684

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Espírito Santo/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE com fundamento nos Decreto Municipal nº. 012/2025 e na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGAR todo o procedimento licitatório, incluindo o ato de ADJUDICAÇÃO, relativo ao Pregão Eletrônico nº. 000012/2026 tipo "MENOR VALOR POR LOTE", destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E CONTROLADOS, conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência), sendo a empresa NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (CNPJ: 18.588.224/0001-21) vencedora do Lote 01 com valor total de R$ 3.400.000,00 e a empresa CIRURGICA EXPRESS DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 44.130.732/0001-71) vencedora do Lote 02 com valor total de R$ 3.389.513,00 e do Lote 03 com valor total de R$ 2.989.990,00.

Espírito Santo/RN, 10 de outubro de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:92A7EC70

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N°. 019/2026

A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, torna público que no dia 26 de outubro de 2026 às 08h30, fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2026 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – OBJETO: Formação de registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde e das equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF, vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Felipe Guerra/RN, visando assegurar a continuidade e a adequada execução dos serviços de assistência à saúde bucal no âmbito da rede municipal de saúde, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. LOCAL DE REALIZAÇÃO: https://bnc.org.br/ INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13 de outubro de 2026 às 08h15. FIM DE RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 26 de outubro de 2026 às 08h15. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua João Batista Gurgel, nº97 – Cidade Alta – Centro – Felipe Guerra/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min e pelos sites:
https://bnc.org.br/
https://felipeguerra.rn.gov.br/
https://pmfelipeguerrarn.transparencia.topsolutionsrn.com.br/

Felipe Guerra/RN, 09 de outubro de 2026

WILEANO LEITE DE GÓIS –
Pregoeiro

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:CBDC98A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1009002/2026
Torna-se público que o Município de Felipe Guerra/RN, em Obediência a Lei Federal nº 14.133/21 – e Decreto Municipal nº 471/2023 – realizou processo administrativo de Contratação Direta Nº 039/2026 - OBJETO: Contratação de empresa para realização da terceira revisão periódica veicular (40.000 Km) e para evitar a perda da garantia do veículo FIAT TITANO, placa TSR0G49, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme orçamento emitido pela concessionária autorizada.
Contratadas:
PORCINO & FILHOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA – CNPJ: 04.675.869/0001-97. Valor: R$ 2.973,10 (dois mil, novecentos e setenta e três reais e dez centavos). A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: Órgão Orçamentário: 05 - Sec. Municipal de Educação e Cultura. Programa: 0049 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL. Ação orçamentária: 2012 Manutenção das Atividades da Sec. de Educação - Elemento de despesa: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO. Fonte de Recursos: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - BASE LEGAL: Art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 471/2023. RATIFICO. **BASE LEGAL: RATIFICO.**

Felipe Guerra/RN, 09 de outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:0DEF54CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 422/2026-SEMARH EM, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor Sr. Rosidilson Soares de Morais no cargo de Gerência de Estradas e Obras Rurais e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Sr. Rosidilson Soares de Morais** no cargo de **Gerência de Estradas e Obras Rurais,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 08/10/2026 a 06/11/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Felipe Guerra – RN, 09 de Outubro de 2026.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:65F02BB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 423/2026-SEMARH EM, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora Sra. Waneska Alves da Silva no cargo de Gerente de Habitação e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora **Sra. Waneska Alves da Silva** no cargo de **Gerente de Habitação,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 13/10/2026 a 12/11/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Felipe Guerra – RN, 09 de Outubro de 2026.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:6AD9053F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30060001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91014/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Francisco Dantas/RN, inscrito no CNPJ nº 08.148.439/0001-78.
FORNECEDOR REGISTRADO: QUIRINO E SOUZA COMÉRCIO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.065.360/0002-30, com sede na Rua Apodi, nº 520, Bairro Tirol, Natal/RN.
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), na cidade de Natal/RN, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Francisco Dantas/RN e de seus Fundos Municipais.
ITENS REGISTRADOS:
Item 01 – Gasolina comum: 15.000 litros, com desconto de 0,5% sobre o preço de referência.
Item 02 – Óleo diesel S10: 7.000 litros, com desconto de 0,5% sobre o preço de referência.
Os preços de referência serão aqueles baseados na tabela da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), observados os critérios estabelecidos no edital e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura da Ata, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme as condições legais aplicáveis.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições constantes do edital e da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2026.

Francisco Dantas/RN, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal
Município de Francisco Dantas/RN

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:26C1F349

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30060001/2026

O Município de Francisco Dantas/RN, por intermédio de sua autoridade competente, torna público que, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu à **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 91014/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição de combustíveis, contemplando gasolina comum e óleo diesel S10, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.
EMPRESA VENCEDORA: QUIRINO E SOUZA COM. DE PET. E SERV. LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.065.360/0002-03, estabelecida em Natal/RN.
RESULTADO:
Lote 1 – Gasolina Comum: valor de referência de R$ 101.100,00, com desconto de 0,5%, a ser aplicado a tabela de preços da ANP.
Lote 2 – Óleo Diesel S10: valor de referência de R$ 49.280,00, com desconto de 0,5%, a ser aplicado a tabela de preços da ANP.
VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 149.628,10 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e dez centavos).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 7 de outubro de 2026.

Francisco Dantas/RN, 7 de outubro de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de Francisco Dantas/RN

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:63078D19

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 030009048/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 030009048/2026
Objeto: Contratação de serviços médicos de pequenas cirurgias para o Hospital e Maternidade Severina Carlos de Andrade
Contratado: BRUNO FERREIRA DE SOUSA VIEIRA (049.242.134-03)
Valor Total Julgado: R$ 595,24
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:C55E42F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1409001/2026
INTERESSADO: SEC. MUN. DE SAÚDE

ASSUNTO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e bens permanentes destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e das unidades e serviços de saúde do Município de Frutuoso Gomes/RN.

*A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES – RN** convoca a empresa JOSE EDISMAR BEZERRA ME, CNPJ (MF) 02.138.075/0001 – 69 para celebração da Ata de Registro de Preços nº 059/2026 originários do Pregão nº 019/2026 em até 5 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso.*

Local: Rua José Carlos, 95, Centro, Frutuoso Gomes - RN, Setor de licitações e Contratos,horário das 08:00 as 12:00.

Frutuoso Gomes/RN, 09/10/2026.

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:C60637CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1409001/2026
INTERESSADO: SEC. MUN. DE SAÚDE

ASSUNTO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e bens permanentes destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e das unidades e serviços de saúde do Município de Frutuoso Gomes/RN.

*A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES – RN** convoca a empresa M N NOGUEIRA INFORMATICA LTDA, CNPJ (MF) 07.610.338/0001 - 04 para celebração da Ata de Registro de Preços nº 060/2026 originários do Pregão nº 019/2026 em até 5 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso.*

Local: Rua José Carlos, 95, Centro, Frutuoso Gomes - RN, Setor de licitações e Contratos,horário das 08:00 as 12:00.

Frutuoso Gomes/RN, 09/10/2026.

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:D316FF5A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DECRETO Nº 1.842/2026

Decreto Municipal nº 1.842, de 09 de outubro de 2026.

"Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, a fração imobiliária discriminada neste Decreto, e dá outras providências."

O MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, por seu Prefeito Municipal Interino, no uso das suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de assegurar a destinação de áreas específicas para a implementação de melhorias estratégicas e necessárias ao desenvolvimento municipal, incluindo a abertura de via pública para interligar o bairro Sapucaia ao bairro Bosque das Palmeiras, neste Município, visando à melhoria da mobilidade urbana, à integração entre as localidades e ao desenvolvimento ordenado da infraestrutura viária municipal.

Considerando, sobretudo, o interesse público.
DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Município de Goianinha/RN, por via amigável ou judicial, uma gleba de terra com área de 3.822,91m² (três mil oitocentos e vinte e dois metros, virgula noventa e um centímetros), representada pela seguinte descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **R03**, de coordenadas **N 9.305.410,943**m e **E 255.018,253**m; segue confrontando com Elviro Lins Medeiros, com os seguintes azimutes e distâncias: 129°13'11" e 209,64 m até o vértice **R04**, de coordenadas **N 9.305.278,390**m e **E 255.180,664**m; segue confrontando com Jomall empreendimentos LTDA, com os seguintes azimutes e distâncas 129°13'11" e 18,98m até o vértice **R07**, de coordenadas **N 9.305.260,640**m e **E 255.173,945**m; segue confrontando com Elviro Lins Medeiros, com os seguintes azimutes e distâncias: 309°13'11" e 215,13 m até o vértice **R08**, de coordenadas **N 9.305.396,666**m e **E 255.007,278**m; segue confrontando com OUTROS, com os seguintes azimutes e distâncias: 309°13'11" e 18,01m até o vértice **R03**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único: Todas as coordenadas descritas acima estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 33°00', fuso -25, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º - As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e dos exercícios vindouros se necessário, incluindo eventuais despesas de cartório para transferência e registro da escritura.

Art. 3º - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias e indispensáveis com vistas a efetivar a desapropriação declarada neste Decreto, observando as disposições da Lei nº. 3.365/41.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goianinha/RN, 09 de outubro de 2026.

WILSON GOMES MACHADO JÚNIOR
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:4B702705

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DECRETO Nº 1.843/2026

Decreto Municipal nº 1.843, de 09 de outubro de 2026.

"Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, a fração imobiliária discriminada neste Decreto, e dá outras providências."

O MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, por seu Prefeito Municipal Interino, no uso das suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de assegurar a destinação de áreas específicas para a implementação de melhorias estratégicas e necessárias ao desenvolvimento municipal, incluindo a abertura de via pública para interligar o bairro Sapucaia ao bairro Bosque das Palmeiras, neste Município, visando à melhoria da mobilidade urbana, à integração entre as localidades e ao desenvolvimento ordenado da infraestrutura viária municipal.

Considerando, sobretudo, o interesse público.
DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Município de Goianinha/RN, por via amigável ou judicial, uma gleba de terra com área de 10.440,43m² (dez mil, quatrocentos e quarenta metros, virgula quarenta e três centímetros), representada pela seguinte descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **R04**, de coordenadas **N 9.305.278,390**m e **E 255.180,664**m; segue confrontando com Jomall empreendimentos LTDA, com os seguintes azimutes e distâncas 129°13'11" e 587,31 m até o vértice **R05**, de coordenadas **N 9.304.907,035**m e **E 255.635,671**m; segue confrontando com Loteamento Bosque das Palmeiras, com os seguintes azimutes e distâncias 244°38'57" e 19,93 m até o vértice **R06**, de coordenadas **N 9.304.898,502**m e **E 255.617,659**m; confrontando com Jomall empreendimentos LTDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 309°13'11" e 572,74 m até o vértice **R07**, de coordenadas **N 9.305.260,640**m e **E 255.173,945**m; segue confrontando com Elviro Lins Medeiros, com os seguintes azimutes e distâncias: 309°13'11" e 18,98m até o vértice **R04**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único: Todas as coordenadas descritas acima estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 33°00', fuso -25, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º - As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e dos exercícios

vindouros se necessário, incluindo eventuais despesas de cartório para transferência e registro da escritura.

Art. 3º - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias e indispensáveis com vistas a efetivar a desapropriação declarada neste Decreto, observando as disposições da Lei nº. 3.365/41.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goianinha/RN, 09 de outubro de 2026.

WILSON GOMES MACHADO JÚNIOR
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:DAC45E74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
EMENDA À LEI ORGÂNICA, Nº 02/2026 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Adiciona-se os Arts. 70-A e 70-B, à Lei Orgânica do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, no uso das atribuições que lhe confere FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL APROVOU e eu SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam acrescidos à Lei Orgânica do Município de Governador Dix-Sept Rosado os seguintes dispositivos:
"Art. 70-A. Compete ao Município instituir e arrecadar os tributos que lhe sejam atribuídos pela Constituição Federal, observadas as normas gerais de direito tributário e a legislação nacional aplicável.
Parágrafo único. Integram a competência tributária municipal, nos termos da Constituição Federal, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), o imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis (ITIV) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), sem prejuízo da participação do Município no imposto sobre bens e serviços (IBS), de competência compartilhada entre os entes federativos.

"Art. 70-B Os Impostos previstos no Art. 70-A, bem como as taxas decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa e de Serviços Públicos; assim como as Contribuições de Melhoria; e Contribuição Para os Serviços de Iluminação Pública e Para o Sistema de Monitoramento, Segurança e Preservação dos Logradouros Públicos (COSIMP) serão previstos, instituídos e regulamentados por Lei Complementar específica.
§1º. O imposto de que trata o Inciso IV do Art. 70-A é de competência compartilhada entre os Estados, Distrito Federal e Municípios.
§2º. Enquanto o Município não fixar alíquota própria do IBS por lei específica, aplicar-se-á a alíquota de referência definida na forma da Constituição Federal e da legislação complementar nacional.
§3º. A transição entre o ISS e o IBS observará exclusivamente os prazos, as condições e as normas estabelecidos pela Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e pela legislação complementar nacional aplicável.
§4º. A instituição, regulamentação, arrecadação, fiscalização, distribuição e transição relativas ao IBS observarão integralmente a Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 132, de 2023, a legislação complementar nacional e as normas editadas pelos órgãos constitucionalmente competentes."

Art. 2º - Esta Proposta de Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado/RN,
Em 07 de outubro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

PARECER CONTÁBIL: NECESSIDADE DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

CONTABILIDADE RESPONSÁVEL: CLAIR & LEITÃO CONTABILIDADE PÚBLICA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.571.183/0001-59, Rua Darcílio Wanderley, 343, Jardim Califórnia, Patos/PB.
RESPONSÁVEL TÉCNICA: CLAIR LEITÃO MARTINS BELTRÃO BEZERRA DE MELO, Contadora Pública, CRC-PB nº 4.395/O-7PB.
INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

1. Objeto da Análise
O presente Parecer Contábil tem por objeto analisar a necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro em relação à proposição legislativa que acrescenta os arts. 70-A e 70-B à Lei Orgânica do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN, com a finalidade de atualizar as disposições relativas à competência tributária municipal.
A proposição contempla os impostos de competência municipal, a participação do Município no Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, bem como a previsão de regulamentação dos tributos municipais por meio de legislação específica.

2. Fundamentação Técnica
A análise foi realizada com fundamento nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal exige a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa quando a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental ocasionar aumento de despesa.
O art. 17, por sua vez, estabelece requisitos específicos para a criação ou o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, assim compreendida aquela decorrente de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que estabeleça obrigação legal de execução por período superior a dois exercícios.
A proposição analisada limita-se à atualização das disposições da Lei Orgânica Municipal relacionadas à competência tributária, em conformidade com as alterações promovidas pela Reforma Tributária e pela legislação nacional aplicável.

3. Análise Contábil
A alteração proposta possui caráter normativo e não cria cargos, funções, gratificações, benefícios, obrigações contratuais, transferências ou qualquer outra despesa a ser suportada pelo orçamento municipal.
A proposição também não concede isenção, redução de alíquota ou de base de cálculo, remissão, anistia, crédito presumido ou qualquer outro benefício tributário que caracterize renúncia de receita.
A simples previsão, na Lei Orgânica Municipal, das espécies tributárias pertencentes à competência do Município e de sua participação no Imposto sobre Bens e Serviços – IBS não produz, por si só, efeito financeiro imediato. A instituição, regulamentação ou alteração dos tributos dependerá da edição de legislação específica.

Desse modo, a proposição não ocasiona aumento de despesa, não configura despesa obrigatória de caráter continuado e não promove renúncia de receita. Por essa razão, não há valor a ser estimado para o exercício de 2026 nem para os dois exercícios subsequentes.
Também não se verifica necessidade de alteração das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, nem de adequação específica

ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias em razão desta proposição.
Eventuais projetos de lei posteriores que regulamentem os tributos municipais deverão ser analisados individualmente, especialmente quando ocasionarem aumento de despesa ou concessão de benefício tributário que implique renúncia de receita.

4. Conclusão Técnica
Diante do exposto, conclui-se que a proposição destinada a acrescentar os arts. 70-A e 70-B à Lei Orgânica do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN não produz impacto orçamentário-financeiro direto, uma vez que possui conteúdo exclusivamente normativo e não ocasiona aumento de despesa nem renúncia de receita.
Consequentemente, não se mostra necessária a elaboração do Relatório de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro nem da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira previstas no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.
Sem prejuízo da conclusão contábil, recomenda-se que a assessoria jurídica providencie a adequação da espécie legislativa para Proposta de Emenda à Lei Orgânica, observando o procedimento próprio previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, bem como a correção da remissão constante do § 1º do art. 70-B, que atualmente menciona um inciso inexistente no art. 70-A.

Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado/RN, Em 07 de outubro de 2026.

CLAIR LEITÃO MARTINS BELTRÃO BEZERRA DE MELO
Responsável Técnica Pela Contabilidade Geral
CRC-PB Nº. 4.395/O-7PB

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:69D6C058

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 073/2026

O Secretário Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, nos dias 13 e 14 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.

Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 09 de outubro de 2026.

JEOACAZ GOMES MARQUES DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Educação (interino)
Portaria nº 104/2026-GP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 073/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA OU CIÊNCIAS DA NATUREZAOU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
3.	264	**WILDNER WALKER RODRIGUES MARINHEIRO**

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____, RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:

( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?

_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:772A7BAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 022/2026

Dispõe sobre transferência do ponto facultativo relativo ao Dia do Servidor Público, nas repartições públicas municipais de Ielmo Marinho/RN, do dia 28, para dia 30 de outubro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro, é declarado ponto facultativo em comemoração ao ***Dia do Servidor Público***.

CONSIDERANDO o interesse público na racionalização dos serviços administrativos e na redução de custos operacionais, promovendo maior eficiência e economicidade no funcionamento da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido do dia 28 de outubro (quarta feira), para dia 30 de outubro de 2026 (sexta feira), o ponto facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Indireta, do Município de Ielmo Marinho/RN, excetuando-se as atividades ou serviços considerados essenciais.

Art. 2º Caberá aos Secretários Municipais e dirigentes de órgãos da Administração Direta e Indireta assegurar a manutenção dos serviços indispensáveis à população.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, em 09 de outubro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:56BA29B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, fará Futura Aquisição de parquinhos infantis para atendimento às unidades da rede municipal de ensino de Ipanguaçu/RN que ofertam Educação Infantil, destinados à implantação e/ou melhoria de espaços recreativos e pedagógicos, proporcionando ambientes adequados para brincadeiras, interação e desenvolvimento motor, social e cognitivo das crianças.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PLAYGROUND INFANTIL - Composto por: Três torres com telhados e duas pontes de conexão, confeccionado em rotomoldado com paredes de quatro milímetros de Polietileno virgem de alta densidade, tratado contra a ação dos raios ultravioletas, deve ser montado sem a necessidade de parafusos com encaixes de alta precisão. Medidas mínimas do Playground: 3 torres com paredes de 4mm. Cada torre: 3 fases com plataformas de sustentação triangular. 2 pontes compostas por piso antiderrapante e ranhuras para evitar o acúmulo de água. 2 corrimãos com laterais vazadas no sentido vertical e formato ondulado na parte superior. 1 escalada antiderrapante com desenhos de pedras nas seguintes medidas aproximadas de: 1.400 mm do chão até a base e 750 mm de largura. 1 escorregador de 1.54 mt C x54,0 cm L x 4,0 cm. Cada módulo deve acompanhar: 1 telhado triangular de 1.44 mt C x 1.37 mt L x 47,0 cm de A. 3 bases de apoio. Medidas mínimas totais: Altura: 2.25 mt Largura: 3.80 mt Comprimento: 6.50 mt. Deve estar em conformidade com a norma NBR 300-1/2011 e NBR 300-3/2011 com a Portaria 369/07-Certificado pelo INMETRO	UNIDADE	2
2	Gangorra de animais - Composta por: Assento anatômico em formato de animais com pegadores em polietileno uniforme ao padrão do molde. Confeccionada em polietileno rotomoldado	UNIDADE	4

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: pesquisamercadologica@ipanguacu.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

OBJETO
Aquisição de parquinhos infantis para atendimento às unidades da rede municipal de ensino de Ipanguaçu/RN que ofertam Educação Infantil, destinados à implantação e/ou melhoria de espaços recreativos e pedagógicos, proporcionando ambientes adequados para brincadeiras, interação e desenvolvimento motor, social e cognitivo das crianças, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
A presente contratação tem como finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN, por meio da aquisição de 02 (dois) playgrounds infantis e 04 (quatro) gangorras em formato de animais, destinados às unidades da rede municipal de ensino que ofertam Educação Infantil, visando

proporcionar espaços adequados, seguros e lúdicos para o desenvolvimento das atividades educacionais e recreativas.
A disponibilização de equipamentos recreativos adequados à faixa etária das crianças é essencial para o desenvolvimento integral na Educação Infantil, contribuindo para o aprimoramento da coordenação motora, equilíbrio, criatividade, autonomia, socialização e interação, além de ampliar as possibilidades de realização de atividades pedagógicas baseadas no brincar e na convivência.
Dessa forma, a aquisição dos equipamentos contribuirá para a melhoria da infraestrutura destinada à Educação Infantil, proporcionando ambientes mais adequados, atrativos, seguros e estimulantes, fortalecendo as práticas pedagógicas e ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças atendidas pela rede municipal de ensino.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois, conforme dispõe o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
A presente contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal vigente e que foram atendidos os requisitos para a contratação direta.

5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O contrato vigorará até a conclusão da entrega do objeto e cumprimento das obrigações contratuais.

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o que determina o inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/21.
A contratação direta obedecerá às disposições da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal nº 19/2023.
O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026. As justificativas estão constadas em campo específico do Estudo Técnico Preliminar.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e compreende o planejamento da aquisição, a contratação direta, o fornecimento, a entrega, a montagem e instalação quando aplicáveis, o recebimento, o registro patrimonial, a utilização, a manutenção durante a vida útil e a destinação final ambientalmente adequada dos materiais e componentes.
Os equipamentos deverão possuir características que favoreçam durabilidade, facilidade de manutenção, segurança e adequação ao uso coletivo em ambiente escolar, de modo a proporcionar maior vida útil e melhor relação custo-benefício.

Sustentabilidade;
A contratação observará, no que couber, os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021 e as disposições da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Deverão ser priorizados equipamentos duráveis, de fácil manutenção e, quando possível, fabricados com materiais passíveis de reciclagem ou reaproveitamento, devendo as embalagens e resíduos gerados na entrega, montagem ou instalação receber destinação ambientalmente adequada.
Subcontratação;
Não será admitida a transferência integral do objeto. Eventuais atividades acessórias de transporte, montagem ou instalação permanecerão sob integral responsabilidade da contratada, ainda que executadas por terceiros autorizados, sem afastar sua responsabilidade pela qualidade e segurança do fornecimento.
Garantia da Contratação;
Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza e a baixa complexidade da aquisição, sem prejuízo da garantia do produto.
Garantia do Produto;
Os equipamentos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e vícios do produto pelo prazo legal, sem prejuízo de prazo superior eventualmente oferecido pelo fabricante ou constante da proposta, hipótese em que prevalecerá a condição mais favorável à Administração.

Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar, substituir ou providenciar a correção de componentes com defeito de fabricação ou desconformidade, sem custo adicional para a Administração, observadas as condições de uso e manutenção do equipamento.
Da vistoria;
Não será exigida vistoria prévia obrigatória para apresentação de proposta. A Secretaria Municipal de Educação deverá verificar previamente os espaços destinados aos equipamentos, especialmente quando houver necessidade de montagem ou fixação, podendo disponibilizar informações adicionais aos interessados para correta formulação das propostas.
Documentação técnica do produto;
O fornecedor deverá apresentar, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, manual, fotografia ou documento equivalente que permita verificar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações deste Termo de Referência.
- EXECUÇÃO DO OBJETO
Condições de execução;
A execução terá início após o recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.
A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento, conforme estabelecido no DFD e no ETP.
Os equipamentos deverão ser entregues novos, devidamente acondicionados, completos, sem avarias, acompanhados dos componentes, acessórios e documentos necessários à sua utilização.
Quando o produto exigir montagem, instalação ou fixação para utilização segura, a contratada deverá realizar tais atividades nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, utilizando ferramentas, materiais e mão de obra necessários, sem cobrança adicional além do valor contratado.
A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga, montagem e demais providências necessárias à entrega completa do objeto, quando aplicáveis.
Produtos entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, danos, instabilidade, falta de componentes ou qualquer condição que comprometa a segurança poderão ser recusados, devendo ser substituídos ou regularizados pela contratada sem ônus para a Administração.
Local da entrega;
A entrega será realizada nas unidades da rede municipal de ensino de Ipanguaçu/RN que ofertam Educação Infantil, ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, cujos endereços serão informados na Ordem de Fornecimento.
Materiais, componentes e recursos a serem disponibilizados;
Para a adequada execução do objeto, a contratada deverá fornecer todos os equipamentos, componentes, ferragens, acessórios, materiais de fixação, manuais e demais elementos necessários ao pleno uso dos parquinhos, inclusive ferramentas e mão de obra para montagem e instalação quando estas forem necessárias.
- GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta e no instrumento de contratação, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021.

As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
A Administração poderá convocar representante da empresa para prestar esclarecimentos ou adotar providências necessárias à adequada execução do objeto.
Fiscalização;
A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ou por seus respectivos substitutos.
Fiscalização Técnica;

O fiscal técnico acompanhará a entrega, a montagem e instalação quando aplicáveis, verificando quantidades, integridade, especificações, acabamento, estabilidade, funcionamento, documentação técnica e compatibilidade dos produtos com a proposta e com este Termo de Referência.
O fiscal registrará as ocorrências relacionadas à execução e notificará a contratada para correção de falhas, substituição de itens ou complementação do fornecimento, fixando prazo compatível para regularização.
Concluída a entrega, o fiscal encaminhará ao gestor a documentação necessária ao recebimento definitivo e à liquidação da despesa.

Fiscalização Administrativa;

O fiscal administrativo, quando designado, acompanhará a manutenção das condições de habilitação, o empenho, o pagamento, as glosas e os demais aspectos administrativos da contratação, solicitando documentos comprobatórios quando necessário.

Gestor da Contratação;

O gestor coordenará o acompanhamento e a fiscalização da contratação, mantendo os registros formais de execução e adotando as providências necessárias ao cumprimento do objeto.
O gestor acompanhará as ocorrências registradas pelos fiscais, a manutenção das condições de habilitação e o fluxo de liquidação e pagamento, encaminhando à autoridade competente as situações que ultrapassem sua competência.
O gestor providenciará, ao final da execução, os registros necessários acerca do atendimento da finalidade da contratação e encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável pela liquidação e pagamento.

- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento;

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência, da proposta e da Ordem de Fornecimento, nos termos do art. 140, inciso II, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021.
Para efeito do recebimento provisório, serão verificadas a quantidade, a integridade aparente das embalagens e dos equipamentos e a correspondência inicial com o item contratado.
O recebimento definitivo será realizado após a verificação da qualidade, quantidade, especificações, montagem e instalação quando aplicáveis, segurança, estabilidade e demais exigências, mediante termo detalhado ou atesto equivalente, nos termos do art. 140, inciso II, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, durabilidade, vícios ou defeitos do objeto.

Liquidação;

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis.
Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal ou Fatura apresenta os elementos necessários, inclusive identificação do órgão contratante, referência ao instrumento de contratação, descrição do objeto, quantidade, valor e eventuais retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na documentação fiscal, divergência no fornecimento ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização pela contratada, reiniciando-se após o saneamento sem ônus para a Administração.
A Nota Fiscal ou instrumento equivalente deverá estar acompanhada da comprovação de manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, quando exigível.

Prazo de pagamento;

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observada a regulamentação aplicável.
No caso de atraso imputável ao Contratante, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente na forma prevista na legislação e no instrumento de contratação.

Forma de pagamento;

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta indicados pela contratada.
Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a documentação comprobatória de seu enquadramento para aplicação do tratamento tributário pertinente.

Antecipação de pagamento;

Não será admitido pagamento antecipado. O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega e ao recebimento do objeto, ressalvada hipótese excepcional expressamente autorizada e devidamente justificada nos termos da legislação.

Cessão de crédito;

Eventual cessão de crédito somente produzirá efeitos perante a Administração quando observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto.

Das demais condições do pagamento;

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada das provas de regularidade fiscal e trabalhista exigíveis para a contratação, incluindo, quando aplicável, regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta;

O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, mediante dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que o valor estimado permaneça dentro do limite legal vigente.
A escolha do fornecedor deverá observar a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o menor preço por item, desde que cada produto atenda integralmente às especificações, requisitos de segurança, qualidade, prazo e demais condições deste Termo de Referência.
A contratação direta deverá ser instruída com pesquisa de preços e demonstração da compatibilidade do valor contratado com o mercado, bem como razão da escolha do fornecedor e demais documentos legalmente exigíveis.

Regime de execução;

O fornecimento será executado em parcela única ou conforme cronograma indicado na Ordem de Fornecimento, contemplando 02 (dois) playgrounds infantis e 04 (quatro) gangorras de animais, nos locais de entrega indicados pela Secretaria Municipal de Educação, sem caracterização de fornecimento de natureza contínua.

Exigências de habilitação;

Para fins de habilitação, o futuro contratado deverá comprovar os requisitos jurídicos, fiscais, sociais, trabalhistas e técnicos compatíveis com o objeto e proporcionais à contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Habilitação jurídica;

Deverão ser apresentados os atos constitutivos e documentos de representação compatíveis com a natureza jurídica do fornecedor, acompanhados do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, quando cabível.

Habilitação fiscal, social e trabalhista;

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.
Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Justiça do Trabalho.
Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, quando exigível.

Qualificação técnica e documentação do produto;

O fornecedor deverá apresentar catálogo, ficha técnica, manual, fotografia, indicação de fabricante/modelo ou documentação equivalente suficiente para demonstrar que o produto ofertado atende às especificações deste Termo de Referência.
A Administração poderá exigir documentação que demonstre experiência compatível com o fornecimento do objeto, desde que a exigência seja pertinente, necessária e proporcional à contratação.
Deverá ser apresentada declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, bem como demais declarações legalmente exigíveis à contratação.

O fornecedor deverá declarar a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública e manter as condições de habilitação durante a execução da contratação.

- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação será realizado na etapa das pesquisas realizada pelo setor de compras.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023);

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos nos Orçamentos Geral Municipal.

A contratação será atendida pelas despesas decorrentes desta solicitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal seguintes dotações orçamentárias, as quais serão oportunamente informadas e anexadas pelo Setor da Contadoria Geral do Município.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações da Contratante;

Fornecer à contratada as informações necessárias à execução, inclusive os locais de entrega e orientações relativas ao acesso às unidades escolares, considerando os quantitativos de 02 (dois) playgrounds infantis e 04 (quatro) gangorras de animais.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Termo de Referência, a proposta e o instrumento de contratação.

Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por meio de servidor formalmente designado, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento da contratação.

Receber os bens, conferindo quantidade, qualidade, especificações, integridade, segurança, montagem e instalação quando aplicáveis.

Notificar a contratada sobre falhas, defeitos, avarias ou desconformidades, fixando prazo para substituição ou correção.

Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecidos neste Termo de Referência, após a regular liquidação da despesa.

Efetuar as retenções tributárias legalmente cabíveis, quando aplicáveis.

Providenciar, após o recebimento definitivo, o registro patrimonial dos equipamentos e sua destinação às unidades beneficiadas.

Obrigações da Contratada;

Fornecer os parquinhos nas quantidades, condições, especificações, prazos e locais definidos neste Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento.

Entregar produtos novos, sem uso anterior, completos, seguros, sem avarias e acompanhados de todos os componentes, acessórios e documentos necessários.

Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e, quando aplicável, montagem, instalação e fixação dos equipamentos.

Substituir, reparar ou corrigir, sem ônus adicional, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações, com vícios, defeitos ou falhas que comprometam sua segurança ou utilização.

Fornecer manual, orientações de uso e manutenção, ficha técnica e documentação do fabricante, quando aplicáveis.

Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e regularidade exigidas para contratar com a Administração Pública.

Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração e indicar representante para contato durante a execução.

Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

Cumprir as obrigações de garantia e assistência relacionadas aos produtos fornecidos, nos termos da proposta e da legislação aplicável.

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado ou da data da proposta apresentada pelo contratado.

Após o interregno de 01 (um) ano, e mediante solicitação da contratada, os preços poderão ser reajustados, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

A contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação vigente.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo, para reajustamento do valor remanescente do contrato.

O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações contidas no disposto do Art. 155 da Lei nº 14.133/21.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item

17 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

as sanções contidas no disposto do Art. 156 da Lei nº 14.133/21.

O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que haja as devidas justificativas.

O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial

atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme previsto no Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

DO FORO

Para a solução de qualquer pendência oriunda da execução do contrato não resolvida na esfera administrativa, será escolhido o Foro da Comarca de Ipanguaçu/RN, renunciando a qualquer outro ainda que privilegiado.

Ipanguaçu - RN, 09 de outubro de 2026.

Atenciosamente,

SERJANE DE ARAUJO
Secretária Municipal de Educação Portaria nº 307/2025
Responsável Pelo Termo de Referência

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:62D71E5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: JUCIANA TAVARES BEZERRA DE SOUZA
DO OBJETO: Prestação de serviços como ASG junto a Secretaria Municipal de Educação.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 02 de fevereiro de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 07 de outubro de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 08 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3B3F12CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: JOBECI LINS DA CUNHA
DO OBJETO: Prestação de serviços como ASG junto a Secretaria Municipal de Educação.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 04 de março de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 07 de outubro de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 08 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C8A62133

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 479/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: VENICIA BENTO SOARES
DO OBJETO: contratação para desempenho da atividade de enfermeira, junto a Secretaria Municipal de Saúde
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.
DO VALOR MENSAL: R$ 3.000,00 (três mil reais)
DOS RECURSOS FINANCEIROS: 03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.04.1.600.000 Contratação por Tempo Determinado.
DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público e Lei nº. 068/2025.

Ipanguaçu/RN, 01 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C06F5A06

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 472/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, ANTONIO MADSON DAS CHAGAS DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº.***601.194-31-, das atribuições inerentes ao cargo de Comissionado Diretor de Recursos Humanos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa 06 de maio de 2025,revogadas as disposições em contrário.

Ipanguaçu/RN, 09/10/2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:7137BF8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 473/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR, ERIVANETE DA SILVA CARDOSO COSME, inscrito (a) no CPF sob o nº. ***. 351.124-04, das atribuiçoes ao cargo comissionado Coordenador Nível I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 09 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:020AA4A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 474/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR; MARISTELA MOURA DE ARAÚJO, CPF: ***872.234-26 das atribuições ao cargo de comissionado Coordenador Nível I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 09 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:A7888DE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 475/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR; JANE KELLE NASCIMENTO DE AQUINO SILVA, CPF: ***.828.924-63 das atribuições ao cargo de comissionado Diretor (a) Regional de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 09 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:3927A024

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 476/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR; TUNEFIS DA SILVA MORAIS , inscrito no CPF sob o nº. *****.**563.934-04, das atribuições ao cargo comissionado de Diretor Geral das Unidades Básicas de Saúde, lotado Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 09 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:203910A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 477/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR; CAMILA KALINI MIRANDA DA CUNHA GOMES**,** CPF: *****.** 700.914-36, das atribuições ao cargo comissionado Diretor (a) da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 09 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:73547DBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÚ/RN

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, **às 10h00min**, nas dependências da Câmara Municipal de Itaú/RN, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Saúde de Itaú/RN, com a presença dos conselheiros titulares e suplentes, conforme lista de presença, além de representantes da Secretaria Municipal de Saúde e demais participantes convidados. A reunião teve como finalidade principal a apresentação e apreciação do 2º Relatório Detalhado ZAdo Quadrimestre Anterior – 2º RDQA, referente ao período de maio a agosto de 2026, bem como a apresentação da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2026 do Fundo Municipal de Saúde de Itaú/RN,

para conhecimento, análise e acompanhamento pelo Conselho Municipal de Saúde, no exercício de sua função de controle social. Dando início aos trabalhos, foi realizada a abertura da reunião, com a saudação aos conselheiros e participantes e a apresentação da pauta. Em seguida, passou-se à apresentação dos slides da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 2º RDQA – maio a agosto de 2026, apresentado pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde. Inicialmente, foram apresentados os dados demográficos do Município de Itaú/RN, destacando-se a população de 5.320 habitantes, conforme Censo 2022, sendo 4.391 habitantes na zona urbana, correspondendo a 82,54%, e 929 habitantes na zona rural, correspondendo a 17,46%. Foi apresentada ainda a área territorial do município, de 133,031 km². Na sequência, foi apresentada a estrutura física da Rede Municipal de Saúde, composta por 01 Secretaria de Saúde, 03 Unidades Básicas de Saúde, 01 anexo da UBS Mãe Dália, 01 Hospital, 01 Farmácia Básica, 01 Farmácia Hospitalar, 01 Laboratório Municipal e 01 Academia da Saúde, além dos veículos próprios utilizados nos serviços de saúde, sendo 02 ambulâncias, 01 Chevrolet Spin, 01 Fiat Mobi e 01 Renault Kwid. Quanto ao quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, foi informado o total de 89 profissionais, sendo 44 efetivos, 40 contratados e 05 comissionados. Também foram apresentados os profissionais vinculados à Atenção Primária, contemplando médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, cirurgiões-dentistas, técnicos em consultório dentário, fisioterapeutas, nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo, educadores físicos, agentes de combate às endemias, agentes comunitários de saúde, fiscal sanitário, farmacêutico, bioquímico e técnico em análise clínica. Prosseguindo, foram apresentados os dados referentes às consultas especializadas, cuja produção teve início no mês de junho, destacando-se: 59 atendimentos em Cardiologia, 50 em Ortopedia, 42 em Neuropediatria, 35 em Psiquiatria, 27 em Reumatologia e 20 em Pequenas Cirurgias. Em relação à COPIRN – Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte, foi apresentada a realização de 519 atendimentos, envolvendo encaminhamentos e procedimentos regulados, com referências para Pau dos Ferros, Mossoró e Natal. Entre os procedimentos realizados foram destacados 235 exames laboratoriais, citológicos e anatomopatológicos; 74 consultas médicas em atenção especializada; 41 ultrassonografias; 39 ressonâncias magnéticas; 31 tomografias computadorizadas; 28 exames cardiológicos; 15 exames endoscópicos; 9 radiografias; 7 exames neurológicos; 7 mamografias bilaterais; 6 densitometrias ósseas; 6 ecodopplers vasculares periféricos; 6 espirometrias/provas de função pulmonar; 5 exames oftalmológicos e 5 outros procedimentos, totalizando 519 atendimentos. Foi também apresentada a produção dos serviços municipais do SUS, destacando-se 7.731 consultas médicas na Atenção Primária, 1.523 consultas de enfermagem, 2.036 atendimentos de saúde bucal, 1.162 atendimentos relacionados à saúde da mulher, 3.108 procedimentos de enfermagem, 2.100 exames laboratoriais, 19.887 visitas domiciliares territoriais, 883 vacinações, 37 atividades coletivas, 551 internações hospitalares, 966 atendimentos da e-Multi, 165 atendimentos da fonoaudióloga e 50 atividades da Academia da Saúde. Na apresentação, também foram abordados os sistemas de Regulação Ambulatorial e SISREG, os programas de acompanhamento de Hipertensão e Diabetes, com registro de 1.199 hipertensos e 511 diabéticos, bem como os grupos de HIPERDIA desenvolvidos nas Unidades Básicas de Saúde. Foi explicado ainda o fluxo de dispensação de insulina, sendo informado que 45 usuários fazem uso regular de insulina entregue pela Farmácia Básica, seguindo fluxo organizado junto à VI Unidade Regional de Saúde Pública – VI URSAP, responsável pelo fornecimento/abastecimento conforme os critérios e procedimentos estabelecidos pela Assistência Farmacêutica. Foram apresentados os quantitativos de 29 usuários de Insulina NPH, 04 de insulina particular, 02 de Tresiba e 10 de Glargina. Também foram apresentados programas e ações desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo Saúde na Praça, Grupo Coluna Terapia, Programa Saúde na Escola – PSE e Grupo Laços de Inclusão, este último desenvolvido em parceria com o CRAS para ações e acompanhamento das famílias atípicas. Em relação à Saúde Bucal, foi destacado o início, em agosto, do Serviço de Prótese Dentária, com 40 pacientes atendidos e 80 próteses, além da implantação/organização do SESB – Serviço Especializado de Saúde Bucal, com as especialidades de Ortodontia e Cirurgia. No tocante à situação epidemiológica da dengue, foi apresentada a ocorrência de 18 casos notificados e 18 casos confirmados, conforme dados do SINAN apresentados no relatório. Foram destacadas as ações realizadas pelos Agentes de Combate às Endemias, incluindo reunião com a equipe técnica das Arboviroses da SESAP/RN, palestras educativas, ações de barreira/bloqueio de casos e utilização do carro fumacê. Foi registrado que o carro fumacê esteve programado para atuação no município no período de 11 a 24 de setembro de 2026, em quatro ciclos, utilizando o equipamento LECO HD 1600. Na sequência, foram apresentados os avanços, desafios e próximas ações da Secretaria Municipal de Saúde. Entre os avanços, destacaram-se a ampliação da oferta de consultas médicas especializadas, realização de exames laboratoriais, citológicos e anatomopatológicos, ampliação de ultrassonografias, fortalecimento da regulação por meio da COPIRN, ampliação do acesso a cirurgias e procedimentos oftalmológicos, atendimento das demandas de órteses e próteses, ampliação do acesso a médicos especialistas, organização das UBS e da Atenção Primária, reorganização das equipes, implantação/organização do ponto eletrônico, fortalecimento da Vigilância em Saúde e das ações de enfrentamento da dengue, além do fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde e da participação social. Quanto aos desafios, foram apresentados a nova gestão municipal com período reduzido para transição, reorganização administrativa e levantamento das informações da Secretaria, regularização de acessos e sistemas de informação, organização dos cadastros e equipes profissionais, garantia da continuidade dos serviços durante a reorganização, redução de demandas reprimidas de consultas, exames e procedimentos, intensificação das ações de enfrentamento da dengue e fortalecimento da estrutura e da Rede Municipal de Saúde. Como próximas ações, foram apresentadas a intenção de ampliar consultas e exames, monitorar indicadores, qualificar profissionais, fortalecer as UBS e o Hospital Municipal, aperfeiçoar a regulação, ampliar as ações de prevenção e fortalecer o planejamento e o controle social. Após a apresentação do relatório pela Secretaria Municipal de Saúde, passou-se ao segundo momento da reunião, com a apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 2º Quadrimestre de 2026, correspondente ao período de 01 de maio a 31 de agosto de 2026. A apresentação contábil teve como responsável a Secretária Municipal de Saúde, Marize Claire de Lima Melo, e o contador Edvam Moreira de Sena. Foi esclarecido que a prestação de contas contempla a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde e observa a sistemática de transparência e controle social prevista no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, abrangendo receitas, despesas, aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posição financeira ao encerramento do período. Durante a exposição, foi apresentado que o Município registrou, no período, R$ 2.778.041,61 de receita orçamentária arrecadada, além de R$ 1.312.472,23 em transferências financeiras, totalizando R$ 4.090.513,84 em ingressos gerais no quadrimestre. A receita orçamentária acumulada até 31 de agosto de 2026 foi apresentada no valor de R$ 4.227.010,76. Em relação às despesas, foi apresentado o total de R$ 3.137.947,23 em empenhos emitidos no quadrimestre, enquanto o demonstrativo resumido registrou R$ 3.726.431,42 em despesas liquidadas e R$ 3.647.757,77 em valores pagos e retidos. Quanto à aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, foi informado o valor de R$ 3.137.338,66, correspondente a 19,51%, frente ao percentual mínimo constitucional de 15,00%, resultando em diferença de 4,51 pontos percentuais acima do mínimo indicado no demonstrativo. Também foi apresentado o saldo bancário em 31 de agosto de 2026, no valor de R$ 3.835.964,78, referente às contas conciliadas do Fundo Municipal de Saúde. O relatório contábil registra ainda saldo contábil de R$ 3.865.734,18, com diferença conciliada de R$ 29.769,40. Na sequência, foram apresentados os indicadores populacionais e de cobertura utilizados no relatório contábil, incluindo a estimativa populacional de 5.441 habitantes para 2026, conforme referência apresentada no documento, além de 03 equipes de Saúde da Família ativas, cobertura estimada de 100% da Saúde da Família e 17 leitos SUS. O relatório também registra, para fins de contextualização, os dados do Censo 2022, que apontam população de 5.320 habitantes. Foi esclarecido aos conselheiros que os valores apresentados nos diferentes demonstrativos possuem finalidades contábeis distintas, não devendo ser necessariamente interpretados como grandezas idênticas, permanecendo cada valor conforme o respectivo demonstrativo de origem. Após as

apresentações, foi aberto espaço para manifestações, esclarecimentos e questionamentos dos membros do Conselho Municipal de Saúde, sendo os assuntos relacionados à execução das ações e serviços de saúde, aplicação dos recursos públicos, produção dos serviços, regulação, assistência farmacêutica, vigilância em saúde, situação epidemiológica da dengue, organização da Rede Municipal de Saúde e demais informações apresentadas nos relatórios. Os membros do Conselho Municipal de Saúde registraram a importância da apresentação dos dados para o exercício do controle social, acompanhamento da execução das políticas públicas de saúde e transparência na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, ficando consignado que os documentos apresentados integram a documentação da reunião para fins de registro e análise pelo Conselho. Após os esclarecimentos, ficou registrado que a Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2026, acompanhada dos respectivos demonstrativos contábeis, foi apresentada ao Conselho Municipal de Saúde para apreciação e demais providências de controle social cabíveis, conforme documentação apresentada. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada **às 10h52min**, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora e demais conselheiros presentes, conforme lista de presença.

Itaú/RN, 02 de outubro de 2026.

BRENDO EMANUEL DE MORAIS ANDRADE
Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde

LEYLA PRICILHA MAIA SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

MARIZE CLAIRE DE LIMA MELO
Secretaria Municipal de Saúde Pública

EDVAM MOREIRA DE SENA
Contador

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:520FFCFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

Ata de Recomposição de Membros, Eleição da Diretoria, Regularização de Pendências e Encaminhamentos Institucionais

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e vinte seis (11-9-2026), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação-CME, localizado na Rua Cleofas Nunes, nº 74, centro de Itaú-RN, CEP. 59.855-000, nos termos da Lei Municipal nº 440/16, em conformidade com a Portaria nº 301/2026, reunidos em sessão ordinária sob a presidência do senhor Manoel Egleudo Rodrigues Brasil, com a presença dos representantes da gestão municipal, representantes da educação e apoio técnico, **para deliberar sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Educação, análise de pendências documentais, recomposição de cadeiras, formalização da nova Diretoria Executiva e outras providencias.** Para secretariar os trabalhos foi designada a professora Nayara Queiroz Bezerra. Verificou-se o quórum, e que havia o suficiente da representação dos participantes. Iniciou-se, com o **Item I-** A reestruturação do Conselho Municipal de Educação (CME) faz-se necessária antes do término do mandato anterior previsto originalmente para o final de 2026, motivada por vacâncias de conselheiros, necessidade de ajustes de critérios legais e mudanças ocorridas na gestão municipal após a posse do novo governo municipal em 9 de junho de 2026. **Item II-** Defasagem de Representações: Constatou-se que a grande maioria das representações nomeadas anteriormente neste conselho, já não faz parte das funções ou segmentos representados, exigindo atualização cadastral imediata. No livro de ata lavrado, consta apenas a apresentação da nova diretoria do CME, mas não apresenta renúncia da então presidente Professora Ieda Maria de Oliveira Freitas, ocorrido em 26 de abril de 2024, e a ascensão da nova presidente Maria de Fátima Pereira Pinheiro. E ainda a referida ata omitiu a nominata completa dos demais conselheiros e da diretoria executiva, ferindo o regimento interno que exige a qualificação de todos os membros a cada renovação. **Item III-** Exoneração Automática de Indicados: Esclareceu-se que os conselheiros indicados pela administração pública que se desligarem dos cargos funcionais perdem automaticamente o direito de representação, necessitando de substituição por ato oficial. **Item IV**-O coordenador do controle interno Dr. Ruberto Pessoa Brasil apresentou informes técnicos da importância e urgência da regularização dos conselhos municipais frente aos órgãos de fiscalização e controle, principalmente no tocante a transparência. Informou que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte requereu dados e atas dos conselhos municipais de Itaú/RN, devido à ausência de informações no Portal da Transparência, gerando prejuízos por paralisação deliberativa, e pontuou-se severamente que a inatividade dos conselhos e o atraso nas deliberações fizeram com que o município perdesse prazos decisivos para aplicação de recursos financeiros significativos, riscos legais e responsabilização. E ainda fez alerta quanto ao risco de o Ministério Público instaurar procedimentos para apurar responsabilidades diretas dos conselheiros e gestores pela inatividade ou perda de prazos que causem danos ao erário. **Item V**-Periodicidade obrigatória das reuniões do CME: Reafirmou-se o dever regimental de realização de reuniões ordinárias, no mínimo, de forma bimestrais necessária adequação em novo projeto de lei municipal. Destacou-se que o Conselho Municipal de Educação possui papel decisivo e poder deliberativo nas políticas públicas do município. Ficou assentado que o CME deve atuar de forma integrada, superando divisões ideológicas ou disputas de grupos, visando exclusivamente a melhoria do ensino público e o atendimento a todos os cidadãos do município de Itaú, sem distinção de cor, raça, religião ou posicionamento político de seus membros. **Item-VI-** Da eleição**.** Em ato contínuo, procedeu-se à recomposição através de eleição da nova Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Educação para condução dos trabalhos no novo triênio, ficando constituída através de votação em chapa única e escolha. Assim foi feita de forma unânime com aclamação da chapa única da seguinte forma: PRESIDENTA: Maria de Fátima Pereira Pinheiro, CPF nº 036. ***. ***92 – Reeleita ao cargo, dada a sua atuação na presidência no ciclo anterior. VICE-PRESIDENTA: Professora Josicleide Soares da Silva Cavalcante, CPF nº 045. ***.*** 02 – Eleita para a vice-presidência. A professora Nayara Queiroz Bezerra, CPF nº 075. ***.***-83, Eleita para a secretaria executiva do conselho. DEMAIS REPRESENTAÇÕES: **Representando o poder público**: **Secretária Municipal de Eucação:** Manoel Egleudo Rodrigues Brasil, CPF nº 008. ***.***-33, como titular, Iêda Maria de Oliveira Freitas, CPF nº 937. ***.***-87, como suplente; **Secretaria da Assistência Social:** Tamisa Sammara da Silva Brasil, CPF nº 065. ***.**-40, como titular, e Francisco Iuremberg Martins de Oliveira, CPF nº 050. ***.*** -00, como suplente, **Secretaria Municipal de saúde:** Márcia Kelly de Almeida Mota, CPF nº 053. ***.*** -59, como titular, e Leyla Priscilha Maia Souza, CPF nº 050. ***.***-90, como suplente, **Secretaria Municipal de Administração e Financias:** Arivan Alves Brasil Júnior, CPF nº 705. ***.*** -10, como titular, e Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes, CPF nº 062. ***.*** -85, como suplente; **Diretores escolares:** Josicleide Soares da Silva Cavalcante, CPFº 045. ***.*** -02, como titular, e Maria Neziania de Carvalho Maia Pereira, CPF nº 034. ***.*** -21, como suplente. **Representando a sociedade civil**: **Professores da Rede Pública Municipal:** Rita Josimara Aires Pereira Martins, CPF nº 041. ***.*** -50, como titular, e Maria Neurimar Brasil Medeiros, CPF nº 009. ***.***-92, como suplente; Gildekátia de Oliveira Freitas, CPF nº...., como titular, e Maria da Conceição Fernandes de Lima, CPF nº 008. ***.*** -61, suplente; **CACS-FUNDEB:** Stênio Marcos Maia de Lima CPFº 538. ***.*** 91, e Eduardo Alves de Lima, CPF nº 897. ***.*** -91, como suplente; **Sindicato dos profissionais da educação:** Maria de Fátima Pereira Pinheiro, CPF nº 036. ***.*** -92 como titular, Alexsomara Maia Andrade, CPF nº 022. ***.***-63, como suplente; **c Conselho Tutelar:** Emikson Kauâ Leite Pereira, CPF nº 129. ***.***-16, como titular, e Jadson Fernandes De Lima, CPF nº 083. ***.*** -46, com suplente, **Diretor Escolar da Rede Privada:** Maria Léiassandra Gonçalves Medeiros Pinheiro, CPF nº 650. ***.*** -20, como titular, e Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa, CPF nº 466. ***.*** -68 como suplente, **Diretores da Rede Estadual:** José Eronildo da Silva, CPF nº 942. ***.***-15, como titular, e Deuzivania Santos Ferreira, CPF nº 011. ***.***-65, como suplente, **Pais de**

alunos: Maria Edileuza da Silva, CPFº 051. ***.***-70, e Alex Sandro Silva Resende, CPF n º 008. ***.***-65, como suplente. A lista completa com os nomes dos conselheiros titulares e suplentes de cada segmento professores, diretores, pais, estudantes, poder executivo e sociedade civil, foi formalmente acolhida para inclusão no anexo da documentação e decreto oficial. Fica conferida à nova Diretoria Executiva total autonomia para presidir, convocar e organizar as próximas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho. **Plano Municipal de Educação (PME 2026–2036)** O Secretário de Educação registrou a apresentação da Comissão Gestora do PME. O Plano Municipal de Educação é um documento decenal com vigência atual até 2026. A comissão dará início imediato aos trabalhos de elaboração do Plano para o decênio 2026–2036, processo que exige planejamento de longo prazo, consultas públicas e ampla participação da comunidade escolar. **Da Regularização do Anexo de Ensino em Tempo Integral da Escola Municipal José Pôrto de Queirós**. Foi pautada a situação do Anexo alocado para o Ensino em Tempo Integral, objeto de fiscalização do Ministério Público devido a inadequações de infraestrutura, citando como exemplo acessibilidade, sanidade e espaço físico**. Irretroatividade da Adesão**: Esclareceu-se que, uma vez efetuada a adesão ao Programa de Ensino Integral, o município não pode recuar ou cancelar a oferta. **Pactuação de Solução Técnica**: Em reunião prévia entre a Secretaria de Educação, o Procurador Geral Dr. Gustavo Sousa Araújo e o Secretário de Obras Rômulo Brasil Resende, definiu-se como prioridade a conclusão 100% da parte térrea (compreendendo 3 salas de aula) da reforma do prédio principal da Escola Municipal José Pôrto de Queirós. **Cronograma de Transferência**: Ficou pactuado o compromisso de transferir as três turmas do anexo para as instalações definitivas do prédio próprio da Escola José Porto no início do ano letivo de 2027, plano que obteve o aval preliminar do Ministério Público. Para a correta formalização dos atos desta reunião, foram estabelecidos os seguintes encaminhamentos: **1. Elaboração da Ata**: A presente ata será lavrada de forma minuciosa, formalizada e sem pressa, permitindo a devida conferência e leitura antes de sua assinatura na reunião subsequente. **2. Publicação Oficial:** A ata aprovada e seus documentos correlatos serão publicados no Diário Oficial do Município de Itaú/RN e disponibilizados no Portal da Transparência para pleno cumprimento do princípio da publicidade. **3. Registro Fotográfico:** Realizou-se o registro fotográfico oficial do encontro para fins de acervo institucional e prestação de contas à sociedade. Em deliberação Oficial da Diretoria do CME, a professora Maria de Fátima Pereira Pinheiro, CPF nº 036.689.264-92 – Reeleita ao cargo, dada a sua atuação na presidência da gestão anterior, VICE-PRESIDENTE: Professora Josicleide Soares da Silva Cavalcante, CPF nº 045.951.024-02 – Eleita para a vice-presidência. SECRETÁRIA: Professora Nayara Queiroz Bezerra, CPF nº 075.342.084-83, eleita para a secretaria executiva do conselho. As eleitas foram imediatamente empossadas nos seus cargos, e fizeram seus agradecimentos. Sem mais nada tratar, a reunião foi encerrada, e a presente ata depois de lida e aprovada, e assinada por todos os presentes, em seguida publicada no diário oficial e arquivada.

Itaú-RN, 11 de setembro de 2026.

PROF. MARIA DE FÁTIMA PEREIRA PINHEIRO
Presidente

PROF. JOSICLEIDE SOARES DA SILVA CAVALCANTE
Vice-Presidente

PROF. NAYARA QUEIROZ BEZERRA
Secretária

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:37095BC3

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÚ
EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2026 — RPPS-ITAÚ/RN

EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2026 — RPPS-ITAÚ/RN

O(A) Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itaú/RN — RPPS-ITAÚ/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 032, de 29 de novembro de 2021, torna público:
ESPÉCIE: Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade — regra de transição aplicável ao professor, com proventos integrais e paridade.
SEGURADA: RAIMUNDA LEÔNIA ANDRADE RÊGO, CPF nº 877.539.874-53.
CARGO: Professor, Nível IV, Classe B, Referência 9 — PIVBR9, matrícula funcional nº 474, carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação de Itaú/RN.
FUNDAMENTO LEGAL DA ESPÉCIE: art. 49, caput, incisos I a V, combinado com o §1º, da Lei Complementar Municipal nº 032/2021, e art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 103/2019.
FUNDAMENTO LEGAL DOS PROVENTOS: art. 49, §2º, item 1, combinado com o art. 48, §8º, da Lei Complementar Municipal nº 032/2021 — totalidade da remuneração no cargo efetivo, correspondente ao vencimento do cargo de Professor, Nível IV, Classe B, Referência 9, sem vantagens pessoais ou transitórias. Observados o teto do art. 49, §4º, e o piso do art. 53-B, inciso I. Reajuste com paridade, na forma do art. 49, §3º, item 1. Abono anual devido na forma do art. 47.
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COMPUTADO: 10.128 (dez mil, cento e vinte e oito) dias — 27 (vinte e sete) anos, 9 (nove) meses e 3 (três) dias, dos quais 4.777 (quatro mil, setecentos e setenta e sete) dias averbados do Regime Geral de Previdência Social mediante Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, protocolo nº 05001270100054262.
PROVENTOS MENSAIS: R$ 8.219,78 (oito mil duzentos e dezenove Reais e setenta e oito centavos).
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 007/2026 — RPPS-ITAÚ/RN. Decisão Administrativa nº 006/2026.
EFEITOS FINANCEIROS: a partir da data da publicação.
DATA DA PORTARIA: 09 de Outubro de 2026.

Itaú/RN, 09 de Outubro de 2026.

ALEXSANDRA FERREIRA MAIA DE MELO
Presidente do RPPS-ITAÚ/RN

Publicado por:
Alexsandra Ferreira Maia Melo
Código Identificador:D1B342AD

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÚ
PORTARIA Nº 004/2026 — RPPS-ITAÚ/RN, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Concede aposentadoria voluntária, com proventos integrais e paridade, pela regra de transição do art. 49, combinado com o §1º, da Lei Complementar Municipal nº 032/2021, à servidora que indica, e dá outras providências.

O(A) PRESIDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN — RPPS-ITAÚ/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 032, de 29 de novembro de 2021,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado em 27 de agosto de 2026 e o termo de opção pela regra do art. 49, combinado com o §1º, da Lei Complementar Municipal nº 032/2021, firmado nos autos do Processo Administrativo nº 007/2026;

CONSIDERANDO o Histórico Funcional do Servidor e a Qualificação Funcional do Segurado, firmados em 30 de setembro de 2026 pela Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Planejamento, que atestam nomeação e posse em 1º de dezembro de 1998, por aprovação em concurso público realizado em 21 de

dezembro de 1997, formalizada pela Portaria de Nomeação nº 282/98, e o exercício ininterrupto das funções de magistério;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social sob o protocolo nº 05001270100054262, averbada nestes autos na forma do art. 58 da Lei Complementar Municipal nº 032/2021;

CONSIDERANDO a Declaração de Negativa de Vantagens e a Declaração quanto a Processo Administrativo Disciplinar, ambas firmadas em 30 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a planilha de apuração e a memória de cálculo elaboradas pela Secretaria Executiva;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 009/2026 — AJ/RPPS-ITAÚ/RN e a Decisão Administrativa nº 006/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária a RAIMUNDA LEÔNIA ANDRADE RÊGO, brasileira, divorciada, natural de Riacho de Santana/RN, nascida em 19 de fevereiro de 1973, portadora da cédula de identidade nº 01321308 SSP/RN, inscrita no CPF sob o nº 877.539.874-53, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Nível IV, Classe B, Referência 9 — PIVBR9, matrícula funcional nº 474, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, residente e domiciliada na Rua Pedro Pinheiro, nº 91, Centro, Itaú/RN.

Art. 2º A aposentadoria é concedida com fundamento no art. 49, caput, incisos I a V, combinado com o seu §1º, da Lei Complementar Municipal nº 032, de 29 de novembro de 2021, e no art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, observados os seguintes requisitos, implementados em 26 de novembro de 2025:
I — ingresso no serviço público em 1º de dezembro de 1998, mediante nomeação pela Portaria nº 282/98, decorrente de aprovação em concurso público realizado em 21 de dezembro de 1997, anterior à data de entrada em vigor da lei complementar, como exige o caput;
II — idade de 53 (cinquenta e três) anos, 6 (seis) meses e 8 (oito) dias, superior aos 52 (cinquenta e dois) anos exigidos pelo inciso I, reduzidos na forma do §1º;
III — tempo de contribuição de 10.128 (dez mil, cento e vinte e oito) dias, equivalentes a 27 (vinte e sete) anos, 9 (nove) meses e 3 (três) dias, superior à exigência de 9.854 (nove mil, oitocentos e cinquenta e quatro) dias, resultante da soma dos 25 (vinte e cinco) anos previstos no inciso II, reduzidos na forma do §1º, com o período adicional de 729 (setecentos e vinte e nove) dias exigido pelo inciso V;
IV — 27 (vinte e sete) anos, 8 (oito) meses e 26 (vinte e seis) dias de efetivo exercício de serviço público, superior aos 20 (vinte) anos exigidos pelo inciso III;
V — 6 (seis) anos, 6 (seis) meses e 11 (onze) dias no Nível IV, Classe B, Referência 9, em que concedida a aposentadoria, posição ocupada desde 20 de fevereiro de 2020, superior aos 5 (cinco) anos exigidos pelo inciso IV.

Art. 3º O tempo de contribuição de que trata o inciso III do artigo anterior assim se decompõe:

ORIGEM	PERÍODO	OBSERVAÇÃO	EXTENSÃO
Vínculo celetista/RGPS com o Município de Itaú — CTC INSS prot. 05001270100054262	01/12/1998 a 02/01/2012	Tempo certificado e averbado	4.777 dias
Vínculo estatutário junto ao RPPS-ITAÚ/RN	03/01/2012 a 27/08/2026	Tempo de vinculação ao regime próprio	5.351 dias
TOTAL	**01/12/1998 a 27/08/2026**	**27 anos, 9 meses e 3 dias**	**10.128 dias**

§1º A totalidade do tempo acima foi cumprida em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, computando-se como tal, por força do art. 35, §1º, da Lei Complementar Municipal nº 032/2021, o período de 8 de fevereiro de 2021 a 3 de junho de 2026, em que a servidora, professora de carreira, ocupou o cargo em comissão de Coordenadora da Educação Infantil, mantida a lotação na Secretaria Municipal de Educação, com retorno à função de origem após a exoneração.
§2º Computa-se igualmente o afastamento remunerado de 4 de maio de 2015 a 4 de maio de 2017, concedido para a realização de curso de Mestrado Acadêmico em Letras, por tratar-se de afastamento com manutenção da remuneração e do recolhimento das contribuições, não se cuidando de tempo fictício, vedado pelo art. 57 da mesma lei complementar.
§3º Não há tempo averbado de outros órgãos públicos, nem licença-prêmio não gozada a converter em tempo de contribuição, conforme o Histórico Funcional de 30 de setembro de 2026.
§4º Não foi computado o tempo relativo ao vínculo mantido pela servidora com a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte, inexistindo contagem de tempo concomitante, vedada pelo art. 96, inciso II, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 4º Os proventos mensais correspondem à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que concedida a aposentadoria, nos termos do art. 49, §2º, item 1, combinado com o art. 48, §8º, ambos da Lei Complementar Municipal nº 032/2021, e ficam fixados em R$ 8.219,78 (oito mil duzentos e dezenove Reais e setenta e oito centavos), correspondentes ao vencimento do cargo de Professor, Nível IV, Classe B, Referência 9 — PIVBR9, com fundamento na Lei 367/2010.
§1º Não há vantagens pecuniárias permanentes do cargo, adicionais de caráter individual ou vantagens pessoais permanentes a acrescer, conforme Declaração de Negativa de Vantagens firmada em 30 de setembro de 2026 pela Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Planejamento.
§2º Não integra os proventos a retribuição do cargo em comissão de Coordenadora da Educação Infantil, de que a servidora foi exonerada em 3 de junho de 2026, por se tratar de parcela não inerente ao cargo efetivo e insuscetível de incorporação.
§3º Os proventos não excedem a remuneração da servidora no cargo efetivo, observado o art. 49, §4º, nem são inferiores ao valor a que se refere o §2º do art. 201 da Constituição Federal, observado o art. 53-B, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 032/2021.
§4º Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, estendendo-se aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores da ativa, excetuados os vinculados a indicadores de desempenho, produtividade ou similar, e incluídos os decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo, nos termos do art. 49, §3º, item 1, da mesma lei complementar.
§5º É devido o abono anual, na forma do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 032/2021.

Art. 5º Fica registrado, para todos os efeitos e com ciência expressa da servidora nos autos, que o enquadramento dos proventos no item 1 do §2º do art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 032/2021 apoia-se na interpretação, exposta no Parecer Jurídico nº 009/2026 — AJ/RPPS-ITAÚ/RN e acolhida pela Decisão Administrativa nº 006/2026, de que a exigência de ingresso no serviço público "com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social" até 31 de dezembro de 2003 há de ser lida de modo a preservar o efeito útil da norma, considerando que este Regime Próprio somente foi instituído em 2 de janeiro de 2012, e que eventual deliberação diversa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte poderá conduzir ao recálculo dos proventos na forma do item 2 do mesmo parágrafo.

Art. 6º A aposentadoria produz efeitos financeiros a partir da data da publicação desta portaria, ficando a servidora desligada da folha de pagamento da ativa a contar da mesma data, observado o disposto no art. 56 da Lei Complementar Municipal nº 032/2021.

Art. 7º Determina-se à Secretaria Executiva do RPPS-ITAÚ/RN a submissão do processo ao controle interno e a subsequente remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, para apreciação da legalidade e registro, por meio do sistema SIAI-AP Concessões, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis contados da publicação deste ato, nos termos da Resolução nº 003/2025-TCE/RN.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Itaú/RN, 09 de Outubro de 2026.

ALEXSANDRA FERREIRA MAIA DE MELO
Presidente do RPPS-ITAÚ/RN

Publicado por:
Alexsandra Ferreira Maia Melo
Código Identificador:4E618B9F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PLANO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JAÇANÃ/RN JAÇANÃ/RN 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAÇANÃ/RN
PLANO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JAÇANÃ/RN
Instrumento de planejamento, mobilização, divulgação e transparência das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização no Município de Jaçanã/RN, alinhado à Política Pública Municipal de Alfabetização (instituída por Decreto Municipal em 2026), à Política Territorial do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN) e à Política Nacional de Alfabetização / Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (instituído em Lei).
JAÇANÃ/RN
2026
SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. OBJETIVOS
2.1 Objetivo Geral
2.2 Objetivos Específicos
3. PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO
4. PÚBLICOS-ALVO
5. MENSAGENS PRIORITÁRIAS
6. CANAIS DE COMUNICAÇÃO
7. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO POR EIXO DA POLÍTICA MUNICIPAL
7.1 Governança e Gestão
7.2 Formação dos Profissionais da Educação
7.3 Materiais, Recursos e Insumos Pedagógicos
7.4 Avaliação e Monitoramento
7.5 Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas
8. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO
8.1 Professores e Equipes Escolares
8.2 Famílias
8.3 Estudantes
8.4 Comunidade
9. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS
10. PERIODICIDADE DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO
11. PLANO OPERACIONAL DE COMUNICAÇÃO
12. INDICADORES DE MONITORAMENTO DA COMUNICAÇÃO
13. RESPONSABILIDADES
13.1 Secretaria Municipal de Educação
13.2 Equipes Gestoras das Escolas
13.3 Professores e Equipes Pedagógicas
13.4 Famílias
13.5 Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização
14. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS
16. VIGÊNCIA E REVISÃO
17. EQUIPE DE ELABORAÇÃO
REFERÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO
O presente Plano de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização de Jaçanã/RN constitui instrumento de planejamento, mobilização, divulgação e transparência das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino voltadas à garantia do direito à alfabetização.
O Plano está articulado à Política Pública Municipal de Alfabetização de Crianças de Jaçanã/RN, instituída em 2026 por meio de Decreto Municipal, desenvolvida em regime de colaboração e em consonância com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA (instituído em Lei) e as demais diretrizes nacionais e estaduais relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
A comunicação é compreendida como estratégia essencial para assegurar a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, comunidade escolar e sociedade, promovendo o conhecimento das ações realizadas, o acompanhamento das metas, a divulgação dos resultados educacionais e o reconhecimento das práticas exitosas.
Por meio deste Plano, a Secretaria Municipal de Educação busca estabelecer processos de comunicação claros, contínuos, acessíveis e transparentes, fortalecendo a corresponsabilidade de toda a comunidade pela alfabetização das crianças.

2. OBJETIVOS
2.1 Objetivo Geral
Promover uma comunicação institucional clara, contínua, democrática e eficiente sobre as ações, programas, projetos, formações, avaliações, resultados e estratégias da Política Municipal de Alfabetização de Jaçanã/RN, fortalecendo a mobilização e o compromisso coletivo com a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização.
2.2 Objetivos Específicos
Divulgar os princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações da Política Municipal de Alfabetização;
fortalecer a identidade da política de alfabetização no território municipal;
divulgar as ações desenvolvidas em articulação com o Pró-Alfa RN e o CNCA;
informar e mobilizar gestores, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação;
fortalecer a participação das famílias no processo de alfabetização;
divulgar ações destinadas à alfabetização das crianças do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
comunicar as estratégias de recomposição das aprendizagens destinadas aos estudantes do 3º ao 5º ano;
dar visibilidade às ações desenvolvidas na Educação Infantil, anos iniciais e finais, relacionadas à cultura escrita, oralidade, interações e desenvolvimento integral;
divulgar informações sobre formações continuadas, materiais pedagógicos, avaliações e acompanhamento da aprendizagem;
socializar resultados das avaliações e indicadores educacionais de maneira pedagógica e responsável;
reconhecer e divulgar experiências e práticas pedagógicas e de gestão exitosas;
ampliar a participação da comunidade nas ações de alfabetização e da recomposição da aprendizagem;
promover transparência das ações e dos resultados da Política Municipal;
fortalecer o regime de colaboração entre Município, Estado e União.
3. PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO
As ações de comunicação deverão observar os seguintes princípios:
direito de todas as crianças à alfabetização;
equidade e enfrentamento das desigualdades de aprendizagem;
centralidade da criança e da aprendizagem;
respeito à diversidade e às necessidades específicas dos estudantes;
valorização dos profissionais da educação;
participação das famílias e da comunidade;
gestão democrática;
cooperação e regime de colaboração;
transparência das ações públicas;
utilização responsável dos dados educacionais;
acessibilidade das informações;
valorização e compartilhamento das boas práticas.
4. PÚBLICOS-ALVO
Quadro 1 – Mapeamento dos públicos-alvo da comunicação

Público	Objetivo da Comunicação
Professores da Educação Infantil, dos anos iniciais.	Informar, orientar, mobilizar e fortalecer a participação nas ações formativas e pedagógicas.
Coordenadores pedagógicos	Apoiar o planejamento, acompanhamento e monitoramento das aprendizagens.
Gestores escolares	Fortalecer a implementação e o acompanhamento da Política nas unidades escolares.
Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação	Articular, acompanhar, monitorar e divulgar as ações da Política Municipal.
Estudantes	Incentivar a participação, a leitura, a escrita e a valorização das aprendizagens.
Famílias	Fortalecer a parceria família-escola e ampliar sua participação no processo de alfabetização.
Conselho Municipal de Educação	Compartilhar ações, estratégias, indicadores e resultados.
Poder Executivo Municipal	Dar transparência às ações, investimentos, metas e resultados da Política.
Comunidade em geral	Dar visibilidade às ações e conquistas da educação municipal e mobilizar a sociedade em defesa da alfabetização.

Fonte: Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN (2026).

5. MENSAGENS PRIORITÁRIAS

A comunicação da Política Municipal deverá reforçar permanentemente que:

Toda criança tem direito a aprender e ser alfabetizada.

Alfabetizar é compromisso de todos.

A alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental é uma prioridade da Rede Municipal de Ensino.

Os estudantes do 3º ao 5º ano que apresentarem dificuldades devem ter garantidas oportunidades de recomposição das aprendizagens.

Família e escola são parceiras no processo de alfabetização.

Avaliar é identificar necessidades para planejar intervenções e garantir aprendizagem.

Formação continuada fortalece a prática pedagógica e contribui para a aprendizagem das crianças.

Boas práticas devem ser reconhecidas, compartilhadas e valorizadas.

6. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Quadro 2 – Canais de comunicação e finalidades

Canal	Finalidade
Redes sociais oficiais da Prefeitura/Secretaria	Divulgação de ações, projetos, campanhas, formações, eventos e resultados.
Site/Portal Oficial do Município	Publicação de notícias, documentos, relatórios e informações institucionais.
Grupos institucionais de WhatsApp	Comunicação rápida entre Secretaria, gestores e profissionais.
Reuniões pedagógicas	Orientação, formação, análise de resultados e alinhamento das ações.
Reuniões com gestores	Planejamento, monitoramento e tomada de decisões.
Reuniões de pais e responsáveis	Orientação, mobilização e apresentação das aprendizagens.
Murais escolares	Divulgação de campanhas, projetos, cronogramas e resultados.
Informativos digitais	Divulgação periódica das ações da Política.
Materiais impressos	Comunicação com famílias e segmentos com menor acesso aos meios digitais.
Eventos educacionais	Socialização de experiências e mobilização da comunidade.
Mostras e feiras de leitura	Divulgação das produções dos estudantes e valorização das práticas pedagógicas.

Fonte: Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN (2026).

7. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO POR EIXO DA POLÍTICA MUNICIPAL

7.1 Governança e Gestão

Divulgar o Plano de Ação Municipal da Política de Alfabetização;

comunicar metas, estratégias e cronogramas;

divulgar reuniões e ações do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;

produzir informações periódicas sobre a execução das ações;

comunicar os avanços e desafios identificados no monitoramento;

fortalecer a comunicação entre Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares.

7.2 Formação dos Profissionais da Educação

Divulgar previamente calendários e pautas das formações;

mobilizar os profissionais para participação;

registrar as atividades formativas;

compartilhar materiais e orientações pedagógicas;

divulgar experiências decorrentes das formações;

valorizar a participação dos profissionais.

7.3 Materiais, Recursos e Insumos Pedagógicos

Divulgar a entrega e utilização de materiais didáticos, literários e pedagógicos;

orientar professores sobre o uso pedagógico dos materiais;

divulgar projetos de leitura e ações de incentivo à literatura;

apresentar à comunidade os recursos destinados ao fortalecimento da alfabetização.

7.4 Avaliação e Monitoramento

Comunicar os períodos de realização das avaliações;

orientar escolas e famílias sobre as finalidades pedagógicas das avaliações;

divulgar resultados de forma clara e responsável;

apresentar avanços e necessidades de aprendizagem;

promover reuniões pedagógicas para análise dos resultados;

divulgar estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens.

7.5 Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas

Identificar experiências pedagógicas exitosas;

produzir registros escritos, fotográficos e audiovisuais;

divulgar práticas desenvolvidas pelas escolas;

promover momentos de socialização entre professores;

realizar Mostra Municipal de Boas Práticas;

valorizar profissionais, escolas e estudantes envolvidos nas experiências.

8. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

8.1 Professores e Equipes Escolares

Divulgação antecipada das formações;

encontros de planejamento e acompanhamento;

compartilhamento de experiências;

divulgação de práticas exitosas;

reconhecimento da participação dos profissionais;

criação de espaços de troca de experiências pedagógicas.

8.2 Famílias

Campanhas de incentivo à leitura em casa;

reuniões para apresentação das aprendizagens;

orientações simples sobre como apoiar as crianças;

participação em projetos de leitura;

divulgação de dicas de leitura e atividades familiares;

mobilização para acompanhamento da frequência escolar;

fortalecimento da parceria entre família e escola.

8.3 Estudantes

Campanhas de valorização da leitura e da escrita;

projetos literários;

rodas e clubes de leitura;

feiras e mostras;

divulgação das produções das crianças;

reconhecimento simbólico dos avanços e participação;

atividades que promovam protagonismo infantil.

8.4 Comunidade

Divulgação das ações em eventos municipais;

campanhas públicas de valorização da alfabetização;

exposição das produções dos estudantes;

apresentação dos avanços alcançados pela Rede Municipal;

mobilização de parceiros locais em apoio à leitura e alfabetização.

9. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS

A divulgação dos resultados deverá ter caráter pedagógico, formativo e transparente, evitando comparações que exponham ou constranjam individualmente estudantes.

Serão divulgados, conforme pertinência:

resultados das avaliações diagnósticas, formativas, estaduais e nacionais;

evolução dos indicadores de alfabetização;

avanços das turmas e da Rede Municipal;

dados relacionados à frequência e participação;

estratégias de intervenção desenvolvidas;

resultados das ações de recomposição das aprendizagens;

metas alcançadas;

experiências pedagógicas que tenham contribuído para a melhoria da aprendizagem.

Os resultados deverão subsidiar o planejamento pedagógico, a identificação das dificuldades, a definição de intervenções, a formação continuada e a tomada de decisões da gestão.

10. PERIODICIDADE DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Quadro 3 – Cronograma e periodicidade das ações de comunicação

Ação	Periodicidade
Divulgação de ações e projetos nas redes sociais	Permanente
Comunicação com gestores escolares	Permanente
Informativos aos profissionais da educação	Mensal
Reuniões pedagógicas de acompanhamento	Mensal
Campanhas de incentivo à leitura	Bimestral
Comunicação/orientações às famílias	Bimestral
Divulgação e análise dos resultados das avaliações	A cada ciclo avaliativo
Boletim informativo da Política Municipal	Semestral
Socialização de boas práticas	Semestral
Apresentação dos resultados gerais da Política	Semestral
Mostra Municipal de Boas Práticas de Alfabetização	Anual
Avaliação do Plano de Comunicação	Anual

Fonte: Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN (2026).

11. PLANO OPERACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Quadro 4 – Plano operacional de comunicação

Ação	Público	Canal	Responsável	Periodicidade
Divulgação das ações da Política Municipal	Comunidade	Redes sociais/site	SME/Comunicação	Permanente
Divulgação das formações	Profissionais	WhatsApp/informativo	SME/Coordenação	Conforme cronograma
Reuniões de acompanhamento	Gestores e coordenadores	Presencial/virtual	SME	Mensal
Orientações sobre alfabetização	Famílias	Reuniões/material digital ou impresso	Escolas/SME	Bimestral
Divulgação dos resultados	Comunidade escolar	Reuniões/boletins	SME/Escolas	A cada ciclo avaliativo
Compartilhamento de boas práticas	Profissionais	Encontros/redes sociais	SME/Escolas	Semestral
Campanhas de leitura	Estudantes/famílias	Escolas/redes sociais	SME/Escolas	Bimestral
Mostra de Boas Práticas	Comunidade	Evento municipal	SME/Escolas	Anual
Relatório das ações	Gestão/CME	Documento institucional	SME	Semestral

Fonte: Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN (2026).

12. INDICADORES DE MONITORAMENTO DA COMUNICAÇÃO

Quadro 5 – Indicadores e metas de monitoramento da comunicação

Indicador	Meta
Divulgação das principais ações da Política	100% das ações estratégicas
Comunicação dos ciclos avaliativos	100% dos ciclos realizados
Reuniões pedagógicas de acompanhamento	Mínimo de 1 por mês
Ações de comunicação/mobilização das famílias	Mínimo de 1 por bimestre
Boletins/informativos produzidos	Mínimo de 1 por semestre
Participação dos profissionais nas formações	Buscar participação integral dos profissionais convocados
Divulgação de resultados educacionais	100% dos ciclos avaliativos previstos
Compartilhamento de boas práticas	Mínimo de 2 ações por semestre
Realização de Mostra Municipal de Boas Práticas	1 por ano
Relatórios de acompanhamento	Mínimo de 2 por ano

Fonte: Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN (2026).

13. RESPONSABILIDADES

13.1 Secretaria Municipal de Educação

Compete à Secretaria Municipal de Educação:
coordenar, acompanhar e avaliar a execução deste Plano;
produzir e divulgar informações institucionais;
articular as ações de comunicação da Política Municipal com o Pró-Alfa RN e o CNCA;
organizar campanhas e materiais informativos;
acompanhar os indicadores de comunicação;
garantir transparência das ações e resultados;
apoiar as unidades escolares em suas estratégias de comunicação;
elaborar relatórios de acompanhamento.

13.2 Equipes Gestoras das Escolas

Compete às equipes gestoras:
compartilhar as informações recebidas com a comunidade escolar;
mobilizar professores, estudantes e famílias;
divulgar projetos e ações da escola;
colaborar com registros das atividades;
promover espaços de apresentação e análise dos resultados;
fortalecer a participação das famílias.

13.3 Professores e Equipes Pedagógicas

Compete aos professores e equipes pedagógicas:
participar das ações formativas e dos processos de comunicação;
compartilhar experiências e práticas pedagógicas;
colaborar com registros das ações desenvolvidas;
orientar as famílias quanto ao acompanhamento das aprendizagens;
utilizar pedagogicamente as informações e resultados das avaliações.

13.4 Famílias

Às famílias caberá:
acompanhar as informações divulgadas pela escola e pela Secretaria Municipal de Educação;
participar de reuniões, projetos e ações;
incentivar práticas de leitura e escrita no ambiente familiar;
acompanhar a frequência e o desenvolvimento escolar das crianças;
fortalecer a parceria entre família e escola.

13.5 Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização

O Comitê contribuirá para:
acompanhamento das ações de comunicação;
mobilização dos diferentes segmentos;
análise dos indicadores;
avaliação das estratégias implementadas;
proposição de adequações necessárias ao fortalecimento da Política Municipal.

14. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O Plano de Comunicação será acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e as unidades escolares.
O monitoramento deverá considerar:
cumprimento do cronograma;
alcance dos diferentes públicos;
participação dos profissionais e das famílias;
quantidade e regularidade das ações de comunicação;
divulgação dos resultados educacionais;
participação da comunidade;
qualidade e acessibilidade das informações;
divulgação e reconhecimento das boas práticas.
Os resultados do monitoramento deverão orientar ajustes nas estratégias de comunicação.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação constitui dimensão estratégica da Política Pública Municipal de Alfabetização de Jaçanã/RN, contribuindo para que suas ações, metas e resultados sejam conhecidos e acompanhados pela comunidade escolar e pela sociedade.
Ao estabelecer estratégias permanentes de informação, mobilização, participação e transparência, o Município reafirma o compromisso com a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização, com atenção à alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e à recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano.
Este Plano também fortalece a articulação da política própria do Município, formalizada pelo Decreto Municipal de 2026, com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA (instituído em Lei), preservando o protagonismo e a autonomia municipal na definição, execução, acompanhamento e avaliação de suas estratégias educacionais.

16. VIGÊNCIA E REVISÃO

O presente Plano de Comunicação terá vigência durante a execução da Política Pública Municipal de Alfabetização de Jaçanã/RN e deverá ser acompanhado continuamente.
Sua revisão poderá ocorrer anualmente ou sempre que forem identificadas necessidades de adequação decorrentes:
dos resultados do monitoramento e das avaliações;
das necessidades da Rede Municipal de Ensino;
da atualização do Plano de Ação Municipal;
de novas orientações da Política Municipal;
do Pró-Alfa RN;
do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
de outras normativas educacionais pertinentes.

17. EQUIPE DE ELABORAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN:
Claudineide Sabino da Silva Santos – Secretária Municipal de Educação
Telma Iris dos Santos Silva – Articuladora Municipal da RENALFA
Francisca Maria Dantas – Coordenadora Geral Pedagógica
Ângela Maria Damásio Santos – Coordenadora Pedagógica Institucional
Arione Medeiros – Coordenadora Pedagógica Institucional
Eluze Lopes da Silva – Coordenadora Pedagógica Institucional
Sueny Lopes dos Santos – Coordenadora Pedagógica Institucional
Virginia Suely da Silva Santos – Coordenadora Pedagógica Institucional
Equipe Técnica e Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização

REFERÊNCIAS
BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e consolida diretrizes para a Política Nacional de Alfabetização / Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
JAÇANÃ (RN). Prefeitura Municipal. Decreto Municipal nº 01/2026. Institui a Política Pública Municipal de Alfabetização de Crianças de Jaçanã/RN. Jaçanã/RN: Gabinete do Prefeito, 2026.
JAÇANÃ (RN). Secretaria Municipal de Educação. Plano de Trabalho Anual (PTA). Jaçanã/RN: SME, 2026.
BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
BRASIL. Decreto nº 12.191, de 20 de setembro de 2024. Regulamenta o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.
BRASIL. Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025. Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.
BRASIL. Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025. Estabelece diretrizes para a promoção da alfabetização na idade adequada e consolida o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.
BRASIL. Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2025. Institui o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI). Brasília, DF: MEC, 2025.
RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 33.990, de 26 de setembro de 2024. Institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN). Natal, RN: Governo do Estado, 2024.

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:98B7FD90

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000017/2026 - PMJ/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo Aviso de Contratação Direta, como preceitua as disposições constantes da Lei nº. 14.133/2021, de conformidade com o Despacho nº. 14, emitido pela Agente de Contratação,**ADJUDICO**o objeto do presente pleito, a empresa**VETMAX PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.,**inscrita no CNPJ/MF n° **30.712.156/0001-66** no item único, no valor Global de **R$ 24.636,00 (Vinte e quatro mil e seiscentos e trinta e seis reais)**, haja vista ter sido a única interessada no certame, tendo apresentado para a administração pública municipal proposta satisfatória, e abaixo do valor de referência.
Publique-se.
Jandaíra/RN, 09 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:B917D7D4

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000017/2026 - PMJ/RN

TERMO DEHOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGOpelo presente termo, para que surta os efeitos legais, o julgamento da Agente de contratação, referente à**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000017/2026 - PMJ/RN**, a empresa**VETMAX PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.,**inscrita no CNPJ/MF n° **30.712.156/0001-66** no item único, no valor Global de **R$ 24.636,00 (Vinte e quatro mil e seiscentos e trinta e seis reais)**, tendo como objeto aaquisição de vacina contra brucelose.
Publique-se.
Jandaíra/RN, 09 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:414CCAF7

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000025/2023 – PMJ/RN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000025/2023 – PMJ/RN
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 093/2023 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: RVS CLIMATIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI, inscrita no CNPJ/MF nº. 23.XXX.XXX/0001-93**.**
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 093/2023 – PMJ/RN.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 18 de outubro de 2026 a 17 de outubro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2026.

Jandaíra/RN, 09 de outubro de 2026.

Município de Jandaíra/RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

Rvs Climatização e Serviços EIRELLI
CNPJ/MF: 23.XXX.XXX/0001-93
RODOLPHO VICTOR SOBRINHO DA SILVA
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:59B90D4D

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000027/2022 – PMJ/RN

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 071/2022 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: LAERCIO MENDES DA SILVA 62912267404, inscrita no CNPJ/MF nº. 27.XXX.XXX/0001-85**.**
OBJETO: Prorrogar a vigência e promover o reajuste anual no Contrato nº. 071/2022 – PMJ/RN.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026 a 13 de outubro de 2027.
DO VALOR DO REAJUSTE MENSAL: R$ 430,23 (Quatrocentos e trinta reais e vinte e três centavos)
DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2026.

Jandaíra/RN, 09 de outubro de 2026.

Município de Jandaíra/ RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

Laercio Mendes da Silva 62912267404
CNPJ/MF: 27.XXX.XXX/0001-85
LAERCIO MENDES DA SILVA
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:7E3732BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 281/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N° 281/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica para a Política Municipal de Alfabetização do Município de Jandaíra-RN do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.

Dispõe sobre a implementação de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, destinada à ampliação da capacidade institucional para a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MUNICÍPIO DE JANDAÍRA-RN no uso das atribuições que lhe conferem indicar a Lei Orgânica Municipal, a legislação que dispõe sobre a estrutura da Administração Municipal e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206 e 211 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos, assegurada mediante a colaboração entre os entes federados;
CONSIDERANDO a competência do Município para organizar e manter seu sistema de ensino e assegurar a oferta de educação infantil e, prioritariamente, do ensino fundamental, nos termos da legislação educacional vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças e dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, com garantia de aprendizagem na idade adequada e redução das desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade técnica e institucional da Secretaria Municipal de Educação para planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar ações próprias de alfabetização, articuladas às demais políticas educacionais do Município;
CONSIDERANDO a importância da adoção de políticas públicas de alfabetização baseadas em evidências, no acompanhamento sistemático da aprendizagem, na formação continuada dos profissionais da educação e no apoio pedagógico às unidades escolares;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer responsabilidades, fluxos de trabalho e mecanismos de governança para a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de MUNICÍPIO DE JANDAÍRA-RN, estrutura administrativa e pedagógica específica destinada à formulação, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º A estrutura de que trata esta Portaria terá como finalidade ampliar a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para:
I – formular, coordenar e implementar a Política Municipal de Alfabetização;
II – articular as ações de alfabetização às políticas de educação infantil e ensino fundamental, especialmente aos processos de transição entre as etapas e anos escolares;
III – promover ações que assegurem o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, fluência e matemática e demais aprendizagens fundamentais;
IV – apoiar técnica e pedagogicamente as unidades escolares da Rede Municipal de Educação;
V – planejar e executar programas de formação continuada para professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos com a alfabetização;
VI – acompanhar indicadores de aprendizagem e de fluxo escolar relacionados à alfabetização;
VII – promover avaliações diagnósticas, formativas e de acompanhamento da aprendizagem;
VIII – produzir, selecionar, organizar e disseminar materiais, orientações e recursos pedagógicos destinados à alfabetização;
IX – identificar desigualdades de aprendizagem e desenvolver estratégias específicas para sua redução;

X – articular ações com outras áreas da Administração Municipal e, quando pertinente, com instituições públicas e privadas, universidades, organizações da sociedade civil e demais parceiros;
XI – sistematizar informações e evidências para subsidiar a tomada de decisão da gestão educacional; e
XII – desenvolver outras ações necessárias à consolidação da Política Municipal de Alfabetização.
CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA
Art. 3º A estrutura específica para a implementação da Política Municipal de Alfabetização será vinculada à Coordenação Pedagógica, integrante da Secretaria Municipal de Educação, e será composta, observada a legislação municipal vigente, por:
I – 01 (um) Coordenador(a) da Política Municipal de Alfabetização; AM Renalfa
II – 01 Assessor(a) Pedagógico(a) de Alfabetização; se houver
III – 02 Formadores PRO-ALFA ou PROLEEI ou outro formador identificado com a Alfabetização;
IV – Todos os coordenadores pedagógicos das escolas responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento de indicadores educacionais;
V – 01 servidor responsável pelo apoio técnico-administrativo;
VI – outros cargos, funções ou servidores que venham a ser disponibilizados na forma da legislação municipal.
§ 1º Os cargos e funções previstos neste artigo serão providos ou ocupados na forma da legislação vigente, mediante nomeação, designação, lotação, cessão, remanejamento ou outro instrumento jurídico-administrativo cabível.
§ 2º A composição da estrutura poderá ser ampliada ou ajustada por ato do Secretário Municipal de Educação, de acordo com as necessidades da Política Municipal de Alfabetização e a disponibilidade de pessoal.
§ 3º A criação de cargos efetivos, cargos em comissão ou funções gratificadas que não estejam previstos na legislação municipal dependerá de lei específica, quando exigida pela legislação aplicável.

Art. 4º Os servidores alocados na estrutura de que trata esta Portaria permanecerão vinculados aos respectivos cargos e carreiras, sem prejuízo das atribuições legais de seus cargos, observadas as competências específicas estabelecidas neste ato.
CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Art. 5º Compete ao(à) Coordenador(a) da Política Municipal de Alfabetização:
I – coordenar a elaboração, implementação e revisão da Política Municipal de Alfabetização;

II – elaborar, em articulação com as demais áreas da Secretaria, plano anual de trabalho com as ações de alfabetização;
III – coordenar a elaboração de diretrizes, orientações e referenciais pedagógicos para a Rede Municipal de Ensino;
IV – acompanhar a execução das ações de alfabetização nas unidades escolares;
V – coordenar programas e estratégias de formação continuada;
VI – articular as ações da Política Municipal de Alfabetização com o currículo municipal e com os demais programas e políticas educacionais;
VII – acompanhar os resultados das avaliações de aprendizagem e propor medidas de intervenção pedagógica;
VIII – coordenar a produção e análise de relatórios periódicos sobre a implementação da política;
IX – propor ações de cooperação técnica com instituições de ensino superior e demais parceiros;
X – promover a integração entre as áreas técnica, pedagógica e administrativa da Secretaria de Educação; e
XI – exercer outras atribuições relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IV
DA EQUIPE PEDAGÓGICA

Art. 6º Compete à equipe pedagógica de alfabetização:
I – apoiar a elaboração e implementação das orientações pedagógicas da Política Municipal de Alfabetização;

II – realizar acompanhamento técnico-pedagógico das escolas;
III – apoiar os professores na elaboração de estratégias de intervenção;
IV – participar da elaboração e execução das ações de formação continuada;
V – acompanhar práticas pedagógicas de alfabetização e propor estratégias de aperfeiçoamento;
VI – apoiar a análise dos resultados das avaliações internas e externas;
VII – colaborar na produção e seleção de materiais pedagógicos;
VIII – contribuir para a elaboração de estratégias destinadas à recomposição e consolidação das aprendizagens; e
IX – exercer outras atividades pedagógicas definidas pela Coordenação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 7º Os profissionais responsáveis pela formação continuada atuarão, preferencialmente, em articulação com as equipes gestoras das escolas, coordenadores pedagógicos e professores, assegurando a integração entre formação, acompanhamento pedagógico e resultados de aprendizagem.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, considerando, entre outros:
I indicadores de aprendizagem em leitura, fluência, matemática e escrita;
II – resultados de avaliações diagnósticas e formativas;
III – indicadores de frequência e permanência escolar;
IV – indicadores de fluxo escolar;
V – participação dos profissionais nas ações de formação continuada;
VI – execução das ações previstas nos planos de alfabetização; e
VII – redução das desigualdades de aprendizagem entre escolas, territórios e grupos de estudantes,
VIII - promoção da equidade étnico-racial e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

Art. 9º A equipe responsável pela Política Municipal de Alfabetização deverá produzir, no mínimo, relatório semestral de acompanhamento, contendo:
I – ações realizadas;
II – metas estabelecidas e resultados alcançados;
III – análise dos indicadores de aprendizagem;
IV – prinCipais desafios identificados;
V – estratégias de enfrentamento adotadas; e
VI – recomendações para o período subsequente.

CAPÍTULO VI
DA ARTICULAÇÃO INTERNA E DA GOVERNANÇA

Art. 10. A implementação da Política Municipal de Alfabetização deverá ocorrer de forma articulada com as demais unidades da Secretaria Municipal de Educação, especialmente as áreas responsáveis por:
I – educação infantil;
II – ensino fundamental;
III – formação continuada;
IV – currículo e avaliação;
V – educação inclusiva;
VI – gestão escolar;
VII – planejamento e gestão educacional;
VIII – tecnologia educacional e gestão de dados; e
IX – programas e projetos educacionais.
X - promoção da equidade étnico-racial e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

Art. 11. Será instituído Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo e propositivo, destinado a promover a articulação intersetorial e o acompanhamento da implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. A composição, as competências e o funcionamento do Comitê serão definidos em ato próprio.

CAPÍTULO VII
DA ALOCAÇÃO DE SERVIDORES

Art. 12. Fica autorizada, observada a legislação municipal e a disponibilidade administrativa, a alocação de servidores da Rede Municipal de Ensino para atuação na estrutura de que trata esta Portaria.
§ 1º A alocação dos servidores deverá considerar, preferencialmente, formação acadêmica, experiência profissional e competências relacionadas à alfabetização, formação docente, gestão pedagógica, avaliação educacional, currículo e análise de dados.
§ 2º Os servidores alocados poderão atuar em regime integral ou parcial, conforme definição da Secretaria Municipal de Educação e necessidade do serviço.
§ 3º A alocação não poderá implicar prejuízo à continuidade dos serviços educacionais essenciais das unidades escolares, devendo ser observadas as necessidades de pessoal da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VIII
DO PLANO DE TRABALHO ANUAL - PTA

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, o Plano de Trabalho Anual PTA, contendo, no mínimo:
I – diagnóstico da situação da alfabetização na Rede Municipal;
II – objetivos e metas anuais;
III – estratégias pedagógicas;
IV – ações de formação continuada;
V – ações de acompanhamento e apoio às escolas;
VI – estratégias de avaliação e monitoramento;
VII – cronograma de execução;
VIII – responsáveis por cada ação; e
IX – indicadores e meios de verificação dos resultados.

Art. 14. O Plano de Trabalho Anual PTA deverá ser articulado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada CNCA, ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação, aos instrumentos de planejamento municipal e às diretrizes curriculares vigentes.

CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS E DO APOIO INSTITUCIONAL

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação deverá promover, observadas a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável, as condições administrativas, pedagógicas, materiais e tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observadas as normas de responsabilidade fiscal e demais disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir instruções normativas, orientações técnicas e demais atos necessários à execução desta Portaria.
Art. 18. Os casos omissos serão dirimidos pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, observada a legislação vigente.
Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CLÁUDIO QUIRINO
Secretário(a) Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO
A estrutura específica para a implementação da Política Municipal de Alfabetização, vinculada à Coordenação Pedagógica da SME, integrante da Secretaria Municipal de Educação, e será composta, observada a legislação municipal vigente, por:
I - DME - membro nato
II – 01 (um) Coordenador(a) da Política Municipal de Alfabetização;
Articulador Municipal Renalfa
III – 02 Formadores PRO-ALFA ou PROLEEI ou outro formador identificado com a Alfabetização;
a)
b)
IV – Todos os coordenadores pedagógicos das escolas responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento de indicadores educacionais;
a)
b)
c)
V – 01 servidor responsável pelo apoio técnico-administrativo;
a)
VI – outros cargos, funções ou servidores que venham a ser disponibilizados na forma da legislação municipal.

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:BD1515E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº034-2026.

Dispõe sobre a regulamentação para maior segurança jurídica de como contratar serviços de pequeno valor e pronto pagamento, utilizando o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Janduís/RN, com base no Programa Contrata + Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e,
Considerando o disposto nos incisos I e II do art. 30 da Constituição da República e as atribuições da Lei Orgânica do Município;
Considerando as disposições legais vigentes, incluindo o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e os arts. 18-E, 47 e 48, § 3º, todos da Lei Complementar nº 123/2006, e a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52/2025, que cria o Contrata + Brasil;
Considerando, ainda, a necessidade de permitir, por meio do relevante poder de compra da municipalidade, a influência positiva dessa categoria econômica mais fragilizada no Município, gerando oportunidade de trabalho e renda;
Considerando a necessidade de obter eficiência e economicidade na contratação de pequenos e eventuais serviços, sem a burocracia excessiva constante nas aquisições governamentais de maiores vultos, inclusive das dispensas de licitações em função do valor;
Considerando a necessidade de aperfeiçoar o processo de contratações de serviços eventuais de pequeno valor, tornando-o extremamente ágil por força da regulamentação do dispositivo mencionado na Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021;
Considerando que esta forma de contratação, prevista no art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, atende à eficiência, à celeridade de solução e à economicidade, com a redução significativa da burocracia para contratações de baixo valor;
Considerando que a regulamentação atende à aplicação do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, concedendo tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, objetivando o desenvolvimento econômico e a eficiência das políticas públicas com segurança jurídica e justiça social;
DECRETA:

Art. 1º. A prestação de serviço de pequeno valor e de pronto pagamento, em conformidade com o que explicita o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sobre a contratação e formalização na prestação de serviços em valores que não superem o limite mencionado neste parágrafo, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, poderá:
I - Ocorrer preferencialmente na plataforma de negócios públicos denominada Contrata + Brasil;
II - Ter participação exclusiva de Microempreendedor Individual - MEI;
III - Estar embasada no que prescreve a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52, de 10 de fevereiro de 2025, em seu art. 10 e § único;
IV - Referir-se a serviços eventuais de necessidade circunstancial, ou que, pelo seu valor reduzido, não justifica um processo licitatório ou uma contratação direta nos moldes dos arts. 72, 74 e 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021.
§ 1º. A adesão prescrita no inciso I do caput objetiva o chamamento público local, via credenciamento pela Plataforma Contrata + Brasil, quando possível, por MEI, contemplando o registro da demanda pelo serviço a ser executado, as ofertas de valores dos prestadores de serviços, oportunizando a escolha, execução e prestação de contas.
§ 2º. A escolha do prestador de serviço, sempre que possível, recairá no menor preço ou maior desconto ofertado após conclusão do prazo determinado para envio da proposta, salvo sob justificativa.
I - Considerando o dispositivo do art. 47 e art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, que visa à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, adicionado ao que previu o Estudo Técnico Preliminar nº 05/2025, vinculado à Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52/2025, os MEIs locais, vinculados ao Município nas demandas geradas pelo Município, terão prioridade na contratação, se for o caso, desde que o valor ofertado não supere 10% da proposta de MEIs de outras localidades.
§ 3º. A demanda do serviço a ser incluída na plataforma mencionada no inciso I do caput deste artigo poderá incluir, quando aplicável, o fornecimento de materiais nos serviços, inclusive citando marcas ou modelos face à necessidade de padronização e por serem serviços de reparos e manutenção predial de bens móveis e imóveis.
Art. 2º. O rol de atividades dos serviços a serem demandados são os mencionados no Estudo Técnico Preliminar nº 05/2025 no destacado título “DOS SERVIÇOS OFERTADOS” e demais atualizações que estejam vinculados à Plataforma Contrata + Brasil.
Art. 3º. Os demandantes de oportunidades de serviços do Município serão indicados por Portaria específica da Autoridade Superior do Município ou por delegação deste a seus Secretários das pastas municipais, ou ainda com autorização destes, incluídos na plataforma operacional do Sistema Contrata + Brasil.
Art. 4º. O pagamento pelos serviços realizados, após conclusão, deverá ser objeto do envio da Nota Fiscal Eletrônica pelo MEI prestador e deverá ser quitado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis na forma mais conveniente para a Administração Municipal, face à determinação do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.
§ único. O MEI, quando do envio da Nota Fiscal Eletrônica, deve mencionar sua chave de pagamento instantâneo - PIX e dados bancários, objetivando facilitar o cumprimento estabelecido no caput do artigo.
Art. 5º. A avaliação prévia para ofertar proposta e sua execução é de responsabilidade única do MEI ofertante, assumindo o ônus na execução decorrente por sua não vistoria.
Art. 6º. É vedada a participação em consórcio ou sua subcontratação, considerando que o MEI deve atuar de forma individual, conforme estabelecido no art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.
Art. 7º. O MEI deverá se atentar à sua condição especial quanto às atividades permitidas, a possuir no máximo um empregado, à sua regular situação de optante no SIMEI (Regime Especial do MEI) e ao limite máximo de receita bruta no ano-calendário, neste incluídas as propostas em curso, excluindo o contratante de qualquer ônus por acréscimo de tributação incidente não considerada.
Art. 8º. Não haverá nessas contratações exigências de qualificação técnica e econômica do MEI proponente, exceto se a demanda explicitar sua excepcionalidade justificada.
Art. 9º. O microempreendedor ofertante deverá considerar no seu valor proposto, independente da demanda, todos os materiais necessários, exceto se mencionado em contrário, inclusive os

utensílios, ferramentas, equipamentos, EPIs e vestimentas necessárias à perfeita execução dos serviços demandados.
Art. 10. Considerando que o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, em função do valor excepcional até a contratação formal, observada a discricionariedade de contratação pelo ente contratante, o Poder Municipal excepcionalmente poderá optar por não aplicar o referido decreto nas compras ou na prestação de serviços de pronto pagamento da forma que melhor lhe convier.
Art. 11. Em função dos valores constantes no art. 95, § 2º, que permitem até a contratação verbal, fica dispensada a estimativa de preços da contratação, em razão dos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, não obstante durante a análise de proposta se está realizada.
Art. 12. Nenhum serviço poderá ser iniciado pelo MEI proponente sem a autorização do demandante do serviço, devendo tal autorização constar, no mínimo, em mensagem eletrônica, **sob pena dos serviços serem paralisados sem nenhuma quitação pelos serviços já realizados** – ressalvada a possibilidade de indenização, mediante apuração de responsabilidade.
Art. 13. Todas as informações e descrições constantes no Estudo Técnico Preliminar nº 05/2025, promovido pela Unidade Administrativa de Serviços Gerais - UASG e vinculada à Instrução Normativa nº 52/2025, mesmo que não transcritas nesse Decreto, devem ser observadas, exceto as que conflitarem com este ato normativo, que prevalece.
Art. 14. A Prefeitura do Município adotará todas as providências quanto ao aceite e adesão à plataforma de negócios públicos Contrata + Brasil e ao treinamento dos seus demandantes de serviços, promovendo gestão junto aos agentes de desenvolvimento do Município para capacitar, através do SEBRAE, as Salas do Empreendedor para fomentar a participação dos MEIs nessa geração de oportunidades que os privilegia e tem o apoio dessa municipalidade.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Janduís/RN 09 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:BF5D82C3

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 124/2026 EMPENHO Nº93/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPSETRA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 93/2026 no valor de R$ 45.552,85 (quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois e oitenta e cinco centavos), correspondente a nota fiscal de nº 95**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 09 de outubro de 2026

ELVÉCIO GURGEL DE SALES FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:67372D2A

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 125/2026 EMPENHO Nº75/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPSETRA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 75/2026 no valor de R$ 14.086,75 (quatorze mil, oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos), correspondente a nota fiscal de nº 64**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta

os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 09 de outubro de 2026

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:D9192D44

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 126/2026 EMPENHO Nº168/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPSETRA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 168/2026 no valor de R$ 17.521,74 (dezessete mil, quinhentos e vinte um mil e setenta e quatro centavos), correspondente a nota fiscal de nº 94**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 09 de outubro de 2026

ANTONIO DÁRIO ARRUDA DUARTE
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:394EB5E4

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 127/2026 EMPENHO Nº 153/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços COOPSETRA - **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 153/2026 no valor de R$ 27.692,37 (vinte e sete mil, seiscentos e noventa e dois e trinta e sete centavos) correspondente a nota fiscal de nº 91**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 09 de outubro de 2026

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:4C2CBC93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3319/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3319/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

O Município de Janduís/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, por intermédio do seu Pregoeiro, Francisco Cleber Torres, designado pela Portaria nº 303/2025-GP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por lote, em **sessão pública eletrônica às 08h30 (oito horas e trinta minutos - horário de Brasília-DF) do dia 27/10/2026, (terça-feira)** através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de fretes em veículo de sua propriedade particular, conduzindo cidadãos carentes cadastrados no CadÚnico, servidores públicos municipais, bem como encomendas de interesse da administração municipal, nos sentidos: Janduís/Mossoró e Janduís/Natal, atendendo as demandas da

Prefeitura Municipal de Janduís, Unidades Administrativas e demais Órgão Vinculados., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos., nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Janduís-RN, 09 de outubro de 2026.

OZAIAS PRAXEDES DOS SANTOS
Diretor de Licitações e Contratos – Port. 270/2025
CPF: 108.364.304-50

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:F59C8DE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR

LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR

A Prefeita Municipal de Japi, Estado Do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento administrativo apresentado pelo servidor, bem como o reconhecimento do direito à Licença-Prêmio.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a servidora Micarla da Silva Torquato, matrícula funcional nº 00001215, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SME.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo anterior será usufruída no período de 09 de outubro de 2026 a 06 de janeiro de 2027, totalizando 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Durante o período de afastamento, ficam assegurados ao servidor os direitos e vantagens previstos na legislação municipal aplicável à Licença-Prêmio.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Administração/Recursos Humanos adotar as providências necessárias para o registro e cumprimento da presente Portaria nos assentamentos funcionais do servidor e na folha de pagamento.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Japi/RN, 07 de outubro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:16166C70

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 67/2024

Processo: 974/2024
Partes: Prefeitura Municipal de Japi e a Empresa A.K.H A DANTAS
Objeto: Contratação de empresa especializada em confecção de próteses dentárias para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Município de Japi/RN.
Amparo Legal: Lei Federal n. Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações.
Do Valor: O valor do aditivo contratual é de R$ 184.992,00 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais).
Vigência: 06/09/2026 à 06/09/2027.
Assinam: SIMONE FERNANDES DA SILVA da Contratante e da Empresa AMANDA KELLY HENRIQUE ALVES.

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:376E2AFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 014/2026 – PMJA/RN

Processo administrativo nº 136/2026

O Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Data e horário do início da disputa: **08h00min do dia 28 de outubro de 2026**, através do Portal de Compras Públicas **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 099/2023. **A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br**, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP **https://pncp.gov.br/app/editais e através do site institucional www.jardimdeangicos.rn.gov.br/.**

Jardim de Angicos/RN, 09 de outubro de 2026.

RUDSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Debora Cristina Camara da Silva Oliveira
Código Identificador:EA861884

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00040/2025

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00040/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 00018/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 110/2025. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95. **FORNECEDOR:** HUMBERTO JOSÉ DE MEDEIROS, CNPJ nº 01.009.818/0001-38. **OBJETO DA ATA:** Aquisição gradativa de gêneros alimentícios diversos, para atender às necessidades de diversas secretarias do Município de Jardim de Piranhas/RN. **OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação da vigência da ata por 12 meses, com renovação dos quantitativos dos itens discriminados no termo aditivo. **VIGÊNCIA PRORROGADA:** 06/10/2026 a 06/10/2027. **PREÇOS:** Mantidos os preços unitários registrados, conforme o termo aditivo. **INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo. **DATA DA ASSINATURA: 06 de Outubro de 2026. SIGNATÁRIOS:** Rogério Soares, pelo órgão gerenciador, e Humberto José de Medeiros, pelo fornecedor.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:11E37AB7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00041/2025

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00041/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 00018/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 110/2025. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95. **FORNECEDOR:** ORIANA VALERIA SANTIAGO DE MEDEIROS, CNPJ nº 08.483.362/0001-92. **OBJETO DA ATA:** Aquisição gradativa de gêneros alimentícios diversos, para atender às necessidades de diversas secretarias do Município de Jardim de Piranhas/RN. **OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação da vigência da ata por 12 meses, com renovação dos quantitativos dos itens discriminados no termo aditivo. **VIGÊNCIA PRORROGADA:** 06/10/2026 a 06/10/2027. **PREÇOS:** Mantidos os preços unitários registrados, conforme o termo aditivo. **INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo. **DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.SIGNATÁRIOS:** Rogério Soares, pelo órgão gerenciador, e Oriana Valeria Santiago de Medeiros, pelo fornecedor.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:A10E7B74

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00042/2025

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00042/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 00018/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 110/2025. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95. **FORNECEDOR:** S U DUTRA & MEDEIROS COSTA LTDA., CNPJ nº 10.962.227/0001-71. **OBJETO DA ATA:** Aquisição gradativa de gêneros alimentícios diversos, para atender às necessidades de diversas secretarias do Município de Jardim de Piranhas/RN. **OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação da vigência da ata por 12 meses, com renovação dos quantitativos dos itens discriminados no termo aditivo. **VIGÊNCIA PRORROGADA:** 06/10/2026 a 06/10/2027. **PREÇOS:** Mantidos os preços unitários registrados, conforme o termo aditivo. **INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo. **DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.SIGNATÁRIOS:** Rogério Soares, pelo órgão gerenciador, e Sebastiana Ulisses Dutra Medeiros, pelo fornecedor.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:50ACD040

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 472/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 472/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a designação de servidores para serem Fiscais de Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Capítulo IV, Seção I, Subseção II, Art. 10, alínea VII, letra "f" da Resolução nº 028/2020, de 15 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores que serão Fiscais de Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN até 31 de dezembro de 2026.

I – Da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Finanças:
Ilana Murieli de Sousa, CPF: 093.132.804-77, Cargo: Atendente;

II – Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:
Jocélio Carlos dos Santos Araújo, CPF: 017.990.084-60, Cargo: Engenheiro Civil;

III – Da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
Jorge Eduardo Bessa Figueiredo, CPF: 090.547.984-08, Cargo: Digitador;

IV – Da Secretaria Municipal de Saúde:
Emanuel Paiva de Oliveira, CPF: 056.982.344-77, Cargo: Enfermeiro;

V – Da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Luciano Renato Alves dos Santos, CPF: 017.746.494-11, Cargo: Coordenador do Trabalho e Habitação;
VI – Do Gabinete do Prefeito.
Israel Souza Donato dos Santos, CPF: 057.443.884-00, Cargo: Secretário Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a PORTARIA Nº 002/2026 – GP/PMJP, 05 de janeiro de 2026, tornando revogadas as disposições em contrário, tornando revogadas as disposições em contrário

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 09 de outubro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:79FFCB23

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 463, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026. *

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e,

CONSIDERANDO o Ofício n º 315/2026/SEME/PMJS e Parecer nº 008/2026 da Comissão Permanente do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. Efetuar a **PROMOÇÃO VERTICAL** dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Mudança	Data de Concessão
Marta Costa de Medeiros Batista	0408	De Professora P.III J Para Professora P .IV J	14/08/2026
Emanuel Hudson da Silva	1939	De Professor P.III B Para Professor P .IV B	14/08/2026
Sheyla Regina Sampaio de Sena Silva	1363	De Professora P.III F Para Professora P .IV F	03/09/2026
Ferlúcia do Nascimento Dantas	1039	De Professora P.III G Para Professora P .IV G	14/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos válidos na data de concessão de cada servidor, revogadas todas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de Outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:83557EC3

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 464, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

CONSIDERANDO o que consta no documento de SOLICITAÇÃO DE PORTARIA - Fiscal e Gestor nº 46406/2026 do processo eletrônico nº 05001.000171/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **JULLYSON DAVID FERNANDES DE AZEVEDO**, matrícula nº 2204, para exercer a função de Fiscal de Contrato, e o servidor **JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR**, matrícula nº 2097, para exercer a função de Gestor de Contrato, no acompanhamento referente ao Processo administrativo nº 803.021/2026, Pregão Eletrônico n° 041/2026, cujo objeto se refere a "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de castração cirúrgica e microchipagem em cães e gatos, por meio de Unidade Móvel de Esterilização Animal (Castramóvel), na zona urbana e rural do Município de Jardim do Seridó/RN".

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 09 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:65729E05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 037/2025 - PEDRO ANTÔNIO MEDEIROS VILAR ARAÚJO

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 037/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pela Sra. **SILVANA AZEVEDO DA COSTA**, Prefeita Constitucional, inscrita no CPF sob o n.º 007.455.564-26, residente e domiciliado na Avenida Doutor Fernandes, n.º 347, Centro, nesta cidade de Jardim do Seridó/RN.
CONTRATADO: PEDRO ANTÔNIO MEDEIROS VILAR ARAÚJO, brasileiro, com RG n.º 1.833.285 SSP/RN, inscrito no CPF sob o n.º 052.062.254-52, residente e domiciliado na Rua Manoel Luiz do Nascimento, SN, Jardim do Seridó/RN.
CONSIDERANDO o Despacho do Gabinete da Prefeita n.º 163/2026;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 0916/2026, de 17 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Trabalho Habitação e Assistência Social;
CONSIDERANDO a não existência de Processo Seletivo Vigente;
CONSIDERANDO que a permanência do profissional que ocupa o cargo de Vigilante Socioassistencial é essencial para assegurar a produção, sistematização e análise contínua de informações estratégias sobre as vulnerabilidades e riscos sociais do território.
CONSIDERANDO as determinações da NOB 2012 a vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, conforme regulamenta a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), que estabelece os princípios e objetivos da assistência social no Brasil, e a Lei nº 12.435/2011 que aprimora a estrutura e a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantindo sua continuidade e detalhando sua gestão
CONSIDERANDO que a interrupção da função executada por este profissional contratado temporariamente, põe em risco o bom funcionamento dos serviços públicos, na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

RESOLVEM:
Os contratantes celebram entre si o presente termo aditivo ao contrato por tempo determinado n.º **037/2025,** pactuado em **10 de outubro de 2025,** com fulcro art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 743/2005, no art. 37, IX, CF/88, e nas diretrizes da Nota Técnica nº 05/2025 – TCE/RN. sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses, até **10 de abril de 2027,** o Contrato por Tempo Determinado n.º 037/2025, podendo ser rescindido ou renovado face o interesse público.
Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 10 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

SAMUEL AZEVEDO SANTOS DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

PEDRO ANTÔNIO MEDEIROS VILAR ARAÚJO
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. ---_____ CPF: ___.___.___-___

2. ---_____ CPF: ___.___.___-___

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:7D294808

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 043/2023 - MARIA DE LOURDES MATA DE MEDEIROS

6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 043/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pela Sra. **SILVANA AZEVEDO DA COSTA**, Prefeita Constitucional, inscrita no CPF sob o n.º 007.455.564-26, residente e domiciliado na Avenida Doutor Fernandes, n.º 347, Centro, nesta cidade de Jardim do Seridó/RN.
CONTRATADA: MARIA DE LOURDES MATA DE MEDEIROS, brasileira, com RG n.º 002.306.144 SSP/RN, inscrita no CPF sob o n.º 060.505.314-63, residente e domiciliada na Rua

Juvenal de Oliveira Azevedo, n.º 111 – São João, Jardim do Seridó/RN.
CONSIDERANDO o Despacho do Gabinete da Prefeita n.º 163/2026;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 0916/2026, de 17 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Trabalho Habitação e Assistência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção da prestação do serviço pela Administração Pública Municipal, para atender as demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos - SCFV, pertencente a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
CONSIDERANDO que a interrupção da função executada por este profissional contratado temporariamente, põe em risco o bom funcionamento dos serviços públicos, na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.
RESOLVEM:
Os contratantes celebram entre si o presente termo aditivo ao contrato por tempo determinado n.º **043/2023,** pactuado em **10 de outubro de 2023,** com fulcro no inciso VI do art. 2° e § 1° do art. 4º da Lei Municipal n.º 743 de 22 de abril de 2005 e a Lei Municipal de nº 1.105/2018 sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses, até **10 de abril de 2027,** o Contrato por Tempo Determinado n.º 043/2023, podendo ser rescindido ou renovado face o interesse público.
Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 10 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

SAMUEL AZEVEDO SANTOS DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

MARIA DE LOURDES MATA DE MEDEIROS
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. ---_____ CPF: ___.___.___-___

2. ---_____ CPF: ___.___.___-___

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:CBBBB065

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 288, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 09/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MARCELO SANTOS DE ARAUJO,** matrícula nº 2119, ocupante do cargo de Sub Coordenador da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 03/11/2026 à 02/12/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 09 de outubro de 2026.

JARINA MAIRA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:26BB3130

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 289, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 09/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MICHELE ARAUJO DA SILVA,** matrícula nº 1532, ocupante do cargo de Controladora Geral, da Secretaria Municipal de Gabinete Civil, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 13/10/2026 à 22/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 09 de outubro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:7A968FA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 008, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026, DO CMDCA

ATA N° 09/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ata de reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, de forma presencial, no auditório do CREAS, localizado a Rua Professora Maria Pires de Azevedo, sem número, bairro Baixa da Beleza, Jardim do Seridó e em formato online através do link https://meet.google.com/ivz-uqsa-dmn. Com **quórum** de cem por cento das instituições que compõem o conselho, sendo seus representantes: a senhora Arimária Lira Fonseca, titular pela Secretaria Municipal de Educação; senhora Jaíne Emília dos Santos, suplente pela Secretaria Municipal de Saúde; o senhor Valbiano Medeiros do Nascimento, suplente pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social; a senhora Francisca das Chagas da Conceição Silva, titular da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição; o senhor Francisco Carlos de Araújo, titular pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; o senhor Francisco Medeiros da Silva, titular pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sua suplente, senhora Ivania Silva da Cunha. Além destes, esteve presente a senhora Isabela Azevedo Medeiros do Nascimento, coordenadora geral da SEMTHAS e secretária geral dos conselhos, bem como os adolescentes Matheus Dantas de Moura e Maria de Fátima Nascimento Araújo. **As pautas do dia foram**: deliberações

acerca da última ata; alinhamento quanto à formação da comissão de organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Inicialmente, a Senhora Francisca das Chagas, presidente do conselho, abriu os trabalhos e repassou a palavra a Senhora Isabela Azevedo, secretária geral dos conselhos. Isabela mencionou que, ao redigir a ata 008 e passá-la para publicação, levantou-se alguns questionamentos sobre a composição da comissão e, após contatar o CONSEC, foi relatado pela instituição que: não haveria viabilidade em haver presidente e coordenador de comissão, sendo necessário apenas um dos dois; foi sugerida a troca do Senhor Samuel Azevedo, até então eleito presidente da Comissão, por outra pessoa, visto que, na função de Secretário Municipal, seria inviável a participação ativa dele como presidente e como membro da comissão; foi sugerido que a senhora Francisca das Chagas, presidente do Conselho, não fizesse parte da comissão ativamente, pela função, que poderia gerar transtorno de dualidade e que seria, muitas vezes, necessário apoio ou decisão final dela sobre propostas e demais questionamentos da Comissão; foi solicitado também que os adolescentes e demais pessoas, que seriam convidadas a participar da comissão, estivessem presentes na eleição para tornar o processo mais transparente possível. Diante disso, a Senhora Isabela mencionou a necessidade da deliberação quanto à última reunião lavrada na Ata 008, se seria anulada ou ressalvada, visto que havia outras pautas de interesse do próprio CMDCA. Os Conselheiros, portanto, pediram a ressalva da ata 008, anulando apenas a eleição nela constante, e permanecendo as demais pautas inalteradas. Prosseguindo para eleição de representantes da Comissão Organizadora, foi solicitado pela Secretária Geral os candidatos às duas vagas pelas Entidades Governamentais. Os candidatos foram o Senhor Valbiano Medeiros e a Senhora Arimária Lira. Aprovados por unanimidade. Logo em seguida, foi solicitada as entidades não-governamentais os candidatos, sendo estes o senhor Francisco Medeiros e a senhora Ivania Cunha. Aprovados por unanimidade. Foi pedido ainda que fosse realizada a candidatura de Presidente da Comissão, sendo este, o único, o Senhor Valbiano Medeiros, aprovado por unanimidade. Por fim, foi mencionada a importância de um técnico administrativo, que pudesse dar suporte nas questões, mas que, em consonância entre os próprios membros da comissão, este desempenharia papel de relato de informações, atas, dentre demais trâmites burocráticos para o funcionamento eficaz da comissão organizadora, não tendo direito a voto. Foi solicitado, portanto, a senhora Isabela Azevedo que, tendo experiência na área de Assistência à Crianças e Adolescentes e desempenhando o trabalho de secretária geral de conselhos de assistência, fosse a técnica administrativa da comissão. A referida aceitou. Fica constituída a comissão da seguinte forma: Valbiano Medeiros do Nascimento (presidente), Isabela Azevedo Medeiros do Nascimento (técnica administrativa, sem direito a voto) e demais membros: Arimaria Lira Fonseca, Francisco Medeiros da Silva, Ivania Silva da Cunha, os adolescentes Matheus Dantas de Moura e Maria de Fátima Nascimento Araújo. Por fim, a senhora Francisca das Chagas, como presidente do Conselho, sugeriu o Senhor Júnior Santiago como Ministrante da Palestra Magna para abrir os trabalhos da Conferência Municipal. A comissão mencionou que deliberará em reunião posterior. No último ponto, a senhora Isabela, como secretária geral, sugeriu a marcação de data de primeira reunião da Comissão. Foi acatado pela Comissão e decidido o dia 14 de outubro, no período matutino, podendo ela ser postergada ou antecipada, frente às necessidades dos membros. A Senhora Francisca das Chagas encerrou a reunião às nove horas e trinta e sete minutos. Nada mais havendo a tratar eu, Isabela Azevedo, secretária geral dos conselhos, redigi a presente ata e ela vai assinada por mim, pela presidente e todos os presentes na reunião.

FRANCISCA DAS CHAGAS DA CONCEIÇÃO SILVA
Presidente do CMDCA

ISABELA AZEVEDO MEDEIROS DO NASCIMENTO
Secretária Geral Dos Conselhos

Publicado por:
Samuel Azevedo Santos de Medeiros
Código Identificador:62553BC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO DO CMDCA N° 13, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança do município de Jardim do Seridó no Estado do Rio Grande do Norte.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Jardim do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal n° 8.069/1990), na Lei Municipal Complementar n° 744/2005, bem como em seu Regimento Interno.
CONSIDERANDO Resolução nº 276/2025 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
CONSIDERANDO Resolução nº 158/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONSEC) do Rio Grande do Norte;
CONSIDERANDO a deliberação do seu colegiado, em Assembleia Ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2026;

Resolve:

Art. 1º. Criar a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município Jardim do Seridó/RN.
Art. 2º. A Comissão Organizadora será composta pelos (as) conselheiros (as):

a) Valbiano Medeiros do Nascimento, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social – PRESIDENTE DA COMISSÃO pelas entidades governamentais;
b) Arimária Lira Fonseca, da Secretaria Municipal de Educação – membro da comissão pelas entidades governamentais;
c) Francisco Medeiros da Silva, do Sindicato de Trabalhadores Rurais – membro da comissão pela sociedade civil;
d) Ivania Silva da Cunha, do Sindicato de Trabalhadores Rurais – membro da comissão pela sociedade civil.
§ 1º. Os adolescentes Matheus Dantas de Moura e Maria de Fátima Nascimento Araújo representarão as crianças e adolescentes do município de Jardim do Seridó nesta Comissão.

§ 2º. A Comissão contará com a colaboração direta de técnicos da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, a qual este Conselho está diretamente vinculado.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim do Seridó/RN, 09 de outubro de 2026

FRANCISCA DAS CHAGAS DA CONCEIÇÃO SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Samuel Azevedo Santos de Medeiros
Código Identificador:EC645E19

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09100159/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº:09100159/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO:DENNYS DANILLO ARAúJO SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO:098.*.***-07**
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. da Constituição Federal e lei orgânica municipal.

OBJETO: Contratação de Professor(a) , destinado as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, no que diz respeito às ações voltadas para planejar e ministrar aulas teóricas ao discentes, desenvolvendo práticas de ensino de acordo com a coordenação pedagógica desta rede municipal de ensino. Professor de Educação Física. A jornada de trabalho do(a) profissional será de 40 horas semanais.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 11.543,91 (onze mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora:2 – Prefeitura Municipal de José da Penha,**Órgão Orçamentário:**15000 – Sec. Mun. de Educação,**Unidade Orçamentária:**15903 – F MAN. DESEV. DA EDUC. BÁS. ... - FUNDEB,**Função:**12 – Educação, **Subfunção:**361 – Ensino Fundamental, **Programa:** 3 – Gestão dos Serv. Educacionais - Ens. Fundamental,**Ação:**2.134 – Folha de Pagamento e Encargos do Ens. Fundamental, **Classificação da Despesa:**3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:**15401070 - Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70%.
VIGÊNCIA:05 de Outubro de 2026 à 31 de Dezembro de 2026.
DATA DA ASSINATURA:05 de Outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C18F7C13

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31100001/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31100001/2025.

CONTRATO Nº: 31100001/2025
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ME SARMENTO VIDAL
CPF/CNPJ CONTRATADO:10.413982/0001-05
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Credenciamento n.º 001/2025 CRED, processo administrativo n.º 12030001/2025.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Mecânicos para Manutenção Corretiva e Preventiva para a frota veicular do Município de José da Penha/RN.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação/renovação do Contrato n.º 31100001/2025, por mais 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 11.868,15 (onze mil e oitocentos e sessenta e oito reais e quinze centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
145 - 2 . 5101 . 4 . 122 . 1 . 2.30 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
689 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.160 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
620 - 2 . 15001 . 12 . 361 . 3 . 2.138 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
619 - 2 . 15001 . 12 . 361 . 3 . 2.138 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
240 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.49 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 01/11/2026 à 31/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D03D03CA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31100002/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31100002/2025.

CONTRATO Nº: 31100002/2025
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ME SARMENTO VIDAL
CPF/CNPJ CONTRATADO:10.413982/0001-05
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Credenciamento n.º 001/2025 CRED, processo administrativo n.º 12030001/2025.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Mecânicos para Manutenção Corretiva e Preventiva para a frota veicular do Município de José da Penha/RN.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação/renovação do Contrato n.º 31100002/2025, por mais 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 11.751,24 (onze mil e setecentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
804 - 3 . 13101 . 10 . 302 . 6 . 2.192 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
799 - 3 . 13904 . 10 . 122 . 5 . 2.191 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
798 - 3 . 13904 . 10 . 122 . 5 . 2.191 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
216 - 3 . 13101 . 10 . 122 . 1 . 2.42 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 01/11/2026 à 31/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:AE5EB36E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10100002/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10100002/2024.

CONTRATO Nº: 10100002/2024
TERMO ADITIVO: Segundo
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ERMANDO DE FONTES QUEIROZ 03694717412
CPF/CNPJ CONTRATADO: 47.885.757/0001-73
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa Presencial N.º 10100001/2024, processo administrativo Nº 26090001/2024.
OBJETO: Prestação de serviços com locação de Caminhão Basculante - (Caçamba) com motorista para atender as necessidades da Secretaria de Obras na limpeza pública do Município.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação/renovação do Contrato n.º 10100002/2024, por mais 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 59.880,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais) sendo o valor mensal de R$ 4.990,00 (quatro mil e novecentos e noventa reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE GESTORA:**.....***2 – Município de José da Penha*
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:**.....***7000 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.*
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**.....***7101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.*
FUNÇÃO:**.....** 15 – Urbanismo
SUBFUNÇÃO:**.....** 452 – Serviços Urbanos
PROGRAMA:**.....** *9 – Gestão, Obras, Manutenção e Equipamentos Sociais.*
AÇÃO:**.....** 2.185 – Serviços de limpeza pública
DESPESA:**.....** 775*. 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.*
FONTE DE RECURSOS:**.....** *15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos*

VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 11/10/2026 à 10/10/2027
DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C601568D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 102/2026 ATA DA SESSÃO

Ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de Contratação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, para apreciação da documentação encaminhada pela empresa: **61.200.566 RONALDO LOPES DE OLIVEIRA** - CNPJ: 61.200.566/0001-51, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 233B, Centro, Jucurutu/RN, visando o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviço de transporte intermunicipal para atender demandas gerais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jucurutu/RN.**

Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, passando-se à análise da documentação apresentada pelo representante da requerente, que enviou a documentação para apreciação da Comissão de Contratação.

Passando à análise dos documentos de habilitação, identificamos que a empresa **61.200.566 RONALDO LOPES DE OLIVEIRA** - CNPJ: 61.200.566/0001-51 apresentou toda a documentação referente à Habilitação prevista no item 9 do Termo de Referência, estando **HABILITADA**.

Jucurutu/RN, 09 de outubro de 2026.

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	***VALDINEZ VIEIRA DA SILVA***
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:F2324363

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 102/2026 RESULTADO PROVISÓRIO

O Município de JUCURUTU/ RN TORNA PÚBLICO O **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, CONFORME QUADRO ABAIXO:
Empresa que teve o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Itens
61.200.566 RONALDO LOPES DE OLIVEIRA - CNPJ: 61.200.566/0001-51	01, 02 e 03

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

O interessado cujo pedido foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data desta publicação, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os recursos serão recebidos por meio eletrônico (e-mail: cotacoeseletronicasjucurutu@hotmail.com) e serão dirigidos ao Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN que, após receber o recurso e a informação da comissão de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

O RESULTADO DEFINITIVO DO **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN,** será publicado na imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – **FEMURN**, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN,** logo após a análise dos recursos.

Jucurutu/RN, 09 de outubro de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

MINUTA DO RECURSO

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA ____

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº ___, por seu representante abaixo qualificado, inscrito(a) no C.P.F. nº _____, em apresentar RECURSO a esta Comissão de Contratação do indeferimento do seu pedido de credenciamento para _____, conforme prazo legal, pelo(s) motivo(s) abaixo justificado(s): _____

Estamos cientes de que o não atendimento das regras e prazos contidos na legislação, no que se refere ao recurso, poderá ensejar na rejeição deste.
_____, _____ de _____ de 2026.
_____
Assinatura do representante da Requerente
NOME E CPF

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:2BEDC925

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
DECRETO Nº 1.528, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº1.528,DE9DEOUTUBRODE 2026

Institui e regulamenta o Censo Previdenciário Cadastral 2026 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jucurutu/RN, define procedimentos, prazos e medidas de gestão cadastral, e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto naLei Municipal nº 861,de 2016, que instituiu o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu (PREVI JUCURUTU);

CONSIDERANDOa obrigatoriedade constitucional de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, expressa no art. 40, caput, da Constituição Federal e no art. 1º, inciso I, daLei Federal nº 9.717, de 1998;

CONSIDERANDOa exigência de realização periódica de recenseamento previdenciário, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, imposta à unidade gestora do regime pelo art. 9º, inciso II, daLei Federal nº 10.887, de 2004, e a instituição de sistema integrado de dados prevista no art. 12 daEmenda Constitucional nº 103, de 2019, e no art. 3º daLei Federal nº 10.887, de 2004;

CONSIDERANDOas diretrizes de governança, conformidade cadastral e controle da base de dados fixadas pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS, Ação 3.1.6 do Manual versão 4.2);

CONSIDERANDOas normas de proteção,segurança e sigilo das informações conferidas aos titulares de dados pessoais pelaLei Federal

nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

CONSIDERANDOa formalização doContrato Administrativo nº 003/2026, decorrente da Dispensa de Licitação nº 002/2026 e do Processo Administrativo nº 090/2026, celebrado pelo PREVI JUCURUTU para operacionalização técnica e suporte logístico dos trabalhos de recenseamento;

CONSIDERANDO, por fim, as garantias fundamentais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal consagrados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, bem como a necessidade de disciplinar procedimento administrativo prévio, formal e motivado antes de qualquer restrição cautelar de proventos ou pensões;

DECRETA:
I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E FINALIDADES:

Art. 1º.Fica instituído e regulamentado o Censo Previdenciário Cadastral 2026, de caráter obrigatório e pessoal, destinado à atualização, validação e consolidação da base de dados dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Jucurutu/RN.
§ 1º O Censo será executado e coordenado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu (PREVI JUCURUTU), autarquia gestora do RPPS criada pela Lei Municipal nº 861/2016, abrangendo:
I - os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal;
II - os servidores públicos titulares de cargo de provimentoefetivo do Poder Legislativo Municipal, mediante prévia adesão formalizada por ato da Presidência e da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;
III - os segurados aposentados pelo RPPS de Jucurutu; e
IV - os pensionistas vinculados ao RPPS municipal.
§ 2º A obrigatoriedade do recadastramento alcança integralmente os servidores efetivos que se encontrem em gozo de férias, licenças de qualquer natureza, afastamentos legais, cedidos a outros órgãos da Federação ou residentes fora do Município de Jucurutu/RN oudo território nacional.

Art. 2º. O Censo Previdenciário Cadastral 2026 possui como finalidades precípuas:
I - assegurar a fidedignidade, integridade e completude da base cadastral de servidores ativos, inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes;
II - subsidiar as avaliações atuariais anuais do RPPS, permitindo dimensionar compromissos futuros e assegurar a sustentabilidade do plano de custeio e de benefícios;
III - viabilizar a correta manutenção dos benefícios previdenciários e prevenir pagamentos indevidos ou duplicados;
IV - promover o alinhamento e a integração sistemática com o eSocial, com os módulos do CADPREV e com o sistema nacional integrado de dados previdenciários; e
V - atender às exigências de conformidade da Ação 3.1.6 do Manual do Pró-Gestão RPPS e aos parâmetros de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN).

II - CALENDÁRIO, MODALIDADES E LOCAIS DE ATENDIMENTO:

Art. 3º.As ações de recadastramento serão desenvolvidas no mês de novembro de 2026, com antecedência de divulgação mínima de 30 (trinta) dias, compreendendo as seguintes etapas e modalidades de atendimento:
I - Atendimento presencial (modalidade padrão): de 05 a 25 de novembro de 2026, de segunda a sexta-feira, excetuado o dia 20 de novembro de 2026 (feriado nacional do Dia da Consciência Negra), nos horários das 8h às 11h e das 13h30 às 17h;
II - Atendimentos remoto e domiciliar (modalidades extraordinárias): nos dias 26 e 27 de novembro de 2026, mediante prévio requerimento e agendamento deferido pelo PREVI JUCURUTU.
§ 1º O atendimento presencial será sediado na Biblioteca Pública Municipal Perceval Bezerra, localizada na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP 59330-000, em recinto adequado que garanta acessibilidade, climatização, sigilo dos atendimentos e proteção física aos documentos manuseados.
§ 2º Em caso de justificada necessidade operacional ou volume extraordinário de atendimentos, a Presidência do PREVI JUCURUTU poderá, mediante portaria devidamente motivada e publicada no Diário Oficial dos Municípios, prorrogar o cronograma previsto nocaputou fixar calendário complementar.
§ 3º Será assegurada prioridade legal de atendimento às pessoas com deficiência, às gestantes, aos lactantes e às pessoas idosas, com prioridade especial aos segurados com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos, em cumprimento ao Estatuto da Pessoa Idosa e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º.O atendimento remoto, por videoconferência com validação biométrica, constitui modalidade excepcional e será concedido exclusivamente aos seguintes segurados e beneficiários que comprovem impossibilidade fática de deslocamento à sede do Município durante o período presencial:
I - servidores efetivos regularmente em gozo de férias, licenças legais ou cedidos, que estejam residindo ou prestando serviços fora do Estado do Rio Grande do Norte ou em localidades distantes que impeçam o comparecimento presencial; e
II - aposentados e pensionistas domiciliados fora do Município de Jucurutu/RN ou no exterior.
§ 1º O requerimento para atendimento remoto deverá ser solicitado pelo titular ou por seu representante por meio da plataforma eletrônica do Censo ou dos canais oficiais fixados em edital, acompanhado dos documentos comprobatórios da residência ou do afastamento legal.
§ 2º Durante a sessão de atendimento por videoconferência, será efetuada a captura de fotografia facial e a conferência dos documentos originais exibidos à câmera, em ambiente iluminado, com fundo neutro e sem adereçosque impeçam o reconhecimento do titular, destinada exclusivamente à validação da identidade e à prevenção de fraudes.

Art. 5º.O atendimento domiciliar ou hospitalar destina-se ao segurado residente nos limites territoriais do Município de Jucurutu/RN que esteja impossibilitado de locomoção por motivos graves de saúde, incapacidade física ou internação.
§ 1º A solicitação de atendimento domiciliar deverá ser protocolada perante o PREVI JUCURUTU até o dia 20 de novembro de 2026, instruída obrigatoriamentecom atestado, declaração ou laudo médico circunstanciado emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, que ateste a incapacidade de locomoção do beneficiário.
§ 2º Deferido o pedido, a equipe técnica do Censo comparecerá à residência ou à unidade de internação do segurado, nos dias 26 ou 27 de novembro de 2026, para a coleta dos dados, digitalização dos documentos e registro da assinatura.
§ 3º Caso o segurado impossibilitado de locomoção resida em outro município ou Estado, o recadastramento deverá ser operacionalizado por meio de atendimento remoto ou mediante procurador devidamente constituído com poderes específicos.

III - REPRESENTAÇÃO LEGAL E MANDATO:

Art. 6º.É admitida a realização do Censo por intermédio de representante formal, exclusivamente nas seguintes condições:
I - por procurador, mediante instrumento público ou particular com reconhecimento de firma ou autenticado eletronicamente por meio da plataforma digital oficial gov.br, outorgado há no máximo 6 (seis) meses da data do atendimento, contendo poderes específicos para efetuar o recadastramento perante o PREVI JUCURUTU;
II - pelo curador, tutor ou guardião judicial, no caso de segurado ou dependente civilmente incapaz ou interditado, mediante exibição do respectivo termo de compromisso judicial vigente;
III - pelo genitor ou responsável legal, na hipótese de pensionista menor de 18 (dezoito) anos; ou
IV - por procurador constituído perante autoridade consular brasileira, no caso de segurado residente no exterior que não puder utilizar a via do atendimento remoto regulamentada no art. 4º.

§ 1º No caso de segurado recolhido a estabelecimento prisional, o recadastramento será processado por intermédio de procurador habilitado ou mediante visita técnica agendada com a direção do estabelecimento penal, instruída com declaração expedida pela autoridade penitenciária competente comprovando a custódia.
§ 2º O procurador ou representante legal responde civil, penal e administrativamente pela exatidão e autenticidade das informações prestadas e dos documentos apresentados no ato do recadastramento.

IV - ROL DE DOCUMENTOS E CONFERÊNCIA CADASTRAL:

Art. 7º.O Censo contemplará o exame dos dados biográficos, funcionais e econômico-sociais dos titulares e dependentes, exigindo-se a conferência e o preenchimento obrigatório dos seguintes campos:
I - do titular (ativo, aposentado ou pensionista): nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), data de nascimento, sexo biológico, cor ou raça autodeclarada, filiação, número de matrícula municipal, estado civil, existência de união estável, endereço de domicílio habitual, números de contato telefônico e endereço eletrônico (e-mail) atualizados;
II - do cônjuge ou companheiro: nome completo, número do CPF e data de nascimento;
III - dos dependentes previdenciários: nome completo, número do CPF, certidão de nascimento ou documento de identidade e, quando for o caso, termo de tutela, guarda, ou laudo médico atestando invalidez ou deficiência preexistente à maioridade ou emancipação; e
IV - do servidor ativo: histórico dos tempos de contribuição prestados em outros regimes previdenciários anteriores ao ingresso no Município de Jucurutu/RN.

Art. 8º.Os segurados e beneficiários deverão apresentar a documentação original à equipe de recenseamento, a qual promoverá a digitalização imediata e devolverá os documentos físicos ao titular no ato do comparecimento, aplicando-se os preceitos de desburocratização e dispensa de cópias autenticadas da Lei Federal nº 13.726, de 2018:
I - servidor ativo:
a) documento oficial de identidade com foto válido e legível (RG, CNH, carteira funcional de classe ou passaporte);
b) comprovante de inscrição no CPF, caso o número não esteja consignado no documento de identificação apresentado;
c) certidão de nascimento (se solteiro) ou certidão de casamento e, nas hipóteses de convivência marital, escritura pública ou declaração de união estável firmada sob as penas da lei;
d) comprovante de residência atualizado, expedido nos últimos 3 (três) meses, ou declaração de domicíliosubscrita pelo próprio interessado, nos moldes da Lei Federal nº 7.115, de 1983;
e) extrato completo do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), obtido gratuitamente pelo portal digital oficial gov.br ou aplicativooficial Meu INSS; e
f) Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) emitida na forma legal por outro regime de previdência (RGPS ou RPPS), quando existir tempo averbado ou pendente de averbação;
II - aposentado: documentos relacionados nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I deste artigo;
III - pensionista: documentos elencados nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I deste artigo, número de inscrição no PIS/PASEP/NIT, além da certidão de óbito do instituidor, documento de identificação com CPF do falecido e a indicação de sua matrícula no Município;
IV - dependentes do servidor ativo e do aposentado:
a) documento de identidade e CPF do cônjuge ou convivente em união estável;
b) certidão de nascimento e CPF dos filhos e enteados menores de 21 (vinte e um) anos;
c) certidão judicial de tutela, curatela ou termo de guarda judicial definitiva, quando cabível;
d) laudo médico pericial e relatórios que fundamentem a condição de invalidez ou deficiência, para filhos ou irmãos que dependam economicamente do segurado; e
e) prova documental idônea da dependência econômica, nas situações exigidas pela legislação previdenciária de regência.
§ 1º A ausência de documentos funcionais históricos (decretos ou portarias de nomeação, termos de posse, atos concessórios de aposentadoria ou contracheques) nãoimpedirá o recadastramento do segurado, devendo ser saneada mediante cooperação direta entre a Secretaria Municipal de Administração e o PREVI JUCURUTU.
§ 2º No término da entrevista, as informações inseridas no sistema informatizado serão validadas pelo declarante mediante aposição de assinatura no comprovante físico ou digital gerado pelo recenseador, entregando-se ao segurado o respectivo Comprovante de Comparecimento e Conclusão do Censo 2026.
§ 3º A inclusão de dependente no sistema do Censo possui estrita finalidade de cadastramento atuarial, não gerando, por si só, direito adquirido automático à futura concessão de benefício previdenciário, cuja outorga observará as regras vigentes à época do fato gerador.

V - TRATAMENTO DAS PENDÊNCIAS E DEVIDO PROCESSO LEGAL:

Art. 9º.Constatada a falta de documento obrigatório, ilegibilidade ou insuficiência de dados no ato do comparecimento, a entrevista do Censo será concluída provisoriamente, lavrando-se termo de pendência documental com a entrega de notificaçãoao titular, assinalando-se o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para saneamento da omissão.

Art. 10.Encerrado o período geral do Censo em 27 de novembro de 2026, o PREVI JUCURUTU identificará os segurados e pensionistas que não realizaram o recadastramento ou que mantiveram pendências não solucionadas.

Art. 11.O segurado ou pensionista em situação irregular será convocado mediante notificação formal e individualizada, assegurando-se as garantias do contraditório e da ampla defesa, adotando-se sucessivamente os seguintes meios de comunicação:
I - notificação eletrônica por meio do endereço de e-mail ou aplicativo oficial previamente validado perante a administração municipal;
II - remessa de correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR) encaminhada ao endereço fornecido no cadastro municipal; e
III - publicação de Edital de Convocação no Diário Oficial dos Municípios e afixação na sede do PREVI JUCURUTU e da Prefeitura Municipal, apenas e tão somente após restarem infrutíferas as tentativas denotificação pessoal previstas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 12.A notificação fixará o prazo comum de 30 (trinta) dias, contados da ciência formal ou da publicação do edital, para que o interessado:
I - compareça à sede do PREVI JUCURUTU e realize o recadastramento ou complete a documentação faltante; ou
II - apresente justificativa fundamentada por escrito, acompanhada dos meios de prova admissíveis, demonstrando justa causa impeditiva para o não comparecimento tempestivo.

Art. 13.Havendo apresentação de justificativa ou impugnação escrita, caberá à Diretoria do PREVI JUCURUTU proferir decisão administrativa fundamentada no prazo de até 15 (quinze) dias.
§ 1º Da decisão que rejeitar a justificativa caberá recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, a ser julgado pela autoridade imediatamente superior ou pelo Conselho de Previdência do PREVI JUCURUTU, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784, de 1999.
§ 2º É vedada a aplicação de qualquer medida constritiva ou suspensiva sobre a remuneração ou benefício antes do trânsito em julgado administrativo da decisão que julgar a defesa ou o recurso.

VI - SUSPENSÃO CAUTELAR, RESTABELECIMENTO E RESPONSABILIDADES:

Art. 14.Esgotado integralmente o prazo estipulado no art. 12 sem manifestação do interessado, ou após o indeferimento definitivo de sua defesa ou recurso, o PREVI JUCURUTU determinará a suspensão cautelar do pagamento dos proventos de aposentadoria ou do benefício de pensão por morte.
§ 1º A suspensão de que trata este artigo possui natureza exclusivamente acautelatória e perdurará até que sobrevenha a regularização cadastral ou a comprovação de vida do titular perante a autarquia previdenciária.

§ 2º Realizado o recadastramento pelo beneficiário a qualquer tempo, o pagamento dos proventos e pensões será restabelecido de imediato na folha de pagamento subsequente, assegurada a restituição integral e corrigida de todas as parcelas pecuniárias que tiverem sido retidas durante o período da suspensão cautelar.
§3º A suspensão cautelar de proventos ou pensões jamais será imposta se houver demonstração de erro atribuível à própria administração ou caso fortuito devidamente justificado.

Art. 15.Em se tratando de servidor público em atividade que injustificadamente deixar de realizar o Censo no prazo estipulado, a conduta será noticiada pelo PREVI JUCURUTU à Secretaria Municipal de Administração para a instauração do devido procedimento apuratório de infração funcional, nos termos do regime jurídico estatutário dosservidores municipais, vedada a retenção de vencimentos sem regular processo disciplinar com trânsito em julgado.

Art. 16.O segurado, beneficiário ou representante legal que prestar informações inverídicas, utilizar documentos ideologicamente falsos ou omitir dados com intuito fraudulento responderá civil, penal e administrativamente, sujeitando-se às penas cominadas no art. 299 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), sem prejuízo da cobrança administrativa e judicial para ressarcimento ao eráriodos valores percebidos indevidamente.

VII - GOVERNANÇA, SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Art. 17.O tratamento de dados pessoais obtidos durante a execução do Censo Previdenciário Cadastral 2026 reger-se-á pelos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, insculpidos na Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD).
§ 1º O PREVI JUCURUTU atuará como Controlador das operações de tratamento de dados pessoais, competindo-lhe tomar as decisões estruturais sobre a finalidade e segurança dos dados, figurando a empresa especializada contratada por meio do Contrato Administrativo nº 003/2026 como Operadora, a qual executará o tratamento sob expressas orientações da autarquia previdenciária.
§ 2º O tratamento dos dados cadastrais baseia-se no cumprimento de obrigação legal e regulatória pelo poder público (art. 7º, inciso II, e art. 11, inciso II, alínea "a", da LGPD), na execução de políticas previdenciárias voltadas ao equilíbrio atuarial (art. 7º, inciso III, e art. 11, inciso II, alínea "b", da LGPD) e na prevenção à fraude em sistemas de identificação biométrica (art. 11, inciso II, alínea "g", da LGPD).
§ 3º É terminantemente proibida a utilização, cessão, empréstimo, comercialização ou compartilhamento dos dados colhidos no Censo para fins comerciais, publicitários, político-partidários ou incompatíveis com as finalidades previdenciárias definidas neste Decreto.

Art. 18.Para resguardar aintegridade, o sigilo e a privacidade dos dados, serão implementadas as seguintes diretrizes de segurança da informação:
I - os dados digitais e documentos escaneados serão custodiados em repositório eletrônico com tráfego e armazenamento criptografados em padrão tecnológico avançado;
II - o acesso ao sistema do Censo será estritamente nominal, controlado por credenciais de autenticação individualizadas, registrando-se trilhas de auditoria e registros de conexão (logs) para qualquer visualização ou alteração de registros;
III - os colaboradores da empresa operadora e os agentes públicos envolvidos subscreverão termo individual de sigilo e confidencialidade, permanecendo obrigados a manter reserva profissional mesmo após a conclusão das operações;
IV - é vedado o tráfego de laudos médicos, atestados ou dados biométricos por intermédio de aplicativos de troca de mensagens comuns ou canais não certificados; e
V - o aviso de privacidade pormenorizado, contendo a qualificação do Encarregado de Dados (DPO) e os canais de exercício dos direitos dos titulares previstos no art. 18 da LGPD, deverá ser permanentemente divulgado no portal institucional do PREVI JUCURUTU.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:

Art. 19.Todas as Secretarias Municipais, autarquias e unidades da Administração Pública de Jucurutu/RN prestarão cooperação irrestrita ao PREVI JUCURUTU para o pleno êxito do Censo 2026, incumbindo especialmente aos setores de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas:
I - afixar informativos e cartazes de divulgaçãonos murais públicos de escolas, unidades básicas de saúde, sedes administrativas e equipamentos comunitários;
II - expedir avisos internos aos servidores ativos lotados em suas respectivas pastas, alertando sobre a imperatividade do comparecimento e os canais de agendamento;
III - fornecer à autarquia previdenciária, quando solicitado, relatórios funcionais e certidões necessárias para suprir lacunas documentais dos segurados; e
IV - conceder a liberação funcional ao servidor em atividade pelo tempo estritamente indispensável para deslocamento e atendimento presencial, reputando-se o período comprovado mediante atestado de comparecimento como de efetivo exercício funcional.

Art. 20.O recadastramento de aposentados e pensionistas promovido durante o Censo Previdenciário Cadastral 2026 dispensará a realização da prova de vida anual alusiva ao exercício de 2026 perante o PREVI JUCURUTU.

Art. 21.Concluídos os trabalhos do Censo, a Presidência do PREVI JUCURUTU emitirá relatório consolidado final em até 60 (sessenta) dias, o qual fixará o marco inaugural da periodicidade quinquenal para fins do cumprimento do art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887, de 2004, e subsidiará a avaliação atuarial do regime.

Art. 22.A Diretoria Executiva do PREVI JUCURUTU poderá editar portarias e instruções complementares para a fiel execução deste Decreto e resolverá as dúvidas e casos omissos.

Art. 23.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Gabinete de Jucurutu, 9deoutubrode 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:58E993AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
DECRETO Nº 1.529, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº1.529,DE9DEOUTUBRODE 2026

Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 45, de 13 de maio de 2026, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Efetivos da Administração Direta do Município de Jucurutu/RN, estabelecendo os critérios e instrumentos da avaliação periódica de desempenho, o cronograma de implantação do sistema de registro eletrônico de frequência, o fluxo de concessão das progressões horizontal e vertical, o funcionamento da Comissão Permanente de Avaliação, a matriz de correlação temática de titulações e os procedimentos de enquadramento funcional, e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento expresso no art. 4º, § 3º, e

no art. 14 daLei Complementar Municipal nº 45, de 13 de maio de 2026, publicada na Edição 3790 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de maio de 2026;

DECRETA:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º.Este Decreto regulamenta a aplicação da Lei Complementar Municipal nº 45, de 13 de maio de 2026, disciplinando a avaliação periódica de desempenho, o controle de frequência funcional, o processamento das progressões horizontal e vertical, a atuação da Comissão Permanente de Avaliação, a matriz de correlação das titulações acadêmicas e as diretrizes do enquadramento dos servidores públicos efetivos da administração direta do Município de Jucurutu.

Art. 2º.As disposições deste regulamento aplicam-se exclusivamente aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo da administração direta municipal, admitidos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, em conformidade com o art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 1º.Ficam expressamente excluídos da incidência deste Decreto os ocupantes de cargos de provimento em comissão e os exercentes de funções de confiança, que detêm natureza jurídica autônoma e regramento legal próprio.
§ 2º.Não se sujeitam a este Decreto os profissionais do Magistério Público Municipal, submetidos à Lei Municipal nº 655, de 2009, bem como os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, regidos pela Lei Federal nº 11.350, de 2006, nos exatos termos do art. 1º, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art. 3º.Para os fins deste regulamento, adotam-se os seguintes conceitos operacionais:
I.Carreira:o agrupamento de classes de cargos de mesma natureza e complexidade, estruturadas segundo a responsabilidade funcional e o grau de escolaridade exigido para o ingresso no serviço público;
II.Classe:a posição ocupada pelo servidor dentro da carreira, escalonada em ordem alfabética de A até H, indicativa da evolução horizontal decorrente de tempo de serviço e desempenho;
III.Nível:a graduação salarial conferida ao servidor em razão do aperfeiçoamento de sua qualificação acadêmica formal, representativa da progressão vertical;
IV.Interstício:o período temporal contínuo e ininterrupto de efetivo exercício fixado pela lei para viabilizar a passagem de classe ou nível funcional;
V.Vencimento-base:o valor pecuniário fixado em lei para a retribuição do cargo efetivo, sobre o qual incidem os acréscimos pecuniários decorrentes da progressão na carreira, vedada a inserção prévia de vantagens transitórias no cálculo da evolução funcional.

II -DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO:

Art. 4º.AAvaliação Periódica de Desempenhoconstitui instrumento técnico obrigatório para a aferição do rendimento funcional e da aptidão do servidor para fins de desenvolvimento na carreira, consistindo no acompanhamento sistemático de sua atuação profissional.

Art. 5º.A avaliação de desempenho será processada anualmente pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares, com ciclo avaliativo encerrado no mês de novembro de cada ano civil, servindo de base para as concessões do exercício subsequente.

Parágrafo único.O servidor que não atingir o período mínimo de doze meses de efetivo exercício na classe durante o ciclo anual será submetido à avaliação ordinária no ciclo imediatamente seguinte, sem prejuízo da contagem temporal do interstício legal de cinco anos.

Art. 6º.A avaliação considerará o somatório de até 100 (cem) pontos, distribuídos entre os seguintes fatores objetivos de desempenho:

I.Assiduidade e Pontualidade: correspondendo a até 25 (vinte e cinco) pontos, mediante apuração da regularidade de comparecimento e observância dos horários de expediente de trabalho;
II.Produtividade e Qualidade do Trabalho: correspondendo a até 25 (vinte e cinco) pontos, aferindo-se a exatidão técnica, a agilidade na execução das tarefas e o cumprimento tempestivo das atribuições típicas do cargo;
III.Disciplina e Respeito às Normas Funcionais: correspondendo a até 20 (vinte) pontos, mediante observância dos deveres legais, das ordens de serviço legítimas e da ética no trato com a Administração e com o público;
IV.Iniciativa e Proatividade: correspondendo a até 15 (quinze) pontos, considerados o engajamento na solução de demandas cotidianas e a colaboração no aprimoramento dos serviços da unidade administrativa;
V.Aperfeiçoamento Profissional: correspondendo a até 15 (quinze) pontos, mediante comprovação de participação em cursos de capacitação, treinamentos ou eventos de formação continuada promovidos ou validados pelo Município durante o ciclo.

Art. 7º.A atribuição de notas competirá à Chefia Imediata do servidor, mediante preenchimento do Boletim Individual de Avaliação de Desempenho, assegurada a ciência formal do avaliado no prazo de dez dias úteis após a conclusão da pontuação.
§ 1º.Considera-se resultado satisfatório a obtenção de pontuação final igual ou superior a 70% (setenta por cento) do total de pontos possíveis na média das avaliações do período do interstício.
§ 2º.Em caso de discordância quanto à nota lançada, o servidor poderá interpor pedido de reconsideração fundamentado à chefia imediata no prazo de dez dias úteis, a contar de sua notificação oficial.
§ 3º.Mantida a nota pela chefia imediata, caberá recurso hierárquico à Comissão Permanente de Avaliação no prazo de dez dias úteis, cuja decisão terá caráter definitivo no âmbito do ciclo avaliativo.
§ 4º.A omissão injustificada da Administração Pública em submeter o servidor ao procedimento avaliativo formal no período regulamentar não impedirá o reconhecimento da progressão horizontal, presumindo-se satisfatório o desempenho funcional caso inexista registro de penalidade disciplinar no período aquisitivo.

III -DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA E CRONOGRAMA DE REGISTRO ELETRÔNICO:

Art. 8º.O registro e o controle da assiduidade e da pontualidade dos servidores públicos municipais serão efetuados preferencialmente por meio de sistema eletrônico de ponto, mediante captação biométrica ou identificação digital vinculada, na forma do art. 4º, § 2º e § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art.9º.Enquanto não efetivada a instalação do ponto biométrico na respectiva unidade de lotação, o controle de frequência será mantido mediante folha individual de ponto físico, com preenchimento diário obrigatório pelo servidor e visto mensal da chefia imediata, nos moldes do art. 4º, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 1º.Constitui falta grave a aposição de assinatura sem o efetivo cumprimento da jornada, bem como a falsificação ou a adulteração de qualquer registro de frequência, ensejando apuração disciplinar imediata.
§ 2º.As ausências justificadas por declaração médica oficial ou por motivo de força maior documentalmente comprovado deverão ser apresentadas à chefia imediata no prazo de até dois dias úteis após a ocorrência do evento.

IV -DO FLUXO E PROCESSAMENTO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL:

Art. 10.A progressão horizontal consiste na ascensão funcional do servidor de sua classe para a classe imediatamente superior dentro do mesmo nível remuneratório, assegurando-lhe o acréscimo pecuniário de 3% (três por cento) sobre o vencimento-base correspondente, na forma do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art. 11.São requisitos cumulativos indispensáveis para a concessão da progressão horizontal:

I.Cumprimento do interstício mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na classe atual em que estiver enquadrado;
II.Obtenção de resultado satisfatório no somatório das avaliações periódicas de desempenho do período quinquenal, nos moldes deste Decreto;
III.Inexistência de penalidade disciplinar de suspensão superior a trinta dias transitada em julgado durante o quinquênio aquisitivo.

Art. 12.A contagem do tempo de efetivo exercício para cômputo do interstício da progressão horizontal será imediatamente suspensa nas seguintes hipóteses legais:
I.Gozo de licença para tratar de interesses particulares ou quaisquer outras licenças não remuneradas por período superior a trinta dias consecutivos;
II.Período de cessão funcional a outro ente da Federação sem ônus remuneratório para o Município de Jucurutu;
III.Afastamento preventivo ou definitivo decorrente do cumprimento de penalidade administrativa disciplinar.
Parágrafo único.Computam-se regularmente no interstício os afastamentos legais relativos a férias, licença-maternidade, licença-paternidade, licença para tratamento da própria saúde, bem como o exercício de mandato classista ou eletivo, em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art. 13.O procedimento para concessão da progressão horizontal observará o seguinte fluxo:
I.Abertura do Processo: a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares instaurará de ofício o procedimento individual no mês em que o servidor completar o interstício de cinco anos, ou mediante provocação escrita do interessado através do formulário constante no Anexo I deste Decreto;
II.Instrução Probatória: o setor de recursos humanos anexará certidão de tempo de efetivo exercício na classe, extrato de ocorrências funcionais e as fichas de avaliação de desempenho do período;
III.Análise Deliberativa: o processo será encaminhado à Comissão Permanente de Avaliação para exame dos requisitos e emissão de parecer conclusivo no prazo de trinta dias;
IV.Ato Concessório: aprovado o pedido, o Chefe do Poder Executivo editará Portaria de progressão horizontal no prazo de quinze dias, produzindo efeitos financeiros a contar da data de implemento de todos os requisitos legais.

V -DA PROGRESSÃO VERTICAL E MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE TITULAÇÕES:

Art. 14.A progressão vertical representa a passagem do servidor para nível salarial superior em decorrência da apresentação de certificado ou diploma de formação acadêmica em grau superior ao exigido para o ingresso no cargo, obtido em área correlata às suas atribuições legais, consoante o art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art. 15.A concessão da progressão vertical observará estritamente os seguintes acréscimos percentuais sobre o vencimento-base da classe e nível em que o servidor estiver posicionado:
I.Nível II: pós-graduação lato sensu (Especialização), com carga horária mínima de 360 horas, conferindo o acréscimo de 10% (dez por cento);
II.Nível III: pós-graduação stricto sensu em nível de Mestrado, conferindo o acréscimo de 15% (quinze por cento);
III.Nível IV: pós-graduação stricto sensu em nível de Doutorado, conferindo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).
§ 1º.É assegurado ao servidor ocupante de cargo de nível técnico da Tabela I do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026, possuidor de curso de graduação em área correlata às atribuições do seu cargo, o acréscimo de 3% (três por cento) sobre o seu vencimento-base, com progressão direta para o Nível IA.
§ 2º.Os percentuais fixados neste artigo são estritamente não cumulativos, percebendo o servidor unicamente o percentual referente ao nível mais elevado que houver alcançado na carreira, vedada a concessão de multiplicidade de vantagens pelo mesmo grau de titulação, ainda que em áreas do conhecimento distintas, em cumprimento ao art. 6º, §§ 4º e 5º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 3º.Para pleitear nova progressão vertical após a concessão de um nível de titulação, o servidor deverá cumprir o interstício mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício no nível já atingido, em atendimento ao art. 6º, § 6º, da referida norma.

Art. 16.Somente serão admitidos títulos, certificados e diplomas expedidos por instituições de ensino superior devidamente credenciadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), e, no caso de cursos de mestrado e doutorado, devidamente recomendados pela CAPES.

Parágrafo único.Cursos de pós-graduação realizados em instituições estrangeiras dependerão de prévia e formal revalidação ou reconhecimento por universidade pública brasileira competente para surtirem efeitos no Município.

Art. 17.A análise de pertinência temática direta entre a titulação apresentada e as atribuições do cargo efetivo ocupado pelo servidor será orientada pela Matriz de Correlação Temática disposta a seguir:
I.Grupo Ocupacional de Gestão e Apoio Administrativo (Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Assistente Social, Contador, Procurador, Jornalista, Digitador, Recepcionista, Técnico de Contabilidade e afins): titulações nas áreas de Administração Pública, Direito, Ciências Contábeis, Economia, Gestão de Pessoas, Gestão Pública, Políticas Públicas, Comunicação Social, Arquivologia e Tecnologia da Informação;
II.Grupo Ocupacional de Saúde Pública e Bem-Estar Social (Médico ESF, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Farmacêutico, Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional, Técnico em Radiologia, Fiscais Sanitários): titulações em Saúde Coletiva, Saúde Pública, Gestão em Saúde, Enfermagem, Urgência e Emergência, Saúde da Família, Saúde Mental, Farmacologia, Vigilância em Saúde, e especialidades clínicas diretamente relacionadas aos serviços executados no Município;
III.Grupo Ocupacional de Engenharia, Urbanismo e Meio Ambiente (Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Fiscal de Urbanismo, Biólogo, Médico Veterinário, Zootecnista, Técnico Agrícola): titulações nas áreas de Engenharia Sanitária e Ambiental, Infraestrutura Urbana, Gestão Ambiental, Agronomia, Defesa Agropecuária, Construção Civil, Geoprocessamento, Planejamento Urbano e correlatas;
IV.Grupo Ocupacional de Serviços Operacionais e Gerais (Motorista, Motorista de Transporte Escolar, Eletricista, Operador de Máquinas, Agente de Portaria, Coveiro, Pedreiro, Gari, ASG, Vigia, Vigilante): cursos de ensino médio, técnico ou superior nas áreas de Logística, Mecânica Veicular, Segurança no Trânsito, Elétrica, Construção Civil, Saneamento, Gestão de Resíduos, Segurança Patrimonial ou áreas correlatas ao desenvolvimento do serviço público.

Art. 18.Os casos em que a correlação entre a titulação apresentada e as atribuições funcionais não se enquadre expressamente nas hipóteses exemplificativas deste artigo serão deliberados de forma motivada pela Comissão Permanente de Avaliação, cabendo ao requerente demonstrar o ganho de eficiência proporcionado pela qualificação ao exercício de suas funções no órgão de lotação.

VI -DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO:

Art.19.A Comissão Permanente de Avaliação (CPA), criada pelo art. 7º da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026, é órgão colegiado deliberativo vinculado estruturalmente à Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares, com a competência exclusiva de instruir, avaliar e julgar os requerimentos de progressão horizontal e vertical.

Art. 20.A Comissão Permanente de Avaliação será composta por 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte conformação:
I.03 (três) membros titulares designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, selecionados obrigatoriamente dentre servidores públicos efetivos e estáveis da administração municipal;
II.02 (dois) membros titulares indicados pelas entidades sindicais representativas dos servidores públicos municipais de Jucurutu,

observado o critério legal de maior representatividade aferida pelo número de filiados ativos.
§ 1º.Havendo multiplicidade de entidades sindicais no âmbito municipal, a representação dar-se-á em regime de rodízio bienal, competindo à entidade de maior representatividade indicar os representantes no primeiro biênio e às demais no biênio subsequente, conforme estabelecido no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 2º.O mandato dos integrantes da Comissão Permanente de Avaliação terá duração de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução consecutiva por igual período.
§ 3º.A Presidência da Comissão será exercida obrigatoriamente por um dos servidores efetivos indicados pelo Poder Executivo Municipal, a quem caberá o voto de desempate além do voto ordinário.

Art. 21.O servidor designado para integrar a Comissão Permanente de Avaliação não perceberá remuneração adicional, sendo sua atuação considerada como serviço público relevante prestado à coletividade.

Art. 22.É vedado ao membro da Comissão deliberar ou votar em processo de progressão funcional no qual:
I.Seja o próprio requerente ou interessado direto;
II.Figure como interessado seu cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau por consanguinidade ou afinidade;
III.Mantenha relação de subordinação hierárquica direta com o requerente no órgão de origem que possa comprometer a isenção de julgamento.

Parágrafo único.Configurada a hipótese de impedimento ou suspeição, o membro declarará a circunstância em ata, convocando-se imediatamente o respectivo suplente para atuar nos autos, sob pena de nulidade absoluta da deliberação colegiada e responsabilização funcional, conforme o art. 8º, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art. 23.A Comissão deliberará com quórum mínimo de instalação de três membros, mediante votação pela maioria simples dos presentes, lavrando-se ata resumida de todas as reuniões e decisões proferidas.

Art. 24.Da decisão de indeferimento de progressão funcional proferida pela Comissão Permanente de Avaliação caberá recurso administrativo com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido ao Secretário Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares, cuja manifestação encerrará a instância administrativa ordinária, nos termos do art. 6º, § 7º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

VII -DAS CONDICIONANTES ORÇAMENTÁRIAS E DA RESPONSABILIDADE FISCAL:

Art. 25.A concessão e o efetivo pagamento de quaisquer vantagens pecuniárias decorrentes das progressões disciplinadas neste regulamento ficam condicionados à estrita observância das normas financeiras e orçamentárias estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e pelos arts. 6º, § 8º, 11 e 18, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

Art. 26.O processamento da evolução funcional atenderá cumulativamente aos seguintes postulados:
I.Existência de prévia dotação orçamentária suficiente na Lei Orçamentária Anual vigente, em conformidade com o impacto financeiro constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026;
II.Compatibilidade direta com as diretrizes e metas fiscais traçadas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
III.Manutenção da despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal abaixo dos limites prudencial (51,30%) e máximo (54,00%) estabelecidos nos arts. 20 e 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único.Na hipótese de a despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal atingir ou ultrapassar 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo estabelecido para o Poder Executivo municipal, correspondente a 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida, serão observadas as vedações e restrições previstas no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente quanto à concessão de vantagens, aumentosou adequações remuneratórias que impliquem aumento da despesa com pessoal, ressalvadas as hipóteses legalmente excepcionadas. Ficam preservados os direitos funcionais regularmente adquiridos e o cômputo dos períodos aquisitivos em curso, na forma do art. 11, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026, ficando a implantação dos respectivos efeitos financeiros condicionada à observância dos limites e das disposições da legislação fiscal aplicável.

VIII -DO PROCEDIMENTO DE ENQUADRAMENTO E REGRAS DE TRANSIÇÃO:

Art. 27.O enquadramento inicial dos atuais servidores públicos municipais titulares de cargos de provimento efetivo no plano instituído pela Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026, será processado por Comissão Especial de Enquadramento, designada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de até cento e oitenta dias da publicação daquela lei complementar.

Art. 28.A Comissão Especial de Enquadramento promoverá o posicionamento do servidor na tabela do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026, considerando:
I.O tempo total de efetivo exercício ininterrupto prestado no cargo público municipal, para fins de fixação da classe horizontal correspondente, à razão de cinco anos por classe, iniciando-se na classe A;
II.A titulação acadêmica devidamente comprovada até a data de encerramento dos trabalhos de enquadramento, observada a pertinência temática direta com as atribuições legais do cargo, para fixação do nível remuneratório vertical.

Art.29.O resultado dos trabalhos da Comissão Especial de Enquadramento será formalizado mediante relatório conclusivo submetido à homologação do Prefeito Municipal e posterior publicação de Decreto Coletivo de Enquadramento no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 30.Fica expressamente assegurada a garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos, preconizada no art. 37, inciso XV, da Constituição Federal e no art. 13, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 1º.Na hipótese de o somatório do vencimento-base anterior com as gratificações e adicionais incorporados sob a égide das leis revogadas resultar em valor superior ao vencimento-base da nova classe e nível de enquadramento, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).
§ 2º.A parcela percebida como VPNI terá caráter irredutível, não integrará a base de cálculo para a incidência de novos adicionais ou futuras progressões, e será gradativamente absorvida por ocasião de reajustes gerais de vencimentos, novas progressões na carreira ou reestruturações da tabela salarial.

Art. 31.O servidor que discordar do seu enquadramento na tabela de classes e níveis poderá interpor recurso individual fundamentado no prazo preclusivo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de enquadramento no órgão oficial de imprensa, endereçado ao Secretário Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares, instruindo o pedido com os documentos comprobatórios pertinentes, conforme o art. 13, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

IX -DA EXTENSÃO AOS SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS:

Art. 32.Os servidores aposentados e os pensionistas do Município de Jucurutu que possuam direito constitucionalmente resguardado à paridade e à integralidade de proventos, com fundamento no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e no art. 2º da Emenda

Constitucional nº 47, de 2005, terão os proventos revistos de conformidade com as regras de progressão da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 1º.A revisão a que alude o caput é vedada em favor dos benefícios previdenciários calculados pelo regime de média aritmética das remunerações contributivas, nos moldes do art. 18, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.
§ 2º.O enquadramento dos servidores inativos com direito à paridade observará a classe e o nível que ocupavam na data de sua aposentação, acrescidos dos títulos obtidos em atividade devidamente registrados em sua pasta funcional, ou a evolução funcional que teriam alcançado se em atividade permanecessem, desde que documentalmente comprovada pela autarquia previdenciária municipal (PREVJUC) e pela comissão de avaliação.
§ 3º.A implementação dos efeitos financeiros aos inativos e pensionistas paritários observará a existência de dotação orçamentária do regime previdenciário e os limites fiscais fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante o art. 18, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026.

X -DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 33.A concessão de licença-prêmio por assiduidade permanece extinta para os servidores públicos que ingressaram ou venham a ingressar nos quadros da administração direta municipal após a publicação da Lei Complementar Municipal nº 45, de 13 de maio de 2026, nos termos de seu art. 12.
Parágrafo único.Aos servidores efetivos que já se encontravam em exercício na data de 14 de maio de 2026 fica expressamente resguardado o direito adquirido ao cômputo e gozo dos períodos aquisitivos completados, bem como a apuração proporcional do período em curso até a mencionada data, calculada de acordo com as diretrizes da anterior Lei Complementar Municipal nº 04, de 2006.

Art. 34.Fica estabelecido o mês de maio de cada exercício civil como a data-base de referência para a realização das discussões e estudos concernentes à revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais de que trata o art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 45, de 2026, em consonância com o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 35.Ficam aprovados os formulários oficiais constantes dos Anexos I (Requerimento de Progressão Funcional) e II (Boletim Individual de Avaliação de Desempenho) deste Decreto, que serão de utilização padronizada e obrigatória no âmbito de todos os órgãos da administração direta municipal.

Art. 36.As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias vigentes consignadas no orçamento municipal, respeitadas as fontes de despesa e o cronograma financeiro aprovado.

Art. 37.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Secretaria Municipal de Gabinete deJucurutu,9deoutubrode 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:BA4822F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026 –
INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: A V NERY DA SILVA EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.268.052/0001-50; OBJETO: Contratação de apresentações artístico-musicais de bandas e artistas para compor a programação da comemoração da Emancipação Política do Município de Jucurutu/RN; DATA DE APRESENTAÇÃO: 11 de outubro de 2026, com duração de 1h30m (uma hora e trinta minutos); VALOR GLOBAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 08.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL; 23 - COMERCIO E SERVIÇOS; 695 - TURISMO; IV – Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno 2174 – CAPTAÇÃO, REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EVENTOS TURÍSTICO-CULTURAIS-ESPORTIVOS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021 (contratação direta do próprio artista); SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Antônio Vicentino Neri da Silva - Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 07 de outubro de 2026.

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:FF3BE87C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026 –
INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: M L PARAGUAI, inscrita no CNPJ sob nº 42.038.011/0001-00; OBJETO: Contratação de apresentações artístico-musicais de bandas e artistas para compor a programação da comemoração da Emancipação Política do Município de Jucurutu/RN; DATA DE APRESENTAÇÃO: 11 de outubro de 2026, com duração de 2h (duas horas); VALOR GLOBAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 08.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL; 23 - COMERCIO E SERVIÇOS; 695 - TURISMO; IV – Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno 2174 – CAPTAÇÃO, REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EVENTOS TURÍSTICO-CULTURAIS-ESPORTIVOS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021 (contratação direta do próprio artista); SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Messias Lopes Paraguai - Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 07 de outubro de 2026.

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:928316B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.199, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

LEIMUNICIPALNº1.199,DE9DEOUTUBRODE 2026.

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DA SEMANA MUNICIPAL DO EMPREENDEDORISMO FEMININO, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.667, DE 4 DE SETEMBRO DE 2023, NO MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona, a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Jucurutu/RN a Semana Municipal do Empreendedorismo Feminino, a ser celebrada anualmente no mês de novembro, em alinhamento com a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.667, de 4 de setembro de 2023.
Art. 2º A Semana Municipal do Empreendedorismo Feminino tem por objetivo:
I – Conscientizar a população sobre os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras;
II – Valorizar e divulgar iniciativas lideradas por mulheres nos diversos setores da economia local;
III – Promover espaços de formação, qualificação e troca de experiências entre mulheres empreendedoras;
IV – Incentivar políticas públicas de fomento ao empreendedorismo feminino, com ênfase na inclusão social, econômica e produtiva;
V – Reconhecer e promover o fortalecimento de empreendimentos conduzidos por mulheres em situação de vulnerabilidade social, com atenção especial às mulheres negras,em situação de vulnerabilidade e moradoras de periferias.
Art. 3º Durante o período da Semana Municipal, o Poder Executivo, em parceria com entidades da sociedade civil, cooperativas, instituições de ensino, movimentos sociais e empresariado local, poderá promover:
I – Campanhas educativas e de sensibilização sobre o empreendedorismo feminino;
II – Feiras, exposições e eventos que visem à divulgação de produtos, serviços e projetos empreendidos por mulheres;
III – Oficinas, palestras, rodas de conversa, mentorias e capacitações voltadas ao fortalecimento das mulheres empreendedoras;
IV – Premiações ou reconhecimentos simbólicos a iniciativas de destaque conduzidas por mulheres do município, com incentivo especial às ações que promovam a equidade racial, étnica e territorial.
Art. 4º As ações desenvolvidas no âmbito desta Lei poderão ser incluídas no calendário oficial de eventos do município.
Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber para garantir sua implementação.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Gabinetede Jucurutu/RN,9deoutubrode 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:A36814A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 272, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 272, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 1.198/2026 que criou a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Jucurutu/RN; e aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), nos termos da Lei Federal nº 11.346/2006, comprometendo-se a implementar as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

CONSIDERANDO que foi instituída a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Jucurutu;

CONSIDERANDO a portaria Nº 267, de 02 de outubro de 2026 que atualizou os membros titulares e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL do Município de Jucurutu/RN;

CONSIDERANDO a Portaria nº 268/2026 que nomeou os membros titulares e suplentes da CAISAN;
RESOLVE:

Art. 1° - Nomear **Maria Ioneide da Silva**, membro titular da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional como presidente da CAISAN (CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL) do Município de Jucurutu/RN, de acordo com o Art. 11 da lei Municipal nº 1.198 de 24 de setembro de 2026.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 09 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:02DBEA22

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 273, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 273, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 610/2008; que criou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Município de Jucurutu/RN.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 1.198/2026 que criou a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Jucurutu/RN; e aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), nos termos da Lei Federal nº 11.346/2006, comprometendo-se a implementar as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

CONSIDERANDO que foi instituída a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Jucurutu;

CONSIDERANDO a Portaria nº 267/2026, que nomeou os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, (COMSEA).
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cidenária Silva Batista**, membro do COMSEA represente do grupo de mulheres da agricultura familiar, como presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL do Município de Jucurutu/RN, COMSEA, conforme o Art. 19 da Lei Municipal nº1.198 de 24 de setembro de 2026.

Art. 2º Nomear **Francisco das Chagas Laurentino de Souza**, membro do COMSEA representante da Associação dos pescadores de Jucurutu como vice presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL do Município de Jucurutu/RN, COMSEA, conforme o Art. 19 da Lei Municipal nº1.198 de 24 de setembro de 2026.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 09 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:84E72EEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1845/2026** da **Dispensa de Licitação nº 027/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais e matérias de interesse do Município em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Norte, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte – DOE/RN e no Diário Oficial da União – DOU, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 13 de outubro de 2026 até as 10h:00min do dia 16 de outubro de 2026**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 09 de outubro de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:AAD3F1CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260130/2026

CONTRATO Nº 20260130/2026
ORIGEM: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 03090001/26
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09
CONTRATADO: CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 02.800.122/0001-98
OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FÓRMULAS, SUPLEMENTOS, DIETAS ENTERAIS E MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE.
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 1.524.819,50 (um milhão, quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta centavos).
Unidade orçamentária 08 01
Projeto atividade: 2.071 - manutenção das atividades do fundo municipal de saúde
Ficha de despesa: 33903000
Fonte de recurso : 1500100200
VIGÊNCIA: **07 de outubro de 2026 a 06 de outubro de 2027.**
Base Legal: Art. **86, § 2º, II, da Lei nº 14.133/21.**

Data Assinatura: **: 07 de outubro de 2026**

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:2EAE5B10

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência do Termo de Colaboração nº 001/2025, cujo objeto consiste em estabelecer as condições para a execução de prestação de serviços de assistência à saúde; como também, gestão, apoio e monitoramento de programas da secretaria de saúde do município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 11.623.854/0001-40
CONTRATADO:INSTITUTO TRANSFORMAR RN - ITRN
CNPJ: 09.279.625/0001-09
ORIGEM: Chamada Pública nº 002/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 09 de junho de 2026 a 09 de junho de 2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 55 da Lei Federal nº 13.019/2014
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 03 de junho de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **Juliana de Souza Maciel Oliveira**
P/ CONTRATADA: **Eliene Cruz da Silva**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:8A63FA53

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2026

Iranildo Aciole da Silva, Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a documentação constante nos autos do Processo Administrativo nº 2.481/2026, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento nos arts. 72, inciso VIII, e 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2026, cujo objeto é a aquisição de 300 (trezentas) mantas de casal em microfibra, destinadas à distribuição gratuita às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN, sagrando-se vencedora a empresa VIA CENTER TECIDOS PERFUMARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.246.632/0001-96, pelo valor global de R$ 5.400,00 (cinco mil e

quatrocentos reais). Lagoa Nova/RN, 09 de outubro de 2026. Assinatura: Iranildo Aciole da Silva / Prefeito Municipal.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:9D91C50D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 066/2026 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.647/2026. CHAMADA PÚBLICA Nº: 004/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS, inscrita no CNPJ nº 14.426.441/0001-64. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, visando ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Nova/RN durante o exercício de 2026. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria Municipal de Educação; Programa: 0007 – Alimentação na Escola; Atividade 2050 – Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Fundamental; Atividade 2078 – Manutenção do PNAE – Pré-Escola; Atividade 2080 – Manutenção do PNAE – Creche; Atividade 2081 – Manutenção do PNAE – Quilombola; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo; Fontes de Recursos: 15520000 – Transferências do FNDE – PNAE e 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos. VALOR TOTAL: R$ 146.488,50 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço. BASE LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: Conforme data de assinatura do instrumento contratual. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal; representante legal da Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:B2C6A19E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 067/2026 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.647/2026. CHAMADA PÚBLICA Nº: 004/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: NÚCLEO DE PRODUTORES COOPERADOS DA COMUNIDADE CAJUEIRO, inscrito no CNPJ nº 70.140.090/0001-00. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, visando ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Nova/RN durante o exercício de 2026. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria Municipal de Educação; Programa: 0007 – Alimentação na Escola; Atividade 2050 – Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Fundamental; Atividade 2078 – Manutenção do PNAE – Pré-Escola; Atividade 2080 – Manutenção do PNAE – Creche; Atividade 2081 – Manutenção do PNAE – Quilombola; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo; Fontes de Recursos: 15520000 – Transferências do FNDE – PNAE e 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos. VALOR TOTAL: R$ 38.314,00 (trinta e oito mil, trezentos e quatorze reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço. BASE LEGAL: Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: Conforme data de assinatura do instrumento contratual. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal; representante legal da Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:48E78020

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0453/2026 - GP

Portaria nº 0453/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 09 de outubro de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR(A) FRANCISCO SALES COUTINHO, FUNCIONÁRIO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio ao senhor(a) **Francisco Sales Coutinho,** matrícula nº **384-1**; Cargo: **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **13/10/2026 a 10/01/2027.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:2638C1AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0454/2026 - GP

Portaria nº 0454/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 09 de outubro de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **01 (uma) diária** a servidora **Marianne Araújo de Medeiros**, matrícula nº **3469**, ocupante do cargo de **Chefe do setor agrícolas**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, conforme valor estabelecido para o município de **Parnamirim**, totalizando **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, destinadas ao custeio de despesas decorrentes de viagem ao referido município, no dia **13 de outubro de 2026**, com a finalidade de acompanhar um grupo de agricultores em visita técnica aos estandes da Festa do Boi 2026 e participar de palestras e seminários voltados ao "Dia do Algodão" (cotonicultura), a partir das 9h, no Parque Aristófanes Fernandes, localizado na Rodovia Governador Mário Covas, em Parnamirim/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:11AFFB73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - MARIA ISABELE RIBEIRO DA COSTA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): MARIA ISABELE RIBEIRO DA COSTA, BRASILEIRA, SOLTEIRA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.442- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 102.XXX.XXX-70, DOMICILIADA NO SÍTIO CLAVINOTE, Nº 1020, ZONA RURAL - LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AGENTE ADMINISTRATIVO** PELO PERÍODO DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 A 08 DE ABRIL DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:52D0234F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SMA
PORTARIA Nº 035/2026-SMA.

Portaria nº 035/2026-SMA.

Em, 23 de setembro de 2026.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Lagoa Salgada/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 002/2021, de 11.01.2021.

R e s o l v e:

Art. 1º – Tornar sem efeito os termos da Portaria nº35/2026 SMA que concedia½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 50,00 (cinquenta reais), à servidora Maria Aparecida da Silva, Conselheira Tutelar, para deslocamento até a Casa de Acolhimento Irmã Ananília, situada na cidade de Currais Novos/RN, a fim de realizar visita técnica destinada ao tratamento de assuntos de interesse do município, no dia 24 de setembro do corrente ano.
.

Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO MARQUES DE SENA
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:89651193

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SMA
PORTARIA Nº 036/2026-SMA.

Portaria nº 036/2026-SMA.

Em, 09 de outubro de 2026.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Lagoa Salgada/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 002/2021, de 11.01.2021.

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder 02 (duas) meias diárias, no valor unitário de R$ 50,00 (cinquenta reais), ao servidor Richardson Artur Rodrigues Silva, Diretor de Licitação e Contrato, para participar do curso de Pesquisa de Preço com carga horaria de 08h, que será realizado nos dias 13 e 14 de outubro do ano corrente na Escola de Governo do Rio Grande do Norte das 13h30 às 17h30, localizada na cidade de Natal/RN.
.

Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO MARQUES DE SENA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:C556DBC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 7/ 2026

Processo Administrativo nº 103106/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL, LOCALIZADO NA RUA TABELIÃO JOÃO MOREIRA GOMES, S/N, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO.

Fica o **REPRESENTANTE** da empresa **VIVENDAS EMPREEDIMENTOS LTDA ME, CNPJ: 11.478.139/0001-61,** vencedora da Concorrência epigrafada, **CONVOCADO** a assinar o instrumento contratual no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da data desta publicação, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 09 de outubro de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:C8BC7CBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 330, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração do servidor FRANCISCO ANDRÉ FÉLIX *e dá outras providências.*

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) **FRANCISCO ANDRÉ FÉLIX,** inscrito(a) no CPF sob nº **##5.762.234-##** do cargo em comissão de **COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E TURISMO,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:05E3145A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração do servidor JOSE ALEXSANDRO MELO DA SILVA *e dá outras providências.*

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) **JOSE ALEXSANDRO MELO DA SILVA,** inscrito(a) no CPF sob nº **##8.253.934-##** do cargo em comissão de **COORDENADOR DE ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E TURISMO,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:1C127EF3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 332, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração do servidor VINICIUS GABRIEL MARTINS DE LIMA *e dá outras providências.*

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) **VINICIUS GABRIEL MARTINS DE LIMA,** inscrito(a) no CPF sob nº **##5.837.324-##** do cargo em comissão de **CHEFE DE GABINETE,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E TURISMO,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:8C080EDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 333, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração da servidora FRANCISCA ELIONE GOMES e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) ***FRANCISCA ELIONE GOMES*,** inscrito(a) no CPF sob nº **## 8.108.484 -##** do cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL ,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:8AE8E004

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 334, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração da servidora MARIA SIMONE MEDEIROS DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) ***MARIA SIMONE MEDEIROS DA SILVA,*** inscrito(a) no CPF sob nº **##3.603.164-##** do cargo em comissão de **COORDENADOR(A) TECNICO(A) DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL ,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:61CE0435

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 335, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração do servidor FLORIANO NUNES DE OLIVEIRA e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) ***FLORIANO NUNES DE OLIVEIRA,*** inscrito(a) no CPF sob nº **##1.958.124-##** do cargo em comissão de **COORDENADOR TECNICO DE TRANSITO,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:3CBB85DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 336, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração da servidora ANA MARIA GOMES TOMAZ e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) ***ANA MARIA GOMES TOMAZ,*** inscrito(a) no CPF sob nº **##3.591.664-##** do cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE IMPRENSA OFICIAL E PROTOCOLO,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:65707E3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 337, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração da servidora CYNTIA JASMENI DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) ***CYNTIA JASMENI DA SILVA*** , inscrito(a) no CPF sob nº **##6.786.484 -##** do cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE CERIMONIAL E EVENTOS,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL ,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:740B8B08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 338, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração do Servidor NELSON LUIZ DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o (a) senhor (a) ***NELSON LUIZ DA SILVA***, inscrito(a) no CPF sob nº **##2.904.244-##** do cargo em comissão de **COORDENADOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de outubro de 2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:2496B869

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 155/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear a Sra. **MARIA EDUARDA DA SILVA**, do cardo de Enc. de Recursos Humano, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de expedição, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 09 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:966F009F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO COMUNITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal nº 863/2026, e considerando as disposições de seu Regimento Interno, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 08 de outubro de 2026, na qual foi aprovada a atualização do Regimento Interno, em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2026, conforme registrado na Ata nº 10/2026;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 863 de 30 de junho de 2026 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas que disciplinem a organização, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, na forma do Anexo Único desta Resolução, que dela é parte integrante.

Art. 2º O Regimento Interno aprovado por esta Resolução estabelece as normas relativas à organização, composição, competências, funcionamento, reuniões, deliberações, atribuições dos membros e demais procedimentos necessários ao regular funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia- RN, em 09 de outubro de 2026

CEVULA CLÁUDIA MAIA DA SILVA
Presidente Do CMDPI

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA- CMDPI DE LUCRÉCIA/RN

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1°. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, criado pela Lei nº 369/2008, de 03 de novembro de 2008, revogada pela lei Municipal nº 863 de 30 de junho de 2026 com sede e foro na Cidade de Lucrécia/RN, órgão colegiado, de caráter público, sem fins lucrativos, credo político ou religioso, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, reger-se-á por este Regimento e por resoluções e pareceres.

Art. 2°. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, órgão com função consultiva, deliberativa, fiscalizadora e

normativa da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, tem por finalidade congregar esforços, junto ao Governo e Sociedade Civil Organizada, de atenção ao idoso, estabelecendo diretrizes e aplicabilidade dessa política, em consonância com a Política Nacional, Estadual e o Estatuto do Idoso.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 3°. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI:
I - Formular, para fins de aprovação pelo Poder Executivo, a política de ação municipal destinada a apoiar e integrar a pessoa idosa;
II - Implementar a Política Municipal do Idoso, definindo prioridades para as ações correspondentes e as aplicações de recursos;
III - Envolver as instituições comprometidas com a causa do idoso nas ações a serem desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;
IV - Incentivar a realização de pesquisas, estudos, seminários, campanhas e outros eventos relacionados com o idoso;
V - Promover a integração entre Instituições Oficiais e da Sociedade Civil Organizada que atuam com o idoso;
VI - Fiscalizar a implementação de políticas de atenção ao idoso;
VII - Oferecer subsídios para a formulação de leis, decretos ou outros atos administrativos de interesse da pessoa idosa;
VIII - Acompanhar a execução orçamentária relativa à pessoa idosa;
IX - Fiscalizar a aplicação de recursos financeiros do Fundo Municipal do Idoso;
X - Divulgar a política de atenção ao idoso;
XI - Praticar todos os atos necessários à consecução dos seus objetivos e sua efetivação;
XII -Requisitar aos órgãos da Administração Pública e ONGs documentos, informações e pareceres de interesse do Conselho.
XIII - Poderá instituir comissões internas, de natureza permanente ou temporária, destinadas ao estudo, fiscalização e elaboração de pareceres sobre matérias específicas de sua competência.

Parágrafo Único: O Conselho deverá promover ações facilitadoras da inserção do idoso na vida socioeconômica, política e cultural do Município de Lucrécia.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4°. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI será composto por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, compreendendo representantes dos seguintes órgãos e entidades.
I - 03 (três) representantes do Poder Público Municipal sendo:
a) 01 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
b) 01 da Secretaria Municipal de Saúde;
c) 01 da Secretaria Municipal de Educação.
II- 03 (três) representantes de entidades ou organização não governamentais:
a) 01 de Igrejas;
b) 02 de Associações.

Parágrafo Único: Os membros de que trata o art. 4º serão escolhidos por voto direto, em assembleia geral convocada para este fim.

Art. 5º. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI perderá o mandato caso não atenda às disposições previstas neste Regimento Interno.
§1º O mandato dos conselheiros será de 04(quatro) anos, podendo ser reconduzido por um mandato de igual período.
§2º Os membros do Conselho serão substituídos, em sua ausência ou impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Art. 6º. Os serviços prestados pelos membros do Conselho não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.
Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI contará com uma Diretoria Executiva composta por:
I – Presidente;
II- Vice-Presidente;
III – Secretário Executivo.
§1º - O Secretário Executivo será um profissional designado pelo poder Executivo para o exercício da função.
§2º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI poderá formar comissões técnicas ou temáticas de trabalho, permanentes ou temporárias, indicadas pela Diretoria Executiva e eleitas pelo colegiado.
§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI defina as comissões de elaboração de políticas municipais em defesa da pessoa idosa e a de acompanhamento da execução, orçamentaria como permanente.

CAPÍTULO IV
DO (A) PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 8°. O Presidente e o vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI serão eleitos por todos os conselheiros, em assembleia do conselho.
§1º O mandato da diretoria será no período de 04 anos por maioria absoluta podendo ser reconduzido por mais 4 anos.
§2º - O Presidente será substituído em sua ausência ou impedimentos, pelo Vice-Presidente, a quem cumprirá o exercício de suas funções, e na falta deste pelo Secretário.

Art. 9°. Ao Presidente compete:
I-Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
II- Ordenar o uso da palavra;
III- Aprovar as pautas das reuniões e estabelecer as prioridades das matérias a serem apreciadas;
IV- Submeter aos conselheiros as matérias para suar apreciação e deliberação;
V- Assinar atas, resoluções e/ou documentos relativos às deliberações do Conselho;
VI- Submeter à apreciação dos conselheiros relatórios anual do Conselho;
VII- Delegar competências;
VIII- Decidir as questões de ordem;
IX- Representar o conselho em todas as reuniões em juízo ou fora dele;
X- Determinar a Secretaria Executiva no que couber, a execução das deliberações Emendas do Conselho;
XI- Formalizar após a aprovação do conselho, os afastamentos e licenças dos seus membros;
XII- Determinar a inclusão na pauta de trabalhos dos assuntos e exames do Conselho;
XIII- Estalar os grupos de trabalho caso necessário, constituídos pelo conselho e designar relatores.

Art. 10°. Ao Vice-Presidente compete:
I- Substituir o Presidente em seu impedimento;
II- Acompanhar as atividades do Secretário;
III- Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
IV- Exercer as atribuições que lhe sejam conferidas pelo plenário.

CAPÍTULO V
DO SECRETARIO EXECUTIVO

Art. 11°. Ao Secretário Executivo compete:
I- Substituir, o vice-presidente no seu impedimento;
II-Coordenar, o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho e manter os conselheiros titulares e suplentes informados das reuniões e da pauta a ser discutida;
III- Expedir, correspondências e arquivado documentos;
IV- Elaborar, exatas a ser o relator oficial nas reuniões do Conselho;
V- Apresentar, anualmente, relatórios das atividades do Conselho;
VI-Receber, previamente relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta;
VII-Informar, os compromissos agendados à presidência;
VIII-Prestar, conta dos seus atos à presidência informando de todos os fatos que tenham ocorrido no conselho;
IX- Exercer, outras funções correlatas que lhe sejam atribuídos pelo Presidente ou pelo ou pelo plenário.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇOES DOS CONSELHEIROS E DAS COMISSÕES

Art. 12°. Compete aos conselheiros:
Comparecer às reuniões;
I- Discutir e votar as matérias constantes de ordem do dia;
II- Requerer informações providências e esclarecimento à mesa ou a Secretária;
III- Pedir vista de processo pelo prazo a ser fixado pelo Presidente;
IV- Apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;
V- Participar das Comissões técnicas e temáticas e grupos de trabalho com direito a voto;
VI- Proferir declaração de voto quando desejar;
VII-Propor convocação de audiência ou reunião do plenário do Conselho;
VIII-Propor temas e assuntos para deliberação do plenário do Conselho;
IX-Apresentar a questão de ordem na reunião;
X-Acompanhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho.

CAPÍTULO VII
DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 13°. O conselho reunir-se-á a cada três meses em caráter ordinário devendo ocorrer na última penúltima sexta-feira a cada três meses ás 09:00hs extraordinariamente quando convocada pelo presidente por iniciativa própria ou a requerimento da maioria dos seus membros em sessões virtuais e/ou presenciais.
§1º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente e em sua ausência, pelo vice-presidente, com antecedência de 48 Horas.
§2º - Para instalação da sessão é necessário quórum correspondente a maioria simples.
§3º - Não havendo quórum até a hora estabelecida para o início da sessão, lavrar-se-á o termo de presença ficando o expediente e a ordem do dia transferido para a reunião imediata.
§4º - Será a faculdade ao presidente o voto simples e de qualidade quando houver empate nas votações.

Art.14°. Será facultada, aos representantes suplentes, a participação nas reuniões, tendo o direito a voto apenas quando em substituição do titular.
§1º - Será a facultada, à instituição suplente a participação nas reuniões com direito a voto na ausência dos representantes das Entidades Titulares.
§2º - O presente Regimento Interno poderá ser modificado em sua essência mediante a decisão de 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

Art.15°. As sessões do Conselho obedecerão a seguinte ordem:
I- Abertura pelo presidente;
II- Leitura e distribuição da pauta pelo presidente ou pelo sec. Executivo;
III- Votação de deliberações quando houver;
IV-Comunicações gerais do presidente;
V- Encerramento.

Art.16°. Para cada denúncia submetida a apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa idosa, será transcrita em ata descrevendo o encaminhamento realizado.

CAPÍTULO VIII
DAS PENALIDADES

Art. 17°. Será destituído o Conselheiro que:
I – Faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas sem justificativa;
II - Apresentar procedimentos incompatíveis com a dignidade da função;
III - For condenado por crime ou contravenção em sentença irrecorrível.

§1º - O presidente após deliberação por maioria do Plenário, acerca da destituição do Conselheiro, comunicará a instituição ou poder público que o nomeou para que seja feita a substituição.
§2º - A instituição em caso de renúncia do Conselheiro, deverá indicar um novo representante.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18°. Todos os conselheiros têm livre acesso a documentação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho, observando o sigilo legal.

Art. 19°. Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho, sem prévia delegação.

Art. 20°. Qualquer membro do Conselho poderá intervir em situações de flagrante desrespeito dos direitos e deveres dos idoso, salvo as de competências exclusiva do Presidente do Conselho.

Art. 21°. Registrando-se dúvidas de interpretação ou constatando-se lacuna neste Regimento Interno, o plenário deverá decidir a respeito.

Art. 22°. O plenário é o órgão máximo de decisão do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa idosa - CMDPI.

Art. 23°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia em 08 de outubro de 2026

CÉRVULA CLÁUDIA MAIA DA SILVA
Presidente CMDPI

FRANCISCA ALENILDA MAIA
Vice-Presidente CMDPI

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:50BCEC28

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ADJUDICO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 014/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para a aquisição de materiais odontológicos destinados à manutenção e ao funcionamento dos serviços de saúde bucal da rede municipal de saúde do município de Lucrécia/RN, atendendo às necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Lucrécia e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Lucrécia, que teve como licitantes vencedores parciais: **69.247.496 DIOGO DIOGENES MEDEIROS DINIZ – CNPJ: 69.247.496/0001 - 07,** com o valor total de R$ 40.544,90 (Quarenta mil, Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais e Noventa Centavos); **MULTIMED DENTAL LTDA – CNPJ:29.894.043/0001 - 40,** com o valor total de R$ 278.299,09 (Duzentos e Setenta e Oito Mil, Duzentos e Noventa e Nove Reais e Nove Centavos); **ODONTOMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – CNPJ: 27.029.083/0001 - 06**, com o valor total de R$ 28.540,70 (Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Quarenta Reais e Setenta Centavos).

Lucrécia – RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:B6422D69

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

HOMOLOGO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 014/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para a aquisição de materiais odontológicos destinados à manutenção e ao funcionamento dos serviços de saúde bucal da rede municipal de saúde do município de Lucrécia/RN, atendendo às necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de

Lucrécia e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Lucrécia, que teve como licitantes vencedores parciais: **69.247.496 DIOGO DIOGENES MEDEIROS DINIZ – CNPJ: 69.247.496/0001 - 07,** com o valor total de R$ 40.544,90 (Quarenta mil, Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais e Noventa Centavos); **MULTIMED DENTAL LTDA – CNPJ:29.894.043/0001 - 40,** com o valor total de R$ 278.299,09 (Duzentos e Setenta e Oito Mil, Duzentos e Noventa e Nove Reais e Nove Centavos); **ODONTOMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – CNPJ: 27.029.083/0001 - 06**, com o valor total de R$ 28.540,70 (Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Quarenta Reais e Setenta Centavos).

Lucrécia – RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:0582601B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 847/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Allyson Simone do Nascimento**, Matrícula 120702-4, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 02 de outubro de 2026 e retorno no dia 03 de outubro de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:86A826EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 848/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Allyson Simone do Nascimento**, Matrícula 120702-4, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 05 de outubro de 2026 e retorno no dia 06 de outubro de 2026. O objetivo da viagem é transportar paciente para atendimento médico especializado no Hospital Varela Santiago, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:C30DE077

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 849/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Cleomar Benigno de Oliveira,** Matrícula 120718-0, ocupante do cargo de **Assessor de Apoio às Ações de Saúde Pública**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à cidade de Mossoró/RN, nos dias 06, 07 e 08 de outubro de 2026. O objetivo da viagem é realizar o transporte de pacientes para atendimento médico especializado na Clínica Oitava Rosado, Hospital Santa Luzia, Clínica Artmedica, Hospital Solidariedade, Hospital da Mulher, Clínica Baros, Clínica Mais Saúde, Hospital Almeida Castro, Clínica Dr. Luiz Mendonça e Hospital Wilson Rosado, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:33B48CE8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 850/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Pedro Wemerson Alves Dias**, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte**

Hospitalar, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Mossoró/RN, nos dias 06, 07 e 08 de outubro de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado na Clínica de Olhos, Hospital da Mulher e Hospital Santa Luzia, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:531DA915

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 851/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Allyson Simone do Nascimento**, Matrícula 120702-4, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 07 de outubro de 2026 e retorno no dia 08 de outubro de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Universitário Onofre Lopes, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:8A70C39E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

O Pregoeiro Oficial deste município de Lucrécia/RN, torna público o resultado do referido Pregão Eletrônico nº 014/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para a aquisição de materiais odontológicos destinados à manutenção e ao funcionamento dos serviços de saúde bucal da rede municipal de saúde do município de Lucrécia/RN, atendendo às necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Lucrécia e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Lucrécia, que teve como licitantes vencedores parciais: **69.247.496 DIOGO DIOGENES MEDEIROS DINIZ – CNPJ: 69.247.496/0001 - 07,** com o valor total de R$ 40.544,90 (Quarenta mil, Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais e Noventa Centavos); **MULTIMED DENTAL LTDA – CNPJ:29.894.043/0001 - 40,** com o valor total de R$ 278.299,09 (Duzentos e Setenta e Oito Mil, Duzentos e Noventa e Nove Reais e Nove Centavos); **ODONTOMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – CNPJ: 27.029.083/0001 - 06**, com o valor total de R$ 28.540,70 (Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Quarenta Reais e Setenta Centavos).

Lucrécia – RN, 09 de outubro de 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:6F36F676

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 17-PE/2026 - CORRIGIDO

AVISO DE LICITAÇÃO -REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17-PE/2026 - CORRIGIDO
Pregão Eletrônico Nº 17-PE/2026 – EDITAL CORRIGIDO – REPUBLICAÇÃO. O município de Marcelino Vieira-RN representado pela Secretária Municipal de Administração, através do Departamento de Licitações em cumprimento a Lei Federal 14.133/2021 art. 28, inciso I, REPUBLICA O EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17-PE/2026 - CORRIGIDO. Objeto: contratação de Empresa para Locação de Software em Forma de Licença de Uso para administração e gerenciamento das informações da Frota Veicular e Máquinas relacionadas ao abastecimento de combustível, as manutenções preventivas/corretiva e a localização através de georreferenciamento em tempo real, preciso e ininterrupto. O edital corrigido e anexos estão disponíveis de 14/10/2026, com abertura em 29/10/2026 às 08:00:00. Informações no portal www.novobbmnetlicitacoes.com.br e Transparência Municipal https://www.marcelinovieira.m.gov.br/licitacaolista.php, PNCP e TCE/RN. Será conduzido por Franck Jackson de Araújo, pregoeiro designado para o ato

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:008E6BD2

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
ATA DA 2° - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA – ANO 2026

ATA DA 2° - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA – ANO 2026
Aos oito dias do mês de outubro do ano de 2026, às 10hs, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, Centro Administrativo, situada a rua Coronel José Marcelino, centro, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: THAÍSE SCLART ALVES BEZERRA, DOUGLAS KAIQUE VIEIRA PEREIRA, HUGO LEONARDO DE QUEIROS SILVA, MARIZA PATRÍCIA BENICIO, FRANCISCA ELIZÂNGELA FONTES DA SILVA e MARCOS FLÁVIO DA SILVA. Esteve presente também a assessora GABRIELA LEITE, para participar da reunião ordinária, com a seguinte pauta: I- Discutir, e deliberar a criação do "CPA" comitê de participação de adolescentes; II-criar a comissão permanente de acompanhamento no processo de criação do CPA III –Articulação do encontro intersetorial municipal de formação e implantação do SÍPIA, V- outros assuntos. Inicialmente a Presidente deste conselho deu as boas-vindas aos presentes e realizou a leitura da ata da reunião anterior, sendo esta APROVADA pelos membros presentes. Em seguida deu-se continuidade a reunião, com a primeira pauta, que tratou sobre criação do CPA – Comitê de Participação de

Adolescentes. Nesse momento, solicitou-se que a assessora Gabriela Leite fizesse algumas considerações, explicando o que é o CPA, qual seu objetivo e finalidade, como se dá o processo de implantação e qual a função do CMDCA durante todo processo de implantação deste comitê. O CPA, é um órgão colegiado consultivo de participação social, composto por jovens e adolescentes, geralmente em idade entre 12 e 16 anos, o comitê é vinculado ao CMDCA, via municipal, estadual ou Conanda. Sua principal finalidade é garantir que os adolescentes possam participar ativamente das discussões sobre políticas públicas que afetam suas vidas. Junto aos conselhos o CPA garante o debate de tomas, apresenta ideais e acompanha iniciativas voltadas a colaboração na formulação de soluções e decisões dos conselheiros de direito. Em âmbito municipal o CPA tem maior seguridade quanto incluído no regimento interno dos conselheiros de direito, estando presente de maneira permanente, tendo essa forma o seu direto garantido. Feitas as considerações pela assessora, os conselheiros presentes tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas, fazer suas considerações sobre o tema para em seguida adentrar na segunda pauta, que versou sobre a criação da comissão permanente de acompanhamento no processo de criação do CPA, bem como a necessidade realizar as considerações necessárias no regimento interno deste conselho, incluindo o CPA como vínculo permanente e assegurado no CMDCA. Neste momento a presidente deste conselho deu início a pauta deixando os membros presentes a colocarem seus nomes a disposição de maneira voluntária. Assim ficaram a disposição a presidente Thaíse, o secretário executivo Hugo Leonardo e a conselheira Francisca Elizângela, sem mais nomes dispostos a participar a presidente abriu a votação, sendo a comissão disposta de maneira voluntária e a alteração necessária no regimento interno para inclusão permanente do CPA, APROVADAS por unanimidade pelos presentes. Após a votação a assessora solicitou a fala para a terceira pauta, que trata do encontro intersetorial de capacitação e implantação do SÍPIA no município, a mesma falou a importância da participação do conselho de direito de forma ativa nesse processo, e reforçou a necessidade da presença e articulação do CMDCA no evento, que acontecerá no dia 20/10/2026 e contará com a parceria do município de Tenente Ananias, as redes de assistência social dos dois municípios, bem como os conselhos tutelares. A formação ficará por conta do membro do CONSEC estadual. Em outros assuntos nada mais foi colocado em pauta. Sem mais nada a tratar, eu, ANA GABRIELA DO RÊGO LEITE, secretária executiva desse conselho, lavro a seguinte ata que será assinada por quem de direito e publicada nos meios oficiais de comunicação. Marcelino Vieira-RN, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:01FD652F

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 005/2026 - CMDCA DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO 005/2026 - CMDCA de 08 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a criação da comissão especial permanente para criação e acompanhamento do Comitê de Participação de Adolescente-CPA do Município de Marcelino Vieira-RN.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor;
Considerando, a reunião do CMDCA realizada no dia 08 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão especial permanente de criação e acompanhamento do comitê de participação de adolescentes -CPA do município de Marcelino Vieira-RN.

Art. 2º - São Nomeados para composição da comissão os membros:
- THAÍSE SCARLAT ALVES BEZERRA;
- HUGO LEONARDO DE QUEIROS SILVA;
- FRANCISCA ELIZÂNGELA FONTES DA SILVA.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Marcelino Vieira (RN), 08 de outubro de 2026.

THAÍSE SCARLAT ALVES BEZERRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:76AF92E0

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 006/2026 - CMDCA DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO 006/2026 - CMDCA de 08 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a realização de alteração do regimento interno para inclusão permanente do Comitê de Participação de Adolescente-CPA do Município de Marcelino Vieira-RN.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor;
Considerando, a reunião do CMDCA realizada no dia 08 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar alterações que se fizerem necessárias para inclusão permanente do comitê de participação de adolescentes -CPA do município de Marcelino Vieira-RN.

Art. 2º - Ficam responsáveis os membros eleitos para compor a comissão de criação e acompanhamento do CPA, a planejar, estudar e realizar as alterações que se fizerem necessárias no regimento interno deste conselho para inclusão permanente do CPA e em seguida realizar a apresentação em reunião colegiada para aprovação do CMDCA.

.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Marcelino Vieira (RN), 08 de outubro de 2026.

THAÍSE SCARLAT ALVES BEZERRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:C6B088EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 383 -2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS CONTRATOS Nº 091001/2026.

O Prefeito Municipal de Martins/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor abaixo relacionado, para fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato Nº 091001/2026 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Martins e a empresa **ASSOCIACAO MOSSOROENSE DE ARTE INCLUSIVA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 65697659000194, com sede à Av. Mota Neto, 194, Bairro Aeroporto, Mossoró/RN, **e-mail:** amartimossoro@gmail.com **, Contato: (84) 9 8752-2475**, cujo objeto é a 1.1. Contratação de serviços artísticos culturais para realização de apresentação teatral do espetáculo "A MAGIA DA INCLUSÃO", no dia 11 de outubro de 2026, em comemoração ao dia das crianças, promovido pelo município de Martins/RN, incluindo elementos artísticos, técnicos e operacionais necessários à realização da atividade., nas condições estabelecidas no Termo de Referência

I – Servidor: Igor Jordan de Carvalho Campos n° 90001566.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito
Prefeitura Muncipal de Martins/RN
CNPJ/MF nº 08.153.462/0001-50

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:81890994

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1137/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1137/2026

Autoriza o poder executivo a doar bem imóvel público à paróquia nossa senhora da conceição com encargos e cláusula de reversão, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas
atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a
seguinte lei:
A SENHORA MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE, ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE,
APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º fica o poder executivo municipal autorizado a doar, com encargos, à Paróquia
Nossa Senhora da Conceição, inscrita no CNPJ sob o nº08.026.122/0068-76, com sede
no município de Maxaranguape/RN, uma área de bem imóvel pertencente ao patrimônio
público municipal, com aproximadamente 935,75 M², parte integrante de gleba maior
cadastrada na seget sob o sequencial 20071302 e inscrição imobiliária
01.05.0272.0001.1056.0001, situada na praça martins de frança, centro, nesta cidade.
Art. 2º a doação de que trata esta lei destina-se estritamente e exclusivamente à
construção da Capela São Miguel Arcanjo e à instalação de um cruzeiro, visando ao
desenvolvimento de atividades religiosas, comunitárias e de assistência social.
Art. 3º a escritura pública de doação conterá, obrigatoriamente, sob pena de nulidade do
ato, as seguintes cláusulas de encargo:
I. A donatária iniciará a execução das obras de construção da capela no prazo máximo
de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da escritura pública, e as concluirá
no prazo de 36 (trinta e seis) meses;
II. A área doada não poderá, sob hipótese alguma, ser alienada, locada, cedida a
terceiros, no todo ou em parte, nem ter sua finalidade originária alterada sem prévia e
expressa autorização legislativa municipal.
Art. 4º o imóvel doado reverterá de pleno direito ao patrimônio do Município de
Maxaranguape/RN, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com
todas as benfeitorias nele incorporadas, sem que à donatária caiba qualquer direito a
indenização ou retenção, nas seguintes hipóteses:
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
GABINETE DO PREFEITO
I. Desvio de finalidade na utilização do imóvel;
II. Inobservância dos prazos fixados no art. 3º, inciso I, desta lei;
III. Extinção, dissolução ou mudança de destinação institucional da entidade donatária
que impeça o cumprimento do encargo social.
Art. 5º as despesas decorrentes da lavratura da escritura pública, registro cartorário e
demais atos correlatos correrão por conta exclusiva da donatária.
Art. 6º esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Maxaranguape/RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:E6C2D365

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO PODER EXECUTIVO, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E DO ART. 25 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.081/2025 (LDO 2026), E SOBRE OS MECANISMOS DE AJUSTE FISCAL PREVISTOS NO ART. 167

DECRETO Nº 066 de 09 de OUTUBRO de 2026.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO PODER EXECUTIVO, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E DO ART. 25 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.081/2025 (LDO 2026), E SOBRE OS MECANISMOS DE AJUSTE FISCAL PREVISTOS NO ART. 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), segundo o qual, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CONSIDERANDO o art. 25 da Lei Municipal nº 1.081, de 2 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), que determina a adoção do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, de forma proporcional às dotações dos Poderes e observada a fonte de recursos, relaciona as despesas sobre as quais a limitação incidirá prioritariamente (§ 1º) e as que dela estão excluídas (§ 2º);

CONSIDERANDO o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º bimestre de 2026 (Anexo 6 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal), do qual consta resultado primário de R$ 467.736,78, inferior em R$ 911.322,22 à meta de R$ 1.379.059,00 fixada na LDO 2026, e resultado nominal ajustado de R$ 1.745.323,39, inferior em R$ 2.224.882,68 à meta de R$ 3.970.206,07;

CONSIDERANDO o disposto no art. 167-A da Constituição Federal, que faculta aos Poderes, quando apurado que a relação entre despesas correntes e receitas correntes, no período de doze meses, supera 95%, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedações nele previsto, e permite ao Chefe do Poder Executivo implementá-lo, por ato próprio e com vigência imediata, quando a despesa corrente supera 85% da receita corrente;

CONSIDERANDO que, no período de setembro de 2025 a agosto de 2026, as receitas correntes do Município somaram R$ 70.636.297,04 e as despesas correntes empenhadas somaram R$ 68.235.403,73, o que representa 96,60% das receitas correntes, e que, mesmo desconsiderando o crédito suplementar aberto com recursos de superávit financeiro no valor de R$ 141.224,05, a relação permanece em 96,40%, superior ao limite de 95% (apuração com base nos Anexos 1 do RREO dos exercícios de 2025 e 2026);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, em especial a saúde, a educação, a assistência social e a limpeza pública, bem como o pagamento regular de servidores, fornecedores e obrigações previdenciárias;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, à remuneração dos profissionais da educação básica com recursos do FUNDEB e às ações e serviços públicos de saúde, cujos mínimos constitucionais ainda exigem a ampliação da aplicação até o encerramento do exercício, conforme o Comunicado Contábil nº 004/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a responsabilidade na gestão fiscal e o equilíbrio entre receitas e despesas, antecipando riscos e corrigindo desvios que possam comprometer as contas públicas,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica determinada, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de empenho e de movimentação financeira, no montante de R$ 911.322,22 (novecentos e onze mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), valor correspondente à diferença apurada entre o resultado primário realizado e a meta fixada na LDO 2026, a ser distribuído por unidade orçamentária e por fonte de recursos conforme indicação da Secretaria de Finanças, observados os limites e as prioridades do art. 25 da LDO 2026.

§ 1º – A limitação incidirá prioritariamente sobre as seguintes despesas: I – diárias e passagens aéreas e terrestres; II – ajuda de custo; III – locação de mão de obra; IV – locação de veículos; V – combustíveis; VI – treinamento; VII – transferências voluntárias a instituições privadas; VIII – outras despesas de custeio; IX – investimentos, diretos e indiretos, observado o princípio da materialidade; X – comunicação, publicidade e propaganda; e XI – serviços de buffet e alimentação em restaurantes.

§ 2º – Compete à Secretaria de Finanças indicar as dotações objeto da limitação e preencher o Anexo I, que será publicado juntamente com este Decreto.

§ 3º – O montante e a distribuição de que trata este artigo serão reavaliados a cada bimestre, com base no resultado apurado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e, restabelecida a receita, ainda que parcialmente, as dotações limitadas serão recompostas de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 2º – Não serão objeto de limitação de empenho e de movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive o pagamento do serviço da dívida, e, nos termos do § 2º do art. 25 da LDO 2026, as relativas a: I – pessoal e encargos sociais; II – benefícios do Regime Geral de Previdência Social; III – pagamento da dívida consolidada; IV – precatórios e sentenças judiciais, inclusive as de pequeno valor; V – despesas que computem para o mínimo obrigatório em ações e serviços públicos de saúde; e VI – despesas que computem para o mínimo obrigatório em manutenção e desenvolvimento do ensino, nelas compreendidas as custeadas com recursos do FUNDEB.

Art. 3º – Enquanto perdurar a situação de superação do limite previsto no caput do art. 167-A da Constituição Federal, fica aplicado, no âmbito do Poder Executivo, o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de:

I – concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos, exceto os derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas;

II – criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas: a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal; d) as nomeações dos aprovados em concurso já homologado;

V – realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI – criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de servidores e empregados públicos, ou de seus dependentes, exceto quando derivados de

sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas;

VII – criação de despesa obrigatória;

VIII – adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;

IX – criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X – concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Art. 4º – Ficam suspensas ou reduzidas, no âmbito do Poder Executivo, as seguintes despesas que dependam de recursos próprios: I – horas extras; II – diárias, viagens e cursos; III – ajuda de custo; IV – locação de mão de obra; V – locação de veículos; VI – combustíveis para a frota de veículos; VII – transferências voluntárias a instituições privadas; VIII – outras despesas de custeio; IX – obras e instalações ainda não iniciadas, exceto as realizadas com recursos vinculados; X – equipamentos e material permanente; XI – comunicação, publicidade e propaganda; XII – serviços de buffet e alimentação em restaurantes; e XIII – material de distribuição gratuita, exceto o destinado a obrigações constitucionais e a programas sociais.

Art. 5º – Ficam preservadas das medidas dos arts. 3º e 4º as despesas relativas a benefícios previdenciários, amortização, juros e encargos da dívida, PASEP, precatórios e sentenças judiciais, conservação do patrimônio público, emendas parlamentares impositivas e demais obrigações constitucionais e legais, além das mencionadas no art. 2º.

Art. 6º – As secretarias municipais deverão revisar as despesas programadas e adequar sua programação orçamentária aos limites deste Decreto, priorizando a continuidade dos serviços essenciais.

Art. 7º – A Secretaria de Finanças, com o apoio da Controladoria Interna e da assessoria contábil, acompanhará bimestralmente o resultado primário e nominal e a relação entre despesas correntes e receitas correntes, e informará ao Chefe do Poder Executivo a necessidade de ajuste ou de revogação das medidas.

Art. 8º – Este Decreto será submetido à apreciação da Câmara Municipal, em regime de urgência, nos termos do § 2º do art. 167-A da Constituição Federal, e dele será dada ciência ao Poder Legislativo para que adote, no âmbito de suas dotações, a limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 9º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maxaranguape/RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:B4A4B7C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Termo de Credenciamento nº 002/2025, por mais 12 (doze) meses, destinado o credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames bioquímicos no município de Montanhas/RN.
CREDENCIANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
CREDENCIADO(A):BIO CLINICA SAO LUCAS LTDA
CNPJ:24.628.934/0001-30
ORIGEM: Credenciamento nº 002/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: Prorrogada a vigência até o dia 30/09/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei 14.133/2021.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – Fundo Municipal de Saúde; **AÇÃO:** 2036 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; **FONTE DE RECURSO:** 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde.
DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do termo de credenciamento e do Edital de Credenciamento nº 002/2025 não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

Montanhas/RN, 30 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CREDENCIANTE/LOCATÁRIO: Antonio Marcolino Neto
PELA CREDENCIADO(A):José Lucas Américo

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:E3FEE022

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
LEI MUNICIPAL 609/2026

Reconhece a obra "Montanhas-RN: A Suíça do Agreste" como referência bibliográfica oficial do Município de Montanhas/RN para fins de estudo e conhecimento da História, memória, formação e identidade municipal, para a educação formal e para concursos públicos, processos seletivos e demais certames, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei, com fundamento nos arts. 30, I, da Constituição Federal e nos arts. 64, 65 e 80 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Fica reconhecida a obra "Montanhas-RN: A Suíça do Agreste", organizada por Antônio Carlos Xixiu da Silva, Genival Ribeiro de Medeiros, José Carlos da Silva Paixão, Josenildo Barbosa Freire e Luiz Félix Neto como referência bibliográfica oficial do Município de Montanhas/RN para fins de conhecimento, estudo, pesquisa e divulgação da História, formação, memória, cultura e identidade municipal.

§1º – A obra citada no caput do Art. 1º foi reconhecida como legítima História do Município de Montanhas/RN pelo Conselho Municipal de Educação, cuja ata consiste no Anexo I parte integrante da presente lei.
§2º - Dois exemplares da Obra é parte integrante da presente lei, ficando um arquivado na Câmara Municipal e outro exemplar na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A obra referida no art. 1º será considerada referência bibliográfica para a elaboração de conteúdos relacionados à História e à formação do Município de Montanhas/RN, podendo ser utilizada como fonte de estudo e consulta, especialmente:
I – em concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Município de Montanhas/RN;
II – em provas, avaliações e demais instrumentos de seleção de pessoal realizados diretamente pelo Município ou por instituições contratadas para essa finalidade;

III – em concursos, processos seletivos e demais certames destinados ao provimento de cargos, empregos e funções públicas municipais;
IV – em programas, editais, conteúdos programáticos e materiais preparatórios relacionados ao conhecimento da História e da formação do Município;
V – em ações de educação patrimonial, História local, cultura e preservação da memória municipal;
VI – Na utilização como referência pelo corpo docente do Município no ensino fundamental.

Art. 3º Nos concursos públicos, processos seletivos e demais certames realizados pelo Município de Montanhas/RN, o conteúdo relativo à História, formação, aspectos culturais, políticos, geográficos, sociais e administrativos do Município poderá ter como referência bibliográfica a obra mencionada no art. 1º, desde que essa referência conste expressamente do respectivo edital ou instrumento convocatório.

§ 1º Quando houver cobrança de conhecimentos específicos sobre a História e a formação do Município de Montanhas/RN, o respectivo edital deverá indicar, de forma clara, a obra prevista no art. 1º como referência bibliográfica, quando utilizada como fonte para elaboração do conteúdo.
§ 2º A utilização da obra como referência bibliográfica não impede a adoção de outras fontes históricas, documentais, acadêmicas ou institucionais, desde que expressamente indicadas no edital ou instrumento convocatório.

Art. 4º A instituição responsável pela elaboração e aplicação das provas deverá observar, na formulação das questões relativas ao conteúdo previsto nesta Lei, a correspondência entre o conteúdo efetivamente cobrado e as referências bibliográficas indicadas no respectivo edital.

Parágrafo único. As questões de prova deverão guardar pertinência temática com o conteúdo programático e com as referências bibliográficas expressamente previstas no edital, observadas as regras do certame e os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, razoabilidade e segurança jurídica.

Art. 5º A referência bibliográfica prevista nesta Lei poderá ser utilizada, conforme a natureza e finalidade do certame, para a elaboração de questões relativas, entre outros aspectos, a:
I – formação histórica do Município de Montanhas/RN;
II – origem e evolução do povoamento local;
III – emancipação política e administrativa;
IV – desenvolvimento econômico e social;
V – aspectos culturais e manifestações da identidade local;
VI – formação territorial e organização municipal;
VII – patrimônio histórico e cultural;
VIII – personalidades e acontecimentos relevantes para a História municipal;
IX – denominações, símbolos, tradições e referências históricas do Município;
X – demais conteúdos relacionados à História e à memória de Montanhas/RN constantes da obra.

Art. 6º A utilização da obra como referência bibliográfica nos concursos públicos, processos seletivos e demais certames não confere exclusividade à publicação, podendo outras fontes ser utilizadas para complementação do conteúdo, desde que previamente indicadas no edital ou instrumento convocatório.

Art. 7º O Poder Executivo poderá promover a divulgação da obra e incentivar sua disponibilização em bibliotecas, escolas, equipamentos culturais e demais espaços públicos municipais, observada a legislação de direitos autorais e a disponibilidade orçamentária.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação poderá, no âmbito de suas atribuições, adotar as providências necessárias à divulgação da presente Lei e à orientação dos órgãos municipais responsáveis pela elaboração de editais de concursos públicos e processos seletivos.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observadas as disposições da legislação orçamentária e fiscal vigente.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Palácio Cícero Firmino de Lima, Sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN em, 09 de outubro de 2026

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Constitucional do Município de Montanhas/RN

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:AE8DE2C7

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 578/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER** três meses de Licença Prêmio, com início em 13 de outubro de 2026, ao senhor **GILBERTO GOMES DE MOURA**, servidor do quadro efetivo do município de Montanhas/RN sob a matrícula 0009008-1.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Montanhas/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:B3185BAC

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 579/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER** três meses de Licença Prêmio, com início em 13 de outubro de 2026, a senhora **LUCIENE PORCIDONIO CAVALCANTE**, servidora do quadro efetivo do município de Montanhas/RN sob a matrícula 0008729-1.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Montanhas/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:A932E33F

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 580/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** à pedido, a Senhora **PAULA RAFAELA DE OLIVEIRA GUEDES**, portadora do CPF/MF: XXX.619.764-XX, ocupante do cargo comissionado de VICE-DIRETORA DA CRECHE MUNDO ENCANTADO, da secretaria municipal de Educação do município de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:8776109A

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 581/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** à pedido, o Senhor **PEDRO GRIGORIO DO NASCIMENTO NETO**, portador do CPF/MF: XXX.466.594-XX, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR OPERACIONAL da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:6082BD9E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 582/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** à pedido, a senhora **MARCIA ROSÂNGELA DA COSTA LIMA**, portadora do CPF/MF: XXX.797.894-XX, ocupante do cargo comissionado de ASSESSORA OPERACIONAL da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:3A1BDB27

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após negociação direta com o Pregoeiro, foram conseguidos valores de acordo com a prática do mercado.

Considerando, que encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, constatamos o atendimento a todos os ditames editalícios pela(s) a(s) empresa(s) vencedora(s).

Considerando, finalmente o que preconiza o artigo 71, inciso IV da Lei Nº 14.133/2021.

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR a licitação "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026", em favor da empresa:

A B BISPO SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.780.911/0001-19, vencedora do LOTE ÚNICO no valor de R$ 208.299,96 (duzentos e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Registre-se, publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Montanhas/RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:E3370D3B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, onde de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, inscrito(a) no CNPJ (MF) sob o nº ARP.CNPJDoOrgaoGestor}, com sede à Av. João de Paiva, 373 , Centro, Monte Alegre/RN CEP:59182000, aqui representado pelo PREFEITO, o Sr. ANDRE RODRIGUES DA SILVA, inscrito(a) no CPF (MF) sob o 038.026.844-27, e do outro lado como **FORNECEDOR:**SUPERCOP ZONA SUL EIRELI ME,inscrito no CNPJ/CPF sob o nº 09.373.580/0001-37, com endereço ., neste ato representado pelo o Senhor FRANCISCO GINETE ANDRADE, inscrito no CPF (MF) sob o nº 364.969.104-30,ficam aditados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas combinações, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

O presente Aditivo tem como objetivo prorrogar o prazo devigência da ata de registro de preçoscelebrado em 09/10/2026, entre as partes acima mencionadas, oriundo da Licitação –Pregão Eletrônico Nº 21/ 2025.

CLÁUSULA 2ª - DA VIGENCIA:

O presenteAditivoterávigência a partir de 09 de outubro de 2026e seencerramento previsto para09 de outubro de 2027.

CLÁUSULA 3ªDA BASE LEGAL:

A celebração deste Aditivo a ata de registro de preços está prevista no Art. 84 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 09/10/2026, inclusive as condições de pagamento.

E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Monte Alegre/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANDRÉRODRIGUES DA SILVA
Pela Contratante
Prefeito Municipal

FRANCISCO GINETE ANDRADE
Pelo(a) Contratado(a)

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:CACE9BDF

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA – ***REPUBLICAÇÃO***

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN,** por intermédio do Setor de Contratações, no uso de suas atribuições legais e em observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá propostas comerciais destinadas à formação da estimativa de preços e à identificação da proposta potencialmente mais vantajosa para a Administração, com vistas à futura contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos legais, administrativos e orçamentários aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa em consultoria administrativa e apoio técnico especializado à Prefeitura Municipal de Monte Alegre, com foco no fortalecimento da gestão pública e no aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, especialmente no Setor de Habitação.

A contratação se justifica pela necessidade de suporte técnico especializado para atender às demandas crescentes relacionadas à política habitacional, garantindo eficiência na gestão, conformidade com a legislação vigente e maior impacto social. A complexidade dos processos exige profissionais capacitados para orientar a administração municipal na execução de projetos, captação de recursos e articulação intersetorial.

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A eventual contratação será realizada mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **caso o valor estimado da contratação permaneça dentro do limite legal vigente e sejam atendidos os demais requisitos previstos na legislação aplicável**.

A aferição do limite legal deverá observar as disposições do art. 75, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se, para esse fim, os valores despendidos no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e as despesas realizadas com objetos de mesma natureza, conforme a legislação aplicável.

DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS

Os interessados deverão apresentar proposta para os itens abaixo, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas pela Administração:

DESCRIÇÃO DE QUANTIDADES:

ITEM	OBJETO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UN. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT.
1	ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA NA ÁREA HABITACIONAL, COM FOCO NO SETOR DE HABITAÇÃO, DIAGNOSTICO ADMINISTRATIVO, ORGANIZAÇÃO DAS DEMASDAS HABITACIONAIS DO MUNICIPIO, PLANEJAMENTO E INDICADORES, RELATÓRIOS TÉCNICOS. COM OJETIVO DE CONTRIBUIR PARA UMA ADMINISTRAÇÃO MAIS ORGANIZADA, EFICIENTE E ORIENTADA A RESULTADOS, AUXILIANDO NO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS RELACIONADAS À POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO.	Mês	12,000000	

DAS PROPOSTAS E CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO

DADOS DA EMPRESA
Endereço;
Telefone;
E-mail.
Razão Social
CNPJ

PROPOSTA COMERCIAL
Descrição do objeto;
Valor unitário;
Valor total por extenso;
Validade mínima da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
Data da emissão;
Proposta devidamente assinada por pessoa com poderes para representar a empresa.

HABILITAÇÃO JURÍDICA
Documentos constitutivos da empresa e respectivos aditivos, conforme o caso.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
CNPJ;
Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)
Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Certidão Negativa de Débitos Municipais
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
Atestado ou certidão de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para prestação de serviços compatíveis com o objeto da contratação.
Indicação do profissional técnico que será alocado na execução do objeto.
Documento de identificação do profissional indicado.
Comprovação de qualificação e/ou experiência do profissional indicado, compatível com as atividades a serem desempenhadas.
Essa comprovação poderá ocorrer, conforme o caso, por meio de:
• currículo profissional;
• certificados;
• diplomas;
• declarações de experiência;
• contratos anteriores;
• carteira de trabalho;
• atestados;
• registro em conselho de classe, quando aplicável.
Quando solicitado pela Administração, apresentação de documentos complementares para comprovar a legitimidade do atestado, como contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local de execução do objeto ou outros documentos pertinentes.

DECLARAÇÃO
Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
Declaração de ciência e concordância com as condições do Aviso de Dispensa, do Termo de Referência e da futura contratação.
Declaração de ciência e concordância com a execução dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
Declaração de ciência e concordância com a execução presencial diária dos serviços.
Declaração de ciência e concordância com a carga horária mínima de 35 horas semanais.

Declaração de ciência de que é vedada a execução remota como forma ordinária de prestação dos serviços.
Declaração de que assume integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.
Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no Aviso de Dispensa e na Lei Federal nº 14.133/2021.
Declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão contratual, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.
Declaração de que o profissional indicado ficará à disposição da Administração durante a carga horária contratada.
Declaração de que o profissional indicado não será compartilhado com outros contratos durante o período de execução da carga horária contratada.
Declaração de que a contratada será responsável pela gestão, remuneração, substituição, encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais do profissional alocado.
Declaração de que aceita o controle de frequência do profissional por folha de ponto, registro de presença, relatório diário, relatório mensal ou outro instrumento definido pela fiscalização contratual.
Declaração de que eventuais ausências serão justificadas e que a contratada providenciará substituição ou compensação da carga horária, quando cabível.

DO JULGAMENTO

O julgamento das propostas observará o critério de **Menor Preço Global**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições e demais exigências estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.
A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
A proposta que não atender às especificações técnicas, apresentar preços incompatíveis com o mercado, contiver vícios insanáveis ou não observar as condições estabelecidas poderá ser desclassificada.
O fornecedor que deixar de apresentar documentação exigida ou não comprovar os requisitos necessários à contratação poderá ser inabilitado, observada a legislação aplicável.
jurídico e autorização da autoridade competente.

PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E ESCLARECIMENTOS

As propostas comerciais e os eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até às 23h59 do dia ***__14 de outubro de 2026__***, pelo e-mail __compras@montealegre.rn.gov.br__, ou protocolados presencialmente na Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN,** situada na Avenida João de Paiva, nº 15, Centro, CEP 59.182-000, no horário de funcionamento do órgão das 08:00 às 12:00 Horas e das 13:00 às 16:00 Horas.

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados preferencialmente pelo e-mail acima indicado, dentro do prazo estabelecido, para que possam ser analisados pela Administração.

LINK PNCP:
https://pncp.gov.br/app/ediatais/08365900000144/2026/25

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação neste procedimento implica ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Aviso e de seus anexos, quando houver.
Os casos omissos serão solucionados pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável e demais normas pertinentes.
O presente Aviso será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município, observando-se o prazo mínimo de **03 (três) dias úteis**, quando aplicável, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A apresentação de proposta não gera direito à contratação, ficando a eventual aquisição condicionada à conclusão do processo administrativo, à comprovação da vantajosidade, ao atendimento dos requisitos legais e à autorização da autoridade competente.
A Administração poderá, mediante decisão devidamente fundamentada e observada a legislação aplicável, deixar de realizar a contratação, caso não sejam atendidos os requisitos legais, administrativos, técnicos ou orçamentários necessários.
A eventual contratação decorrente deste procedimento será formalizada mediante instrumento adequado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Publique-se.

Monte Alegre/RN, em 08 de outubro de 2026.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação
Matrícula nº 000316

Publicado por:
Daiane Simões Araújo
Código Identificador:015728B7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.301 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o art. 81 da Lei Municipal nº 428, de 10 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor Estratégico e Participativo do Município de Monte Alegre/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e em cumprimento as disposições da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 81 da Lei Municipal nº 428, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81. Os pedidos de parcelamento do solo urbano, encaminhados para licenciamento, devem observar os seguintes parâmetros referentes à largura das vias:
I – vias locais – 12,00 m (doze metros);
II – vias coletoras – 17,00 m (dezessete metros);
III – vias estruturais – 25,00 m (vinte e cinco metros).
§ 1º Dependendo da localização da gleba que se pretende parcelar, o Poder Executivo fará análise quanto à necessidade de enquadramento das vias nas categorias de locais, coletoras e estruturais, com base no planejamento da estrutura viária existente ou no Plano de Desenvolvimento do Sistema Viário e Transporte Público.
§ 2º Excepcionalmente, nos empreendimentos de parcelamento do solo urbano destinados à implantação de programas habitacionais de interesse social promovidos ou reconhecidos pelo Poder Público, poderão ser admitidas vias locais com largura mínima de 9,00 m (nove metros), sendo 6,00 m (seis metros) destinados à faixa de rolamento e 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) destinados ao passeio público em cada lado, desde que observadas as exigências urbanísticas, ambientais, de mobilidade, acessibilidade, drenagem e infraestrutura previstas nesta Lei e na legislação aplicável.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Alegre/RN, 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Simões Araújo
Código Identificador:D3AFA708

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 311/2026

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EFETIVO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65 da lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **Hugo Leonardo de Lima Oliveira**, inscrito sob o CPF nº 017.***.***-08, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para exercer a função de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SMS do Município de Nísia Floresta/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 09 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:73D0F597

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 26/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 03 (TRÊS) TENDAS PIRAMIDAIS MODULARES, SENDO 02 (DUAS) COM MEDIDAS 4,00m X 4,00x, E 01 (UMA) COM MEDIDA DE 6,00m X 6,00m**, **DOTADAS DE COBERTURA PERSONALIZADAS EM LONA PVC COM BLACKOUT E ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, DESTINADAS AO ATENDIMENTO E SUPORTE LOGÍSTICO DAS AÇÕES CULTURAIS PERMANENTES, COORDENADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, COM CUSTEIO INTEGRAL VIA RECURSOS FEDERAIS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI FEDERAL Nº 14.399/2022).** O Agente de contratação do Município de Nísia Floresta, no uso de suas atribuições legais torna público que a empresa **FH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o **nº 64.689.468/0001-18**, foi a vencedora do presente certame. Valor Global de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Quaisquer informações a respeito do processo encontrasse a disposição dos interessados, através do https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/.

Nísia Floresta/RN, 28 de setembro de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:D78BD35C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 051001 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0923001/2026

PROCESSOADMINISTRATIVO Nº 0923001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051001
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OAgente de Contratação do município, designado pela Portaria nº 121/2026, em cumprimento à ratificação procedida pelo Excelentíssimo Senhor**ANTONIMAR AMORIM CARLOS**, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Contratante:MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN - CNPJ: 08.349.029/0001-95.

Contratado(a):62.940.730 RITONIO FERNANDES BARROS, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº 62.940.730/0001-20.

Objeto.....:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, REGISTRO FOTOGRÁFICO, CAPTAÇÃO, PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS, CRIAÇÃO E EDIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIGITAIS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL E AUDIOVISUAL DESTINADO À DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS, CAMPANHAS, COMUNICADOS E EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL PARA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.	12 MESES	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00

Valor.....:R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Fundamento Legal...: Art. 75, II, Lei 14.133/2021,Decreto Municipal nº 002/2023 e Decreto Federal nº 12.383/24.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ RONALDO DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:DEBA471F

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
DECRETO N° 041/2026, DE 09 OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 041/2026, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

"Reconhece despesa de natureza indenizatória decorrente de prestação excepcional de serviços, autoriza empenho e pagamento e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pela **Lei Orgânica do Município**,

CONSIDERANDO o encerramento da vigência **do Contrato Administrativo nº 2025021955,** ocorrido em **18 de fevereiro de 2026;**

Considerando que, em períodos anteriores, foi reconhecida pela Administração Municipal a necessidade de continuidade excepcional da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, diante da impossibilidade de interrupção desses serviços

essenciais enquanto pendente a conclusão do procedimento destinado à nova contratação;

CONSIDERANDO a instauração do **Processo Administrativo nº 0923002/2026**, destinado à formalização e instrução das providências administrativas referentes aos serviços executados, em caráter excepcional, pela empresa **CONSTRUTORA MINEIRO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 18.238.339/0001-96**, durante o mês de **setembro de 2026**;

CONSIDERANDO a manifestação da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e dos Transportes – SMIT**, por meio do **Memorando nº 115/2026, de 1º de outubro de 2026**, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, acerca da efetiva execução dos serviços de limpeza pública, coleta, transporte, manuseio e tratamento de resíduos sólidos urbanos durante o período de referência;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo destinado à realização da nova contratação, vinculado ao **Processo Administrativo nº 0120001/2026 – Concorrência nº 001/2026**, permanece em tramitação, encontrando-se, contudo, **suspenso cautelarmente em decorrência de processo judicial**, circunstância que impossibilitou a conclusão do procedimento licitatório e a formalização da nova contratação até o período de referência;

CONSIDERANDO que os serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos possuem natureza **essencial e contínua**, sendo indispensáveis à manutenção da saúde pública, da salubridade urbana, da preservação ambiental e do interesse coletivo, não admitindo solução de continuidade;

CONSIDERANDO que os serviços foram executados durante o período de **1º a 30 de setembro de 2026**, sem cobertura contratual, em caráter excepcional, temporário e precário, em razão da necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais e evitar prejuízos à Administração e à coletividade;

CONSIDERANDO que a empresa **CONSTRUTORA MINEIRO LTDA** já foi formalmente cientificada, em procedimentos administrativos anteriores relativos à execução excepcional dos mesmos serviços, acerca das condições excepcionais da prestação e da ausência de cobertura contratual, não havendo alteração substancial das condições anteriormente comunicadas que imponha a repetição de notificação de idêntico teor;

CONSIDERANDO a documentação juntada aos autos destinada à comprovação, medição e atesto dos serviços efetivamente executados durante o mês de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a manifestação jurídica constante dos autos quanto ao processamento administrativo da despesa decorrente dos serviços efetivamente prestados no período;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não pode se beneficiar de serviços efetivamente prestados sem a correspondente contraprestação financeira, sob pena de enriquecimento sem causa, sem prejuízo da necessária comprovação da execução e da observância das demais providências administrativas pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a **despesa de natureza indenizatória** decorrente da prestação excepcional dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizada pela empresa **CONSTRUTORA MINEIRO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 18.238.339/0001-96**, no período de **1º a 30 de setembro de 2026**, sem cobertura contratual, devidamente apurada no **Processo Administrativo nº 0923002/2026**, no valor total de **R$ 120.087,00 (cento e vinte mil e oitenta e sete reais)**.

Art. 2º Fica autorizada a emissão do respectivo **empenho e pagamento** da despesa reconhecida no artigo anterior, restrita aos custos efetivamente comprovados da execução dos serviços, utilizando-se recursos consignados no orçamento vigente, sob a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	2	Poder Executivo
Unid. Orçamentaria	2007	Secretaria Municipal de Infraestrutura e dos Transportes - SMIT
Elemento	33209300	Indenização e Restituição
Fonte	15000000	Recursos Não Vinculados De Imposto
SubElemento	33209301	Indenizações

Art. 3º Determina-se o encaminhamento dos autos ao setor contábil para adoção das providências legais cabíveis.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:2C056951

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0923001/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051001/2026

PROCESSOADMINISTRATIVO Nº 0923001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051001
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentadanoArt. 75, II, da Lei 14.133/2021, no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024eno Decreto Municipal nº 002/2023e suas alterações suas atualizações posteriores, para a contrataçãoda empresa **62.940.730 RITONIO FERNANDES BARROS**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº **62.940.730/0001-20**,cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, REGISTRO FOTOGRÁFICO, CAPTAÇÃO, PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS, CRIAÇÃO E EDIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIGITAIS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL E AUDIOVISUAL DESTINADO À DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS, CAMPANHAS, COMUNICADOS E EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN**, no valor valor mensal de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, perfazendo o valor global de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)** para o período de **12 (doze) meses.**

RATIFICO, conforme prescreve o art. 72 da lei 14.133 de 01 de abril de 2021, o Despachodo IlustríssimoSr. **JOSÉ RONALDO DE LIMA**, Agente de Contratação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato da dispensa de licitação

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal
CPF sob o nº 067.200.304-00

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:00E1A991

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 060, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos VI e IX do art. 57 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos arts. 177, inciso I, e 201 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 31 de dezembro de 2009, bem como os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026;

CONSIDERANDO as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante nomeada para atuar no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026;

CONSIDERANDO que restou comprovada a prática da infração disciplinar consubstanciada em ausências injustificadas ao serviço que ultrapassaram o limite legal estabelecido na legislação municipal, nos anos de 2023 e 2024, violando o dever funcional de assiduidade previsto no art. 160, I, da Lei Complementar Municipal nº 001/2009;

CONSIDERANDO que a aplicação da penalidade de demissão tem caráter vinculado, visto que decorre expressamente da norma legal constante no art. 173, inciso V, Lei Complementar Municipal nº 001/2009, inexistindo margem de discricionariedade ao gestor público para abrandar a sanção;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida em 09 de outubro de 2026 pelo Chefe do Poder Executivo Municipal nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º APLICAR a penalidade disciplinar de DEMISSÃO à servidora MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000208-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontóloga, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ouro Branco/RN, com fundamento no art. 173, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 001/2009.

Art. 2º Determinar a cessação imediata do pagamento da remuneração e o desligamento do cargo ocupado a contar da data de publicação desta Portaria, devendo o setor competente adotar as providências para anotação nos assentamentos funcionais e acerto das verbas eventualmente devidas.

Art. 3º A apuração dos valores a serem ressarcidos ao erário decorrentes das faltas injustificadas nos exercícios de 2023 e 2024 prosseguirá em procedimento administrativo próprio, na forma determinada na Decisão Administrativa do PAD nº 001/2026, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 09 de outubro de 2026.

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:47097340

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 054/2026/GP/PMP DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 054/2026/GP/PMP
DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contratos Administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paraú/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a Sra. ANTONIA DANIELE PEIXOTO SILVA, matrícula nº 264-3, para exercer a função de Gestora dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Designar o Sr. EDGAR XAVIER DA SILVA, matrícula nº 100597, para exercer a função de Fiscal dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2026.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 09 de outubro de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgley Xavier da Silva
Código Identificador:FBC1BA81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026
PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

EXCLUSIVE FITPLAY FITNESS E PLAYGROUNDS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.670.865/0001-75, com sede na Av. Heitor Lucatto, 750 – Bairro Jardim Galante – CEP: 15897-024 – Cedral/SP, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste

ato representada pelo(a) senhor(a) **Lucas Fernando Gasparini de Oliveira,** inscrito no CPF N° 374. ***. ***-40.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
015	0028544 - MULTI-ESTACAO CROSS OVER COM SMITH 170KG COM LINHA: AHEAD LITE MATERIAL: ALUMINIO, FERRO, ESPUMA E PVC, ESTRUTURA PRINCIPAL REFORCADA (50X70 CM) DESIGN MODERNO, PESO DO EQUIPAMENTO: 128KG, PESO MAXIMO DO USUARIO:170KG DIMENSOES MONTADO: 192X 167X 207CM E ESTRUTURA PRINCIPAL: 50X 70CM.	Uni	1	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00
				Total do vencedor:	**R$ 12.000,00**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:47DA49FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026
PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.281.458/0001-78, com sede na RUA OLIMPIO VIDAL TEIXEIRA 1150 / PROGRESSO / SAO BENTO DO SUL / SC / 89281-030, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **Glauber Eduardo de Souza Américo,** inscrito no CPF N° 022. ***. ***-70.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
010	0028539 - CAMERA DIGITAL COMPACTA COM SENSOR CMOS DE 16 MP, LENTE PERZOOM OPTICO 83X (24-2000 MM EQUIVALENTE) E ZOOM DIGITAL 4X.	Uni	1	R$ 5.559,00	R$ 5.559,00
011	0028540 - SMARTPHONES 256GB E 8GB RAM.	Uni	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
013	0028542 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA COLORIDA WI-FI, USB-ALTA ECONOMIA-COPIADORA E SCANNER.	Uni	1	R$ 950,00	R$ 950,00
017	0028546 - LUZ DE VIDEO PORTATIL RGB P40RGB 40W.	Uni	1	R$ 539,97	R$ 539,97
				Total do vencedor:	**R$ 9.898,97**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:45009CC5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026
PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

K J DE M ANDRADE LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 49.385.374/0001-61, com sede à Rua Coronel Gurgel, 168 – Sala 106 – Centro – Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte – CEP. 59.600-200, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **KATIA JEANE DE MEDEIROS ANDRADE,** inscrito no CPF N° 087. ***. ***-60.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
004	0028533 - CAMA DE SOLTEIRO.	Uni	5	R$ 592,50	R$ 2.962,50
006	0028535 - CADEIRAS EXECUTIVAS ERGONOMICA GIRATORIA COM BACK SYSTEM ECONSTO AJUSTAVEL, COM BRACO, COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, QUE GARANTE DURABILIDADE E NAO DEFORMA COM O USO CONTINUO POSSUI REGULAGEM DE ALTURA A GAS (MIN 41 CM / MAX 53 CM) PARA O ASSENTO E BRACOS FIXOS PARA APOIO SEGURO. BASE GIRATORIA ROBUSTA COM RODIZIOS, IDEAL PARA USO PROFISSIONAL INTENSO, SUPORTANDO O PESO E O MOVIMENTO DO DIA A DIA (CAPACIDADE SUGERIDA DE ATE 120 KG).	Uni	2	R$ 550,00	R$ 1.100,00
009	0028538 - BEBEDOURO INDUSTRIAL COM COLUNA 50L INOX RA05 220V.	Uni	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
012	0028541 - REFRIGERADOR DUPLEX 425 LITROS.	Uni	1	R$ 3.192,38	R$ 3.192,38
014	0028543 - CADEIRA ISO EM LONGARINA 3 LUGARES LINHA POLIPROPILENO ISO AZUL.		3	R$ 480,00	R$ 1.440,00
				Total do vencedor:	**R$ 10.794,88**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:1B600302

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026
PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

LAURA CRISTINA DALLAZEN INFORMATICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 55.417.815/0001-62, com sede à Rua 15 de novembro, centro, Aratiba/RS, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **Laura Cristina Dallazen,** inscrito no CPF N° 045. ***. ***-52.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
016	0028545 - BICICLETA SPINNING COM RODA DE INERCIA DE 13 KG MULLT X FITNESS BICICLETA BIKE ERGOMETRICA DE ACADEMIA PROFISSIONAL.	Uni	1	R$ 1.426,00	R$ 1.426,00
				Total do vencedor:	**R$ 1.426,00**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:5578F7B6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026
PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

MARIA DO SOCORRO DE MEDEIROS FREITAS, inscrito no CNPJ sob o n.º 31.618.876/0001-20, com sede à RUA JOAO SEVERINO FERREIRA, 14, Itabaiana/PB, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **Maria do Socorro de Medeiros Freitas,** inscrito no CPF N° 929. ***. ***-53.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
003	0028532 - SMART TV 55" UHD PROCESSADOR CRYSTAL 4K, BLUETOOTH DE AUDIO, WI-FI DIRECT, USB, HDMI, BORDAS INFINITAS E LIVRE DE CABOS, ACESSIBILIDADE.	Uni	1	R$ 2.672,50	R$ 2.672,50
				Total do vencedor:	**R$ 2.672,50**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:F61739E1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026
PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.653.978/0001-62, com sede à AV MUSICISTA SAMUEL SANDOVAL DA FONSECA, Vista Bela, Assu/RN, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **ANTONIO LUCAS RODRIGUES DE ARAUJO,** inscrito no CPF N° 072. ***. ***-81.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
007	0028536 - COLCHAO SOLTEIRO D22.	Uni	10	R$ 279,00	R$ 2.790,00
				Total do vencedor:	**R$ 2.790,00**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:57AA2631

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2025 PROCESSO N° 928/2025 INEXIGIBILIDADE 33/2025

EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2025
PROCESSO N° 928/2025
INEXIGIBILIDADE 33/2025

CONTRATADA: **DANILO BEZERRA ARAUJO**
CNPJ: 19.686.025/0001-19**.**
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão da prorrogação do prazo do contrato 32/2025, proveniente da inexigibilidade 33/2025, em 180 (cento e oitenta) dias, cujo objeto se refere a **"CONTRATAÇÃO PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA",** nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130 da Lei nº 14.133/2021.

Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 09/10/2026 até 09/04/2027

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:4489EB2A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PRIMEIRA DECISÃO - JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO CREDECIAMENTO Nº 11/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PLANEJADO SOB MEDIDA, BEM COM FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELEMENTOS COMPLEMENTARES, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DOS AMBIENTES DO CENTRO DE IMAGENS DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN.
PRIMEIRA DECISÃO - JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

I. DO PREÂMBULO

Em 09 de outubro de 2026, às 09h:00m, reuniram-se Maria das Vitórias Valentim de Azevedo (agente de contratação/pregoeira), Maria das vitórias de Mendonça (equipe de apoio); Juliana Cândido de Lima Chili (equipe de apoio), designadas pela Portaria nº 314/2026, para dar início à análise da documentação das empresas participantes do Credenciamento nº 011/2026, destinada a **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PLANEJADO SOB MEDIDA, BEM COM FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELEMENTOS COMPLEMENTARES, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DOS AMBIENTES DO CENTRO DE IMAGENS DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN.**
Registre-se que o presente procedimento foi regularmente instruído, tendo sido previamente submetido à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, que se manifestou favoravelmente quanto à regularidade do edital e ao prosseguimento do certame, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
II – DA DECISÃO
Considerando a documentação apresentada e protocolada por meio do Portal de Compras Públicas, conforme previsto no edital, e após análise realizada pelo setor de licitação, verifica-se que a empresa abaixo está habilitada, tendo atendido a todas as exigências estabelecidas.

FORNECEDORES PARTICIPANTES
LICITANTE
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / CPF
PLANEJADOS M. E. DECOART STUDIO DESING LTDA /CNPJ: 52.197.359/0001-02

A empresa acima identificada encontram-se apta ao credenciamento para prestação dos serviços objeto deste procedimento.
III – DO ENCAMINHAMENTO
Não havendo pendências na fase de habilitação e considerando a regular instrução processual, inclusive com a emissão de parecer jurídico favorável, encaminhem-se os autos à autoridade competente para apreciação e, entendendo conveniente e oportuno, adjudicação e homologação do presente procedimento, bem como adoção das demais providências necessárias à formalização do credenciamento.

Parelhas/RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Agente de Contratação

MARIA DAS VITÓRIAS DE MENDONÇA
Equipe de Apoio

JULIANA CÂNDIDO DE LIMA CHILI
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:33679168

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 41/2026

Processo Administrativo Nº 6887/2026
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, PREPARO, ACONDICIONAMENTO, TRANSPORTE E ENTREGA DE PIZZAS, DESTINADAS AOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARELHAS/RN, PARA REALIZAÇÃO DE AÇÃO INSTITUCIONAL EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS.
BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO o objeto da Dispensa nº 41/2026 em favor da empresa abaixo relacionada, por apresentar proposta compatível com as exigências do processo e mais vantajosa para a Administração, em favor da empresa relacionada a seguir:
J. P. ARAUJO FIDELES, CNPJ: 12.513.075/0001-55**,** saiu vencedora no item 01 e 02 totalizando o valor de R$ 15.450,00 (quinze mil quatrocentos e cinquenta).
HOMOLOGAÇÃO:

HOMOLOGO, pelo presente Termo, a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 72 da referida Lei, ficando a empresa acima citada convocada para formalização do respectivo instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação

Parelhas/RN, 09 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:C4C00B17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 6244/2026
CREDENCIAMENTO 10/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, EM REGIME DE PLANTÕES DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

ADJUDICAMOSpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, a licitação Credenciamento nº010/2026realizada em 08 de outubro de 2026, nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$ R$ 10.426.210,40, sendo vencedor a empresa relacionada a seguir:

HOMOLOGOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitaçãoCredenciamento nº 010/2026 realizada em 08 de outubro, Artigo 79, Inciso II da Lei nº 14.133 e alterações, em favor da empresa relacionada a seguir:
R L DA SILVA ROSAS- CNPJ: 19.434.565/0001-05, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10; totalizando o valor de **R$** R$ 10.426.210,40.
SERV SAUDE LTDA - CNPJ: 33.235.736/0001-06, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) :1, 5 e 7; totalizando o valor de R$ 2.834.942,10
A empresa acima citada está convocada, através de seu representante legal, para assinatura da ata de registro de preços, no prazo de 5

(cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 09 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:EBAD1A92

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 6642/2026
CREDENCIAMENTO 09/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.

ADJUDICAMOSpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, a licitação Credenciamento nº009/2026realizada em 08 de outubro de 2026, nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$ 10.740.577,00, sendo vencedor a empresa relacionada a seguir:

HOMOLOGOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitaçãoCredenciamento nº 009/2026 realizada em 08 de outubro, Artigo 79, Inciso II da Lei nº 14.133 e alterações, em favor da empresa relacionada a seguir:
R L DA SILVA ROSAS- CNPJ: 19.434.565/0001-05, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9; totalizando o valor de **R$ 10.740.577,00)**.
A empresa acima citada está convocada, através de seu representante legal, para assinatura da ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 09 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:718B078A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°322/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

PORTARIA n.°322/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO requerimento n.°41907/2026 apresentado pelo servidor (a), JOSENILDA CASSIANO DA SILVA BEZERRA matrícula n.°1212532 lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) JOSENILDA CASSIANO DA SILVA BEZERRA matrícula n.°1212532 o gozo de férias no período de 3/11/2026 A 2/12/2026, perfazendo um total de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei Complementar n°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 9 de outubro de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:273CE930

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): JOSÉ ANTÔNIO MACIEL MEDEIROS DA SILVA – CPF: ***.650.044-**
OBJETO: Prorrogação de prazo.
Vigência: Prorrogar por 03 (três) meses o prazo do contrato nº **107/2024.**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 107, 124 e 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Pedro Avelino–RN, 15 de setembro de 2026

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

JOSÉ ANTÔNIO MACIEL MEDEIROS DA SILVA
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:47D6F39C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): POLIANA DA COSTA MARTINS – CPF: ***.204.654-***
OBJETO: Prorrogação de prazo.
Vigência: Prorrogar por 03 (três) meses o prazo do contrato nº **121/2024.**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 107, 124 e 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Pedro Avelino–RN, 14 de setembro de 2026

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

POLIANA DA COSTA MARTINS
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:1C0D2730

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 555/2026 - EXONERAÇÃO A PEDIDO REPUBLICADO*

PORTARIA Nº 555/2026 – GP, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo efetivo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN, **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o requerimento administrativo apresentado pelo servidor,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, o servidor **CECIL VINIVICIUS OLIVAR OLIVEIRA GUERRA***, matrícula nº **7323***, ocupante do cargo efetivo de **Professor de História**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal efetivo do Município de Pedro Avelino/RN.

Art. 2º – Determinar ao Setor de Recursos Humanos que adote as providências administrativas necessárias ao desligamento funcional do servidor, observada a legislação municipal vigente.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

***REPUBLICADO**

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:2144782A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO (ERRATA) - PE SRP Nº 20260825001 – MEDICAMENTOS HOSPITALAR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20260825001
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260825001

A Prefeitura Municipal de Pilões/RN, por intermédio da Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a retificação** do Extrato do Termo de ADJUDICAÇÃO do Pregão Eletrônico SRP nº 20260825001, cujo objeto visa o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos médico-hospitalares, publicado no dia 17 de setembro de 2026, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (40274237000185) com os lotes: 25, 34, 43, 56, 72, 93 no valor total de R$ 19.539,90 (dezenove mil e quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 12, 15, 26, 29, 35, 36, 45, 47, 48, 57, 63, 66, 70, 76, 78, 80, 82 no valor total de R$ 84.210,50 (oitenta e quatro mil e duzentos e dez reais e cinquenta centavos).

Valor total: R$ 568.023,80 (quinhentos e seiscentos e oito mil e vinte e três reais e oitenta centavos).

LEIA-SE:

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (40274237000185) com os lotes: 25, 34, 43, 56, 72 no valor total de R$ 17.539,90 (dezessete mil e quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 12, 15, 26, 29, 35, 36, 45, 47, 48, 57, 63, 66, 70, 76, 78, 80, 82, 93 no valor total de R$ 94.010,50 (noventa e quatro mil e dez reais e cinquenta centavos).

Valor total adjudicado corrigido: R$ 575.823,80 (quinhentos e setenta e cinco mil e oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos).
Ficam ratificados e inalterados todos os demais termos, lotes, valores e condições estabelecidas no Extrato de adjudicação original publicado anteriormente.

Pilões - RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:A8914829

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO (ERRATA) - PE SRP Nº 20260903002 – INSUMOS HOSPITALAR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20260903002
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260903002

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Pilões/RN, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a retificação** do Extrato do Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico SRP nº 20260903002, cujo objeto visa o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, publicado no dia 23 de setembro de 2026, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 50, 53, 55, 58, 62, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 78, 90, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 112, 114, 135, 136, 137, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 no valor total de R$ 290.865,90 (duzentos e noventa mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos).

Valor total: R$ 525.233,14 (quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e trinta e três reais e quatorze centavos).

LEIA-SE:

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 50, 53, 55, 58, 62, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 78, 90, 92, 99, 100, 101, 108, 112, 114, 135, 136, 137, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 no valor total de R$ 288.785,90 (duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos).

Valor total adjudicado corrigido: R$ 523.153,14 (quinhentos e vinte e três mil e cento e vinte e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

Ficam ratificados, inalterados e plenamente válidos todos os demais lotes, valores e fornecedores citados no Extrato de Adjudicação original.

Pilões - RN, 9 de outubro de 2026.

PAULO GUEDES DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:4A37CAD8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO (ERRATA) - PE SRP Nº 20260825001 – MEDICAMENTOS HOSPITALAR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20260825001
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260825001

A Prefeitura Municipal de Pilões/RN, por intermédio da Prefeita Constitucional, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a retificação** do Extrato do Termo de Homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 20260825001, cujo objeto visa o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos médico-hospitalares, publicado no dia 17 de setembro de 2026, nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (40274237000185) com os lotes: 25, 34, 43, 56, 72, 93 no valor total de R$ 19.539,90 (dezenove mil e quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 12, 15, 26, 29, 35, 36, 45, 47, 48, 57, 63, 66, 70, 76, 78, 80, 82 no valor total de R$ 84.210,50 (oitenta e quatro mil e duzentos e dez reais e cinquenta centavos).

Valor total: R$ 568.023,80 (quinhentos e seiscentos e oito mil e vinte e três reais e oitenta centavos).

LEIA-SE:

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (40274237000185) com os lotes: 25, 34, 43, 56, 72 no valor total de R$ 17.539,90 (dezessete mil e quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 12, 15, 26, 29, 35, 36, 45, 47, 48, 57, 63, 66, 70, 76, 78, 80, 82, 93 no valor total de R$ 94.010,50 (noventa e quatro mil e dez reais e cinquenta centavos).

Valor total homologado corrigido: R$ 575.823,80 (quinhentos e setenta e cinco mil e oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos).
Ficam ratificados e inalterados todos os demais termos, lotes, valores e condições estabelecidas no Extrato de Homologação original publicado anteriormente.

Pilões - RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:17AB918C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO (ERRATA) - PE SRP Nº 20260903002 – INSUMOS HOSPITALAR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20260903002
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260903002

A Prefeita Constitucional, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a retificação** do Extrato do Termo de `Homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 20260903002, cujo objeto visa o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, publicado no dia 23 de setembro de 2026, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 50, 53, 55, 58, 62, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 78, 90, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 112, 114, 135, 136, 137, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 no valor total de R$ 290.865,90 (duzentos e noventa mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos).

Valor total: R$ 525.233,14 (quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e trinta e três reais e quatorze centavos).

LEIA-SE:

WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (44554219000108) com os lotes: 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 50, 53, 55, 58, 62, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 78, 90, 92, 99, 100, 101, 108, 112, 114, 135, 136, 137, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 no valor total de R$ 288.785,90 (duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos).

Valor total homologado corrigido: R$ 523.153,14 (quinhentos e vinte e três mil e cento e vinte e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

Ficam ratificados, inalterados e plenamente válidos todos os demais lotes, valores e fornecedores citados no Extrato de Homologação original.

Pilões - RN, 9 de outubro de 2026.

PAULO GUEDES DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:E7725B56

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 908, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 908, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Francisco Rodrigues Neto Marques da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-60, matrícula funcional nº **905**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **06 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:27B2C8F8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 909, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 909, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Audemir do Nascimento Dias**, inscrito no CPF sob o nº 055.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº **873**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **07 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B0D0A8B8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 910, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 910, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Jose de Oliveira Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 012.XXX.XXX-85, matrícula funcional nº **689**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **05 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:50E5419A

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 911, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 911, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **05 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:F8428E24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 912, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 912, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Jefferson Luiz Leite Silva**, inscrito no CPF sob o nº 095.XXX.XXX-96, matrícula funcional nº **847**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **05 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:3520E880

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 913, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 913, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **05 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir servidores públicos para participar de evento Encontro Selo UNICEF.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:F401EA13

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 914, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 914, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **06 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:60DC4490

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 915, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 915, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **07 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:2C9DB5BF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 916, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 916, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **06 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:253CC7B9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 917, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 917, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **06 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:F21DC1B7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 918, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 918, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **02 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:239F92E8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 919, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 919, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Alexandria/RN**, no período de **07 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:70A1072F

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 920, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 920, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **01 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:130A99C6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 921, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 921, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **05 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:BE3BB344

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SMED
EDITAL 003-26 PNAB RESULTADO

EDITAL Nº 003/2026 – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB
(EDITAL DE PREMIAÇÃO)

RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL

A Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, através da Comissão de Seleção, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
01 – Divulgar o Resultado Final da Etapa de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 003/2026, após a análise dos documentos apresentados pelos agentes culturais.
02 - Todos os agentes culturais convocados apresentaram a documentação exigida para a fase de habilitação e foram considerados HABILITADOS.
03 - Nos termos do item 8.4.3 do Edital nº 003/2026, fica dispensada a abertura de prazo recursal da etapa de habilitação, considerando que todos os agentes culturais convocados foram habilitados, não havendo candidato inabilitado e nem alteração prejudicial a ordem de classificação.
04 - Compreende-se como CONTEMPLADO(A) o agente cultural selecionado na etapa de mérito cultural, devidamente habilitado nesta etapa e incluído dentro da quantidade de vagas disponíveis no Edital.
05 - Os agentes culturais contemplados ficam convocados para assinatura do Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo V do Edital nº 003/2026, no prazo de **13/10/2026 e 14/10/2026** na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
06 - O pagamento do prêmio ficará condicionado à assinatura do Termo de Premiação Cultural, à conferência dos dados bancários e ao cumprimento das demais regras previstas no Edital. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas por meio do e-mail culturaportalegre3@gmail.com ou presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, em horário de expediente.

Portalegre/RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA
Secretária Mun. de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

EDITAL Nº 003/2026 – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB
(EDITAL DE PREMIAÇÃO)

RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL

CATEGORIA: ARTESANATO				
Nº	**NOME**	**CPF**	**COTA**	**SITUAÇÃO**
01	Irene Fernandes de Araújo Paiva	156.xxx.xxx-15	AC	**CONTEMPLADA**
02	Maria da Conceição Queiroz Santos	023.xxx.xxx-28	AC	**CONTEMPLADA**
03	Rosângela Matos Moura de Lima	928.xxx.xxx-15	AC	**CONTEMPLADA**
04	Cicero Francisco de Lima	871.xxx.xxx-72	PN	**CONTEMPLADO**
05	Maria Izabela Silva Nunes	130.xxx.xxx-27	AC	**CONTEMPLADA**

CATEGORIA: AUDIOVISUAL				
Nº	**NOME**	**CPF**	**COTA**	**SITUAÇÃO**
01	Alana Shirley Fonseca Silva	016.xxx.xxx-65	AC	**CONTEMPLADA**

CATEGORIA: MÚSICA				
Nº	**NOME**	**CPF**	**COTA**	**SITUAÇÃO**
01	Erica Rafaela Calixto	130.xxx.xxx-12	AC	**CONTEMPLADA**

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:DD6556A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
053 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1215 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1216 , DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância
de R$215.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 215.000,00
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

259 12.365.0026.2200.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL 5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 550 0000
550 Transferência do Salário-Educação
120 000 Transferência do Salário-Educação

358 28.843.0029.1077.0000 OPERAÇÕES ESPECIAIS 200.000,00
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 15 00 SEC. MUN. DE AGRICULTURA - SEMA

855 20.544.0008.1084.0000 GESTÃO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 02 00 SEC MUN DE ADM.E RECURSOS HUMANOS-SEMARH
50 04.122.0002.2003.0000 GESTÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA -15.000,00
3.3.90.40.00 Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
202 12.361.0025.2315.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -14.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 569 0000
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
124 000 Outras Transferências de Recursos do FND

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
254 12.365.0026.2196.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 571 0000
571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
520 000 Outras Transferências de Convênios ou Co

353 27.812.0009.1099.0000 GESTÃO DO DESPORTO MUNICIPAL -10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 07 00 SEC MUN TRABALHO HABITACAO E ASS SOCIAL-SMTHAS
608 08.243.0014.2311.0000 GESTÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL -5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 08 00 ASSESSORIA JURIDICA - ASSEJU
761 02.061.0020.2131.0000 GESTÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL -18.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 09 01 GERENCIA DE OBRAS E URBANISMO
794 15.451.0007.1003.0000 GESTAO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE -14.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 15 00 SEC. MUN. DE AGRICULTURA - SEMA
847 15.451.0030.1253.0000 INVESTIMENTO EM MOBILIDADE E ABASTECIMENTO NA ZONA R -9.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 706 3110
706 Transferência Especial da União
510 000 Outras Transferências de Convênios ou Co

90 99 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
869 99.999.9999.9999.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA -80.000,00
9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

-215.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:256423ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº. 20260128

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVON.° 202601028
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. DISP 202601028
ASSUNTO: Contratação de empresa para serviços de desinsetização (dedetização) , desratização, sanitização e higiene de ambientes com o controle de cupins em solo e madeira, desalojando passaros e morcegos.

TERMO DE RATIFICAÇÃO:

1. De acordo.
2. Diante da Análise Técnica da Assessoria Jurídica e bem como a análise e o encaminhamento da douta Comissão de Contratação desta Unidade Gestora, insertos nos presentes autos às fls., DETERMINO a contratação, com dispensa de licitação na forma do Lei 14.133/2021, Art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/21, de F J DE SENA ARAUJO no valor total de R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/fisicas sob o **F J DE SENA ARAUJO** - CNPJ: 23.614.574/0001-55 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3164, 3165, 3166, 3167; totalizando o valor de **R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)**, para atender ao objeto inserto na minuta do contrato administrativo colacionado nos autos.
3. Em respeito ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021,**RATIFICO**a presente dispensa de licitação, realizada notadamente com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, II, da referida lei, por enquadrar-se no limite ali estabelecido e, em consequência, determino à Prefeitura Municipal que emitia Nota de Empenho em favor da supracitada empresa, no valor consignado na respectiva proposta de preços.
4. Após, remetam-se os presentes autos à Prefeitura Municipal origem para que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho nos locais de costume.

Rafael Godeiro/RN,08 de outubro de 2026 .

LUDMILA CARLOS A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:187953B1

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº. 20260129

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVON.° 20260129
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. DISP 20260129
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de parques infantis para atender as necessidades deste municipio

TERMO DE RATIFICAÇÃO:

1. De acordo.
2. Diante da Análise Técnica da Assessoria Jurídica e bem como a análise e o encaminhamento da douta Comissão de Contratação desta Unidade Gestora, insertos nos presentes autos às fls., DETERMINO a contratação, com dispensa de licitação na forma do Lei 14.133/2021, Art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/21, de FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA no valor total de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/fisicas sob o **FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA** - CNPJ: 11.590.017/0001-62 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3168, 3169, 3170; totalizando o valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, para atender ao objeto inserto na minuta do contrato administrativo colacionado nos autos.
3. Em respeito ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021,**RATIFICO**a presente dispensa de licitação, realizada notadamente com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, II, da referida lei, por enquadrar-se no limite ali estabelecido e, em consequência, determino à Prefeitura Municipal que emitia Nota de Empenho em favor da supracitada empresa, no valor consignado na respectiva proposta de preços.
4. Após, remetam-se os presentes autos à Prefeitura Municipal origem para que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho nos locais de costume.

Rafael Godeiro/RN, 08 de outubro de 2026 .

LUDMILA CARLOS A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:7863EF02

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N°078/2026

Riacho da Cruz – RN, 09 de outubro de 2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e das que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei municipal 438/2020.
R E S O L V E:
Artigo 1° - Nomear, os membros titulares e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, obedecendo à indicação das suas respectivas representações permanecendo com a seguinte composição:
I – DO GOVERNO MUNICIPAL:
Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Família:
Titular: Kalianna da Silva Pereira
Suplente: Isabela Suanny de Oliveira

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Juventude:
Titular: Policarpo Gomes de Paiva
Suplente: Bruna Gabriela Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:
Titular: Ana Clara Soares de Paiva
Suplente: Roberta da Costa Fernandes

Representantes da Secretaria Municipal de Administração:
Titular: Nadja Caroline Melo de Paiva Rêgo
Suplente: Davi Evaristo de Paiva

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Miguel Carlos de Lucena
Suplente: Victor Ramon Nunes

II – DA SOCIEDADE CIVIL:
Representantes dos Trabalhadores SUAS:
Titular: Bruna Beatriz Azevedo da Silva
Suplente: Maurilene Miguel de Azevedo

Representantes dos Usuários SUAS – Beneficiários PBF:
Titular: Francisca Daniela Nogueira

Suplente: Rafaela Andréa Ferrada Flores

Representantes dos Usuários SUAS – SCFV:
Titular: Alaíde Pereira de Meneses Silvano
Suplente: Zenilda Andrade Arruda

Representantes do Sindicato e Entidades dos Trabalhadores Rurais:
Titular: João Paulo Costa Paiva
Suplente: Andreia Evarista de Souza

Representantes da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Riacho da Cruz – ADECOR:
Titular: Francisco Junior Pereira de Lima
Suplente: Lidiana Mildredy da Costa

Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaella Alexandre Cavalcante
Código Identificador:EB888B1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N°. 079/2026-PMRC RIACHO DA CRUZ/RN, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor **ANTONIO CLÓVIS DA SILVA**, requerendo a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade;

CONSIDERANDO que o servidor tem o direito ao gozo de licenças prêmios, por força do disposto no art. 95 da LC nº. 001/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, **ANTONIO CLÓVIS DA SILVA**, titular do cargo de provento efetivo de **GARI**, 40 horas semanais, matrícula nº **120054-2,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Riacho da Cruz/RN. O gozo de Licença Prêmio referente ao quinquênio de 01/08/2021 a 01/08/2026, será usufruído no período de **01/10/2026 a 29/12/2026**, nos termos dos art. 88, IV e 95 da LC nº. 001/1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

Riacho da Cruz/RN, 09 de outubro de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Ercilia Guedes Rego Santos
Código Identificador:0DCFDE30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR COMO PONTO FOCAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2026 - SME

Dispõe sobre a designação de servidor para atuar como Ponto Focal da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIACHO DE SANTANA-RN**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
CONSIDERANDO o direito à educação assegurado pela Constituição Federal e o regime de colaboração entre os entes federativos;
CONSIDERANDO as diretrize estabelecidas pela Lei nº 15.388/2026 (Plano Nacional de Educação), com foco na garantia da alfabetização de crianças na idade certa;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – PRÓ- ALFA, e consolidada com a Lei Estadual nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, fica instituída a Política Municipal de Alfabetização tendo como objetivo instituir programas, projetos e ações para fomentar a alfabetização de crianças no território potiguar;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela **Lei Municipal nº 444/2026 (**institui a Política de Alfabetização de Crianças na Rede Pública de Ensino do Município de Riacho de Santana/RN e dá outras providências.)
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, monitoramento e articulação das ações e programas voltados à melhoria dos índices de alfabetização no território municipal;
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR o(a) servidora **CLEDIANA GALDINA DA SILVA**, ocupante do cargo de **Professora do AEE** para atuar como **Ponto Focal** da Política de Alfabetização neste Município.
Art. 2º Competirá ao Ponto Focal designado:

I - Estabelecer o canal de interlocução e comunicação oficial entre a Secretaria Municipal de Educação, o comitê estadual e as instâncias federais de monitoramento da alfabetização.
II - Coordenar o planejamento, o preenchimento de dados e o acompanhamento dos Planos de Trabalho e metas pactuadas.
III - Mobilizar a equipe pedagógica e as unidades escolares para a implementação das ações formativas e de avaliação diagnóstica.
IV - Monitorar de forma contínua a execução das ações previstas e reportar os relatórios técnicos à gestão escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Riacho de Santana/RN, 09 de outubro de 2026

MARIA LIDUINA VIANA DO NASCIMENTO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Heloisa Soares Caje
Código Identificador:663CCE4B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

GABINETE DO(A) PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1017/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito EspeciaiL por Excesso de Arrecadação, considerando-se a Tendência do Exercício, até o limite de R$ 445.500,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS), na Lei no Orçamento Programa de 2026, nos termos do exposto nos § 3º e 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente das transferências compulsórias constitucionais federais e estaduais, assim como os impostos, taxas e contribuições municipais que se enquadram na fonte de recurso, e da metodologia de cálculo por Fonte de Recurso e Estimativa por Receitas Arrecadadas por Fonte de Recurso, neste caso específico, Transferência especial referente a emenda 202542760013-ROGERIO MARINHO ao ente 08153819000109, FONTE STN 16003110.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a majorar o valor do Crédito Adicional Especial aberto por excesso de arrecadação, de acordo com o rendimento líquido efetivamente auferido pela aplicação financeira da conta bancária específica vinculada ao crédito.

a)O reajuste de que trata o*caput*será proporcional aos valores rendidos pela conta específica, apurados mediante demonstrativo financeiro e extrato bancário.

b)A majoração dependerá de prévia manifestação da Secretaria de Fazenda e da Controladoria, que atestarão a origem e o montante do rendimento auferido.

c)O reajuste será formalizado por decreto do Poder Executivo, observado o limite do excesso de arrecadação acrescido dos rendimentos comprovadamente auferidos.

Art. 2º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no § único do artigo 1º, conforme § 1º e do artigo 43 da Lei 4.320/64 Inciso II, os resultantes do Excesso de Arrecadação por fonte de recursos.

§1º - Para finalidade, ficam alterados os anexos conforme a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, adicionando valor as despesas a seguir detalhadas:

Unidade gestora: 3 - Fundo Mun de Saude de Rodolfo Fernandes

Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes

Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 17 - Atenção Primária na Saúde Sustentável

Ação: 1.146 - Transferencia especial referente a emenda 202542760013-ROGERIO MARINHO

Despesa: 3086 - 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de recurso: 16003110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais

Valor: 445.500,00

Total de despesas acrescidas: R$ 445.500,00

Art. 3º - A presente lei tem suporte legal no Artigo 41, inciso II, artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 4º - Fica ainda autorizado à alteração das despesas constante na programação orçamentária citadas nos artigos anteriores, na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2026 e Lei Municipal do Plano Plurianual - PPA, período de 2026 a 2029

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:06DBD046

GABINETE DO(A) PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1018/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal Integrada da Primeira Infância no Município de Rodolfo Fernandes/RN e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal Integrada da Primeira Infância – PMIPI, no âmbito do Município de Rodolfo Fernandes/RN.

Parágrafo único. A PMIPI tem como finalidade estabelecer coordenação intersetorial e integrada das políticas setoriais destinadas à criança na primeira infância, em articulação com a União, o Estado do Rio Grande do Norte e os demais Municípios, em consonância com a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI), instituída pelo Decreto Federal nº 12.574, de 5 de agosto de 2025, e com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016).

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 3º São diretrizes da PMIPI:

I – o interesse superior da criança e sua condição de cidadã e sujeito de direitos;

II – o desenvolvimento integral das crianças;

III – o respeito à individualidade e à diversidade das crianças, considerados seus contextos sociais e culturais;

IV – a redução das desigualdades no acesso a bens e serviços públicos que atendam aos direitos das crianças na primeira infância e de suas famílias;

V – a priorização de ações destinadas às crianças com deficiência ou cujas famílias se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade social;

VI – a abordagem participativa no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços públicos;

VII – a intersetorialidade e a integração de políticas públicas das áreas da saúde, da educação, da assistência social, da cultura, dos direitos humanos, da justiça, da habitação, da igualdade racial, entre outras;

VIII – a articulação em âmbito municipal e em regime de colaboração com os demais entes federativos;

IX – a proteção integral das crianças, garantidos o direito à vida, ao cuidado, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

X – a igualdade de oportunidades, a promoção da equidade e o enfrentamento das diversas formas de discriminação;

XI – o acesso das famílias com crianças na primeira infância às políticas públicas de transferência de renda, em articulação com as demais políticas;

XII – a simultaneidade na oferta dos serviços para crianças na primeira infância e seus cuidadores, reconhecida a relação de interdependência entre ambos, nos termos da Lei Federal nº 15.069/2024 (Política Nacional de Cuidados);

XIII – o fortalecimento do planejamento, do monitoramento e da avaliação como ferramentas centrais para a execução e o aprimoramento contínuo da PMIPI;

XIV – a garantia de acessibilidade plena em todas as políticas públicas destinadas às crianças na primeira infância; e

XV – a territorialização e a descentralização dos serviços públicos ofertados, considerados os interesses das crianças na primeira infância e de seus cuidadores.

Art. 4º São objetivos da PMIPI:

I – garantir a absoluta prioridade das crianças ao acesso a direitos e políticas públicas, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II – garantir o direito ao cuidado às crianças na primeira infância sob a perspectiva integral e integrada de políticas públicas que reconheçam a interdependência da relação entre as crianças e seus cuidadores;

III – fortalecer, ampliar e qualificar o acesso a bens e serviços públicos para as crianças na primeira infância e para seus cuidadores;

IV – promover a integração das políticas públicas setoriais relativas à primeira infância;
V – coletar, integrar gradualmente e manter atualizados os dados e as informações das políticas públicas setoriais relativas à criança e a seus responsáveis legais; e
VI – fortalecer a comunicação do Poder Público com famílias e responsáveis legais para prestar esclarecimentos sobre direitos e divulgar informações destinadas ao desenvolvimento de crianças na primeira infância.
Art. 5º São eixos estruturantes da PMIPI:
I – **Viver com Direitos** – garantia da proteção e da defesa dos direitos das crianças contra o abuso, o racismo e as diversas formas de discriminação e violência;
II – **Viver com Educação** – garantia de acesso e permanência na educação infantil de qualidade, com aprendizagem e desenvolvimento integral;
III – **Viver com Saúde** – garantia ao cuidado integral à saúde;
IV – **Viver com Dignidade** – garantia ao cuidado, à proteção e à assistência social; e
V – **Integração de Informações e Comunicação com as Famílias** – criação de condições para a oferta de serviços públicos integrados e de comunicação do Poder Público com famílias e responsáveis legais.
Art. 6º A implementação da PMIPI obedecerá ao Plano Municipal pela Primeira Infância, com período de vigência quadrienal, a ser elaborado de forma intersetorial e participativa, envolvendo as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, e demais órgãos competentes, além da sociedade civil organizada.
§ 1º O Plano Municipal pela Primeira Infância deverá conter, no mínimo:
I – diagnóstico da situação da primeira infância no Município;
II – diretrizes, objetivos, metas e indicadores para cada eixo estruturante;
III – ações intersetoriais a serem desenvolvidas;
IV – previsão de recursos orçamentários e financeiros; e
V – mecanismos de monitoramento e avaliação.
§ 2º O primeiro Plano Municipal pela Primeira Infância deverá ser elaborado e publicado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação desta Lei.
Art. 7º Fica instituída a Estratégia de Monitoramento e Avaliação da PMIPI, com os objetivos de:
I – assegurar o monitoramento e a avaliação da execução das ações e dos resultados alcançados na implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância; e
II – assegurar a definição de métricas e a consolidação de indicadores para mensurar a evolução dos padrões de desenvolvimento integral da criança na primeira infância.
Parágrafo único. O monitoramento e a avaliação de que trata o caput serão realizados por meio da definição de indicadores, coordenação da coleta, sistematização e divulgação de informações periódicas, e consolidação de relatórios, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
Art. 8º A governança da PMIPI será exercida por instância intersetorial de coordenação e pactuação, a ser definida em ato do Poder Executivo, com os seguintes objetivos:
I – articular e coordenar a integração de políticas públicas setoriais destinadas à garantia dos direitos das crianças na primeira infância;
II – promover a articulação com os demais entes federativos para a implementação da PMIPI;
III – coordenar a integração de dados sobre a primeira infância e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para a comunicação com as famílias; e
IV – coordenar a Estratégia de Monitoramento e Avaliação da PMIPI.
Art. 9º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:6A5FB865

GABINETE DO(A) PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1019/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Rodolfo Fernandes/RN e dá outras providências**.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Rodolfo Fernandes/RN, que deverá observar os princípios, diretrizes, objetivos e demais normas constantes nesta Lei, em conformidade com a Lei Federal nº 14.640/2023 (Programa Escola em Tempo Integral) e com as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral (Resolução CNE/CEB nº 7/2025).

Art. 2º Para os fins dispostos nesta Lei, considera-se:
I - Educação Integral: concepção de educação que assume o compromisso com o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política, a partir da integração entre diferentes espaços, tempos educativos e experiências formativas.
II - Educação em Tempo Integral: modalidade de oferta educacional caracterizada pela ampliação da jornada escolar para, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos não sobrepostos, durante todo o período letivo, com currículo integrador e intencionalidade pedagógica.
III - Escola de Tempo Integral: unidade escolar que oferta todas as suas matrículas e turmas em jornada ampliada de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais.
IV - Escola Mista: unidade escolar que oferta parte de suas turmas em jornada ampliada e parte em jornada parcial.
V - Desenvolvimento Integral: processo contínuo e singular de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política do sujeito.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Art. 3º A Política Municipal de Educação em Tempo Integral observará os seguintes princípios:
I - A centralidade do direito à educação, da qualidade, da equidade, da inclusão e da aprendizagem;
II - A promoção e defesa dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social;
III - a justiça curricular, com valorização das identidades étnico-raciais, culturais, territoriais, de gênero, geracionais e de deficiência;
IV - A corresponsabilidade entre o Município, o Estado e a União na oferta da Educação em Tempo Integral;
V - A articulação intersetorial com políticas públicas de saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e direitos da criança e do adolescente;
VI - A promoção da sustentabilidade socioambiental e da justiça climática;
VII - a valorização da pluralidade cultural e linguística, com atenção à educação escolar indígena, quilombola, do campo, especial e bilíngue de surdos;
VIII - a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e interdisciplinares que garantam o desenvolvimento integral dos educandos;
IX - A gestão democrática e participativa da escola e do território educativo.
Art. 4º São diretrizes da Política Municipal de Educação em Tempo Integral:

I - Articulação dos conteúdos curriculares com diferentes campos do conhecimento e práticas socioculturais;
II - Integração entre as políticas educacionais e as políticas sociais e de saúde, com a participação da comunidade escolar;
III - afirmação da cultura da paz por meio de diferentes atividades formativas;
IV - Desenvolvimento de habilidades e competências emocionais, sociais, artísticas, físicas e culturais;
V - Desenvolvimento de práticas pedagógicas curriculares e de gestão diferenciadas, que oportunizem novas situações de aprendizagem;
VI - Desenvolvimento de atitudes que privilegiem os pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser;
VII - integração das unidades de ensino com outras instituições municipais, regionais ou estaduais;
VIII - participação de outros profissionais e atores sociais para atuarem nas unidades de ensino, contribuindo para educar integralmente.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS
Art. 5º A Política Municipal de Educação em Tempo Integral tem por objetivos:
I - Ampliar as oportunidades de aprendizagem de crianças e estudantes, assegurando currículo municipal que trate de modo integrado sua formação;
II - Promover o desenvolvimento integral de crianças e estudantes em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, por meio da oferta de atividades e projetos pedagógicos articulados em dois turnos, incluindo alimentação, higienização e atividades extracurriculares;
III - oferecer atividades e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;
IV - Promover a efetivação de um currículo escolar articulado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do país;
V - Propiciar o desenvolvimento de metodologias ativas e inovadoras que enfatizem o protagonismo de crianças e estudantes, despertando ou potencializando sua criatividade e envolvimento direto, participativo e reflexivo;
VI - Ampliar as possibilidades de alfabetização e letramento de crianças e estudantes da rede municipal de ensino;
VII - realizar ações educativo-pedagógicas que promovam o protagonismo infanto-juvenil e a formação crítico-social, a partir do contato com diversos espaços da comunidade local e de outros Municípios enquanto ambientes educativos;
VIII - contribuir para a redução da infrequência, evasão escolar e retenção mediante a implementação de ações pedagógicas para a melhoria do desempenho de estudantes, visando o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV
DA JORNADA ESCOLAR E DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
Art. 6º A jornada escolar da Educação em Tempo Integral deverá ter carga horária diária mínima de 7 (sete) horas ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, assegurando sua oferta de forma regular e permanente, em consonância com a etapa e modalidade da Educação Básica atendida.
§ 1º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos dedicados à alimentação, à higiene, à socialização e à convivência, assegurando intencionalidade pedagógica, infraestrutura e acompanhamento por profissionais qualificados.
§ 2º Os tempos de descanso, deslocamento interno, acolhimento e transição entre atividades devem ser planejados como parte da rotina escolar, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, especialmente dos bebês e das crianças pequenas.
Art. 7º A organização curricular da Educação em Tempo Integral deverá:
I - Integrar as áreas do conhecimento previstas na BNCC com atividades culturais, esportivas, artísticas, tecnológicas e de convivência;
II - Contemplar a educação ambiental, a educação para os direitos humanos, a educação financeira e a educação para o consumo consciente como temas transversais;
III - prever momentos de estudo, pesquisa, leitura, produção e socialização de conhecimentos;
IV - Assegurar a articulação entre teoria e prática, valorizando a experiência e os saberes prévios dos estudantes;
V - Promover a integração entre a escola e a comunidade por meio de projetos de intervenção social e cultural.

CAPÍTULO V
DAS FORMAS DE OFERTA E DA IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA
Art. 8º No exercício de sua autonomia, o Município poderá estruturar o atendimento da Educação em Tempo Integral articulando uma ou mais das seguintes formas de oferta:
I - Escolas exclusivas de tempo integral;
II - Escolas mistas;
III - turmas de tempo integral em escolas de tempo parcial.
Art. 9º A implantação da Educação em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Rodolfo Fernandes/RN ocorrerá de forma progressiva e processual, observando:
I - A disponibilidade de infraestrutura adequada e recursos financeiros suficientes;
II - O diagnóstico da demanda e das potencialidades de cada comunidade escolar;
III - a priorização de áreas com maior vulnerabilidade social e educacional;
IV - A consulta prévia à comunidade escolar e ao Conselho Municipal de Educação.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação elaborará plano de implantação progressiva, com metas anuais de expansão de matrículas e turmas, a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e revisado anualmente.

CAPÍTULO VI
DO PÚBLICO-ALVO E DA PRIORIZAÇÃO
Art. 10 O público-alvo da Educação em Tempo Integral abrange crianças, adolescentes e jovens matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.
Art. 11 Na implantação e expansão da Educação em Tempo Integral, serão priorizados:
I - Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
II - Estudantes beneficiários de programas de transferência de renda;
III - estudantes residentes em áreas periféricas e rurais;
IV - Estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
V - Estudantes com histórico de infrequência, reprovação ou distorção idade-série.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO, FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Art. 12 A gestão da Educação em Tempo Integral será pautada pela gestão democrática, com a participação efetiva da comunidade escolar, do Conselho Municipal de Educação e dos conselhos escolares.
Art. 13 O Município promoverá a formação inicial e continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação em Tempo Integral, com foco em:
I - Metodologias ativas e inovadoras;
II - Educação integral e desenvolvimento humano;
III - práticas de convivência, resolução de conflitos e cultura da paz;
IV - Integração curricular e trabalho por projetos;
V - Avaliação formativa e acompanhamento individualizado dos estudantes.
Art. 14 A Secretaria Municipal de Educação assegurará condições adequadas de trabalho, infraestrutura e recursos didáticos aos profissionais que atuam na Educação em Tempo Integral.

CAPÍTULO VIII
DO FINANCIAMENTO E DAS FONTES DE RECURSOS
Art. 15 A Política Municipal de Educação em Tempo Integral será financiada com recursos:
I - Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

II - Das dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal e seus créditos adicionais;
III - de transferências da União e do Estado destinadas à educação;
IV - De emendas parlamentares;
V - De convênios e parcerias com instituições públicas e privadas;
VI - De outras fontes previstas na legislação.
Art. 16 O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município contemplarão as dotações necessárias à implementação da Educação em Tempo Integral.

CAPÍTULO IX
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL
Art. 17 A implementação da Educação em Tempo Integral contará com a articulação intersetorial entre as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura, Meio Ambiente e demais órgãos e entidades cujas políticas contribuam para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.
Art. 18 O Município poderá firmar convênios, termos de cooperação e parcerias com instituições de ensino superior, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e empresas, para o desenvolvimento de atividades complementares na Educação em Tempo Integral.

CAPÍTULO X
DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
Art. 19 O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, deverá manter atualizado sistema de informações gerenciais que permita o monitoramento e a avaliação da Educação em Tempo Integral, abrangendo:
I - A evolução da oferta de matrículas e turmas;
II - A infraestrutura das unidades escolares;
III - a formação e a valorização dos profissionais da educação;
IV - Os indicadores de desempenho, permanência e aprendizagem dos estudantes;
V - Os resultados de avaliações internas e externas.
Art. 20 O Poder Executivo promoverá, em conjunto com representantes de organizações da sociedade civil e a Câmara Municipal, mecanismos para a participação da sociedade no monitoramento e na avaliação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, bem como a apresentação dos resultados em audiência pública a ser realizada anualmente.
Art. 21 A Secretaria Municipal de Educação garantirá a publicidade e o acesso, pela Internet, às informações relativas ao processo de monitoramento e avaliação da Educação em Tempo Integral.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 22 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.
Art. 23 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 24 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 25 Revogadas as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, em 09 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:926DE005

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO RESULTADO PRELIMINAR DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DO PLANO DE TRABALHO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1808/2026

O Município de Santana do Matos/RN, por intermédio da Comissão responsável pelo Chamamento Público nº 004/2026, torna público o **resultado preliminar do julgamento da Habilitação e do Plano de Trabalho** apresentado pelo **INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS – IPAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 55.170.976/0001-02, cujo objeto consiste na seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de parceria em regime de mútua cooperação, destinada à execução de ações e serviços na área da saúde, conforme condições estabelecidas no edital. Sendo declarado **HABILITADO** e após análise técnica do Plano de Trabalho, a Comissão deliberou por sua APROVAÇÃO TÉCNICA PRELIMINAR, com pontuação de 10,00 (dez) pontos. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou seja, até às 17h00min do dia 20 de outubro de 2026, para interposição de recurso contra o resultado preliminar, assegurado aos interessados o direito de manifestação, nos termos do instrumento convocatório e da legislação aplicável. Os recursos deverão ser apresentados pelos meios, endereços e condições previstos no Edital do Chamamento Público nº 004/2026. O presente resultado possui caráter preliminar e não implica, por si só, habilitação definitiva, homologação do chamamento ou celebração da parceria.

Santana do Matos/RN, 09 de outubro de 2026.

MÔNICA PAULA DA SILVA DE ASSIS
Presidente
Portaria nº 342/2025

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:957B7BC6

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO EDITAL FMDCA N° 02/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Matos/RN torna público que estarão abertas, no período de 14 a 23 de outubro de 2026, as inscrições para apresentação de projetos de entidades da sociedade civil e órgãos públicos, visando financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Modalidades de inscrição:

· Projetos de formação cidadã e atendimento educacional/social;
· Projetos sociais de estímulo às atividades musicais, esportivas e culturais;
· Projetos de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Recursos disponíveis: até 06 propostas serão contempladas, com valores de até R$ 10.000,00 (primeira infância), R$ 20.000,00 (formação cidadã), R$ 30.000,00 (programa educacional) e até R$ 50.000,00 por projeto nas áreas musicais, esportivas, culturais e sociais.

Entrega da documentação:
Na sede da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, Rua Aristófanes Fernandes da Silva, nº 25, Centro, Santana do Matos/RN, das 08h às 12h, entre os dias 14 e 23 de outubro de 2026.

O Edital estará disponível integralmente no Site Oficial da Prefeitura de Santana do Matos/RN.

Santana do Matos/RN, 09 de outubro de 2026.

SEVERINO DOS RAMOS CIRIACO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Matos/RN

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Assunção da Silva Ferreira
Código Identificador:D73D38B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA FÍSICA 065/2026

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, por meio da Sra. JOELAINE CARLA ALVES DANTAS, nomeada Agente de Contratação, através da Portaria n° 0187/2025, e Equipe de Apoio nomeada por meio da Portaria de Nº 027/2025, realizará Dispensa Física, com critério de julgamento menor preço por ITEM na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.058 e demais legislação aplicáveis. Que tem como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de sistema informatizado de gestão hospitalar (licença de uso, em ambiente web), para atender às necessidades administrativas, operacionais e assistenciais do Hospital Municipal Ana Bezerra de Almeida, no Município de Santana do Seridó/RN. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir no dia 13/10/2026 às 11:00h e data final do envio das propostas ocorrerá até o dia 14/10/2026 às 11:00hs, enviadas para o email: dispensafisica.pmss@gmail.com ou protocolado na sala de Licitação. O aviso e seus anexos estarão disponíveis na integra no endereço eletrônico: https://pmsantanadoserido.rn.gov.br.

Santana do Seridó, 09 de outubro de 2026.

JOELAINE CARLA ALVES DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:0222A4E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0240/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0240/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor, **SEBASTIAO SOBRINHO DE AZEVEDO**, Matrícula nº 130007-5, ocupante do Cargo de Secretário Adjunto de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Símbolo – CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente,licença para o gozo de férias no período de 13/10/2026 à 11/11/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 08 de outubro de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:5B67DCDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo nº 2523/2026 - Dispensa de Licitação nº 062/2026, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto Aquisição de equipamento para Média e Alta Complexidade, para execução de recurso oriundo da Emenda Parlamentar n° 41420003/2025, Proposta n° 10709689000125002, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (item remanescente do pregão eletrônico 019/2026), conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso II do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso IV do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a não obrigatoriedade da emissão de parecer jurídico, conforme art. 203, §2º do Decreto Municipal nº 1.058/2024, por se tratar de hipótese prevista no inciso I e II do art. 201 no mesmo Decreto.

CONSIDERANDO, o Termo de Dispensa emitido pela Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso V, IV e VII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

Ratifico a contratação da empresa META MÓVEIS DE METAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n°01.866.388/0001-70, no valor global de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a presente contratação será satisfeita na dotação orçamentária: Classificação: 10.301.0096 2.061 – Manutenção das ações e Serviços públicos em Saúde (custeio) Atenção Básica, Natureza de Despesa: 3.3.90.32 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita , Fonte: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de Saúde , Fonte: 16000000 – Transferência SUS - Bloco de manutenção das ações e Serviços Públicos de Saúde.
Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso II, de forma a **AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO** para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a devida publicação.

Santana do Seridó/RN, 09 de outubro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:AEAAE3FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2026 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido, o Sr. RAFAEL ITALO PINTO LIMA, inscrito no CPF nº ***.231.574-** e portador do RG

******047, matrícula 0097290, do cargo público efetivo de **GUARDA MUNICIPAL,** lotado na Secretaria Municipal de Segurança, do quadro permanente de pessoal do Município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antônio/RN, 08 de outubro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:17ADE8B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**, através de sua Pregoeira no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Administrativo nº 120015/2026**, **na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, **do tipo MENOR PREÇO por LOTE**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de saúde do Município de Santo Antônio/RN, conforme especificações no Termo de Referência, anexo I do Edital. A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **10h01min do dia 26 de outubro de 2026**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br/ e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua Padre Cerveira, nº 505, Centro, Santo Antônio/RN, no horário de expediente das 08h00min às 14h00min. Outras informações pelo e-mail pmsa.licitacoes@gmail.com.

Santo Antônio/RN, 09 de outubro de 2026.

MARIA IZABEL SILVA BARBOSA GUILHERME
Pregoeira do Município

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:FA53FE79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 170, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia membros para compor a Comissão do Processo de Escolha para os Gestores Escolares.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata,

CONSIDERANDO a LEI MUNICIPAL N.º 455, DE 30 DE AGOSTO DE 2013 que Dispõe sobre readequação da Lei Municipal n.°450, de 10 de dezembro de 2012, a qual estabeleceu normas para a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública municipal de ensino de São Bento do Norte/RN, conferindo-lhe outras providências.

CONSIDERANDO a Condicionalidade I do Art. 14, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.113/2020
que trata dos critérios técnicos de mérito e desempenho para o provimento do cargo de gestor escolar.

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a comissão do processo para escolha dos gestores escolares:

PRESIDENTE:
I – Maria do Socorro Cabral de Araújo - representante da Secretaria Municipal de Educação;
MEMBROS:
I – Faisa Padilha Pereira – Representante do Sindicado dos Trabalhadores em Educação;
II – Maria Eduarda Lucas Paulino - representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São Bento do Norte/RN.
III –Claudiana Batista Leite - representante de Membros do Conselho do FUNDEB de São Bento do Norte/RN

Art. 2º- Caberá a comissão ora instituída:
I - Aprovar o Edital realizado pela Secretaria Municipal de Educação;
II – Elaborar e aprovar ficha avaliativa com pesos pré-estabelecidos para realizar a pontuação dos critérios de mérito e desempenho dos candidatos para a seleção dos cargos
comissionados de Diretor Escolar;
III – Definir os critérios de desempate;
IV – Realizar as inscrições e análise curricular dos candidatos inscritos;
V – Examinar o rol de documentos e realizar o deferimento ou indeferimento dos
critérios dos candidatos de acordo com os requisitos estabelecidos no Edital;
VI – Realizar a reunião de orientação para a elaboração do Plano de Gestão;
VII – Avaliar as defesas e os Planos de Gestão apresentados;
VIII – Dirimir dúvidas quanto ao edital do Processo;
IX - Apreciar pedidos de esclarecimentos e julgar pedidos de recursos impetrados em
qualquer etapa do Processo Seletivo;
X- Apresentar o resultado final da seleção dos cargos comissionados de Diretor Escolar para composição do banco de gestores escolares a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de outubro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:8020670F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 98/2026 - GP CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portaria nº 98/2026 - GP

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e conforme lhes confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Senhor **RAFAEL DOS SANTOS MATIAS**, Prefeito Municipal, 03 **(três) diárias,** sendo 02 (duas) com pernoite no valor unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e 01 (uma) sem pernoite, para custear suas despesas com alimentação e deslocamento urbano e hospedagem, durante sua permanência na cidade de Brasília/DF, para resolver demandas junto aos Ministérios e gabinetes de Senadores e Deputado Federal. Nos dias 12 a 14 de outubro do corrente ano, visando tratar de demandas de interesse do município, buscar apoio político e institucional, apresentar reivindicações e acompanhar solicitação de recursos, emendas parlamentares e demais ações destinadas ao desenvolvimento de São Bento do Trairi-RN.

Art. 2º. Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, após verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, que seja efetuado o pagamento do valor autorizado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e comunique-se.

São Bento do Trairi/RN, 09 de outubro de 2026

JOSE JADSON DOS SANTOS SILVA
Secretario de Administração

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:BD37607C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 208/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, para comparecer a Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária do Estado do RN para participar da Reunião Técnica da VISA, a ser realizado no dia 09 de outubro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES (Secretário Municipal de Saúde), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para viagem a se realizar no dia 09 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 09 de outubro de 2026.

SAMARA NAJALA LUCENA ARAUJO
Secretária-Adjunta de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:97C76F36

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 209/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 09 de outubro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar TEOGENES ITALO FERNANDES DANTAS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 80,00 (oitenta reais), para viagem a se realizar no dia 09 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 09 de outubro de 2026.

SAMARA NAJALA LUCENA ARAUJO
Secretária-Adjunta de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:3EF492A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6.303/2026

Atendimento - Geraldo de Souza – UPA 24HS e da Atenção Primária à Saúde, da Secretária Municipal de Saúde, do Município de São José de Mipibu, sob a responsabilidade da referida Secretária.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de São José de Mipibu/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu, representada por sua Agente de Contratação designada pela Portaria 163/2026, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **23 de outubro de 2026, as 10:00hs**, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada e conforme demanda, de Suplementação Alimentar, destinada ao abastecimento do estoque da Unidade de Pronto Atendimento - Geraldo de Souza – UPA 24HS e da Atenção Primária à Saúde, da Secretária Municipal de Saúde, do Município de São José de Mipibu, sob a responsabilidade da referida Secretária, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência deste Edital e seus Anexos. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site oficial da Prefeitura Municipal, do Portal de Compras Públicas, e as propostas comerciais serão recebidas a partir das **10h00min** do dia **13/10/2026** até as **10h00min** do dia **23/10/2026**, por meio do endereço **www.portaldecompraspublicas.com.br**, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico.

São José de Mipibu/RN, 08 de outubro de 2026.

ARIALDA HELENA DO CARMO MARTINS -
Agente de Contratação/Pregoeira - Portaria Nº 163/2026

Publicado por:
Gabriel do Carmo Martins
Código Identificador:106D3EB2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 095/2026 – GP

São José de Mipibu/RN, 01 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, no uso das suas atribuições legais,

R E S O L V E exonerar **RAUL ISAAC NOBREGA AZEVEDO DE OLIVEIRA,** do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, a partir da presente data.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raissa Pinheiro de Souza Silva
Código Identificador:19E171AC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 096/2026 – GP

São José de Mipibu/RN, 01 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, no uso das suas atribuições legais,

R E S O L V E nomear **FLAVIA DA SILVA SANTOS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, a partir da presente data.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raissa Pinheiro de Souza Silva
Código Identificador:87883944

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA Nº 57, ART. 75, INCISO IV, ALÍNEA "A", DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE DISPENSA Nº 57, ART. 75, INCISO IV, ALÍNEA "A", DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21
O processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi realizado através de Inexigibilidade de licitação, consoante art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR
STA MOTORS AUTOMOVEIS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 58.957.368/0001-22	PRIMEIRA REVISÃO DE VEÍCULO PLACA TSRW0F64/RN, 10000KM RODADOS	R$ RS 1.046,42 (MIL E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

Fonte de Recurso: FUNDEB

São José de Mipibu/RN, 09 de outubro de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Evelly Beatriz Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:C68D6F63

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 058/2026
DISPENSA N° 021/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN Nº 063/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/ RN; CONTRATADO: NS TENDAS E SOMBREADORES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.096.083/0001-76; OBJETO: fornecimento de uma (01) tenda medindo 10 x 10 metros para o Centro Municipal de Educação Infantil Maria de Medeiros Dantas (CMEI) de São José do Seridó/RN; VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contado da publicação do seu extrato na imprensa oficial do Município – FEMURN; VALOR GLOBAL: R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais); Dotação Orçamentária: UNIDADE: UNIDADE: 07.12.365.0011.1085 - aquisição de equipamento e material permanente destinando ao ensino infantil; FONTE: 15001001; PROGRAMA: expansão e melhoria da infraestrutura do ensino e da cultura; ELEMENTO: 449052 - Equipamentos e material permanente.

São José do Seridó/ RN, 09 de outubro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:CD5A5220

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 476/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	07 de outubro de 2026.	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 08 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 07 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:2F66485D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 477/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	07 de outubro de 2026.	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 09 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 07 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:D6B04F01

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 478/2026, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	08 de outubro de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 09 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:1E96FD77

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público promovido pelo INSTITUTO IGEDUC - CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE, conforme o Edital nº. 001/2025, **HOMOLOGADO** pela Portaria de Homologação nº 030/2026, publicado na FEMURN de 13 de fevereiro de 2026.
CONSIDERANDO que o candidato aprovado atendeu às exigências apontadas na Portaria nº 159 de 03 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande Norte, edição nº 3871, de 04 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **KAREN MAYARA ROLIM DA SILVA LIMA** para o cargo de provimento efetivo de **FONOAUDIÓLOGO**, em conformidade com a Complementar Municipal 119/2025 de 15 de maio de 2025, alteradas pelas Leis Complementar nº 121/2025 e Lei Complementar nº 122/2025;
Art. 2º – Convocar o candidato ora nomeado para tomar posse no referido cargo no prazo de trinta dias a partir da publicação desta Portaria.
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 09 de outubro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:CB52FC1F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº *57/2025*, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO

DE SÃO MIGUEL E A EMPRESA ALVES DUARTE E ADVOGADOS.

O Município de São Miguel, com sede no(a) Rua Padre Tertuliano, 46, Centro, na cidade de São Miguel/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.355.463/0001-88, neste ato representado pelo prefeito Leandro Michel do Rego Lima , doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ALVES DUARTE E ADVOGADOS , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.181.623/0001-57, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº 2026.SEPO.CON.201511580-8 – 09/07/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais *12* meses, a partir de 11/08/2026 até 10/08/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

A título de remuneração, a CONTRATADA fará jus ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivamente recebido pelo Município, conforme disposto no Termo de Referência e proposta aprovada.

Por tratar-se de contratação condicionada ao êxito, não haverá impacto orçamentário direto. O pagamento será realizado exclusivamente mediante recuperação de valores, percentual este definido no item 2.1..

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente termo aditivo, que somente se tornarão devidas na hipótese de êxito de que trata a Cláusula Segunda, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 28 - 2. 2001 . 4 . 122 . 35. 2.245 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica,.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

O percentual de remuneração da CONTRATADA, previsto na Cláusula Segunda, poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado da contratação — em 18 de julho de 2025 —, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aplicando-se a seguinte fórmula:

R=V×(IiIf−1)

Na hipótese de extinção, suspensão ou impossibilidade de apuração do IPCA/IBGE, será utilizado, em caráter subsidiário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, por determinação governamental.

O reajuste será aplicado mediante simples apostilamento, dispensada a celebração de novo termo aditivo, nos termos do art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que não implique alteração do valor global do contrato em percentual superior ao previsto em lei.

O direito ao reajuste não é automático, devendo ser requerido expressamente pelo CONTRATADO mediante solicitação formal dirigida ao gestor do contrato, acompanhada de demonstrativo de cálculo. O reajuste produzirá efeitos financeiros a partir da data em que o direito tiver sido adquirido, vedada a aplicação retroativa em prejuízo à Administração.

Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste no prazo de vigência do contrato, ou venha a concordar expressamente com a prorrogação sem ressalva quanto ao índice, ocorrerá preclusão do direito ao reajuste referente ao período anterior, nos termos da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União — Acórdão nº 1.828/2006 – Plenário.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será divulgado pelo CONTRATANTE no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, em cumprimento ao disposto no art. 94, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

São Miguel/RN, 7 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de São Miguel
LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA

ALVES DUARTE E ADVOGADOS.
Empresa Contratada

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:67A4766C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 338, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI**, Estado do Rio Grande do Norte, EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a legislação municipal aplicável,

CONSIDERANDOo direito à educação e à alfabetização como fundamentos para a garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes;

CONSIDERANDOa necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento das ações de alfabetização e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, monitoramento das aprendizagens, análise de resultados e planejamento de intervenções pedagógicas;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes técnicas, as coordenações pedagógicas, as equipes gestoras e as unidades escolares;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar mecanismos institucionais para apoiar a implementação e o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização, destinado ao fortalecimento da capacidade institucional do Município para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2ºO Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização tem por finalidade apoiar profissionais que desenvolvam atividades relacionadas ao fortalecimento institucional da Política Municipal de Alfabetização, especialmente nas áreas de:

I – Formação continuada;

II – Acompanhamento pedagógico;

III – Monitoramento das aprendizagens;
IV – Análise de resultados educacionais;
V – Planejamento de intervenções pedagógicas;
VI – Acompanhamento da implementação da Política Municipal de Alfabetização;
VII – Sistematização e registro das ações desenvolvidas;
VIII – Apoio técnico às unidades escolares e às equipes pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3ºO Programa terá caráter municipal e será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, que será responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e registro das ações vinculadas às bolsas.

Art. 4º Poderão ser beneficiários do Programa os profissionais que atendam aos critérios e requisitos estabelecidos em regulamentação própria da Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável.

Art. 5ºA concessão das bolsas estará condicionada:
I – Ao atendimento dos requisitos estabelecidos em regulamentação própria;
II – À disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
III – À existência de dotação orçamentária específica ou adequada à despesa;
IV – Ao cumprimento das atribuições e atividades vinculadas ao Programa;
V – À apresentação dos registros e documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas.

Art. 6º Constituem atribuições vinculadas ao Programa, entre outras definidas pela Secretaria Municipal de Educação:
I – Acompanhar as ações de alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;
II – Colaborar com as ações de formação continuada;
III – Acompanhar os processos de aprendizagem dos estudantes;
IV – Participar da organização e análise de dados educacionais;
V – Contribuir para o planejamento de estratégias de intervenção pedagógica;
VI – Apoiar equipes gestoras, coordenações pedagógicas e professores;
VII – Participar de reuniões técnicas e pedagógicas;
VIII – Sistematizar informações e registros das ações desenvolvidas;
IX – Elaborar relatórios e documentos de acompanhamento;
X – Desenvolver outras atividades relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7ºA Secretaria Municipal de Educação regulamentará, por meio de instrumento próprio, os critérios, procedimentos, valores, período de concessão, quantitativo de bolsas, atribuições dos beneficiários, mecanismos de acompanhamento e demais condições de execução do Programa, observada a legislação vigente.

Art. 8ºA Secretaria Municipal de Educação manterá registros das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, incluindo relatórios, atas, listas de frequência, registros de formação, instrumentos de acompanhamento pedagógico, documentos de monitoramento das aprendizagens e demais documentos comprobatórios.

Art. 9ºA execução do Programa será acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá produzir relatórios técnicos periódicos ou anuais sobre as atividades realizadas, os beneficiários, as unidades e instâncias atendidas e os resultados observados.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, observada a legislação orçamentária, financeira e fiscal aplicável.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências legais e a legislação vigente.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 08 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:74970BA4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 339, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, dispõe sobre sua finalidade, composição, competências, organização e funcionamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 71, incisos II, IV e VII, e 93, inciso I, alíneas "a", "f" e "g", da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 10, incisos VII e XIV, da mesma Lei Orgânica, bem como a legislação federal e estadual aplicável à política de alfabetização,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, 23, inciso V, 30, incisos I e II, 37, 205, 206, 208 e 211 da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e disciplinam as competências dos entes federativos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, e suas alterações;

CONSIDERANDO a adesão do Município de São Paulo do Potengi/RN ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e sua participação nas ações de colaboração e implementação da política de alfabetização no território do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 32.948, de 11 de setembro de 2023, que instituiu o Comitê Estratégico Estadual do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CEEC-RN;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, o Conselho Municipal de Educação e os demais segmentos envolvidos na garantia do direito à alfabetização;

CONSIDERANDO a importância da formação continuada, do acompanhamento pedagógico, da avaliação das aprendizagens e da utilização de indicadores educacionais para subsidiar o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir mecanismos de governança, articulação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, sem criação de cargos, funções remuneradas ou unidades administrativas autônomas;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, DA NATUREZA JURÍDICA E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, como instância colegiada de caráter consultivo, propositivo, de articulação institucional,

acompanhamento e assessoramento técnico à implementação da Política Municipal de Alfabetização.
§ 1º O CEMPA integra os mecanismos internos de articulação e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, sem personalidade jurídica, autonomia administrativa ou financeira.
§ 2º A instituição do Comitê não implica criação de cargos, empregos públicos, funções remuneradas, gratificações ou unidades administrativas autônomas.
§ 3º O Comitê não exercerá competência para ordenar despesas, celebrar contratos, praticar atos de gestão administrativa ou substituir atribuições legalmente conferidas às autoridades municipais.
§ 4º O CEMPA constitui mecanismo interno de articulação e assessoramento técnico da Secretaria Municipal de Educação, não configurando órgão público autônomo nem alterando a estrutura administrativa legalmente estabelecida para o Poder Executivo Municipal.

Art. 2ºO Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização tem por finalidade promover a articulação institucional, o acompanhamento e o assessoramento técnico das ações municipais de alfabetização, em alinhamento:
I – às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
II – à Política de Alfabetização do Território do Rio Grande do Norte;
III – às diretrizes e orientações dos órgãos educacionais competentes;
IV – às necessidades e especificidades da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi/RN;
V – às ações municipais destinadas à garantia do direito à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
VI – aos instrumentos municipais de planejamento educacional e às metas legalmente estabelecidas.

Art. 3ºO Comitê atuará de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, o Conselho Municipal de Educação e os demais órgãos, instituições e segmentos que contribuam para a implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. A atuação do Comitê observará as competências legalmente atribuídas aos órgãos municipais, não podendo suas manifestações substituir decisões administrativas, normativas ou pedagógicas reservadas às autoridades competentes.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 4ºA atuação do Comitê observará os seguintes princípios:
I – garantia do direito à alfabetização;
II – colaboração entre os entes federativos;
III – equidade educacional;
IV – respeito às especificidades territoriais, sociais e educacionais do Município;
V – participação e articulação institucional;
VI – valorização dos profissionais da educação;
VII – acompanhamento sistemático dos processos de ensino e aprendizagem;
VIII – utilização de evidências e dados educacionais para subsidiar a tomada de decisões;
IX – fortalecimento das práticas pedagógicas e da gestão educacional;
X – compromisso com a melhoria contínua dos resultados de alfabetização dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
XI – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
XII – transparência administrativa e responsabilidade institucional;
XIII – proteção dos dados pessoais dos estudantes e profissionais da educação;
XIV – respeito à autonomia pedagógica das unidades escolares, observadas as diretrizes do sistema municipal de ensino.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre os diferentes setores e profissionais envolvidos com a alfabetização no Município;
III – acompanhar a execução das ações municipais relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IV – acompanhar a implementação das ações relacionadas à Política de Alfabetização do Território do Rio Grande do Norte;
V – analisar dados e resultados das avaliações de alfabetização e aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;
VI – propor estratégias para o enfrentamento das desigualdades de aprendizagem;
VII – acompanhar ações de recomposição das aprendizagens, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização;
VIII – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização;
IX – contribuir para a articulação entre avaliação, formação, planejamento pedagógico e intervenção educacional;
X – analisar relatórios e informações produzidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares referentes às ações de alfabetização;
XI – propor ações de aprimoramento da Política Municipal de Alfabetização;
XII – acompanhar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas nos instrumentos municipais de planejamento educacional relacionados à alfabetização;
XIII – promover o compartilhamento de experiências e boas práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;
XIV – estimular a participação dos diferentes segmentos da comunidade educacional nas ações de fortalecimento da alfabetização;
XV – elaborar recomendações e proposições para o aprimoramento das ações municipais de alfabetização;
XVI – contribuir para a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de planos de ação relacionados à alfabetização;
XVII – acompanhar indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes;
XVIII – articular, quando necessário, ações intersetoriais que contribuam para a garantia do direito à aprendizagem;
XIX – propor medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das ações educacionais;
XX – contribuir para a integração das ações de alfabetização com os instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal de Educação;
XXI – elaborar e aprovar seu Regimento Interno, observadas as disposições deste Decreto;
XXII – exercer outras atividades de natureza consultiva, propositiva, de articulação ou assessoramento técnico diretamente relacionadas às finalidades deste Decreto, respeitadas as competências legais dos órgãos municipais.
§ 1º As recomendações e proposições do Comitê terão caráter consultivo e não vinculante, ressalvadas as deliberações referentes à sua própria organização interna.
§ 2º As manifestações do Comitê não substituem atos administrativos de competência do Secretário Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação ou de outras autoridades legalmente constituídas.
§ 3º O Comitê não poderá determinar a realização de despesas, impor obrigações financeiras ou criar atribuições administrativas não previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO, DA INDICAÇÃO E DA DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS

Art. 6ºO Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA será composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos seguintes segmentos:
I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
II – 1 (um) representante do Departamento Pedagógico ou setor equivalente da Secretaria Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante da Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
IV – 1 (um) representante responsável pela articulação municipal das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – 1 (um) representante dos gestores escolares da Rede Municipal de Ensino;

VI – 1 (um) representante dos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VII – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
VIII – 1 (um) representante da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º Cada membro titular terá 1 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º Os representantes dos segmentos previstos nos incisos I, II, III, IV e VIII serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a correspondência entre a representação e as funções efetivamente exercidas.
§ 3º Os representantes dos gestores escolares e dos professores serão indicados mediante procedimento organizado pela Secretaria Municipal de Educação, assegurada participação dos respectivos segmentos e registro dos critérios utilizados.
§ 4º O representante do Conselho Municipal de Educação e seu suplente serão indicados pelo próprio Conselho, na forma de suas normas internas.
§ 5º A composição nominal do Comitê será formalizada por portaria do Prefeito Municipal, após o recebimento das indicações.
§ 6º Os membros deverão manter vínculo funcional ou institucional com o segmento que representam, conforme a natureza de cada representação.
§ 7º A perda da condição que fundamentou a indicação ensejará substituição do representante, mediante comunicação do respectivo segmento.
§ 8º Poderão ser convidados para participar das reuniões representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e outros profissionais cuja contribuição seja relevante, sem direito a voto.
§ 9º A participação de convidados não altera a composição do Comitê nem lhes confere a condição de membros permanentes.
Art. 7º Os membros do Comitê terão mandato de 2 (dois) anos, admitida recondução mediante nova indicação e designação.
§ 1º O mandato terá início na data da publicação do ato de designação.
§ 2º A substituição de membro antes do término do mandato ocorrerá:
I – por renúncia;
II – por perda do vínculo ou da condição de representação;
III – por impedimento definitivo;
IV – por solicitação fundamentada do segmento representado;
V – por outras hipóteses justificadas, observadas as normas administrativas aplicáveis.
§ 3º O substituto completará o período restante do mandato.
§ 4º A substituição deverá ser formalizada por ato da autoridade competente.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO E DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 8ºO Comitê será coordenado pelo Secretário Municipal de Educação ou por servidor formalmente designado para essa finalidade.
Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos da Coordenação, os trabalhos serão conduzidos pelo membro previamente designado como substituto, observadas as disposições do Regimento Interno.
Art. 9º Compete à Coordenação do Comitê:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – organizar e aprovar a pauta dos trabalhos;
III – promover a articulação entre os membros;
IV – encaminhar as deliberações internas, recomendações e proposições do Comitê;
V – acompanhar os encaminhamentos aprovados;
VI – representar o Comitê perante órgãos e instituições, quando necessário;
VII – assegurar a observância deste Decreto e do Regimento Interno;
VIII – determinar o registro e a organização dos documentos relativos às atividades do Comitê.
Art. 10.A Secretaria Executiva do Comitê será exercida por servidor ou setor da Secretaria Municipal de Educação, designado pelo Secretário Municipal de Educação.
Art. 11. Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar as reuniões;
II – elaborar e encaminhar as convocações;
III – registrar as reuniões em atas;
IV – organizar documentos, relatórios e demais registros do Comitê;
V – acompanhar os encaminhamentos deliberados;
VI – manter arquivo atualizado das atividades do Comitê;
VII – apoiar tecnicamente a Coordenação;
VIII – organizar o calendário anual de reuniões;
IX – disponibilizar aos membros as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
X – adotar providências de publicidade dos atos, observadas as normas de proteção de dados.

CAPÍTULO VI
DO FUNCIONAMENTO E DAS DELIBERAÇÕES INTERNAS

Art. 12.O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua Coordenação.

§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, conforme a necessidade administrativa.
§ 2º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas com antecedência reduzida, mediante justificativa.
§ 4º As convocações deverão informar a pauta, a data, o horário e a modalidade da reunião.

Art. 13. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros em exercício.
§ 1º As recomendações, proposições e deliberações internas serão aprovadas por maioria simples dos membros presentes, observado o quórum de instalação.
§ 2º Cada membro titular terá direito a um voto.
§ 3º O suplente exercerá o direito de voto exclusivamente quando estiver substituindo o titular.
§ 4º Em caso de empate, a Coordenação exercerá voto de qualidade, além do voto ordinário, quando integrar a composição votante.
§ 5º As manifestações divergentes poderão ser registradas em ata, a pedido do interessado.

Art. 14. As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local ou modalidade da reunião;
II – relação dos participantes;
III – pauta;
IV – principais discussões;
V – recomendações, proposições e deliberações internas;
VI – encaminhamentos e responsabilidades definidas;
VII – resultados das votações, quando realizadas;
VIII – demais informações relevantes.
Parágrafo único. As atas serão submetidas à aprovação do Comitê e arquivadas pela Secretaria Executiva.

Art. 15. As recomendações e proposições do Comitê serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação ou aos demais órgãos competentes para conhecimento e avaliação.
Parágrafo único. A adoção de providências administrativas decorrentes das recomendações dependerá de decisão da autoridade legalmente competente.

Art. 16.O Comitê poderá constituir grupos de trabalho ou comissões temporárias para análise de temas específicos relacionados à alfabetização.
§ 1º Os grupos de trabalho terão caráter técnico e propositivo.
§ 2º O ato de constituição deverá indicar o objeto, os integrantes e o prazo de funcionamento.
§ 3º Os resultados serão apresentados ao Comitê para apreciação.
§ 4º A criação dos grupos não implicará remuneração adicional ou instituição de unidades administrativas autônomas.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO E DA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Art. 17.O Comitê acompanhará sistematicamente as informações e os indicadores relacionados à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 18. Para subsidiar suas atividades, o Comitê poderá utilizar:
I – resultados de avaliações diagnósticas realizadas pela Rede Municipal;
II – resultados de avaliações externas;
III – indicadores de aprendizagem;
IV – registros de acompanhamento pedagógico;
V – dados de participação e frequência escolar;
VI – informações referentes às ações de formação continuada;
VII – registros das intervenções pedagógicas e das ações de recomposição das aprendizagens;
VIII – outros dados educacionais disponíveis e pertinentes à tomada de decisões.

Art. 19.O acompanhamento dos indicadores deverá subsidiar o planejamento, a implementação, a avaliação e a revisão das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 20.O Comitê poderá recomendar à Secretaria Municipal de Educação a adoção de medidas pedagógicas, administrativas ou formativas quando os dados analisados indicarem necessidade de intervenção.
Parágrafo único. As recomendações deverão ser fundamentadas em informações técnicas, indicadores educacionais ou outras evidências pertinentes.

Art. 21.O tratamento de informações educacionais pelo Comitê observará a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e demais normas aplicáveis.
§ 1º Será priorizada a utilização de dados agregados ou anonimizados sempre que suficientes ao cumprimento das finalidades institucionais.
§ 2º O acesso a informações individualizadas de estudantes ficará restrito às pessoas autorizadas e às hipóteses necessárias ao desempenho de atribuições institucionais legítimas.
§ 3º Os membros deverão observar os deveres de confidencialidade, segurança da informação e proteção dos direitos dos titulares de dados.
§ 4º A divulgação de relatórios e resultados deverá preservar os dados pessoais protegidos por lei, especialmente os referentes a crianças e adolescentes.

CAPÍTULO VIII
DA ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS ESTADUAL E NACIONAL

Art. 22.O Comitê atuará em articulação com as instâncias estaduais e nacionais responsáveis pela implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, observadas as competências de cada ente federativo.

Art. 23.O Comitê considerará, em suas atividades, as orientações, diretrizes, planos, programas e estratégias estabelecidos no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política de Alfabetização do Território do Rio Grande do Norte.

Art. 24.A Secretaria Municipal de Educação promoverá a integração das ações do Comitê com os processos de planejamento, formação, avaliação, acompanhamento pedagógico e gestão da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO IX
DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 25.A Secretaria Municipal de Educação assegurará a publicidade dos atos de designação dos membros, do calendário de reuniões, das recomendações e dos relatórios institucionais do Comitê, observadas as restrições legais de acesso à informação.

Art. 26.O Comitê elaborará relatório anual de suas atividades, contendo, no mínimo:
I – reuniões realizadas;
II – ações acompanhadas;
III – indicadores educacionais examinados;
IV – recomendações formuladas;
V – atividades de articulação institucional;
VI – dificuldades identificadas;
VII – propostas de aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. O relatório será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e disponibilizado para consulta pública, resguardadas as informações protegidas por lei.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27.A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Parágrafo único. A participação não dará direito ao pagamento de gratificação, jeton, adicional ou qualquer vantagem financeira específica em razão da condição de membro.

Art. 28.O exercício das atribuições dos membros observará a compatibilidade com as funções de seus respectivos cargos ou vínculos institucionais e as normas administrativas aplicáveis.

Art. 29.O Comitê elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação do ato de designação de seus membros.
§ 1º O Regimento Interno disciplinará os procedimentos de convocação, organização das reuniões, apresentação de propostas, votação, registro de atas, funcionamento dos grupos de trabalho e demais aspectos operacionais.
§ 2º O Regimento Interno não poderá ampliar as competências, alterar a composição ou modificar as regras essenciais estabelecidas neste Decreto.
§ 3º O Regimento Interno será publicado no meio oficial de publicidade do Município.

Art. 30. Os casos omissos relativos ao funcionamento interno do Comitê serão resolvidos por sua Coordenação, observadas as disposições deste Decreto e a legislação vigente.
Parágrafo único. As questões que envolvam interpretação jurídica, competências administrativas, direitos de terceiros ou realização de despesas deverão ser submetidas à autoridade municipal competente, com consulta à Procuradoria-Geral do Município quando necessária.

Art. 31.A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias à organização, ao funcionamento e ao acompanhamento das atividades do Comitê, utilizando os recursos humanos e materiais existentes.

Art. 32. Integram este Decreto:
I – Anexo I: Modelo de Indicação de Representantes;
II – Anexo II: Estrutura Mínima do Regimento Interno.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 08 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal de São Paulo do Potengi/RN

ANEXO I
DO DECRETO MUNICIPAL Nº _____/2026
FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO – CEMPA

1. IDENTIFICAÇÃO DO SEGMENTO REPRESENTADO
Órgão, setor ou segmento: _____
Unidade administrativa ou escolar: _____
Responsável pela indicação: _____
Cargo ou função: _____

2. REPRESENTANTE TITULAR
Nome completo: _____
CPF: _____
Cargo ou função: _____

Matrícula funcional, quando aplicável: _____
Telefone institucional: _____
E-mail institucional: _____

3. REPRESENTANTE SUPLENTE
Nome completo: _____
CPF: _____
Cargo ou função: _____
Matrícula funcional, quando aplicável: _____
Telefone institucional: _____
E-mail institucional: _____

4. FUNDAMENTAÇÃO DA INDICAÇÃO
Descrever o vínculo dos indicados com o segmento representado e sua relação com as ações de alfabetização:
5. DECLARAÇÃO
Declaro, para os devidos fins, que os representantes acima indicados possuem vínculo com o segmento correspondente e foram escolhidos de acordo com os procedimentos institucionais aplicáveis.
Declaro, ainda, ciência de que a participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização possui caráter de relevante interesse público, sem remuneração específica.

São Paulo do Potengi/RN, ____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável pela indicação

Cargo ou função
6. USO ADMINISTRATIVO
Data do recebimento: _____
Conferência da documentação: _____
Observações: _____
Encaminhamento para designação: _____
Observação:os dados pessoais coletados neste formulário deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades administrativas pertinentes, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

ANEXO II
DO DECRETO MUNICIPAL Nº _____/2026
ESTRUTURA MÍNIMA DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO – CEMPA
O Regimento Interno do Comitê deverá observar o Decreto instituidor e disciplinar, no mínimo, as seguintes matérias:
I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

• Denominação e identificação do Comitê;
• Natureza consultiva, propositiva e de assessoramento;
• Vinculação administrativa à Secretaria Municipal de Educação;
• Finalidades e competências estabelecidas no Decreto.

II – DOS MEMBROS

• Composição do Comitê;
• Direitos e deveres dos membros;
• Participação dos titulares e suplentes;
• Procedimentos de substituição;
• Registro de impedimentos e conflitos de interesses;
• Participação de convidados.

III – DA COORDENAÇÃO

• Atribuições da Coordenação;
• Procedimentos de convocação;
• Organização das pautas;
• Condução das reuniões;
• Encaminhamento das recomendações;
• Substituição da Coordenação.

IV – DA SECRETARIA EXECUTIVA

• Organização administrativa das reuniões;
• Preparação das convocações;
• Elaboração das atas;
• Organização dos documentos;
• Arquivamento dos registros;
• Apoio técnico aos membros;
• Divulgação das informações institucionais.

V – DAS REUNIÕES

• Calendário anual;
• Reuniões ordinárias e extraordinárias;
• Prazos de convocação;
• Reuniões presenciais, virtuais e híbridas;
• Quórum de instalação;
• Procedimentos de votação;
• Registro de manifestações divergentes;
• Elaboração e aprovação das atas.

VI – DAS RECOMENDAÇÕES E PROPOSIÇÕES

• Apresentação de propostas;
• Discussão das matérias;
• Aprovação das recomendações;
• Registro das manifestações;
• Encaminhamento aos órgãos competentes;
• Acompanhamento das providências adotadas.

VII – DOS GRUPOS DE TRABALHO

• Hipóteses de constituição;
• Definição do objeto;
• Indicação dos integrantes;
• Prazos de funcionamento;
• Apresentação dos resultados;
• Encerramento das atividades.

VIII – DO MONITORAMENTO EDUCACIONAL

• Fontes de informações educacionais;
• Indicadores de alfabetização;
• Análise de resultados;
• Elaboração de relatórios;
• Recomendações pedagógicas;
• Proteção de dados pessoais.

IX – DA TRANSPARÊNCIA

• Publicidade dos atos;
• Divulgação do calendário;
• Disponibilização das atas e relatórios, observadas as restrições legais;
• Proteção de informações sigilosas;
• Arquivamento e conservação documental.

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

• Procedimentos de alteração do Regimento Interno;
• Solução de questões operacionais;
• Observância do Decreto instituidor;
• Vigência após aprovação e publicação.

Parágrafo único.O Regimento Interno não poderá criar cargos, funções remuneradas, vantagens financeiras, despesas obrigatórias ou competências administrativas não previstas na legislação vigente.

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:414A8A75

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 003, 09 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO

POTENGI/RN EM CONFORMIDADE COM DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1077/2022, EC 103/2019; DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 53 DA LEI Nº 1.077, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DOPOTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º Fica reestruturado nos termos desta Lei o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Paulo do Potengi/RN, em conformidade com os preceitos e diretrizes nos termos desta Lei e da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.
Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no inciso I do caput do art. 35 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, ficam integralmente referendadas as revogações:
I -do § 21 do art. 40 da Constituição Federal;
II -dos arts. 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; e
III -do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

CAPÍTULO II
DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I
DOS SEGURADOS

Art. 2ºSão segurados obrigatórios do IPREVSAPP os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de São Paulo do Potengi/RN, bem como os ativos e inativos do Poder Legislativo.
§ 1º Ao servidor ocupante, exclusivamente de cargo em comissão declarado em Lei, de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no art. 40, § 13 da Constituição Federal de 1988.
§ 2ºO servidor titular de cargo efetivo, em exercício de mandato Eletivo permanecerá filiado ao IPREVSAPP.
§ 3ºO segurado aposentado que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
§ 4º Na hipótese de lícita acumulação remunerada de cargos efetivos, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório do IPREVSAPP em relação a cada um dos cargos ocupados.

Art. 3ºO servidor segurado do IPREVSAPP que se afastar do cargo efetivo quando nomeado para o exercício de cargo em comissão, continua vinculado exclusivamente a esse regime previdenciário, não sendo devidas contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS sobre a remuneração correspondente ao cargo em comissão.

Art. 4ºO servidor titular de cargo efetivo do Município de São Paulo do Potengi/RN, permanece vinculado ao IPREVSAPP nas seguintes situações:
I- quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos;
II- quando licenciado, observando-se as condições previstas no art. 6º desta Lei;
III- durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos;
IV- durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

Art. 5º Ao servidor titular de cargo efetivo, que deixar de exercer**,**temporariamente atividade que o submeta ao regime de previdência do IPREVSAPP, inclusive por motivo de licença sem vencimentos do cargo efetivo, é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições previdenciárias referentes à sua parte e a do Município.
§ 1ºO servidor titular de cargo efetivo da União, Estados, Distrito Federal ou de outros Municípios à disposição do Município de São Paulo do Potengi/RN, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.
§ 2ºO servidor titular de cargo efetivo do Município de São Paulo do Potengi/RN, à disposição da União, Estados, Distrito Federal ou outro Município permanece filiado ao IPREVSAPP.

Art. 6º Perderá a qualidade de segurado do IPREVSAPP o servidor titular de cargo efetivo que, não se encontrando em gozo de benefício previdenciário ou de afastamento legal, desligar-se do serviço público municipal por exoneração, demissão ou cassação de aposentadoria.
Parágrafo único. Os dependentes do segurado mencionado no*caput*perdem, automaticamente, qualquer direito à percepção dos benefícios previstos nesta Lei.

SEÇÃO II
DOS DEPENDENTES

Art. 7ºSão considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta Lei:
I -O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou inválido;
II -Os pais;
III -O irmão inválido ou não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil.
§ 1º Em se tratando de companheiro ou companheira, deve ser comprovada a união estável como entidade familiar.
§ 2º Considera-se união estável a convivência duradoura, pública e contínua de um homem e uma mulher ou entre pessoas do mesmo sexo, estabelecida com objetivo de constituição de entidade familiar, cuja comprovação dar-se-á mediante apresentação de documento público declaratório firmado em cartório de notas ou de sentença judicial declaratória.
§ 3º Em se tratando de filho ou irmão inválido, deve ser comprovado que a invalidez ocorreu antes do óbito do segurado.
§ 4ºA existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.
§ 5º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.
§ 6°O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do termo de tutela.
§ 7º- Considera-se maioridade civil a idade limite de 18 (dezoito) anos.

Art. 8ºA dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida e a das pessoas constantes dos incisos II e III deverá ser comprovada judicialmente.

Art. 9ºA perda da qualidade de dependente ocorrerá:
I -para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;
II -para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;
III -para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil, salvo se inválidos ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e;
IV -para os dependentes em geral, pelo matrimônio ou nova união estável, pela cessação da invalidez, pelo falecimento ou por indignidade.

SEÇÃO III
DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 10A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da sua investidura no cargo efetivo.

Art. 11 Caberá ao segurado promover a inscrição de seus dependentes, mediante apresentação de documentos hábeis a comprovar tal condição, estando sujeitos à nova comprovação quando da concessão de algum benefício.
§ 1ºA inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o IPREVSAPP fornecer ao segurado, documento que a comprove.
§ 2ºA inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por exame médico-pericial.
§ 3ºA perda da qualidade de segurado implica no automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.
§ 4º Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito a inscrição de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I
DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS E SEUS DEPENDENTES

Art. 12 O rol de benefícios do IPREVSAPP passa a ser limitado às aposentadorias e à pensão por morte, compreendendo os seguintes benefícios:
I– em relação aos segurados:
a)aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
b)aposentadoria compulsória; e
c)aposentadoria voluntária.
II– em relação aos dependentes:
pensão por morte.
Parágrafo único. Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, da Constituição Federal.

SUBSEÇÃO I
DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

Art. 13.O servidor será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, desde que seja considerado por exame médico-pericial inapto para o exercício do cargo e insuscetível a processo de readaptação para exercício de cargo ou função cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, mantida a remuneração do cargo de origem.
Parágrafo único.A doença, lesão ou deficiência de que o segurado era portador ao ingressar no cargo público não lhe confere o direito à aposentadoria por incapacidade permanente, salvo quando sobrevier incapacidade por motivo de progressão
ou agravamento das causas de deficiência, após a sua posse no cargo.

Art. 14.O servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, pelo IPREVSAPP, deverá ser submetido a avaliações periódicas, perante a Junta Médica Municipal para rever o benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, a cada 2 (dois) anos, contados da data de sua concessão, para avaliar a persistência, atenuação ou o agravamento da incapacidade para o trabalho.
§ 1º Constatada a capacidade para o trabalho, o segurado ou seu representante legal deverá ser notificado e o benefício cessado, independentemente da existência de interdição judicial.
§ 2ºA aposentadoria por incapacidade permanente, concedida ou restabelecida por decisão judicial, inclusive decorrente de acidente do trabalho, em manutenção, deverá também ser revista a cada 2 (dois) anos.
§ 3º Estão dispensados da avaliação prevista no caput os aposentados:
I - com HIV/AIDS;
II - após completarem 60 (sessenta) anos de idade; e
III - após completarem 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais de idade, tendo decorridos 15 (quinze) anos da data da concessão da aposentadoria por incapacidade permanente.
§ 4ºA dispensa da avaliação de que trata o § 3º não se aplica:
I- quando tiver havido retorno à atividade laboral remunerada;
II- quando for necessária a verificação da recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do aposentado que se julgar apto ao retorno à atividade laboral; e
III- quando for preciso subsidiar a autoridade judiciária na concessão de curatela.
§ 5ºO benefício de aposentadoria por incapacidade permanente será suspenso quando:
I- o segurado não comparecer à convocação para realização de exame médico pericial pela Junta Médica Municipal, com objetivo de avaliar as condições que ensejaram sua concessão ou manutenção;
§ 6ºA convocação disposta no inciso I pode ocorrer a qualquer tempo, observadas as dispensas previstas no § 3º e § 4º.
§ 7ºO aposentado por incapacidade permanente que se julgar apto a retornar à atividade deverá solicitar a realização de nova avaliação médico pericial, e concluindo pela recuperação da capacidade laborativa, a aposentadoria será cessada.
§ 8°Caso o aposentado por incapacidade permanente retorne voluntariamente à atividade sem observar o procedimento descrito no caput, o benefício passa a ter sua manutenção indevida e será cessado administrativamente na data do retorno, sendo assegurados a ampla defesa e o contraditório.
Art. 15 Para o cálculo dos proventos da aposentadoria por incapacidade permanente será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 1ºO valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética simples de que trata o caput deste artigo, caso a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorra de acidente de trabalho, de doença profissional ou de doença do trabalho.
§ 2º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:
I– o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; e
II– o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:
a)ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
b)ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
c)ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
d)ato de pessoa privada do uso da razão;
e)desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior; e
f)a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo.
III– o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de serviço:
a)na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
b)na prestação espontânea de qualquer serviço ao município de São Paulo do Potengi/RN para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
c)em viagem a serviço, inclusive para estudo, quando financiada pelo município de São Paulo do Potengi/RN dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
d)no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
§ 3º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 4º Para efeito de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho com 100% (cem por cento) da média de que trata o caput deste artigo, consideram- se moléstia profissional ou doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as seguintes: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira irreversível, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, aplicando-se ainda, no que couber, o rol estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social.
§ 5ºO servidor aposentado por incapacidade permanente, se acometido de qualquer das moléstias especificadas no § 4º deste artigo, perceberá o valor correspondente a 100% (cem por cento) da média aritmética.
§ 6ºO pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório. Neste caso, o requerente do benefício será o curador do segurado, nomeado pelo Juiz de Direito, conforme artigos 1.767 e seguintes do Código Civil Brasileiro.
§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

SUBSEÇÃO II
DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 16.O servidor, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma prevista na Lei Complementar Federal nº 152, de 3 de dezembro de 2015.
§ 1ºO cálculo dos proventos da aposentadoria compulsória corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
§ 3º Caberá ao órgão de recursos humanos de origem do servidor, sob pena de responsabilidade de seus gestores, iniciar o processo de aposentadoria do servidor que completar a idade limite para a aposentadoria compulsória e adotar as providências necessárias ao seu imediato afastamento do exercício do cargo.

SUBSEÇÃO III
DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 17O servidor titular de cargo efetivo que ingressar no serviço público do município de São Paulo do Potengi/RN após a publicação da presente Lei Complementar, bem como os que ingressaram antes e venham a exercer o direito a opção por suas regras, fará jus à aposentadoria voluntária, preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I– 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e
II– 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
§ 1º Para o cálculo dos proventos da aposentadoria de que trata o caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois pontos percentuais) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 18O servidor titular de cargo efetivo que ingressar no serviço público do município de São Paulo do Potengi/RN a partir da publicação da presente Lei, com direito a idade mínima ou tempo de contribuição diferenciada da regra geral para concessão de aposentadoria, na forma dos §4º-A, §4º-C e
§5º do art. 40 da Constituição Federal, podem se aposentar, observados os seguintes requisitos:
I– O professor (a) fará jus à aposentadoria voluntária, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:
a)57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
b)25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, para ambos os sexos;
c)10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público, para ambos os sexos; e
d)5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.
II– O segurado cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, vedados a caracterização por categoria profissional ou ocupação e o enquadramento por periculosidade, fará jus à aposentadoria voluntária, preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, para ambos os sexos:
a)60 (sessenta) anos de idade;
b)25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição;
c)10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público; e
d)5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
III– O segurado com deficiência, cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, fará jus à aposentadoria voluntária, observadas as seguintes condições:
a)aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;
b)aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de
segurado com deficiência moderada;
c)aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou
d)aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.
§ 1º Considera-se para efeito de reconhecimento do direito à aposentadoria da pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 2ºO grau de deficiência será atestado por exame médico- pericial por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.
§ 3ºA existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.
§ 4ºA comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.
§ 5º Se o segurado, após a filiação ao IPREVSAPP, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente.
§ 6º Aplicam-se para a aposentadoria do segurado com deficiência, os mesmos critérios de concessão para o segurado com deficiência do RGPS, estabelecido na Lei Complementar Federal nº 142, de 8 de maio de 2013.
§ 7º Para o cálculo dos proventos da aposentadoria de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 8º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 19O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público do município de São Paulo do Potengi/RN até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente uma vez preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I– 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º deste artigo;
II– 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
III– 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
IV– 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
V– somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.
§ 1ºA partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do caput deste artigo será elevada para 57
(cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.
§ 2ºA partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do caput deste artigo será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.
§ 3ºA idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso V do caput e o § 2º deste artigo.
§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão:
I– 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;
II– 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem; e
III– 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete anos) de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2022.
§ 5ºO somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do caput deste artigo para as pessoas a que se refere o § 4º deste artigo, incluídas as frações, será equivalente a:
I– 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um), se homem; e
II– a partir de 1º de janeiro de 2020, será aplicado o acréscimo de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.
§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:
I– à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 23 desta Lei, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40, da Constituição Federal, desde que se aposente aos 62 (sessenta e dois anos) de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou aos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º deste artigo; e
II– para o servidor público não contemplado no inciso I, a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal e serão reajustados:
I– de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, com a garantia da paridade, se concedidas nos termos do disposto no inciso I do §6º deste artigo; ou
II– anualmente, pelos mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sem a garantia de paridade, se concedidas na forma prevista no inciso II do § 6º deste artigo.

Art. 20O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público do município de São Paulo do Potengi/RN até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I– 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
II– 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
III– 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
IV– pedágio de 100% (cem por cento) correspondente ao tempo em que, na data de entrada em vigor desta Lei, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II deste artigo.
§ 1º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.
§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:
I– em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003, e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 23 desta Lei; e
II– em relação aos demais servidores públicos não contemplado no inciso I deste artigo, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 3º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o §

2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal e serão reajustados:
I– de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, se concedidas nos termos do disposto no inciso I do § 2º deste artigo; e
II– anualmente, pelos mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sem a garantia de paridade, se concedidas nos termos do disposto no inciso II do
§ 2º deste artigo.

Art. 21O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público do município de São Paulo do Potengi/RN até a data de entrada em vigor desta Lei, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos, o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, poderá aposentar-se quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:
I– 66 (sessenta e seis) pontos e 15 (quinze) anos de efetiva exposição;
II– 76 (setenta e seis) pontos e 20 (vinte) anos de efetiva exposição; e
III– 86 (oitenta e seis) pontos e 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.
§ 1ºA idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o caput.
§ 2º Para cálculo dos proventos de que trata o caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição, ou no que exceder 15 (quinze) anos para os casos previstos no inciso I e não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal.
§ 3º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 22A aposentadoria do servidor titular de cargo efetivo com deficiência que tenha ingressado no serviço público do município de São Paulo do Potengi/RN até a data de entrada em vigor desta Lei, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, fará jus à aposentadoria voluntária, observadas as seguintes condições:
I- aos 60 (sessenta) anos de idade e 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 20 (vinte) anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;
II- aos 60 (sessenta) anos de idade e 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 24 (vinte e quatro) anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;
III- aos 60 (sessenta) anos de idade e 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 28 (vinte e oito) anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou
IV- aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.
§1ºO valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:
I– em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 23 desta Lei; e
II– em relação aos demais servidores públicos de que trata o caput deste artigo, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.
§ 2ºO valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o
§ 2º do art. 201 ou superior ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal e será reajustado:
I– de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 1º deste artigo; e
II– anualmente, pelos mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sem a garantia de paridade, se concedidas nos termos do disposto no inciso II do
§ 1º deste artigo.

Art. 23 Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria que tenham fundamento no disposto no inciso I do § 6º do art. 20, inciso I do § 2º do art. 21 e inciso I do § 1º
do art. 23, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em Lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:
I– se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e considerará a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria; e
II– se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis, por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor destas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, estabelecido pela média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou ao tempo total de instituição da vantagem, que será aplicada sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis.

SUBSEÇÃO IV
DA PENSÃO POR MORTE

Art. 24A pensão por morte concedida a dependente de segurado do**IPREVSAP**, passa a ser equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
§ 1ºA importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.
§ 2ºA habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.
§ 3º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes.
§ 5º Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.
§ 6º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput deste artigo será equivalente a:

I– 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; e
II– uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
§ 7º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no caput deste artigo.
§ 8º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de exame médico- pericial.
§ 9º Para concessão do benefício de pensão aos dependentes inválidos e incapazes será necessária a comprovação de que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício, não sendo admitida a inscrição daqueles que, mesmo nessa condição, não sejam solteiros ou possuam rendimentos.
§ 10O beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência intelectual,
mental ou grave, poderá ser convocado a qualquer momento pelo IPREVSAPP para avaliação das referidas condições.

Art. 25A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:
I -do dia do óbito, se requerida até 60 (sessenta) dias depois deste;
II -a partir da data do requerimento depois de decorrido o prazo previsto no inciso I;
III- da data sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente;
IV- da data da ocorrência do desaparecimento do segurado em acidente, desastre ou catástrofe devidamente evidenciados, desde que comprove que ingressou em Juízo para obter a competente sentença declaratória de ausência, caso em que a pensão provisória por morte presumida será devida até a prolação da sentença, momento a partir do qual o seu direito dependerá dos termos da decisão judicial.
§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa à período anterior à data de entrada do requerimento.
§ 2ºO direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, da decisão judicial ou nada data da ocorrência do desaparecimento, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

Art. 26O direito à percepção da cota de pensão paga ao cônjuge ou companheiro cessará nos seguintes casos:
§ 1ºse inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação dos parágrafos §2º e 3º deste artigo.
§ 2ºem 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;
§ 3ºtranscorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:
I- 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
II- 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
III- 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
IV- 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
V- (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
VI- vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.
§ 4º. Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no §1º ou os prazos previstos no § 3º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.
§ 5ºO tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que trata o § 2º e o § 3º deste artigo.

Art. 27É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do IPREVSAPP, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do inciso XVI art. 37 da Constituição Federal.
§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º deste artigo, a acumulação de:
I- pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro do IPREVSAPP, com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das
atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;
II– pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro do IPREVSAPP, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou do IPREVSAPP, ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; e
§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º deste artigo, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:
I– 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;
II– 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;
III– 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos; e
IV– 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.
§ 3ºA aplicação do disposto no § 2º deste artigo poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.
§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Lei.
§ 5ºNão se aplicam as restrições do caput deste artigo, quando existir dependente com deficiência intelectual, mental ou grave.

Art. 28 As pensões por morte concedidas a partir da publicação desta Lei, não serão alcançadas pela paridade e serão reajustadas, anualmente, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

SEÇÃO II
DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 29O décimo terceiro salário/abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria ou pensão por morte pago pelo IPREVSAP.
Parágrafo único.O décimo terceiro/abono anual de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício se encerrar antes deste mês, oportunidade em que o valor será o do mês da cessação.

Art. 30A concessão, cálculos e reajustes de aposentadoria ao servidor público do município de São Paulo do Potengi/RN e de pensão por morte aos respectivos dependentes serão asseguradas, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Lei, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

Art. 31É assegurado o reajustamento dos benefícios de aposentadorias e pensão por morte não alcançados pela paridade, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, ressalvados os beneficiados pela garantia da paridade de

revisão de proventos de aposentadoria e pensões de acordo com a legislação vigente.

Art. 32O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, desde que não seja concomitante.
Parágrafo único. As regras para aceitação e emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC, adotadas pelo
município de São Paulo do Potengi/RN seguirão as diretrizes da legislação federal previdenciária em vigor.

Art. 33É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 34 Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos bem como, de outras atividades sujeitas a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e de cargo eletivo.

Art. 35 Além do disposto nesta Lei, o IPREVSAPP, observará no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 36 Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201, da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na Lei Federal nº 9.796, de 05 de maio de 1999.
Parágrafo único. Os servidores municipais de que trata o art. 3º desta Lei, receberão do órgão instituidor **IPREVSAP**, todo o provento integral de aposentadoria, independente do órgão de origem (Regime Geral de Previdência Social - RGPS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 37 Os benefícios previdenciários pagos aos segurados ou aos seus dependentes não poderão ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção, salvo os seguintes descontos:
I-a contribuições previdenciárias previstas nesta Lei e os descontos autorizados por Lei;
II- o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
III- o Imposto de Renda retido na fonte;
IV -a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e,
VI -pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas ou privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do benefício.
§ 1ºA restituição de importância recebida indevidamente por beneficiário do IPREVSAP, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deverá ser atualizada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e feita de uma só vez, independentemente de outras penalidades legais.
§ 2º Caso o débito seja originário de erro do IPREVSAPP, o segurado, usufruindo de benefício regularmente concedido, poderá devolver o valor de forma parcelada, mediante formalização de Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, cujas parcelas não poderão exceder a 30% (trinta por cento) do valor do benefício em manutenção, sendo descontado em número de meses necessários à liquidação do débito. Se o segurado não usufruir de benefício, o valor deverá ser devolvido integralmente.

Art. 38O pagamento dos benefícios será efetuado apenas mediante depósito em conta bancária do segurado ou do(s) dependente(s).

Art. 39 Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo IPREVSAPP, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil Brasileiro e os prazos previstos no art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

SEÇÃO I
DAS GENERALIDADES

Art. 40 As importâncias arrecadadas pelo IPREVSAPP são de sua propriedade e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 41 Na realização da Reavaliação Atuarial em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados na legislação federal previdenciária vigente.

SEÇÃO II
DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 42 As disponibilidades de caixa do IPREVSAPP ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e Política Anual de Investimentos.

Art. 43A aplicação das reservas se fará tendo em vista:
I -segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;
II -a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez.
Parágrafo único.É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o caput em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação.

Art. 44O IPREVSAPP, poderá aplicar valores das disponibilidades financeiras, a serem depositados em contas próprias, em instituições financeiras bancárias devidamente autorizadas a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil, controlados de forma segregada dos recursos do ente federativo, conforme estabelecido pelo conselho Monetário Nacional.
I -para a seleção da instituição financeira responsável pela aplicação dos recursos, deverá ser considerado como critério mínimo de escolha, a solidez patrimonial, o volume de recursos administrativos e a experiência na atividade de administração de recursos de terceiros;
II- os recursos deverão ser aplicados nas condições de mercado, com observância dos limites aprovados no Plano Anual de Investimentos visando às condições de proteção e prudência financeira.

Art. 45 Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o IPREVSAP realizará as operações em conformidade com a política anual de investimentos definida pelo gestor de investimentos e aprovada pelo Conselhos Deliberativo e Fiscal, através de Resolução e auxiliado pelo Comitê de Investimentos.
Parágrafo único. As disponibilidades financeiras da taxa de administração ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do IPREVSAPP e aplicadas nas mesmas condições dos demais investimentos.

Art. 46 Os recursos do IPREVSAPP poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

CAPÍTULO V
DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I
DO ORÇAMENTO

Art. 47O orçamento do IPREVSAPP evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.
Parágrafo único.O orçamento do IPREVSAPP integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade observando-se, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II
DA CONTABILIDADE

Art. 48A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 49A escrituração contábil do IPREVSAPP deverá obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, ao disposto na legislação federal previdenciária vigente e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social, observando-se que:
I -A escrituração contábil do IPREVSAPP será distinta da mantida pelo tesouro municipal;
II -A escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do regime próprio de previdência social e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;
III- O exercício contábil tem a duração de um ano civil;
IV- O controle contábil do IPREVSAPP deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:
a)balanço orçamentário;
b)balanço financeiro;
c)balanço patrimonial; e
d)demonstrativo das variações patrimoniais.
V- para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;
VI- as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;
VII- os imóveis e demais bens do IPREVSAPP devem ser reavaliados e depreciados na forma estabelecida no Manual de Contabilidade Aplicado aos Regimes Próprios de Previdência Social.
VIII- os títulos públicos federais, adquiridos diretamente pelos RPPS, deverão ser marcados a mercado, mensalmente, no mínimo, mediante a utilização de parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir seu real valor.

SEÇÃO III
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 50O IPREVSAPP publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao do demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:
I- o valor de contribuição do ente estatal;
II- o valor de contribuição dos servidores públicos ativos;
III- o valor de contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas;
IV- o valor da despesa total com pessoal ativo;
V -o valor da despesa com pessoal inativo e com pensionistas;
VI- o valor da receita corrente líquida do ente estatal, calculada nos termos do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998; e
VII- os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º, do art. 2º da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

Art. 51O IPREVSAPP está sujeito às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.
Parágrafo único. O IPREVSAPP deve encaminhar a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho documentos e/ou demonstrativos mensais, bimestrais, semestrais e anuais exigidos na legislação previdenciária federal vigente para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, criado pelo Decreto nº 3.788 de 11 de abril de 2001.

SEÇÃO IV
DA DESPESA

Art. 52 Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.
Parágrafo único. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos conjuntamente com o Poder Executivo.

Art. 53A despesa do IPREVSAPP se constituirá de:

I – pagamento de prestações de natureza previdenciária;
II – pagamento de prestação de natureza administrativa.
§ 1º - A taxa de administração deverá observar os seguintes parâmetros:
I - financiamento na forma prevista na legislação do RPPS;
II - limitação de gastos aos seguintes percentuais máximos previstos em lei do ente federativo, apurados com base no exercício financeiro anterior, desde que devidamente financiados na forma dos incisos I e III:
de até 2,0% (dois por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do ISP-RPPS, de que trata o art. 238, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; ou

de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; e

III - vinculação dos recursos para pagamento das despesas correntes e de capital necessárias à organização, à administração e ao funcionamento do RPPS, observando-se que:

deverão ser administrados em contas bancárias e contábeis distintas das destinadas aos benefícios, formando reserva financeira administrativa para as finalidades previstas neste artigo;

mantém-se a vinculação das sobras mensais de custeio administrativo e dos rendimentos por elas auferidas, exceto se aprovada, pelo conselho deliberativo, na totalidade ou em parte, a sua reversão para pagamento dos benefícios do RPPS, vedada sua devolução ao ente federativo ou aos segurados do RPPS;

os valores arrecadados mensalmente com a taxa de administração, ainda que superiores aos limites anuais previstos no inciso II quando o seu financiamento se der por meio de alíquota incluída no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS, serão incorporados à reserva administrativa e poderão ser utilizados, inclusive com as sobras de custeio administrativo e os rendimentos auferidos, para as finalidades previstas neste artigo; e

poderão ser utilizados para aquisição, construção, reforma ou melhorias de imóveis destinados a uso próprio da unidade gestora nas atividades de administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS, bem como para reforma ou melhorias de bens destinados a investimentos, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante verificação por meio de análise de viabilidade econômico-financeira.

§ 1º Os recursos da taxa de administração utilizados em desconformidade com o previsto neste artigo deverão ser objeto de recomposição ao RPPS, sem prejuízo de adoção de medidas para ressarcimento por parte dos responsáveis pela utilização indevida dos recursos previdenciários.

§ 2º Na hipótese de a unidade gestora do RPPS possuir competências diversas daquelas relacionadas à administração do regime, inclusive se for responsável pela gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM e das perícias de benefícios por afastamentos temporários, deverá haver o rateio proporcional das despesas relativas a cada atividade para posterior apropriação nos custos correspondentes e a gestão segregada dos recursos, observando-se, ainda, que, se a estrutura ou patrimônio utilizado for de titularidade exclusiva do RPPS, deverá ser estabelecida uma remuneração ao regime em virtude dessa utilização.

§ 3º Eventuais despesas com prestação de serviços relativos à assessoria ou consultoria, independentemente da nomenclatura utilizada na sua definição, deverão observar os seguintes requisitos, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação do RPPS:

I - os serviços prestados deverão ter por escopo atividades que contribuam para a melhoria da gestão, dos processos e dos controles, sendo vedada a substituição das atividades decisórias da diretoria executiva e dos demais órgãos estatutários da unidade gestora, bem como das suas atividades finalísticas;

II - o valor contratual não poderá ser estabelecido, de forma direta ou indireta, como parcela, fração ou percentual do limite da taxa de administração ou como percentual de receitas ou ingressos de recursos futuros; e

III - em qualquer hipótese, os dispêndios efetivamente realizados não poderão ser superiores a 50% (cinquenta por cento) dos valores anuais da taxa de administração calculados conforme o inciso II do caput, considerados sem os acréscimos de que trata o § 4º.

§ 4º A lei do ente federativo poderá autorizar que o percentual da taxa de administração estabelecida na forma do inciso II do caput, seja elevado em até 20% (vinte por cento), exclusivamente para o custeio de despesas administrativas relacionadas a:

I - obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS, a ser obtida no prazo de 2 (dois) anos, contado da data da formalização da adesão ao programa, contemplando, entre outros, gastos referentes a:

a) preparação para a auditoria de certificação;

b) elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS;

c) cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários;

d) auditoria de certificação, procedimentos periódicos de autoavaliação e auditoria de supervisão; e

processo de renovação ou de alteração do nível de certificação; e

II - obtenção e manutenção de certificação pelos dirigentes da unidade gestora e membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS, contemplando, entre outros, gastos referentes a:

a) preparação, obtenção e renovação da certificação; e

b) capacitação e atualização dos gestores e membros dos conselhos e comitê.

§ 5º A definição dos percentuais da taxa de administração de que trata o inciso II do caput deverá observar os seguintes critérios:

I - considerar a classificação nos grupos de porte do ISP-RPPS publicado no penúltimo exercício anterior ao exercício no qual esse percentual será aplicado; e

II - em caso de regimes que não constarem da classificação do ISP-RPPS, deverá ser considerado o limite do grupo "Médio Porte", até que seja promovida a sua inclusão.

§ 6º As despesas originadas pelas aplicações dos recursos do RPPS em ativos financeiros, inclusive as decorrentes dos tributos incidentes sobre os seus rendimentos, deverão ser suportadas pelas receitas geradas pelas respectivas aplicações, assegurada a transparência de sua rentabilidade líquida.

§ 7º Em caso de insuficiência de recursos da taxa de administração, inclusive para pagamento de tributos ou de insumos materiais e tecnológicos indispensáveis para a gestão do regime, deverão ser aportados recursos pelo ente federativo, desde que assegurada transparência ao custeio administrativo do RPPS.

Parágrafo único. As alíquotas da taxa de administração do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS serão definidas e aplicadas de acordo com a classificação do ente no Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), observando-se os limites legais estabelecidos para cada grupo de porte, incidindo sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, conforme opção adotada pelo ente federativo.

§ 2º Na verificação do limite definido no § 1º do*caput*, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros;
§ 3º O descumprimento dos critérios fixados para a taxa de administração do Regime Próprio de Previdência Social representará utilização indevida dos recursos previdenciários".

CAPÍTULO V
DA DIRETORIA DO IPREVSAPP

ART. 54.O art. 70 da Lei Municipal nº 856, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
"ART. 70.Ficam criados na estrutura do Instituto Previdenciário do Município de São Paulo do Potengi – IPREVSAPP os seguintes cargos:
I – 01 (um) cargo em comissão de Diretor Presidente, símbolo CC1;
II – 01 (um) cargo em comissão de Gerente Administrativo e Financeiro, símbolo CC2;
III – 01 (um) cargo em comissão de Assistente Previdenciário, símbolo CC3;
IV – 01 (um) cargo em comissão de Auxiliar Administrativo, símbolo CC4; e
V – 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional.

§ 1º Os cargos previstos nos incisos I a IV, deste artigo são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei e da legislação aplicável.
§ 2º O cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional será remunerado com vencimento correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente e será regido pela Lei Municipal nº 398/1998, que dispõe sobre o Código dos Servidores Públicos do Município de São Paulo do Potengi/RN; e suas alterações posteriores.
§ 3º Os cargos de Diretor-presidente, Gerente Administrativo e Financeiro e Assistente Previdenciário serão providos, preferencialmente, por pessoas portadoras de nível superior, observadas as qualificações e atribuições estabelecidas em lei.
§ 4º Os cargos em comissão previstos neste artigo serão, preferencialmente, ocupados por servidores do quadro efetivo, observados os requisitos legais.
§ 5º Será observada a legislação aplicável às hipóteses de nepotismo para a ocupação dos cargos previstos neste artigo.
§ 6º Além dos impedimentos previstos na legislação pertinente aos servidores públicos municipais, é vedada a nomeação de pessoa cujas prestações de contas, na qualidade de gestor ou responsável por bens ou dinheiros públicos, tenham sido rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como de pessoa que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou que tenha provocado, comprovadamente, dolo ou prejuízo ao erário público.
§ 7º Aos ocupantes dos cargos e funções relacionados às atividades de gestão previdenciária, administrativa, financeira e de benefícios aplicam-se as vedações previstas na legislação pertinente, especialmente quanto ao exercício de atividade político-partidária, cargos administrativos sindicais e patrocínio de causa contra a Administração Pública Municipal."
Art. 55.O artigo 3º da Lei Municipal nº 1094 de 20 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º.A função de Controlador Interno do Instituto Previdenciário do Município de São Paulo do Potengi – IPREVSAPP será exercida pelo servidor previsto no artigo 54, inciso III desta lei, que possua conhecimento técnico e, preferencialmente, formação de nível superior em uma das seguintes áreas:
I – Administração ou Administração Pública;
II – Direito;
III – Economia ou Ciências Econômicas;
IV – Contabilidade;
V – Matemática;
VI – Gestão Pública; ou
VII – qualquer curso superior, desde que possua pós-graduação lato sensu (especialização) cujo conteúdo seja relacionado à Administração Pública.
§ 1ºA designação do Controlador Interno será realizada pelo Diretor Presidente do IPREVSAPP, mediante Portaria própria.
§ 2ºNa hipótese de inexistência de Assistente Previdenciário interessado ou que atenda aos requisitos de qualificação previstos neste artigo, o Poder Executivo Municipal poderá ceder servidor para o exercício da função de Controlador Interno.
§ 3ºO servidor cedido nos termos do § 2º exercerá exclusivamente as atividades relacionadas ao controle interno do IPREVSAPP, mantendo a remuneração correspondente ao seu cargo de origem.
§ 4ºO exercício da função de Controlador Interno observará as normas e os princípios aplicáveis ao controle da Administração Pública, bem como as orientações dos órgãos de controle externo e da legislação previdenciária."

CAPÍTULO VI
DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

Art. 56 Fica acrescido aos artigos 65 e 67 da Lei 856/2014, o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único – Na impossibilidade ou negativa de indicação por um dos Poderes ou categoria de classe, dos representantes constantes nos incisos I, II, III e IV, a indicação ocorrerá pelo chefe do Poder Executivo."

CAPÍTULO VII
DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS ADMINISTRATIVOS

Art. 57O Artigo 81 da Lei 856 de 06 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 81.**As contribuições legalmente instituídas, devidas pelo Município e não repassadas ao IPREVSAPP até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em moeda corrente, conforme as regras definidas pelo MPAS, observados os seguintes critérios:
I- previsão, em cada termo de acordo de parcelamento, do número máximo de 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas;
II- Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo do acordo de parcelamento, com multa de 2% (dois por cento);
III- As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos até o mês do pagamento.
IV- As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento
V- vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento; previsão das medidas, sanções ou multas para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do termo de acordo de parcelamento;
VI- vedação de inclusão, no acordo de parcelamento, das contribuições descontadas dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, salvo nos casos previstos em legislação federal exarada pelo MPAS;
VII- vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.
§ 1ºA retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato da formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.
§ 2º. Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.
§3º. É vedada a dação de bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para o pagamento de débitos com o RPPS, excetuada a amortização do déficit atuarial, devendo, neste caso, serem observados os seguintes parâmetros, além daqueles estabelecidos nas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS.
§4º.O Regime Próprio de Previdência Social de SÃO PAULO DO POTENGI/RN deverá suspender os parcelamentos de que trata esta lei:
I-Os acordos de parcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados
II-em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no § 1º;"

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58 Para todos os efeitos os períodos de tempo utilizados para o cálculo de concessões de quaisquer benefícios previdenciários constantes na presente Lei, serão considerados e contados em número de dias.

Art. 59O Município de São Paulo do Potengi/RN é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do IPREVSAPP decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 60O Poder Executivo poderá destinar por Decreto, patrimônio imobiliário e direitos creditórios decorrentes de bens e ou ativos, ao IPREVSAPP, até o montante total que corresponda ao passivo atuarial.
§ 1º Fica vedada a dação em pagamento com bens móveis e imóveis de qualquer natureza, ações ou quaisquer outros títulos, para amortização de débitos, excetuada a amortização do déficit atuarial.
§ 2ºA entrega de bens e direitos ao IPREVSAPP**,**nos termos deste artigo, depende da aceitação do patrimônio transferido por parte do Conselhos Deliberativo e Fiscal e far-se-á em caráter incondicional após a respectiva formalização, vedado ao Município qualquer reivindicação ou reversão posterior do ato de cessão, exceto a anulação por ilegalidade.

Art. 61. Para fins de contagem de pontos e pedágio; definição da data de ingresso no serviço público; bem como fórmula de Cálculo de Proventos e concessão de Benefícios de Aposentadorias e Pensão por Morte, ficam mantidas as datas previstas na lei, 1.077/2022 de 20 de junho de 2022.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os prazos e condições previstas no Artigo anterior, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:602C59B9

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 09 DEOUTUBRO DE 2026

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 003/2023, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, CONCEDE REAJUSTE DE 3,1% (TRÊS VÍRGULA UM POR CENTO) AOS VENCIMENTOS DOS CARGOS POR ELA ABRANGIDOS, ESTABELECE SEUS EFEITOS FINANCEIROS, DISCIPLINA O PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS RETROATIVAS, DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO REAJUSTE NO BIÊNIO 2026/2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e pela Lei Orgânica Municipal, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO REAJUSTE REMUNERATÓRIO

Art. 1º Ficam reajustados em **3,1% (três vírgula um por cento)**os valores dos vencimentos básicos dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Saúde do Município de São Paulo do Potengi/RN, instituído pela **Lei Complementar Municipal nº 003/2023**, observadas as classes, níveis, referências, categorias funcionais e demais critérios nela estabelecidos.
§ 1ºO reajuste de que trata o caput incidirá sobre os valores dos vencimentos básicos constantes do **Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 003/2023**, alcançando exclusivamente os cargos e servidores submetidos ao respectivo Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
§ 2ºA aplicação do percentual previsto neste artigo deverá preservar a estrutura remuneratória, as classes, os níveis, as referências e os critérios de evolução funcional estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 003/2023, não importando, por si só, criação, transformação ou extinção de cargos públicos.
§ 3º Os valores resultantes da aplicação do reajuste serão aqueles constantes do **Anexo Único desta Lei Complementar**, que passa a substituir, para todos os efeitos legais, os correspondentes valores constantes do Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 003/2023.
§ 4ºA alteração promovida por esta Lei Complementar possui natureza exclusivamente remuneratória quanto aos valores nela especificados, permanecendo inalteradas as demais disposições da Lei Complementar Municipal nº 003/2023 que não tenham sido expressamente modificadas.

CAPÍTULO II
DA NOVA TABELA DE VENCIMENTOS

Art. 2º O **Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 003/2023**, no que se refere aos valores dos vencimentos básicos dos cargos abrangidos pelo reajuste de que trata esta Lei Complementar, passa a vigorar com os valores constantes do**Anexo Único**desta Lei Complementar.
§ 1º Os valores constantes do Anexo Único correspondem à aplicação do percentual de **3,1% (três vírgula um por cento)**sobre a base remuneratória considerada no processo administrativo que fundamentou a presente alteração legislativa.
§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos, conjuntamente com os setores de Contabilidade, Finanças e Folha de Pagamento, promover a conferência dos valores constantes do Anexo Único e sua correta implantação nos assentamentos funcionais e financeiros dos servidores.
§ 3ºA aplicação da nova tabela deverá respeitar a situação funcional individual de cada servidor, inclusive quanto à classe, nível, referência, progressão, enquadramento e demais vantagens legalmente incorporadas ou calculadas sobre o vencimento básico.
§ 4º Nenhum servidor poderá, em razão exclusivamente da aplicação desta Lei Complementar, sofrer redução nominal do vencimento básico regularmente percebido, observado o disposto no art. 37, XV, da Constituição Federal.

CAPÍTULO III
DOS EFEITOS FINANCEIROS E DAS DIFERENÇAS RETROATIVAS

Art. 3ºO reajuste remuneratório previsto nesta Lei Complementar produzirá **efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026**, para os servidores que, naquela data, já se encontravam abrangidos pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários instituído pela Lei Complementar Municipal nº 003/2023.
§ 1º Aos servidores que tenham ingressado, sido enquadrados ou passado a preencher os requisitos para percepção dos vencimentos previstos no PCCS posteriormente a 1º de janeiro de 2026, os efeitos financeiros serão devidos a partir da data em que tiver surgido o respectivo direito, observadas as disposições da legislação municipal.
§ 2º Constituem diferenças remuneratórias retroativas, para os fins desta Lei Complementar, os valores correspondentes à diferença entre:
I –a remuneração efetivamente paga ao servidor nas competências anteriores à implantação definitiva do reajuste; e
II –a remuneração que seria devida caso os vencimentos básicos reajustados em 3,1% (três vírgula um por cento) estivessem implantados desde 1º de janeiro de 2026 ou desde a data posterior em que o servidor tenha adquirido o respectivo direito.
§ 3º As diferenças previstas neste artigo serão apuradas individualmente pela Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos, mediante demonstrativo próprio, considerando-se a situação funcional de cada servidor em cada competência.
§ 4ºA apuração deverá observar, quando juridicamente incidentes, os reflexos decorrentes da alteração do vencimento básico sobre parcelas remuneratórias que possuam este como base de cálculo, vedada a inclusão de vantagem ou parcela sem previsão legal.
§ 5ºA Administração deverá manter nos autos do processo administrativo memória de cálculo suficiente para demonstrar, de forma individualizada:
I –o servidor beneficiário;
II –o cargo, classe, nível ou referência;
III –o vencimento básico anteriormente considerado;
IV –o vencimento básico resultante do reajuste;

V –a diferença mensal;
VI –o período de incidência;
VII –os reflexos legalmente cabíveis;
VIII –o valor total devido; e
IX –o valor correspondente a cada parcela do pagamento retroativo.

CAPÍTULO IV
DO PAGAMENTO PARCELADO DAS DIFERENÇAS

Art. 4º As diferenças remuneratórias retroativas decorrentes da aplicação do reajuste previsto nesta Lei Complementar serão quitadas pelo Município em **02 (duas) parcelas**, conforme pactuado no processo administrativo que antecedeu a edição desta Lei Complementar.
§ 1ºO pagamento observará o cronograma administrativo estabelecido para as competências financeiras de**agosto e setembro de 2026**, sem prejuízo da adequação operacional necessária quando a aprovação, sanção, publicação ou processamento da folha ocorrer em momento posterior à competência inicialmente programada.
§ 2º Na hipótese de impossibilidade material de inclusão de qualquer das parcelas na competência originalmente programada, em razão da data de conclusão do processo legislativo ou do fechamento da respectiva folha de pagamento, a parcela será incluída na primeira folha subsequente tecnicamente disponível, sem prejuízo do reconhecimento integral da obrigação.
§ 3ºO parcelamento previsto neste artigo:
I –não importa renúncia, remissão ou redução do valor principal devido;
II –não modifica a data inicial dos efeitos financeiros estabelecida no art. 3º;
III –destina-se exclusivamente a compatibilizar a quitação do passivo remuneratório com o fluxo financeiro e orçamentário municipal;
IV –não autoriza a postergação indefinida das parcelas; e
V –deverá observar os valores individualmente apurados pelos setores competentes.
§ 4º Caso a primeira parcela já tenha sido processada administrativamente antes da entrada em vigor desta Lei Complementar, considerar-se-á cumprida, nessa extensão, a obrigação prevista neste artigo, permanecendo exigível apenas o saldo remanescente.
§ 5º Os setores responsáveis pela folha de pagamento deverão emitir relatório final de cumprimento, demonstrando a implantação do novo vencimento básico e a quitação das duas parcelas correspondentes às diferenças retroativas.

CAPÍTULO V
DO REAJUSTE PACTUADO PARA O BIÊNIO 2026/2027

Art. 5ºO percentual de **3,1% (três vírgula um por cento)**estabelecido por esta Lei Complementar constitui o **reajuste remuneratório específico pactuado para o biênio 2026/2027**, relativamente aos cargos abrangidos pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Saúde.
§ 1º Durante os exercícios de **2026 e 2027**, não haverá, em decorrência do acordo administrativo que fundamenta esta Lei Complementar, nova negociação destinada à concessão de outro aumento remuneratório específico sobre os mesmos vencimentos, ficando a reabertura ordinária da negociação remuneratória para período posterior ao encerramento do referido biênio.
§ 2ºA regra estabelecida no caput e no § 1º deste artigo **não constitui congelamento absoluto de remuneração** e não poderá ser interpretada como renúncia, suspensão ou supressão de direito remuneratório cuja implementação decorra obrigatoriamente de:
I –lei municipal vigente;
II –progressão ou evolução funcional legalmente adquirida;
III –piso profissional nacional de observância obrigatória pelo Município;
IV –revisão remuneratória que se torne juridicamente obrigatória por força de lei;
V –decisão judicial transitada em julgado;
VI –norma constitucional ou legislação federal superveniente de observância obrigatória; ou
VII –qualquer outra hipótese em que a Administração esteja legalmente vinculada à implementação de direito remuneratório.
§ 3ºA vedação prevista no § 1º refere-se exclusivamente à concessão de **novo aumento específico de caráter negocial decorrente do acordo que deu origem a esta Lei Complementar**, não alcançando direitos funcionais autônomos previstos na Lei Complementar Municipal nº 003/2023.
§ 4º Permanecem preservadas, portanto, as progressões funcionais, enquadramentos, pisos e demais vantagens cuja aquisição decorra do preenchimento dos requisitos previstos na legislação pertinente.
§ 5º Encerrado o exercício de 2027, eventual nova alteração específica das tabelas remuneratórias deverá observar a legislação vigente, a iniciativa legislativa constitucionalmente competente, a disponibilidade orçamentária e financeira e os requisitos de responsabilidade fiscal aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA RESPONSABILIDADE FISCAL E ORÇAMENTÁRIA

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas ao Fundo Municipal de Saúde e/ou às unidades orçamentárias responsáveis pelo pagamento dos servidores abrangidos, suplementadas, se necessário, na forma da legislação orçamentária vigente.

Art. 7ºA implementação das medidas previstas nesta Lei Complementar observará:
I –a Constituição Federal, especialmente os arts. 37, X, e 169;
II –a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente as disposições relativas à criação ou ampliação de despesa obrigatória e aos limites de despesa com pessoal;
III –a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município;
IV –a Lei Orçamentária Anual;
V –a Lei Complementar Municipal nº 003/2023; e
VI –os estudos, demonstrativos e declarações de adequação orçamentária e financeira integrantes do respectivo processo administrativo.
Parágrafo único. Os setores de Finanças, Contabilidade, Administração e Recursos Humanos deverão adotar as medidas necessárias para que a implantação dos novos valores e o pagamento das diferenças retroativas sejam registrados de forma individualizada e transparente nos sistemas contábil, financeiro e de folha de pagamento.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8ºA aplicação desta Lei Complementar não altera as atribuições, requisitos de investidura, jornada, natureza jurídica, quantitativo ou forma de provimento dos cargos integrantes do PCCS da Saúde, ressalvadas exclusivamente as alterações remuneratórias expressamente previstas nesta Lei Complementar.

Art. 9º Permanecem integralmente vigentes os dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 003/2023 não modificados expressamente por esta Lei Complementar.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários à fiel execução desta Lei Complementar, inclusive quanto à implantação da nova tabela, apuração individual das diferenças e processamento das parcelas retroativas, **vedada a alteração, por ato infralegal, dos valores ou critérios remuneratórios estabelecidos em lei**.

Art. 11. Integra esta Lei Complementar, para todos os efeitos jurídicos, o **Anexo Único – Tabela de Vencimentos dos Cargos Integrantes do PCCS dos Servidores da Saúde**, correspondente aos valores decorrentes da aplicação do reajuste de 3,1% (três vírgula um por cento).
Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo **efeitos financeiros na forma do art. 3º, a partir de 1º de janeiro de 2026**.
Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os valores anteriormente constantes do Anexo I da Lei Complementar

Municipal nº 003/2023 que sejam incompatíveis com o Anexo Único desta Lei Complementar.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:2E462142

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.273, DE 8 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO PEDRA BRANCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Pedra Branca, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 21.297.385/0001-70, com sede no Assentamento Pedra Branca, São Paulo do Potengi/RN.

Art. 2º A entidade tem como finalidade representar, organizar e fortalecer os agricultores e agricultoras familiares do assentamento, promovendo o desenvolvimento rural sustentável, incentivando a produção, bem como apoiando a execução de políticas públicas voltadas ao setor.

Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei não implica em repasse automático de recursos financeiros, devendo eventuais parcerias ou convênios obedecerem à legislação vigente.

Art. 4º A entidade deverá manter suas atividades em conformidade com seu Estatuto Social e prestar contas sempre que houver recebimento de recursos públicos, na forma da lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 08 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI DE ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:E372348A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
PORTARIA Nº 214/2026

REGULAMENTA A BOLSA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ALFABETIZAÇÃO, HOMOLOGA O RESULTADO DA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, JEAN CARLOS DE REZENDE, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 339/2026, que institui o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para a implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento das ações de alfabetização e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, monitoramento das aprendizagens, análise de resultados e planejamento de intervenções pedagógicas;

CONSIDERANDO a análise dos registros das atividades desenvolvidas e da participação das profissionais nas ações relacionadas à alfabetização e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a Ata de Reunião para Análise e Seleção dos Beneficiários da Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, a execução da Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização, vinculada ao Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização.

Art. 2º A Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização tem por finalidade apoiar ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, monitoramento das aprendizagens, análise de resultados, planejamento e intervenção pedagógica, contribuindo para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º Ficam homologadas, para o exercício de 2026, as seguintes beneficiárias:
I – ATAÍZE MOTA DA SILVA, Coordenadora Pedagógica de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, com valor de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, durante o período definido no instrumento regulamentador;
II – JULIETA DE ARAÚJO PEREIRA, Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação, com valor de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, durante o período definido no instrumento regulamentador.

Art. 4º As beneficiárias desenvolverão atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, compreendendo:
I – Acompanhamento pedagógico das ações de alfabetização;
II – Participação e colaboração nas ações de formação continuada;
III – Acompanhamento e monitoramento dos processos de aprendizagem dos estudantes;
IV – Organização e análise de dados educacionais;
V – Análise dos resultados das avaliações da aprendizagem;
VI – Planejamento e acompanhamento de estratégias de intervenção pedagógica;
VII – Apoio às equipes gestoras, coordenações pedagógicas e professores;
VIII – Acompanhamento da implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
IX – Participação em reuniões técnicas e pedagógicas;
X – Sistematização e registro das ações desenvolvidas;
XI – Elaboração de relatórios e demais documentos de acompanhamento.

Art. 5º As beneficiárias desenvolverão suas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, especialmente nas ações relacionadas à alfabetização e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 6º A concessão e o pagamento das bolsas observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como as normas legais e administrativas aplicáveis.

Art. 7º As beneficiárias deverão participar das atividades previstas nesta Portaria e apresentar os registros e documentos comprobatórios das ações desenvolvidas, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação manterá os registros das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, incluindo relatórios, atas, listas de frequência, registros de formação, instrumentos de acompanhamento pedagógico, registros de monitoramento das aprendizagens e demais documentos comprobatórios.

Art. 9º Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias, contado da publicação desta Portaria, para apresentação de eventual impugnação ao resultado, mediante requerimento protocolado junto à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As manifestações serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação e sua equipe técnica, observadas as normas aplicáveis.

Art. 10. Decorrido o prazo previsto no artigo anterior e apreciadas eventuais manifestações, serão adotadas as providências administrativas necessárias à execução do pagamento das bolsas, observadas a legislação aplicável e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS DE REZENDE
Secretário Municipal de Educação
São Paulo do Potengi/RN

ANEXO ÚNICO
ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA BOLSA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ALFABETIZAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, reuniram-se o Secretário Municipal de Educação, Jean Carlos de Rezende, juntamente com integrantes da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de realizar a análise e seleção das beneficiárias da Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização.

A reunião teve como objetivo analisar a atuação e a contribuição das profissionais envolvidas diretamente no planejamento, acompanhamento, formação e implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização, considerando a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para a implementação, acompanhamento e avaliação das ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino.

Durante a reunião, foram analisados os requisitos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para concessão da bolsa, considerando a atuação profissional, a formação, o envolvimento com as ações de alfabetização, o acompanhamento pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a participação nas ações de formação continuada e o desenvolvimento de atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

Após a análise da documentação apresentada e das informações disponíveis nos registros da Secretaria Municipal de Educação, foram selecionadas as seguintes profissionais:
I – ATAÍZE MOTA DA SILVA
Coordenadora Pedagógica de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, integrante do quadro de servidores efetivos da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN, encontrando-se em exercício junto à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, mediante cessão/convênio, conforme documentação funcional pertinente.

A profissional possui formação compatível com a área de atuação e desenvolve atividades relacionadas à coordenação e ao acompanhamento das ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino.

Participa das ações de formação continuada relacionadas à alfabetização, incluindo o Percurso Formativo de Alfabetização Inicial – 1º e 2º anos do Programa de Formação Continuada em Alfabetização/Pró-Alfa, conforme registros de participação e documentação disponível.

Após análise da documentação e das informações apresentadas, constatou-se o atendimento aos requisitos estabelecidos para a concessão da Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização.

II – JULIETA DE ARAÚJO PEREIRA
Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, integrante do quadro efetivo de profissionais da Secretaria Municipal de Educação.
A profissional possui formação acadêmica compatível com sua área de atuação, incluindo Mestrado em Educação, e desenvolve atividades relacionadas ao acompanhamento pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Participa das ações formativas destinadas às equipes técnicas, conforme registros de participação e documentação disponível.

Após análise da documentação e das informações apresentadas, constatou-se o atendimento aos requisitos estabelecidos para a concessão da Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização.

Ficou estabelecido que cada beneficiária receberá o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, durante o período definido no instrumento regulamentador, totalizando R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por beneficiária, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e as disposições legais aplicáveis.

As beneficiárias deverão desenvolver e/ou apoiar ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, contribuindo para o planejamento, acompanhamento pedagógico, formação continuada, orientação aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, análise de resultados de aprendizagem e demais ações definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Após análise e deliberação dos presentes, o resultado foi considerado aprovado, devendo ser encaminhado para homologação por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação e para as providências administrativas pertinentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Luiza Renata da Cruz Basílio, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

São Paulo do Potengi/RN, 28 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS DE REZENDE
Secretário Municipal de Educação

JUSSARA KARLA DE MACEDO GOMES MOTA
Articuladora Municipal de Educação

FRANCISCA APARECIDA DA SILVA BEZERRA
Equipe Técnica

JULIETA DE ARAÚJO PEREIRA
Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais

ATAÍZE MOTA DA SILVA
Coordenadora Pedagógica de Alfabetização

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:DDB2B781

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
PORTARIA Nº 215/2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de São Paulo do Potengi/RN e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 337,de 08 de outubro de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a composição e o funcionamento da instância municipal responsável pela articulação, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a adesão do Município de São Paulo do Potengi/RN ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e sua articulação com a Política de Alfabetização do Território do Rio Grande do Norte;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, instituído pelo Decreto Municipal nº _____/2026.

Art. 2ºO Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelos seguintes representantes:

Nº	REPRESENTAÇÃO	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
01	Secretaria Municipal de Educação	JEAN CARLOS DE REZENDE	MICARLA GOMES DA SILVA
02	Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação	FRANCISCA APARECIDA DA SILVA BEZERRA	IVANIRA BATISTA DE ARAÚJO
03	Articulação Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	JUSSARA KARLA DE MACEDO GOMES	JULIETA DE ARAÚJO PEREIRA
04	Representação dos Professores da Educação Infantil	ELISÂNGELA DA PAIXÃO LOPES	MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO
05	Representação dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	MARCINO DE OLIVEIRA BEZERRIL JÚNIOR	JÉSSICA HELLEN ENCARNAÇÃO OS SANTOS
06	Representação dos Gestores Escolares	KARINA MARQUES CARDOSO –	JUSCIMARA DE OLIVEIRA LOPES
07	Coordenadores Pedagógicos	ATAÍZE MOTA DA SILVA	RUTHANE DOLORES DE OLIVEIRA SOUZA
08	Conselho Municipal de Educação	LUIZA RENATA DA CRUZ BASÍLIO	JOSEFA JANELEIDE S. DANTAS

Art. 3º Fica designado JEAN CARLOS DE REZENDE Secretário Municipal de Educação, para exercer a Coordenação do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA.
Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do (a) Coordenador (a), a coordenação dos trabalhos será exercida pelo membro por ele (a) formalmente designado.

Art. 4º Fica designado (a), Ataíze Mota da Silva, ocupante do cargo/função de Coordenadora Pedagógica para exercer a Secretaria Executiva do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.

Art. 5º Compete aos membros designados nesta Portaria participar das reuniões e atividades do Comitê, contribuindo para:
I – O acompanhamento da implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – A articulação das ações municipais relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – O acompanhamento dos indicadores e resultados de alfabetização e aprendizagem;
IV – A análise de dados educacionais para subsidiar a tomada de decisões;
V – O acompanhamento das ações de formação continuada;
VI – O acompanhamento das estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – A identificação de necessidades e desafios da Rede Municipal de Ensino relacionados à alfabetização;
VIII – A proposição de estratégias e ações para o fortalecimento da alfabetização; e
IX – O cumprimento das demais atribuições estabelecidas no Decreto Municipal nº 337/2026.

Art. 6º Os membros titulares serão substituídos pelos respectivos suplentes em suas ausências ou impedimentos.

Art. 7ºA participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 8ºO mandato dos membros do Comitê será de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo único.A substituição de membros será formalizada por ato da Secretaria Municipal de Educação, observada a indicação do respectivo segmento.

Art. 9ºO Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, conforme convocação de sua Coordenação.

Art. 10. Os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê deverão ser registrados em atas e demais documentos oficiais, de modo a assegurar o acompanhamento das ações, dos encaminhamentos e das deliberações realizadas.

Art. 11. Os membros ora designados deverão atuar de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e demais instituições participantes da Política Municipal de Alfabetização, respeitadas as competências de cada órgão ou segmento.

Art. 12. Esta Portaria poderá ser atualizada sempre que houver alteração na composição do Comitê ou necessidade de substituição de seus membros.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS DE REZENDE
Secretário Municipal de Educação
São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:FD4676D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 9010055/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 9010055/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.079.915/0001-46. CONTRATADA: AIRAN CRISANTO PONTES, inscrito no CNPJ sob nº. 21.254.158/0001-68. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFANTIS, DESTINADOS ÀS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN. VIGÊNCIA: 09/10/2026 a 31/12/2026. VALOR TOTAL DO

CONTRATO: R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

São Pedro/RN, 09 de outubro de 2026.

Município de São Pedro/RN.
LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO -
Prefeito Municipal.

Airan Crisanto Pontes -
. AIRAN CRISANTO PONTES –
Representante Legal.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:836909A2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 021/2026

DECRETO Nº 021/2026

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais em virtude do Feriado Nacional de 12 de outubro, e dá outras providências.

O SENHOR LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o dia 12 de outubro é Feriado Nacional, instituído pela Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980, em Consagração a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;

DECRETA:

Art. 1º Fica informada a suspensão do expediente nos Órgãos da Administração Pública do Município de São Pedro/RN, no dia 12 de outubro de 2026 (segunda-feira), em razão do Feriado Nacional consagrado a Nossa Senhora Aparecida, exceto para os serviços essenciais de Saúde, Segurança Pública e Serviços Urbanos, que deverão manter seu funcionamento normal.
Art. 2º Durante a data mencionada no artigo anterior, os serviços de Saúde, Segurança Pública e Serviços Urbanos deverão ser garantidos, a fim de atender as necessidades da população.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data mencionada no art. 1°, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
São Pedro/RN, 09 de outubro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:38A5555E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 47/2026
Processo Administrativo Eletrônico nº 52931874-2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 74, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DO CANTOR "ACÁCIO O FERINHA DA BAHIA" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 28 DE OUTUBRO NA FESTA DE EMANCIPAÇÃO EM ALUSÃO AOS 98 ANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN.

Contratação da empresa ACACIO O FERINHA DA BAHIA LTDA, inscrita no CPNJ Nº 54.490.177/0001-42, por meio de inexigibilidade de licitação, para apresentação de show artístico no "Festa de Emancipação Política" no Município de São Tomé/RN.

VALOR TOTAL: R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 08 de outubro de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:C5515D72

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 48/2026
Processo Administrativo Eletrônico nº 87185830-2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 74, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DO CANTOR "ARNALDINHO NETTO" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 28 DE OUTUBRO NA FESTA DE EMANCIPAÇÃO EM ALUSÃO AOS 98 ANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN.

Contratação da empresa ARNALDO LOPES PEREIRA NETO - ME, inscrita no CPNJ Nº 30.542.199/0001-40, por meio de inexigibilidade de licitação, para apresentação de show artístico no "Festa de Emancipação Política" no Município de São Tomé/RN.

VALOR TOTAL: R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 08 de outubro de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:96E1D079

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 220/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE ADIAMENTO DO PONTO FACULTATIVO DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2026 (DIA DO SERVIDOR PÚBLICO) PARA O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026, NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, VI, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica adiado o ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2026 (Dia do Servidor Público) para o dia 30 de outubro de 2026, nos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Município, excetuando-se aquelas atividades que sejam consideradas essenciais, nos termos da Lei 7.783/89 e do Decreto Federal n° 10.329/20.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Luiza em São Vicente/RN, 09 de outubro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:29FB6624

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 221/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os critérios inerentes à forma de pagamento do IPTU de 2026, como parcelas, descontos e prazos conforme definidos no Artigo 194 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23 de dezembro de 2013 - Código Tributário Municipal e, posteriores alterações, que trata da arrecadação do referido imposto.

R E S O L V E:

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimentos, fixa(m) o(s) vencimento(s) e dá outras providências para o exercício de 2026 do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
Art. 2º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU referente a 2026 poderá ser pago em uma só parcela com desconto de 20% (vinte por cento) até 30 de dezembro de 2026, nos termos do § 4º do Art. 216 do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. As parcelas pagas fora do prazo estabelecido serão acrescidas de multa de 0,33% ao dia, até o limite de 10% mais juros de 1% ao mês e mais correção com base na variação mensal do IGPM, através da emissão de um novo Documento de Arrecadação (DAM) para pagamento.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Palácio da Luiza em São Vicente/RN, 09 de outubro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6071F376

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 013/2026/SAMAA, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JOYCE FERNANDES DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor (a) **JOYCE FERNANDES DE MEDEIROS**, Mat. 60424, ocupante da função de **ENGENHEIRA AGRÔNOMA** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, Participar da Festa do Boi, no dia 13 de outubro, conforme agenda do SEBRAE, por ocasião do dia dedicado ao Projeto AgroSertão Algodão, para tratar de assuntos de interesse do município, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 09 de Outubro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JOSENILSON DINIZ SOARES
Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:D74695D8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°422/2026/GAB/PREF, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSENILSON DINIZ SOARES e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JOSENILSON DINIZ SOARES**, Mat. 350, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E ABASTECIMENTO** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de

NATAL/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 13 de outubro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 09 de outubro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:4A5441E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°423/2026/GAB/PREF, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JUCELIO MEDEIROS CUNHA e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JUCELIO MEDEIROS CUNHA**, Mat. 1100, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE ESPORTE** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 09 de outubro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 09 de outubro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DEDDFE60

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 424/2026/GAB/PREF DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diária(s) a FÁBIO VALENTIM DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedido ¾ de diária ao servidor **FÁBIO VALENTIM DE MEDEIROS**, Mat. 875, ocupante da função de Secretário Municipal de Transportes deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 09 de outubro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 09 de outubro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C8338068

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 093/2026 – SMAS, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA FISCAL PARA A PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2025, CONTRATO Nº 320/2026.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;
RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO Nº 320/2026, celebrado entre o *FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL*, e o Empresa: 29.020.390 NELCILENE RIBEIRO BORRALHO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 29.020.390/0001-43, o(s) seguinte(s) servidor(es): VILMA SOARES SANTANA DA SILVA, CPF: 072.619.107.83, matrícula nº 1086.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 09 DE OUTUBRO DE 2026.

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A3EB8B2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2026 – GP, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso XXXV do art. 87 da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR** o sr. **JOAO WALFREDO DA FONSECA OLIVEIRA** inscrito no CPF sob nº 072.XXX.XXX-36 para o cargo em comissão de **COORDENADOR CC-06**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente, deste município.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

SENADOR ELOI DE SOUZA – RN, 08 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAUJO JUNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:C20A630B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2026 – GP, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso XXXV do art. 87 da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a senhora **MARIA ADRIANA MACIEL DE VASCONCELOS**, CPF: XXX.082.718-XX, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento do Município de Senador Elói de Souza/RN.

Art. 2° - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contida na mencionada Lei Complementar, sob a supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

I - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação das atividades objetivando o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

Art. 3º - Das atribuições específicas do Agente de desenvolvimento local:

I – Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei geral das MPE no município;
II – Organizar um Plano de trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
III – Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
IV – Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
V – Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identifica como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
VI – Manter registro organizado de todas as suas atividades;
VII – Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
VIII – Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4°- Esta PORTARIA, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SENADOR ELOI DE SOUZA – RN, 08 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAUJO JUNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:855C8FE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 146, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DOS CANAIS DE OUVIDORIA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 146, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Regulamenta o funcionamento dos canais de Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo do Município de Senador Georgino Avelino/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos arts. 37 e 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, este último como parâmetro de organização administrativa, e nos arts. 13 a 17 da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017,
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a recepção, o tratamento e o acompanhamento das manifestações dos usuários dos serviços públicos municipais, sem criar órgão, cargo ou despesa pública;
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto disciplina o funcionamento dos canais de Ouvidoria e os procedimentos de recebimento, encaminhamento, acompanhamento e resposta às manifestações dos usuários dos serviços públicos no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, observada a estrutura administrativa já prevista em lei.
Parágrafo único. A execução das atividades descritas neste Decreto será realizada por unidade ou servidores designados dentre os integrantes da estrutura administrativa existente, sem criação de novo órgão ou cargo e sem aumento de despesa.
Art. 2º Os canais de Ouvidoria constituem instrumentos de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, destinados a receber reclamações, denúncias, sugestões, elogios, solicitações de providências e demais manifestações relativas aos serviços públicos, estimulando a participação social, o controle e a avaliação da gestão pública.
Art. 3º Compete aos responsáveis pelo atendimento de Ouvidoria, no âmbito de suas atribuições administrativas:
I – receber e registrar denúncias, reclamações e representações referentes a atos ou omissões supostamente ilegais, irregulares, arbitrários ou incompatíveis com os direitos dos usuários, praticados na prestação de serviços públicos municipais;
II – receber sugestões de aperfeiçoamento, críticas, elogios e solicitações referentes às atividades da Administração Municipal;
III – encaminhar as manifestações às unidades administrativas competentes, requisitando informações e esclarecimentos necessários à apuração e ao atendimento;
IV – manter o interessado informado acerca do andamento e das providências adotadas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, e comunicar a resposta conclusiva;
V – elaborar relatório anual de gestão, sem prejuízo de levantamentos trimestrais internos, com indicação das manifestações recebidas, dos temas recorrentes, das providências adotadas e das oportunidades de melhoria;

VI – divulgar os serviços e os canais de atendimento, bem como estimular ações de orientação e participação dos cidadãos;
VII – organizar e manter registro atualizado das manifestações e dos encaminhamentos, com observância das normas de proteção de dados pessoais e de gestão documental.
Art. 4º A Administração Municipal disponibilizará, de acordo com os meios existentes, atendimento presencial, canal telefônico e meio eletrônico divulgado no sítio oficial da Prefeitura para o recebimento de manifestações, asseguradas condições de acessibilidade e atendimento adequado.
§ 1º Será fornecido ao manifestante número de protocolo ou outro meio que permita acompanhar a manifestação, quando tecnicamente disponível, resguardadas as hipóteses de anonimato e sigilo legal.
§ 2º A identidade do manifestante e as informações pessoais protegidas serão tratadas com acesso restrito, na forma da legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
Art. 5º A resposta conclusiva ao usuário será encaminhada no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, mediante justificativa expressa, uma única vez por igual período, na forma do art. 16 da Lei Federal nº 13.460/2017.
Parágrafo único. As solicitações de informações e esclarecimentos dirigidas às unidades e aos agentes públicos deverão ser respondidas no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável, de forma justificada, uma única vez por igual período, nos termos da legislação federal.
Art. 6º O relatório anual de gestão da Ouvidoria, observado o art. 15 da Lei Federal nº 13.460/2017, deverá ser encaminhado à autoridade máxima do órgão responsável e disponibilizado integralmente na internet, preservadas as informações legalmente protegidas.
Art. 7º As manifestações que constituam pedidos de acesso à informação seguirão o procedimento e os prazos previstos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nas normas locais aplicáveis.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Georgino Avelino/RN, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:EE12AD3A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIARIA 243/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 243, de 09 de outubro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Diária civil para o servidor João Marcos Bento de Sousa, CPF: 107.441.294-00, o qual irá participar da 64ª FESTA DO BOI 2026, que acontecerá no período de 09 a 17 de outubro de 2026, no parque Aristófanes Fernandes, na cidade de Parnamirim/RN.
A Festa do Boi é reconhecida como o maior evento agropecuário do Rio Grande do Norte e um dos mais relevantes do Nordeste, reunindo produtores rurais, empresas do agronegócio, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e representantes de diversos segmentos da cadeia produtiva. O evento oferece uma ampla programação técnica, comercial e institucional, incluindo exposições, feiras, palestras, seminários e rodadas de negócios..
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 09 de outubro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:3ED1D352

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIARIA 244/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 244, de 09 de outubro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Diária civil para a servidora Glenda Soares de Lira Rosado Nogueira, CPF: 024.798.974-60, MAT: 707, ocupante do cargo de Engenheira Agrônoma, a qual irá participar da 64ª FESTA DO BOI 2026, que acontecerá no período de 09 a 17 de outubro de 2026, no parque Aristófanes Fernandes, na cidade de Parnamirim/RN.
A Festa do Boi é reconhecida como o maior evento agropecuário do Rio Grande do Norte e um dos mais relevantes do Nordeste, reunindo produtores rurais, empresas do agronegócio, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e representantes de diversos segmentos da cadeia produtiva. O evento oferece uma ampla programação técnica, comercial e institucional, incluindo exposições, feiras, palestras, seminários e rodadas de negócios.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 09 de outubro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:171B448C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, doravante denominado LOCATÁRIO, e do outro lado o(a) **Caio Adler Oliveira Rocha Bezerra**, inscrita no CPF sob o nº 105.XXX.XXX-93, residente e domiciliado na rua Joaquim Barbosa Zumba de Oliveira, nº 10, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, CEP: 59.663-000, doravante denominado LOCADOR, tendo em vista o que consta no Processo nº 1368/2026 e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 1368/2026, Processo Administrativo nº 1368/2026.

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de imóvel situado na rua Presbítero Geraldo Elpídio de Moura, nº 02, zona urbana, Serra do Mel/RN, destinado ao funcionamento do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, para armazenamento, organização e controle de materiais necessários às atividades administrativas e educacionais do Município.

Especificações da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de imóvel situado na rua Presbítero	SERV.	12	R$ 700,00	**R$**

	Geraldo Elpídio de Moura, nº 02, zona urbana, Serra do Mel/RN, destinado ao funcionamento do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.				**8.400,00**

O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da respectiva assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 14.133/21.

Serra do Mel/RN, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:DF9BC3D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **FERNANDINHA PRODUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.432.376/0001-05, sediada à RUA ALUISIO DE AZEVEDO, nº 200, SALA 0301 EMP JOSE BORBA MARANHAO CXPST 74, CEP: 50.100-090, no bairro SANTO AMARO, na cidade de RECIFE/CE, doravante designada CONTRATADA, com endereço eletrônico FINANCEIRO@FERNANDINHAOFICIAL.COM.BR, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº 1357/2026, Processo Administrativo nº 1357/2026.

Constitui o objeto do presente instrumento a contratação da atração musical "FERNANDINHA", para realização de show no dia 26 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.

Especificações da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação 1 da atração musical "FERNANDINHA", para realização de show no dia 26 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.	SERV.	01	R$ 250.000,00	**R$ 250.000,00**

O prazo de vigência do presente contrato será de **03 (três) meses**, contados da data da respectiva assinatura, prorrogando-se automaticamente por se tratar de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto não seja integralmente realizado no período ora pactuado.

Município de Serra do Mel/RN, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:7E49856C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **BANDA CLAUDIO NEY E JULIANA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.421.738/0001-51, sediada à AV COPACABANA, nº 325, SALA 1306 1307 E 1308, CEP: 06.472-001, no bairro DEZOITO DO FORTE EMPRESARIAL/ALPHAVILLE, na cidade de BARUERI/SP, doravante designada CONTRATADA, com endereço eletrônico JULIANACANTORA@ICLOUD.COM, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº 1359/2026, Processo Administrativo nº 1359/2026.

Constitui o objeto do presente instrumento a contratação da atração musical "CLAUDIO NEY & JULIANA", para realização de show no dia 28 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.

Especificações da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação da atração musical "CLAUDIO NEY & JULIANA", para realização de show no dia 28 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.	SERV.	01	R$ 250.000,00	**R$ 250.000,00**

O prazo de vigência do presente contrato será de **03 (três) meses**, contados da data da respectiva assinatura, prorrogando-se automaticamente por se tratar de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto não seja integralmente realizado no período ora pactuado.

Município de Serra do Mel/RN, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:857FC56D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.626.845/0001-92, sediada à AV AMINTAS BARROS, nº 3700, SALA 1802 E 1803 BLOCO B, no bairro LAGOA NOVA, na cidade de NATAL/RN, doravante designada CONTRATADA, com endereço eletrônico ULTRAPROMOCOES2015@GMAIL.COM, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº 1358/2026, Processo Administrativo nº 1358/2026.

Constitui o objeto do presente instrumento a contratação da atração musical "RAYNEL GUEDES", para realização de show no dia 27 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.

Especificações da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação da atração musical "RAYNEL GUEDES", para realização de show no dia 27 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.	SERV.	01	R$ 100.000,00	**R$ 100.000,00**

O prazo de vigência do presente contrato será de **03 (três) meses**, contados da data da respectiva assinatura, prorrogando-se automaticamente por se tratar de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto não seja integralmente realizado no período ora pactuado.

Município de Serra do Mel/RN, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:01EB90BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE RENOVAÇÃO E PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 054/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2025.

Termo de aditamento de Ata de Registro Preço entre o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.755.971/0001-20, sediado na Rua Antônio F de Oliveira nº 51, Vila Brasília, Centro Administrativo Municipal, Centro, Serra do Mel - RN, e do outro lado **LIGA DESPORTIVA DE SERRA DO MEL**, inscrita no CNPJ sob o n° 09.570.734/0001-80, plenamente qualificada na ATA DE REGISTRO DE PREÇO, adiante denominada simplesmente DETENTORA DA ATA firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, com amparo nos autos do PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2025, em obediência à Lei nº 14.133/21.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo e renovação do quantitativo da Ata de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva em diversas modalidades, com o fornecimento de equipe de apoio técnico-operacional, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer na organização, execução e acompanhamento de competições, e demais eventos esportivos promovidos ou apoiados pela administração municipal.

O objeto a que se refere à Cláusula Segunda da presente Ata deverá ter seu PRAZO prorrogado por mais **12 (doze) meses**.

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:C93149B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 121 - 2026

DECRETO Nº 121, de 09 de Outubro de 2026.

DECRETA Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo "IV", do artigo 68 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, no dia 13 de Outubro (Terça-feira), considerando o feriado municipal do dia 14 de Outubro (Quarta-feira), Dia do Colono.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Administração promoverá as medidas necessárias ao cumprimento deste decreto e à manutenção da prestação de serviços públicos essenciais que não admitam interrupções.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 09 de outubro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:294BB525

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 086 - 2026 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA N° 086/2026

Designa Servidor (S) para a atuação na GESTÃO E FISCALIZAÇÃO de Contratos e instrumentos substitutos e orienta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO as exigências da Lei 14.133, de 2021, que determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, e, visando as adequações pertinentes às boas práticas para a transição de regimes licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores, abaixo relacionados, para atuar como GESTOR (A) E FISCAL de Contratos e instrumentos substitutos da unidade demandante - Processo Administrativo Nº 1359/2026, Inexigibilidade Nº 1359/2026; Processo Administrativo Nº 1358/2026, Inexigibilidade Nº 1358/2026.

NOME – GESTOR (A)	MATRICULA	UNIDADE DEMANDANTE
ANNE PAOLLE DANTAS DA SILVA	007541-8	SEC. MUNICIPAL DE CULTURA
NOME - FISCAL	**MATRICULA**	**UNIDADE DEMANDANTE**
FRANCISCO BEZERRA DANTAS FILHO	007689-3	SEC. MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2°. Para o desenvolvimento das atribuições pertinentes, os servidores ora designados assinarão Termo de Ciência, recebendo a documentação necessária à execução das suas atribuições em cada contrato/instrumento substitutivo para o qual for designado como Gestor.
Art. 3°. Após assinado Termo de Ciência, o Gestor temporariamente impedido de exercer suas funções no processo específico, deverá protocolar nos autos Pedido de Substituição Temporária, informando as razões do seu afastamento e o tempo em que o Gestor substituto deverá atuar em seu lugar.
Art. 4°. Qualquer dos servidores relacionados poderá ser convocado a assinar Termo de Ciência como Gestor substituto de qualquer das unidades demandantes, passando a atuar imediatamente no processo pelo tempo necessário à substituição.

Art. 5°. Para melhor operacionalização dos contratos firmados por este município, orienta-se que enquanto não constituídos gestores de contratos, o setor de contratos execute as ações inerentes à gestão contratual.
Art. 6º. Recomenda-se a adoção dos procedimentos abaixo para o processo de Gestão:
Propor a contratação do saldo da Ata de Registro de Preço, quando for o caso; II – Sugerir a prorrogação ou não do contrato do eventual contrato;
Analisar os pedidos de repactuação, reajuste e revisão do eventual contrato.
Propor aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual.
Manter cópia do termo contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao Processo de Acompanhamento Contratual (que será disponibilizado ao gestor).
Sugerir eventuais modificações contratuais;
Registro formal das ocorrências relativas à execução do contrato

recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.
IX– Gestão Documental

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Serra do Mel - RN, 09 de Outubro de 2026.

ANDRÉ LIMA DE AZEVEDO
Secretário Municipal De Governo E Comunicação

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:C6CAFDF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 087/2026 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA N° 087/2026

Designa Servidor (S) para a atuação na GESTÃO E FISCALIZAÇÃO de Contratos e instrumentos substitutos e orienta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO as exigências da Lei 14.133, de 2021, que determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, e, visando as adequações pertinentes às boas práticas para a transição de regimes licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores, abaixo relacionados, para atuar como GESTOR E FISCAL de Contratos e instrumentos substitutos da unidade demandante – Processo de Administrativo nº 1368/2026.

NOME - FISCAL	MATRICULA	UNIDADE DEMANDANTE
ANA KALINE FREIRE DE MOURA	007525-1	SEC. MUNICIPAL DE IEDUCAÇÃO
NOME - GESTOR	**MATRICULA**	**UNIDADE DEMANDANTE**
VALERIA KELLEN DE SOUZA SILVA GALVAO	000162-2	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2°. Para o desenvolvimento das atribuições pertinentes, os servidores ora designados assinarão Termo de Ciência, recebendo a documentação necessária à execução das suas atribuições em cada contrato/instrumento substitutivo para o qual for designado como Gestor.
Art. 3°. Após assinado Termo de Ciência, o Gestor temporariamente impedido de exercer suas funções no processo específico, deverá protocolar nos autos Pedido de Substituição Temporária, informando as razões do seu afastamento e o tempo em que o Gestor substituto deverá atuar em seu lugar.
Art. 4°. Qualquer dos servidores relacionados poderá ser convocado a assinar Termo de Ciência como Gestor substituto de qualquer das unidades demandantes, passando a atuar imediatamente no processo pelo tempo necessário à substituição.

Art. 5°. Para melhor operacionalização dos contratos firmados por este município, orienta-se que enquanto não constituídos gestores de contratos, o setor de contratos execute as ações inerentes à gestão contratual.
Art. 6º. Recomenda-se a adoção dos procedimentos abaixo para o processo de Gestão:
Propor a contratação do saldo da Ata de Registro de Preço, quando for o caso; II – Sugerir a prorrogação ou não do contrato do eventual contrato;
Analisar os pedidos de repactuação, reajuste e revisão do eventual contrato.
Propor aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual.
Manter cópia do termo contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao Processo de Acompanhamento Contratual (que será disponibilizado ao gestor).
Sugerir eventuais modificações contratuais;
Registro formal das ocorrências relativas à execução do contrato
recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.
IX– Gestão Documental

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Serra do Mel - RN, 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ LIMA DE AZEVEDO
Secretário Municipal De Governo E Comunicação

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:F12E96F4

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO DA HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 5831/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5831/2026
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 5831/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 31, combinado com o art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais disposições legais aplicáveis.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Lar Solidário Pequeno Vitinho.
CNPJ: 42.421.618/0001-75.
OBJETO: Celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Serra do Mel/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e o Lar Solidário Pequeno Vitinho, visando ao custeio do acolhimento institucional provisório de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal, em cumprimento à determinação judicial, assegurando a continuidade do atendimento e a proteção integral dos direitos fundamentais.
JUSTIFICATIVA: A presente inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade do acolhimento institucional provisório de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal, em cumprimento à determinação judicial competente. O acolhimento encontra-se em execução desde 18 de setembro de 2026, no Lar Solidário Pequeno Vitinho, instituição responsável pela prestação dos cuidados necessários à proteção, à integridade física e emocional e à garantia dos direitos fundamentais da pessoa acolhida. A formalização do Termo de Colaboração visa conferir o devido respaldo administrativo, jurídico e financeiro à parceria, possibilitando o custeio das despesas decorrentes do acolhimento efetivamente prestado, inclusive desde a data de seu início, mediante comprovação da execução, observância das condições pactuadas e cumprimento das exigências legais aplicáveis. A ausência de chamamento público deverá estar amparada na inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, devidamente demonstrada nos autos, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, considerando as particularidades do atendimento e a necessidade de assegurar a continuidade da medida de proteção.
MANIFESTAÇÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO: Nos termos do art. 32, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/2014, admite-se impugnação à presente justificativa no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de sua publicação, devendo eventual manifestação ser protocolada perante a Administração Municipal para análise pela autoridade competente.

Serra do Mel/RN, 09 de outubro de 2026.

THAYNA AZEVEDO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social
Município de Serra do Mel/RN

Publicado por:
Paulo Macelo da Silva Braga
Código Identificador:F953209C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LCITAÇÃO.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 020/2026
Nº PROC. ADM. 021020/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 020/2026
Nº PROC. ADM. 021020/2026

A prefeitura Municipal de SERRINHA DOS PINTOS/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor KAIO LEMOS RODRIGUES DE SOUSA e tendo como autoridade ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA.
OBJETO DO PROCESSO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR AO DA CONTRATAÇÃO, EQUIPADO COM MOTOR DIESEL, TRAÇÃO 4X4 E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, VISANDO APOIAR AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E OS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Para demais informações contato via e-mail: licitaserrinha@gmail.com ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.Serrinha dos Pintos.rn.gov.br.

FIM REC. PROPOSTA: 26/10/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 26/10/2026 09:00 horas
TIPO DE LANCE: Por Item
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

SERRINHA DOS PINTOS-RN - 09/10/2026

KAIO LEMOS RODRIGUES DE SOUSA
Pregoeiro

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:846613EB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 015/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.
INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE SERRINHA DOS PINTOS: TERRITÓRIO QUE ALFABETIZA (PMASP), ESTABELECE SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, EIXOS ESTRATÉGICOS E MECANISMOS DE GOVERNANÇA, MONIT

DECRETO Nº 015/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE SERRINHA DOS PINTOS: TERRITÓRIO QUE ALFABETIZA (PMASP), ESTABELECE SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, EIXOS ESTRATÉGICOS E MECANISMOS DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS À ALFABETIZAÇÃO E À RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos – RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 53, inciso V da Lei Orgânica Municipal e;
CONSIDERANDO que a educação é direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos Arts. 6º e 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e do Plano Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos - RN;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, ao qual o Município aderiu, e o disposto em seu Art. 25, segundo o qual as secretarias municipais que aderirem ao Compromisso deverão elaborar e consolidar suas respectivas políticas de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a cooperação entre os entes federativos para assegurar o direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar política pública permanente, baseada em evidências, orientada pela equidade, pela inclusão, pela valorização da diversidade, pela cultura de paz e pela educação em direitos humanos;
D E C R E T A:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Serrinha dos Pintos - RN: Território que Alfabetiza (PMASP), destinada a orientar, integrar, fortalecer e monitorar as ações da Rede Pública Municipal de Ensino voltadas à garantia do direito à alfabetização, ao desenvolvimento da cultura escrita desde a Educação Infantil e à recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Art. 2º - A PMASP constitui política pública permanente da Secretaria Municipal de Educação e será implementada de forma articulada às demais políticas educacionais do Município, observados:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
III – a Base Nacional Comum Curricular;
IV – as Diretrizes Curriculares Nacionais;
V – o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
VI – o Plano Nacional de Educação;
VII – o Plano Estadual de Educação;
VIII – o Plano Municipal de Educação;
IX – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
X – as demais normas nacionais, estaduais e municipais aplicáveis à Educação Básica.
Art. 3º - Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – alfabetização: processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, articulado ao desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita, oralidade e letramento, possibilitando ao estudante utilizar esses conhecimentos em diferentes práticas sociais;
II – cultura escrita: conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura, a escrita, a oralidade e a produção de sentidos, vivenciadas desde a Educação Infantil por meio de experiências significativas, contextualizadas e adequadas ao desenvolvimento das crianças;
III – recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas, sistemáticas e contínuas destinadas a assegurar a aprendizagem das habilidades e competências essenciais não consolidadas pelos estudantes;
IV – letramento matemático: desenvolvimento das competências necessárias para compreender, interpretar, representar e utilizar conhecimentos matemáticos na resolução de situações do cotidiano e na participação crítica na vida em sociedade;
V – gestão baseada em evidências: processo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais fundamentado em indicadores, diagnósticos, avaliações e evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;

VI – equidade educacional: garantia das condições necessárias para que todos os estudantes tenham acesso, participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral, considerando suas diferentes necessidades, contextos e trajetórias.

Art. 4º São finalidades da PMASP:

I – assegurar o direito de todas as crianças à inserção progressiva na cultura escrita desde a Educação Infantil;

II – garantir que todos os estudantes estejam alfabetizados até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, observado o desenvolvimento integral e as diretrizes curriculares vigentes;

III – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

IV – reduzir as desigualdades educacionais entre estudantes, escolas e territórios;

V – fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e em avaliações educacionais;

VI – promover a equidade, a inclusão, a educação em direitos humanos, a educação para as relações étnico-raciais, a valorização da diversidade e a cultura de paz como princípios estruturantes das práticas alfabetizadoras;

VII – fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

VIII – consolidar mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e melhoria da qualidade da alfabetização na Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º - A implementação da PMASP observará os princípios da continuidade administrativa, da cooperação institucional, da gestão democrática, da transparência, da eficiência, da inovação pedagógica e da melhoria contínua da aprendizagem, constituindo compromisso permanente da Secretaria Municipal de Educação e das unidades de ensino.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º - A PMASP reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – direito à aprendizagem, assegurando que todas as crianças e estudantes tenham acesso às condições necessárias ao desenvolvimento pleno da leitura, da escrita, da oralidade, do letramento matemático e das demais aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Básica;

II – centralidade da criança e do estudante, reconhecidos como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitadas suas singularidades, potencialidades, ritmos e trajetórias;

III – equidade educacional, mediante estratégias que reduzam desigualdades de acesso, permanência, participação e aprendizagem, com atenção prioritária às crianças e aos estudantes em situação de vulnerabilidade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, e aos pertencentes a povos e comunidades tradicionais e demais grupos historicamente excluídos;

IV – educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças e estudantes, com eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais;

V – educação integral, compreendendo o desenvolvimento humano em suas dimensões intelectual, física, emocional, ética, estética, cultural, social e cidadã, reconhecida a alfabetização como processo constitutivo da formação integral;

VI – educação para as relações étnico-raciais, assegurando práticas pedagógicas dedicadas ao enfrentamento do racismo e à valorização das histórias, culturas e identidades afro-brasileiras, africanas, indígenas e quilombolas, em conformidade com a legislação vigente;

VII – educação em direitos humanos, promovendo a dignidade da pessoa humana, a democracia, a cultura de paz, a convivência respeitosa, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças e a prevenção de todas as formas de violência, discriminação e intolerância;

VIII – gestão baseada em evidências, orientando o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações educacionais a partir de indicadores, diagnósticos, avaliações internas e externas e demais evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;

IX – valorização dos profissionais da educação, mediante políticas permanentes de formação inicial e continuada, desenvolvimento profissional, acompanhamento pedagógico, fortalecimento das práticas educativas e incentivo à inovação;

X – gestão democrática, assegurando a participação dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias, dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação e demais segmentos da sociedade na implementação, no acompanhamento e na avaliação da PMASP;

XI – cooperação institucional, fortalecendo o regime de colaboração entre o Município, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, instituições de ensino superior, organismos públicos, organizações da sociedade civil e demais parceiros estratégicos;

XII – inovação e melhoria contínua, promovendo a permanente qualificação das práticas pedagógicas, da gestão educacional e dos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade social da educação pública municipal.

Art. 7º Os - princípios previstos neste Decreto constituem referenciais obrigatórios para a formulação, implementação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento das ações, programas, projetos e demais iniciativas vinculadas à PMASP.

Art. 8º - As decisões administrativas e pedagógicas decorrentes da implementação da PMASP deverão observar, de forma integrada, os princípios estabelecidos neste Capítulo, vedada a adoção de práticas que promovam qualquer forma de discriminação, exclusão, segregação ou violação do direito à aprendizagem.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA

SEÇÃO I

DO MODELO DE GOVERNANÇA

Art. 9º - A PMASP será desenvolvida sob modelo de governança colaborativa, integrado e orientado por resultados, assegurada a articulação entre planejamento, gestão, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação e monitoramento permanente das aprendizagens.

Art. 10º - Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar a PMASP, observadas as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. A coordenação da PMASP será exercida pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação, em regime permanente de colaboração com as unidades de ensino e demais órgãos e instituições parceiras.

SEÇÃO II

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 11º - Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar a implementação da PMASP em toda a Rede Pública Municipal de Ensino;

II – estabelecer metas, indicadores e estratégias para a melhoria da alfabetização e da recomposição das aprendizagens;

III – promover políticas permanentes de formação continuada dos profissionais da educação;

IV – disponibilizar referenciais curriculares, materiais pedagógicos, instrumentos de avaliação e orientações técnicas às unidades de ensino;

V – organizar e manter sistema permanente de monitoramento dos indicadores de aprendizagem;

VI – promover avaliações diagnósticas, formativas e institucionais destinadas ao acompanhamento da aprendizagem;

VII – produzir estudos, relatórios técnicos e painéis gerenciais que subsidiem a tomada de decisão;

VIII – fomentar práticas pedagógicas inovadoras e baseadas em evidências;

IX – incentivar a cooperação técnica com instituições de ensino superior, organismos públicos e entidades parceiras;

X – promover políticas de equidade, inclusão, educação em direitos humanos, cultura de paz e educação para as relações étnico-raciais no âmbito da alfabetização;

XI – acompanhar a execução dos planos institucionais elaborados pelas unidades de ensino;

XII – avaliar periodicamente os resultados da PMASP e propor seu aperfeiçoamento contínuo.

SEÇÃO III

DO COMITÊ MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 12º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Municipal de Alfabetização, colegiado de caráter consultivo, técnico e estratégico, com a finalidade de acompanhar, avaliar e apoiar a implementação da PMASP.

§ 1º - O Comitê não dispõe de estrutura administrativa própria, e sua instituição não implica criação de **cargos, empregos ou funções, nem aumento de despesa para o Município.**

§ 2º -O Comitê será composto por servidores em exercício na Secretaria Municipal de Educação e nas unidades de ensino, bem como por representantes dos conselhos, órgãos e entidades indicados em Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º - A participação no Comitê constitui prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13º - Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:

I – acompanhar a implementação da PMASP;

II – analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

III – emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das ações da PMASP;

IV – propor estratégias de enfrentamento às desigualdades educacionais;

V – acompanhar a execução das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VI – incentivar a disseminação de práticas pedagógicas exitosas na Rede Municipal de Ensino;

VII – colaborar na elaboração dos relatórios anuais de monitoramento da PMASP.

Art. 14º - A composição, o funcionamento, a periodicidade das reuniões e os procedimentos administrativos do Comitê Municipal de Alfabetização serão disciplinados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

SEÇÃO IV

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DE ENSINO

Art. 15º -Compete às unidades de ensino:

I – implementar as diretrizes estabelecidas pela PMASP;

II – elaborar o Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, integrado ao Projeto Político-Pedagógico;

III – utilizar os resultados das avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;

IV – assegurar o acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças e estudantes;

V – promover ações articuladas entre gestão escolar, coordenação pedagógica, docentes, famílias e comunidade;

VI – desenvolver estratégias de intervenção pedagógica destinadas às crianças e estudantes com dificuldades de aprendizagem;

VII – acompanhar os indicadores educacionais da unidade de ensino;

VIII – fomentar práticas de incentivo à leitura, à escrita, à oralidade e ao letramento matemático.

SEÇÃO V

DAS EQUIPES GESTORAS E PEDAGÓGICAS

Art. 16º - Compete às equipes gestoras e pedagógicas das unidades de ensino:

I – coordenar o planejamento pedagógico da alfabetização;

II – acompanhar sistematicamente o desenvolvimento das aprendizagens;

III – apoiar os docentes na elaboração de estratégias pedagógicas, de acordo com cada etapa de ensino;

IV – promover espaços permanentes de estudo, reflexão e formação em serviço;

V – analisar os resultados das avaliações e orientar intervenções pedagógicas;

VI – fortalecer o trabalho colaborativo entre os profissionais da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e da Educação Especial;

VII – acompanhar a execução do Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens.

SEÇÃO VI

DA CORRESPONSABILIZAÇÃO

Art. 17º -A implementação da PMASP constitui responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades de ensino, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias, os Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação e as instituições parceiras, observadas as competências legais de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação desenvolverá estratégias permanentes de mobilização e participação social destinadas ao fortalecimento do compromisso coletivo com a alfabetização, a recomposição das aprendizagens e a melhoria da qualidade da educação pública municipal.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Art. 18º - A PMASP será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

I – garantir a inserção progressiva das crianças na cultura da leitura e da escrita desde a Educação Infantil, respeitadas as especificidades da infância, os direitos de aprendizagem e os campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular;

II – assegurar a alfabetização de todos os estudantes até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, por meio de práticas pedagógicas intencionais, acompanhamento contínuo e intervenções oportunas;

III – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerados os diferentes níveis de desenvolvimento, as evidências de aprendizagem e as necessidades individuais e coletivas;

IV – fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, ao Currículo da Rede Municipal de Ensino e às Diretrizes Curriculares Nacionais;

V – assegurar a integração entre alfabetização, letramento, oralidade, produção escrita, leitura, cultura escrita e letramento matemático, compreendidos como dimensões indissociáveis do desenvolvimento humano;

VI – promover práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e antirracistas, dedicadas à valorização da diversidade, da educação em direitos humanos, da educação ambiental, da cidadania e da cultura de paz;

VII – fortalecer a articulação entre currículo, planejamento, avaliação, formação continuada e acompanhamento pedagógico, assegurada a coerência entre as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;

VIII – fomentar ambientes alfabetizadores ricos em interações, múltiplas linguagens, literatura, experiências estéticas, recursos didáticos e tecnologias educacionais, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças e estudantes;

IX – promover o uso pedagógico das avaliações e dos indicadores educacionais, orientando o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisões em todos os níveis da gestão educacional;

X – incentivar a inovação pedagógica, a pesquisa educacional e a disseminação de práticas exitosas, fortalecendo a produção de conhecimentos no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

XI – fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar, reconhecida sua corresponsabilidade no desenvolvimento das aprendizagens;

XII – assegurar a cooperação institucional entre o Município, a União, o Estado, instituições de ensino superior e demais parceiros estratégicos, visando ao aperfeiçoamento permanente da PMASP.

Art. 19º - A implementação das diretrizes previstas neste Decreto deverá considerar:

I – os diferentes contextos socioculturais, econômicos e territoriais das unidades de ensino;

II – as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

III – as modalidades da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino;

IV – as necessidades específicas das crianças e dos estudantes a que se destina a Educação Especial;

V – as especificidades da Educação do Campo, da educação das relações étnico-raciais e das demais políticas de diversidade implementadas pela Rede Municipal de Ensino.

Art. 20º - As ações decorrentes da PMASP deverão observar, de forma integrada:

I – a indissociabilidade entre cuidar, educar e brincar na Educação Infantil;

II – a garantia dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil previstos na Base Nacional Comum Curricular;

III – a continuidade dos processos de aprendizagem entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
IV – a articulação entre alfabetização, desenvolvimento integral e formação cidadã;
V – o respeito às singularidades das crianças e dos estudantes e aos diferentes tempos de aprendizagem;
VI – a utilização de metodologias diversificadas, recursos pedagógicos acessíveis e estratégias de ensino capazes de favorecer a aprendizagem de todos;
VII – o compromisso permanente com a melhoria da qualidade social da educação pública municipal.

Art. 21.º - As diretrizes da PMASP deverão orientar:
I – o planejamento pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
II – a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;
III – os Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;
IV – os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação;
V – os processos de formação continuada;
VI – os sistemas de monitoramento, avaliação e acompanhamento das aprendizagens;
VII – os instrumentos de cooperação institucional celebrados pelo Município.

CAPÍTULO V

DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

Art. 22.º -A implementação da PMASP desenvolver-se-á de forma integrada e sistêmica, por meio dos seguintes eixos estratégicos:
I – Governança e Gestão Educacional;
II – Currículo, Alfabetização e Práticas Pedagógicas;
III – Formação e Desenvolvimento Profissional;
IV – Monitoramento, Avaliação e Gestão Baseada em Evidências;
V – Equidade, Inclusão e Diversidade;
VI – Programas, Projetos e Recomposição das Aprendizagens;
VII – Participação Social e Corresponsabilização;
VIII – Inovação, Tecnologia e Cultura Digital.

SEÇÃO I

DA GOVERNANÇA E GESTÃO EDUCACIONAL

Art. 23º - O eixo de Governança e Gestão Educacional compreende as ações destinadas ao planejamento, à coordenação, ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento permanente da PMASP.

Art. 24.º - Constituem objetivos do eixo de Governança e Gestão Educacional:
I – fortalecer a gestão pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
II – consolidar mecanismos permanentes de planejamento estratégico;
III – estabelecer metas e indicadores de desempenho;
IV – promover a integração entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação;
V – fortalecer a autonomia pedagógica das unidades de ensino;
VI – assegurar a continuidade das ações da PMASP.

SEÇÃO II

DO CURRÍCULO, DA ALFABETIZAÇÃO E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 25º - O eixo de Currículo, Alfabetização e Práticas Pedagógicas destina-se à consolidação de práticas pedagógicas alinhadas ao Currículo da Rede Municipal de Ensino, fundamentadas em evidências científicas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 26º - Constituem objetivos desse eixo:
I – fortalecer a cultura da leitura e da escrita desde a Educação Infantil;
II – assegurar a alfabetização na idade certa;
III – promover práticas permanentes de leitura, escrita, oralidade e letramento matemático;
IV – integrar diferentes linguagens e áreas do conhecimento;
V – fomentar metodologias ativas e práticas pedagógicas inovadoras;
VI – assegurar a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

SEÇÃO III

DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Art. 27º - A Secretaria Municipal de Educação manterá política permanente de formação e desenvolvimento profissional destinada aos gestores, supervisores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação envolvidos na implementação da PMASP.

§ 1º -A formação continuada será planejada com base:
I – nas evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;
II – nos resultados das avaliações internas e externas;
III – nas prioridades curriculares;
IV – nas demandas das unidades de ensino;
V – nas políticas nacionais e estaduais de alfabetização.

§ 2º - A formação deverá promover:
I – o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
II – o fortalecimento da liderança pedagógica;
III – o desenvolvimento de competências profissionais;
IV – o compartilhamento de práticas exitosas;
V – o incentivo à produção de conhecimento no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

SEÇÃO IV

DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS

Art. 28º - A implementação da PMASP será acompanhada por sistema permanente de monitoramento e avaliação orientado por evidências.

Art. 29º - O sistema compreenderá, entre outros instrumentos:
I – avaliações diagnósticas;
II – avaliações formativas;
III – indicadores educacionais;
IV – acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento;
V – painéis gerenciais;
VI – relatórios técnicos;
VII – planos de intervenção pedagógica;
VIII – monitoramento das metas da PMASP.

SEÇÃO V

DA EQUIDADE, DA INCLUSÃO E DA DIVERSIDADE

Art. 30.º -As ações da PMASP deverão promover:
I – a redução das desigualdades educacionais;
II – a valorização da diversidade humana;
III – práticas pedagógicas inclusivas;
IV – a educação para as relações étnico-raciais;
V – a educação em direitos humanos;
VI – a acessibilidade e o desenho universal para a aprendizagem;
VII – o enfrentamento de todas as formas de discriminação.

SEÇÃO VI

DOS PROGRAMAS, PROJETOS E DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 31º - O eixo Programas, Projetos e Recomposição das Aprendizagens compreende o conjunto de programas, projetos, intervenções pedagógicas e estratégias institucionais destinados ao fortalecimento da alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

Parágrafo único. As ações deste eixo deverão priorizar:
I – intervenções pedagógicas oportunas;
II – o atendimento aos estudantes com defasagens de aprendizagem;
III – a ampliação das oportunidades educativas;
IV – o fortalecimento dos projetos de leitura;
V – o desenvolvimento do letramento matemático;
VI – o acompanhamento individualizado das aprendizagens.

SEÇÃO VII

DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA CORRESPONSABILIZAÇÃO

Art. 32º - A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes destinadas ao fortalecimento da participação das famílias, dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação, do Comitê Municipal de Alfabetização, das instituições parceiras e da comunidade na implementação da PMASP, com os seguintes objetivos:
I – ampliar a participação das famílias;
II – fortalecer a cultura da corresponsabilidade;
III – incentivar redes colaborativas de aprendizagem;
IV – promover a transparência e o controle social.

SEÇÃO VIII

DA INOVAÇÃO, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA DIGITAL

Art. 33º - A PMASP incentivará a utilização pedagógica das tecnologias digitais como instrumentos de apoio à aprendizagem, ao monitoramento e ao desenvolvimento profissional, compreendidas ações de:

I – utilização de recursos tecnológicos para apoio ao processo de alfabetização;
II – desenvolvimento de ambientes digitais de aprendizagem;
III – produção de materiais educacionais digitais;
IV – utilização de plataformas de acompanhamento pedagógico;
V – incentivo à inovação educacional;
VI – fortalecimento da cultura digital na Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI
DA IMPLEMENTAÇÃO
SEÇÃO I
DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 34º - A PMASP será implementada de forma sistêmica, contínua e articulada em todas as unidades da Rede Pública Municipal de Ensino, observados os princípios, as diretrizes e os eixos estratégicos estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único - A implementação compreenderá ações integradas de gestão, currículo, formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens.

SEÇÃO II
DO PLANO INSTITUCIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 35º - Cada unidade de ensino elaborará seu Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, em consonância com:
I – a PMASP;
II – o Projeto Político-Pedagógico;
III – o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
IV – os indicadores educacionais da unidade de ensino;
V – os resultados das avaliações internas e externas.

Art. 36º - O Plano deverá conter, no mínimo:
I – diagnóstico institucional das aprendizagens;
II – análise de indicadores educacionais;
III – metas anuais de alfabetização;
IV – estratégias pedagógicas;
V – plano de recomposição das aprendizagens;
VI – ações voltadas à equidade e à inclusão;
VII – cronograma de execução;
VIII – indicadores de monitoramento;
IX – mecanismos de acompanhamento e avaliação;
X – estratégias de participação das famílias.

Parágrafo único - O Plano será revisado anualmente ou sempre que os indicadores educacionais demonstrarem a necessidade de revisão das estratégias pedagógicas.

SEÇÃO III
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Art. 37º - A organização do trabalho pedagógico deverá assegurar:
I – planejamento coletivo e colaborativo;
II – acompanhamento sistemático das aprendizagens;
III – utilização pedagógica das avaliações internas e externas;
IV – intervenções pedagógicas oportunas;
V – integração entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
VI – articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica e docentes;
VII – acompanhamento individual do percurso de aprendizagem das crianças e estudantes.

SEÇÃO IV
DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Art. 38º - As unidades de ensino deverão desenvolver estratégias permanentes de intervenção pedagógica destinadas aos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, observados:
I – a identificação precoce das necessidades;
II – a utilização de avaliações diagnósticas;
III – a elaboração de planos individualizados, quando necessário;
IV – o monitoramento contínuo da evolução das aprendizagens;
V – a reorganização periódica das estratégias de ensino.

§ 1º - As intervenções deverão ocorrer, preferencialmente, durante o processo regular de escolarização, sem prejuízo da oferta de programas específicos de recomposição das aprendizagens.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir programas complementares destinados ao fortalecimento da alfabetização e da recomposição das aprendizagens.

SEÇÃO V
DA TRANSIÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 39º - A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá constituir processo pedagógico contínuo, planejado e articulado entre as unidades de ensino e suas equipes pedagógicas.

Parágrafo único. A articulação entre as etapas deverá considerar:
I – o percurso formativo das crianças;
II – os registros pedagógicos produzidos na Educação Infantil;
III – a continuidade das experiências relacionadas à cultura da leitura e da escrita;
IV – o respeito às especificidades do desenvolvimento infantil;
V – a integração entre os profissionais das duas etapas de ensino.

SEÇÃO VI
DOS AMBIENTES ALFABETIZADORES

Arº 40º - As unidades de ensino deverão promover ambientes alfabetizadores que favoreçam experiências permanentes de leitura, escrita, oralidade, produção cultural, investigação, ludicidade e letramento matemático.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação incentivará a ampliação dos espaços de aprendizagem, compreendidas bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, ambientes digitais e demais recursos educacionais destinados ao fortalecimento da cultura escrita.

SEÇÃO VII
DA COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 41º - A implementação da PMASP fundamentar-se-á na atuação colaborativa entre gestores escolares, equipes pedagógicas, professores, profissionais da educação, famílias e instituições parceiras.

Parágrafo únicoº -A Secretaria Municipal de Educação promoverá mecanismos permanentes de cooperação técnica, intercâmbio de experiências e disseminação de práticas exitosas entre as unidades de ensino.

CAPÍTULO VII
DAS METAS, DOS INDICADORES E DA GESTÃO PARA RESULTADOS
SEÇÃO I
DAS METAS ESTRATÉGICAS

Art. 42º - A PMASP será orientada por metas estratégicas de curto, médio e longo prazo, destinadas à melhoria contínua da aprendizagem e à garantia do direito à alfabetização de todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.

§ 1º - As metas observarão:
I – os objetivos estabelecidos neste Decreto;
II – as metas do Plano Municipal de Educação;
III – os compromissos assumidos pelo Município perante os programas nacionais e estaduais de alfabetização;
IV – os indicadores educacionais produzidos pela Rede Municipal de Ensino.

§ 2º - As metas serão revisadas periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, consideradas a evolução dos resultados e as evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino.

SEÇÃO II
DO PLANO MUNICIPAL DE METAS DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 43º - A Secretaria Municipal de Educação elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Metas da Alfabetização, instrumento de planejamento estratégico destinado ao acompanhamento da implementação da PMASP.

Parágrafo único - O Plano Municipal de Metas deverá contemplar, entre outros elementos:
I – objetivos estratégicos;
II – metas anuais e plurianuais;
III – indicadores de desempenho;
IV – responsáveis institucionais;
V – cronograma de execução;
VI – mecanismos de monitoramento;
VII – estratégias de apoio às unidades de ensino;
VIII – metodologia de avaliação dos resultados.

SEÇÃO III
DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

Art. 44º - A implementação da PMASP será acompanhada por indicadores educacionais que permitam avaliar a efetividade das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, os quais poderão contemplar, entre outros aspectos:

I – a alfabetização na idade prevista;
II – o desenvolvimento da fluência leitora;
III – a evolução da compreensão leitora;
IV – o desenvolvimento da produção escrita;
V – o letramento matemático;
VI – a recomposição das aprendizagens;
VII – a equidade entre escolas e territórios;
VIII – a frequência escolar;
IX – a participação nas avaliações internas e externas;
X – a formação continuada dos profissionais da educação;
XI – a implementação das ações previstas na PMASP.

SEÇÃO IV

DO MONITORAMENTO DAS METAS

Art. 45º - O acompanhamento das metas será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, utilizados os indicadores produzidos pela Rede Municipal de Ensino.

§ 1º - O monitoramento deverá subsidiar:
I – o planejamento pedagógico;
II – a definição de prioridades;
III – a alocação de recursos;
IV – a implementação de programas e projetos;
V – a revisão das estratégias de intervenção.

§ 2º - Sempre que necessário, poderão ser estabelecidos planos específicos de melhoria para unidades de ensino, territórios ou grupos de estudantes que apresentem resultados inferiores aos indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

SEÇÃO V

DA MELHORIA CONTÍNUA

Art. 46º - Os resultados produzidos pelo monitoramento da PMASP deverão orientar processos permanentes de aperfeiçoamento institucional, assegurados:
I – a revisão periódica das estratégias pedagógicas;
II – o fortalecimento das políticas de formação continuada;
III – o aperfeiçoamento dos processos de gestão;
IV – a atualização dos instrumentos de acompanhamento;
V – a disseminação de práticas exitosas;
VI – o fortalecimento da cultura de planejamento, avaliação e inovação na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único - A melhoria contínua constitui princípio permanente da PMASP e deverá orientar todas as decisões administrativas e pedagógicas relacionadas à sua implementação.

CAPÍTULO VIII

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO – SIMALFA

Art. 47. Fica instituído o Sistema Municipal de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento da Alfabetização – SIMALFA, instrumento permanente de gestão da PMASP, destinado ao acompanhamento da implementação da Política, da aprendizagem das crianças e dos estudantes e da melhoria contínua da qualidade da educação.

Art. 48º - São objetivos do SIMALFA:
I – acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens das crianças e dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
II – subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações pedagógicas;
III – produzir evidências para a tomada de decisões da gestão educacional;
IV – monitorar a execução das metas estabelecidas pela PMASP;
V – identificar fatores que contribuam para a melhoria da aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais;
VI – orientar a implementação de estratégias de intervenção pedagógica e de recomposição das aprendizagens;
VII – fortalecer a cultura de avaliação, acompanhamento e melhoria contínua na Rede Municipal de Ensino.

Art. 49º - O SIMALFA será composto pelos seguintes instrumentos:
I – avaliações diagnósticas;
II – avaliações formativas;
III – avaliações de fluência leitora;
IV – instrumentos de acompanhamento individual da aprendizagem;
V – indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino;
VI – relatórios pedagógicos produzidos pelas unidades de ensino;
VII – dados provenientes das avaliações estaduais e nacionais;
VIII – monitoramento das habilidades essenciais;
IX – acompanhamento da recomposição das aprendizagens;
X – outros instrumentos instituídos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 50º - Os resultados produzidos pelo SIMALFA deverão subsidiar:
I – o planejamento pedagógico das unidades de ensino;
II – a elaboração e o acompanhamento dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;
III – a definição das ações de formação continuada;
IV – a implementação de programas e projetos voltados ao fortalecimento da alfabetização;
V – as ações de recomposição das aprendizagens;
VI – o acompanhamento das metas da PMASP;
VII – a produção de relatórios técnicos destinados à gestão educacional.

Art. 51º - A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, relatório de monitoramento da PMASP, contendo:
I – análise dos indicadores educacionais;
II – evolução das metas estabelecidas;
III – resultados das avaliações realizadas;
IV – panorama das ações de formação continuada;
V – resultados das ações de recomposição das aprendizagens;
VI – identificação de boas práticas desenvolvidas pelas unidades de ensino;
VII – recomendações para o aperfeiçoamento da PMASP.

Art. 52º - As unidades de ensino deverão utilizar os resultados produzidos pelo SIMALFA como referência para o planejamento, a avaliação institucional, a organização das intervenções pedagógicas e o acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

CAPÍTULO IX

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 53º - A Secretaria Municipal de Educação assegurará a oferta permanente de formação continuada aos profissionais da educação que atuam na implementação da PMASP, como estratégia para o fortalecimento das práticas pedagógicas, a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento profissional.

Art. 54º - A formação continuada será planejada e desenvolvida em consonância com:
I – os princípios, diretrizes e objetivos da PMASP;
II – a Base Nacional Comum Curricular;
III – o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
IV – os resultados das avaliações internas e externas;
V – os indicadores educacionais produzidos pela Rede Municipal de Ensino;
VI – as necessidades formativas identificadas nas unidades de ensino.

Art. 55º - São objetivos da política de formação continuada:
I – fortalecer os conhecimentos científicos, pedagógicos e metodológicos relacionados à alfabetização, ao letramento, à cultura da leitura e da escrita e ao letramento matemático;
II – qualificar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III – aperfeiçoar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das aprendizagens;
IV – fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, equitativas, antirracistas e comprometidas com a educação em direitos humanos;
V – desenvolver estratégias voltadas à recomposição das aprendizagens;
VI – incentivar a inovação pedagógica, a pesquisa educacional e o compartilhamento de experiências exitosas;
VII – promover o uso pedagógico das avaliações e dos indicadores educacionais na tomada de decisões.

Art. 56º - As ações de formação continuada poderão compreender, entre outras estratégias:
I – cursos presenciais e a distância;
II – jornadas pedagógicas;
III – seminários;
IV – oficinas;
V – grupos de estudo;
VI – formação em serviço;
VII – acompanhamento pedagógico;
VIII – produção e socialização de materiais pedagógicos;
IX – outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 57º - A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes destinadas à identificação, à valorização e à disseminação de práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas pelas unidades de ensino, visando ao fortalecimento da aprendizagem e à melhoria contínua da qualidade da educação.

Art. 58º - A política de formação continuada deverá promover a articulação entre teoria e prática, considerados os resultados das avaliações, os indicadores educacionais, as evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino e os desafios identificados no cotidiano escolar.

Parágrafo único - As ações formativas deverão observar as especificidades da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das demais modalidades de ensino ofertadas pela Rede Municipal, respeitados os princípios da equidade, da inclusão e da valorização da diversidade.

CAPÍTULO X

DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 59º - A recomposição das aprendizagens constitui estratégia permanente da PMASP, destinada a assegurar o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que apresentem defasagens de aprendizagem, respeitados seus diferentes ritmos, necessidades e trajetórias educacionais.

Art. 60º - As ações de recomposição das aprendizagens deverão:

I – fundamentar-se em avaliações diagnósticas e no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes;

II – considerar as habilidades e competências essenciais previstas na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo da Rede Municipal de Ensino;

III – priorizar intervenções pedagógicas planejadas, sistemáticas e intencionais;

IV – respeitar os diferentes tempos e formas de aprendizagem;

V – promover a aprendizagem com equidade, inclusão e respeito à diversidade;

VI – articular-se ao planejamento pedagógico das unidades de ensino.

Art. 61º - Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – estabelecer diretrizes para a implementação das ações de recomposição das aprendizagens;

II – disponibilizar orientações técnicas, materiais pedagógicos e instrumentos de acompanhamento;

III – promover formação continuada voltada às estratégias de recomposição das aprendizagens;

IV – acompanhar os resultados das ações desenvolvidas pelas unidades de ensino;

V – apoiar tecnicamente as equipes gestoras e pedagógicas na implementação das estratégias de intervenção.

Art. 62º - Compete às unidades de ensino:

I – identificar os estudantes que necessitem de ações de recomposição das aprendizagens;

II – elaborar estratégias pedagógicas adequadas às necessidades identificadas;

III – acompanhar sistematicamente o desenvolvimento dos estudantes;

IV – registrar e monitorar a evolução das aprendizagens;

V – promover a articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica, docentes e famílias no acompanhamento das ações de recomposição.

Art. 63º - As ações de recomposição das aprendizagens poderão compreender, entre outras estratégias:

I – intervenções pedagógicas durante o processo regular de ensino;

II – atividades complementares de aprendizagem;

III – atendimento em contraturno, quando houver oferta pela Rede Municipal de Ensino;

IV – organização de agrupamentos pedagógicos flexíveis;

V – utilização de recursos pedagógicos diversificados e tecnologias educacionais;

VI – projetos específicos voltados ao fortalecimento da leitura, da escrita, da oralidade e do letramento matemático.

Art. 64º - O planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de recomposição das aprendizagens deverão integrar o Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens da unidade de ensino, observados os resultados das avaliações, os indicadores educacionais e as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 65º - A Secretaria Municipal de Educação monitorará periodicamente os resultados das ações de recomposição das aprendizagens, utilizadas as informações produzidas pelo SIMALFA para subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da PMASP.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 66.º -O acompanhamento da PMASP observará indicadores quantitativos e qualitativos capazes de aferir:

I – os níveis de alfabetização dos estudantes;

II – a evolução das aprendizagens;

III – a recomposição das aprendizagens;

IV – a equidade entre escolas e territórios;

V – a frequência e a permanência escolar;

VI – a participação nas avaliações internas e externas;

VII – a efetividade das intervenções pedagógicas;

VIII – os resultados das políticas de formação continuada;

IX – a evolução dos indicadores educacionais municipais, estaduais e nacionais.

§ 1º - Os indicadores poderão ser atualizados periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes da PMASP.

§ 2º - A definição de novos indicadores deverá considerar evidências científicas, referenciais nacionais e necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 67º - A Secretaria Municipal de Educação divulgará periodicamente informações consolidadas sobre a execução da PMASP, assegurados a transparência, a publicidade e o controle social.

Parágrafo único - Sempre que possível, os resultados serão apresentados em painéis públicos, relatórios técnicos e documentos institucionais, preservados os dados pessoais e as informações protegidas pela legislação vigente, em especial pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 68º - A PMASP será submetida a processo permanente de avaliação institucional, destinado a verificar sua efetividade, eficiência, impacto e capacidade de promover a melhoria contínua da aprendizagem.

§ 1º - A avaliação institucional considerará, entre outros aspectos:

I – o cumprimento das metas;

II – a qualidade da implementação;

III – a evolução dos indicadores educacionais;

IV – os resultados das avaliações;

V – a percepção das unidades de ensino.

§ 2º - Os resultados das avaliações subsidiarão a revisão periódica da PMASP e orientarão o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 69º -A implementação da PMASP observará os princípios da gestão democrática, da cooperação institucional, da transparência, da eficiência administrativa, da melhoria contínua da aprendizagem e da garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 70º - A Secretaria Municipal de Educação expedirá os atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto, especialmente os destinados a disciplinar:

I – os procedimentos de monitoramento e avaliação da PMASP;

II – a organização e o funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização;

III – os instrumentos de acompanhamento das aprendizagens;

IV – a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens das unidades de ensino;

V – os programas, projetos e demais ações necessários à implementação da PMASP;

VI – os procedimentos relativos à Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização, quando instituída por lei específica.

Art. 71º - A PMASP será implementada em articulação com as demais políticas educacionais do Município, observados o Plano Municipal de Educação, o Currículo da Rede Municipal de Ensino, os Projetos Político-Pedagógicos das unidades de ensino e os demais instrumentos de planejamento e gestão da educação municipal.

Art. 72º - A Secretaria Municipal de Educação promoverá a revisão periódica da PMASP, considerados:

I – a evolução dos indicadores educacionais;

II – os resultados das avaliações internas e externas;

III – as evidências produzidas pelo SIMALFA;
IV – as atualizações da legislação educacional;
V – as contribuições das unidades de ensino, dos profissionais da educação, das famílias e das instituições parceiras.
Parágrafo único - A revisão terá por finalidade assegurar a atualização permanente da PMASP, o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas e a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.
Art. 73º - Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, cabendo ao Secretário Municipal de Educação expedir as portarias complementares necessárias à sua execução.
Art. 74º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Parágrafo único - A execução das ações, programas e projetos previstos neste Decreto fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e não gera direito subjetivo à sua implantação, manutenção ou continuidade, nem obrigação de natureza pecuniária para o Município.
Art. 75º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos - RN, em 09 de outubro de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:EA63708B

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO NÃO ENTREGA DE PRODUTOS SOLICITADOS MARCOS JULIANO DA SILVA CNPJ: 12.633.952/0001-21

À Empresa,

NOTIFICAÇÃO
NÃO ENTREGA DE PRODUTOS SOLICITADOS
MARCOS JULIANO DA SILVA
CNPJ: 12.633.952/0001-21 - E-mail: rumolicitacoes@gmail.com
Endereço AV JOÃO DA ESCOSSIA, Nº 1515, BAIRRO NOVA BETÂNIA, CEP 59.607-330, MOSSORÓ -RN
Representante: MARCOS JULIANO DA SILVA – CPF: 084.309.524-54

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal,

Versa o presente expediente sobre **NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA** para apuração de possíveis infrações às obrigações editalícias e às condições pactuadas na **Ata de Registro de Preços**, praticadas em desfavor do Município de Serrinha dos Pintos/RN.

CONSIDERANDO os termos da Ata de Registro de Preços nº 200511/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto é o registro de preço para contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e escritório (conforme termo de referência) destinados a suprir demandas de diversas secretarias deste município;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 92, 104, 115, 117 e 119 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam as obrigações do fornecedor, bem como os deveres de fiscalização da Administração Pública, inclusive no âmbito das Atas de Registro de Preços;

CONSIDERANDO a emissão da Ordem de Compra nº 3, vinculada ao Empenho nº 08210007, devidamente encaminhada ao endereço eletrônico da empresa em 21 de agosto de 2026, conforme documentos comprobatórios anexos;

CONSIDERANDO que a Cláusula 6ª, subitem 6.1, do Termo de Referência estabelece o prazo de 05 (cinco) dias úteis para entrega dos produtos, contado a partir da emissão da Ordem de Compra/Fornecimento;

CONSIDERANDO que o prazo supramencionado não foi cumprido, conforme apurado pelo Setor de Compras deste Município;

CONSIDERANDO que o atraso injustificado na entrega dos produtos vem ocasionando prejuízos relevantes à Administração Municipal, comprometendo a regular prestação dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO que comunicações informais não possuem efeito jurídico para alterar prazos ou condições previstas no edital, na Ata de Registro de Preços ou na Ordem de Compra, tampouco configuram causa legal excludente de responsabilidade;

CONSIDERANDO que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no âmbito da Ata de Registro de Preços sujeita a empresa às sanções previstas na Cláusula 13 do Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2026, bem como no art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa **MARCOS JULIANO DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob o nº **12.633.952/0001-21**, para que:

I – Proceda ao cumprimento integral do objeto da Ata de Registro de Preços nº 200511/2026, promovendo a entrega dos produtos solicitados, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis;

II – Apresente, caso queira, justificativa formal e devidamente fundamentada, acompanhada de documentos comprobatórios, para o atraso no fornecimento, no prazo improrrogável de 03 (três) dias, contado do recebimento desta notificação, ressaltando-se que a mera alegação de indisponibilidade ou postergação de entrega não será aceita sem respaldo legal ou comprovação de caso fortuito ou força maior, cabendo exclusivamente ao Município de Serrinha dos Pintos/RN a análise e eventual aceitação.

A defesa deverá ser apresentada fisicamente na Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN, junto ao Setor de Licitações e Contratos, situada à Rua Eugênio Costa, Centro, Serrinha dos Pintos/RN, CEP: 59.808-000, no horário das 08h às 13h, ou encaminhada para o e-mail: licitaserrinha@gmail.com. Informa-se que, não havendo confirmação da ciência desta notificação, será providenciada sua publicação no Diário Oficial da FEMURN, nos termos do § 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/1999.

Decorridos os prazos estipulados, sem manifestação ou sem solução do ocorrido, será instaurado Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade, podendo a empresa vir a sofrer as seguintes sanções administrativas, conforme legislação vigente e instrumentos convocatórios:

I – Advertência;
II – Multa, que poderá atingir até 30% (trinta por cento) do valor registrado;
III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

Atenciosamente,

Serrinha dos Pintos/RN 09 de outubro de 2026.

CLÉCIA LAIANE DA SILVA
Gestora de Contratos
Matrícula nº 2012010266

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:027CA380

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 139.1/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO DE 90 (NOVENTA) DIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CLEIDE MARIA DE QUEIROZ GOMES, PROFESSORA, PADRÃO – D - NÍVEL – V, MATRÍCULA Nº 941998

PORTARIA Nº. 139.1/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede Férias prêmio de 90 (noventa) dias a servidor Público Municipal, efetivo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 106 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio de 90 (noventa) dias com início acontar do dia 21 (vinte e um) de setembro de 2026 a 19 (dezenove) de dezembro de 2026 a (o) Servidor (a) público (a) **CLEIDE MARIA DE QUEIROZ GOMES**, PROFESSORA, PADRÃO – D - NÍVEL – V, Matrícula Nº 941998, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 21 de setembro de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:3E93D599

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 149/2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. GLEIMISON DELFINO MOTA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA – CATEGORIA "D" - NÍVEL – II, MATRÍCULA Nº 2382012

PORTARIA Nº. 149/2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Férias de 30 (trinta) dias a servidor (a) público (a) Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 100 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao (a) servidor (a) público (a) Municipal **GLEIMISON DELFINO MOTA**, ocupante do Cargo de Motorista – Categoria "D" - Nível – II, Matrícula Nº 2382012, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, em gozo de 30 (trinta) dias, contando a partir do dia 04/10/2026 com término em 02/11/2026, correspondente ao período aquisitivo de 10/08/2025 a 19/08/2026, conforme aviso protocolado junto a Secretaria de Recursos Humanos.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 04 de outubro de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:8F2E5023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 151/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 061001/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 151/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 061001/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM);
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;
CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor abaixo relacionado, para fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato Nº 061001/2026. Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN e a empresa 39.575.176 ELBA CRISTINA SARMENTO BARRETO, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 39.575.176/0001-07 com sede a Rua José Moreira do Nascimento, Nº 820, bairro dos Olintos - Tenente Ananias/RN – Cep 59.955-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representado por ELBA CRISTINA SARMENTO BARRETO, CPF Nº 979.790.734-72, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE SHOW INFANTIL MUSICAL, FORMATO DE POCKET SHOW COM TOTE BARRETO E A TURMINHA DO CHAVES A SER REALIZADO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2026.

I – Servidor: Nome: AURIVAN VIEIRA DE MORAIS - Matrícula: 156.2000

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 09 de outubro de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:CB4F319D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 152/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO DE 90 (NOVENTA) DIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. FRANCISCO CIRILO DE AZEVEDO, ADMITIDO EM 01.04.1998, OCUPANTE DO CARGO DE GARI, MATRÍCULA Nº 056199

PORTARIA Nº. 152/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Férias prêmio de 90 (noventa) dias a servidor Público Municipal, efetivo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 106 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio de 90 (noventa) dias com início acontar do dia 05 (cinco) de outubro de 2026 a 02 (dois) de janeiro de 2027 a (o) Servidor (a) público (a) **FRANCISCO CIRILO DE AZEVEDO**, admitido em 01.04.1998, ocupante do Cargo de Gari, Matrícula Nº 0561998, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente**.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 09 de outubro de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:663D19CA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO E EXTRATO DE DISPENSA N.º 00104/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 00104/2026

O Município de Serrinha dos Pintos/RN, através de seu Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 00104/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para implantação de sistema de videomonitoramento em vias e prédios públicos, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços necessários à sua instalação e funcionamento, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN, pelo valor de R$ 61.253,50 (sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), em favor de 46.156.446 KARLA SIMONE ALVES DE ALENCAR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.46.156.446/0001-00 .

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Serrinha dos Pintos/RN, 08/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 00104/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3009000104/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00104/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SERRINHA DOS PINTOS/RN.
CONTRATADO: 46.156.446 KARLA SIMONE ALVES DE ALENCAR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.46.156.446/0001-00
OBJETO: Contratação de empresa especializada para implantação de sistema de videomonitoramento em vias e prédios públicos, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços necessários à sua instalação e funcionamento, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN.
VALOR TOTAL: 61.253,50 (sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Serrinha dos Pintos/RN, 08/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:E4EAEE86

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

TANGARAPREV
PORTARIA Nº 024/2026 - APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR(A) *REPUBLICADA

Portaria nº 024, de 7 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial de Professor(a) em favor da servidora ALEXSANDRA KELLY DE PONTES PAIVA.

O GERENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TANGARÁ-TANGARAPREV, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhe outorgadas nos termos do artigo 33, da Lei Municipal 564/2014, de 06 de junho de 2014.

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Especial de Professor(a), Regra de Transição de Pedágio, com Proventos Integrais à servidora ALEXSANDRA KELLY DE PONTES PAIVA, portadora de RG nº 001.XXX.932 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 966.XXX.XXX-68, Efetiva, titular do cargo PROFESSORA PM III – M, Matrícula Funcional nº 0000002/1, lotada na Secretaria de Educação do Município de Tangará/RN, com fulcro no *Art. 3º, incisos I, II, II e IV, §1º e §2º, inciso I da Lei Municipal nº 773 de 16 de Dezembro de 2022, Emenda à Lei Municipal nº 759 de 15 de Junho de 2022*, conforme processo do TANGARÁPREV nº 000012/2026, a partir desta data até posterior deliberação.

I – *25% (vinte e cinco por cento)* quinquênios, nos termos do *Art. 42, inciso I, §1º da Lei Municipal n°480, de 15 de dezembro de 2009*, bem como, *8% (ointo por cento)* de Gratificação de Títulos do cargo de ‘‘Professora’’ nos termos do *Art. 31° da Lei Municipal n°317/1998, de 30 de junho de 1998.*
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará/RN, 1º de Outubro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BARBALHO BISNETO
Gerente do TANGARÁPREV

*Republicada por incorreção.

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:85CF8D59

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 13/2026

Interessado: SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Assunto: Contratação de apresentação artística do cantor Vicente Nery, para realização de show musical no dia 06 de novembro de 2026, na abertura da programação oficial do Festival Gastronômico e Musical Sabores da Serra
O Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;
CONSIDERANDO que o parecer jurídico favorável;
RESOLVE:
01. E dispensável o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. Importará a despesa o valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.
03. Fica autorizado à contratação da empresa A V NERI DA SILVA EVENTOS LTDA, CNPJ/CPF 20.268.052/0001-50, com sede na Rua Joaquim Frota nº 780 – José de Alencar – CEP: 60.830-132 – Fortaleza CE, para apresentação artística do cantor Vicente Nery, para realização de show musical no dia 06 de novembro de 2026, na abertura da programação oficial do Festival Gastronômico e Musical Sabores da Serra, conforme Solicitação de nº 54/2026 e processo nº 2011000056/2026 da SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO deste Município.
04. O Presente Termo de Inexigibilidade deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 08 de outubro de 2026.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
CPF: 045.XXX.XXX-08
Prefeito do Município

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:FA39F2A6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 14/2026

Assunto: Contratação de apresentação artística do cantor José Augusto para realização de show musical no dia 07 de novembro de 2026, durante a programação do Festival Gastronômico e Musical Sabores da Serra
O Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;
CONSIDERANDO que o parecer jurídico favorável;
RESOLVE:
01. E dispensável o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. Importará a despesa o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.
03. Fica autorizado à contratação da empresa L C EDICOES MUSICAIS LTDA, CNPJ: 27.833.672/0001-34, com sede na a Rua Jardim Botânico, 635, sala 403 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro – RJ , apresentação artística do cantor José Augusto para realização de show musical no dia 07 de novembro de 2026, durante a programação do Festival Gastronômico e Musical Sabores da Serra, conforme Solicitação de nº 53/2026 e processo nº 2011000055/2026 da SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO deste Município.
04. O Presente Termo de Inexigibilidade deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 08 de outubro de 2026.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
CPF: 045.XXX.XXX-08
Prefeito do Município

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:09E53DE3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DEFERIMENTO / ATO DE QUALIFICAÇÃO – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DEFERIMENTO / ATO DE QUALIFICAÇÃO – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0196/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Qualifica a INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE como Organização Social na área da saúde, no âmbito do Município de Tibau/RN.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 00702, de 17 de dezembro de 2024;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 0196, de 03 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela entidade INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 18.963.002/0001-41, constante do Processo Administrativo nº 515244/2026;
CONSIDERANDO o parecer técnico emitido pela Comissão de Qualificação;
CONSIDERANDO a manifestação motivada da Secretaria Municipal de Saúde quanto à conveniência e oportunidade da qualificação;
DECRETA:
Art. 1º Fica qualificada como **Organização Social na área da saúde**, no âmbito do Município de Tibau/RN, a entidade **INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE**, inscrita no **CNPJ sob o nº 18.963.002/0001-41**, em razão do atendimento aos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 00702/2024 e no Decreto Municipal nº 0196/2026.
Art. 2º A qualificação de que trata este Decreto não assegura à entidade preferência, exclusividade ou direito à celebração de Contrato de Gestão, permanecendo eventual contratação sujeita ao respectivo procedimento de seleção e às demais normas aplicáveis.
Art. 3º A entidade qualificada deverá ser incluída no Cadastro Municipal de Organizações Sociais, na área da saúde, para fins de atualização e consulta pública.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tibau/RN, 07 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:4E518D59

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 229-01/2026-DF/SEMURB

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 229-01/2026-DF/SEMURB

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL - SEMURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos quanto virem ou tomarem conhecimento do presente Edital, que os fiscais do município lavraram Auto de Infração (AI) em desfavor da pessoa física relacionada abaixo; e dá ciência ao autuado sobre o PRAZO DE 15 dias, a contar da data desta publicação, para que apresente defesa ou impugnação do (AI) nos termos do Inciso III, §1º do Art.196 da Lei Municipal Nº382/2008, a contar da data desta publicação.

AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	NOTIFICADO	CPF/CNPJ
229-01/2026-DF/SEMURB	000823/000435/2026	PETERSON RIBEIRO SILVA	***.***.484-48

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: DESOBEDIÊNCIA AO EMBARGO DA OBRA	
INFRAÇÕES: Art. 18 da Lei Municipal 382/2008; Art. 22 da Lei Municipal 382/2008; Art. 175, incisos I e II da Lei Municipal 382/2008; Art. 181, inciso IV, da Lei nº 382/2008 (alterado pelo Art. 3º da Lei Ordinária Municipal nº 629/2018).	SANÇÕES Aplicação da multa pecuniária no valor de R$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); Embargo da obra.

Tibau do Sul/RN, 09 de outubro de 2026

KATARINE MARIA F. DIESEL
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Costa de Lima
Código Identificador:D420ED17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026 PROCESSO LICITATÓRIO MTB/ RN N° 923035/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 013/2025

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADA: YALLI DE ARAUJO TORRES CLEMENTE BERTINO;
OBJETO: Prorrogação do período vigencial do Contrato original, por 12 (doze) meses. VIGÊNCIA:08 de outubro de 2026, por mais 12 (doze) meses; SUBSCRITORES: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – pelo Contratante e YALLI DE ARAUJO TORRES CLEMENTE BERTINO – Contratado.

Timbaúba dos Batistas / RN, 09 de outubro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:12E1565E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 739/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **RAFAEL ADRIANO DA SILVA**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 18503, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.245.XXX-41, ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 (cem reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação, no dia 14 de outubro de 2026, uma vez que está transportando paciente, que realizará consultas no Hospital Regional Lindolfo Gomes Vidal (HRLGV) – Santo Antônio/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 09 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:BB500C7B

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 736, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora, TELMA MARIA BEZERRA DE BRITO ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/02/2025 à 09/02/2026, que serão gozadas a partir de 03/11/2026 à 02/12/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Republicado por incorreção.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:DB3C68D9

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 738, DE 08 E OUTUBRO DE 2026. GABINETE CIVIL.

Dispõe sobre a EXONERAÇÃO, a pedido, de cargo público de Diretor de Procedimentos Administrativos.

O Prefeito Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o art. 97, da Lei Orgânica do município de Touros/RN;

CONSIDERANDO pedido de exoneração apresentado junto ao processo administrativo n. 12100.001188/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, **a pedido**, do cargo de DIRETOR DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CESAR MARTINIANO LOPES - matrícula nº 9237-4, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.368.XXX-47.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Republicado por Incorreção.

Touros/RN, 08 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:BDD46A49

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 740, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder ao servidor, JOSIMAR FERREIRA DA SILVA ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 à 09/09/2026, que serão gozadas a partir de 03/11/2026 à 02/12/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:F9331CF5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA PREMIO

Eu, **GERONIMO EUFRASIO DA SILVA,** funcionário, publico, efetivo, sobre o cargo de **VIGIA** e lotado a Secretaria Municipal de **SAÚDE**, venho respeitosamente requerer **LICENÇA PRÊMIO DE 90 DIAS.** Compreendida entre os dias de **01 de outubro de 2026 a 27 de janeiro de 2027.** Retornando as suas atividades em **30 de janeiro de 2027.**

De acordo entre as partes interessadas, funcionário e municipalidade, o pedido foi **DEFERIDO** pela senhora Prefeita **JOANA D'ARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA**.

Podendo assim o mesmo gozar de sua licença prêmio**,** caso solicitado à interrupção o mesmo pode retornar as suas atividades trabalhistas neste município.

Na certeza do pronto atendimento, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Triunfo Potiguar/RN, 09 de outubro de 2026.

JOANA D'ARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kelia Dantas de Azevedo
Código Identificador:281E84F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de dedetização destinados às secretárias municipais e unidades administrativas do Município de Venha Ver (RN).

DECLARO dispensável a licitação afigurando-me que a contratação é legal, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 01, de 04 de janeiro de 2022, AUTORIZO o procedimento para se contratar a empresa: DEDETIZADORA IDEAL, CNPJ: 23.614.574/0001-55, objetivando Contratação de empresa especializada para execução de serviços de dedetização destinados às secretárias municipais e unidades administrativas do Município de Venha-Ver/RN, com o valor total julgado de R$ 56.860,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos e sessenta reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº 3154250/2026.

Face ao disposto da Lei federal nº 14.133/21, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

Venha-Ver/RN, aos 09 de outubro de 2026.

DAMIANA QUEIROZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:EB6202CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026

CLEITOM JACOME DA COSTA, usando de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e suas posteriores alterações, resolve **HOMOLOGAR** o processo Nº 3132165/2026, para o Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, sem motorista e sem fornecimento de combustível, de pequeno, médio e grande porte, para atendimento das necessidades da(s) secretaria(s) municipal(is) de Venha-Ver, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, pelo prazo de vigência do credenciamento, mediante convocação conforme a demanda, e conforme preço fixado pela administração pública, descrita no (ETP) estudo técnico preliminar e termo de referência, e por estar regular e formalmente em ordem, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 01/2026, que institui o credenciamento em epígrafe, realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, as empresas abaixo descritas:

EMPRESAS	CNPJ
DUARTE & MARTINS LTDA	04.934.590/0001-80
GABRIEL VIANA LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA	54.607.334/0001-57

Venha-Ver/RN 08 de outubro de 2026.

CLEITOM JACOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:434BE9B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

"Ratifica os termos do ato declaratório de dispensa de licitação. "

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VENHA-VER/RN**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei n° 14.133/21, conforme Termo de Referência, resolve:

RATIFICAR a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 01, de 04 de janeiro de 2022, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa: DEDETIZADORA IDEAL, CNPJ: 23.614.574/0001-55, objetivando Contratação de empresa especializada para execução de serviços de dedetização destinados às secretárias municipais e unidades administrativas do Município de Venha-Ver/RN.

1241 - DEDETIZADORA IDEAL, CNPJ: 23.614.574/0001-55

Item	Material/Serviço	Unid. Med.	Qtd.	Valor uni (R$)	Valor total (R$)
1	9138 - Serviço de controle de cupins de solo e madeira, destinado à prevenção e ao controle de infestações nas secretarias municipais e unidades administrativas do Município de Venha Ver (RN).	M²	8.000	2,40	19.200,00
2	9139 - Serviço de desalojamento de pássaros e morcegos, incluindo procedimentos adequados para afastamento e controle da presença desses animais nas áreas das secretarias municipais e unidades admi.	M²	7.000	2,10	14.700,00
3	9140 - Serviço de desinsetização para controle de insetos e demais pragas urbanas, destinado às secretarias municipais e unidades administrativas do Município de Venha Ver (RN).	M²	8.000	1,40	11.200,00
4	9141 - Serviço de desratização para controle e prevenção de roedores, destinado às secretarias municipais e unidades administrativas do Município de Venha Ver (RN).	M²	8.400	1,40	11.760,00
VALOR TOTAL					**56.860,00**

RATIFICO, em consonância com Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Despacho do Ilmo. Sr. Agente de Contratação.

Venha-Ver/RN, aos 09 de outubro de 2026.

CLEITOM JACOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:396D0929

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 216/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **MARIA AURELIA DE MORAIS NETA NUNES**, ocupante da função de **TECNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICO/RN**, dia 08/10/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08/06/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 09/10/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:6DEE694A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2500016.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **ERINALDO PINTO DE ALMEIDA - EPP**		
CNPJ: **00.485.455/0001-44**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA MARGARIDA DE FREITAS, 137 , CENTRO, Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **ERINALDO PINTO DE ALMEIDA** - CPF: **778.181.134-87**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0001503 - Armário aço, tratamento superficial: antiferrugem, acabamento superficial: pintura com esmalte sintético, quantidade portas:2un, tipo fechamento portas: alça com cadeado, altura:0,80 m, largura:1,10 m, profundidade:0,50 m, características adicionais: estrutura reforçada, portas de correr , aplicação: sob as bancas da copa e vacina.	BEM MAIS ACO	UNIDADE	36,000000	869,000	31.284,00
4	0001505 - Armário em mdf, 3 portas, 6 divisórias, com 2 prateleiras, de fixar, cor branca, medidas: 0,50m (a)x 1,0m (l)x 0,30m (p), com puxadores em plástico resistente ou aço.	Notável móveis	UNIDADE	21,000000	479,000	10.059,00
5	0001506 - Armário alto com 02 portas; com 80cm (l) x 200cm (h) x 40cm (p) - especificações mínimas: fabricado em placas de mdf revestidas com laminado melamínico de baixa pressão na cor branca, cada prateleira deverá suportar até 50kg.	Notável móveis	UNIDADE	17,000000	789,000	13.413,00
9	0001510 - Cadeira plástica reforçada, cor branca. Especificações mínimas s: cadeira sem braço, medidas 51x43 cm e capacidade para até 140kg, empilhável.	mor plasticos	UNIDADE	270,000000	33,000	8.910,00
10	0001511 - Cadeira tipo poltrona reforçada – especificações mínimas: medidas 54x55 cm, em plástico branco, suporta até 150kg, empilhável.	mor plasticos	UNIDADE	410,000000	37,000	15.170,00
17	0001518 - Gaveteiro móvel, material: madeira mdf ou mdp, quantidade gavetas:4 gavetas, altura:67cm, largura:36cm, profundidade:35cm, caracteristicas: cor: branca, com rodas, com rodizio de chaves	kompactus	UNIDADE	31,000000	278,000	8.618,00
21	0001522 - Material mesa: estrutura tubular com tampo granito forma mesa: redonda comprimento mesa: 1,40 m quantidade cadeiras: 6und material cadeira: metal material encosto: metal cor cadeira: preta altura mesa: 80 cm espessura tampo: 30 mm características adicionais: cadeiras empilhável encosto em listras de ferro	madimelos	UNIDADE	20,000000	1.196,000	23.920,00
22	0001523 - Material mesa: estrutura tubular com tampo granito forma mesa: retangular comprimento mesa: 1,10 m largura mesa: 1,00 m quantidade cadeiras: 4 und material cadeira: tubo aço tipo assento: estofado cor cadeira: bege características adicionais: estrutura tubular na cor preta.	mandimelos	UNIDADE	15,000000	740,000	11.100,00
29	0001531 - Sofá, premium, 3 lugares, estilo clássico, material da estrutura em madeira, material estofamento:espuma, material do pés: aço, com braços laterais, medidas: 70cm(l)x75cm(p)x65cm(a).	estofados marins	UNIDADE	11,000000	1.278,000	14.058,00
32	0001534 - Suporte De Televisão Material: Aço Tipo: Parede Tamanho: Para Tv De 32" Até 75" Acabamento Superficial: Natural	brasforma	UNIDADE	17,000000	46,000	782,00
47	0001547 - Frigobar, 76l, com freezer (8l), energia classe a, com gaveta multiuso, divisórias, gaveta de gelo, potência 85w voltagem 220v, dimensões largura 48cm x altura 63 cm x profundidade 50cm, garantia:12 meses.	philco	UNIDADE	4,000000	1.076,000	4.304,00
48	0001548 - Geladeira frost free,2 portas, capacidade: 340L, capacidade do freezer 70(l), função turbo, divisórias, gavetão, display em led, controle de temperatura, energia classe a, voltagem 220v, dimensões: 1,70cm (a) x 60 cm (l) x 70 cm (p).	consul	UNIDADE	17,000000	2.488,000	42.296,00
49	0001549 - Refrigerador doméstico capacidade: 300 l voltagem: 220 v características adicionais: frost free, controle temperatura, gaveta transparente capacidade congelador: 47 l cor: branca tipo: vertical / 01 porta.	esmaltec	UNIDADE	22,000000	2.183,000	48.026,00
50	0001550 - Forno Micro-ondas Material: Aço Inoxidável Capacidade: 35 L Potência: 1.350 W Voltagem: 220 V Cor: Branca.	agrato	UNIDADE	25,000000	697,000	17.425,00
58	0001556 - Ventilador de Parede Potência Motor: 1/2 CV Tensão Alimentação: 127/220 V Características Adicionais: 03 Velocidades/Grade De Proteção Removível Material: Aço Diâmetro: 100 CM Cor: Preta.	ventisol	UNIDADE	59,000000	839,000	49.501,00
63	0006413 - Climatizador evaporativo: potência do motor: 210 w; tensão de alimentação: 220 v características adicionais: 5 funções em 1 (ventilação, climatização, umidificação, filtração e circulação), 3 velocidades de ventilação, oscilação vertical automática, oscilação horizontal manual, proteção para bomba, rodas para fácil transporte. material: plástico e metal capacidade do reservatório: 45 L cor: cinza e branco altura: 1,00 m largura: 0,44 m profundidade: 0,69 m	ventisol	UNIDADE	10,000000	918,000	9.180,00
64	0001561 - Televisor 32 Polegadas, Voltagem: Bivolt; Cor: Preta Características Adicionais: resolução 1080p ou superior, Smart Tv, entrada Hdmi, 1 Usb Tipo Tela: Led Acessórios: Controle Remoto.	hq	UNIDADE	1,000000	923,000	923,00
65	0001562 - Televisor 43 Polegadas, Voltagem: Bivolt; Cor: Preta Características Adicionais: resolução 1080p ou superior, Smart Tv, entrada Hdmi, 1 Usb Tipo Tela: Led Acessórios: Controle Remoto.	hq	UNIDADE	3,000000	1.355,000	4.065,00
66	0001563 - Televisor 55 Polegadas, Voltagem: Bivolt; Cor: Preta Características Adicionais: resolução 1080p ou superior, Smart Tv, entrada Hdmi, 1 Usb Tipo Tela: Led Acessórios: Controle Remoto.	hq	UNIDADE	17,000000	2.185,000	37.145,00
67	0001564 - Televisor 65 a 70 Polegadas, Voltagem: Bivolt; Cor: Preta Características Adicionais: resolução 1080p ou superior, Smart Tv, entrada Hdmi, 1 Usb Tipo Tela: Led Acessórios: Controle Remoto.	hq	UNIDADE	2,000000	2.979,000	5.958,00
VALOR GLOBAL R$						**356.137,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 07 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Erinaldo Pinto De Almeida – EPP
CNPJ: 00.485.455/0001-44
Rep. Por:
ERINALDO PINTO DE ALMEIDA,
CPF: 77818113487. Fornecedor 16.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:07494EF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2500017.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA**		
CNPJ: **20.481.118/0001-96**	Telefone: **83996242859**	Email:
Endereço: **R JULIETE WALDRICH, 663 ., Encano, Indaial/SC, CEP: 89086-580**		
Representante: **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** - CPF: **073.500.849-35**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
35	0001537 - Bebedouro água, tipo: industrial, altura:116 cm, largura:150 cm, profundidade:60 cm, características adicionais:4 torneiras latão cromado, serpentina cobre, voltagem:220 v, material gabinete: aço inoxidável, material reservatório água: aço inoxidável, capacidade água:200 l, voltagem:220 v	ECOBLU	UNIDADE	15,000000	2.662,600	39.939,00
VALOR GLOBAL R$						**39.939,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 08 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Felipe Altamiro Espindola - ME CNPJ: 20.481.118/0001-96
Rep. Por:
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA,
CPF: 07350084935. Fornecedor 17.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:FA66F67C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0304/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 281.115,00 (duzentos e oitenta e um mil, cento e quinze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a autorização concedida pelo art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição nº 3698, de 30 de dezembro de 2025, e com fundamento no disposto nos arts. 40, 41, inciso I, e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 281.115,00 (duzentos e oitenta e um mil, cento e quinze reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o Anexo II deste Decreto, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Apodi/RN, 09 de outubro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**281.115,00**
02 .027 SEC. MUN. DE AGRIC., REC. HÍDR., MEIO AMB E PESCA					**145.000,00**
	1001 Perfuração de Poços Tubulares e Artesianos, Manutenção e Ampliação de Sistemas Adutores				**145.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	145.000,00
02 .030 SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS					**52.000,00**
	2057 Manutenção das ações de iluminação pública municipal				**52.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	22.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	30.000,00
02 .036 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**51.000,00**
	2042 Manutenção de Ações Comemorativas da Rede Municipal de Ensino				**51.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	51.000,00
02 .041 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**33.115,00**
	2100 Manutenção das Atividades das Unidades Básicas de Saúde – UBS				**33.115,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	33.115,00
Anexo II (Redução)					**281.115,00**
02 .021 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**27.765,00**
	2070 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Controladoria Geral do Município de Apodi				**27.765,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.965,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.800,00
02 .030 SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS					**30.000,00**
	2057 Manutenção das ações de iluminação pública municipal				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	30.000,00
02 .035 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					**20.800,00**
	2071 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Sec do Municipal de Planejamento e Projetos				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	8.000,00
	1026 Capacitação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos				**10.800,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.300,00
02 .036 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**51.000,00**
	2032 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Educação				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15730000	0001	5.000,00
	2039 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Município de Apodi				**7.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15730000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15730000	0001	2.000,00
	2044 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativo da Universidade Aberta do Brasil (UAB)				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	5.000,00
	2045 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche				**2.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15730000	0001	2.000,00
	2046 Ação de Fornecimento de Fardamento Escolar e Kit de Material Escolar – Educação Infantil /Creche				**25.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15730000	0001	25.000,00
	2047 Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Pré-Escola				**2.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15730000	0001	2.000,00
	1012 Ampliação, Manutenção e Modernização de Prédios Escolares da Educação Infantil				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	5.000,00
02 .099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					**151.550,00**
	2075 Reserva de contingência				**151.550,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	151.550,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 09 de outubro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:DE1FCB30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0305/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 1.820.904,00 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E VINTE MIL, NOVECENTOS E QUATRO REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Apodi, e com fundamento no disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

CONSIDERANDO a autorização para abertura de crédito suplementar concedida pela Lei Municipal nº 2400/2026, de 08 de outubro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3895, de 09 de outubro de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente,**crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.820.904,00 (um milhão, oitocentos e vinte mil, novecentos e quatro reais)**, destinado ao reforço de dotações orçamentárias existentes que se mostram insuficientes,**nos termos dos arts. 40 e 41, inciso I, e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, conforme discriminação abaixo:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.034	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Função	04	ADMINISTRAÇÃO				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.005	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Administração				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	300.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**300.000,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.033	Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Educação				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001001	R$	12.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**12.000,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2.038	Manutenção das Ações de Transporte Escolar - Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001001	R$	40.000,00
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15001001	R$	458.904,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**498.904,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.082	Concessão de Auxílio Financeiro a Pessoa Carentes				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339048	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	Fonte de Recurso	15001002	R$	250.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**250.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município

Ação	2.092	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001002	R$	200.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**200.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.093	Manutenção da Frota de Veículos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001002	R$	20.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**20.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.096	Manutenção da Frota de Veículos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Saúde Bucal				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001002	R$	100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**100.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.098	Manutenção da Frota de Veículos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001002	R$	20.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**20.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.107	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001002	R$	60.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**60.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.110	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primaria - Assistência Farmacêutica Supl.				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339032	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	Fonte de Recurso	15001002	R$	350.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**350.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.112	Manutenção da Frota de Veículos das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância Sanitária				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001002	R$	10.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**10.000,00**

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º será coberto com recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme a discriminação a seguir:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.021	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função	04	ADMINISTRAÇÃO
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município
Ação	2.070	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Controladoria Geral do Município de Apodi
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes

Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	10.000,00
Elemento de Despesa	339033	Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte de Recurso	15000000	R$	5.000,00
Total da Anulação (R$)						**15.000,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.032	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Educação				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319096	Ressarcimento de Despesas de Pessoal requisitado	Fonte de Recurso	15000000	R$	50.000,00
Total da Anulação (R$)						**50.000,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2.035	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar Creche				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	15.644,00
Total da Anulação (R$)						**15.644,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2.034	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar do Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	24.260,00
Total da Anulação (R$)						**24.260,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2.036	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar Pré-Escola				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	40.000,00
Total da Anulação (R$)						**40.000,00**

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	365	EDUCAÇÃO INFANTIL				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2.047	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Pré-Escola				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte de Recurso	15001001	R$	100.000,00
Total da Anulação (R$)						**100.000,00**

Unidade Orçamentária	02.029	GESTÃO E OPERAÇÕES ESPECIAIS				
Função	28	ENCARGOS ESPECIAIS				
Subfunção	843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.084	Transferências Obrigatórias e Voluntárias				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3350	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos				
Elemento de Despesa	335043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	Fonte de Recurso	15000000	R$	273.000,00
Total da Anulação (R$)						**273.000,00**

Unidade Orçamentária	02.030	SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS				
Função	04	ADMINISTRAÇÃO				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.054	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria e Transportes e Obras Publicas				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fonte de Recurso	15000000	R$	78.000,00
Total da Anulação (R$)						**78.000,00**

Unidade Orçamentária	02.030	SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Função	15	URBANISMO				
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
Programa	0006	Cidade Viva: Esporte, Lazer e Urbanismo				
Ação	1.021	Ampliação e Reforma de Praças Públicas Municipais				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	100.000,00
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	20.000,00
Total da Anulação (R$)						**120.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.088	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais de Servidores da Secretaria Municipal de Saúde				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	Fonte de Recurso	15001002	R$	100.000,00
Total da Anulação (R$)						**100.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.097	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária – Equipe Multidisciplinar - EMU				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319004	Contratação por Tempo Determinado	Fonte de Recurso	15001002	R$	55.000,00
Total da Anulação (R$)						**55.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.092	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	200.000,00
Total da Anulação (R$)						**200.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.103	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária - Programa de Atendimento Domiciliar				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	50.000,00
Total da Anulação (R$)						**50.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.094	Manutenção das Atividades e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Saúde Bucal – SB				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	150.000,00
Total da Anulação (R$)						**150.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.104	Manutenção de Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Saúde Mental				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	200.000,00
Total da Anulação (R$)						**200.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município
Ação	2.107	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes

Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	350.000,00
Total da Anulação (R$)						**350.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 09 de outubro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:1190DB8A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **ATACADO - CONSTRUCAO LTDA**						
CNPJ: **49.159.733/0001-62**		Email: **atacadoconstrucao19@gmail.com**		Telefone: **(84) 98101-8822**		
Endereço: **Av João Ataíde de Melo, 549, Centro, Tangará/RN, CEP: 59240-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	Adit-Cal p/ argamassa decal+ cimento	CAL-FIX	Unidade	30	18,71	561,30
00005	Alongador p/ torneira ½" 4 cm cromado	LIEGE	Unidade	10	13,33	133,30
00006	Anel de concreto para poço 1,0 m	AZEVEDO E DANTAS	Unidade	100	170,20	17.020,00
00020	Cinto segurança talabarte	WORKER	Unidade	10	525,00	5.250,00
00021	Cola contato 1kg	TEKBOND	Unidade	50	48,51	2.425,50
00024	Escada alumínio 10 degraus	MOR	Unidade	2	728,00	1.456,00
00036	Mangueira Jardin ½"x20m trançada	KALA	Unidade	30	61,85	1.855,50
00054	Escada de fibra modelo tesoura	MOR	Unidade	3	811,01	2.433,03
00056	PEDRA DE MEIO FIO OU CONCRETO	PREMOFERRO	Metro	1.000	47,04	47.040,00
00059	MEIO FIO GUIA DE CONCRETO	PREMOFERRO	Metro	2.000	53,52	107.040,00
00061	PISO 45X45 EM CERÂMICA	STELA	Metro	1.000	28,00	28.000,00
00063	Gesso em pó (saco com 30 kg)	INGEL	SACO	50	44,82	2.241,00
00067	gesso cola em po para fixacao de molduras sancas e blocos 5kg	INGEL	Pacote	100	29,82	2.982,00
00069	tinta esmalte brilhante sintetico na cor verde limão 3.0 a 3.6 lts.	AQUARELA	Unidade	100	93,54	9.354,00
00075	PREGO COM CABEÇA 13X15 – 1 KG	BELGO	KG	20	25,50	510,00
00082	GRAMPOS 106/8 2.500 GALVANIZADOS PARA ESTOFARIA SOFÁ MADEIRA E ARTESANATO • MODELO: GRAMPO 106/8 • ACABAMENTO: GALVANIZADO ANTIFERRUGEM • LARGURA: 11,6 mm • ALTURA (COMPRIMENTO DA PERNA): 8 mm • MATERIAL: AÇO CARBONO GALVANIZADO • QUANTIDADE POR CAIXA:	BELGO	Caixa	100	19,89	1.989,00
00088	Disco de borracha 4"	WORKER	Unidade	80	19,40	1.552,00
00089	Estrovenga	TRAMONTINA	Unidade	40	38,32	1.532,80
00095	Manilha concreto armado 1,0 M x 1000 MM ponta e bolsa	AZEVEDO E DANTAS	Unidade	300	533,53	160.059,00
00100	Luva PVC LRM 25x1/2	GRAMPLAST	Unidade	150	5,45	817,50
00108	Verniz madeira 3,6 L INC	AQUARELA	Unidade	100	107,50	10.750,00
00111	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos e etc)	LUISAPLAST	Unidade	15	17,18	257,70
00112	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável 50 mm (pias de cozinha, máquinas de lavar)	LUISAPLAST	Unidade	15	24,78	371,70
00113	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável 100 mm (vaso sanitário)	LUISAPLAST	Unidade	15	25,91	388,65
00115	Te pvc sold 40 mm	PLASNOG	Unidade	200	5,33	1.066,00
00125	Forro em placas de gesso 0,60x0,60 p/ ambientes residenciais	INGEL	Unidade	200	16,06	3.212,00

00126	Furadeira de impacto /martelete rotativo 1200W autoreverso	BOSH	Unidade	2	484,00	968,00
00127	Lona de polietileno 4x4	LONAX	Unidade	40	36,50	1.460,00
00128	Cadeado 40 mm	3F	Unidade	40	32,66	1.306,40
00129	Cadeado 30 mm	3F	Unidade	30	18,50	555,00
00131	Disco lixa ferro 180 mm grao 120	STARRET	Unidade	1.000	4,43	4.430,00
00141	Trincha 3	ATLAS	Unidade	100	10,36	1.036,00
00142	Abraçadeira metal de 50 mm ZB	LOTUS	Unidade	100	3,68	368,00
00143	Arrebite 32x8	WORKER	Unidade	100	1,75	175,00
00145	Carretilha para construção	WORKER	Unidade	10	50,22	502,20
00147	Formão chanfrado de /4" p/ marcenaria	KALA	Unidade	10	18,60	186,00
00148	Formão reto de1/2" p/ marcenaria	KALA	Unidade	10	18,79	187,90
00150	Joelho p/ mang tipo jiboia	PLASTILIT	Unidade	50	12,16	608,00
00151	Piche de asfalto 18 litros	VEDACIT	Unidade	100	197,23	19.723,00
00160	Telha colonial	CERAMICA PROGRESSO	Unidade	15.000	2,10	31.500,00
00164	Manta alfaltica adesiva 0,80 largx1,0 m comp aluminizada p/ telhado	VEDACIT	Unidade	50	166,38	8.319,00
00174	PARAFUSO BROCANTE PARA PVC CAIXAS COM 500 UNIDADES	WORKER	Caixa	10	61,09	610,90

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 482.233,38, (quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 06 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Atacado - Construcao LTDA
CNPJ nº 49.159.733/0001-62
ERICO ALAN SILVA BEZERRA
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:42B8CD1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA**						
CNPJ: **46.423.434/0001-03**		Email: **atrium.vendas@gmail.com**		Telefone: **(54) 99189-8797**		
Endereço: **Rua Santos Dumont, 888, São Cristóvão, Erechim/RS, CEP: 99709-370**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00017	CHAPA VIRAR FERRO 5/8	SÃO ROMÃO	Unidade	10	264,61	2.646,10
00034	Malha POPY 15x15	ARCELOR	Unidade	500	87,41	43.705,00
00035	Malha POPY 20x20	ARCELOR	Unidade	500	55,51	27.755,00
00071	TUBO DE METALON REDONDO CHAPA 20X20 MM VARA COM 6 METROS	ARCELOR	Unidade	200	42,74	8.548,00

00072	TUBO METALON REDONDO CHAPA 18X18 VARA COM 6 METRO	ARCELOR	Unidade	200	55,86	11.172,00
00074	VERGALHÃO 6,3mm 1/4 – VARA COM 12 METROS	ARCELOR	Unidade	500	32,85	16.425,00

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 110.251,10, (cento e dez mil, duzentos e cinquenta e um reais e dez centavos).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 06 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Atrium Industria E Comercio De Ferragens LTDA
CNPJ nº 46.423.434/0001-03
GECIANO ANTONIO JAGUSESKI
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:70DDC978

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI**						
CNPJ: **26.729.755/0001-15**		Email: **fortesinal@fortesinal.com.br**	Telefone: **(43) 3252-7897**			
Endereço: **Rua Garrincha do Mato Grosso, 440, Vale das Perobas, Arapongas/PR, CEP: 86709-742**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00014	Bota de couro c/ elástico números variados	"CARTOM TP080PVC CA 29391"	Unidade	200	50,00	10.000,00

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 10.000,00, (dez mil reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 06 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Forte Sinal Equipamentos EIRELI
CNPJ nº 26.729.755/0001-15
LEONARDO DA SILVA COSTA
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:E3D25432

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**						
CNPJ: **27.518.373/0001-05**		Email: **metadistribuidorame@gmail.com**		Telefone: **(54) 98432-6673**		
Endereço: **Rua Caetano Alberto Rosset, 885 sala 02, Atlântico, Erechim/RS, CEP: 99705-568**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00049	Tubo de aço metalon quadrado 30x20 mm – vara com 6 metros	similar	Unidade	100	50,40	5.040,00
00050	Tubo de aço metalon quadrado 20x20 mm – vara com 6 metros	similar	Unidade	100	47,80	4.780,00
00073	VERGALHÃO 8MM 5/16 – VARA COM 12 METROS	similar	Unidade	500	44,01	22.005,00
00162	Caixa d'água de 5.000 litros	similar	Unidade	15	2.948,94	44.234,10
00176	TUBO DE METALON QUADRADO 50X30 MM -CHAPA 18 COM VARA DE 6 M	similar	Unidade	200	107,96	21.592,00

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 97.651,10, (noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e um reais e dez centavos).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 06 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Meta Comercio De Ferragens E Ferramentas EIRELI
CNPJ nº 27.518.373/0001-05
DANIEL ARCARI
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:D82233D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **PRIMIX PRODUTOS E SERVICOS LTDA**						
CNPJ: **04.330.689/0001-73**		Email: **primix@contatoprimix.com.br**		Telefone: **(83) 98161-0101**		
Endereço: **Rua Presidente Epitácio Pessoa, 102, Centro, Esperança/PB, CEP: 58135-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00004	Alicate Corte 6”	WAVES PLUS	Unidade	10	46,00	460,00
00008	APLICADOR SILICONE	THOMPSON	Unidade	5	28,00	140,00
00025	Escova de aço c/ cabo	ATLAS	Unidade	15	18,00	270,00
00048	Tubo PVC SOLD 25 – vara c/ 6 metros	NORDEPLAST	Metro	700	18,42	12.894,00
00052	Verniz madeira 0,9 L INC	EUCATEX	Unidade	50	35,00	1.750,00
00084	Vaso Sanitário com Caixa Acoplada 3/6 Litros Infantil Branco	LUZARTE	Unidade	50	840,00	42.000,00
00085	Lavatorio Suspenso Louça Izy Deca Branc	DECA	Unidade	50	120,00	6.000,00
00087	Colete de sinalização	PLASTCOR	Unidade	35	19,00	665,00
00091	Rodízio c/ chapa giratória 2"	AJAX	Unidade	70	19,00	1.330,00
00094	Máscara com filtro	PLASTCOR	Unidade	70	2,50	175,00
00097	Silicone 50 g incolor	POLYSTIC	Unidade	200	7,00	1.400,00
00098	Te PVC Sold 25 mm	CORR PLASTIK	Unidade	200	1,00	200,00
00101	União soldavel 25 mm	CORR PLASTIK	Unidade	250	8,00	2.000,00
00116	Te pvc sold 32 mm	CORR PLASTIK	Unidade	200	5,00	1.000,00
00117	Verniz madeira 3,6 L cores	EUCATEX	Unidade	70	130,00	9.100,00
00123	Alicate de pressão 10"	WAVES PLUS	Unidade	15	35,00	525,00
00133	Fechadura para porta normal	SILVANA	Unidade	250	49,00	12.250,00
00134	Lavatório louça branca suspenção 29,5x39 cm, padrão popular	DECA	Unidade	30	123,00	3.690,00
00135	Óculos de proteção transparente	Bravo	Unidade	50	6,00	300,00
00140	Thinner 0,9 L	EUCATEX	Unidade	300	18,00	5.400,00
00146	Colher de pedreiro	CORTAG	Unidade	30	19,80	594,00
00154	Te pvc sold 20 mm	CORR PLASTIK	Unidade	300	0,84	252,00
00159	Cadeado de 50 mm	STAM	Unidade	20	49,89	997,80

A presente Ata apresenta o valor total R$ 103.392,80, (cento e três mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)**.**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 06 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Primix Produtos E Servicos LTDA
CNPJ nº 04.330.689/0001-73
FORTUNATO VICENTE FERREIRA JUNIOR
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:1F862217

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 144350/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS INSTALAÇÕES**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **R & R REPRESENTACOES DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO & ELETRICOS LTDA**						
CNPJ: **07.204.967/0001-34**		Email: **rr.representacoes87@gmail.com**	Telefone: **(84) 99916-9297**			
Endereço: **Estrada de Cajupiranga, 313, Cajupiranga, Parnamirim/RN, CEP: 59156-400**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00009	Araldite 10 mm	ARALDITE	Unidade	30	25,00	750,00
00012	Bandeja para pintura 23 cm	ROMA	Unidade	10	6,90	69,00
00013	Bico torn jardin engate rápido	ROMA	Unidade	20	4,20	84,00
00015	Catalizador pequeno pequeno para massa plástica	DMAX	Unidade	10	4,15	41,50
00023	Escada alumínio 6 degraus	MOR	Unidade	2	279,00	558,00
00028	Graute estrutural	REJUNTAMIX	Unidade	1.000	53,90	53.900,00
00037	Massa plástica 0,9 L c/ catalizador	MAX	Unidade	30	15,00	450,00
00038	Óleo Lubrificante e anticorrosivo 300 ml	ORBI	Unidade	20	14,90	298,00
00039	Óleo Lubrificante WD-40 300 ml	WD	Unidade	30	45,00	1.350,00
00042	Tinta Premiun Acrílica lata de 3,0 a 3,6 L s/ brilho cores	AQUARELA	Unidade	200	46,50	9.300,00
00043	Tinta Premiun Acrílica lata de 15 a 18 L cores	AQUARELA	Unidade	200	204,50	40.900,00
00044	Tinta Premiun Acrílica lata de 15 a 18 L s/ brilho cores	AQUARELA	Unidade	200	204,50	40.900,00
00045	Tubo PVC curva caixa descarga externa	GRANPLAST	Unidade	400	13,70	5.480,00
00046	TUBO PVC ESG 40	ASPERBRAS	Metro	500	4,90	2.450,00
00047	TUBO PVC ESG 50	ASPERBRAS	Metro	500	7,90	3.950,00
00065	bica de alumínio de 0,80 cm de largura	CIVIT	Metro	300	66,00	19.800,00
00066	bica de alumínio de 1,00 m de largura	CIVIT	Metro	300	89,00	26.700,00
00068	Argamassa Piso Sobre Piso Interno Cinza 20kg - Quartzolit	QUARTZOLIT	Pacote	500	49,90	24.950,00
00070	tinta esmalte brilhante sintetico na cor cinza platinado 3.0 a 3.6 lts.	AQUARELA	Unidade	100	101,00	10.100,00
00076	FITA ISOLANTE ANTICHAMAS, ADESIVA USO GERAL PARA REPARO, PROTEÇÃO E ISOLAMENTO DE CABOS E FIOS ELÉTRICOS COM NO MÍNIMO 20 METROS EM PVC, NA COR PRETA	FERTAK	Unidade	100	5,48	548,00
00077	ABRAÇADEIRA DE NYLON BRANCA 200 MM X 3,6 MM (PACOTE COM 100 UNIDADES	SORTE LUZ	Pacote	500	5,80	2.900,00
00078	ABRAÇADEIRA DE NYLON BRANCA 300 MM X 3,6 MM (PACOTE COM 100 UNIDADES).	SORTE LUZ	Pacote	500	9,50	4.750,00
00079	ABRAÇADEIRA DE NYLON BRANCA 150 MM X 3,6 MM (PACOTE COM 100 UNIDADES).	SORTE LUZ	Pacote	500	8,00	4.000,00
00080	ELETRODOS DE SOLDA - 2,50 MM/KG	WAVES	KG	150	19,50	2.925,00
00081	DISCO DE CORTE DE 4.1/2 POL PARA AÇO INOX • DIÂMETRO EXTERNO: 115mm (4.1/2") • ESPESSURA: 1mm • DIÂMETRO DO FURO: 22,22mm • ROTAÇÃO (RPM): 13.370 • VELOCIDADE: 80 m/s	MAX	Unidade	1.000	1,80	1.800,00
00083	TINTA ESMAILTE SINTÉTICO ALTO BRILHO PREMIUN 3,6L TIPO: ESMALTE SINTÉTICO USO: INTERNO E EXTERNO VOLUME EM LITRO L: 3,6 ACABAMENTO: ALTO BRILHO EMBALAGEM: GALÃO SUPERFICIE DE APLICAÇÃO: INDICADO PARA SUÉRFÍCIES EXTERNAS E INTERNAS DE MADEIRAS, METAIS	AQUARELA	Lata	50	101,00	5.050,00
00086	Ciscador de ferro em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática	MAX	Unidade	45	37,00	1.665,00
00090	Pé de cabra 3/4 1 alavanca aço vergalhão	CANAL	Unidade	5	39,90	199,50
00092	Roldana p/ poço c/ gancho 12	FERTAK	Unidade	40	35,80	1.432,00
00093	Lixadeira esmerilhadeira angular 9-125.5	BLACK & DECKER	Unidade	2	312,90	625,80
00096	Rolo espuma 15 cm	ROMA	Unidade	80	6,50	520,00
00099	Furadeira elétrica 3/8", aplicações em concreto, alvenaria, metal madeira, azuleijo e plástico, potência 480 W, tensão/voltagem 110V/220V	TRAMONTINA	Unidade	5	220,00	1.100,00
00102	União soldavel 50 mm	FORTLEVE	Unidade	150	27,30	4.095,00
00103	Adesivo instantaneo 3 gr	MAX	Unidade	50	4,90	245,00
00109	Lixa d'água 600, pacote com 20 unidades	NORTON	Unidade	200	2,99	598,00
00114	Régua de nível	SIGMA	Unidade	5	14,00	70,00
00120	Adesivo selante de silicone cor transparente, embalagem 280g	ORBI	Unidade	20	23,00	460,00

00121	Adesivo plástico 75g	FIRMEX	Unidade	60	5,90	354,00
00122	Alicate de bico 6"	EDA	Unidade	20	16,00	320,00
00124	Fechadura para porta de alumínio	3F	Unidade	30	49,90	1.497,00
00132	Disco de corte metal 7"	SORTE LUZ	Unidade	200	4,00	800,00
00136	Argamassa AC2	MEGACOLA	Unidade	500	10,90	5.450,00
00137	Alicate universal 8" 1000 E V	EDA	Unidade	15	24,90	373,50
00138	Rolo de espuma 10 cm	ROMA	Unidade	70	6,00	420,00
00139	Massa a óleo para madeira 0,9 L	QUARTZOLIT	Unidade	20	21,90	438,00
00144	Castelo p/ acion lateral cx descarga acoplada pad, celite	BLUKIT	Unidade	50	32,90	1.645,00
00149	Garfo em aço p/ jardinagem c/ cabo de madeira	MAX	Unidade	10	33,00	330,00
00153	Talhadeira de precisão aço vanadium 100x12	CANAL	Unidade	10	19,00	190,00
00155	Serra Circular - modelo makita HS 7010	MENEGOTE	Unidade	5	529,00	2.645,00
00156	Bomba para foliar tipo pulverizadora/borrifadora	FERTAK	Unidade	3	29,90	89,70
00157	Bica zincada 1,00 m	CIVIT	Metro	300	69,00	20.700,00
00158	Bica zincada 0,80 cm	CIVIT	Metro	300	69,00	20.700,00
00161	Caixa d'água de 2.000 litros	BAKOF	Unidade	15	1.190,00	17.850,00
00165	Manta alfaltica adesiva 0,50 largx1,0 m comp aluminizada p/ telhado	DENVER	Unidade	50	131,90	6.595,00
00166	Cerâmica esmaltada de extra ou de 1ª qualidade para piso tráfego/carga qualidade PEI-5, Tamanho 45x45	CERBRAS	Metro	1.000	29,90	29.900,00
00168	Eletrodo de solda de inox	WAVES	Caixa	50	46,90	2.345,00
00169	Eletrodo de solda de ferro	WAVES	Caixa	100	19,90	1.990,00
00173	FORRO PVC DE 0,14 MM DE ESPESSURA E 200 MM DE LARGURA ,COR BRANCA .	NOVA FORMA	Metro	1.000	29,90	29.900,00

A presente Ata apresenta o valor total **R$ 419.546,00, (quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e seis reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 06 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

R & R Representacoes De Materiais De Construcao & ELETRICOS LTDA
CNPJ nº 07.204.967/0001-34
RENATA CRISTINA PINHEIRO DE MORAES
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:7E0DDB92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E RESULTADO - PROCESSO Nº 144302/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

ASSUNTO: Registro de Preços para a Aquisição de fardamentos, itens de identificação funcional e proteção individual para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Arez/RN.

O Prefeito do Município de Arez/RN, tendo em vista a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 20/2026**, destinado ao **Registro de Preços para a Aquisição de fardamentos, itens de identificação funcional e proteção individual para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Arez/RN**, tendo transcorridas as fases de lances e análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa no Portal de Compras Públicas; e observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021; **ADJUDICA** o objeto da licitação à:

Vencedor: **COMERCIAL APOLO LTDA EPP**						
CNPJ: **02.440.676/0001-21**		Email: **comapolo@yahoo.com.br**	Telefone: **(84) 3231-6857**			
Endereço: **Rua Valdir Targino, 3558, Candelária, Natal/RN, CEP: 59064-670**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
07	Chapéu com aba de proteção tipo australiano - Modelo australiano, aba ampla, cordão de ajuste, tecido resistente e proteção para atividades externas; tamanhos/cores a definir.	CAL/CAICÓ ACESSÓRIOS	UND	500	16,00	8.000,00
09	Protetor solar FPS 60+ - FPS 60 ou superior, proteção UVA/UVB, dermatologicamente testado, embalagem íntegra, registro/notificação sanitária aplicável e validade mínima de 12 meses na entrega.	ALGSUN	UND	300	19,00	5.700,00
10	Boné básico - Tecido resistente, aba curva, regulagem traseira e personalização institucional conforme arte aprovada.	CAL/CAICÓ ACESSÓRIOS	UND	500	11,98	5.990,00
Total do vencedor R$:						19.690,00

Vencedor: **DANDARA SPORT LTDA**						
CNPJ: **51.543.641/0001-23**		Email: **dandarah.katarine@gmail.com**	Telefone: **(84) 99890-5825**			
Endereço: **Av Brigadeiro Everaldo Breves, 135, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59140-200**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
11	Camiseta básica - Malha confortável e resistente, manga curta, gola redonda, costuras reforçadas; personalização institucional conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	bmx	UND	500	21,99	10.995,00

Total do vencedor R$:	10.995,00

Vencedor: **Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA**						
CNPJ: **46.027.640/0001-96**		Email: **znortecomercioeservicos@gmail.com**		Telefone: **(84) 99890-5825**		
Endereço: **Rua Antonio Anselmo de Souza, 22, Vale do Sol, Parnamirim/RN, CEP: 59.143-110**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	Camisa tipo polo - Malha confortável e resistente; gola polo; manga curta; costuras reforçadas; personalização institucional em técnica adequada, conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	VIA SECRETA	UND	1.000	31,86	31.860,00
02	Calça tipo jeans - Jeans resistente, modelagem profissional, bolsos funcionais, fechamento por zíper e botão; tamanhos a definir.	VIA SECRETA	UND	200	49,90	9.980,00
04	Calçado tipo tênis - Fechado, confortável, solado antiderrapante, cabedal resistente, adequado a uso funcional; numeração a definir.	REPLAY	UND	100	49,80	4.980,00
05	Colete de identificação funcional - Tecido resistente, fechamento frontal e bolsos funcionais; identificação institucional conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	CASA DO IPI	UND	100	62,00	6.200,00
06	Bolsa em lona - padrão SUS - Lona resistente, alças reforçadas, fechamento seguro e identificação visual no padrão SUS, conforme arte aprovada.	VIA SECRETA	UND	50	71,00	3.550,00
08	Calça de brim - Brim resistente, modelagem profissional, bolsos funcionais, costuras reforçadas; tamanhos e cores a definir.	BMX	UND	500	58,00	29.000,00
Total do vencedor R$:						85.570,00

Vencedor: **ACE SPORTS LTDA**						
CNPJ: **29.001.388/0001-27**		Email: **acesublimacoes@gmail.com**		Telefone: **(83) 99165-4619**		
Endereço: **Sitio Alto Grande, 0, Zona Rural, Juazeirinho/PB, CEP: 58660-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
03	Camisa de proteção solar - Manga longa, tecido leve com proteção UV mínima UPF 50+, respirável, secagem rápida; personalização institucional conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	PRÓPRIA	UND	500	29,46	14.730,00
Total do vencedor R$:						14.730,00

O valor total da adjudicação realizada é de **R$ 130.985,00 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e cinco reais).**

Arez/RN, 09 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:518B5D7F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026 - P.E. Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN.; FORNECEDOR REGISTRADO: G F DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS ME, CNPJ 08.236.940/0001-96, VENCEDORA DOS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192 E 193, TOTALIZANDO R$ 378.665,05 (TREZENTOS E SETENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E CINCO CENTAVOS). VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 09/10/2026 A 08/10/2027, CONFORME OS ITENS DA PLANILHA ABAIXO:

Nº	ITEM	UND	MARCA	QNT	V.UNT.	V.TOTAL
1	AGENDA PERMANENTE: TAMANHO 15 X 21 CM, CAPA DURA COM ESPIRAL.	UNIDADE	TILIBRA	35	R$ 26,50	R$ 927,50
2	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 000: MATERIAL EM METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, CABEÇA PLÁSTICA REDONDA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	ACC	20	R$ 10,42	R$ 208,40
3	APAGADOR DE QUADRO BRANCO: CORPO EM PLÁSTICO COM FELTRO, DIMENSÕES 140 X 50 X 40MM (VARIAÇÃO DE +/- 5 MM). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA E FABRICANTE	UNIDADE	RADEX	70	R$ 6,30	R$ 441,00
4	APONTADOR ESCOLAR (LÁPIS): MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM DEPÓSITO, FORMATO RETANGULAR, 4,5 X 1,5 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	CIS	30	R$ 14,36	R$ 430,80
5	BANDEJA PARA DOCUMENTOS SIMPLES: ACRÍLICO RESISTENTE, TAMANHO OFÍCIO, COR FUMÊ	UNIDADE	WALEU	35	R$ 22,40	R$ 784,00
8	BARBANTE: PRODUZIDO EM FIO DE SISAL, 2 MM, 100 METROS	ROLO	EUROROMA	75	R$ 16,20	R$ 1.215,00
9	BARBANTE DE ALGODÃO: 6 FIOS, ACABAMENTO CRU, 100 METROS	ROLO	EUROROMA	10	R$ 11,72	R$ 117,20
11	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA: LARGURA 57 MM	UNIDADE	SPIRAL	10	R$ 5,17	R$ 51,70
12	BORRACHA BICOLOR: CORES AZUL E VERMELHA, CAIXA COM 40 UNIDADES	CAIXA	MERCUR	100	R$ 35,25	R$ 3.525,00
13	BORRACHA PONTEIRA PARA LÁPIS	UNIDADE	MERCUR	300	R$ 0,51	R$ 153,00
14	CADERNO CAPA DURA: 10 MATÉRIAS, COM ESPIRAL, FOLHAS PAUTADAS	UNIDADE	SÃO DOMINGOS	200	R$ 33,80	R$ 6.760,00
16	CADERNO 1/4 BROCHURA: 140 X 200 MM, 48 FOLHAS	UNIDADE	SÃO DOMINGOS	100	R$ 7,15	R$ 715,00
18	CADERNO DE DESENHO, COM ESPIRAL, TAMANHO A4	UNIDADE	SÃO DOMINGOS	100	R$ 17,10	R$ 1.710,00
19	CADERNO ESPIRAL GRANDE, TAMANHO A4, COM 100 FOLHAS	UNIDADE	SÃO DOMINGOS	100	R$ 19,27	R$ 1.927,00

20	CADERNO EM ESPIRAL – TAMANHO A5	UNIDADE	SÃO DOMINGOS	30	R$ 9,87	R$ 296,10
21	CALCULADORA ELETRÔNICA: 12 DÍGITOS, OPERAÇÕES BÁSICAS, COM DISPLAY GRANDE	UNIDADE	KENKO	50	R$ 35,45	R$ 1.772,50
22	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA AZUL: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	COMPACTOR	100	R$ 40,20	R$ 4.020,00
23	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA PRETA: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	COMPACTOR	100	R$ 49,00	R$ 4.900,00
27	CANETA HIDROGRÁFICA AZUL: MATERIAL PLÁSTICO, PARA RETROPROJETOR	UNIDADE	BRW	20	R$ 7,45	R$ 149,00
28	CANETA HIDROGRÁFICA PRETA: MATERIAL PLÁSTICO, PARA RETROPROJETOR	UNIDADE	BRW	20	R$ 7,00	R$ 140,00
29	CANETA HIDROGRÁFICA VERMELHA: MATERIAL PLÁSTICO, PARA RETROPROJETOR	UNIDADE	BRW	20	R$ 8,40	R$ 168,00
30	CAIXA ARQUIVO MORTO: PAPELÃO, TAMANHO GRANDE, 14 X 36 X 25 CM, COR PARDA	UNIDADE	POLIBRAS	120	R$ 6,32	R$ 758,40
31	CARREGADOR DE PILHA: COMPATÍVEL COM PILHAS AAA E AA	UNIDADE	ELGIN	10	R$ 150,25	R$ 1.502,50
32	CLIPS TAMANHO 2.0: CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	ECOCLIPS	200	R$ 2,84	R$ 568,00
33	CLIPS TAMANHO 4.0: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	ECOCLIPS	500	R$ 7,24	R$ 3.620,00
34	CLIPS TAMANHO 6.0: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	ECOCLIPS	500	R$ 6,45	R$ 3.225,00
36	COLA BRANCA: EMBALAGEM DE 90 G, LAVÁVEL E NÃO TÓXICA, IDEAL PARA TRABALHOS ESCOLARES	CAIXA	KOALA	200	R$ 6,27	R$ 1.254,00
37	COLA COLORIDA: 4 CORES, TUBO DE 23 G, CAIXA COM 6 UNIDADES	CAIXA	ACRILEX	100	R$ 14,00	R$ 1.400,00
39	COLA GLITTER: 23G, CAIXA COM 6 TUBOS	UNIDADE	ACRILEX	80	R$ 23,45	R$ 1.876,00
40	COLA DE ISOPOR: 40G	UNIDADE	KOALA	100	R$ 5,36	R$ 536,00
41	COLA INSTANTÂNEA: LÍQUIDA, INCOLOR, PARA METAL, ACRÍLICO, VIDRO E PLÁSTICO. TUBO DE 3G	UNIDADE	TEKBOND	40	R$ 10,80	R$ 432,00
42	COLA LÍQUIDA PARA EVA: EMBALAGEM PLÁSTICA, 90G	UNIDADE	RADEX	50	R$ 5,78	R$ 289,00
43	COLA PVA: LÍQUIDA, BRANCA, LAVÁVEL, ATÓXICA, PARA USO ESCOLAR. PESO LÍQUIDO 500G	UNIDADE	CIS	35	R$ 21,45	R$ 750,75
44	LÁPIS DE CERA (COLEÇÃO): CAIXA COM 12 CORES	UNIDADE	CIS	100	R$ 6,55	R$ 655,00
45	LÁPIS DE MADEIRA (COLEÇÃO): CAIXA COM 12 CORES	UNIDADE	CIS	100	R$ 11,00	R$ 1.100,00
47	CORRETIVO SECO: FITA DE 4,2 MM X 6 M, BASE DE RESINA DE POLIÉSTER, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE	UNIDADE	CIS	250	R$ 17,48	R$ 4.370,00
48	MARCA-TEXTO: CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	BRW	250	R$ 36,35	R$ 9.087,50
52	ENVELOPE KRAFT PARDO A5 - 17,6 X 25 CM	UNIDADE	SCRITY	500	R$ 0,90	R$ 450,00
53	ENVELOPE BRANCO A4 - 22,9 X 32,4 CM	UNIDADE	SCRITY	500	R$ 1,38	R$ 690,00
54	ENVELOPE KRAFT PARDO A4 - 22,9 X 32,4 CM	UNIDADE	SCRITY	500	R$ 3,03	R$ 1.515,00
55	ENVELOPE BRANCO A3 - 37 X 47 CM	UNIDADE	SCRITY	500	R$ 2,22	R$ 1.110,00
56	ENVELOPE KRAFT PARDO A3 - 37 X 47 CM	UNIDADE	SCRITY	500	R$ 2,10	R$ 1.050,00
57	ESTILETE RETRÁTIL 25MM REFORÇADO COM PONTA DE METAL	UNIDADE	CIS	100	R$ 18,98	R$ 1.898,00
58	ELÁSTICO LÁTEX AMARELO Nº 18: EMBALAGEM DE 1 KG	PACOTE	MERCUR	30	R$ 78,90	R$ 2.367,00
59	ETIQUETA BRANCA ADESIVA: 50,8 X 101,6 MM, PARA JATO DE TINTA E COPIADORAS, FOLHA COM 10 ETIQUETAS, PACOTE COM 100 FOLHAS	PACOTE	PIMACO	40	R$ 65,65	R$ 2.626,00
60	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA: NIQUELADO, AÇO INOXIDÁVEL OU METAL CROMADO, MEDINDO 15 CM, PARA GRAMPOS 26/6 E 26/8	UNIDADE	CIS	200	R$ 12,10	R$ 2.420,00
61	FITA ADESIVA DUPLA FACE: POLIPROPILENO, 12 MM X 20 M	UNIDADE	ADELBAS	120	R$ 15,27	R$ 1.832,40
62	FITA ADESIVA TRANSPARENTE: CONTENDO 4 UNIDADES	PACOTE	ADELBAS	120	R$ 39,30	R$ 4.716,00
66	FITA GOMADA: 45 X 50, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	ADELBAS	120	R$ 93,95	R$ 11.274,00
67	FITA GOMADA TRANSPARENTE: 45 MM X 45 M	DUZIA	ADELBAS	100	R$ 17,17	R$ 1.717,00
68	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 10 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	120	R$ 11,45	R$ 1.374,00
69	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 15 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	250	R$ 13,80	R$ 3.450,00
70	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 20 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	150	R$ 14,46	R$ 2.169,00
71	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 25 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	250	R$ 14,85	R$ 3.712,50
75	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 5 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	250	R$ 8,10	R$ 2.025,00
76	GLITTER: 3G, POTE PLÁSTICO, CORES VARIADAS	CAIXA	ACRILEX	80	R$ 5,10	R$ 408,00
77	GRAMPEADOR MÉDIO: METAL, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 20 FOLHAS	UNIDADE	JOCAR	50	R$ 7,79	R$ 389,50
79	GRAMPEADOR PEQUENO DE MESA: METAL, PARA GRAMPO 26/6, CAPACIDADE PARA ATÉ 10 FOLHAS DE 75G/M²	UNIDADE	JOCAR	150	R$ 23,52	R$ 3.528,00
80	GRAMPO DE TRILHO (FERRO): FABRICADO EM FERRO	CAIXA	ACC	200	R$ 28,45	R$ 5.690,00
81	GRAMPO DE TRILHO (PLÁSTICO): MATERIAL PLÁSTICO, CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	DELLO	120	R$ 28,40	R$ 3.408,00
82	GRAMPO 23/10: GALVANIZADO, PARA GRAMPEADOR SEMI-INDUSTRIAL, FABRICADO COM AÇO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA	JOCAR	150	R$ 35,80	R$ 5.370,00
84	GRAMPO 26/8: GALVANIZADO, FABRICADO COM AÇO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA	JOCAR	100	R$ 18,20	R$ 1.820,00
85	GRAMPO PEQUENO 26/6: CAIXA COM 1000 UNIDADES	CAIXA	JOCAR	120	R$ 10,67	R$ 1.280,40
86	GRAMPOS GALVANIZADOS 26/6: CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA	JOCAR	100	R$ 2,62	R$ 262,00
87	GIZ DE CERA: CAIXA COM 12 UNIDADES, FABRICADOS COM CERAS E PIGMENTOS ORGÂNICOS, ATÓXICOS	CAIXA	LEOELEO	80	R$ 4,89	R$ 391,20
89	LÁPIS GRAFITE 2B, 3B, 5B E 6B: CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	LEOELEO	100	R$ 17,65	R$ 1.765,00
90	LÁPIS GRAFITE Nº 2: CAIXA COM 144 UNIDADES	CAIXA	LEOELEO	100	R$ 71,65	R$ 7.165,00
93	LÁPIS HIDROCOR: CAIXA COM 12 CORES	CAIXA	CIS	130	R$ 15,40	R$ 2.002,00
94	LÁPIS PARA RETROPROJETOR AZUL: CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	BRW	10	R$ 27,69	R$ 276,90
98	LÂMINA PARA ESTILETE: AÇO, 9 CM DE LARGURA, USO DESCARTÁVEL	UNIDADE	JOCAR	20	R$ 6,98	R$ 139,60
99	LIVRO ATA: CAPA DE PAPELÃO 100G/M², FOLHAS INTERNAS DE 56G/M², 50 FOLHAS NUMERADAS E PAUTADAS, 220 MM X 320 MM	UNIDADE	TILIBRA	30	R$ 18,70	R$ 561,00
100	LIVRO DE ATA: 100 FOLHAS	UNIDADE	TILIBRA	50	R$ 18,70	R$ 935,00
102	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA: CAPA DE PAPELÃO 705G/M², IMPRESSÃO OFFSET, 100 FOLHAS, FORMATO DE 153 MM X 216 MM	UNIDADE	TILIBRA	50	R$ 20,69	R$ 1.034,50
103	LIVRO DE REGISTRO GRANDE: TIPO CARTÓRIO	UNIDADE	TILIBRA	3	R$ 93,25	R$ 279,75
104	NYLON 2MM, ROLO COM 15M	ROLO	VONDER	5	R$ 11,15	R$ 55,75
105	MASSA PARA MODELAR: CAIXA COM 12 UNIDADES DE 18G, ATÓXICA, COM 12 CORES, NÃO OLEOSA, IDEAL PARA USO ESCOLAR	UNIDADE	KOALA	150	R$ 4,15	R$ 622,50
106	PAPEL A2: PAPEL ALCALINO, 420 MM X 594 MM, GRAMATURA DE 75 G/M², PARA IMPRESSORA	PACOTE	SUZANO	50	R$ 46,05	R$ 2.302,50
111	PAPEL CARTOLINA AMARELO: MATERIAL EM CELULOSE VEGETAL,	PACOTE	VMP	20	R$ 108,50	R$ 2.170,00

	660 MM X 500 MM, GRAMATURA 190 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS					
112	PAPEL CARTOLINA AZUL: MATERIAL EM CELULOSE VEGETAL, 660 MM X 500 MM, GRAMATURA 190 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS	PACOTE	VMP	20	R$ 108,50	R$ 2.170,00
113	PAPEL CARTOLINA BRANCO: MATERIAL EM CELULOSE VEGETAL, 660 MM X 500 MM, GRAMATURA 190 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS	PACOTE	VMP	20	R$ 108,50	R$ 2.170,00
115	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 GLOSSY 180G MASTERPRINT COR BRANCO, PACOTE 10 UNIDADES	PACOTE	MASTERPRINT	20	R$ 20,25	R$ 405,00
116	PAPEL MADEIRA: PACOTE COM 250 UNIDADES	PACOTE	VMP	10	R$ 168,00	R$ 1.680,00
117	PAPEL MICROONDULADO: CORES VARIADAS	UNIDADE	VMP	100	R$ 6,25	R$ 625,00
118	PAPEL MILIMETRADO A4 63/M2 50 FOLHAS	PACOTE	VMP	10	R$ 172,90	R$ 1.729,00
119	PAPEL OFÍCIO A4: CAIXA COM 10 RESMAS	CAIXA	REPORT	400	R$ 274,68	R$ 109.872,00
120	PAPEL PARA FLIP CHART: 64 CM X 88 CM	UNIDADE	SPIRAL	20	R$ 73,13	R$ 1.462,60
121	PAPEL PAUTADO: RESMA	RESMA	TILIBRA	10	R$ 46,80	R$ 468,00
122	PAPEL SULFITE A4 AMARELO: 210 MM X 297 MM, GRAMATURA DE 75 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS, EMBALAGEM RESISTENTE À UMIDADE	PACOTE	SUZANO	10	R$ 49,85	R$ 498,50
129	PASTA ARQUIVO SUSPENSA	UNIDADE	DELLO	125	R$ 6,67	R$ 833,75
130	PASTA CATÁLOGO COM 20 FOLHAS: SACO 12 MM	UNIDADE	ACP	130	R$ 24,98	R$ 3.247,40
131	PASTA CATÁLOGO COM 30 FOLHAS: SACO 12 MM	UNIDADE	ACP	110	R$ 30,40	R$ 3.344,00
132	PASTA CATÁLOGO COM 50 FOLHAS: SACO 12 MM	UNIDADE	ACP	120	R$ 47,10	R$ 5.652,00
135	PASTA SANFONADA A4 COM 31 DIVISÓRIAS	UNIDADE	FRAMA	20	R$ 64,98	R$ 1.299,60
136	PASTA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO 18 CM	UNIDADE	POLIBRAS	50	R$ 7,49	R$ 374,50
137	PASTA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO 4 CM	UNIDADE	POLIBRAS	100	R$ 7,75	R$ 775,00
138	PASTA AZ LOMBO ESTREITO: TAMANHO OFÍCIO, GARRAS REFORÇADAS EM FERRO CROMADO OU GALVANIZADO, CORPO EM PAPELÃO COM 3 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA COM PELÍCULA E VISOR DE IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE	FRAMA	100	R$ 20,69	R$ 2.069,00
139	PASTA AZ LOMBO LARGO: TAMANHO OFÍCIO, GARRAS REFORÇADAS EM FERRO CROMADO OU GALVANIZADO, CORPO EM PAPELÃO COM 3 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA COM PELÍCULA E VISOR DE IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE	FRAMA	50	R$ 16,47	R$ 823,50
140	PASTAS POLIONDA COM ELÁSTICO 35 MM: COR AMARELA, PACOTE COM 10 UNIDADES	UNIDADE	POLIBRAS	30	R$ 8,05	R$ 241,50
141	PASTAS POLIONDA COM ELÁSTICO 4 MM	UNIDADE	POLIBRAS	100	R$ 7,77	R$ 777,00
142	PASTAS POLIONDA COM ELÁSTICO 6 MM	UNIDADE	POLIBRAS	50	R$ 14,80	R$ 740,00
143	PASTA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO 2 CM	UNIDADE	POLIBRAS	100	R$ 7,75	R$ 775,00
144	PASTA COM ELÁSTICO A4 FINA KIT C/10 UNIDADES	UNIDADE	POLIBRAS	50	R$ 26,70	R$ 1.335,00
145	PASTA GRAMPO COM MOLA OFÍCIO BRANCA, COM ABA	UNIDADE	YES	50	R$ 7,45	R$ 372,50
146	PASTA L COM PORTA CARTÃO: TAMANHO A4, CHAPA TRANSPARENTE, MATERIAL LEVE, ATÓXICO, RESISTENTE, CORTE MEIA LUA, PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	POLIBRAS	20	R$ 15,00	R$ 300,00
147	PALITO PARA CHURRASCO: PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	THEOTO	10	R$ 14,10	R$ 141,00
148	PALITO DE PICOLÉ EM MADEIRA: PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	THEOTO	10	R$ 8,63	R$ 86,30
149	PERFURADOR MÉDIO, 2 FUROS: BASE DE 15 CM, CAPACIDADE DE ATÉ 60 FOLHAS DE 75G/M², CORPO EM FERRO FUNDIDO, SEMI PROFISSIONAL	UNIDADE	JOCAR	20	R$ 155,50	R$ 3.110,00
150	PERFURADOR PARA PAPEL: CORPO EM FERRO FUNDIDO, COM PORTA RESÍDUOS EM PVC NA BASE, CAPACIDADE PARA 10 FOLHAS SULFITE COM 75G/M²	UNIDADE	JOCAR	15	R$ 37,97	R$ 569,55
151	PILHA RECARREGÁVEL AA: NIMH, 1,25V, 2.400 MAH	UNIDADE	ELGIN	200	R$ 62,90	R$ 12.580,00
152	PILHA RECARREGÁVEL AAA: NIMH, 1,5V, 800 MAH	UNIDADE	ELGIN	200	R$ 59,70	R$ 11.940,00
153	PILHA AA ALCALINA, MODELO D	UNIDADE	ELGIN	80	R$ 38,85	R$ 3.108,00
154	PILHA BATERIA 9V	UNIDADE	ELGIN	20	R$ 22,49	R$ 449,80
155	PILHA AAA ALCALINA, MODELO AA: 1,5V, NÃO RECARREGÁVEL	UNIDADE	ELGIN	220	R$ 12,60	R$ 2.772,00
156	PEN DRIVE 128 GB USB 2.0: COR PRETA, COMPATÍVEL COM MAC E WINDOWS, TAXAS DE 3 MB/S GRAVAÇÃO, 10 MB/S LEITURA	UNIDADE	KINGSTON	20	R$ 77,77	R$ 1.555,40
157	PINCEL ATÔMICO: CORPO PLÁSTICO, TAMPA NA COR DA TINTA, CORES: AZUL, VERMELHO, PRETO E VERDE	CAIXA	BRW	20	R$ 76,20	R$ 1.524,00
158	PINCEL CHATO Nº 04: MACIO, CABO REFORÇADO	UNIDADE	LEOELEO	120	R$ 2,95	R$ 354,00
159	PINCEL CHATO Nº 12: MACIO, CABO REFORÇADO	UNIDADE	LEOELEO	120	R$ 8,15	R$ 978,00
160	PINCEL CHATO Nº 14: MACIO, CABO REFORÇADO	UNIDADE	LEOELEO	120	R$ 10,70	R$ 1.284,00
161	PINCEL CHATO Nº 24: MACIO, CABO REFORÇADO	UNIDADE	LEOELEO	120	R$ 11,40	R$ 1.368,00
162	PINCEL PARA QUADRO BRANCO: À BASE DE ÁLCOOL, PACOTE COM 12 UNIDADES	CAIXA	BRW	30	R$ 18,60	R$ 558,00
163	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVAS 102 MM X 76 MM	UNIDADE	LYKE	300	R$ 10,15	R$ 3.045,00
164	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVAS 76 MM X 76 MM (PACOTE COM 2 UNIDADES)	UNIDADE	LYKE	750	R$ 10,40	R$ 7.800,00
165	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVAS 38 MM X 50 MM (PACOTE COM 4 UNIDADES)	UNIDADE	LYKE	750	R$ 5,08	R$ 3.810,00
166	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO TIPO SETA, 5 CORES SORTIDAS, 1.1 CM X 4.3 CM, 100 FOLHAS	UNIDADE	BRW	120	R$ 12,10	R$ 1.452,00
167	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO, TIPO FLAGS, CONFECCIONADO EM PAPEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3,8 CM X 1,5 CM, CORES SORTIDAS	UNIDADE	BRW	70	R$ 16,50	R$ 1.155,00
168	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVAS, EM FORMATO CUBO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 47,6 MM X 47,6 MM, CONTENDO 400 FOLHAS, CORES VARIADAS	UNIDADE	BRW	30	R$ 38,60	R$ 1.158,00
170	QUADRO BRANCO MÉDIO: 100 X 80 CM	UNIDADE	SOUZA	20	R$ 150,80	R$ 3.016,00
171	QUADRO BRANCO GRANDE: 200 X 250 CM	UNIDADE	SOUZA	10	R$ 399,77	R$ 3.997,70
172	REABASTECEDOR DE PINCEL ATÔMICO: CORES: AZUL, PRETO E VERMELHO, 40ML	UNIDADE	BRW	30	R$ 12,65	R$ 379,50
173	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO: CORES: AZUL, PRETO E VERMELHO, 40ML	UNIDADE	BRW	50	R$ 13,65	R$ 682,50
174	RÉGUA 30 CM: PACOTE COM 25 UNIDADES	PACOTE	CIS	30	R$ 28,65	R$ 859,50
175	RÉGUA 50 CM: PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	CIS	30	R$ 35,89	R$ 1.076,70
176	SUPORTE PARA DUREX PEQUENO	UNIDADE	WALEU	30	R$ 33,74	R$ 1.012,20
177	SACO PARA PRESENTE: 20 X 30 CM - LISO EM CORES NEUTRAS	UNIDADE	PROGRESSO	10	R$ 49,95	R$ 499,50
178	SACO PARA PRESENTE: 45 X 60 CM - LISO EM CORES NEUTRAS	UNIDADE	PROGRESSO	20	R$ 56,40	R$ 1.128,00
179	TACHINHA DESTAQUE Nº 04	CAIXA	ACC	10	R$ 12,80	R$ 128,00
180	TATAME EM EVA: 1 X 1 METRO	UNIDADE	EVAMAX	20	R$ 72,94	R$ 1.458,80
181	TATAME EM EVA: 50 X 50 CM	UNIDADE	EVAMAX	20	R$ 64,65	R$ 1.293,00
182	TESOURA ESCOLAR - CORES DIVERSAS	UNIDADE	CIS	150	R$ 8,50	R$ 1.275,00
183	TESOURA GRANDE: 21 CM	UNIDADE	CIS	20	R$ 15,97	R$ 319,40

184	TESOURA MÉDIA: 15 CM	UNIDADE	CIS	20	R$ 9,45	R$ 189,00
185	TESOURA PARA PICOTAR: PACOTE COM 2 UNIDADES	CAIXA	CIS	20	R$ 8,50	R$ 170,00
186	TESOURA DE PICOTAR EM AÇO PARA TRABALHOS ARTÍSTICOS, 15 CM	UNIDADE	LEONORA	5	R$ 12,30	R$ 61,50
187	TINTA À DEDO: 6 CORES VARIADAS	CAIXA	ACRILEX	20	R$ 12,69	R$ 253,80
188	TINTA GUACHE: 250 ML	UNIDADE	KOALA	100	R$ 6,99	R$ 699,00
189	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO: AZUL, 40ML	UNIDADE	RADEX	10	R$ 9,10	R$ 91,00
191	TINTA SPRAY PARA MADEIRA: CORES VARIADAS, 400ML	UNIDADE	COLORGIN	20	R$ 22,46	R$ 449,20
192	TINTA SPRAY PARA TECIDO: CORES VARIADAS, 400ML	UNIDADE	TINGERSPRAY	100	R$ 22,10	R$ 2.210,00
193	TINTA SPRAY PARA METAL: CORES VARIADAS, 400ML	UNIDADE	COLORGIN	100	R$ 24,90	R$ 2.490,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

GUTEMBERG FRANÇA DE OLIVEIRA
G F De Oliveira Comercio E Servicos ME
CNPJ 08.236.940/0001-96
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:6801FD22

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026 - P.E. Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN.; FORNECEDOR REGISTRADO: CG SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ 53.004.224/0001-38, VENCEDORA DOS ITENS 06, 07, 10, 15, 17, 24, 25, 26, 35, 38, 46, 49, 50, 51, 63, 64, 65, 72, 73, 74, 78, 83, 88, 91, 92, 95, 96, 97, 101, 107, 108, 109, 110, 114, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 134, 169, 190 E 194, TOTALIZANDO R$ 83.312,50 (OITENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 09/10/2026 A 08/10/2027, CONFORME OS ITENS DA PLANILHA ABAIXO:

Nº	ITEM	UND	MARCA	QNT	V.UNT.	V.TOTAL
6	BANDEJA PARA DOCUMENTOS 2 DIVISÕES: ACRÍLICO RESISTENTE, TAMANHO OFÍCIO, COR FUMÊ, USO ABERTO OU FECHADO	UNIDADE	ACRIMET	45	R$ 57,00	R$ 2.565,00
7	BANDEJA PARA DOCUMENTOS 3 DIVISÕES: ACRÍLICO RESISTENTE, TAMANHO OFÍCIO, COR FUMÊ, USO ABERTO OU FECHADO	UNIDADE	ACRIMET	90	R$ 85,00	R$ 7.650,00
10	BALÃO BEXIGA Nº 07: CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE	PICPIC	150	R$ 16,50	R$ 2.475,00
15	CADERNO SIMPLES: 10 MATÉRIAS, COM ESPIRAL, FOLHAS PAUTADAS	UNIDADE	SPIRAL	150	R$ 21,00	R$ 3.150,00
17	CADERNO 1/4 BROCHURA: 140 X 200 MM, 96 FOLHAS	UNIDADE	SPIRAL	80	R$ 8,00	R$ 640,00
24	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA AZUL: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	COMPACTOR	60	R$ 38,00	R$ 2.280,00
25	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA PRETA: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	COMPACTOR	100	R$ 38,00	R$ 3.800,00
26	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA VERMELHA: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	COMPACTOR	40	R$ 38,00	R$ 1.520,00
35	CLIPS TAMANHO 8.0: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	CLIPSTOP	250	R$ 7,50	R$ 1.875,00
38	COLA BASTÃO: PLÁSTICO, 8G, À BASE DE GLICERINA, BRANCA, ATÓXICA, PARA PAPEL	CAIXA	LEONORA	120	R$ 3,50	R$ 420,00
46	CONJUNTO 3 EM 1: KIT PORTA-LÁPIS, CLIPS E CARTÃO LEMBRETE, AÇO CHAPA EXPANDIDA, CORES: PRETA OU PRATA, 28,5 X 9 X 10 CM, PESO 365G	UNIDADE	ACRIMET	100	R$ 24,00	R$ 2.400,00
49	ENVELOPE BRANCO CARTA - 11,4 X 16,2 CM	UNIDADE	TILIBRA	500	R$ 0,50	R$ 250,00
50	ENVELOPE BRANCO OFÍCIO - 11,4 X 22,9 CM	UNIDADE	TILIBRA	500	R$ 0,50	R$ 250,00
51	ENVELOPE BRANCO A5 - 17,6 X 25 CM	UNIDADE	TILIBRA	500	R$ 0,50	R$ 250,00
63	FITA DECORATIVA: CORES VARIADAS	UNIDADE	FITPEL	80	R$ 11,50	R$ 920,00
64	FITA DUPLA FACE, MEDINDO 25 X 30 M	UNIDADE	FITPEL	120	R$ 30,00	R$ 3.600,00
65	FITA DUREX: ROLO PEQUENO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	PACOTE	FITPEL	100	R$ 28,90	R$ 2.890,00
72	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 30 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	150	R$ 16,00	R$ 2.400,00
73	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 35 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
74	FOLHA DE ISOPOR: ESPESSURA 50 MM - TAMANHO: 100CM X 50CM	UNIDADE	FRICALOR	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
78	GRAMPEADOR PARA ATÉ 100 FOLHAS: BASE EM PLÁSTICO REFORÇADO, CORPO EM AÇO OXIDADO, CABO EM AÇO COM PROTEÇÃO DE BORRACHA. USA GRAMPOS 23/08 (ATÉ 50 FOLHAS) E 23/10 (ATÉ 70 FOLHAS)	UNIDADE	JOCAR	50	R$ 99,00	R$ 4.950,00
83	GRAMPO 23/13: GALVANIZADO, PARA GRAMPEADOR SEMI-INDUSTRIAL, FABRICADO COM AÇO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA	GRAMPLINE	150	R$ 39,00	R$ 5.850,00
88	LÁPIS DE CERA: BASTÃO GROSSO	CAIXA	ACRILEX	120	R$ 13,50	R$ 1.620,00
91	LAPISEIRA METALIZADA - PONTEIRA COM MINITUBO RETRÁTIL - BORRACHA ACOPLADA - ESPESSURA DO GRAFITE: 0.7MM – CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	CIS	30	R$ 80,00	R$ 2.400,00
92	MINAS GRAFITE - PONTA DE 0,7MM - CAIXA COM 12 GRAFITES – CAIXA COM 12 CAIXAS COM 12 GRAFITES	CAIXA	MAXPRINT	20	R$ 48,00	R$ 960,00
95	LÁPIS PARA RETROPROJETOR PRETO: CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	RADEX	10	R$ 26,00	R$ 260,00
96	LÁPIS PARA RETROPROJETOR VERMELHO: CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	RADEX	10	R$ 26,00	R$ 260,00
97	LÁPIS PILOTO: CORES VARIADAS	UNIDADE	RADEX	100	R$ 6,00	R$ 600,00
101	LIVRO DE PONTO: 100 FOLHAS	UNIDADE	TILIBRA	50	R$ 20,00	R$ 1.000,00
107	PAPEL CARTÃO PARDO: PH NEUTRO, 0,96 X 0,66 CM, GRAMATURA 400 G/M²	PACOTE	VMP	20	R$ 18,00	R$ 360,00
108	PAPEL SEDA: CORES VARIADAS	UNIDADE	VMP	50	R$ 1,00	R$ 50,00
109	PAPEL CELOFANE: CAIXA COM 50 UNIDADES	PACOTE	VMP	10	R$ 50,00	R$ 500,00
110	PAPEL CARTOLINA BRANCO: MATERIAL EM CELULOSE VEGETAL, 210 CM X 297 CM, GRAMATURA 120 G/M², PACOTE COM 250 FOLHAS	PACOTE	BIGNARDI	20	R$ 280,00	R$ 5.600,00
114	PAPEL DE PRESENTE: INFANTIL, PACOTE COM 40 UNIDADES	PACOTE	VMP	20	R$ 38,00	R$ 760,00
123	PAPEL SULFITE A4 VERDE: 210 MM X 297 MM, GRAMATURA DE 75 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS, EMBALAGEM RESISTENTE À UMIDADE	PACOTE	SENINHA	10	R$ 39,00	R$ 390,00

124	PAPEL SULFITE A4 AZUL: 210 MM X 297 MM, GRAMATURA DE 75 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS, EMBALAGEM RESISTENTE À UMIDADE	PACOTE	SENINHA	20	R$ 39,00	R$ 780,00
125	PAPEL SULFITE A4 ROSA: 210 MM X 297 MM, GRAMATURA DE 75 G/M², PACOTE COM 100 FOLHAS, EMBALAGEM RESISTENTE À UMIDADE	PACOTE	SENINHA	10	R$ 39,00	R$ 390,00
126	PAPEL SULFITE 40 G/M²: 210 MM X 297 MM, PACOTE COM 250 FOLHAS	PACOTE	SENINHA	5	R$ 39,00	R$ 195,00
127	PAPEL SULFITE 60 G/M²: 210 MM X 297 MM, PACOTE COM 250 FOLHAS	PACOTE	SENINHA	5	R$ 60,00	R$ 300,00
128	PASTA ARQUIVO MORTO CAIXA POLIONDA PLÁSTICO 10 UND KIT	UNIDADE	ALAPLAST	100	R$ 70,00	R$ 7.000,00
133	PASTA CATÁLOGO COM 100 FOLHAS: SACO 12 MM	UNIDADE	ACP	50	R$ 45,00	R$ 2.250,00
134	PASTA SANFONA A4 COM 12 DIVISÓRIAS	UNIDADE	DELLO	30	R$ 34,00	R$ 1.020,00
169	PRANCHETA PORTÁTIL: ACRÍLICO FUMÊ, 235 X 340 MM, ESPESSURA 3 MM, PRENDEDOR DE METAL, CANTOS ARREDONDADOS	UNIDADE	ACRIMET	120	R$ 25,00	R$ 3.000,00
190	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO: PRETA, 40ML	UNIDADE	RADEX	5	R$ 8,50	R$ 42,50
194	UMEDECEDOR DE DEDOS: PASTOSO, ATÓXICO, PESO LÍQUIDO APROXIMADAMENTE 12 G	UNIDADE	BRW	30	R$ 8,00	R$ 240,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

CLEITON GOIS DA SILVA
CG Servicos E Comercio LTDA
CNPJ 53.004.224/0001-38,
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:12C765A9

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026 - P.E. Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN; FORNECEDOR REGISTRADO: B H DE A VIEIRA, CNPJ Nº 58.407.207/0001-65, VENCEDORA DOS LOTES 1, 7 E 8, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.226.160,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E VINTE E SEIS MIL, CENTO E SESSENTA REAIS). VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 09/10/2026 A 08/10/2027, CONFORME OS ITENS DA PLANILHA ABAIXO:

Nº	ITEM	UND	QNT	V.UNT.	V.TOTAL
1	Veículo leve, tipo hatch, com motor 1.0 litro, com 3 cilindros, Flex, com potência mínima de 70 cavalos, direção hidráulica ou elétrica, câmbio Manual de até 5 marchas, tanque de até 45 litros, pneus 175/65 R14, freios ABS, Ar-condicionado; Banco traseiro rebatível; Vidros elétricos dianteiros com função one-touch; Retrovisores com ajuste manual interno; Chave tipo canivete; Cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes; Cintos dianteiros com ajuste de altura; Conta-giros; Indicador de temperatura externa; Termômetro do líquido de arrefecimento; Central multimídia com tela touchscreen; Espelhamento de smartphone; Navegador GPS integrado; Rádio com conexão Bluetooth e USB; Sistema de som com pelo menos 2 alto-falantes; Trava eletrica, 2 airbags frontais (motorista e passageiro); Alarme antifurto; Sensores de estacionamento traseiros, Faróis halógenos ou com refletores em LED com acendimento automático dos faróis; VEÍCULO COM NO MÁXIMO 02 (DOIS) ANOS DE FABRICAÇÃO. night-day estrutura em ferro e madeira.	MÊS	96	R$ 4.000,00	R$ 384.000,00
7	Veículo tipo caminhão baú, com Baú de alumínio, com comprimento útil de Mínimo 5 metros, largura mínima 2,2 metros e máxima de 2,6 metros, altura máxima de 3 metros, Volume interno mínimo de 25m³ e máximo de 40 m³, Motor a Diesel, potência mínima do motor de 150 cv, torque mínimo de 500 Nm, transmissão Manual de 5 marchas, Tração: 4x2, Freios ABS com EBD, Controle de estabilidade, Direção hidráulica ou elétrica, Tacógrafo digital, Suspensão de Feixe de molas ou pneumática, Capacidade de Carga, Peso bruto total (PBT) mínimo de 7.500 kg e Carga útil mínima de 3.500 kg, Câmera de ré e sensores. ANO DE FABRICAÇÃO: 2014.	DIÁRIA	264	R$ 1.940,00	R$ 512.160,00
8	Veículo tipo caminhão toco 3/4 com carroceria graneleira, onde a graneleira pode ser em alumínio ou carbono, com comprimento de Mínimo 6 metros, largura mínima 2,4 metros, comprimento mínimo da carroceria 4 metros, altura máxima de 3 metros, Altura das laterais do graneleiro entre 0,6 a 1,5 metros, Motor a Diesel, potência mínima do motor de 150 cv, torque mínimo de 500 Nm, transmissão Manual de 5 marchas, Tração: 4x2, Freios ABS com EBD, Controle de estabilidade, Direção hidráulica ou elétrica, Tacógrafo digital, Suspensão de Feixe de molas ou pneumática, Capacidade de Carga, Peso bruto total (PBT) mínimo de 6.000 kg e Carga útil mínima de 3.000 kg, Câmera de ré e sensores, Suspensão dianteira em Feixe de molas e Suspensão traseira em Feixe de molas ou pneumática, Laterais móveis para facilitar a carga e descarga e Tampa traseira basculante. ANO DE FABRICAÇÃO: 2014.	DIÁRIA	264	R$ 1.250,00	R$ 330.000,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

BRUNO HAYSLLAN DE ARAÚJO VIEIRA
B H de A Vieira
CNPJ: 58.407.207/0001-65
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:0EC126EA

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026 - P.E. Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN; FORNECEDOR REGISTRADO: MÁRCIO CÂNDIDO DA SILVA ME, CNPJ Nº 66.276.997/0001-15, VENCEDOR DOS LOTES 2, 3 E 6, NO VALOR TOTAL DE R$ 306.540,00 (TREZENTOS E SEIS

MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS). VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 09/10/2026 A 08/10/2027, CONFORME OS ITENS DA PLANILHA ABAIXO:

Nº	ITEM	UND	QNT	V.UNT.	V.TOTAL
2	VEÍCULO DO TIPO 'PICK-UP", UTILITÁRIO DE CABINE DUPLA, 4X4, COM MOTOR FLEX (GASOLINA/ÁLCOOL) DE NO MÍNIMO 2.4 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA 80 CAVALOS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, CÂMBIO AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 5 MARCHAS, TANQUE DE NO MÍNIMO 75 LITROS, ALTURA MÁXIMA DE ATÉ 1.800 MM, LARGURA MÁXIMA 1.850 MM, DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE EIXOS DE 3.000 MM, CAPACIDADE DA MÍNIMA DA CAÇAMBA DE 1.045 LITROS, FREIOS ABS, AR-CONDICIONADO AUTOMÁTICO, BANCOS REVESTIDOS EM COURO E OS DIANTEIROS COM AJUSTE ELÉTRICO; CHAVE PRESENCIAL, CINTOS DE SEGURANÇA COM AJUSTE DE ALTURA, CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS, FARÓIS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, RETROVISORES REBATÍVEIS, COMPUTADOR DE BORDO, CONEXÃO BLUETOOTH, CONEXÃO USB, CENTRAL MULTIMÍDIA E NAVEGADOR GPS, SISTEMA DE SOM, VOLANTE MULTIFUNCIONAL, AIRBAGS FRONTAIS, ALARME ANTIFURTO VOLUMÉTRICO, CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS, FARÓIS COM REGULAGEM DE ALTURA E EM LED, SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, CONTROLE DE ESTABILIDADE E CONTROLE DE TRAÇÃO, ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA E FARÓIS DE NEBLINA, PNEUS 265/60 R18, COM RODAS DE LIGA LEVE. REFERÊNCIAS (MITSUBISHI L200 TRITON, HILUX GR-SPORT, CHEVROLET S10 OU EQUIVALENTE, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE). VEÍCULO COM NO MÁXIMO 02 (DOIS) ANOS DE FABRICAÇÃO.	MÊS	12	R$ 8.890,00	R$ 106.680,00
3	VEÍCULO TIPO SUV, COM MOTOR FLEX OU DIESEL DE NO MÍNIMO 2.0 LITROS, 16 VÁLVULAS E TURBO, POTÊNCIA MÍNIMA 170 CAVALOS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, CÂMBIO AUTOMÁTICO DE 6 MARCHAS, TANQUE DE ATÉ 60 LITROS, ALTURA MÁXIMA DE ATÉ 1700 MM, DISTÂNCIA MÁXIMA DO SOLO 240 MM, COMPRIMENTO MÁXIMO 4,5 M, LARGURA MÁXIMA 1,9M, DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE EIXOS DE 2,65M, PNEUS 225/55 R18 OU COMPATÍVEL COM O VEÍCULO, SUSPENSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA INDEPENDENTES, FREIOS ABS, AUTONOMIA MÍNIMA DE 650 KM, AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA, AJUSTE DO VOLANTE EM PROFUNDIDADE, AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES, ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO, APOIO DE BRAÇO CENTRAL NO BANCO TRASEIRO, APOIO DE BRAÇO PARA O MOTORISTA, AR QUENTE, AR-CONDICIONADO, AR-CONDICIONADO AUTOMÁTICO, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE ELÉTRICO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE ELÉTRICO, BANCO TRASEIRO BIPARTIDO, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL E RECLINÁVEL, BANCOS REVESTIDOS EM COURO, CHAVE PRESENCIAL, CINTOS DE SEGURANÇA COM AJUSTE DE ALTURA COMANDO INTERNO DA TAMPA DO TANQUE, CONTROLE AUTOMÁTICO DE VELOCIDADE, CONTROLE DE VELOCIDADE ADAPTATIVO, CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS, DESTRAVAMENTO REMOTO DO PORTA-MALAS, DIREÇÃO ASSISTIDA, FARÓIS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, LUZ DE TETO TRASEIRA, LUZ NO PORTA-LUVAS, LUZ NO PORTA-MALAS, PORTA-LUVAS CLIMATIZADO, RETROVISOR INTERNO FOTOCRÔMICO, RETROVISORES REBATÍVEIS ELETRICAMENTE, RODAS DE LIGA LEVE, SAÍDA DE AR PARA O BANCO TRASEIRO, TAMPA TRASEIRA MOTORIZADA, TROCA DE MARCHAS NO VOLANTE, DUAS ZONAS DE AR-CONDICIONADO, CARREGADOR DE CELULAR POR INDUÇÃO, COMPUTADOR DE BORDO, CONEXÃO BLUETOOTH, CONEXÃO USB, CONTA-GIROS, ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR, INDICADOR DE TEMPERATURA EXTERNA, NAVEGADOR GPS, RÁDIO, SISTEMA DE SOM, TERMÔMETRO DO LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO, VOLANTE MULTIFUNCIONAL, AIRBAGS DE CORTINA, AIRBAGS FRONTAIS, AIRBAGS LATERAIS, ALARME ANTIFURTO PERIMÉTRICO, ALARME ANTIFURTO VOLUMÉTRICO, ALERTA DE COLISÃO FRONTAL, ALERTA DE MUDANÇA DE FAIXA, ALERTA DE PONTO CEGO, ALERTA DE TRÁFEGO CRUZADO TRASEIRO, ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA, CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS, CÂMERAS PARA VISÃO DE 360 GRAUS, CINTOS DE 3 PONTOS PARA TODOS OCUPANTES, CONTROLE AUTOMÁTICO DE DESCIDA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, CONTROLE DE TRAÇÃO, DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, ENCOSTO DE CABEÇA PARA TODOS OCUPANTES FARÓIS COM REFLETORES DUPLOS, FARÓIS COM REGULAGEM DE ALTURA, EM LED E DE NEBLINA, FRENAGEM AUTOMÁTICA.	MÊS	12	R$ 6.875,00	R$ 82.500,00
6	VEÍCULO TIPO 'PICK-UP", CABINE SIMPLES, COM MOTOR DE NO MÍNIMO 1.4 LITROS, COM 4 CILINDROS, FLEX, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 85 CAVALOS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS, TANQUE DE ATÉ 50 LITROS, PNEUS 185/65 R15, FREIOS ABS, AR-CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, CHAVE TRADICIONAL (TIPO CANIVETE), CINTOS DE SEGURANÇA COM AJUSTE DE ALTURA, VIDROS ELÉTRICOS, RETROVISORES MANUAIS, CONEXÃO BLUETOOTH, CONEXÃO USB, CONTA-GIROS, ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR, INDICADOR DE TEMPERATURA EXTERNA, CENTRAL MULTIMÍDIA E NAVEGADOR GPS, RÁDIO, SISTEMA DE SOM, TERMÔMETRO DO LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO, VOLANTE MULTIFUNCIONAL, 4 AIRBAGS (FRONTAIS E LATERAIS DIANTEIROS), ALARME ANTIFURTO, CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS, FARÓIS COM REFLETORES EM LED.	MÊS	24	R$ 4.890,00	R$ 117.360,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

MÁRCIO CANDIDO DA SILVA
Marcio Candido Da Silva ME
CNPJ 66.276.997/0001-15
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:1D079C5D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1570/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1570/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST 0E06
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Ana Maria de Medeiros, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 29/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$

01	**Natal/RN**	**29/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 29 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:54518835

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 7588/2026
Pregão Eletrônico nº 27/2026
Ata de Registro de Preços nº 131/2026
DECISÃO ADMINISTRATIVA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a rescisão da Empresa **I9PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.491.167/0001-66, não atendeu Ordem de Fornecimento nº 1906/2026, no valor de R$ 1.649,90, oriundo licitação nº 27/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, dos itens que segue abaixo**:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	CONTÊINER PLÁSTICO DE 1.000 LITROS	PROPRIA	UN	15	R$ 1.649,90	R$ 24.735,00

RESOLVE:
Art. 1° CONVOCAR para assumir o item o próximo colocado no processo da licitação nº 27/2026, na modalidade Pregão Eletrônico**, as empresas:**

NOVO CONVOCADO:
LIMPLURB COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.923.281/0001-55**;**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	CONTÊINER PLÁSTICO DE 1.000 LITROS	CONTELURB	UN	15	R$ 1.655,00	R$ 24.825,00

Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Carnaúba dos Dantas/RN, 09 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:7F6D072D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 184/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 29/2026

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08088254000115, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Fornecedores:

G DE M SILVA inscrito(a) no CNPJ sob o nº , estabelecido(a) à Rua ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA 26 SAO JOAO - JARDIM DO SERIDÓ-RN , saiu vencedora nos itens:

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
33363	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, GENUÍNOS OU ORIGINAIS, DESTINADOS A MOTOCICLETAS. A AQUISIÇÃO SERÁ REALIZADA COM BASE NO PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO SOBRE OS VALORES CONSTANTES NAS LISTAS OU CATÁLOGOS OFICIAIS DOS FABRICANTES OU, ALTERNATIVAMENTE, COM DESCONTO CONFORME A MÉDIA DE PREÇOS OBTIDA EM PESQUISA DE MERCADO.		%	R$ 6.000,00	14 %	R$ 6.000,00
33362	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, GENUÍNOS OU ORIGINAIS, DESTINADOS A VEÍCULOS DA LINHA LEVE MOVIDO A DIESEL. A AQUISIÇÃO SERÁ REALIZADA COM BASE NO PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO SOBRE OS VALORES CONSTANTESS NAS LISTAS OU CATÁLOGOS OFICIAIS DOS FABRICANTES OU, ALTERNATIVAMENTE , COM DESCONTO CONFORME A MÉDIA DE PREÇOS OBTIDA EM PESQUISA DE MERCADO		%	123.000,00	14 %	123.000,00

36443	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, GENUÍNOS OU ORIGINAIS, DESTINADOS A VEÍCULOS DE LINHA LEVE, MOVIDOS A GASOLINA. A aquisição será realizada com base no percentual de desconto aplicado sobre os valores constantes nas listas ou catálogos oficiais dos fabricantes ou, alternativamente, com desconto conforme a média de preços obtida em pesquisa de mercado.		%	272.500,00	14 %	272.500,00
36444	VEÍCULOS DE LINHA PESADA, MOVIDOS A DISEL. A aquisição será realizada com base no percentual de desconto aplicado sobre os valores constantes nas listas ou catálogos oficiais dos fabricantes ou, alternativamente, com desconto conforme a média de preços obtida em pesquisa de mercado.		%	90.000,00	10 %	90.000,00
					VALOR TOTAL	**491.500,00**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS PARALELOS DE 1ª LINHA, PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL: PRÓPRIOS, CEDIDOS E CONVENIADOS (ATUAIS E FUTUROS), DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

Carnaúba dos Dantas/RN, 8 de Outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
p/ Órgão Gerenciador e

GEYZA DE MEDEIROS SILVA
p/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:5870DADC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 185/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 29/2026

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08088254000115, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Fornecedores:

SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVICOS LTDA ME inscrito(a) no CNPJ sob o nº , estabelecido(a) à Rua SAO JORGE 409 BOA PASSAGEM - CAICÓ-RN , saiu vencedora nos itens:

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34533	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRODUTOS, GENUÍNOS OU ORIGINAIS, DESTINADOS A MAQUINAS PESADOS, MOVIDO A DIESEL. A AQUISIÇÃO SERÃO DESTINADO PARA AS MAQUINAS QUE COMPÕE A FROTA VEICULAR		%	R$ 250.000,00	36 %	R$ 250.000,00
					VALOR TOTAL	R$ 250.000,00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS PARALELOS DE 1ª LINHA, PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL: PRÓPRIOS, CEDIDOS E CONVENIADOS (ATUAIS E FUTUROS), DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

Carnaúba dos Dantas/RN, 8 de Outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
p/ Órgão Gerenciador e

ARMISTRONG SILVA DOS SANTOS
p/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:02933968

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 342/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 5.434/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa FX Cerino Serviços e Produtos LTDA, CNPJ: 47.686.091/0001-24, para prestação de serviços especializados em competições e eventos esportivos promovidos, organizados ou apoiados pelo município de Currais Novos/RN, com valor total de R$ 527.681,00 (quinhentos e vinte e sete mil seiscentos e oitenta e um reais), com valores unitários e quantidade conforme a tabela abaixo:

ITEM	QUANT	UND	VALOR UNITARIO
0081808 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE FUTSAL.	170	DIARIA	R$ 270,82
0081809 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE FUTEBOL DE CAMPO.	280	DIARIA	R$ 160,32
0081810 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE FUTEBOL SOCIETY/FUT7.	90	DIARIA	R$ 164,00
0081811 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE HANDEBOL.	70	DIARIA	R$ 168,00
0081812 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE VOLEIBOL.	250	DIARIA	R$ 168,00
0081815 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE X1 FUTSAL.	40	DIARIA	R$ 168,00
0081816 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE X2 FUTEBOL SOCIETY.	40	DIARIA	R$ 168,00
0081817 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE X2 HANDEBOL.	40	DIARIA	R$ 168,00

0081818 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE QUEIMADA.	50	DIARIA	R$ 168,00
0081819 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE ATLETISMO.	210	DIARIA	R$ 189,10
0081820 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE NATAÇÃO.	8	DIARIA	R$ 189,10
0081821 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE JUDÔ.	6	DIARIA	R$ 220,50
0081822 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE JIU-JITSU.	6	DIARIA	R$ 220,50
0081823 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE KARATÊ.	10	DIARIA	R$ 220,50
0081824 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE TÊNIS DE MESA.	18	DIARIA	R$ 168,00
0081825 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE BADMINTON, INCLUINDO 08 (OITO) ÁRBITROS, COM ATUAÇÃO DE CADA PROFISSIONAL DURANTE 04 (QUATRO) DIÁRIAS.	32	DIARIA	R$ 168,00
0081826 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE XADREZ.	4	DIARIA	R$ 168,00
0081827 - SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE DAMA.	4	JOGO	R$ 168,00
0081828 - SERVIÇO DE GANDULA PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, INCLUINDO EQUIPE DE PROFISSIONAIS PARA APOIO DURANTE AS PARTIDAS.	250	DIARIA	R$ 60,00
0080309 - MEDALHAS 100% EM METAL, FUNDIDAS E PERSONALIZADAS COM O MOLDE DO JOMEC EM METAL, MEDINDO 8 CM DE DIÂMETRO, ESPESSURA MÁXIMA DE 4,0 MM, COM FITA DE CETIM DE 85 CM DE COMPRIMENTO 3 CM DE LARGURA, NA COR DOURADA, PERSONALIZADA E SUBLIMADA COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. COR DA MEDALHA: OURO.	2.000,00	Und	R$ 22,00
0080312 - MEDALHAS 100% EM METAL, FUNDIDAS E PERSONALIZADAS COM O MOLDE DO JOMEC EM METAL, MEDINDO 8 CM DE DIÂMETRO, ESPESSURA MÁXIMA DE 4,0 MM, COM FITA DE CETIM DE 85 CM DE COMPRIMENTO 3 CM DE LARGURA, NA COR PRATA, PERSONALIZADA E SUBLIMADA COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. COR DA MEDALHA: PRATA.	1.200,00	Und	R$ 22,00
0082109 - MEDALHAS 100% EM METAL, FUNDIDAS E PERSONALIZADAS COM O MOLDE DO JOMEC EM METAL, MEDINDO 8 CM DE DIÂMETRO, ESPESSURA MÁXIMA DE 4,0 MM, COM FITA DE CETIM DE 85 CM DE COMPRIMENTO 3 CM DE LARGURA, NA COR PRATA, PERSONALIZADA E SUBLIMADA COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. COR DA MEDALHA: BRONZE.	1.200,00	Und	R$ 22,00
0081913 - MEDALHAS FUNDIDAS E PERSONALIZADAS COM O MOLDE DO JOMEC EM METAL, MEDINDO 10 CM DIÂMETRO, COM FITA DE CETIM DE 85 CM DE COMPRIMENTO E 4 CM DE LARGURA, NA COR DOURADA, PERSONALIZADA E SUBLIMADA COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EXPRESSÃO "ATLETA OURO". MEDINDO 10 CM DE DIÂMETRO. COR: DOURADA.	140	Und	R$ 25,00
0081914 - MEDALHAS FUNDIDAS E PERSONALIZADAS COM O MOLDE DO JOMEC EM METAL, MEDINDO 10 CM DIÂMETRO, COM FITA DE CETIM DE 85 CM DE COMPRIMENTO E 4 CM DE LARGURA, NA COR DOURADA, PERSONALIZADA E SUBLIMADA COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EXPRESSÃO "TÉCNICO OURO". MEDINDO 10 CM DE DIÂMETRO. COR: DOURADA.	40	Und	R$ 25,00
0082048 - TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO-VÁCUO MEDIDAS: ALTURA – 82 CM. LARGURA SUPERIOR – 45 CM. LARGURA INFERIOR – 26,50 CM. ALTURA DA BASE- 10,70 CM. PESO APROXIMADO – 2,90 KG COR – DOURADA. TAÇA COM ALÇAS NA COR DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA DA "VITÓRIA" NA PARTE SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO	30	Und	R$ 510,00
0082049 - CORDÃO PARA CRACHÁ, 100 % POLIÉSTER ACETINADO, 25 MM X 89 CM – ABERTO, PERSONALIZADO EM DUPLA FACE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DO JOMEC, NA COR AZUL ROYAL, COM 01 MOSQUETÃO DE METAL/AÇO EM CADA PONTA DO CORDÃO.	2.600,00	Und	R$ 10,40
0082110 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO F. SOCIETY/X2 DE F. SOCIETY/VÔLEI DE DUPLA E VÔLEI 4X4/ QUEIMADA/ BADMINTON/ FESTIVAL EJA.	1	serviço	R$ 6.050,00
0082111 - SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE ARENA PARA O XXIV JOMEC, ABRANGENDO INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, SEGURANÇA, CONTROLE DE ACESSO E PÚBLICO, MANUTENÇÃO, LIMPEZA E SUPERVISÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS, GARANTINDO A ORGANIZAÇÃO, SEGURANÇA E O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS COMPETIÇÕES.	1	serviço	R$ 2.110,00
0082112 - SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DAS MODALIDADES ESPORTIVAS DO XXIV JOMEC, REALIZADOS POR PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ENVOLVENDO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO DE JOGOS E HORÁRIOS, APLICAÇÃO DOS REGULAMENTOS, GESTÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, COORDENAÇÃO DA ARBITRAGEM E ACOMPANHAMENTO DAS COMPETIÇÕES, GARANTINDO A ORGANIZAÇÃO E O CUMPRIMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS.	80	DIARIA	R$ 260,30
0082113 - PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MARCAÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS MECÂNICOS APROPRIADOS E APLICAÇÃO DE PÓ DE GESSO, DESTINADOS À DEMARCAÇÃO DAS 06 (SEIS) RAIAS DA PISTA DE ATLETISMO PROFESSOR JOSÉ DOS SANTOS FIGUEIREDO, COM EXTENSÃO DE 351,46 METROS, COMPREENDENDO A PREPARAÇÃO, EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS MARCAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ADEQUADA REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DE ATLETISMO DO XXIV JOMEC.	2	DIARIA	R$ 550,40
0082114 - SERVIÇOS DE SECRETARIA PARA O XXIV JOMEC, INCLUINDO INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS, ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO, GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS, COMUNICADOS E QUADRO DE MEDALHAS, GARANTINDO O SUPORTE ADMINISTRATIVO E O FLUXO DE INFORMAÇÕES DO EVENTO.	1	serviço	R$ 2.350,00
0082055 - CAMISA PARA ARBITRAGEM/COORDENADORES DO EVENTO – P ADULTO.	15	Und	R$ 45,00
0082056 - CAMISA PARA ARBITRAGEM/COORDENADORES DO EVENTO – M ADULTO.	31	Und	R$ 45,00
0082057 - CAMISA PARA ARBITRAGEM/COORDENADORES DO EVENTO – G ADULTO.	48	Und	R$ 45,00
0082058 - CAMISA PARA ARBITRAGEM/COORDENADORES DO EVENTO – GG ADULTO.	6	Und	R$ 49,00
0082059 - CAMISA PARA ARBITRAGEM/COORDENADORES DO EVENTO – XGG ADULTO.	6	Und	R$ 49,00
0082115 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERIMONIAL PARA A ABERTURA DO XXIV JOMEC 2026, COM ESTIMATIVA DE PÚBLICO DE 2.000 PESSOAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE 50 CAPAS DE CADEIRAS BRANCAS, PALMEIRAS E TECIDOS DECORATIVOS, LOCAÇÃO DE LETRAS ILUMINADAS COM A SIGLA "XXIV JOMEC", BEXIGAS Nº 8 NAS CORES DOS ANÉIS OLÍMPICOS (AZUL, VERDE, AMARELO, VERMELHO E PRETO).	1	serviço	R$ 3.300,00
0082116 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERIMONIAL PARA A NOITE CULTURAL E CONCURSO DA PRINCESINHA, PRINCESA E RAINHA, COM ESTIMATIVA DE PÚBLICO DE 1.000 PESSOAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE 50 CAPAS DE CADEIRAS BRANCAS, 10 TOALHAS DE MESA BRANCAS, PALMEIRAS DECORATIVAS E TECIDOS DECORATIVOS.	1	serviço	R$ 2.350,00
0082117 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÕES ON-LINE PARA O XXIV JOMEC 2026, COM PROCESSAMENTO DE DADOS, DISPONIBILIZAÇÃO DE PÁGINA ON-LINE E SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DAS INSCRIÇÕES E DA LOGÍSTICA DE REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES.	1	serviço	R$ 5.110,40
0082118 - MEDALHAS 100% EM METAL, FUNDIDAS E PERSONALIZADAS COM O MOLDE DE ACORDO COM A ATIVIDADE A SER REALIZADA, MEDINDO 8 CM DE DIÂMETRO, ESPESSURA MÁXIMA DE 4,0 MM, COM FITA DE CETIM DE 85 CM DE COMPRIMENTO E 3 CM DE LARGURA, NA COR DOURADA, PERSONALIZADA E SUBLIMADA COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. COR DA MEDALHA: OURO	2.000,00	Und	R$ 14,00
0082119 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES DE FUTSAL ESCOLAR.	300	DIARIA	R$ 164,00

De acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 26736/2026.

Currais Novos, 01 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2629F28C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 202610090001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 202610090001
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17090001/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, situada na rua Afonso Rodrigues, nº 48, centro, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.355.760/0001-23, neste ato representado(a) pelo Senhor ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA, portador do CPF nº 762.564.804-49, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços do fornecedor E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI, localizado na Rua Cruz Das Almas, 108, Cruz Das Almas, Martins / RN - Cep: 59.800-000, inscrito no CNPJ/MF Nº

34.894.640/0001-04, representado(a) pelo Senhor Eider da Costa Gondim Neto, indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de Pneus Nacionais, Protetores e Câmaras de ar para atender a frota de veículos da Secretaria de Educação de Encanto/RN, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 017/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante de R$ 104.374,80 (cento e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	Pneu 275/80 R22.5	ANTEO	UND	30.0	1.440,58	43.217,40
	Pneu 275/80 R22.5					
2	Pneu 265/70 R16	DUNLOP	UND	20.0	713,15	14.263,00
	Pneu 265/70 R16					
3	Pneu 195/65 R15	DUNLOP	UND	20.0	339,04	6.780,80
	Pneu 195/65 R15					
4	Pneu 185/60 R15	DUNLOP	UND	20.0	337,44	6.748,80
	Pneu 185/60 R15					
5	Protetor de câmara de ar 20	ABC	UND	120.0	70,00	8.400,00
	Protetor de câmara de ar 20					
6	Câmara de ar 900x20	MAGNUM	UND	120.0	114,00	13.680,00
	Câmara de ar 900x20					
7	Protetor de câmara de ar 750-16	ABC	UND	60.0	58,08	3.484,80
	Protetor de câmara de ar 750-16					
8	Câmara de ar 750x16	MAGNUM	UND	60.0	130,00	7.800,00
	Câmara de ar 750x16					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ENCANTO/RN, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Encanto
CNPJ/MF Nº 08.355.760/0001-23
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

E N Pneus, Pecas E Servicos EIRELI
CNPJ/MF Nº 34.894.640/0001-04
EIDER DA COSTA GONDIM NETO
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:4B9B823B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 045, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 220,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Galinhos, no uso de suas atribuiçõeslegais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto. Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 01 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 08 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

GALINHOS/RN, 08 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**220,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**220,00**
	2001 MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA CÂMARA				**220,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	220,00
Anexo II (Redução)					**220,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**220,00**
	2001 MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA CÂMARA				**220,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	220,00

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:245C73FD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 046, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.034.300,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Galinhos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.034.300,00 (três milhões, trinta e quatro mil e trezentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 08 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

GALINHOS/RN, 08 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.034.300,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**70.200,00**
	1003 PUBLICIDADE DE MARKETING				**51.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	51.000,00
	1167 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				**19.200,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.200,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**194.000,00**
	2004 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**194.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	70.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	23.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	71.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**18.200,00**
	2007 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FINANÇAS				**18.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	18.200,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE					**649.500,00**

EDUCAÇÃO E CULTURA					
	1018 MANUTENÇÃO DO PNAE - ENSINO				**44.000,00**
	FUNDAMENTAL				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	44.000,00
	1020 MANUTENÇÃO DO QSE				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	9.000,00
	2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				**563.200,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	395.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	19.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	4.200,00
	2085 MANUTENÇÃO DO PNAE - EJA				**11.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	11.300,00
	2086 MANUTENÇÃO DO PNAE - CRECHE				**22.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	22.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**923.700,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**14.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.000,00
	2043 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -			**FMS**	**909.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	68.700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	550.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	191.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	7.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	90.000,00
08 .001 SEC. MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL					**195.000,00**
	2053 PROG. DE ASSIST. SOCIAL ATRAVES DA LEI DE DOAÇÕES				**12.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	12.000,00
	2054 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**183.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	171.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	12.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					**374.700,00**
	2023 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA				**357.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	62.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	240.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	51.000,00
	1197 CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO ASSENTAMENTO PIRANGI				**17.700,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	17.700,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE					**21.600,00**
	1077 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SOLÍDOS				**21.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	21.600,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA					**34.500,00**
	1081 APOIO AOS PESCADORES ARTESANAIS ATRAVÉS DE DOAÇÃO DE MATERIAL				**34.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	34.500,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					**120.500,00**
	2035 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTE				**120.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	102.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	18.000,00
18 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS					**83.000,00**
	2099 MANUT. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS				**83.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	79.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
20 .001 SECRETARIA MUN. DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS					**2.300,00**
	2101 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS				**2.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.300,00
21 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**24.100,00**
	2103 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ESPORTE E LAZER				**24.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	22.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.100,00
22 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO					**220.000,00**
	1027 PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES				**213.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	213.000,00
	2102 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
23 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					**103.000,00**
	2104 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS				**103.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	103.000,00
Anexo II (Redução)					**3.034.300,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**13.530,00**
	1003 PUBLICIDADE DE MARKETING				**160,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	160,00
	1167 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				**13.370,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.208,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	32,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.130,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**85.772,00**
	1004 INSTAL. DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO POR RADIO				**65,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	65,00
	1006 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ALMOXARIFADO				**15.650,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	260,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	15.390,00
	1007 PRECATORIOS E ACORDOS JUDICIAIS				**109,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	109,00
	1010 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				**20,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20,00
	1160 CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO PODER EXECUTIVO				**170,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	170,00
	1161 WORKSHOP DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO DA GESTÃO				**400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200,00
	2004 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**40.878,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	78,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	40.020,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	100,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	542,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	130,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	8,00
	2005 PAGAMENTO DE PASEP				**2.700,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	2.662,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17200000	0001	38,00
	2006 PAGAMENTO DE INSS				**14.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	14.000,00
	2094 AÇÕES DE GESTÃO DE ENERGIA		**RENOVÁVEL**		**11.780,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	390,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	11.390,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**8.900,00**
	2007 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FINANÇAS				**8.900,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.900,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**721.830,00**
	1012 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA				**51.690,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	40,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15700000	0001	51.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	650,00
	1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL				**51.320,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	20,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	25.650,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	25.650,00
	1015 MANUT. DE BARCO P/ TRANSP. ESCOLAR				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00

	1017 MANUTENÇÃO DO LABORATORIO DE INFORMATICA				**104,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	39,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	65,00
	1023 CONSTR., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS				**12.610,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	220,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	12.390,00
	1024 AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO				**4.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.200,00
	1088 CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL				**51.380,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	80,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	51.300,00
	1089 AQUISIÇÃO E MANUT. DE PARQUES INFANTIL				**220,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	220,00
	1152 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR				**2.040,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	40,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	2.000,00
	2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				**11.838,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	78,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	80,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	11.450,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	178,00
	2009 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	1.000,00
	2010 CONST., REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE CRECHE				**41.050,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	50,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	41.000,00
	2038 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 70%			-	**146.840,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	82.080,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17200000	0001	5.110,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17200000	0001	54.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	5.650,00
	2039 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**55.634,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	180,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	41.040,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	52,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	10.260,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	2.050,00
	2040 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL				**67.948,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	130,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	30.780,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	15.390,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	50,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	1.078,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	20.520,00
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA E.J.A				**20.624,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	20.520,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	52,00
	2042 MANUTENCAO DO ENSINO ESPECIAL				**20.672,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	126,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	20.520,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	26,00
	2067 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL				**21.300,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	650,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20.650,00
	2068 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA TECNOLOGIA NA ESCOLA				**19.520,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	9.260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	10.260,00

	2069 PLATAFORMA DIGITAL (SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL)				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2070 CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE CULTURAL				**25.780,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	25.780,00
	2071 CONSTRUÇÃO DE UM MEMORIAL DAS MARISQUEIRAS E PESCADORES				**10.520,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.520,00
	2088 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 70%				**89.210,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	82.080,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17200000	0001	2.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	5.130,00
	2089 APOIO A MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL				**5.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.300,00
	2090 APOIO A MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL				**4.020,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.020,00
	2092 AÇÕES DE GESTÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL				**510,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	250,00
	2096 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS				**500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**10.000,00**
	2011 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL TURÍSTICO				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.000,00
	2012 MANUT. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO				**8.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**952.733,00**
	1034 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				**75.930,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	70.800,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	5.130,00
	1091 REFORMA / AMPLIAÇÃO DA CLINICA LOURIVAL ALVES PEREIRA				**10,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	10,00
	1092 MANUTENÇÃO DO PSF				**1.170,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	10,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	560,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	50,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	50,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	500,00
	1093 MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL				**460,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	208,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	100,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	50,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	50,00
	1094 PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA – CAPITAÇÃO PONDERADA - PAB				**390,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	390,00
	1097 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS				**70.960,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	70.700,00
	1099 CONSTRUÇÃO DE UBS				**10,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	10,00
	1100 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**10.770,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	10,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	560,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	10.200,00
	1101 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES				**31.290,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	10,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	780,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	30.500,00
	1103 PROGRAMA DE ASSISTENCIA A FARMACIA BASICA				**83.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	83.000,00
	1104 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA				**36.256,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	156,00

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	36.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	100,00
	1105 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS				**10.390,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	208,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	130,00
	1133 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALINHOS				**52,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	52,00
	1136 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				**10,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	10,00
	1140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)				**88,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	10,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	78,00
	1141 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**66.280,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	390,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	50.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	15.390,00
	1142 MANUTENÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO E PROGRAMA INFORMATIZA APS				**460,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	200,00
	1143 AQUISIÇÃO DE QUADRICICLOS PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE				**2.062,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	10,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	2.052,00
	1148 AQUISIÇÃO DE MICROÔNIBUS				**9.320,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	520,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	8.800,00
	2002 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**1.690,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	260,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	390,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	520,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	260,00
	2017 DRENAGEM E ESGOTAMENTO SANITARIO				**7.650,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	208,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	260,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	7.182,00
	2028 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE				**334,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	208,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	26,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	100,00
	2033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)				**1.104,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	104,00
	2043 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -			**FMS**	**533.465,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	260,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	7.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	390,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	52,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	50,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	307.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	213.833,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	360,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	520,00
	2047 IMPLANTAÇÃO DO NASF				**468,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	104,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	104,00

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	260,00
	2049 PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE				**812,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	130,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	630,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	52,00
	2051 PROGRAMA DE SAÚDE EM ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE - MAC				**858,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	780,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	26,00
	2061 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR (PPI – GOVERNO FEDERAL)				**650,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	650,00
	2062 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE (COPIRN)				**200,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	200,00
	2063 MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OUTROS MUNICÍPIOS				**3.100,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	3.100,00
	2064 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				**130,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	130,00
	2065 CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA SAÚDE				**2.766,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	766,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	2.000,00
	2093 AÇÕES DE GESTÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL				**520,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	260,00
	1145 IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO				**78,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	78,00
08 .001 SEC. MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL					**90.168,00**
	1011 AQUISIÇÃO DE VEICULOS				**16.040,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	520,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	15.520,00
	1038 REESTRUTURAÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**15.670,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	280,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	15.390,00
	1039 CONST. AMPL. E REF. DE CASAS POPULARES NA ZONA RURAL				**205,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	135,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	70,00
	1040 CONST., AMPL. E REFORMA DE CASA POPULARES NA ZONA URBANA				**6.200,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	100,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	6.100,00
	1106 APOIO A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO				**1.256,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	208,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	26,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	970,00
	1107 APOIO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS				**20,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20,00
	1109 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL				**560,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	540,00
	1110 PACTUAÇÃO DE CONVENIOS PARA A OFERTA DE SERVIÇOS DE PSEMC				**150,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	150,00
	1112 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**2.111,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	182,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	390,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.539,00
	1153 CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES SOCIO ASSISTENCIAIS (CRAS E SCFV)				**50,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	50,00
	1154 ATENDIMENTO SOCIO ASSISTENCIAL				**328,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	200,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	78,00
	1158 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES HABITACIONAIS - ZONA RURAL				**30.840,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	60,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	30.780,00
	1159 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES HABITACIONAIS - ZONA URBANA				**1.690,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	150,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	1.540,00
	2019 MANUT. DAS ATIVID. DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**272,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	220,00
	2054 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**3.458,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	390,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	260,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	520,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	150,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	156,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	956,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.026,00
	2055 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**50,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	50,00
	2076 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ				**150,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	150,00
	2081 MANUTENÇÃO DO CRAS				**180,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	26,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	52,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	50,00
	2082 MANUTENÇÃO DO SCFV				**528,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	52,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	100,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	50,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	26,00
	2106 APOIO AO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA)				**10.390,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.390,00
	2219 MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)				**10,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	10,00
	2220 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PROCAD-SUAS				**10,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	10,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					**487.550,00**
	1041 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO				**100.830,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	40.830,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	60.000,00
	1046 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS				**80.728,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.728,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	60.000,00
	1051 CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO				**20.520,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.520,00
	1052 AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA				**25.650,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.650,00
	1055 CONST., AMPLIAÇÃO, REF. E MANUT. DO TERMINAL DE EMBAR. E DESEMBARQUE DE PASSAG. E				**30.780,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.780,00
	1059 REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO PRATAGIL				**59.040,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	40.040,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	19.000,00
	1061 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO				**6.520,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	520,00
	2022 CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				**21.586,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.560,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.026,00
	2023 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA				**92.311,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	90,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	60,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	300,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	62.080,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	29.780,00
	2026 CONST. DE BANHEIROS PÚBLICOS				**20.650,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.650,00
	1028 PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO ASSENTAMENTO PIRANGI				**752,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	752,00
	2097 CONSTRUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA GALOS				**28.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	28.000,00
	1197 CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO ASSENTAMENTO PIRANGI				**43,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	43,00
	1144 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA COM REDE DE ABASTECIMENTO				**130,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	130,00
	1062 CONST. E MANUT. DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				**10,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10,00
10 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					**64.786,00**
	1066 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**560,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	560,00
	1070 REORGANIZAÇÃO DO CURRAL MUNICIPAL				**650,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	650,00
	2027 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				**17.196,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	6.156,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.260,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	780,00
	2030 PROGRAMA DE APOIO A GARANTIA SAFRA				**46.130,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	46.130,00
	2095 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA APOIO A AGRICULTURA				**250,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	250,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE					**118.650,00**
	1071 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA COLETA DE LIXO				**44.800,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	44.800,00
	1072 IMPLANTAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL				**3.100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.100,00
	1073 ARBORIZAÇÃO DE VIAS E PRAÇAS				**18.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	18.500,00
	1074 FISCALIZAÇÃO E MONITOR. DE DUNAS, MANGUES E HABITAT. AMEAÇADOS				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
	2031 MANUT. DAS ATIV. SEC. MUN. DE MEIO AMB.				**11.250,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.050,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.150,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.050,00
	1230 AQUISIÇÃO DE QUADRICICLO PARA FISCAIS AMBIENTAIS				**40.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	40.000,00
12 .001 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**7.000,00**
	1079 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL				**7.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
13 .001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**3.000,00**
	2032 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL				**3.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA					**39.500,00**
	1165 INCENTIVO A PSICULTURA				**5.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
	2034 MANUT. DA SEC. DE PESCA E AQUICULTURA				**20.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.050,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.100,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.250,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.100,00
	1196 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO E REFORMA DA SEDE DOS				**14.000,00**

	PESCADORES				
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	14.000,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					**300,00**
	2035 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTE				**300,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	150,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	150,00
16 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL					**6.500,00**
	1086 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				**1.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	500,00
17 .001 GABINETE DO PREFEITO					**39.030,00**
	2037 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**39.030,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	930,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.500,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.250,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.350,00
18 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS					**8.000,00**
	2099 MANUT. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					**4.500,00**
	2100 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**4.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.500,00
20 .001 SECRETARIA MUN. DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS					**7.300,00**
	2101 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS				**7.300,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.025,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.025,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	50,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.150,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.050,00
21 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**133.984,00**
	1056 CONSTRUÇÃO DE ARENA BEACH SOCCER				**20.370,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.870,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	15.500,00
	2015 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**1.172,52**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	672,52
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	500,00
	2103 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ESPORTE E LAZER				**2.052,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.026,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.026,00
	1058 CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY				**90.389,48**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	90.389,48
	2044 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE COMPLEXO POLIESPORTIVO				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00
22 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO					**3.100,00**
	1127 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL				**1.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	50,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.050,00
	2102 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO				**2.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
23 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					**14.642,00**
	1048 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA PÚBLICA				**3.620,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	520,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	3.100,00
	1049 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS				**408,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	208,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	200,00
	2024 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**6.510,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	260,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	6.250,00
	2104 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS				**4.104,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	2.052,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.052,00
24 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS					**71.511,00**
	1069 PERFURAÇÃO DE POÇOS				**44.108,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	35.900,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	8.208,00
	2084 MANUTENÇÃO DE POÇOS, CAIXA D'ÁGUA E DESANILISADORES				**25.864,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	3.954,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.390,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	15.390,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.565,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	2.565,00
	2105 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS				**1.539,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.539,00
25 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**142.014,00**
	2208 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE TRIBUTAÇÃO				**142.014,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	58.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	72.014,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	12.000,00

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:3DBA6C07

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 047, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 5.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Galinhos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 08 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

GALINHOS/RN, 08 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.000,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**5.000,00**
	2001 MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA CÂMARA				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**5.000,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**5.000,00**
	2001 MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA CÂMARA				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:902B83CE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 048, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.777.855,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Galinhos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.777.855,00 (três milhões, setecentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 08 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

GALINHOS/RN, 08 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.777.855,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**176.000,00**
	1167 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				**176.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	154.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	22.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**298.015,00**
	2004 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**298.015,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	95.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	188.100,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	14.915,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**7.000,00**
	2007 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FINANÇAS				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.000,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**668.612,00**
	1018 MANUTENÇÃO DO PNAE - ENSINO FUNDAMENTAL				**27.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	27.000,00
	1020 MANUTENÇÃO DO QSE				**33.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	33.000,00
	2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				**215.412,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	14.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	186.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	14.912,00
	2038 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 70%			-	**363.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	363.000,00
	2085 MANUTENÇÃO DO PNAE - EJA				**7.900,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	7.900,00
	2086 MANUTENÇÃO DO PNAE - CRECHE				**22.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	22.300,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**110.000,00**
	2012 MANUT. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AOS CHARRETEIROS				**100.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	100.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**471.000,00**
	2043 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS				**430.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	327.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	58.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	45.000,00
	2062 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE (COPIRN)				**41.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	41.000,00
08 .001 SEC. MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL					**77.418,00**
	2054 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**52.418,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	52.418,00
	2081 MANUTENÇÃO DO CRAS				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					**561.800,00**
	2023 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA				**561.800,00**

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	407.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	93.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	61.000,00
10 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					**80.000,00**
	2027 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				**80.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	80.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA					**42.000,00**
	2034 MANUT. DA SEC. DE PESCA E AQUICULTURA				**42.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	42.000,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					**299.190,00**
	2035 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTE				**299.190,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	250.890,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	48.300,00
17 .001 GABINETE DO PREFEITO					**5.000,00**
	2037 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
21 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**21.900,00**
	1116 APOIO AOS ATLETAS AMADORES E PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO				**21.900,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	21.900,00
22 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO					**828.370,00**
	1027 PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES				**807.370,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	807.370,00
	2102 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO				**21.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	21.000,00
24 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS					**131.550,00**
	2105 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS				**131.550,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	130.350,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.200,00
Anexo II (Redução)					**3.777.855,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**10.000,00**
	1003 PUBLICIDADE DE MARKETING				**4.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
	1167 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**6.300,00**
	1007 PRECATORIOS E ACORDOS JUDICIAIS				**4.100,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	4.100,00
	1161 WORKSHOP DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO DA GESTÃO				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	2004 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**1.200,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.200,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**4.000,00**
	2007 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FINANÇAS				**4.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.026,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.915,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**462.474,00**
	1012 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA				**300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15700000	0001	300,00
	1015 MANUT. DE BARCO P/ TRANSP. ESCOLAR				**65,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	65,00
	1017 MANUTENÇÃO DO LABORATORIO DE INFORMATICA				**2.630,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	65,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.565,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.000,00
	1020 MANUTENÇÃO DO QSE				**5.130,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	5.130,00
	1021 ALFABETIZAÇÃO E INCENTIVO DE JOVENS E ADULTOS				**2.251,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	130,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	121,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
	1023 CONSTR., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS				**15.390,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	15.390,00
	1024 AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO				**61.830,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	61.830,00
	1026 EVENTOS E PROMOÇÕES CULTURAIS				**36.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	30.000,00
	1088 CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	20.000,00
	1089 AQUISIÇÃO E MANUT. DE PARQUES INFANTIL				**1.400,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.400,00
	1128 CRIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE GALINHOS				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
	1152 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR				**52,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	52,00
	2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				**7.054,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.500,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	1.026,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	1.026,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	700,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	250,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	52,00
	2010 CONST., REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE CRECHE				**11.750,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	11.710,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	40,00
	2038 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 70%			-	**20,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17200000	0001	20,00
	2039 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**4.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.500,00
	2040 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL				**3.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA E.J.A				**3.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.000,00
	2042 MANUTENCAO DO ENSINO ESPECIAL				**4.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
	2067 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL				**22.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	22.000,00
	2069 PLATAFORMA DIGITAL (SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL)				**800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	800,00
	2070 CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE CULTURAL				**25.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
	2071 CONSTRUÇÃO DE UM MEMORIAL DAS MARISQUEIRAS E PESCADORES				**36.040,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	36.040,00
	2072 FESTIVAL LITERARIO				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00

	2073 FESTIVAL DE MUSICA				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	40.000,00
	2088 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 70%				**52,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17200000	0001	52,00
	2090 APOIO A MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL				**200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	200,00
	2092 AÇÕES DE GESTÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL				**10,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	10,00
	1191 CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CRECHE NA SEDE DO MUNICÍPIO				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 15000000		0001	30.000,00
	2212 MANUTENÇÃO DE KIT ESCOLAR PRA PROFESSORES E ALUNOS				**40.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	40.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**20.000,00**
	2012 MANUT. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO				**20.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	11.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.095.441,00**
	1034 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				**20,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	20,00
	1091 REFORMA / AMPLIAÇÃO DA CLINICA LOURIVAL ALVES PEREIRA				**82.080,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 16010000		0001	82.080,00
	1092 MANUTENÇÃO DO PSF				**49.822,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	41.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	2,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	800,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	20,00
	1093 MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL				**10.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.000,00
	1094 PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA – CAPITAÇÃO PONDERADA - PAB				**10.012,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	6.012,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	4.000,00
	1097 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS				**120,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	120,00
	1099 CONSTRUÇÃO DE UBS				**70.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	70.400,00
	1100 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**50,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	50,00
	1101 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES				**280,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	280,00
	1103 PROGRAMA DE ASSISTENCIA A FARMACIA BASICA				**42.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	12.000,00
	1104 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA				**28.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
	1105 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
	1118 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PREVINE BRASIL				**1.000,00**

		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	1.000,00
	1133 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALINHOS				**10.050,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.025,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.025,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
	1136 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				**130.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	130.100,00
	1140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)				**9.050,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	2.050,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	6.000,00
	1141 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**60,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	60,00
	1146 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PRÓTESES DENTÁRIAS				**31.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	21.000,00
	1148 AQUISIÇÃO DE MICROÔNIBUS				**70,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	70,00
	2002 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**23.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	3.000,00
	2028 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE				**3.004,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	3.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	4,00
	2033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)				**6.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
	2043 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS				**1.392.520,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	800,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	12.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.325.167,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	14.915,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	3.300,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	2.900,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	23.138,00
	2047 IMPLANTAÇÃO DO NASF				**6.920,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	920,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.000,00
	2049 PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE				**22.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.000,00
	2051 PROGRAMA DE SAÚDE EM ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE - MAC				**18.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	2.000,00
	2052 REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO				**15.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA	16000000	0001	15.000,00

		DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
	2058 MANUTENÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA				**2.900,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	2.000,00
	2061 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR (PPI–GOVERNO FEDERAL)				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	1.000,00
	2065 CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA SAÚDE				**80.080,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	80.080,00
	2066 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO				**19.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	4.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	5.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE QLFAR				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	4.000,00
	2217 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADAS A SAÚDE				**8.403,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.403,00
08 .001 SEC. MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL					**362.300,00**
	1038 REESTRUTURAÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17080000	0001	8.000,00
	1039 CONST. AMPL. E REF. DE CASAS POPULARES NA ZONA RURAL				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.000,00
	1106 APOIO A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO				**25.050,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.050,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
	1107 APOIO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO			**SUAS**	**14.200,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.050,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.150,00
	1108 APOIO GESTÃO E AOS SERVIÇOS DE VIGILANCIA SOCIAL NO AMBITO DO SUAS				**9.050,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.050,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	1109 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL				**25.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	25.500,00
	1110 PACTUAÇÃO DE CONVENIOS PARA A OFERTA DE SERVIÇOS DE PSEMC				**6,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	6,00
	1112 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**20.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063110	0001	20.500,00
	1114 IMPLANTAÇÃO E MANUT. DO PROGRAMA RELACIONADO AO TRABALHO E RENDA DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	1154 ATENDIMENTO SOCIO ASSISTENCIAL				**3.010,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	8,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	2,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
	1155 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DISTRUIÇÃO DE PEIXE NA SEMANA SANTA				**34.100,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	34.100,00
	1156 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DISTRUIÇÃO DE OVOS DE CHOCOLATE NA PÁSCOA				**21.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	21.500,00

	2019 MANUT. DAS ATIVID. DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**2.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
	2020 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES				**1.500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
	2021 IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	2054 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**45.150,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	10.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16690000	0001	6.150,00
	2055 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**4.020,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20,00
	2056 CONCESSÃO DE OFERTA DE BENEFICIO EVENTUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**2.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	2060 MANUTENÇÃO DO ACESSUAS TRABALHO				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.000,00
	2076 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ				**24.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	8.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	10.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	1.000,00
	2081 MANUTENÇÃO DO CRAS				**37.668,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	33.466,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	2,00
	2082 MANUTENÇÃO DO SCFV				**28.232,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	4,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	10.000,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	28,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	10.000,00
	2210 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES				**14,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4,00
	2219 MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)				**14.800,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	14.800,00
	2220 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PROCAD-SUAS				**10.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	5.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					**268.400,00**

	1041 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO				**1.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	1.500,00
	1046 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS				**1.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	1.500,00
	1051 CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO				**20.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20.500,00
	1052 AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA				**25.650,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	25.650,00
	1055 CONST., AMPLIAÇÃO, REF. E MANUT. DO TERMINAL DE EMBAR. E DESEMBARQUE DE PASSAG. E				**30.750,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	30.750,00
	1059 REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO PRATAGIL				**22.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	22.000,00
	2022 CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				**103.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	102.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.000,00
	2023 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA				**23.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
	2026 CONST. DE BANHEIROS PÚBLICOS				**25.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	25.500,00
	1062 CONST. E MANUT. DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				**15.000,00**
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
10 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					**50.300,00**
	1066 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**20.780,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17080000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	780,00
	1067 PROGRAMA DE DOAÇÃO DE VACINAS				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
	1070 REORGANIZAÇÃO DO CURRAL MUNICIPAL				**1.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	1.000,00
	2027 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				**23.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
	2095 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA APOIO A AGRICULTURA				**520,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	520,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE					**151.050,00**
	1071 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA COLETA DE LIXO				**94.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	42.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17080000	0001	51.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.000,00
	1072 IMPLANTAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL				**8.030,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	30,00
	1073 ARBORIZAÇÃO DE VIAS E PRAÇAS				**20.020,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20.000,00
	1075 PROMOÇÃO DE EVENTOS AMBIENTAIS				**8.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
	1078 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	2031 MANUT. DAS ATIV. SEC. MUN. DE MEIO AMB.				**11.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
	2211 REALIZAÇÃO DE FEIRA AGROECONÔMICA				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
12 .001 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**25.150,00**
	1079 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL				**25.150,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	50,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	100,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
13 .001 PROCURADORIA GERAL DO					**2.000,00**

MUNICIPIO					
	2032 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA					**48.000,00**
	1083 PROG. DE APOIO E INCENTIVO A MARICULTURA				**8.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
	1085 APOIO AOS PESCADORES ARTESANAIS ATRAVÉS DE AJUDA FINANCEIRA				**10.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	10.000,00
	1165 INCENTIVO A PSICULTURA				**10.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	10.000,00
	2034 MANUT. DA SEC. DE PESCA E AQUICULTURA				**15.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	11.000,00
	2216 AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS DE PESCA				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					**4.000,00**
	2035 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTE				**4.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
16 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL					**3.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				**3.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.000,00
17 .001 GABINETE DO PREFEITO					**215.040,00**
	2037 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**215.040,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	204.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	40,00
18 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS					**10.240,00**
	1005 TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL				**4.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
	1162 FARDAMENTO PARA OS SERVIDORES				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	1163 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CUIDANDO DO SERVIDOR				**3.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.000,00
	2099 MANUT. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS				**1.240,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	60,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	80,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	80,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					**2.030,00**
	2100 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**2.030,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	30,00
20 .001 SECRETARIA MUN. DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS					**2.000,00**
	2101 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS				**2.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
21 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**4.930,00**
	1030 MANUTENÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA				**260,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	260,00
	1056 CONSTRUÇÃO DE ARENA BEACH SOCCER				**150,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	150,00

	1116 APOIO AOS ATLETAS AMADORES E PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO				**2.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
	2015 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**20,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20,00
	2103 MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ESPORTE E LAZER				**2.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
22 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO					**20.000,00**
	1027 PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
23 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					**10.000,00**
	2104 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17200000	0001	10.000,00
24 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS					**1.200,00**
	2083 MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CARRO PIPA				**1.200,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.200,00

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:A082E557

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 049, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.868,15, para os fins que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Galinhos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.868,15 (um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quinze centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto. Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 08 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

GALINHOS/RN, 08 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.868,15**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**1.868,15**
	2001 MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA CÂMARA				**1.868,15**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.868,15
Anexo II (Redução)					**1.868,15**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**1.868,15**
	2001 MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA CÂMARA				**1.868,15**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.868,15

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:50B39CA9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000018/2026 - PMJ/RN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 018/2026 - PMJ/RN

O **MUNICÍPIO JANDAÍRA/RN**, com sede na Av. Aristófanes Fernandes, nº. 242, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. REGINALDO VITORINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº. 812.093.714-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1888/2026 – PMJ/RN (PCRA Nº. 1703/2026 – PMJ/RN)**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de água mineral natural sem gás, gelo e vasilhames para água mineral (galão)**, especificados nos itens 1 a 5 do **GRUPO ÚNICO** do Termo de Referência, anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000018/2026 – PMJ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

NOME DA EMPRESA: F2 SOUZA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA.
CNPJ/MF: 47.415.957/0001-62
ENDEREÇO: Rua Jerônimo Câmara, nº 1225, Bairro Bela Vista, João Câmara/RN, CEP: 59.550-000
REPRESENTANTE LEGAL: FLAVIO FELIPE DE SOUZA
CPF/MF: 050.175.454-76
E-MAIL: fhdistribuidoradegas@gmail.com
CONTATO: (84) 8711-8908 / (84) 98711-8908 / (84) 98702-6711

Item	*Especificação*	*Marca*	*Unid.*	*Quant.*	*Valor Unit.*	*Valor Total*
01	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICA E DESCARTÁVEL - GARRAFA 500 ML	Sterbom	Unidade	5.000	R$ 2,00	*R$ 10.000,00*
02	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICA E RETORNÁVEL - GARRAFÃO 20 L	Veem	Unidade	3.000	R$ 9,00	R$ 27.000,00
03	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICA E DESCARTÁVEL - COPO 300 ML	Sterbom	Unidade	10.000	*R$* 1,75	R$ 17.500,00
04	GELO EM CUBOS. MATERIAL: ÁGUA FILTRADA - PACOTE 3KG.	Rossiny´s	Pacote	300	R$ 7,00	R$ 2.100,00
05	VASILHAME PARA ÁGUA MINERAL 20L – VALIDADE 03 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO	Amana	Unidade	200	R$ 16,99	R$ 3.398,00
TOTAL GERAL:						**R$ 59.998,00**

2.2. Não houve registro de intenção de cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será o Município de Jandaíra/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o subitem 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Oitava desta ARP.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

6.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no Item 7.2. e no Item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2026.

Jandaíra/RN, 09 de outubro de 2026.

Município de Jandaíra/RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
CPF/MF nº. 812.093.714-72
Prefeito Municipal

F2 Souza Comercio e Distribuidora de Agua LTDA.
CNPJ/MF nº. 47.415.957/0001-62
FLAVIO FELIPE DE SOUZA
CPF/MF nº. 050.175.454-76
Empresa Registrada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:A5CDEAF5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 6/2026 - REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN
Praça da Matriz, 10, Centro - Jardim de Angicos/RN CEP: 59544970 -
PORTARIA Nº 6/SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE 01 de junho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 2.380.476,28 (dois milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JARDIM DE ANGICOS/RN, 01 de junho de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					2.380.476,28
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					29.000,00
	2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL				29.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	29.000,00
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					60.000,00
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
	2006 MANUT. DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				50.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
03 .001 SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					238.673,82
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				153.073,82
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	12.769,80
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	16.311,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	52.993,02
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	31.000,00
	2008 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP				11.500,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	11.500,00
	2009 RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES AO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL/INSS				50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
	2085 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA JUNTO AOS PRECATÓRIOS TRABALHISTAS E RPV'S				24.100,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	24.100,00

04 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					150.970,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO				150.970,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	80.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.970,00
05 .001 CONTROLADORIA					3.000,00
	2017 MANUT. DAS ATIV. DA CONTROLADORIA MUNICIPAL				3.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES					652.405,46
	2018 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES				262.896,85
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	70.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	143.890,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	24.654,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	352,85
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	13.600,00
	2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				60.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	60.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%				10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	10.000,00
	2025 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				46.580,32
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	24.580,32
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	22.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 70%				82.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	22.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	60.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB - 30%				80.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	80.000,00
	2046 Promoção de Eventos Culturais				33.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17103210	0001	33.000,00
	2041 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - INFANTIL				77.928,29
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	31.988,79
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	9.800,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	36.139,50
07 .001 SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP. E SERV. URBANOS					217.012,39
	2048 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Serviços Urbanos				203.112,39
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	141.112,39
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17080000	0001	12.000,00
	1071 Manutenção das Ações da Rede Pública de Energia, inclusive sua revitalização				13.900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	13.900,00
08 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					926.914,61
	2053 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				384.200,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	220.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	53.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	1.100,00
	2054 Manut. das Ações de Aten. Primária à Saúde - APS, atrav. do Prog. de "Agentes Comunitários de Saude"				35.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	35.000,00
	2055 Manutenção das Ações Primárias à Saúde – APS, através da Estratégia "Saúde da Família"				497.714,61
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	74.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	150.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	16000000	0001	152.614,61

		PESSOA JURÍDICA			
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	26.000,00

	2067 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Sanitária				10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.000,00
09 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					84.500,00
	2072 Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social				73.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	70.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.500,00
	2131 Bloco da Proteção Social Básica				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	11.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					18.000,00
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				18.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	15.000,00
		3.2.90.22 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					2.380.476,28
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					29.000,00
	2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL				29.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	19.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					60.000,00
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				60.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
03 .001 SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					213.673,82
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				76.073,82
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	11,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.980,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.790,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	10.292,82
	2008 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP				60.571,00

		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.571,00
	2009 RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES AO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL/INSS				40.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	40.000,00
	1050 PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO				17.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	17.500,00
	1060 Criação da Prefeitura Itinerante - "Prefeitura nas Comunidades"				6.778,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.778,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	1061 Criação do Programa de Inovação e Empreendedorismo Jardinense				12.751,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.409,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.671,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.671,00
04 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					41.500,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO				41.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
05 .001 CONTROLADORIA					3.000,00
	2017 MANUT. DAS ATIV. DA CONTROLADORIA MUNICIPAL				3.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES					646.701,71
	2018 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES				38.183,37
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	9.400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	15.090,67
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	92,70
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	15001001	0001	13.600,00

		FÍSICA			
2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%					140.000,00
	3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		15400000	0001	80.000,00
	3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		15400000	0001	60.000,00
2023 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%					82.000,00
	3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		15401070	0001	52.000,00
	3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		15401070	0001	30.000,00
2025 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL					4.992,99
	3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		15500000	0001	754,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15500000	0001	180,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15500000	0001	810,00
	3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		15500000	0001	1.438,99
	3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		15500000	0001	300,00
	3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		15500000	0001	1.510,00
2030 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Fundamental					87.550,15
	3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		15001001	0001	10.000,00
	3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		15001001	0001	20.000,00
	3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		15001001	0001	40.000,00
	3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		15001001	0001	10.000,00
	3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		15001001	0001	7.550,15
2031 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE - Ensino Fundamental					23.100,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15530000	0001	6.600,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15530000	0001	16.500,00
2033 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN					45.332,91
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15710000	0001	25.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15710000	0001	20.332,91
2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 70%					10.000,00
	3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		15401070	0001	10.000,00
2046 Promoção de Eventos Culturais					38.238,79
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15000000	0001	7.700,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		17103210	0001	1.000,00
	3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		15000000	0001	4.838,79
	3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		15000000	0001	1.300,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15000000	0001	3.200,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	9.200,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		17010000	0001	1.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		17100000	0001	5.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		17103210	0001	5.000,00
2047 Manutenção das Açoes do Setor de Esporte					6.000,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15000000	0001	3.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	3.000,00
1011 Reforma da Creche					36.139,50
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15001001	0001	10.139,50
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15700000	0001	10.000,00
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15703110	0001	10.000,00
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15710000	0001	6.000,00
1015 Promoção de Eventos Esportivos					22.200,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15000000	0001	2.000,00
	3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		15000000	0001	4.000,00
	3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		15000000	0001	4.000,00
	3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		15000000	0001	1.200,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15000000	0001	3.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	4.000,00
	3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		15000000	0001	4.000,00
2024 Apoio ao Setor Cultural (Lei da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB)					23.000,00
	3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		17190000	0001	750,00
	3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		17190000	0001	5.750,00
	3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		17190000	0001	250,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		17190000	0001	4.750,00
	3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		17190000	0001	5.750,00
	3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		17190000	0001	5.750,00
2041 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - INFANTIL					9.230,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15500000	0001	6.000,00
	3.3.90.40 SERVIÇOS DE				
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		15500000	0001	3.230,00
2092 Criação de Rotas Turísticas					700,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15000000	0001	700,00
1053 Manutenção e Instalação da Banda de Música Oficial					14.800,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15000000	0001	2.000,00
	3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		15000000	0001	1.300,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15000000	0001	3.300,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	3.300,00
	3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	3.300,00
	3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		15000000	0001	1.600,00
2096 Manutenção das Ações do Setor de Turismo					1.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	1.000,00
2098 Criar a Casa de Cultura					5.000,00
	3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		15000000	0001	5.000,00
2117 Apoio ao Atleta Local					9.900,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15000000	0001	3.300,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	3.300,00
	3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		15000000	0001	3.300,00

2154 Apoio à Cultural local através da Lei Federal Paulo Gustavo -Audiovisual					34.800,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17150000	0001	1.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17150000	0001	33.600,00
	2155 Apoio à Cultural local através da Lei Federal Paulo Gustavo - Fomento à Cultura e Diversidade				9.500,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17160000	0001	8.050,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17160000	0001	1.450,00
	1092 Restauração e Ampliação do Museu Alzira Soriano				5.034,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.034,00
07 .001 SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP. E SERV. URBANOS					477.186,14
	2048 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Serviços Urbanos				383.286,14
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	153.004,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	108,39
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	180.173,75
	1071 Manutenção das Ações da Rede Pública de Energia, inclusive sua revitalização				93.900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17510000	0001	13.167,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	17.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	13.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	10.733,00
08 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					806.914,61
	2053 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				232.200,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	200.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	20.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.100,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.100,00
2054 Manut. das Ações de Aten. Primária à Saúde - APS, atrav. do Prog. de "Agentes Comunitários de Saude"					40.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	6.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	4.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	5.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	16040000	0001	5.000,00
2055 Manutenção das Ações Primárias à Saúde – APS, através da Estratégia "Saúde da Família"					130.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	112.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	13.600,00
2056 Manutenção das Ações Primárias à Saúde – APS, através do Programa "Saúde Bucal"					12.400,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	6.400,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16010000	0001	5.000,00
2059 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidades					29.342,61
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	8.314,61
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16000000	0001	5.361,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	1.323,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	14.344,00
2066 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças/Endemias					28.101,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	16040000	0001	5.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16000000	0001	7.550,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	5.551,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
2063 Manutenção das Ações de Custeio voltadas à Atenção Primária em Saúde – APS, através do "Previne Bras					8.272,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	628,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	3.128,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	323,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.628,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	128,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	2.437,00
2060 Pagamento do ICQ/Incentivo do Componente de Qualidade - Equipes de Saúde Bucal - eSB					50.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	50.000,00
2061 Manutenção das Ações da Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária – eNAF – AP					28.899,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	8.200,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	3.704,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16000000	0001	5.200,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	1.323,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.236,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.236,00
	1028 Transferências de recursos a Prestadores de Serviços				12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	12.000,00
	2100 Incremento do Piso da Atenção Primária em Saúde APS				– 235.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16310000	0001	45.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16310000	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16010000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16310000	0001	34.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	25.000,00

		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16310000	0001	45.000,00
09 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					84.500,00
	2071 Primeira Infância do SUAS - Programa Criança Feliz				1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
	2073 Manutenção das Ações de Manutenção e Desenvolvimento no CRAS				10.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	16600000	0001	7.209,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	16600000	0001	2.791,00
	2072 Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social				73.500,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	3.500,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					18.000,00
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				18.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	15.000,00
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	3.000,00

Publicado por:
Joao Paulino Dos Santos Neto
Código Identificador:A346C64E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081001/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 001/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081001/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 001/2026
***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 1.424/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2026, processo administrativo n.º 1.424/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de Medicamentos Básicos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do municipio de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 001/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 173.264,70 (cento e setenta e três mil e duzentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
DENTAL DISTMED LTDA (50.894.798/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
11	AMBROXOL CLORIDRATO 30MG/5ML ADULTO. FRASCO COM 100 ML	Frasco	EUROFARMA	200	3,61	722,00
12	AMOXICILINA 250MG/ML PO PARA SUSPENSAO ORAL. FRASCO COM 60 ML	Frasco	EUROFARMA	400	5,93	2.372,00
13	AMOXICILINA 500 MG.	Comprimido	EUROFARMA	5.000	0,20	1.000,00
14	ANLODIPINO BESILATO 5MG .	Comprimido	NEO QUIMICA	3.000	0,06	180,00
16	ATENOLOL 25 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	1.500	0,05	75,00
21	ATROVENT (BROMETO DE IPRATROPIO),0,25MG/ML FRASCO DE 20ML.	Frasco	HIPOLABOR	100	2,76	276,00
22	AZITROMICINA 200MG/5ML. FRASCO DE 15ML	Frasco	PRATI	250	10,12	2.530,00
23	AZITROMICINA 500 MG	Comprimido	PRATI	1.500	1,11	1.665,00
25	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS 20ML	Frasco	PRATI	200	2,08	416,00
27	CAPTOPRIL 50 MG.	Comprimido	NEO QUIMICA	6.000	0,10	600,00
28	CARVEDILOL, DOSAGEM: 12,5 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	6.000	0,16	960,00
29	CARVEDILOL, DOSAGEM: 25 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	12.000	0,22	2.640,00
30	CARVEDILOL, DOSAGEM: 3,125 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	6.000	0,15	900,00
31	CARVEDILOL, DOSAGEM: 6,25 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	6.000	0,10	600,00
32	CEFALEXINA 250MG/5ML. FRASCO DE 60ML	Frasco	EUROFARMA	200	11,09	2.218,00

33	CEFALEXINA, DOSAGEM: 500 MG	Comprimido	EUROFARMA	13.000	0,99	12.870,00
34	CETOCONAZOL 20MG/G, CREME 2%. CREME TOPICO	Bisnaga	NEO QUIMICA	150	5,01	751,50
35	CETOCONAZOL, DOSAGEM: 200 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	600	0,38	228,00
37	CETOPROFENO, DOSAGEM: 20 MG/ML, SOLUCAO ORAL, GOTAS, Frasco 20 ML	Frasco	EUROFARMA	100	3,59	359,00
38	CETOPROFENO, DOSAGEM: 50 MG	Comprimido	EUROFARMA	2.400	0,50	1.200,00
39	CINARIZINA 25MG	Comprimido	NEO QUIMICA	1.500	0,52	780,00
40	CINARIZINA 75MG	Comprimido	NEO QUIMICA	1.500	0,84	1.260,00
43	CLOPIDOGREL, DOSAGEM: 75 MG	Comprimido	MEDLEY	9.000	0,66	5.940,00
47	COLAGENASE 0,6 UI/G 30G CREME DERMATOLOGICO	Bisnaga	CRISTALIA	60	18,90	1.134,00
51	DEXAMETASONA (ELIXIR) 0,1 G/ML	Frasco	NEO QUIMICA	150	3,50	525,00
52	DEXAMETASONA CREME 0,1% DERMATOLOGICA. BISNAGA DE 10G	Bisnaga	NEO QUIMICA	900	3,00	2.700,00
53	DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML XAROPE. FRASCO DE 120ML	Frasco	NEO QUIMICA	200	2,66	532,00
54	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	Comprimido	NEO QUIMICA	1.000	0,10	100,00
55	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO ASSOCIADA A BETAMETASONA 0,4 MG + 0,05 MG/ML XAROPE, Frasco 120 ML	Frasco	NEO QUIMICA	1.000	6,19	6.190,00
57	DIGOXINA, DOSAGEM: 0,25 MG	Comprimido	UNIAO QUIMICA	3.000	0,25	750,00
58	DIPIRONA SODICA 50 MG/ML SOLUCAO ORAL.	Frasco	NATULAB	300	10,14	3.042,00
59	DIPIRONA SODICA 500MG.	Comprimido	NEO QUIMICA	15.000	0,20	3.000,00
64	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO GOTAS 10MG/ML. FRASCO COM 20ML.	Frasco	HIPOLABOR	100	13,02	1.302,00
65	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO+ DIPIRONA MONOIDRATADA. FRASCO DE 20 ML	Frasco	HIPOLABOR	200	7,50	1.500,00
66	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 10MG + 250MG	Comprimido	UNIAO QUIMICA	3.000	0,40	1.200,00
67	ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM: 25 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	3.000	0,37	1.110,00
78	IBUPROFENO 300MG.	Comprimido	NEO QUIMICA	2.000	0,19	380,00
79	IBUPROFENO 600MG .	Comprimido	NEO QUIMICA	15.000	0,20	3.000,00
80	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE, Frasco 120 ML	Frasco	NATULAB	250	7,54	1.885,00
82	LANTUS GLARGINA (REFIL).	Unidade	SANOFI	50	114,84	5.742,00
83	LEVOTIROXINA SODICA, DOSAGEM: 100 MCG	Comprimido	MERCK	6.000	0,45	2.700,00
84	LEVOTIROXINA SODICA, DOSAGEM: 25 MCG	Comprimido	MERCK	3.900	0,43	1.677,00
86	LEVOTIROXINA SODICA, DOSAGEM: 75 MCG	Comprimido	MERCK	3.000	0,53	1.590,00
87	LEVOTIROXINA SODICA, DOSAGEM: 88 MCG	Comprimido	MERCK	3.900	0,69	2.691,00
88	LIDOCAINA GEL 20MG/G (2%) BISNAGA DE 30G.	Bisnaga	HIPOLABOR	400	6,67	2.668,00
89	LORATADINA 10MG	Comprimido	NEO QUIMICA	3.000	0,11	330,00
90	LORATADINA 1MG/ML XAROPE FRASCO COM 100ML	Frasco	NEO QUIMICA	250	4,03	1.007,50
91	LOSARTANA POTASSICA, DOSAGEM: 50 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	6.000	0,08	480,00
92	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSAO ORAL	Frasco	PRATI	50	2,91	145,50
96	METILDOPA 250MG	Comprimido	NEO QUIMICA	3.600	0,81	2.916,00
97	METILDOPA 500MG	Comprimido	NEO QUIMICA	3.000	1,89	5.670,00
98	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4MG/ML. FRASCO COM 10ML	Frasco	NEO QUIMICA	50	1,30	65,00
101	METRONIDAZOL CREME VAGINAL BISNAGA 500MG/G	Bisnaga	PRATI	300	9,00	2.700,00
102	METRONIDAZOL+NISTATINA 500MG 100000UI/5G	Bisnaga	PRATI	300	19,42	5.826,00
104	METRONIDAZOL, DOSAGEM: 400 MG	Comprimido	PRATI	1.200	0,56	672,00
105	NAPROXENO 550MG	Comprimido	NEO QUIMICA	3.000	1,37	4.110,00
106	NEOMICINA 5mg/g BACITRACINA ZINCICA 250 UI/g 10g	Bisnaga	NEO QUIMICA	1.000	3,82	3.820,00
108	NIMESULIDA 50MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS FRASCO COM 15ML	Frasco	NEO QUIMICA	250	2,85	712,50
111	NISTATINA 100000UI/G + OXIDO DE ZINCO 200MG/G. BISNAGA COM 60G	Bisnaga	NEO QUIMICA	400	10,90	4.360,00
113	NITRATO MICONAZOL CREME VAGINAL 20MG/G. BISNAGA COM 50G.	Bisnaga	PRATI	150	15,75	2.362,50
114	NORFLOXACINO, DOSAGEM: 400 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	600	0,64	384,00
115	NOVORAPID (INSULINA ASPARTE) CANETA	Unidade	SANOFI	350	223,04	78.064,00
116	NOVORAPID (INSULINA ASPARTE) REFIL	Unidade	SANOFI	50	219,04	10.952,00
117	OMEPRAZOL 20MG. CAIXA COM 28 CAPSULA	Caixa	NEO QUIMICA	450	3,47	1.561,50
119	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS, FRASCO DE 15ML .	Frasco	NEO QUIMICA	150	2,54	381,00
121	PIROXICAM, CONCENTRACAO: 20 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	3.750	0,45	1.687,50
122	PREDNISOLONA 20MG	Comprimido	NEO QUIMICA	1.500	0,70	1.050,00
123	PREDNISOLONA FOSFATO SODICO 3 MG/ML SOLUCAO ORAL, Frasco 60 ML	Frasco	NEO QUIMICA	300	6,36	1.908,00
124	PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG	Comprimido	NEO QUIMICA	2.500	0,26	650,00
131	SALBUTAMOL 5 MG/ML SOLUCAO PARA NEBULIZACAO	Frasco	HIPOLABOR	100	19,90	1.990,00
142	VITAMINA C 500MG (ACIDO ASCORBICO).	Comprimido	NATULAB	2.000	0,17	340,00
Total (R$):						**220.105,50**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

DENTAL DISTMED LTDA
CNPJ: 50.894.798/0001-30
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:3AD738CB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081002/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081002/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026

***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 2.115/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 005/2026, processo administrativo n.º 2.115/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 005/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 115.731,70 (cento e quinze mil e setecentos e trinta e um reais e setenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

HOSP MEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA (33.160.739/0001-10)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. AMPOLA COM 2 ML	Ampola	HIPOLABOR	500	3,76	1.880,00
3	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL. AMPOLA COM 5 ML	Ampola	BLAU	200	4,23	846,00
8	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola	FARMACE	500	0,89	445,00
9	AZITROMICINA MONOIDRATADA 500 MG PO LIOFILIZADO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Frasco/Ampola	CRISTALIA	500	14,13	7.065,00
15	CEFALOTINA SODICA, 1G. (FRASCO-AMPOLA)	Ampola	BLAU	300	4,66	1.398,00
16	CEFAZOLINA SODICA 1 G PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Frasco	BLAU	500	4,79	2.395,00
21	CIPROFLOXACINO 200mg/100ml	Ampola	ISOFARMA	150	6,94	1.041,00
23	CLINDAMICINA 150MG/ML, AMPOLA DE 4ML.	Ampola	HIPOLABOR	600	3,03	1.818,00
24	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA DE 10 ML	Ampola	FARMACE	500	0,57	285,00
41	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML.	Ampola	HYPOFARMA	150	1,16	174,00
46	FENITOINA SODICA 50MG/ML. AMPOLA DE 5 ML	Ampola	TEUTO	200	2,66	532,00
48	FITOMENADIONA 10MG/ML. AMPOLA DE 1ML (HYVIT K)	Ampola	HIPOLABOR	500	2,14	1.070,00
55	HIDROCORTISONA SAL ACETATO, 100MG PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	BLAU	700	2,97	2.079,00
56	HIDROCORTISONA SAL ACETATO, 500MG PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	BLAU	1.000	4,92	4.920,00
64	OMEPRAZOL SODICO PO LIOFILO INJETAVEL 40MG + SOLUCAO DILUENTE	Ampola	BLAU	500	7,83	3.915,00
68	SOLUCAO GLICOSE 50% INJETAVEL, AMPOLA DE 10ML.	Ampola	EQUIPLEX	600	0,48	288,00
73	VANCOMICINA CLORIDRATO 500 MG INJETAVEL	Ampola	BLAU	400	5,46	2.184,00
Total (R$):						**32.335,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

HOSP MEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
33.160.739/0001-10
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:236C877E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081003/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081003/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026
***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 2.115/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 005/2026, processo administrativo n.º 2.115/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 005/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 115.731,70 (cento e quinze mil e setecentos e trinta e um reais e setenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DL MEDICAMENTOS LTDA (48.058.173/0001-97)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
7	AMIODARONA 50MG/ML, AMPOLA COM 3 ML.	Ampola	HIPOL	100	3,29	329,00
10	BENZILPENICILINA BENZATINA PO P/ SUSPENSAO INJETAVEL 1.200.000 UI	Ampola	TEUTO	700	5,11	3.577,00
12	BICARBONATO DE SODIO 8,4% SOLUCAO INJETAVEL Ampola 10 ML	Ampola	FRESE	20	0,98	19,60
18	CEFTRIAXONA SODICA 1G INTRA.VENOSA/INTRA.MUSCULAR	Ampola	BLAUS	2.000	3,89	7.780,00
30	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG/2ML. AMPOLA COM 2ML	Ampola	HYPOR	3.000	1,08	3.240,00
37	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML, AMPOLA COM 3ML IM	Ampola	FARMACE	1.000	0,82	820,00
38	DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL. AMPOLA COM 2ML.	Ampola	SANTISA	6.000	0,51	3.060,00
45	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL Ampola 10 ML	Ampola	DESCA	30	13,89	416,70
63	NITROPRUSSETO DE SODIO PO LIOFILO INJETAVEL 50MG + DILUENTE	Ampola	HYPOR	100	19,99	1.999,00
74	VITAMINAS DO COMPLEXO B INJETAVEL, AMPOLA 2ML.	Ampola	SANTISA	2.500	0,88	2.200,00
Total (R$):						**23.441,30**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

DL MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.058.173/0001-97
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:3F9F4D95

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081004/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081004/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *2.115/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 005/2026, processo administrativo n.º 2.115/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 005/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 115.731,70 (cento e quinze mil e setecentos e trinta e um reais e setenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
PHOSPODONT LTDA (04.451.626/0001-75)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
4	ADENOSINA INJETAVEL 3MG/ML	Ampola	HIPOLABOR	100	11,13	1.113,00
5	Agua para injecao - 10ml	Ampola	FARMACE	5.000	0,22	1.100,00
13	BROMETO DE ROCURONIO SOLUCAO INJETAVEL 10MG/ML, AMPOLA COM 5 ML	Frasco/Ampola	VOLPHARMA	100	14,84	1.484,00
17	CEFEPIMA CLORIDRATO 1 G PO LIOFILO P/ INJETAVEL	Unidade	TEUTO	500	10,51	5.255,00
22	CITRATO DE FENTANILA DE 50MCG/ML SEM CONSERVANTE (IV), AMPOLA DE 5ML.	Ampola	TEUTO	100	2,49	249,00
26	CLORIDRATO DE CLONIDINA SOLUCAO INJETAVEL 150MCG/ML	Ampola	CRISTALIA	100	8,66	866,00
27	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 250MG/20ML SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	TEUTO	100	5,94	594,00
29	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML (IV), AMPOLA DE 1 ML	Ampola	CRISTALIA	100	6,95	695,00
32	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML, AMPOLA DE 1ML	Ampola	UNIAO QUIMICA	360	6,80	2.448,00
36	DICLOFENACO POTASSICO 75 MG. AMPOLA DE 3ML	Ampola	TEUTO	1.000	1,78	1.780,00
52	GLICONATO DE CALCIO 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	ISOFARMA	100	1,86	186,00
54	HEMITARTARARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 04 ML	Ampola	HIPOLABOR	50	1,36	68,00
58	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA COM 100 ML	Ampola	ISOFARMA	150	7,42	1.113,00
60	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA DE 02 ML	Ampola	SANTISA S A	350	0,65	227,50
61	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETAVEL, AMPOLA 05 ML	Ampola	HIPOLABOR	300	2,59	777,00
65	OXACILINA SODICA 500 MG.	Ampola	BLAU FARMACEUTICA	100	4,45	445,00
69	SOLUCAO METRONIDAZOL BOLSA 5MG/ML 0,5%, 100ML.	Unidade	ISOFARMA	200	3,96	792,00
72	TRAMADOL 50MG/ML INJETAVEL - AMPOLA DE 1ML	Ampola	HIPOLABOR	2.000	1,09	2.180,00

Total (R$):	**21.372,50**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:E2A78AC2

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081005/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081005/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *2.115/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 005/2026, processo administrativo n.º 2.115/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 005/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 115.731,70 (cento e quinze mil e setecentos e trinta e um reais e setenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
B. GOMES BEZERRA LTDA (03.647.696/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
11	BENZILPENICILINA PO P/ SUSPENSAO INJETAVEL 6000.000UI	Ampola	TEUTO	500	7,00	3.500,00
20	CIMETIDINA 150MG/ML, AMPOLA COM 2ML. SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	HYPOFARMA	600	0,99	594,00
28	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola	HIPOLABOR	30	4,00	120,00
40	ENOXAPARINA SODICA 80MG/0,8ML SUBCUTANEA.	Ampola	MYLAN	30	25,91	777,30
59	Meropenem 500mg	Ampola	BLAU	400	11,50	4.600,00
71	TENOXICAM 40MG, AMPOLA DE 2ML.	Ampola	U. QUÍMICA	2.000	9,95	19.900,00
Total (R$):						**29.491,30**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

B. GOMES BEZERRA LTDA
CNPJ: 03.647.696/0001-30
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:5B57CCDA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081006/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081006/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *2.115/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 005/2026, processo administrativo n.º 2.115/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s),

atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 005/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 115.731,70 (cento e quinze mil e setecentos e trinta e um reais e setenta centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DENTAL DISTMED LTDA (50.894.798/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
14	BROMOPRIDA 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML.	Ampola	HIPOLABOR	700	1,35	945,00
19	Cetoprofeno IV	Ampola	TEUTO	400	3,70	1.480,00
25	CLORIDATO DE LIDOCAINA 2% INJETAVEL (SEM VASOCONSTRITOR)	Ampola	HIPOLABOR	600	4,32	2.592,00
31	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML INJETAVEL, AMPOLA DE 02 ML	Ampola	HIPOLABOR	1.000	1,05	1.050,00
33	DEXAMETASONA 2MG/ML. AMPOLA COM 1ML	Ampola	FARMACE	2.000	0,74	1.480,00
34	DEXAMETASONA 4MG/ML. AMPOLA COM 2,5ML	Ampola	HIPOLABOR	6.000	0,81	4.860,00
42	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 4MG/ML + DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML. AMPOLA COM 5 ML	Ampola	TEUTO	3.000	1,45	4.350,00
43	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola	TEUTO	1.000	1,04	1.040,00
57	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RHO(D) 300 MCG SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	GRIFOLS	5	450,00	2.250,00
67	RANITIDINA 50MG/ML. AMPOLA COM 2ML	Ampola	HIPOLABOR	300	2,10	630,00
70	TENOXICAM 20MG/ML, AMPOLA DE 2ML	Ampola	TEUTO	1.000	6,50	6.500,00
Total (R$):						**27.177,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

DENTAL DISTMED LTDA
CNPJ: 50.894.798/0001-30
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:4EAFB923

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081007/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081007/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026
***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 2.354/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 006/2026, processo administrativo n.º 2.354/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de material hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 227.200,20 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos reais e vinte centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
DENTAL DISTMED LTDA
CNPJ: 50.894.798/0001-30

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	APARELHO DE GLICOSIMETRO (ON CALL PLUS).	ONCALLPLUS	Unidade	25	30,53	763,25
2	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA DESCARTAVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	Pacote	30	3,66	109,80
5	AGULHA DESCARTAVEL 0,23X4MM CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	7,94	238,20
6	AGULHA DESCARTAVEL 13 X 0,45MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	5,17	155,10
7	AGULHA DESCARTAVEL 20X0,55MM. CAIXA COM 100	MEDIX	Caixa	30	6,20	186,00

	UNIDADES					
12	ALGODAO ROLO HIDROFILO 500GR.	NEVOA	Rolo	250	8,08	2.020,00
13	ALMOTOLIA 250MG COR BRANCA/TRANSPARENTE	J.PROLAB	Unidade	25	5,11	127,75
14	ALMOTOLIA 250MG COR MARROM	J.PROLAB	Unidade	25	5,26	131,50
21	CATETER INTRAVENOSO N° 14G	SOLIDOR	Unidade	300	0,65	195,00
23	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO N° 24G	SOLIDOR	Unidade	1.700	0,90	1.530,00
24	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 18 G	SOLIDOR	Unidade	350	1,00	350,00
25	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 22 G	SOLIDOR	Unidade	2.000	0,60	1.200,00
35	COLETOR DE URINA, SISTEMA FECHADO, ADULTO, 2000ML	MEDIX	Unidade	400	3,60	1.440,00
39	COPO UMIDIFICADOR CILINDRO OXIGENIO CONCENTRADOR FLUXOMETRO	PROTEC	Unidade	50	8,90	445,00
48	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, PEQUENO	CRAL	Unidade	600	1,10	660,00
49	ETER HOSPITALAR. FRASCO DE 1 LITRO	VICPHARMA	Unidade	20	44,59	891,80
50	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, AGULHA 3/8 CIRCULO, CX C/ 24 UN	BIOLINE	Unidade	5	33,92	169,60
53	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	34,47	344,70
54	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 1-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	34,00	340,00
56	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 3-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	40	36,12	1.444,80
57	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 4-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	36,59	365,90
58	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 5-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	35,46	354,60
59	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 6-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	37,36	373,60
64	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSONOGRAFIA. GALAO COM 5 KG	MULTIGEL	Unidade	20	19,90	398,00
66	GLICOSE 5% SOLUCAO INJETAVEL SIST.FECHADO FRASCO 500ML	FARMACE	Frasco	1.000	6,40	6.400,00
72	LAMINA MICROSCOPIO, VIDRO, FOSCA, 76MM X 26MM. CX C/ 100 UN	CRAL	Caixa	20	7,59	151,80
76	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 6.5	MEDIX	Par	2.000	1,20	2.400,00
78	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 7,5	MEDIX	Par	4.000	1,20	4.800,00
79	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 8,0	MEDIX	Par	3.000	1,20	3.600,00
112	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N 20, 2 VIAS	MEDIX	Unidade	50	2,68	134,00
119	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-14. PCT C/ 10 UN	MARKMED	Pacote	10	11,70	117,00
123	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 12	MARKMED	Unidade	1.000	0,76	760,00
126	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 4	MARKMED	Unidade	100	0,83	83,00
127	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 6	MARKMED	Unidade	100	0,84	84,00
133	TUBO LATEX N° 201. PCT C/ 15 METROS	TAYLOR	Pacote	10	47,90	479,00
					TOTAL:	**33.243,40**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

DENTAL DISTMED LTDA
CNPJ: 50.894.798/0001-30
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:C7AE7B3A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081008/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081008/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *2.354/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 006/2026, processo administrativo n.º 2.354/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de material hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 227.200,20 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos reais e vinte centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DL MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 48.058.173/0001-97

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
8	AGULHA DESCARTAVEL 25X0,8MM. CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	50	11,17	558,50
9	AGULHA DESCARTAVEL 40X1,2MM. CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	60	7,99	479,40
15	ANTISSEPTICO TOPICO PVPI LITRO (1L)	VIC P	Litro	25	54,70	1.367,50
22	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO N° 20G	DESCA	Unidade	1.000	0,75	750,00
26	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 16 G	DESCA	Unidade	350	0,75	262,50
28	CLORETO DE POTASSIO 20%. AMPOLA COM 10ML	EQUIPLEX	Ampola	100	0,75	75,00
29	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 100ML	EQUIPLEX	Frasco	12.000	2,95	35.400,00
31	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 500ML	EQUIPLEX	Frasco	15.000	4,00	60.000,00
32	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2%, 1 LITRO	EQUIPLEX	Litro	55	27,14	1.492,70
34	COLETOR DE URINA UNISSEX INFANTIL, PCT C/ 10 UN	DESCA	Pacote	900	5,89	5.301,00
36	COLETOR DE URINA, SISTEMA ABERTO, ADULTO	SOLIDOR	Unidade	500	0,54	270,00
37	COLETOR UNIVERSAL DE URINA (COPINHO)	SOLIDOR	Unidade	5.000	0,50	2.500,00
40	DETERGENTE ENZIMATICO (01 LITRO)	SOLIDOR	Unidade	50	21,06	1.053,00
42	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP DESCARTAVEL	SOLIDOR	Unidade	1.000	0,96	960,00
44	ESPARADRAPO, 10CM X 4,5M, IMPERMEAVEL	CREMER	Unidade	2.000	8,88	17.760,00
45	ESPATULA DE AYRES, MADEIRA, 18CM. PCT C/ 100 UN	THEOT	Pacote	20	14,00	280,00
47	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, MEDIO	VAGIS	Unidade	1.000	1,14	1.140,00
51	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	64,01	320,05
52	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 4-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	62,60	313,00
55	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 2-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	10	37,76	377,60
60	FIO SUTURA CATGUT SIMPLES 3-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	68,04	340,20
61	FIXADOR CITOLOGICO 100ML	VAGIS	Unidade	50	8,99	449,50
62	FORMOL TAMPONADO A 10%, 1 LITRO	VIC P	Frasco	10	30,65	306,50
67	HIPOCLORITO DE SODIO 1%	EQUIPLEX	Litro	100	5,35	535,00
68	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 12, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
69	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 15, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
70	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 23, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
71	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 24, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	30,34	303,40
75	LUGOL 5% - FRASCO DE 01 LITRO	VIC P	Frasco	10	143,80	1.438,00
77	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 7,0	INOVEN	Par	5.000	1,15	5.750,00
81	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM M - CX C/ 100 UN	INOVEN	Caixa	1.500	15,75	23.625,00
82	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM P - CX C/ 100 UN	INOVEN	Caixa	1.000	16,00	16.000,00
84	MASCARA DE OXIGENIO ADULTO VENTURI COM TUBO CORRUGADO E 6 DILUIDORES	INOVEN	Unidade	50	21,01	1.050,50
85	MASCARA DE OXIGENIO ALTA CONCENTRACAO NAO REINALANTE COM RESERVATORIO	INOVEN	Unidade	50	17,16	858,00
86	MASCARA DE OXIGENIO INFANTIL VENTURI COM TUBO CORRUGADO E 6 DILUIDORES	INOVEN	Unidade	60	20,10	1.206,00
87	MASCARA PFF2 N95	INOVEN	Unidade	300	1,62	486,00
92	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 500MM X 100M	ZERMA	Rolo	50	230,89	11.544,50
94	POMADA SAF-GEL CURATIVO HIDRATANTE COM ALGINATO DE CALCIO E SODIO 85G	EURO	Bisnaga	300	67,58	20.274,00
95	RINGER COM LACTATO DE SODIO, SIST. FECHADO, FRASCO 500ML	EQUIPLEX	Frasco	2.000	6,35	12.700,00
98	SCALP CALIBRE 21G	SOLIDOR	Unidade	6.000	0,18	1.080,00
99	SCALP CALIBRE 23G	SOLIDOR	Unidade	10.000	0,18	1.800,00
100	SCALP CALIBRE 25G	SOLIDOR	Unidade	2.000	0,18	360,00
105	SERINGA 20ML COM AGULHA 25X7	SR CO	Unidade	30.000	0,50	15.000,00
108	SONDA DE ALIMENTACAO ENTERAL N 12	SOLIDOR	Unidade	30	17,83	534,90
111	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N 18, 2 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	2,70	135,00
113	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N° 20, 3 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	3,30	165,00
114	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N° 22, 3 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	3,64	182,00
115	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-12. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,11	111,10
116	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-14. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	10,99	109,90
117	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-16. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,53	115,30
118	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-12. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,23	112,30
120	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-16. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,30	113,00
121	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-18. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,80	118,00
122	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 10	SOLIDOR	Unidade	5.000	0,75	3.750,00
124	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 14	SOLIDOR	Unidade	100	0,89	89,00
125	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 16	SOLIDOR	Unidade	100	0,92	92,00
128	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 8	SOLIDOR	Unidade	500	0,90	450,00
129	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	SOLIDOR	Unidade	50	10,85	542,50
130	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA. CX C/ 50 UN (ON CALL PLUS)	ON CALL	Tubo	2.000	17,89	35.780,00
132	TUBO DE OXIGENIO SILICONIZADO DE 2 METROS	LABOR	Metros	100	15,81	1.581,00
					TOTAL:	**290.497,55**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município de José da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

DL MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.058.173/0001-97
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:D8D4F7F8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081009/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081009/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026
***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 2.354/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 006/2026, processo administrativo n.º 2.354/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de material hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 227.200,20 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos reais e vinte centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

HOSP MEDICAL
CNPJ: 33.160.739/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
10	ALCOOL EM GEL 70% 500G	JALLES MACHADO	Unidade	40	7,42	296,80
30	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 250ML	EQUIPLEX	Frasco	10.000	3,54	35.400,00
33	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LITROS	DESCARBOX	Unidade	600	5,74	3.444,00
46	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, GRANDE	CRAL	Unidade	500	1,27	635,00
65	GLICOSE 5% SOLUCAO INJETAVEL SIST.FECHADO FRASCO 250ML	EQUIPLEX	Frasco	500	4,42	2.210,00
73	LANCETAS SIMPLES 28G. CX C/ 100 UN	MEDLEVESOHN	Caixa	400	4,01	1.604,00
89	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 100MM X 100M	CIEX	Rolo	60	37,19	2.231,40
90	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 200MM X 100M	CIEX	Rolo	60	73,67	4.420,20
91	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 400MM X 100M	CIEX	Rolo	60	147,78	8.866,80
93	PAPEL LENCOL PARA MACA. ROLOS DE 70CM X 50M	LUDAN	Rolo	30	15,16	454,80
96	RINGER SIMPLES, SIST. FECHADO, FRASCO 500ML	FARMACE	Frasco	2.000	6,54	13.080,00
97	SCALP CALIBRE 19G	MEDIX	Unidade	2.000	0,17	340,00
101	SCALP CALIBRE 27G	MEDIX	Unidade	900	0,25	225,00
102	SERINGA DE 03 ML COM AGULHA 25X7	SR	Unidade	25.000	0,25	6.250,00
103	SERINGA DE 05 ML COM AGULHA 25X7	SR	Unidade	40.000	0,28	11.200,00
104	SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA 13X4,5 PARA INSULINA	SR	Unidade	10.000	0,23	2.300,00
106	SERINGA 10ML COM AGULHA 25X0,7MM	SR	Unidade	40.000	0,39	15.600,00
					TOTAL:	**108.558,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

HOSP MEDICAL
CNPJ: 33.160.739/0001-10
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:96C5D533

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081010/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081010/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *2.354/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 006/2026, processo administrativo n.º 2.354/2026, RESOLVE registrar os

preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de material hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante de R$ R$ 227.200,20 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos reais e vinte centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

PHOSPODONT LTDA

CNPJ: 04.451.626/0001-75

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
43	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLASTICO, MICROCERDAS EM NYLON	CRAL PLAST	Unidade	1.000	0,44	440,00
					TOTAL:	**440,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, 08/10/2026

Município De José Da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:43616ED9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 039/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 135/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição gradativa e eventual de produtos saneantes, desinfetantes e insumos para lavanderia hospitalar, referentes aos itens fracassados e desertos do Pregão Eletrônico Nº 16/2026,** especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): JUCAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
CNPJ: 00.524.514/0001-46						
End: Rua Manoel Pereira de Medeiros, 116, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000						
Email: jucafarmadistribuidora@hotmail.com						
Telefone: (84) 9926-4941						
Representante: Luciana Clédina Bezerra Lopes - CPF: 067.980.194-47						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00002	DETERGENTE ALCALINO COM HIDRÓXIDO DE SÓDIO ESTABILIZANTE - lauril éter sulfato de sódio como tensoativo aniônico e hipoclorito de sódio como princípio ativo, para limpeza e desinfecção de pisos e paredes com diluição mínima de 1:20, caixa com 4 bombonas de 5 litros	BECKER	Caixa	15,000000	204,00	3.060,00
00004	SABONETE ANTISSÉPTICO LOÇÃO CREMOSA ANTISSÉPTICA PARA LIMPEZA DAS MÃOS - com ação anti odor, princípio ativo bactericida irgasan dp 300, ph variando entre 6,5 a 7,0, produto deve agir na pele mesmo após a lavagem das mãos, para redução dos microosganismos da flora bacteriana, inodoro e incolor, recipiente plástico 5 litros	BECKER	UND	60,000000	58,00	3.480,00
00005	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO - dermatologicamente testado, agente hidratantes, nutrientes e emolientes, ph entre 5,0 e 6,5, contendo diestearato de etileno glicol, com aroma erva-doce, bombona com 5 litros	BECKER	UND	60,000000	38,00	2.280,00
00007	DETERGENTE DESENGORDURANTE NEUTRO CONCENTRADO PARA HIGIENIZAÇÃO DE LOUÇAS, talheres de similares, com dodecilbenzeno sulfonato de sódio e lauril eter sulfato de sódio como matérias prima ativa, passível de utilização em máquinas automáticas, com diluição mínima de 1:30 para limpeza em geral. Embalagem contendo 5 litros	BECKER	UND	150,000000	34,99	5.248,50
00008	DETERGENTE EM PÓ - suavemente perfumado, solúvel e granulado, para utilização de roupas brancas e coloridas, com matérias prima aniônica dodecilbenzeno sulfonato de sódio, silicato de sódio como alcalinizante e contendo polifosfatos especiais como sequestrante. fardo com 20kg.	BECKER	FARDO	30,000000	330,99	9.929,70
00017	AMACIANTE – 50L de produto líquido para roupas, uso em lavanderia hospitalar. Princípio Ativo: Cloreto de Dialquil Amônio à 50%.	BECKER	UND	2,000000	377,19	754,38
00018	DESINFETANTE DETERGENTE SUPER CONCENTRADO HOSPITALAR - 5L de produto para superfícies fixas e artigos não críticos, contendo em sua formulação: Peroxido de Hidrogenio, Quaternario de Amônia de 5ª geração e Biguanida para limpeza e desinfecção de superfícies.	BECKER	UND	5,000000	99,99	499,95
Total:						25.252,53

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada neste processo.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contado da data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN**, podendo ser prorrogada por igual período, **com a renovação de todos os itens e seus quantitativos**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo **Município de Jucurutu/RN** por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **4.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP e no site oficial do **Município de Jucurutu/RN**.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o **Município de Jucurutu/RN** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **Município de Jucurutu/RN** convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o **Município de Jucurutu/RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo **Município de Jucurutu/RN** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o **Município de Jucurutu/RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o **Município de Jucurutu/RN** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do **Município de Jucurutu/RN**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o **Município de Jucurutu/RN** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo **Município de Jucurutu/RN**, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 25 e 26, ambos do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do **Município de Jucurutu/RN** a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jucurutu/RN, 09 de outubro de 2026.

Assinaturas

Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal
(assinado digitalmente)

Luciana Clédina Bezerra Lopes
Representante legal do fornecedor registrado
(assinado digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:D801D52C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO Nº 36-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 –

DECRETO Nº 36/2026.

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar Excesso de Arrecadação no valor de R$ 1.587.380,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar Excesso de Arrecadação no valor de R$ 1.587.380,00(um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de Excesso de Arrecadação conforme inciso II,§ 1º,do Art. 43daLei Federal nº 4.320/64,de17de março de 1964, conforme anexo deste Decreto

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.587.380,00**
06 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					**14.500,00**
	2025 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ENS. FUNDAMENTAL				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
	2204 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Quilombola Fundamental				**6.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	6.500,00
06 .002 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**894.800,00**
	2036 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB-30%				**147.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	31.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	28.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15400000	0001	78.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	10.000,00
	2038 Manutenção do Ensino Infantil/Creche - FUNDEB- 30%				**16.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15420000	0001	16.000,00
	2208 Manutenção do Ensino Infantil/Pré - Escola - FUNDEB-30%				**30.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	8.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15420000	0001	22.300,00
	2210 Manutenção da EJA - FUNDEB-70%				**235.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	200.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	35.000,00
	2211 Manutenção do Ensino Fundamental Alunos do Campo - FUNDEB 30%				**98.500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15400000	0001	98.500,00
	2212 Manutenção do Ensino Fundamental Alunos do Campo - FUNDEB 70%				**200.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	200.000,00
	2213 Manut. do Ensino Fundamental Alunos Quilombola - FUNDEB 30%				**20.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15400000	0001	20.000,00
	2215 Manutenção do Ensino Infantil CRECHE Aluno do Campo - FUNDEB-30%				**55.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15420000	0001	55.000,00
	2217 Manutenção do Ensino Infantil/Creche Alunos Quilombola - FUNDEB 30%				**15.500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15420000	0001	15.500,00
	2219 Manutenção do Ensino Infantil/Pré - Escola Aluno do Campo FUNDEB-30%				**59.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15420000	0001	59.000,00
	2221 Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola Alunos Quilombolas - FUNDEB -30%				**18.500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15420000	0001	18.500,00
07 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**663.870,00**
	2052 Manutenção das Atividades para Atenção a Saúde Bucal				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.000,00
	2055 Piso Salarial dos Profissionais de Enfermagem				**62.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	16050000	0001	62.000,00
	2108 Manutenção dos Serviços de Atenção				**581.870,00**

	Primária em Saúde				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	113.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	58.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	30.500,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	16003110	0001	212.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	16003120	0001	69.520,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	74.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	9.250,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	5.000,00
08 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.210,00**
	2084 Execução de Emendas Parlamentares para Assistência Social				**14.210,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	16603110	0001	12.210,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16603110	0001	2.000,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:7849DD4A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPERAVIT FINANCEIRO Nº 35-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 -
DECRETO Nº 35/2026. Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar superávit financeiro no valor de R$ 2.640,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar superávit financeiro no valor de R$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, especificado no Art. 8º desta lei, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme inciso I, § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo I deste Decreto
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.640,00**
07 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.640,00**
	2058 Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC				**2.640,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26003130	0001	2.640,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:B481C739

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 31-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 -
DECRETO Nº 31/2026
Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 976.017,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 976.017,00 (novecentos e setenta e seis mil e dezessete reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias nos termos do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo II deste Decreto

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**976.017,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**208.300,00**
	2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				**206.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	200.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
	2074 Conselho Tutelar da Criança e Adolescente (CTCA)				**2.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	800,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**158.500,00**
	2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração				**108.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	44.000,00
	2008 Contribuição a Associação, Federação e Confederação dos Municípios - AMLAP, CNM e FEMURN.				**50.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	50.000,00
05 .001 SEC. MUN. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS					**75.200,00**
	2010 Manutenção da Rede de Iluminação Pública				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	1.200,00
	2013 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17500000	0001	4.000,00
	2014 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública				**70.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	70.000,00
06 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					**209.000,00**
	2021 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação				**73.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	21.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	52.000,00
	2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2023 Execução da Quota Salário Educação- QSE/Ensino Fundamental				**26.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	6.500,00
	2025 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ENS. FUNDAMENTAL				**14.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	14.500,00
	2111 Promoção de Eventos Culturais				**90.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	90.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**81.635,00**
	2085 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				**81.635,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	38.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	4.635,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**243.382,00**
	2091 Manutenção da Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos Sólidos				**45.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45.000,00
	2094 Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2095 Manutenção do Comitê Municipal de Educação Ambiental				**183.382,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17000000	0001	115.035,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17000000	0001	68.347,00

Anexo II (Redução)					**976.017,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**5.300,00**
	2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	2003 Manutenção da Controladoria Geral do Município				**2.300,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	490,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	490,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	490,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	490,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	340,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**3.000,00**
	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças				**750,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	350,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	400,00
	2012 Pagto. de Juros sobre a Dívida Contratada				**750,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	750,00
	2106 Amortização do Principal da Dívida Por Contrato				**1.500,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	1.500,00
05 .001 SEC. MUN. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS					**100.200,00**
	1008 Expansão e Modernização da Rede de Iluminação Pública				**1.200,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	1.200,00
	1021 Construção de Calçadas, Acessibilidade, Passeios Públicos e Ciclovias				**4.950,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.950,00
	1023 Aquisição e Desapropriação de Imóveis/Terrenos				**1.160,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	1.160,00
	1025 Construção de Passagem Molhada				**2.950,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.950,00
	2010 Manutenção da Rede de Iluminação Pública				**9.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	9.500,00
	2013 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				**13.990,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	9.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	490,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
	2016 Manutenção das Atividades do Setor de Transporte				**50.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	16.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.500,00
	1091 Recuperação de Pavimentação de Vias Públicas e Estradas Vicinais				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.000,00
	1018 Construção de um Pórtico na Entrada da Sede do Município				**4.950,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.950,00
	1125 Urbanização de Logradouros Públicos				**9.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	9.500,00
06 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					**259.000,00**
	2019 Manutenção do Ensino Tempo Integral				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2042 Programa de Incentivo a Arte e a Cultura				**105.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	97.000,00
	2043 Manutenção do Programa Indústria do Conhecimento				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
	2044 Manutenção das Atividades do Setor de Esporte				**45.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	45.000,00
	2056 Execução da Quota Salário Educação- QSE/Educação Infantil - Pré-Escola				**16.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	6.500,00
	2086 Manutenção das Atividades do Setor de Cultura				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
	2122 Execução da Quota Salário Educação- QSE/Educação Infantil - Creche				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	10.000,00

	2133 Pagamento de Precatórios do FUNDEF				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15440000	0001	3.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15440000	0001	46.500,00
	2205 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Quilombola - Infantil				**14.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	14.500,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**81.635,00**
	1053 Reforma e/ou Ampliação do Mercado Público				**35.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	35.000,00
	2087 Programa de Incentivo a Agricultura Familiar				**42.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	42.000,00
	2088 Programa SISÁGUA				**4.635,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.635,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**326.882,00**
	2091 Manutenção da Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos Sólidos				**68.990,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	990,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	2092 Reflorestamento da Nascente do Município				**4.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.500,00
	2093 Implantação de Um Viveiro de Mudas				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
	2131 Reflorestamento do Antigo Lixão Com a Implementação de Um Jardim Botânico				**194.882,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	13.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	17.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49.382,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	65.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	29.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	20.500,00
	1117 Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município				**37.510,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	37.510,00
	1118 Desapropriação da Área da Nascente que Abastece o Reservatório da CAERN				**15.000,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	15.000,00
99 .001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					**200.000,00**
	0999 Reserva de Contingência				**200.000,00**
		9.9.99.99 A CLASSIFICAR	15000000	0001	200.000,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:44A58023

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 32-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 -
DECRETO Nº 32/2026. Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 268.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 268.000,00 (duzentos esessentaeoito milreais) às dotações especificadas no Anexo I desteDecreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias nos termos do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo II deste Decreto
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**268.000,00**
07 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**268.000,00**
	2057 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS				**104.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001002	0001	104.000,00
	2058 Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC				**154.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001002	0001	154.000,00
	2108 Manutenção dos Serviços de Atenção Primária em Saúde				**10.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16003110	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**268.000,00**
07 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**268.000,00**
	1042 Construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS				**990,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	990,00
	1043 Construção de Academia da Saúde				**45.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	45.000,00
	1044 Aquisição de Veículo/Ambulância				**19.660,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.990,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	17.670,00
	1045 Aquisição de Veículos - Atenção Primária Saúde				**990,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	990,00
	2047 Contribuição e Rateio do Consórcios de Saúde				**4.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	4.000,00
	2048 Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS				**6.950,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	4.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	490,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	490,00
		3P.A3R.9A0.D32ISMTRAITBEURIÇIAÃLO, BGERMAOTUUITSAERVIÇO	15001002	0001	490,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	490,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	490,00
	2052 Manutenção das Atividades para Atenção a Saúde Bucal				**90.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	45.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	45.000,00
	2057 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS				**7.990,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	7.990,00
	2058 Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC				**79.950,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16210000	0001	19.950,00
	2059 Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica - AFB				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16210000	0001	500,00
	2062 Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária				**8.990,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.990,00
	2063 Piso Fixo de Vigilância em Saúde - ENDEMIAS				**2.480,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	490,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.490,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	500,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:F33473F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 33-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 –

DECRETO Nº 33/2026.

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 33.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias nos termos do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo II deste Decreto
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**33.000,00**
08 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**33.000,00**
	2075 Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social- FMAS				**20.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	20.000,00
	2076 Bloco da Proteção Social Básica - SCFV/PBF - CRAS				**11.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16600000	0001	11.000,00
	2084 Execução de Emendas Parlamentares para Assistência Social				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16603110	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**33.000,00**
08 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**33.000,00**
	2076 Bloco da Proteção Social Básica - SCFV/PBF - CRAS				**31.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	31.000,00
	2077 Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:F709EA39

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 34-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 -
DECRETO Nº 34/2026. Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 242.500,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 242.500,00 (duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste
Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias nos termos do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo II deste Decreto
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**242.500,00**
06 .002 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**242.500,00**
	2038 Manutenção do Ensino Infantil/Creche - FUNDEB-30%				**500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15420000	0001	500,00
	2040 Manutenção do Ensino Infantil/Creche - FUNDEB-70%				**140.000,00**

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	100.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	40.000,00
	2215 Manutenção do Ensino Infantil CRECHE Aluno do Campo - FUNDEB-30%				**500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15420000	0001	500,00
	2216 Manutenção do Ensino Infantil/Creche Alunos do Campo - FUNDEB-70%				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	100.000,00
	2217 Manutenção do Ensino Infantil/Creche Alunos Quilombola - FUNDEB 30%				**500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15420000	0001	500,00
	2219 Manutenção do Ensino Infantil/Pré - Escola Aluno do Campo FUNDEB-30%				**500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15420000	0001	500,00
	2221 Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola Alunos Quilombolas - FUNDEB -30%				**500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15420000	0001	500,00
Anexo II (Redução)					**242.500,00**
06 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					**240.000,00**
	2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**11.760,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	9.990,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	780,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	990,00
	2031 Manutenção das Atividades da Educação Infantil- Pré-Escola				**78.230,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	490,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	49.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	27.750,00
	2034 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA				**129.980,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	99.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	29.990,00
	2097 Manutenção do Atendimento Educacional Especializado - AEE				**20.030,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	20.030,00
06 .002 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**2.500,00**
	2036 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB-30%				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	2.000,00
	2038 Manutenção do Ensino Infantil/Creche - FUNDEB-30%				**500,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15400000	0001	500,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:F2F64347

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA REMANEJAMENTO Nº 53-2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
Rua da Matriz, 200, Centro - Jundiá/RN CEP: 59188000 -
PORTARIA REMANEJAMENTO Nº 53/2026. Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente. RESOLVE
Art. 1º- Remanejaro valordeR$ 57.600,00 (cinquentaesetemileseiscentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**57.600,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**1.000,00**

	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
06 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					**22.000,00**
	2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**22.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	12.000,00
08 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**3.100,00**
	2075 Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social - FMAS				**2.100,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.100,00
	2080 Manutenção do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único - ProcadSUAS				**500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	500,00
	2082 Programa de Gestão de Benefícios Eventuais				**500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	500,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**31.500,00**
	2085 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				**31.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	28.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					**57.600,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**1.000,00**
	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças				**1.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	45,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	95,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	490,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	45,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	45,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	95,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	95,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	45,00
06 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					**22.000,00**
	2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**22.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001001	0001	9.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	2.500,00
08 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**3.100,00**
	2075 Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social - FMAS				**2.100,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
	2080 Manutenção do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único - ProcadSUAS				**500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	500,00
	2082 Programa de Gestão de Benefícios Eventuais				**500,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	390,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**31.500,00**
	2085 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				**31.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.990,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	4.990,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.520,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00

Jundiá/RN, de 03 de agosto de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal De Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:E356D41B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026/SMS-FMS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026/SMS-FMS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO AMBIENTAL, DE SAÚDE E OFERTA MEDICINAL - IASO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.415.626/0001-85, com sede à Av. Doutor Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, Lagoa Nova/RN, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Iranildo Aciole da Silva, e pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Onize Medeiros de Lima, e, de outro lado, o INSTITUTO AMBIENTAL, DE SAÚDE E OFERTA MEDICINAL – IASO, inscrito no CNPJ sob nº 40.770.879/0001-75, com sede à Avenida José Juscelino Barbosa, nº 472, Centro, Itajá/RN, CEP: 59.513-000, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr.(a) ELISANGELA SILVA DE PAIVA, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações posteriores, pela Lei Federal nº 8.080/1990, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela Lei Orçamentária Anual e pelas demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Colaboração tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde do Município de Lagoa Nova/RN, nos exatos termos do Edital de Chamamento Público nº 001/2026/SMS-FMS e de seus Anexos I (Termo de Referência) e II (Plano de Trabalho aprovado), que passam a integrar este instrumento como partes indissociáveis, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I – Da Administração Pública:

a) fornecer manuais de prestação de contas às Organizações da Sociedade Civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho, utilizando os resultados como subsídio à avaliação da parceria;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica, em obediência ao cronograma de desembolso, em consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, na forma do item 17 do Edital;

f) designar novo gestor da parceria, na hipótese de o gestor anterior deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, assumindo, enquanto isso não ocorrer, as obrigações e responsabilidades do gestor;

g) viabilizar o acompanhamento, pela internet, dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos Planos de Trabalho, por até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento da parceria;

i) divulgar, pela internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos da parceria;

j) instaurar tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidade na execução do objeto.

II – Da Organização da Sociedade Civil:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos, na forma da Cláusula Oitava;

c) divulgar, na internet e em locais visíveis de sua sede e de seus estabelecimentos, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos exclusivamente na conta bancária específica, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso aos servidores dos órgãos repassadores de recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas competente, aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive despesas de custeio, investimento e pessoal;

g) responder exclusivamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

h) disponibilizar ao cidadão, em sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta às prestações de contas parciais, anuais e finais e ao extrato deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para a execução deste Termo de Colaboração, o valor de R$ 4.331.653,56 (quatro milhões e trezentos e trinta e um mil e seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos), em 12 (doze) parcelas mensais, correndo a despesa à conta das dotações orçamentárias indicadas no preâmbulo do Edital de Chamamento Público nº 001/2026/SMS FMS.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá os recursos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL conforme o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica, com depósito em conta bancária específica.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo/operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, sujeitos às mesmas condições de prestação de contas.

4.4 – As parcelas não serão liberadas e ficarão retidas quando:

I - Houver evidência de irregularidade na aplicação de parcela anterior;

II - Houver desvio de finalidade ou inadimplemento de obrigações; ou

III - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas.

4.5 – Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive rendimentos de aplicações, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata tomada de contas especial.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – É expressamente vedada a utilização dos recursos para:

I - Taxa de administração, gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida;

III - despesas fora da vigência;

IV - Taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária por atraso;

V - Publicidade, salvo caráter educativo, informativo ou de orientação social sem promoção pessoal;

VI - Repasses a instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagamento de servidor ou empregado público, salvo hipóteses legais específicas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente Termo vigerá por 12 (doze) meses, contados do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial e na página oficial do Município, conforme o Plano de Trabalho.

6.2 – Mediante proposta justificada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, formulada no mínimo 30 (trinta) dias antes do término, e cumpridas as exigências legais, serão admitidas prorrogações de vigência.

6.3 – Havendo atraso na liberação de recursos, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação da vigência, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitada ao exato período do atraso.

6.4 – Havendo interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na continuidade da parceria, poderá propor a prorrogação, mediante expediente justificado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.5 – Toda prorrogação será formalizada pôr termo aditivo, celebrado antes do término da vigência ou da última dilação de prazo, vedados efeitos retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O relatório técnico previsto no art. 59 da Lei nº 13.019/2014 conterá, sem prejuízo de outros elementos:

I - Descrição das atividades e metas;

II - Análise do cumprimento de metas e do impacto social, com base nos indicadores do Plano de Trabalho;

III - valores efetivamente transferidos;

IV - Análise dos documentos comprobatórios de despesas, quando não comprovado o alcance das metas;

V - Análise de auditorias dos controles interno e externo.

7.2 – Em caso de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá, para assegurar serviços essenciais à população:

I - Retomar bens públicos em poder da entidade;

II - Assumir a execução do restante do objeto, considerando na prestação de contas o executado até a assunção.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas final será apresentada em até 90 (noventa) dias do término da vigência (ou ao final de cada exercício, se a parceria exceder um ano), demonstrando o cumprimento do objeto, e será composta, entre outros, de: ofício de encaminhamento; relatórios de execução do objeto e de execução financeira; relação de bens adquiridos; conciliação bancária; extratos e comprovantes de receita e despesa; cópia do Termo e de aditamentos; e declaração de guarda dos documentos originais.

8.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas parcialmente, em até 30 (trinta) dias do recebimento de cada parcela mensal, demonstrando a boa e regular aplicação dos recursos do respectivo período.

8.3 – Serão glosados valores relativos a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.4 – A prestação de contas dar-se-á mediante análise dos documentos do Plano de Trabalho e dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, observados os arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

8.5 – A manifestação conclusiva da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA concluirá, alternativamente, pela aprovação, pela aprovação com ressalvas ou pela rejeição das contas, com instauração de tomada de contas especial, quando cabível.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão, será concedido prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período, para saneamento pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sob pena de apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário.

8.7 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado do recebimento ou do cumprimento de diligência, prorrogável justificadamente por igual período.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas como regulares, regulares com ressalva, ou irregulares, nos termos do art. 72 da Lei nº 13.019/2014.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a prestação de contas, considerados os pareceres técnico, financeiro e jurídico, vedada a subdelegação.

8.10 – Avaliada como irregular a prestação de contas, exaurida a fase recursal, poderá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL requerer autorização para ressarcimento por ações compensatórias de interesse público, mediante novo Plano de Trabalho, salvo dolo, fraude ou restituição integral devida.

8.11 – Durante 10 (dez) anos, contados do dia útil seguinte à prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL manterá em arquivo os documentos originais correspondentes.

8.12 – Durante 10 (dez) anos, contados do dia útil seguinte ao recebimento da prestação de contas parcial de cada parcela, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA manterá sob sua responsabilidade os Boletins Diários de Produção – BDPs assinados pelos profissionais de saúde da entidade, comprobatórios da execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante apostilamento ao Plano de Trabalho ou termo aditivo, nas formas dos arts. 55 e 57 daLei nº 13.019/2014.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – É obrigatório o aditamento quando necessária alteração de valor, de metas, do prazo de vigência ou utilização de recursos remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções do art. 73 da Lei:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria, por até 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até a reabilitação.

10.2 – Prescreve em 5 (cinco) anos, contados da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria, interrompendo-se a prescrição com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, gravados com cláusula de inalienabilidade, com promessa de transferência à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em caso de extinção da entidade.

11.3 – A critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, os bens remanescentes não mais necessários poderão ser doados a outra Organização da Sociedade Civil com fim igual ou semelhante, gravados com cláusula de inalienabilidade, sob pena de reversão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 – O Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindido, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de: (a) uso dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; (b) inadimplemento de cláusulas; (c) falsidade ou incorreção documental; (d) ocorrência que enseje Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 – A eficácia deste Termo e de seus aditamentos que impliquem alteração ou ampliação do objeto fica condicionada à publicação do respectivo extrato na imprensa oficial e na página do Município na internet, em até 5 (cinco) dias da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – As comunicações relativas a este Termo serão feitas por correspondência, e-mail (chamamentopublicosms01@gmail.com) ou aplicativos de mensagem, consideradas regulares quando comprovado o recebimento, devendo os originais ser encaminhados para conferência em até 5 (cinco) dias quando enviados eletronicamente; reuniões e ocorrências somente serão aceitas se registradas em ata ou relatório circunstanciado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Lagoa Nova/RN para dirimir controvérsias decorrentes deste Termo não resolvidas pela via administrativa, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem de acordo, os partícipes obrigam-se ao integral cumprimento deste instrumento, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma. Lagoa Nova/RN, 06 de outubro de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN

MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

ELISANGELA SILVA DE PAIVA
Representante Legal Da Organização Da Sociedade Civil

ANEXO I
QUADRO A — METAS DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS

CBO	PROCEDIMENTO / AÇÃO / SERVIÇO	M. ANUAL	M. MENSAL
01.01.01	Educação em Saúde	120	10
01.01.02	Saúde Bucal	864	72
01.01.04	Alimentação e Nutrição	4.752	396
02.14.01	Diagnósticos por Teste Rápido	192	16
03.01.01	Consultas Médicas/Outros Profissionais de Nível Superior	17.136	1.428
03.01.04	Outros Atendimentos por Profissionais de Nível Superior	288	24
03.01.05	Atenção Domiciliar	192	16
03.01.06	Consultas/Atendimentos às Urgências em Geral	34.560	2.880
03.01.08	Atendimento/Acompanhamento Psicossocial	960	80
03.01.10	Atendimentos de Enfermagem em Geral	100.512	8.376
03.02.05	Atendimento Fisioterapêutico nas Alterações Motoras	2.160	180

03.07.01	Dentística	1.728	144
03.07.03	Periodontia Clínica	864	72
04.01.01	Pequenas Cirurgias	192	16

QUADRO B — QUANTITATIVO MÍNIMO DE PROFISSIONAIS ALOCADOS

CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE MÍNIMA
Profissionais de Nível Médio	35
Profissionais de Nível Superior	60
TOTAL GERAL	**95**

QUADRO C — UNIDADES DE SAÚDE DISPONIBILIZADAS PELO MUNICÍPIO

CNES	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO
2476428	Centro de Saúde Abelardo Macêdo I	Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo
2476428	Centro de Saúde Abelardo Macêdo II	Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo
2476436	UBS Baixa Verde	Sítio Baixa Verde
3708357	UBS Buraco de Lagoa	Sítio Buraco de Lagoa
2476401	UBS Distrito Manoel Domingos	Distrito Manoel Domingos
9397744	UBS Lindalva Maria	Bairro Jesus Menino
2476398	Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho	Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo
2476428	Equipe Multiprofissional	Centro de Saúde Abelardo Macêdo

Publicado por:
Alissom Kennedy Santos de Oliveira
Código Identificador:ABC689A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1813/2026 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto Nº. 1813/2026 Lucrécia/ RN, 09/10/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 70.110,88 (setenta mil e cento e dez reais e oitenta e oito centavos), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais. Reforço de dotação destinada ao pagamento de obrigações tributárias, serviço de pessoa jurídica, física e dá outras providências em razão da insuficiência de saldo na dotação orçamentária.

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 70.110,88 (setenta mil e cento e dez reais e oitenta e oito centavos), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 09/10/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
	3301 - SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS			
		2.4 - Contribuição para o PASEP		
		511 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Fonte: 17500000	R$ 110,88
Total da Ação:				**R$ 110,88**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 110,88**
	3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
		2.142 - Estrut. Rede Serv. Media e Alta Complex.		
		1038 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021002	R$ 50.000,00
		1039 - 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Fonte: 15021002	R$ 20.000,00
Total da Ação:				**R$ 70.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 70.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 70.110,88

Redução

	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia

17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE				
	2.177 - Programa Gestão de Resíduos Sólidos			
		965 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 70.000,00
Total da Ação:				**R$ 70.000,00**
	2.201 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
		621 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 17500000	R$ 110,88
Total da Ação:				**R$ 110,88**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 70.110,88**

Valor total Reduzido: R$ 70.110,88

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:8EF2F0F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 91/2026 GAB/PMNF NÍSIA FLORESTA/RN, 09 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 320.822,20 (trezentos e vinte mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos), para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Nisia Floresta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

Art. 1º- Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 320.822,20 ***(trezentos e vinte mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos),*** às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º- O Crédito de que trata o artigo anterior, encontra arrimo no art. 41, inciso I da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º- Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1o, inciso II, 3o, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**320.822,20**
02 .061 Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana					**320.822,20**
	2187 Manutenção da rede pública de energia elétrica				**320.822,20**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	320.822,20

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:EF543EEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO | PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 014/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico - SRP Nº 014/2026

O Prefeito Municipal de Olho d'Água do Borges/RN, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o resultado final, RESOLVE:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o presente processo licitatório na modalidade**Pregão Eletrônico**para Registro de Preços sob o número de nº **014/2026**, tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE UTENSÍLIOS, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS, DESTINADOS A ATENDER À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN**, conforme disposto abaixo:

Fornecedores e Itens Vencedores:							
Fornecedor:	00.535.560/0001-40 - LPK LTDA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		101,44
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
62	COLHER PARA CALDEIRÃO		KITPLAS	UND	4,00	25,36	101,44
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**101,44**
Fornecedor:	04.473.960/0001-20 - ASSUNPCAO TEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA						

Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		14.700,00
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
68	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS		ITAJOBI	UND	7,00	2.100,00	14.700,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**14.700,00**
Fornecedor:	20.481.118/0001-96 - FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		8.665,64
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
72	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS 15 KG		MIDEA	UND	4,00	2.166,41	8.665,64
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**8.665,64**
Fornecedor:	20.755.100/0001-35 - H. C. CORDEIRO						
Qtd. Itens:	33	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**		54.899,94
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
1	BACIA PLÁSTICA 34 LITROS		POLYUTIL	UND	18,00	15,20	273,60
2	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO		POLYUTIL	UND	130,00	15,45	2.008,50
3	BANDEJA RETANGULAR EM AÇO INOX COM ALÇAS		KE HOME	UND	22,00	38,00	836,00
4	BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL 6L		MONDIAL	UND	5,00	780,00	3.900,00
6	CAÇAROLA 20 LITROS		DESTAK	UND	11,00	155,20	1.707,20
7	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA		PLASMONT	UND	60,00	46,54	2.792,40
8	CAIXA PLÁSTICA EMPILHÁVEL 25 LITROS		PLASMONT	UND	29,00	61,77	1.791,33
10	COADOR TIPO PENEIRA		KE HOME	UND	12,00	25,88	310,56
12	COLHER DE MESA		UTIL BAZAR	UND	1.030,00	1,75	1.802,50
13	COLHER DE SERVIR		MULTIMIX	UND	33,00	12,25	404,25
16	CONJUNTO DE COPOS DE VIDRO		NADIR	UND	30,00	17,90	537,00
17	COPOS ALTOS DE VIDRO		NADIR	UND	160,00	6,14	982,40
22	DISPENSER PARA SABONETE/ÁLCOOL GEL		NOBRE	UND	96,00	33,50	3.216,00
28	FRIGIDEIRA 38 CM		BALDUINO	UND	26,00	104,00	2.704,00
32	GAVETEIRO COM RODÍZIOS		AGRAPLAST	UND	30,00	219,00	6.570,00
33	GAVETEIRO DE BANCADA		AGRAPLAST	UND	34,00	47,35	1.609,90
35	JARRA PLÁSTICA 4 LITROS		PLASMONT	UND	45,00	18,10	814,50
36	JOGO DE FACAS 3 PEÇAS		KE HOME	KIT	20,00	62,45	1.249,00
38	KIT CARRINHO DE LIMPEZA		NOBRE	KIT	8,00	1.200,00	9.600,00
45	PANELA CAÇAROLA 12 LITROS		DESTAK	UND	21,00	123,00	2.583,00
46	PEGADOR DE MACARRÃO		MULTIMIX	UND	15,00	12,96	194,40
47	PEGADOR DE SALADA		KE HOME	UND	13,00	15,00	195,00
48	PORTA-TALHERES		PLASMONT	UND	13,00	24,40	317,20
54	TÁBUA DE CORTE		LUMAR	UND	30,00	48,00	1.440,00
61	CHALEIRA 6,7 LITROS		BALDUINO	UND	7,00	90,00	630,00
64	ESCORREDOR DE MASSAS		PLASMONT	UND	10,00	39,50	395,00
66	ESCUMADEIRA		BALDUINO	UND	10,00	22,00	220,00
67	ESPREMEDOR DE BATATAS		KE HOME	UND	10,00	34,44	344,40
70	GARFO PARA CARNE		KE HOME	UND	10,00	10,98	109,80
73	PÁ TIPO REMO		KITPLAS	UND	18,00	90,00	1.620,00
74	PANELA CAÇAROLA 14 LITROS		DESTAK	UND	9,00	110,00	990,00
75	PANELA CAÇAROLA 17 LITROS		DESTAK	UND	8,00	160,00	1.280,00
76	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS		REAL	UND	8,00	184,00	1.472,00
	Total de Itens por Fornecedor: 33	**Total por Fornecedor:**					**54.899,94**
Fornecedor:	24.334.764/0001-81 - WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA						
Qtd. Itens:	2	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	722,85	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
14	CONCHA EM ALUMÍNIO		GOLDEN INOX	UND	30,00	14,97	449,10
15	CONCHA PARA FEIJÃO		GOLDEN INOX	UND	25,00	10,95	273,75
	Total de Itens por Fornecedor: 2	**Total por Fornecedor:**					**722,85**
Fornecedor:	26.427.828/0001-14 - FABIANA RODRIGUES PEREIRA						
Qtd. Itens:	3	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	9.068,26	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
34	JARRA DE VIDRO 1,5 LITRO		KEHOME	UND	24,00	21,49	515,76
60	CANECA INFANTIL EM INOX		ke home	UND	900,00	6,59	5.931,00
78	PRATO FUNDO EM AÇO INOX		ke home	UND	350,00	7,49	2.621,50
	Total de Itens por Fornecedor: 3	**Total por Fornecedor:**					**9.068,26**
Fornecedor:	28.121.546/0001-10 - H F DINIZ						
Qtd. Itens:	11	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	17.384,54	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
24	FACA DE MESA		ORIGINAL	UND	160,00	1,75	280,00
29	GARFO DE MESA		ORIGINAL	UND	160,00	1,39	222,40
37	JOGO DE XÍCARAS DE VIDRO		INGA	KIT	28,00	34,00	952,00
40	LIXEIRA 35 LITROS		LUMAR	UND	45,00	30,00	1.350,00
41	LIXEIRA COM PEDAL 100 LITROS		TOYPLAST	UND	17,00	268,90	4.571,30
49	POTE PLÁSTICO 750 ML		ERCAPLAST	UND	50,00	6,99	349,50
50	PRATO DE VIDRO TEMPERADO		NADIR	UND	1.030,00	5,99	6.169,70
51	PULVERIZADOR BORRIFADOR MANUAL		NOBRE	UND	130,00	7,39	960,70
52	RALADOR DE LEGUMES		ORIGINAL	UND	16,00	14,39	230,24
56	XÍCARA PARA CAFÉ		GERMER PORCELANAS	UND	120,00	14,99	1.798,80
65	ESCORREDOR PARA ARROZ E LEGUMES		DELIKASA	UND	10,00	49,99	499,90
	Total de Itens por Fornecedor: 11	**Total por Fornecedor:**					**17.384,54**
Fornecedor:	37.429.301/0001-45 - CASA MIX LTDA						
Qtd. Itens:	1	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	18.180,00	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
80	REFRIGERADOR 261 LITROS		CONSUL / WHIRLPOOL	UND	9,00	2.020,00	18.180,00
	Total de Itens por Fornecedor: 1	**Total por Fornecedor:**					**18.180,00**
Fornecedor:	40.876.269/0001-50 - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA						
Qtd. Itens:	18	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	54.600,45	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
9	CHALEIRA ELÉTRICA 1,8 LITROS		MONDIAL	UND	13,00	39,74	516,62
18	CORTINA BLACKOUT		SANTISTA	UND	40,00	77,20	3.088,00
19	CUSCUZEIRO 10 LITROS		ALUMINIO ABC	UND	9,00	50,22	451,98
21	DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS TIPO AUTOMÁTICO		NOBRE	UND	32,00	38,96	1.246,72
23	ESCADA DE ALUMÍNIO 8 DEGRAUS		BOTA FOGO	UND	6,00	294,23	1.765,38
25	FOGÃO DE PISO 4 BOCAS		BRASLAR	UND	3,00	537,79	1.613,37
26	FOGÃO DE PISO 6 BOCAS		BALI	UND	4,00	998,69	3.994,76

30	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO		SOPRANO	UND	22,00	82,70	1.819,40
31	GARRAFÃO TÉRMICO 12 LITROS		SOPRANO	UND	17,00	149,72	2.545,24
39	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 5 LITROS		JL COLOMBO	UND	10,00	591,33	5.913,30
42	LIXEIRA COM PEDAL 60 LITROS		PLESTIN	UND	49,00	129,46	6.343,54
43	LIXEIRA INOX 20 LITROS		BRINOX	UND	20,00	33,69	673,80
44	PALLET PLÁSTICO		PROPLAST	UND	60,00	269,86	16.191,60
57	BACIA DE ALUMÍNIO 40 CM		ALUMINIO ABC	UND	12,00	34,58	414,96
58	BACIA DE ALUMÍNIO 70 CM		ALUMINIO ABC	UND	14,00	35,91	502,74
59	CAÇAROLA PANELA LINHA HOTEL INDUSTRIAL Nº60- 70 LITROS - ALUMINIOS MARANA		ALUMINIO ABC	UND	4,00	363,06	1.452,24
63	CUSCUZEIRA INDUSTRIAL 14 LITROS		ALUMINIO ABC	UND	5,00	105,36	526,80
77	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS		BUFFALO	UND	10,00	554,00	5.540,00
	Total de Itens por Fornecedor: 18		**Total por Fornecedor:**				**54.600,45**
Fornecedor:	52.386.933/0001-62 - REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA						
Qtd. Itens:	4	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	37.512,35	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
11	COIFA DE PAREDE		Philco	UND	5,00	1.615,85	8.079,25
20	DISPENSER DE PAPEL-TOALHA		NOBRE	UND	65,00	34,59	2.248,35
27	FORNO MICRO-ONDAS 32 LITROS		AGRATTO	UND	10,00	619,99	6.199,90
79	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO SUSPENSO		LIBELL	UND	15,00	1.398,99	20.984,85
	Total de Itens por Fornecedor: 4		**Total por Fornecedor:**				**37.512,35**
Fornecedor:	67.288.646/0001-97 - JM LICITACOES LTDA						
Qtd. Itens:	3	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	28.235,00	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
5	BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUNA		Libell	UND	11,00	681,00	7.491,00
55	VENTILADOR DE PAREDE TIPO COMERCIAL		Ventisol	UND	65,00	250,00	16.250,00
71	LIQUIDIFICADOR/TRITURADOR INDUSTRIAL 15 LITROS		JLcolombo	UND	3,00	1.498,00	4.494,00
	Total de Itens por Fornecedor: 3		**Total por Fornecedor:**				**28.235,00**
						Total Geral	**244.070,47**

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 09/10/2026

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:C9EF1B9F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026 PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

ALCANCE VIBE LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.819.329/0001-96, com sede na QUADRA QS 1 RUA 212 LOTES 19/23, BLOCO D SALA 1112 PARTE A-655 PAVMTO11 EDIF CONNECT TOWERS, BAIRRO AREAL (AGUAS CLARAS), BRASILIA/DF, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **Alcimar Guerra de Melo Vitorino**, inscrito no CPF N° 310.***.***- 04.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
002	0028531 - - AR-CONDICIONADO SPLINTER 12.000 BTU/H COR BRANCO. 220V, FUNCOES SWING, TURBO, SLLEP, 3 MODOS DE VENTILACAO, BAIXO, MEDIO, ALTO E AUTOMATICO, DESIGN MODERNO.	Uni	6	R$ 1.880,30	R$ 11.281,80
				Total do vencedor:	**R$ 11.281,80**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:95A73437

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026 PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

C.W.C. DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.538.267/0001-25, com sede na Rua Anísio Salatiel Nº 01 A, Roger, CEP 58.020-000 - João Pessoa PB, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) inscrito no **ALICE ELAYNE BRANDAO CHAVES**,CPF N° 707.***.***- 13.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
001	0028530 - AR-CONDICIONADO SPLINTER 18.000 BTU/H COR BRANCO. 220V, FUNCOES SWING, TURBO, SLLEP, 3 MODOS DE VENTILACAO, BAIXO, MEDIO, ALTO E AUTOMATICO, DESIGN MODERNO.	Uni	2	R$ 2.560,00	R$ 5.120,00
				Total do vencedor:	**R$ 5.120,00**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:299B6C1D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026 PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 40.876.269/0001-50, com sede na Rua SARGENTO SILVINO MACEDO, Nº 03 – SÃO JOSÉ- GARANHUNS-PE, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) inscrito no **Raíssa Rabelo Ferreira**, CPF N° 136.***.***-07.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
005	0028534 - FOGAO INDUSTRIAL 4 BOCAS. COM FORNO REVESTIDO 87L CRISTALACO, GRELHAS EM FERRO FUNDIDO, BANDEJA COLETORA DE RESIDUOS, 3 QUEIMADORES SIMPLES, 3 QUEIMADORES DUPLOS, REGISTRO CROMADO, BAIXA PRESSAO, DIMENSOES APROX. FORNO: 30X30 (AXLXP).	Uni	1	R$ 2.650,00	R$ 2.650,00
				Total do vencedor:	**R$ 2.650,00**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:AE87726A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026 PROCESSO: 3.242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026

PROCESSO: 3.242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 25/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIA MILITAR.

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Vigência: 05/10/2026 até 05/10/2027.

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Gabinete Civil e Ouvidoria;
Representante: GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA.

Fornecedor:

DRONE AIR COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o n.º 39.935.802/0001-29, com sede na Av. Governador Flávio Ribeiro Coutinho, 205, Sala 603 - Manaíra, João Pessoa/PB, CEP 58037-000, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **Julius César de Carvalho Guimarães Filho,** inscrito no CPF N° 033. ***. ***-25.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Uni.	Valor Total
008	0028537 - DRONE QUADRICOPTERO COMPACTO E DOBRAVEL, PESO DE DECOLAGEM DE APROXIMADAMENTE 249,9 G, SENSOR CMOS DE 1 POLEGADA COM RESOLUCAO DE 50 MEGAPIXELS, GRAVACAO DE VIDEO EM 4K/60FPS HDR COM ATE 14 PARADAS DE ALCANCE DINAMICO, CAMERA LENTA EM 4K/120FPS, MODO TELEOBJETIVA 2X (48MM EQUIVALENTE), ARMAZENAMENTO INTERNO MINIMO DE 42 GB, ESTABILIZADOR GIMBAL DE 3 EIXOS COM ROTACAO DE ATE 225 E SUPORTE A FILMAGEM VERTICAL, DETECCAO OMNIDIRECIONAL DE OBSTACULOS COM OPERACAO EM ATE 1 LUX DE LUMINOSIDADE, RETORNO AUTOMATICO INTELIGENTE COM DESVIO ATIVO DE OBSTACULOS, ALTITUDE MAXIMA DE OPERACAO DE 6.000 METROS, VELOCIDADE MAXIMA FRONTAL DE 19 M/S, TEMPO DE VOO DE ATE 52 MINUTOS COM BATERIA ESTENDIDA, ALCANCE DE TRANSMISSAO DE VIDEO DE ATE 20 KM, RASTREAMENTO AUTOMATICO DE SUJEITO EM 360, MODOS DE VOO INTELIGENTES (QUICKSHOT, WAYPOINT FLIGHT, MASTERSHOTS E TIMELAPSE), CONECTIVIDADE WI-FI 6 (802.11AX) COM TRANSFERENCIA DE ATE 100 MB/S. ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO COM TELA MULTITOQUE INTEGRADA DE NO MINIMO 5,5 POLEGADAS, 3 BATERIAS DE VOO INTELIGENTES ESTENDIDAS, HUB DE CARREGAMENTO BIDIRECIONAL PARA MULTIPLAS BATERIAS, KIT DE FILTROS ND (ND8/ND32/ND128), 3 PARES DE HELICES SOBRESSALENTES, PROTETOR DE GIMBAL, BOLSA DE TRANSPORTE E CABO USB-C.	Uni	1	R$ 10.249,00	R$ 10.249,00
				Total do vencedor:	**R$ 10.249,00**

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:3F02685A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 202601028

EXTRATO DE CONTRATO 202601028
Processo DISP 202601028Nº202601028

CONTRATO Nº.....: 202601028
ORIGEM.....: Nº DISP 202601028
CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....: F J DE SENA ARAUJO
OBJETO.....: Contratação de empresa para serviços de desinsetização (dedetização) , desratização, sanitização e higiene de ambientes com o controle de cupins em solo e madeira, desalojando passaros e morcegos.
ANEXO DO CONTRATO 202601028 DA LICITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
3164	serviço de controle de cupins em solo e madeira por m2		M2	6.000,00	2,0000	12.000,00
3165	serviços de controle de ninhos com o desalojamento de pássaros e morcegos		M2	7.000,00	2,0000	14.000,00

3166	serviços de desinsetização		M2	9.000,00	2,1000	18.900,00
3167	serviço de desratização		M2	7.000,00	1,8000	12.600,00
					Total	57.500,00

VALOR TOTAL.....: R$ 57.500,00(Cinquenta e Sete Mil e Quinhentos Reais)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02015 SEC. MUN. DE ADMINISTRACÃO E GESTÃO, Projeto 2003 MANUT. DAS ATIV DA SEC. M. DE ADM E GESTÃO, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, Unidade 02006 SEC. MUN. DE EDUCACÃO E CULTURA, Projeto 2009 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. EDUCACÃO, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15001001 Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos, Esfera Fiscal, Unidade 02021 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, Projeto 2010 MANUT. DAS. ATIV, DA EDUCACÃO INFANTIL, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, Unidade 02021 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, Projeto 2016 MANUTENCÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15001001 Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos, Esfera Fiscal, Unidade 02009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2030 MANUTENCÃO DO FMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 16000000 CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde , Esfera Seguridade, Unidade 02009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2030 MANUTENCÃO DO FMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 16003110 CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS, Esfera Seguridade, Unidade 02009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2030 MANUTENCÃO DO FMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 16003120 CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA, Esfera Seguridade, Unidade 02009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2030 MANUTENCÃO DO FMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 17103210 , Esfera Seguridade, Unidade 02019 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2044 MANUTENCÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Seguridade, , no valor de R$ 57.500,00
VIGÊNCIA.....: 09/10/2026 a 09/10/2027
DATA DA ASSINATURA.....: 09/10/2026
ASSINARAM.....: LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.*.***-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) F J DE SENA ARAUJO, 23.614.574/0001-55, representado por FRANCISCO JUATHAN DE SENA ARAUJO**

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A08A6461

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 202601029

EXTRATO DE CONTRATO 20260129
Processo DISP 20260129Nº20260129

CONTRATO Nº.....: 20260129
ORIGEM.....: Nº DISP 20260129
CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....: FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA
OBJETO.....: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de parques infantis para atender as necessidades deste município ANEXO DO CONTRATO 20260129 DA LICITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
3168	PLAYGROUND INFANTIL COM 02 TORRES – Playground infantil modular composto por 02 torres com cobertura rotomoldada, com plataformas instaladas a aproximadamente 1,20 m de altura, destinado ao uso recreativo infantil em áreas externas. Playground infantil modular composto por 02 torres com cobertura rotomoldada, com plataformas instaladas a aproximadamente 1,20 m de altura, destinado ao uso recreativo infantil em áreas externas O conjunto deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes elementos: 02 fechamentos rotomoldados • 01 escorregador tubular rotomoldado, composto por 02 curvas de 90° e seção de saída • 01 rampa de cordas com estrutura metálica, com acesso à plataforma de aproximadamente 1,20 m de altura • 01 tubo reto rotomoldado, com aproximadamente 1,60 m de comprimento • 01 escada rotomoldada com 05 degraus • 01 escorregador reto rotomoldado, com aproximadamente 2,35 m de comprimento, para plataforma com altura aproximada de 1,20 m 02 coberturas rotomoldadas para proteção das plataformas. Os componentes deverão possuir acabamento uniforme, superfícies lisas, sem rebarbas, pontas ou quinas cortantes, devendo ser adequados para utilização externa e resistentes ao uso contínuo e às condições climáticas. A estrutura deverá apresentar estabilidade e resistência compatíveis com a utilização infantil, sendo fornecida com todos os componentes, ferragens, elementos de união e fixação necessários à correta montagem e instalação do equipamento. Altura aproximada das plataformas: 1,20 m. Área mínima de segurança requerida: 81,41 m2. Capacidade estimada: até 14 crianças simultaneamente. O equipamento deverá ser entregue completo, devidamente montado e instalado no local indicado pela Administração, incluindo montagem, fixação, testes de estabilidade e verificação do funcionamento de todos os componentes.		UN	1,00	30.000,0000	30.000,00
3169	01 BALANÇO INFANTIL METÁLICO – Balanço infantil para uso em áreas recreativas, composto por estrutura metálica com 02 pés de sustentação, viga superior horizontal e sistema de fixação próprio para instalação dos assentos de balanço. A estrutura deverá ser fabricada em material metálico resistente, próprio para utilização externa e uso infantil, com acabamento adequado para exposição às intempéries, superfícies sem rebarbas, quinas cortantes ou lementos que possam oferecer risco aos usuários. O conjunto deverá contemplar os elementos estruturais necessários para sua montagem e instalação, incluindo viga para balanço, pés de sustentação e kit de fixação, devendo ser fornecido completo e em perfeitas condições de uso. O produto deverá possuir estabilidade estrutural compatível com sua finalidade, sistema de montagem seguro e acabamento uniforme, sendo destinado à instalação em playgrounds, praças, escolas, parques e demais áreas recreativas.		UN	1,00	2.500,0000	2.500,00
3170	BANCO DE JARDIM Banco de jardim destinado à instalação em áreas externas e ambientes de convivência, com estrutura resistente e adequada para utilização contínua em praças, parques, escolas, playgrounds, jardins e demais espaços públicos ou coletivos. O banco deverá apresentar construção robusta, acabamento uniforme, superfícies lisas e livres de rebarbas ou elementos cortantes, garantindo segurança e conforto aos usuários. Deverá ser fabricado com materiais apropriados para uso externo, resistentes às condições normais de exposição ao sol e		UN	2,00	1.250,0000	2.500,00

	à umidade, proporcionando durabilidade e estabilidade durante sua utilização. O produto deverá ser fornecido completo, embalado e pronto para montagem e/ou instalação, incluindo todos os componentes indispensáveis ao seu perfeito funcionamento e fixação. Acabamento: padrão natural, conforme referência constante na tabela técnica do fabricante.					
					Total	35.000,00

VALOR TOTAL.....: R$ 35.000,00(Trinta e Cinco Mil Reais)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02007 SEC. MUN. DE OBRAS, URBANISMO E HABITACÃO, Projeto 1020 PAVIM. DREN. E DEMAIS OBRAS DE URBANISMO, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, Unidade 02007 SEC. MUN. DE OBRAS, URBANISMO E HABITACÃO, Projeto 2017 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO E HABITACÃO, Elemento 4490520000 Equipamentos e material permanente, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, , no valor de R$ 35.000,00
VIGÊNCIA.....: 09/10/2026 a 31/12/2026
DATA DA ASSINATURA.....: 09/10/2026
ASSINARAM.....: LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.867.934-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA, 11.590.017/0001-62, neste ato representado por: GISELI JEREMIAS.

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:615E54FA

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 20260128

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º DISP 202601028.

1.DO PROCEDIMENTO, OBJETO E PREÇO

O Agente de contratação da MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, II, a contratação da pessoa de**F J DE SENA ARAUJO** - CNPJ: 23.614.574/0001-55 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3164, 3165, 3166, 3167; totalizando o valor de **R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)**, Sob o Objeto: **Contratação de empresa para serviços de desinsetização (dedetização) , desratização, sanitização e higiene de ambientes com o controle de cupins em solo e madeira, desalojando passaros e morcegos.**, com a finalidade de A presente contratação fundamenta-se na necessidade impreterível de garantir as condições higiênico-sanitárias, a segurança estrutural e o bem-estar de colaboradores, usuários e visitantes que frequentam as instalações do(a) [Nome da Empresa/Órgão]. A ausência de um controle preventivo e corretivo eficaz de pragas urbanas e vetores biológicos expõe o ambiente a riscos severos, detalhados a seguir: Saúde Pública e Sanitização: Ratos, insetos (baratas, formigas, escorpiões) e microrganismos nocivos são vetores de diversas doenças graves (como leptospirose, peste bubônica, salmonelose, e infecções respiratórias). A desinsetização, desratização e sanitização periódicas reduzem a carga bacteriana, viral e fúngica das superfícies, mitigando riscos de contaminação e garantindo a conformidade com as normas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Preservação Patrimonial (Controle de Cupins): A infestação por cupins de solo e de madeira representa uma ameaça direta à integridade estrutural do imóvel, móveis, arquivos físicos e fiação elétrica. A contratação visa resguardar o patrimônio público/privado, evitando prejuízos financeiros substanciais com reformas e substituição de mobiliário destruído. Manejo e Desalojamento de Pássaros e Morcegos: A presença de aves (como pombos) e morcegos nas coberturas, forros e fachadas gera o acúmulo de fezes altamente corrosivas, que danificam a pintura e as estruturas. Além disso, a inalação de poeira proveniente de fezes secas de pombos e morcegos pode transmitir doenças respiratórias graves e fatais (como a histoplasmose e a criptococose). O serviço exige técnicas de manejo específicas e desalojamento ecológico, respeitando a legislação ambiental vigente (Lei nº 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais), que proíbe o extermínio desses animais. Continuidade das Atividades Operacionais: Ambientes insalubres geram absenteísmo (afastamento por motivos de saúde) e comprometem o rendimento técnico da equipe, além de causar uma impressão negativa para o público externo. e atender a todas as exigências dos órgãos de controle e manter uma execução orçamentária, financeira e patrimonial transparente,no valor global de **R$ 57500.000.**

Vencedor: F J DE SENA ARAUJO							
CNPJ: 23614574000155							
Endereço: RUA SAO FRANCISCO, Nº 143, CENTRO, PAU DOS FERROS/RN							
Representante: FRANCISCO JUATHAN DE SENA ARAUJO							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**3164**	**serviço de controle de cupins em solo e madeira por m2**	**M2**		**6.000,00**	**2,0000**	**12.000,00**
2	**3165**	**serviços de controle de ninhos com o desalojamento de passaros e morcegos**	**M2**		**7.000,00**	**2,0000**	**14.000,00**
3	**3166**	**serviços de desinsetização**	**M2**		**9.000,00**	**2,1000**	**18.900,00**
4	**3167**	**serviço de deratização**	**M2**		**7.000,00**	**1,8000**	**12.600,00**
						Total	57.500,00

2. RAZÃO PARA A ESCOLHA DA CONTRATADA (Lei 14.133/2021, Art. 75, II).
A escolha da contratada é decorrente das seguintes razões: foi a licitante que apresentou a proposta de menor preço à administração pública, além de se adequar às exigências para contratação, como também por estar regular com as obrigações fiscais.
No tocante a pessoa de **F J DE SENA ARAUJO** - CNPJ: 23.614.574/0001-55 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3164, 3165, 3166, 3167; totalizando o valor de **R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)**, ela apresentou a melhor proposta para a Administração nos critérios de menor preço, sendo vantajosa a partir da análise de atestados de execução de serviços com características semelhantes.

3.JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Lei 14.133/2021, Art. 75, II)
O preço a ser pago pelos serviços objeto deste procedimento administrativo é resultado da média de valores pagos em labores com características semelhantes contratados anteriormente por esta MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, mediante se depreendepropostas de preço anexadas, conforme previsibilidade inserta no Lei 14.133/2021, Art. 75, II, e regulamento legislativo consubstanciado no Decreto n.º 0160/2021, de 02de dezembro de 2021.

Rafael Godeiro/RN, 08 DE OUTUBRO DE 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:C833057F

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 20260129

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º DISP 20260129.

1.DO PROCEDIMENTO, OBJETO E PREÇO

O Agente de contratação da MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, II, a contratação da pessoa de**FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA** - CNPJ: 11.590.017/0001-62 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3168, 3169, 3170; totalizando o valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, Sob o Objeto: **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de parques infantis para atender as necessidades deste municipio**, com a finalidade de A opção pela contratação de uma empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica e pelas exigências de segurança que envolvem a fabricação e a montagem desse tipo de mobiliário urbano. Os equipamentos destinados ao público infantil devem, obrigatoriamente, seguir normas técnicas rígidas de segurança, em especial as diretrizes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como a NBR 16071 (que dispõe sobre a segurança de playgrounds). A especialização da contratada é indispensável para garantir: • Segurança e Ergonometria: Utilização de materiais atóxicos, cantos arredondados, parafusos embutidos e amortecimento de impacto adequado para evitar acidentes graves. • Durabilidade e Resistência: Uso de materiais com alta resistência a intempéries climáticas (como proteção UV, tratamento antiferrugem e madeiras/plásticos de engenharia), garantindo maior vida útil ao patrimônio público. • Garantia e Manutenção: Cobertura de assistência técnica pós-instalação e responsabilidade civil/técnica (com emissão de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica) sobre a montagem e fixação das estruturas. e atender a todas as exigências dos órgãos de controle e manter uma execução orçamentária, financeira e patrimonial transparente,no valor global de **R$ 35000.000.**

Vencedor: FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA							
CNPJ: 11590017000162							
Endereço: , Nº 04, , Areia Branca/RN							
Representante: GISELI JEREMIAS							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**3168**	**PLAYGROUND INFANTIL COM 02 TORRES – Playground infantil modular composto por 02 torres com cobertura rotomoldada, com plataformas instaladas a aproximadamente 1,20 m de altura, destinado ao uso recreativo infantil em áreas externas. Playground infantil modular composto por 02 torres com cobertura rotomoldada, com plataformas instaladas a aproximadamente 1,20 m de altura, destinado ao uso recreativo infantil em áreas externas O conjunto deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes elementos: 02 fechamentos rotomoldados • 01 escorregador tubular rotomoldado, composto por 02 curvas de 90° e seção de saída • 01 rampa de cordas com estrutura metálica, com acesso à plataforma de aproximadamente 1,20 m de altura • 01 tubo reto rotomoldado, com aproximadamente 1,60 m de comprimento • 01 escada rotomoldada com 05 degraus • 01 escorregador reto rotomoldado, com aproximadamente 2,35 m de comprimento, para plataforma com altura aproximada de 1,20 m 02 coberturas rotomoldadas para proteção das plataformas. Os componentes deverão possuir acabamento uniforme, superfícies lisas, sem rebarbas, pontas ou quinas cortantes, devendo ser adequados para utilização externa e resistentes ao uso contínuo e às condições climáticas. A estrutura deverá apresentar estabilidade e resistência compatíveis com a utilização infantil, sendo fornecida com todos os componentes, ferragens, elementos de união e fixação necessários à correta montagem e instalação do equipamento. Altura aproximada das plataformas: 1,20 m. Área mínima de segurança requerida: 81,41 m2. Capacidade estimada: até 14 crianças simultaneamente. O equipamento deverá ser entregue completo, devidamente montado e instalado no local indicado pela Administração, incluindo montagem, fixação, testes de estabilidade e verificação do funcionamento de todos os componentes.**	**UN**		**1,00**	**30.000,0000**	**30.000,00**
2	**3169**	**01 BALANÇO INFANTIL METÁLICO – Balanço infantil para uso em áreas recreativas, composto por estrutura metálica com 02 pés de sustentação, viga superior horizontal e sistema de fixação próprio para instalação dos assentos de balanço. A estrutura deverá ser fabricada em material metálico resistente, próprio para utilização externa e uso infantil, com acabamento adequado para exposição às intempéries, superfícies sem rebarbas, quinas cortantes ou lementos que possam oferecer risco aos usuários. O conjunto deverá contemplar os elementos estruturais necessários para sua montagem e instalação, incluindo viga para balanço, pés de sustentação e kit de fixação, devendo ser fornecido completo e em perfeitas condições de uso. O produto deverá possuir estabilidade estrutural compatível com sua finalidade, sistema de montagem seguro e acabamento uniforme, sendo destinado à instalação em playgrounds, praças, escolas, parques e demais áreas recreativas.**	**UN**		**1,00**	**2.500,0000**	**2.500,00**
3	**3170**	**BANCO DE JARDIM Banco de jardim destinado à instalação em áreas externas e ambientes de**	**UN**		**2,00**	**1.250,0000**	**2.500,00**

		convivência, com estrutura resistente e adequada para utilização contínua em praças, parques, escolas, playgrounds, jardins e demais espaços públicos ou coletivos. O banco deverá apresentar construção robusta, acabamento uniforme, superfícies lisas e livres de rebarbas ou elementos cortantes, garantindo segurança e conforto aos usuários. Deverá ser fabricado com materiais apropriados para uso externo, resistentes às condições normais de exposição ao sol e à umidade, proporcionando durabilidade e estabilidade durante sua utilização. O produto deverá ser fornecido completo, embalado e pronto para montagem e/ou instalação, incluindo todos os componentes indispensáveis ao seu perfeito funcionamento e fixação. Acabamento: padrão natural, conforme referência constante na tabela técnica do fabricante.					
						Total	35.000,00

2. RAZÃO PARA A ESCOLHA DA CONTRATADA (Lei 14.133/2021, Art. 75, II).
A escolha da contratada é decorrente das seguintes razões: foi a licitante que apresentou a proposta de menor preço à administração pública, além de se adequar às exigências para contratação, como também por estar regular com as obrigações fiscais.
No tocante a pessoa de **FLORIPA SOL RN COMERCIO E SERVICOS LTDA** - CNPJ: 11.590.017/0001-62 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3168, 3169, 3170; totalizando o valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, ela apresentou a melhor proposta para a Administração nos critérios de menor preço, sendo vantajosa a partir da análise de atestados de execução de serviços com características semelhantes.

3.JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Lei 14.133/2021, Art. 75, II)
O preço a ser pago pelos serviços objeto deste procedimento administrativo é resultado da média de valores pagos em labores com características semelhantes contratados anteriormente por esta MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, mediante se depreendepropostas de preço anexadas, conforme previsibilidade inserta no Lei 14.133/2021, Art. 75, II, e regulamento legislativo consubstanciado no Decreto n.º 0160/2021, de 02de dezembro de 2021.

Rafael Godeiro/RN, 08 de outubro de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:B16B5124

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA FINANÇAS Nº 08, de 03 de agosto de 2026.

Dispõe sobre remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica e dá outras providências

.
O Prefeito MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinada com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2026, de Nº 355, de 14 de agosto de 2025;
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício no valor de R$ 5.117.610,00 (cinco milhões, cento e dezessete mil, seiscentos e dez reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária entre as dotações especificadas no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
SANTA MARIA/RN, 03 de agosto de 2026.

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito do Município de Santa Maria/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.117.610,00**
02 .002 Gabinete do Prefeito					**5.100,00**
	2005 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**5.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					**26.700,00**
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				**9.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	200,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	9.000,00
	2008 Manutenção das Ações de Segurança Pública				**6.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.500,00
	1062 Amortização da Dívida Fundada junto aos Precatórios Trabalhistas e RPV´s				**11.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	11.000,00
02 .005 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente					**118.100,00**
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**57.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.600,00
	2012 Manutenção do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos				**2.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
	1066 Perfuração e Instalção de Poços, Manutenção de Dessalinizador e Construção de Cisternas.				**58.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	22.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	36.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**2.212.800,00**
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura				**4.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
	2017 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 70 %				**1.000.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	1.000.000,00
	2019 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Fundamental				**89.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	89.000,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**200.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	189.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
	2023 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE - Fundamental				**91.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	64.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	25.000,00
	2024 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Alimentação Escolar/PNAE - Fundamental				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	3.000,00
	2028 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	35.000,00
	2031 Manutenção da Educação Infantil - Creche - FUNDEB 70 %				**300.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	300.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil - Creche				**182.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	96.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	86.000,00
	2035 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos				**13.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	12.000,00
	2036 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				**3.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	3.500,00
	2040 Manutenção das Ações do Programa Escola em Tempo Integral - Fundamental				**6.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15401071	0001	6.000,00
	2137 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - EJA				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	2.500,00
	2138 Manutenção das Ações do Transporte Escolar dos Níveis Universitário e Técnico				**28.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	28.000,00
	2139 Manutenção das Ações do Programa Escola em Tempo Integral - Educação Infantil				**250.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401072	0001	250.000,00
	2146 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - Educação Especial				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	4.000,00
02 .007 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras					**1.470.410,00**
	1026 Construção e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas				**868.410,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	650.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	218.410,00
	1052 Recuperação das Estradas Vicinais				**18.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17500000	0001	14.000,00
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras				**584.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	100.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	70.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	163.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	51.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	50.000,00
02 .010 Secretaria Municipal de Transportes					**32.000,00**
	1093 Construção de Garagem Pública				**32.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	32.000,00
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**1.074.700,00**
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**334.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	185.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	138.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.600,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	10.100,00
	2047 Atenção Primária à Saúde - Agentes Comunitários de Saúde - ACS				**241.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	241.000,00
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**320.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	110.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	125.000,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				**15.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2055 Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde - Desempenho - AB				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.000,00
	2056 Manutenção das Ações do "NASF/Núcleo de Apoio à Saúde da Família"				**12.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	12.500,00
	2060 Atenção Especializada à Saúde da População para Procedimentos no - MAC				**2.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.500,00
	2143 Transferências de recursos a Prestadores de Serviços				**16.000,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	16.000,00
	2153 Celebração de Parceria administrativa junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengi/RN				**4.000,00**
		3.3.40.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	4.000,00
	2154 Complemen. do Piso Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - Atenção Básica				**126.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	51.000,00
02 .015 Fundo Municipal de Assistencia Social					**177.800,00**
	2077 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**98.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	18.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
	2078 Bloco de Proteção Social Básica - Componente - Piso Básico Fixo - CRAS				**70.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	200,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	28.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
	2082 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	2121 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz				**7.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	7.500,00
Anexo II (Redução)					**5.117.610,00**
02 .002 Gabinete do Prefeito					**5.100,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
	2006 Manutenção das Ações da Controladoria Municipal				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					**78.300,00**
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				**15.700,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	6.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.200,00
	2088 Contribuição Para Formação do PASEP				**31.600,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17200000	0001	31.600,00
	2089 Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Geral de Previdência Social/INSS				**20.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17200000	0001	20.000,00
	1088 Amortização de Outras Dívidas Fundadas				**11.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	11.000,00
02 .005 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente					**66.500,00**
	1003 Construção e Estruturação do Mercado Público				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
	1006 Construção e Estruturação de projetos de Infraestruturas Voltadas à Produção Animal				**14.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	14.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**8.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.128,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.200,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.200,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	472,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.500,00
	1066 Perfuração e Instalção de Poços, Manutenção de Dessalinizador e Construção de Cisternas.				**36.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	36.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**4.053.210,00**
	1008 Construção, Ampliação e Reforma e Manutenção de Escolas - Ensino Fundamental				**305.312,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	156,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	156,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	305.000,00
	1012 Modernização de Salas de Informática				**224.898,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.120,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.744,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	624,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	5.410,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	213.000,00
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura				**15.342,70**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.735,01
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.011,99
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.865,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	1.264,70
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	466,00
	2016 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 30 %				**345.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	345.000,00
	2017 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 70 %				**70.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15431070	0001	50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	20.000,00
	2019 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Fundamental				**2.153,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	2.153,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**36.760,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	7.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	400,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	100,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	1.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	6.681,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	12.638,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.773,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	140,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	764,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15001001	0001	764,00
	2024 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Alimentação Escolar/PNAE - Fundamental				**66.493,41**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	64.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	793,41
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.200,00
	2025 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - Fundamental				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	600,00
	2028 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN				**22.362,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	18.056,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15710000	0001	4.306,00
	2030 Manutenção da Educação Infantil - Creche - FUNDEB 30 %				**200.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	200.000,00
	2031 Manutenção da Educação Infantil - Creche - FUNDEB 70 %				**988.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15421070	0001	300.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	688.000,00
	2033 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil – Pré Escola				**215.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	211.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil - Creche				**233.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	96.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	137.000,00
	2035 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos				**13.300,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	13.300,00
	2036 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				**1.341,79**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	835,79
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	506,00
	1079 Construção e ou Reforma de Quadras de Esportes em Escolas				**6.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15710000	0001	6.000,00
	2122 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Infantil - Creche				**61.316,69**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	13.139,69
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	44.949,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	1.076,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	1.076,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.076,00
	2123 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - Creche				**8.714,29**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	514,29
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	7.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.200,00
	2124 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - Creche				**4.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	3.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	600,00
	2125 Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola - FUNDEB 70 %				**796.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	796.000,00
	2126 Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola - FUNDEB 30 %				**417.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	43.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	118.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	156.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	8.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	80.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	12.000,00
	2128 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Infantil - Pré Escola				**16.816,12**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	16.319,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	497,12
	2129 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - Pré Escola				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	2.500,00
02 .007 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras					**176.000,00**
	1023 Conservação e Melhorias dos Prédios e Logradouros Públicos				**18.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	18.000,00
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras				**158.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	51.000,00
02 .010 Secretaria Municipal de Transportes					**32.000,00**
	1093 Construção de Garagem Pública				**1.200,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2156 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transportes				**7.298,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	98,00
	1094 Construção de Passagens Molhadas				**23.502,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	17.962,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.540,00
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**528.700,00**
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**168.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16350000	0001	50.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16350000	0001	19.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	39.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16350000	0001	10.000,00
	2047 Atenção Primária à Saúde - Agentes Comunitários de Saúde - ACS				**43.611,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	4.430,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	1.438,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	23.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	528,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	112,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	196,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	2.153,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	1.872,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	16000000	0001	936,00

		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	656,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.248,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	4.764,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.278,00
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**1.943,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	1.247,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	696,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				**62.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	59.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	3.000,00
	2050 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - FB				**77.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17103210	0001	60.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17103210	0001	15.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2052 Atenção Primária a Saúde - PSE				**600,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	600,00
	2053 Manutenção do Programa PIUBS - Programa de Informações de Unidades Básicas de Saúde				**1.200,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2055 Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde - Desempenho - AB				**13.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16310000	0001	11.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2056 Manutenção das Ações do "NASF/Núcleo de Apoio à Saúde da Família"				**72.671,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	10.764,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	30.155,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	2.736,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.764,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	7.488,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.764,00
	2059 Manutenção das Ações do CAPS/Centro de Apoio Psico-Social				**6.960,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	6.960,00
	2060 Atenção Especializada à Saúde da População para Procedimentos no - MAC				**38.651,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	17.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	21.151,00
	1082 Construção e Reforma de Academias ao Ar Livre				**3.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	3.500,00
	2143 Transferências de recursos a Prestadores de Serviços				**8.764,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15001002	0001	7.360,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	204,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2153 Celebração de Parceria administrativa junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengi/RN				**30.000,00**
		3.3.40.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	30.000,00
02 .015 Fundo Municipal de Assistencia Social					**177.800,00**
	2067 Bloco de Proteção Social Básica/SCFV – Idosos				**22.806,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.948,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	4.411,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.858,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.778,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.458,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.200,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.153,00
	2069 Bloco de Proteção Social Básica/SCFV – Jovens de 18 a 29 anos				**1.311,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	981,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	330,00
	2077 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**4.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
	2078 Bloco de Proteção Social Básica - Componente - Piso Básico Fixo - CRAS				**19.620,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	17.756,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.132,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	732,00
	2079 Cadastramento e Execução de Projetos com Entidades Sociais				**1.200,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2080 Gestão de Benefícios Eventuais				**3.728,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.728,00
	2082 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**9.858,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	7.552,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	153,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.153,00
	2114 Manutenção das Ações de Gestão Integrada com Crianças cadastradas em Programas Sociais				**8.410,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	1.352,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.458,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	600,00
	2115 Manut. das Ações do Serv. de Proteção Social à Adolescentes em cumprimento a Medida Socioeducativa				**7.058,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.458,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	600,00
	2116 Transferências de Recursos a Parceiras no Atendimento à Criança				**38.749,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	6.458,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.764,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	7.411,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.458,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.458,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2117 Manutenção das Ações de Qualificação Profissional				**61.060,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	19.128,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	4.306,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	2.153,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.153,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.764,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	8.611,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.764,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.181,00

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:9334C942

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 148/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **42/2026**, processo administrativo n.º 1822/2026 e a empresa **ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA 06682303475,** com sede a Rua Campo Azul, Nº 135, Cajupiranga, Parnamirim/RN, CEP: 59156-850, inscrito no CNPJ sob o nº 40.290.899/0001-49, neste ato representado pela sua representante a Sra. Adriano de Alexandria de Oliveira, portadora do CPF nº 066.823.034-75, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA 06682303475		
CNPJ: 40.290.899/0001-49	**Telefone: 84988129160**	**Email: contato@adoistech.com**
Endereço: Rua Campo Azul, 135 Casa 1, Cajupiranga, Parnamirim/RN, CEP: 59156-850		
Representante: Adriano de Alexandria de Oliveira - CPF: 066.823.034-75		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0007417 - SSD SATA - NO MÍNIMO 500GB DE ARMAZENAMENTO, VELOCIDADE DE LEITURA MÍNIMA DE 500MB/segundos, VELOCIDADE MÍNIMA DE GRAVAÇÃO 450MB/segundos.	CeaMere	UND	20	360,00	7.200,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Adriano De Alexandria De Oliveira 06682303475
40.290.899/0001-49
ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:228E6C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 151/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **42/2026**, processo administrativo n.º 1822/2026 e a empresa **LICITA BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA,** com sede a R DOS TUPIS, Nº 457, SALA 1305, CENTRO, Belo Horizonte/MG, CEP: 30190-061, inscrito no CNPJ sob o nº 27.333.217/0001-70, neste ato representado pela sua representante a Sra. VALERIA GUERHARDT SAO JOSE, portadora do CPF nº 702.222.316-53, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: LICITA BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA		
CNPJ: 27.333.217/0001-70	**Telefone: (31) 3166-9430 - Fax: 31.3222-5656**	**Email: corporativo@licitabrasil.inf.br**
Endereço: R DOS TUPIS, 457 SALA 1305, CENTRO, Belo Horizonte/MG, CEP: 30190-061		
Representante: VALERIA GUERHARDT SAO JOSE - CPF: 702.222.316-53		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
23	0011091 - Gabinete de carregamento para dispositivos móveis (especificações mínimas) – gabinete destinado ao armazenamento, organização e carregamento simultâneo de, no mínimo, 28 dispositivos móveis (tablets, notebooks ou chromebooks, conforme compatibilidade), confeccionado em aço carbono, com portas dotadas de sistema de travamento, prateleiras individuais, sistema de organização interna dos cabos, ventilação para dissipação de calor, régua de tomadas interna e alimentação elétrica compatível com a rede nacional. Deverá possuir rodízios para movimentação.	TES	UND	1	4.500,00	4.500,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Licita Brasil Solucoes Em Tecnologia LTDA
27.333.217/0001-70
VALERIA GUERHARDT SAO JOSE

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:F5DA86C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 153/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **42/2026**, processo administrativo n.º 1822/2026 e a empresa **METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI,** com sede a Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100, inscrito no CNPJ sob o nº 28.584.157/0003-92, neste ato representado pela sua representante a Sra. Carlos Eduardo Santos Pereira, portadora do CPF nº 888.473.815-68, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**		
CNPJ: **28.584.157/0003-92**	Telefone: **(11) 2894-1104 / (11) 99140-8041**	Email: licitacoes@metdata.com.br / carlos@metdata.com.br
Endereço: **Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100**		
Representante: **Carlos Eduardo Santos Pereira** - CPF: **888.473.815-68**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
17	0007084 - IMPRESSORA DE GRANDE PORTE: Especificação: com no mínimo 02 prateleiras, impressão dupla face automática, tecnologia de impressão jato de tinta, possuir entrada USB, com wi-fi, capacidade de até 330 folhas, inclui cabo de alimentação, funções da impressora: impressão, cópia, digitalização e fax, ideal para no mínimo seguinte papeis: Ofício 9, Folio, Ofício México, Carta, A4, Executivo, Meia carta, A6, B6, Personalizado (64 x 127 mm - 216 x 6000 mm), Envelope N10, velocidade de impressão em preto e branco e em cor de até 34 pm, tipo de tela no mínimo LCD tátil, com alimentador de documentos automático, capacidade do alimentador de documentos de até 50, resolução de impressão em cor até 4800 dpi x 1200 dpi, com garantia de fabricação, com voltagem de no mínimo 220v ou bivolt. Modelo de referência: igual ou similar a EPSON WORKFORCE PRO WF-C5710.	EPSON	UND	1	3.798,00	3.798,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Metdata Tecnologia Da Informacao EIRELI
28.584.157/0003-92
CARLOS EDUARDO SANTOS PEREIRA

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:B818880F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 156/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **42/2026**, processo administrativo n.º 1822/2026 e a empresa **SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA,** com sede a Rua Doutor Hugo Fortes, 920 – Parque Industrial Lagoinha – Ribeirão Preto – SP, CEP: 14095-260, inscrito no CNPJ sob o nº 33.615.509/0001-06, neste ato representado pelo seu representante o Sr. SAMUEL FERRAZ DE BARROS, portadora do CPF nº 137.492.638-84, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA		
CNPJ: 33.615.509/0001-06	**Telefone: (16) 3900-0287**	**Email: licitacao@sinces.com.br**
Endereço: Doutor Hugo Fortes, 920 – Parque Industrial Lagoinha – Ribeirão Preto – SP, CEP: 14095-260		
Representante: SAMUEL FERRAZ DE BARROS - CPF: 137.492.638-84		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0007428 - COMPUTADOR COMPLETO - Memoria ram mínima de 8gb a 2666 mhz, ssd mínimo de 480gb. mínimo i5 de 11ª geração de 3.6ghz (placa de vídeo integrada), placa mãe: Possuir no mínimo 4, (quatro) portas USB, sendo pelo menos 3 (três) padrão USB 3.0 ou superior, placa gráfica integrada ao processador. REDE: 1 Porta LAN RJ-45 Gigabit Ethernet com negociação automática da velocidade da rede, Wi-fi AC 2.4/5Ghz, mínimo, de 300Mbps. GABINETE: Serão aceitos os formatos de gabinete Micro ATX e Mini-ATX, características mínimas: portas frontais 02 USB, 01 portas de áudio + Microfone, botão liga/desliga e reset. FONTE DE ALIMENTAÇÃO: Potência mínima 500W, Entrada chaveada de 110/220V 50/60Hz, Cabo de força deverá estar incluso no pacote, modelo de conector a rede tripolar em conformidade com a Norma Inmetro: NBR 14136. MONITOR DE VÍDEO: no mínimo Painel IPS, retro iluminado por LED, resolução mínima 1920x1080 @60Hz FullHD, Tamanho da tela mínimo de 21,5" polegadas, conexões 1 x VGA e 1 x HDMI, fonte interna 100~240V – 50/60Hz, deve acompanhar cabo de força, cabo de ligação de vídeo (hdmi) e base do monitor para mesa.	EXIX	UND	28	2.659,00	74.452,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Sinces Tecnologia Comercio E Servicos LTDA
33.615.509/0001-06
SAMUEL FERRAZ DE BARROS

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:77904D6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 158/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **45/2026**, processo administrativo n.º 2633/2026 e a empresa **FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS,** com sede a R CICERO TOMAZ DE AZEVEDO, N° 988,

Centro, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000, inscrito no CNPJ sob o nº 21.775.163/0001-16, neste ato representado pelo seu representante o Sr. FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS, portadora do CPF nº 096.055.314-29, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual contratação de empresa para prestação de serviços de segurança desarmada, bombeiro civil, auxiliar de camarim e produção, destinados a atender as demandas da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS**		
CNPJ: **21.775.163/0001-16**	Telefone: 84-99968-2704	Email: fmaxiluminacao@gmail.com
Endereço: **a R CICERO TOMAZ DE AZEVEDO, N° 988, Centro, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**		
Representante: **FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS** - CPF: **096.055.314-29**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0006778 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO E SUPORTE A EVENTOS CULTURAIS. Especificação: prestação de serviços de apoio e suporte a evento com homens, devidamente uniformizados, em turno de 08 (oito) horas, a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio dentro dos locais onde forem realizados os eventos.	Diária	210	119,00	24.990,00
2	0006779 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL. Especificação: prestação de serviço de bombeiro civil com homens e mulheres devidamente uniformizados, no apoio e suporte a eventos, visando a prevenção e combate a incêndio, em turno de 08 (oito) horas, com o fornecimento dos respectivos equipamentos de proteção individual, equipamento de proteção coletivo e de material de primeiros socorros, para atuação nos eventos culturais realizados pelo município.	Diária	80	127,90	10.232,00
3	0006780 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUXILIAR DE CAMARIM E PALCO. Especificação: contratação de mão de obra para executar os serviços de copa, limpeza e organização de palco e camarim. A contratada deverá estar à disposição, no local do evento, devidamente uniformizada e com EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), visando o bom andamento no decorrer do evento. A diária é constituída por 8 horas, estando o contratante disponível de acordo com a programação do evento.	Diária	21	114,00	2.394,00
4	0006781 - ASSISTENTE DE EVENTOS. Especificação: contratação de mão de obra para montagem e desmontagem de estruturas (tendas, palcos, ornamentação, entre outras) e dos equipamentos (luz, áudio, vídeo, painel de led, som, entre outros) quando houver, como também recepcionar e acompanhar técnicos e artistas das apresentações musicais durante todo o evento. A diária é constituída por 8 horas, estando o contratante disponível de acordo com a programação do evento.	Diária	28	108,00	3.024,00
VALOR GLOBAL					40.640,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Flauber Max De Oliveira Santos09605531429
21.775.163/0001-16
FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:284B7888

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037-2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019-2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.144.800/0001-98, com sede à Rua Padre Cerveira, nº 505, centro, Santo Antônio/RN, neste ato representado pelo **Senhor RAULISON DE SENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº ***.560.***-30, residente e domiciliado no Município de Santo Antônio/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, **nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Administrativo nº 717.025/2026, PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 019/2026, homologado em 08/10/2026, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Menor Preços por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir**.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: IRILENE DA SILVA MATIAS						
CNPJ/MF Nº: 34.310.563/0001-06			**TELEFONE:** (84) 9.8627-9070			
ENDEREÇO: Rua Ex. Ver. Manoel Barreto de Lima, 32, Centro – Passagem/RN – 59.259-000						
E-MAIL: atacarejjotudoumpouco@gmail.com						
REPRESENTANTE LEGAL: Irilene da Silva Matias						
RG Nº: 002.***.364			**CPF/MF Nº:** 070.***.***-95			
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
01	0040576 - CESTA BÁSICA, contendo: • 03 (três) kg de arroz parboilizado tipo 1, polido, longo fino, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico, íntegra e lacrada, próprio para consumo humano, isento de sujidades, parasitas, larvas e materiais estranhos, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 01 (um) kg de farinha de mandioca tipo 1, seca, fina, branca, obtida de raízes de mandioca sadias, acondicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, íntegra e lacrada, isenta de sujidades, parasitas, larvas e materiais estranhos, não podendo apresentar umidade, fermentação ou ranço. Contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 02 (dois) kg de feijão carioca tipo 1, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, íntegra e lacrada, isento de sujidades, parasitas, larvas e materiais estranhos, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 02 (dois) pacotes de macarrão tipo espaguete, contendo 400 g cada, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, íntegra e lacrada, isento de sujidades, parasitas e materiais estranhos, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 04 (quatro) pacotes de flocão de milho pré-cozido, contendo 500 g cada, obtido da moagem de grãos de milho sãos e limpos, isento de matéria terrosa, parasitas e materiais estranhos, não podendo apresentar umidade, fermentação ou ranço, acondicionado em embalagem íntegra e lacrada, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 02 (dois) pacotes de açúcar refinado, contendo 1 kg cada, de origem vegetal, constituído por sacarose de cana-de-açúcar, com aspecto sólido, cristais bem definidos, cor branca, odor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem íntegra e lacrada, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 01 (uma) garrafa de óleo de soja refinado, contendo 900 ml, acondicionado em embalagem plástica resistente, transparente, íntegra e lacrada, próprio para consumo humano, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 01 (um) pacote de leite em pó integral, contendo 400 g, com matéria gorda igual ou superior a 26,0% e umidade máxima de 3,5%, acondicionado em embalagem aluminizada íntegra e lacrada, com registro e selo de inspeção do órgão competente, contendo identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 01 (um) pacote de café em pó torrado e moído, contendo 250 g, acondicionado a vácuo, com aspecto, cheiro e sabor próprios do produto, livre de impurezas, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, em embalagem íntegra e lacrada, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 01 (um) pacote de biscoito tipo Maria tradicional, contendo no mínimo 350 g, acondicionado em embalagem íntegra e lacrada, próprio para consumo humano, isento de sujidades e matérias estranhas, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 01 (um) pacote de biscoito tipo Cream Cracker tradicional, contendo no mínimo 350 g, acondicionado em embalagem íntegra e lacrada, próprio para consumo humano, isento de sujidades e matérias estranhas, contendo rotulagem conforme legislação vigente, com identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, informações	Unid.	2.000	ATACAREJO (arroz - BLUE SOFT; farinha de mandioca - POPULAR; feijão carioca - CATOLE; macarrão tipo espaguete - BONSABOR; flocão de milho - SÃO BRAZ; açúcar refinado - ECOÇUCAR; óleo de soja - LIZA; leite em pó integral - AURORA; café em pó torrado e moído - UNIÃO; biscoito tipo Maria tradicional - 3 DE MAIO; biscoito tipo Cream Cracker tradicional - 3 DE MAIO; e sardinha em conserva - 88.	R$ 98,90	R$ 197.800,00

	nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados do ato do recebimento. • 02 (duas) unidades de sardinha em conserva, contendo 125 g cada, eviscerada, descamada mecanicamente, livre de cabeça, nadadeiras e cauda, pré-cozida, elaborada com matéria-prima em perfeito estado de conservação e higiene, submetida a processo tecnológico adequado e registrada em serviço oficial de inspeção de produtos de origem animal (SIF, SIE, SIM ou equivalente), quando exigido pela legislação vigente. Embalagem íntegra, lacrada, contendo identificação do fabricante ou importador, lote, peso líquido, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante					
Valor Total Registrado					**R$ 197.800,00**	
Valor total por extenso: Cento e noventa e set mil e oitocentos reais.						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE DA ATA.
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item **4.1.1** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santo Antônio/RN, data da assinatura eletrônica.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

IRILENE DA SILVA MATIAS
Representante(S) Legal(Is) Do(S) Fornecedor(S) Registrado(S)

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:BFD5D360

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038-2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024-2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO SUPORTE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.144.800/0001-98, com sede à Rua Padre Cerveira, nº 505, centro, Santo Antônio/RN, neste ato representado pelo **Senhor RAULISON DE SENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº ***.560.***-30, residente e domiciliado no Município de Santo Antônio/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, **nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Administrativo nº 327.028/2026, PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - nº 024/2026, homologado em 08/10/2026, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Menor Preços por Agrupamento de Itens "Lote", atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir**.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO SUPORTE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - nº 024/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: JOZILMA MARIA DE CARVALHO						
CNPJ/MF Nº: 04.805.345/0001-73		**TELEFONE:** (84) 3272-3429				
ENDEREÇO: Rua Edgar Dantas, 350, Santo Reis, Parnamirim/RN - CEP: 59.141-150						
E-MAIL: dodysport@ymail.com						
REPRESENTANTE LEGAL: Jozilma Maria de Carvalho						
RG Nº: 001.***.167-SSP/RN		**CPF/MF Nº:** 791.***.***-00				
LOTE 04						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
01	KIT JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO COMPLETO PERSONALIZADO, CONTENDO: 20 UNIDADES DE CAMISETAS (18 PARA JOGADORES DE LINHA E 2 DE GOLEIRO) PARA PRÁTICA ESPORTIVA, SHORTS E MEIOES, TECIDO ESPORTIVO 100% POLIÉSTER DRY FIT, GRAMATURA DE 130G EM TRANSFER SUBLIMÁTICO. CAMISETA ENUMERADA. LOCALIZAÇÃO DO BRASÃO	UND	94	Marca Própria	R$ 882,97	R$ 82.999,18
Valor Total Registrado					**R$ 82.999,18**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE DA ATA.
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item **4.1.1** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santo Antônio/RN, data da assinatura eletrônica.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

JOZILMA MARIA DE CARVALHO
Representante(S) Legal(Is) Do(S) Fornecedor(S) Registrado(S)

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:56F073C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA COM REGISTRO DE PREÇOS – 016-2026 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036-2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO GRADUAL DE FARDAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN (LOTES REMANESCENTES)**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.144.800/0001-98, com sede à Rua Padre Cerveira, nº 505, centro, Santo Antônio/RN, neste ato representado pelo **Senhor RAULISON DE SENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 121.***.***-30, residente e domiciliado no Município de Santo Antônio/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, **nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Administrativo nº 902.005/2026, DISPENSA COM REGISTRO DE PREÇOS - Nº 016/2026, AUTORIZADA em 05/10/2026, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos, bem como a classificação das propostas e a respectiva autorização da Dispensa Com Registro de Preços, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por MENOR PREÇO POR AGRUPAMENTO DE ITENS "LOTE", atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir**.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO GRADUAL DE FARDAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN (LOTES REMANESCENTES)**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital da DISPENSA COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: Nalinha Confecções Tecnológica Têxtil Ltda						
CNPJ/MF Nº: 43.434.965/0001-03		**TELEFONE:** (84) 9.9643-1551				
ENDEREÇO: Rua Vereador Cardoso da Silva, 53 – São José do Campestre/RN - CEP: 59.275-000						
E-MAIL: nalinhatectextil@gmail.com						
REPRESENTANTE LEGAL: Antonio Bezerra de Palhares						
RG Nº: 953.*** - SSP/RN		**CPF/MF Nº:** 386.***.***-49				
LOTE 01						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	CINTO UNISSEX, MATERIAL CINTO: NYLON, MATERIAL FIVELA: METAL, COR E TAMANHO A SER DEFINIDO PELO ÓRGÃO SOLICITANTE. OBSERVAÇÃO: CINTO NA COR PRETA, COM 3,5 CM DE LARGURA E 1,5 METROS DE COMPRIMENTO E FIVELA INOXIDÁVEL NA COR PRETA.	UND	75	Nalilnha	R$ 20,14	R$ 1.510,50
Total Registrado Lote 01					**R$ 1.510,50**	

LOTE 02						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
1.	CONJUNTO PARA GARI EM TECIDO OXFORD (CALÇA) E ARLEQUIM (CAMISA) TAMANHO M DE COR LARANJA COM PINTURA NA ALTURA DO PEITO E PINTURA NAS COSTAS FAIXA REFLEXIVA + COM LOGOMARCA DA PREFEITURA (BATA MANGA LONGA + CALÇA COM ELÁSTICO + BONÉ TOUCA ÁRABE)	UND	18	Nalilnha	R$ 121,57	R$ 2.188,26
2.	CONJUNTO PARA GARI EM TECIDO OXFORD (CALÇA) E ARLEQUIM (CAMISA) TAMANHO G DE COR LARANJA COM PINTURA NA ALTURA DO PEITO E PINTURA NAS COSTAS FAIXA REFLEXIVA + COM LOGOMARCA DA PREFEITURA (BATA MANGA LONGA + CALÇA COM ELÁSTICO + BONÉ TOUCA ÁRABE)	UND	10	Nalilnha	R$ 121,57	R$ 1.215,70
3.	CONJUNTO PARA GARI EM TECIDO OXFORD (CALÇA) E ARLEQUIM (CAMISA) TAMANHO GG DE COR LARANJA COM PINTURA NA ALTURA DO PEITO E PINTURA NAS COSTAS FAIXA REFLEXIVA + COM LOGOMARCA DA PREFEITURA (BATA MANGA LONGA + CALÇA COM	UND	10	Nalilnha	R$ 121,57	R$ 1.215,70

	ELÁSTICO + BONÉ TOUCA ÁRABE)					
4.	FARDAMENTO PARA AMBOS OS SEXOS, TAMANHO G, DE COR AZUL OXFORD COM GOLA E PUNHO DE ALGODÃO, BOLSO NA FRENTE E LOGOMARCA BORDADA DA PREFEITURA, COM ÓTIMA DURABILIDADE NOS PROCESSOS DE LAVAGEM (CAMISA POLO EM MALHA PV ADULTO)	UND	20	Nalilnha	R$ 62,53	R$ 1.250,60
5.	CONJUNTO PARA ELETRICISTA EM TECIDO BRIN, TAMANHO M, NA COR AZUL ESCURO COM PINTURA NA ALTURA DO PEITO E PINTURA NAS COSTAS COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO/RN (BATA + CALÇA COM ELÁSTICO) - UNIFORME PROFISSIONAL, COMPONENTES CALÇA E CAMISA MANGA LONGA, TAMANHO SOBMEDIDA, MATERIAL 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ANTI-CHAMA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GOLA/FITA REFLEXIVA: COSTA, OMBROS E PERNAS, APLICAÇÃO PORTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ELETRICISTA BOLSOS NA FRENTE DA CAMISA, E NA PARTE DA FRENTE E TRAS DA CALÇA	UND	4	Nalilnha	R$ 223,33	R$ 893,32
6.	CONJUNTO PARA ELETRICISTA EM TECIDO BRIN, TAMANHO G, NA COR AZUL ESCURO COM PINTURA NA ALTURA DO PEITO E PINTURA NAS COSTAS COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO/RN (BATA + CALÇA COM ELÁSTICO) - UNIFORME PROFISSIONAL, COMPONENTES CALÇA E CAMISA MANGA LONGA, TAMANHO SOBMEDIDA, MATERIAL 100% ALGODÃO COM TRATAMENTO ANTI-CHAMA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GOLA/FITA REFLEXIVA: COSTA, OMBROS E PERNAS, APLICAÇÃO PORTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ELETRICISTA, BOLSOS NA FRENTE DA CAMISA, E NA PARTE DA FRENTE E TRAS DA CALÇA	UND	8	Nalilnha	R$ 223,33	R$ 1.786,64
7.	BOTA SEGURANÇA, MATERIAL: COURO HIDRO FUGADO CURTIDO AO CROMO, MATERIAL SOLA: POLIURETANO (PU) BI-DENSIDADE, COR: PRETA, TAMANHOS: VARIADOS, USO: ELETRICISTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CADARÇO, CANO ACOLCHOADO, PROTEÇÃO CARGA ELÉTRICA.	UND	8	Crival	R$ 83,68	R$ 669,44
Total Registrado Lote 02					**R$ 9.219,66**	

LOTE 03						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
1.	CALÇA TÁTICA OPERACIONAL, GUARDA/POLÍCIA MUNICIPAL EM ALGODÃO – POLIAMIDA – CALÇA OPERACIONAL, TIPO COMBATE PARA GUARDA MUNICIPAL, CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP NA COR AZUL NOITE, (PANTONE 194010), 33% DE ALGODÃO E 67% POLIÉSTER, 5 (CINCO) PASSANTES, FECHAMENTO EM BOTÃO, 2 (DOIS) BOLSOS FACA FRONTAIS, 2 (DOIS) BOLSOS LATERAIS COM LAPELA E FECHAMENTO EM VELCRO, PRODUTO ECOLÓGICO: POLIÉSTER PROVENIENTE DE GARRAFAS PET RECICLADAS, PRODUTO 100% BRASILEIRO, PASSADORES DE CINTO: LARGURA 20 MM/COMPRIMENTO 50 MM. QUANTIDADES DOS RESPECTIVOS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO SOLICITANTE. GÊNERO MASCULINO. TAMANHOS: 40, 42, 44,46,48,50 E 52	UND	20	Nalilnha	R$ 227,95	R$ 4.559,00
2.	CAMISA COMBAT T-SHIRT, TIPO COMBATE PARA GUARDA/POLÍCIA MUNICIPAL, MANGAS LONGAS E GOLA CONFECCIONADAS EM TECIDO RIP STOP, NA COR AZUL NOITE (PANTONE 194010), DORSO CONFECCIONADO EM MALHA DRY FIT, POSSUI PROTEÇÃO CONTRA RAIOS SOLARES UVA E UVB, ZIP DA GOLA AO PEITO, PONTO DO FECHO PARA AJUSTE DO PULSO DA MANGA, BOLSO NO ANTE BRAÇO DA MANGA COM PONTO DE FECHO PARA PATCHS COR AZUL MARINHO COM. BRASÃO DA GCM BORDADO COM TECNOLOGIA (DIGITAL JACQUARD) DO LADO ESQUERDO DO PEITO. GÊNERO MASCULINO.	UND	20	Nalilnha	R$ 239,80	R$ 4.796,00
3.	CAMISA COMBAT T-SHIRT, TIPO COMBATE PARA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, MANGAS CURTAS E GOLA CONFECCIONADAS EM TECIDO RIP STOP, NA COR AZUL NOITE (PANTONE 194010), DORSO CONFECCIONADO EM MALHA DRY FIT, POSSUI PROTEÇÃO CONTRA RAIOS SOLARES UVA E UVB, ZIP DA GOLA AO PEITO, BOLSO NO ANTE BRAÇO DA MANGA COM PONTO DE FECHO PARA PATCHS COR AZUL MARINHO COM BRASÃO DA GCM BORDADO COM TECNOLOGIA (DIGITAL JACQUARD) DO LADO ESQUERDO DO PEITO. GÊNERO MASCULINO. TAMANHOS: P, M, G, GG E XG	UND	20	Nalilnha	R$ 239,80	R$ 4.796,00
4.	TARGETA DE IDENTIFICAÇÃO, COM NOME DE GUERRA, TIPO SANGUÍNEO E FATOR RH BORDADO NA COR VERMELHA.	UND	20	Nalilnha	R$ 15,84	R$ 316,80
5.	BOTA TÁTICA EM COURO IMPERMEÁVEL CANO MÉDIO, CONFECCIONADO EM COURO COM ACABAMENTO LISO, COM 1.8 DE ESPESSURA, O COTURNO POSSUI COLARINHO E LINGUETA TIPO FOLEN EM NAPA VACUM; PASSADORES, E GANCHOS EM POLÍMERO, SENDO QUE OS GANCHOS POSSUEM SISTEMA ARTICULADO PARA MELHOR AJUSTE NO CALÇAR, E REBITES EM METAL, COM CADARÇOS EM POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE DE 136 FIOS, POSSUI PALMILHA EM EVA DE ALTA RESILIÊNCIA, CONFORMADA COM ESPUMA POLIURETANICA DE ALTA DENSIDADE E TECIDO POLIÉSTER COM FUROS PARA ABSORÇÃO DE SUOR, ALÉM DA FORRAÇÃO EM POLIAMIDA COM DRY SISTEM IMPERMEÁVEL E RESPIRÁVEL, QUE GARANTE UM MAIOR CONTROLE TÉRMICO. CABEDAL - COURO COM ACABAMENTO LISO 1.8 ESPESSURA, COLARINHO E LINGUETA TIPO FOLEN EM NAPA VACUM; PASSADORES E GANCHOS EM POLÍMERO FIXADOS POR REBITES DE METAL; CADARÇOS EM POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE DE 136 FIOS.SISTEMA DE FIXAÇÃO DE PROTEÇÃO ESTENDIDA EM SBR, COM ALTURA DE 4CM A PARTIR DA BORDA DO SOLADO, SISTEMA ONDE A FIXAÇÃODA PROTEÇÃO EM SBR NO CABEDAL É FEITA PELO SISTEMA DE FUSÃO QUÍMICA EM REATOR À ALTA PRESSÃO E ALTA TEMPERATURA. FORRAÇÃO - EM POLIAMIDA COM DRY SISTEM IMPERMEÁVEL E RESPIRÁVEL PELO SISTEMA DE FUSÃO QUÍMICA EM REATOR À ALTA PRESSÃO E ALTA TEMPERATURA. FORRAÇÃO - EM POLIAMIDA COM DRY SISTEM IMPERMEÁVEL E RESPIRÁVEL. CALCANHEIRA - EM EVA DE ALTA RESILIENCIA CONFORMADA COM ESPUMA POLIURETANICA ALTA DENSIDADE E TECIDO POLIÉSTER COM FUROS PARA ABSORÇÃO DE SUOR.SOLA MONSTER PESO (+/-) 0,590 KG ALTURA EXTERNA: 10,5 POLEGADAS	PAR	20	Netzer	R$ 287,96	R$ 5.759,20
6.	CINTO DE GUARNIÇÃO, NA COR PRETA, FECHO DE ABERTURA RÁPIDA DO TIPO “TIC-TAC”, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO 1260, COM 9 BATIDAS POR CEM E 10,80 G (DEZ VIRGULA OITENTA GRAMAS) POR CADA 100 MM DE COMPRIMENTO, TENDO 50 MM DE LARGURA E ENTRE 3,0 MM E 3,5 MM DE ESPESSURA; DEVERÁ TER EM SUAS EXTREMIDADES DIREITA E ESQUERDA, NO MÍNIMO 150 MM DE VELCRO PRETO COM LARGURA DE NO MÍNIMO 25 MM DO TIPO GANCHO; EM TODA EXTENSÃO DE SUA PARTE CENTRAL, NÃO OCUPADO PELO VELCRO TIPO GANCHO, DEVERÁ POSSUIR VELCRO PRETO, TIPO “ASTRAKAN” NO MÍNIMO 25 MM DE LARGURA.	UND	20	Nalilnha	R$ 89,94	R$ 1.798,80
7.	CINTO AZUL DE LONA SINTÉTICO, TAMANHO*130 CM (REAJUSTÁVEL ENTRE 90 E 130 CM), COM 0,33 M DE LARGURA, CONTENDO NUMA DAS EXTREMIDADES 01 (UMA) FIVELA MODELO ROLETE EM FERRO NIQUELADO NÃO DEFORMÁVEL, EM CHAPA LISA, NA OUTRA EXTREMIDADE TERÁ UMA PONTEIRA DO MESMO METAL.	UND	20	Nalilnha	R$ 28,38	R$ 567,60
8.	BONÉ, EM TECIDO RIP STOP COR AZUL NOITE (PANTONE 194010), MAIOR RESISTÊNCIA A RASGOS, MAIOR DURABILIDADE, COM ILHÓS NAS LATERAIS, FECHO TRASEIRA, AJUSTÁVEL PALA DURA E COMPOSIÇÃO: 67% POLIÉSTER / 33% ALGODÃO, BRASÃO DA GUARDA/POLÍCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, BORDADO NA PARTE FRONTAL DA COPA. DETALHE EM XADREZ NA BORDA INFERIOR.	UND	20	Nalilnha	R$ 84,71	R$ 1.694,20
9.	EMBORRACHADOS PATCH, COM A BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO VELCRO NO FUNDO TAMANHO 5 X 7,5 CM	UND	20	Nalilnha	R$ 24,64	R$ 492,80
10.	EMBORRACHADOS PATCH, COM BRASÃO DA GUARDA/POLÍCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO VELCRO NO FUNDO TAMANHO 5 X 7,5 CM	UND	20	Nalilnha	R$ 24,64	R$ 492,80
Total Registrado Lote 03					**R$ 25.273,20**	
Total Geral Registrado					**R$ 36.003,36**	

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. . Não é admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente de Contratação Direta.

4. VALIDADE DA ATA.
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item **4.1.1** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.
4.1.5. O acréscimo de quantitativo de item previsto na Ata de Registro de Preço vigente poderá ser realizado desde que:
4.1.5.1. seja devidamente justificado pela necessidade superveniente e não previsto inicialmente, com base em relatório técnico ou solicitação formal do órgão demandante;
4.1.5.2. o percentual de acréscimo não exceda o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo originalmente previsto para o item registrado na Ata de Registro de Preços;
4.1.5.3. seja garantida a manutenção das condições inicialmente pactuadas na Ata de Registro de Preços, especialmente no que se refere a preços, prazos e especificações;
4.1.5.4. haja anuência prévia do fornecedor

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santo Antônio/RN, data da assinatura eletrônica.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Representante Legal do Órgão Gerenciador

ANTONIO BEZERRA DE PALHARES
Representante
Representante(s) Legal(is) Do(s) Fornecedor(s) Registrado(s)

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:FA4E5AF3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de lavagem e aspiração interna e externa de veículos. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Av. Ursulino Silvestre, 448. Centro – São Bento do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: compras.sbn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL				
NOME FANTASIA				
CNPJ				
ENDEREÇO		**Nº**	**BAIRRO:**	
CIDADE		**UF:**	**CEP:**	
TELEFONE		**PESSOA P/ CONTATO:**		
EMAIL:				

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de lavagem e aspiração interna e externa de veículos oficiais vinculados à Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN.

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

Item	Especificações	Und	Qtd	Valor unit	Valor total
01	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Veículos tipo passeio.	Serviço	29		
02	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Ônibus.	Serviço	03		
03	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Vans.	Serviço	04		
04	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Caminhões	Serviço	02		
05	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Caminhonetes.	Serviço	04		
06	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Caminhões (pipa, caçamba).	Serviço	01		
07	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Micro-ônibus.	Serviço	02		
08	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Tratores.	Serviço	02		
09	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Retroescavadeiras.	Serviço	01		
10	Lavagem e aspiração interna e externa, com produtos apropriados de primeira qualidade – Ambulâncias.	Serviço	04		

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:9F5EE95D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01110/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.
CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 10.000,00 (dez mil reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
2.96 - Prog. Alim. Escolar - Ens. Inf - Creche 25%			
974 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021001	R$ 4.000,00
Total da Ação:			**R$ 4.000,00**
2.97 - Prog. Alimentação Escolar - Ens. Fundamental			
943 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021001	R$ 6.000,00
Total da Ação:			**R$ 6.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando				
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer				
2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%				
	931 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021001	R$ 10.000,00
Total da Ação:				**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 10.000,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 09 de outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:44483CB9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 170, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público para provimento de cargos do Município de São José do Seridó.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO a existência de cargos vagos, pela Lei Complementar Municipal 119/2025, que cria e dispõe sobre os cargos públicos de provimento efetivo vinculados ao quadro de pessoal do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**; alteradas pelas Leis Complementar nº 121/2025 e Lei Complementar nº 122/2025;
CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público promovido pelo INSTITUTO IGEDUC - CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE, conforme o Edital nº. 001/2025, **HOMOLOGADO** pela Portaria de Homologação nº 030/2026, publicado na FEMURN de 13 de fevereiro de 2026, obedecida a ordem de classificação dos aprovados e, ainda, a quantidade de vagas ofertadas;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição dos quadros de servidores do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, de forma a garantir a continuidade do serviço público;

RESOLVE:
Art. 1º. **CONVOCAR** para apresentação de documentos os candidatos relacionados no Anexo I.
Art. 2º. O candidato convocado deverá apresentar-se na **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, situada na sede da Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN, Rua Vicente Pereira, nº 87, Centro, São José do Seridó/RN, 59378-000, **no período de 09 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026**, no horário das 08:00h a 12:00h, **munido dos documentos e exames ORIGINAIS e respectivas CÓPIAS legíveis.**
Parágrafo único. Os documentos listados nos Anexos II e III deverão ser entregues em pastas distintas (original e cópia), devendo o candidato observar rigorosamente a ordem de checklist estabelecida em cada anexo, a fim de viabilizar a celeridade na conferência pela Secretaria de Administração (Anexo II) e pelo Médico do Trabalho (Anexo III).
Art. 3°. O convocado deverá comparecer para elaboração de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) na Clínica Vida, na Rua Generina Vale, 983, Centro, Caicó, mediante prévio agendamento, através do telefone (84) 99200-0808, de segunda a sexta no horário de 08:30 às 11:30, **no período de 05 de novembro de 2026 a 10 de novembro de 2026**, para perante o Médico do Trabalho, munidos dos documentos médicos, serem avaliados quando a aptidão para o cargo.
Parágrafo único. O médico do trabalho oficial poderá solicitar dos candidatos outros exames bem como pareceres que julgarem necessários
Art. 4°. A posse dos candidatos regulamente habilitados após análise da documentação relacionados no Anexo II realizar-se-á em até 30 (trinta) dias, a serem contados a partir da data da publicação da portaria de nomeação.
Art. 5º. Eventuais dúvidas relativas ao processo de convocação, entrega de documentos ou exames médicos poderão ser sanadas junto à Secretaria Municipal de Administração, por meio do e-mail prefeituradesaojose@yahoo.com.br, ou presencialmente na sede da Prefeitura, situada na Rua Vicente Pereira, nº 87, Centro. São José do Seridó/RN, no horário de expediente das 07:00h às 12:00h.
Art. 6°. O não comparecimento do candidato convocado para apresentação de documentação configurará desistência tácita.
Art. 7°. O não comparecimento do nomeado para tomar posse no prazo legal tornará a nomeação sem efeito.
Art. 8º. O empossado entrará em exercício na data da posse.
Art. 9°. O empossado que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado do cargo.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 09 de outubro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

ANEXO I –RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

• CARGO: ODONTÓLOGO		
CANDIDATO	**INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
LAIO DA COSTA DUTRA	0005717	**1º**
ADSON GOMES DOS SANTOS	0005954	**2º**

ANEXO II

LISTA DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

Laudo médico, emitido pela Medico Oficial do trabalho, atestando aptidão física e mental do candidato, juntamente aos exames descritos no Anexo IV (Este documento é a única exceção para este primeiro momento, devendo ser entregue junto com a relação do anexo IV na mesma data prevista);
Uma foto 3x4 (recente);
Carteira de identidade;
Cadastro de pessoas físicas – CPF;
Comprovante de residência atualizado;
Título de eleitor com certidão de quitação eleitoral fornecida pelo cartório eleitoral;
Certificado de reservista, quando do sexo masculino;
Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade devidamente registrado no órgão competente relativo a cada cargo exigidos no EDITAL n°. 01/2025 PREFEITURA;
Certificado de conclusão de cursos profissionalizante, cursos de especialização e demais cursos específicos de acordo com o Edital 001/2025 da Prefeitura do Concurso Público para cada cargo;
Certidão de nascimento ou casamento;
Em caso de dependentes:
Certidão de Nascimento, CPF e Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
Comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado com idade de 06 a 14 anos
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Original e cópia - Página com foto frente e verso e todos os contratos de trabalho e a seguinte em branco ou Extrato de outros vínculos impresso encontrado na carteira de trabalho digital.
Cartão de inscrição PIS/PASEP, se houver;
Registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
Dados bancários (Banco, Conta e agência);
Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e extrato completo com remuneração expedido pelo INSS ou por meio do endereço eletrônico ou app do Meu INSS;
Visto de permanência, se estrangeiro;
Folhas de antecedentes criminais, expedidas pela Justiça Federal ,(A Certidão que deverá ser emitida será a do órgão: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO** (https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/), e Justiça Comum (https://certidoes.tjrn.jus.br/f/public/form.xhtml) e Polícia Federal (https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/), onde o candidato tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos e outros necessários ao cadastramento, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitando o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver, quanto as coordenações criminais por perda de cargo ou função pública ou por improbidade administrativa;
Declaração emitida pelo setor de pessoal de órgão público do qual é ou foi servidor público, nos cinco anos anteriores à posse, que não sofreu punição administrativa que o inabilitou para o exercício de outro cargo ou função pública.
Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções Públicas (ou de não acumulação), devidamente preenchida e assinada pelo candidato, conforme modelo disponibilizado no **Anexo IV** desta Portaria.
Declaração de Bens e Valores, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo constante no **Anexo V** desta Portaria.
Exclusivamente para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, além dos documentos previstos anteriormente, o candidato convocado deverá apresentar documentação comprobatória, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, consistente em, no mínimo, 3 (três) documentos distintos que, em conjunto, permitam verificar a residência na microárea de atuação do PSF desde a data de publicação do Edital 001/2025. Para fins de comprovação de residência, serão aceitos: faturas de água, luz ou telefone; contrato de aluguel com firma reconhecida; ou certidão de registro em Unidade Básica de Saúde (e-SUS), sem prejuízo de outros que igualmente cumpram o requisito de comprovação de residência. Saliente-se que, a critério da Administração Pública, poderão ser solicitados outros documentos comprobatórios complementares.
Em conformidade com o PCMSO municipal e as diretrizes da NR-32, a apresentação do Cartão de Vacinação atualizado é condição para a admissão, observando-se os seguintes critérios:
EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA (Cargos de Risco Biológico e Social): Para os cargos de **Nutricionista, Psicólogo, Assistente Social, Psicopedagogo, Supervisor Escolar, Professores** (todas as especialidades), **Médico Veterinário, Odontólogo, Terapeuta Ocupacional, Educador Físico - Bacharel, Enfermeiro, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Médico, Fonoaudiólogo, Agente de Combate às Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Orientador Social, Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório de Análises Clínicas**, é obrigatória a comprovação de imunização contra: Hepatite B (Esquema completo), Dupla Adulto - dT (Tétano e Difteria), Tríplice Viral (Sarampo, Caxumba e Rubéola), Influenza (Dose do ano vigente) e COVID-19 (Esquema vacinal atualizado conforme orientações do Ministério da Saúde).
Na ausência de comprovação de alguma das doses obrigatórias no ato da entrega de documentos, o candidato deverá apresentar Termo de Compromisso de regularização junto à rede de saúde em até 30 (trinta) dias após a posse.
Na hipótese de qualquer dos documentos ter sido emitido em nome de terceiros, deverá ser apresentada documentação complementar que comprove a residência do candidato.

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS

REGRAS GERAIS DE VALIDADE

Exames Laboratoriais e Clínicos

Todos os exames laboratoriais e clínicos constantes deste Anexo devem ter sido realizados e emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para o exame médico admissional, salvo quando outra validade for expressamente indicada para o exame, conforme especificado neste Anexo.

Laudo Médico para Candidatos com Deficiência (PcD)

Para os candidatos que concorram às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência (PcD), o laudo médico que atesta o tipo e o grau de deficiência, com indicação do código CID correspondente, deve ter sido emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do exame médico admissional.

Isenção de Radiologia para Candidatas Gestantes

As candidatas em estado de gravidez ficam isentas de todos os exames que envolvam exposição à radiação ionizante (radiografias), devendo apresentar laudo de médico ginecologista que ateste a gestação e declare a isenção dos referidos exames.

QUADRO-RESUMO: CARGOS E GRUPOS DE EXAMES

Cada cargo se enquadra em um dos grupos a seguir. Além dos exames do seu grupo específico, todos os candidatos devem realizar os exames da Lista Global (Seção 3).

CARGO	GRUPO / LISTA DE EXAMES
Agente Administrativo	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Agente de Combate às Endemias	Grupo 3 — Saúde / Assistência Comunitária
Agente Comunitário de Saúde	Grupo 3 — Saúde / Assistência Comunitária
Analista de Controle Interno	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Assistente Social	Grupo 4 — Saúde / Educação /Assistência Social e Psicossocial
Contador	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Educador Físico – Bacharel	Grupo 5 — Educação Física
Enfermeiro	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Farmacêutico/Bioquímico	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Fiscal de Tributos	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Fiscal de Vigilância Sanitária	Grupo 3 — Saúde / Assistência Comunitária
Fisioterapeuta	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Fonoaudiólogo	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Médico	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Médico Veterinário	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Nutricionista	Grupo 4 — Saúde / Educação /Assistência Social e Psicossocial
Odontólogo	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Orientador Social	Grupo 4 — Saúde / Assistência Social e Psicossocial
Professor de Ciências – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Artes – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Especial (AEE) – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Física – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Infantil – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Geografia – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de História – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Língua Inglesa – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Língua Portuguesa – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Matemática – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor Polivalente (Séries Iniciais) – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Psicólogo	Grupo 4 — Saúde / Educação / Assistência Social e Psicossocial
Psicopedagogo – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Supervisor Escolar	Grupo 1 — Educação
Técnico em Enfermagem	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Terapeuta Ocupacional	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes

LISTA GLOBAL — EXAMES EXIGIDOS DE TODOS OS CARGOS

Os exames abaixo são **OBRIGATÓRIOS PARA TODOS OS CANDIDATOS APROVADOS**, independentemente do cargo para o qual foram convocados, salvo as exceções expressamente previstas neste Anexo.

Atestado de Sanidade Mental — validade de 30 (trinta) dias, emitido por médico psiquiatra com RQE.
Hemograma Completo — validade de 90 (noventa) dias
Glicemia em Jejum — validade de 90 (noventa) dias
Sumário de Urina com Sedimentoscopia — validade de 90 (noventa) dias
Exame Parasitológico de Fezes (EPF) — validade de 90 (noventa) dias
Tipagem sanguínea: ABO + RH — validade de 90 (noventa) dias
Acuidade Visual (com ou sem correção) — validade de 90 (noventa) dias
Colesterol Total e Frações (HDL, LDL, VLDL) — validade de 90 (noventa) dias
Bioquímica de Sangue: Ureia, Creatinina, Ácido Úrico, Triglicerídeos, TGO e TGP — validade de 90 (noventa) dias
NOTA: Validade padrão dos exames desta lista: 90 (noventa) dias, contados da data de emissão do resultado, salvo o Atestado de Sanidade Mental, cuja validade é de 30 (trinta) dias.

EXAMES COMPLEMENTARES POR IDADE E SEXO

Além dos exames da Lista Global e do grupo específico do cargo, os candidatos deverão apresentar os exames abaixo, conforme aplicável ao seu perfil.

Dosagem de PSA (Antígeno Prostático Específico) — exigido para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

Citologia Oncótica (Papanicolau) com **PARECER DE MÉDICO GINECOLOGISTA** — exigida para candidatas do sexo feminino (todas as idades).

Mamografia com **PARECER DE MÉDICO MASTOLOGISTA** — exigida para candidatas do sexo feminino com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

LISTAS ESPECÍFICAS POR GRUPO DE CARGOS

Os exames listados em cada grupo são adicionais aos da **Lista Global** (Seção 3). A validade de **TODOS OS EXAMES,** incluindo os da seção 4 - Exames complementares por idade e sexo é de 90 (noventa) dias, salvo quando outra validade for expressamente indicada para o exame, conforme especificado neste Anexo.

GRUPO 1 — EDUCAÇÃO
CARGOS ABRANGIDOS:
Supervisor Escolar
Psicopedagogo – Licenciatura
Professor de Ciências – Licenciatura
Professor de Educação Especial (AEE) – Licenciatura
Professor de Educação Infantil – Licenciatura
Professor Polivalente (Ensino Fundamental – Séries Iniciais) – Licenciatura
Professor de Educação Artes – Licenciatura
Professor de Educação Física – Licenciatura
Professor de Geografia – Licenciatura
Professor de História – Licenciatura
Professor de Língua Portuguesa – Licenciatura
Professor de Língua Inglesa – Licenciatura
Professor de Matemática – Licenciatura

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:
Audiometria Tonal com Laudo
Audiometria Vocal
Videolaringoscopia, com imagens e laudo descritivo assinado por **OTORRINOLARINGOLOGISTA COM RQE**
Eletrocardiograma com **PARECER DE MÉDICO CARDIOLOGISTA** — validade de 6 (seis) meses
Radiografia de Tórax em PA e Perfil com **LAUDO DE MÉDICO RADIOLOGISTA** — validade de 6 (seis) meses
NOTA: Candidatas gestantes ficam isentas dos exames de radiologia (itens 4 e 5), devendo **APRESENTAR LAUDO DE MÉDICO GINECOLOGISTA** atestando a gravidez e a isenção.

GRUPO 2 — SAÚDE — PROFISSIONAIS COM CONTATO DIRETO COM PACIENTES / FLUIDOS BIOLÓGICOS

CARGOS ABRANGIDOS:

Médico
Enfermeiro
Técnico em Enfermagem
Farmacêutico/Bioquímico
Técnico em Laboratório de Análises Clínicas
Odontólogo
Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo
Terapeuta Ocupacional
(10) Médico Veterinário
EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Sorologia para Lues / VDRL
Sorologia para Doença de Chagas
Sorologia para Hepatite B (HBsAg)
Sorologia para Hepatite C (Anti-HCV)
Anti-HBs (Anticorpos contra Hepatite B — **comprovação de imunidade ou vacinação)**
Laringoscopia
Audiometria Tonal com Laudo
Audiometria Vocal
Radiografia de Tórax em PA e Perfil com **laudo de médico radiologista** — validade de 6 (seis) meses

NOTA: Candidatas gestantes ficam isentas dos exames de radiologia (item 9), devendo apresentar laudo de médico ginecologista atestando a gravidez e a isenção.

GRUPO 3 — SAÚDE — ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E CAMPO

CARGOS ABRANGIDOS:
Agente Comunitário de Saúde
Agente de Combate às Endemias
Fiscal de Vigilância Sanitária

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:
Sorologia para Lues / VDRL
Sorologia para Hepatite B (HBsAg)
Anti-HBs (Anticorpos contra Hepatite B)
Audiometria Tonal com Laudo
Radiografia de Tórax em PA e Perfil com laudo de médico radiologista — validade de 6 (seis) meses
NOTA: Candidatas gestantes ficam isentas dos exames de radiologia (item 5), devendo apresentar laudo de médico ginecologista atestando a gravidez e a isenção.

GRUPO 4 — SAÚDE — EDUCAÇÃO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOSSOCIAL

CARGOS ABRANGIDOS:

Nutricionista
Psicólogo
Assistente Social
Orientador Social

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Sorologia para Lues / VDRL
Sorologia para Doença de Chagas
Sorologia para Hepatite B (HBsAg)
Sorologia para Hepatite C (Anti-HCV)
Anti-HBs (Anticorpos contra Hepatite B)
Laringoscopia

GRUPO 5 — EDUCAÇÃO FÍSICA — BACHAREL

CARGOS ABRANGIDOS:

Educador Físico – Bacharel

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Eletrocardiograma com **parecer de médico cardiologista** — validade de 6 (seis) meses
Audiometria Tonal com Laudo

GRUPO 6 — ÁREA TÉCNICA, FISCAL E CONTÁBIL

CARGOS ABRANGIDOS:

Agente Administrativo
Analista de Controle Interno
Contador
Fiscal de Tributos

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Audiometria Tonal com Laudo

DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O exame médico admissional é de caráter eliminatório e será realizado por médico do trabalho designado pelo Município de São José do Seridó/RN. ‘
2. Os exames deverão ser apresentados em original, acompanhados de cópia, ou em via original quando solicitado.
3. O médico examinador poderá solicitar exames complementares não previstos neste Anexo, a seu critério técnico, conforme as condições clínicas do candidato.
4. Exames com validade vencida na data do exame admissional não serão aceitos, devendo o candidato providenciar a atualização com antecedência.
5. O candidato que não apresentar todos os exames exigidos será considerado inapto.
6. As despesas com a realização dos exames são de inteira responsabilidade do candidato.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE (NÃO) ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, inscrito(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, candidato(a) convocado(a) para o cargo de _____, DECLARO para os devidos fins de direito e sob as penas da lei que:

( ) **NÃO ACUMULO** cargo, emprego ou função pública em órgãos da Administração Direta ou Indireta de quaisquer das esferas de Governo (Federal, Estadual ou Municipal).

( ) **ACUMULO** cargo, emprego ou função pública, conforme detalhado abaixo, estando ciente de que a posse no novo cargo depende da compatibilidade de horários e do limite constitucional:

Órgão/Ente: _____
Cargo/Função: _____
Carga Horária Semanal: _____ horas.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração me sujeitará às sanções previstas no Código Penal Brasileiro e à perda do cargo público, caso a acumulação seja considerada ilícita.

São José do Seridó/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, candidato(a) convocado(a) para o cargo de _____, em cumprimento ao disposto no Art. 13 da Lei Federal nº 8.429/1992, DECLARO, sob as penas da lei, que:

( ) NÃO POSSUO BENS OU VALORES a declarar no presente momento.
( ) POSSUO BENS E VALORES que compõem meu patrimônio e de meus dependentes, conforme especificado abaixo:

Descrição do Bem (Imóveis, veículos, contas, ações, etc.) Valor Estimado (R$)
_____

( ) Autorizo o Município de São José do Seridó/RN a ter acesso às minhas declarações de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física e às respectivas retificações, enviadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins de acompanhamento patrimonial.

São José do Seridó/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:7D98DD31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
DECRETO Nº 337, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi/RN, cria o Programa Alfabetiza Potengi, estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas, estratégias, mecanismos de governança, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação, e dá outras providências.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente a competência para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, respeitadas as matérias sujeitas à reserva legal;

CONSIDERANDOque a educação constitui direito de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos arts. 205 e seguintes da Constituição Federal, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;
CONSIDERANDOos arts. 30, 208, 211 e 214 da Constituição Federal, que disciplinam as competências municipais e o regime de colaboração entre os entes federativos em matéria educacional;
CONSIDERANDOa Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;
CONSIDERANDOa Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb;
CONSIDERANDOa Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA;
CONSIDERANDOo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e suas alterações, no que permanecer aplicável à regulamentação e à execução do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDOa Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente seu Objetivo 3, suas metas e estratégias relativas à alfabetização e à aprendizagem em Matemática;
CONSIDERANDOa Base Nacional Comum Curricular - BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação aplicáveis à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;
CONSIDERANDOo Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN;
CONSIDERANDOo Plano Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, enquanto vigente, bem como a necessidade de posterior compatibilização da Política Municipal de Alfabetização com o plano municipal a ser adequado ou aprovado em conformidade com a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026;
CONSIDERANDOa necessidade de fortalecer, institucionalizar e conferir continuidade às ações municipais de alfabetização, mediante planejamento, formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação, monitoramento, intervenção e recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDOa necessidade de assegurar a todas as crianças o direito à alfabetização, à leitura, à escrita e à aprendizagem da Matemática, com equidade, inclusão e respeito às especificidades individuais, sociais e territoriais;
CONSIDERANDOa importância da participação dos profissionais da educação, das famílias, dos conselhos de educação e da comunidade escolar na implementação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas educacionais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi/RN, a**Política Municipal de Alfabetização**, destinada à garantia do direito à alfabetização, à aprendizagem e ao desenvolvimento educacional das crianças.

Art. 2ºA Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e implementada em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, respeitada a autonomia municipal e observadas as políticas, programas, pactuações e ações nacionais e estaduais aplicáveis.

Art. 3ºA Política Municipal de Alfabetização compreenderá ações destinadas prioritariamente:
I - às crianças da Educação Infantil, especialmente da pré-escola, respeitadas as especificidades próprias dessa etapa;
II - aos estudantes do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental, com foco no processo de alfabetização e na aprendizagem da Matemática;
III - aos estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com foco na consolidação e na recomposição das aprendizagens;
IV - aos estudantes dos anos iniciais que apresentem dificuldades, defasagens ou necessidades específicas de aprendizagem;
V - aos profissionais da educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas envolvidos nas ações de alfabetização;
VI - às famílias e à comunidade escolar, no âmbito das ações de informação, participação, mobilização e corresponsabilidade pelo direito de aprender.

§ 1ºA Política terá como horizonte de universalização a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, observadas as metas intermediárias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, pelos instrumentos de planejamento municipal e pelos compromissos oficialmente pactuados.

§ 2º Para o período de vigência do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Federal nº 15.388, de 2026, o planejamento municipal considerará, no mínimo, a Meta 3.a do PNE, sem prejuízo da fixação de metas municipais progressivamente mais favoráveis.

§ 3º Aos estudantes do 3º ao 5º ano que delas necessitem serão asseguradas ações de consolidação e recomposição das aprendizagens, mediante diagnóstico, intervenção pedagógica, acompanhamento e reavaliação.

Art. 4º Fica instituído, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, o**Programa Alfabetiza Potengi**, como estratégia municipal de articulação, execução, mobilização e fortalecimento das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem.

§ 1ºO Programa Alfabetiza Potengi compreenderá ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação e monitoramento, intervenção, recomposição das aprendizagens, mobilização das famílias, reconhecimento e compartilhamento de boas práticas, comunicação institucional e demais iniciativas previstas nesta Política.

§ 2ºO Programa Alfabetiza Potengi constituirá identidade institucional das ações municipais de alfabetização, podendo ser utilizado em projetos, campanhas, formações, materiais pedagógicos, eventos e instrumentos de comunicação vinculados à Política.

§ 3ºO Programa terá ciclo inicial de planejamento e implementação correspondente ao período de 2026 a 2029, com planejamento anual, monitoramento contínuo e avaliação periódica, sem prejuízo da continuidade da Política nos ciclos subsequentes.

CAPÍTULO II
DA CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO
Art. 5º Para os fins desta Política, a alfabetização será compreendida como processo de apropriação da linguagem escrita em perspectiva discursiva, desenvolvido em práticas sociais de interação e produção de sentidos, articulando cultura escrita, Sistema de Escrita Alfabética, leitura, compreensão, produção de textos, oralidade e letramento.

Parágrafo único.O trabalho pedagógico contemplará a reflexão sobre o sistema de escrita e as relações entre sons e letras em situações significativas de leitura e produção textual, mediante mediação docente, interações e ludicidade, respeitadas as diferentes formas de aprender e as especificidades do desenvolvimento infantil.

Art. 6ºA Política contemplará, de forma integrada, a aprendizagem da Matemática nos anos iniciais, com atenção ao desenvolvimento do raciocínio lógico, resolução de problemas, compreensão do sistema de numeração, operações, grandezas, medidas e demais aprendizagens essenciais previstas nos referenciais curriculares.

Art. 7º Na Educação Infantil, as ações observarão rigorosamente as especificidades da etapa, priorizando experiências de linguagem, oralidade, escuta, literatura, cultura escrita, pensamento matemático, brincadeiras e interações, vedada a antecipação inadequada da escolarização formal.

CAPÍTULO III
DO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL

Art. 8ºA implementação da Política será orientada por diagnóstico periódico da realidade educacional da Rede Municipal de Ensino.
Art. 9ºO diagnóstico considerará, entre outros elementos:
I - indicadores de aprendizagem e resultados das avaliações municipais, estaduais e nacionais;
II - percentual de crianças alfabetizadas, inclusive os resultados oficiais associados ao Indicador Criança Alfabetizada - ICA, quando oficialmente disponibilizados;
III - aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática;
IV - condições de oferta, infraestrutura, materiais e recursos pedagógicos;
V - formação, experiência e necessidades formativas dos profissionais;
VI - práticas pedagógicas e processos de acompanhamento;
VII - desigualdades entre escolas, turmas, grupos de estudantes e territórios;
VIII - especificidades socioculturais e situações de vulnerabilidade capazes de interferir na aprendizagem;
IX - frequência, permanência, inclusão, acessibilidade e demais condições relacionadas ao direito de aprender.
Art. 10.A Secretaria Municipal de Educação sistematizará e atualizará periodicamente o diagnóstico, utilizando-o como base para planejamento, definição de prioridades, metas, estratégias, intervenções e replanejamento.

CAPÍTULO IV
DOS DESAFIOS PRIORITÁRIOS

Art. 11. Os desafios prioritários serão definidos a partir do diagnóstico da Rede Municipal de Ensino, considerando sua relevância para a garantia do direito à alfabetização, incidência, abrangência, produção de desigualdades, possibilidade de intervenção pública e relação com outros problemas educacionais identificados.

Art. 12. Os desafios poderão ser organizados nas seguintes dimensões:
I - desigualdades de aprendizagem;
II - condições de oferta, infraestrutura, materiais e recursos;
III - formação, valorização e condições de trabalho;
IV - práticas pedagógicas;
V - avaliação, monitoramento e uso pedagógico dos resultados;
VI - recomposição das aprendizagens;
VII - participação das famílias e mobilização da comunidade;
VIII - equidade, inclusão, acessibilidade e garantia do direito de aprender.

CAPÍTULO V
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 13.São princípios e diretrizes:
I - garantia do direito de todas as crianças à alfabetização e à aprendizagem;
II - equidade e redução das desigualdades educacionais;
III - regime de colaboração entre União, Estado e Município;
IV - reconhecimento do protagonismo municipal na oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V - valorização dos profissionais da educação;
VI - formação continuada e desenvolvimento profissional;
VII - respeito ao pluralismo de ideias, às concepções pedagógicas e à autonomia pedagógica dos profissionais e instituições de ensino, nos limites da legislação educacional;
VIII - alfabetização articulada ao letramento e às práticas sociais de linguagem;
IX - integração das aprendizagens de Língua Portuguesa e Matemática;
X - acompanhamento contínuo;
XI - avaliação como instrumento de diagnóstico, planejamento e intervenção;
XII - respeito às diferenças, à diversidade e às necessidades educacionais;
XIII - inclusão e acessibilidade;
XIV - participação das famílias, profissionais, conselhos e comunidade;
XV - fortalecimento da gestão pedagógica e da governança;
XVI - utilização responsável de evidências e dados educacionais;
XVII - intervenção pedagógica em tempo oportuno;
XVIII - articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XIX - transparência, participação social e avaliação periódica;
XX - proteção integral da criança e respeito à legislação de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO VI
DOS OBJETIVOS

Art. 14.São objetivos da Política:
I - garantir o direito de aprender a ler, escrever e desenvolver aprendizagens matemáticas adequadas à etapa escolar;
II - assegurar condições para a alfabetização ao final do 2º ano;
III - ampliar progressivamente o percentual de crianças alfabetizadas;
IV - fortalecer as aprendizagens nos anos iniciais;
V - reduzir alfabetização incompleta, defasagens e desigualdades;
VI - identificar precocemente dificuldades;
VII - garantir intervenção planejada e tempestiva;
VIII - fortalecer práticas de alfabetização e Matemática;
IX - promover formação continuada;
X - fortalecer gestores e coordenadores pedagógicos;
XI - acompanhar indicadores;
XII - promover uso pedagógico dos resultados;
XIII - desenvolver ações permanentes de recomposição;
XIV - ampliar oportunidades de leitura, escrita, oralidade, compreensão e resolução de problemas;
XV - fortalecer a participação das famílias;
XVI - reconhecer e disseminar boas práticas;
XVII - aprimorar as condições de oferta;
XVIII - fortalecer gestão e governança;
XIX - contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais;
XX - contribuir para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação e dos compromissos formalmente assumidos pelo Município.

CAPÍTULO VII
DAS METAS E ESTRATÉGIAS

Art. 15. As metas serão definidas com base em diagnóstico validado, de forma clara, mensurável e temporalmente determinada, acompanhadas de linha de base, indicador, prazo, responsável e fonte de verificação.

Parágrafo único. Cada indicador deverá identificar população abrangida, instrumento utilizado, edição ou período, unidade de medida, metodologia de cálculo, periodicidade e limitações de interpretação, inclusive numerador e denominador, quando aplicáveis.

Art. 16. As metas guardarão consonância com o PNE, o PME, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a Pró-Alfa RN e os compromissos oficialmente pactuados pelo Município.

§ 1º Deverão ser claramente distinguidos os indicadores oficiais nacionais e estaduais dos indicadores produzidos pela própria Rede Municipal.

§ 2ºO Indicador Criança Alfabetizada - ICA, os padrões de desempenho do SIMAIS Alfa e os resultados de avaliações municipais não serão considerados equivalentes sem comprovação técnica de compatibilidade metodológica.

§ 3º Nenhum resultado produzido por avaliação estadual ou municipal será denominado ICA, salvo quando oficialmente reconhecido ou divulgado como tal pelos órgãos competentes.

Art. 17.O Plano Municipal Anual de Alfabetização apresentará, no mínimo, metas relativas:
I - ao percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano;
II - à evolução das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática;
III - à redução das desigualdades;
IV - à formação continuada;
V - aos ciclos de avaliação e acompanhamento;
VI - ao atendimento dos estudantes em recomposição;
VII - à disponibilidade e utilização de materiais e recursos acessíveis;
VIII - à participação das famílias;
IX - ao reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.
§ 1º As metas numéricas serão fixadas após validação da linha de base e verificação dos compromissos oficialmente pactuados.
§ 2ºA validação das metas não impedirá a execução das ações pedagógicas necessárias.

Art. 18. As estratégias deverão guardar coerência com o diagnóstico, os desafios prioritários, as metas e as especificidades do território.

CAPÍTULO VIII
DOS EIXOS

Art. 19.A Política será organizada nos seguintes eixos, em correspondência com a Pró-Alfa RN:
I - Governança e Gestão;
II - Formação de Profissionais da Educação e Melhoria das Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar;
III - Melhoria e Qualificação da Infraestrutura Física e Insumos Pedagógicos;
IV - Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas;
V - Sistemas de Avaliação.

Parágrafo único. Equidade, inclusão, acessibilidade, gestão pedagógica, recomposição, participação das famílias, comunicação e mobilização social constituirão dimensões transversais.

CAPÍTULO IX
DA GOVERNANÇA

Art. 20.A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política e do Programa Alfabetiza Potengi.

§ 1º Compete à Secretaria aprovar os instrumentos administrativos de planejamento, coordenar ações, articular recursos, acompanhar indicadores e promover a participação das unidades escolares e instâncias de controle social, respeitadas as competências legalmente atribuídas ao Conselho Municipal de Educação e aos demais órgãos municipais.

§ 2ºA implementação será articulada com União, Estado, DIREC competente, UNDIME, RENALFA e demais instâncias pertinentes.

§ 3ºO articulador municipal da RENALFA atuará de acordo com as atribuições estabelecidas pelos atos nacionais e estaduais pertinentes.

Art. 21. Fica instituído o**Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização - CEMPA**, como instância colegiada de natureza consultiva, propositiva, articuladora, de acompanhamento e monitoramento.

§ 1ºO CEMPA não possui personalidade jurídica, autonomia administrativa, patrimônio, orçamento próprio nem competência para ordenar despesas.

§ 2º Sua instituição e funcionamento não implicam criação de cargos, empregos, funções gratificadas, gratificações ou vantagens remuneratórias.

§ 3ºO CEMPA não substitui nem interfere nas competências legalmente atribuídas ao Conselho Municipal de Educação ou a outros órgãos colegiados.

Art. 22.O CEMPA será composto por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes segmentos:

I - direção da Secretaria Municipal de Educação;
II - equipe técnica da Secretaria;
III - articulação municipal da RENALFA;
IV - Educação Infantil;
V - professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VI - gestores escolares;

VII - coordenadores pedagógicos;
VIII - Conselho Municipal de Educação.
§ 1º Os representantes serão indicados pelos respectivos segmentos ou instâncias e designados por ato do Secretário Municipal de Educação em até 30 dias.
§ 2ºO Comitê será coordenado pelo titular da Secretaria ou representante designado.
§ 3ºO mandato será de dois anos, permitida recondução.
§ 4ºO Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente quando necessário.
§ 5ºO quórum de instalação será de maioria absoluta e as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo à coordenação voto de qualidade em caso de empate.
§ 6º As reuniões e recomendações serão registradas em ata.
§ 7ºA participação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 8º Poderão participar convidados, sem direito a voto.

Art. 23. Compete ao CEMPA:
I - acompanhar a implementação da Política e do Programa;
II - acompanhar metas e indicadores;
III - analisar resultados;
IV - propor estratégias pedagógicas;
V - acompanhar formação continuada;
VI - acompanhar recomposição das aprendizagens;
VII - fortalecer a articulação entre Secretaria e escolas;
VIII - acompanhar unidades com maiores necessidades;
IX - promover disseminação de experiências;
X - contribuir para o Plano Municipal Anual;
XI - elaborar recomendações;
XII - acompanhar o Relatório Municipal;
XIII - participar da revisão do diagnóstico, desafios, metas e estratégias.

CAPÍTULO X
DO NÚCLEO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 24. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o**Núcleo Municipal de Alfabetização**, como organização interna de trabalho técnico-pedagógico destinada ao acompanhamento da Política e do Programa.

§ 1ºO Núcleo funcionará exclusivamente com recursos humanos e estruturas administrativas existentes, sem criação de cargos, empregos, funções gratificadas, gratificações, vantagens remuneratórias ou nova unidade administrativa autônoma.

§ 2º Sua composição será definida por ato do Secretário Municipal de Educação, mediante designação de profissionais integrantes da estrutura existente e observância das respectivas atribuições legais.

§ 3ºA designação para o Núcleo não alterará o vínculo, a remuneração ou o regime jurídico dos profissionais.

Art. 25. Compete ao Núcleo:
I - acompanhar pedagogicamente as unidades;
II - apoiar professores e coordenadores;
III - analisar avaliações;
IV - orientar intervenções;
V - acompanhar aprendizagens;
VI - apoiar estratégias de recomposição;
VII - promover estudos e formações;
VIII - sistematizar dados;
IX - elaborar relatórios;
X - articular as ações municipais às políticas estaduais e nacionais.
Parágrafo único.O Núcleo organizará acompanhamento periódico das unidades, preferencialmente mensal, por visitas, reuniões, análise de registros ou instrumentos equivalentes.

CAPÍTULO XI
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 26.A Secretaria organizará formação continuada em três frentes:
I - formação em regime de colaboração, inclusive Pró-Alfa RN;
II - formações próprias da Rede;
III - formação em serviço nas unidades escolares.

§ 1º Será organizada oferta anual destinada aos profissionais que atuam na pré-escola e nos anos iniciais.

§ 2ºO plano formativo identificará público, objetivos, conteúdos, calendário, carga horária, responsáveis, recursos e procedimentos de acompanhamento.

§ 3º As atividades observarão a legislação municipal referente à jornada, carreira e formação profissional, não decorrendo deste Decreto obrigação de serviço extraordinário ou vantagem remuneratória.

§ 4ºO acompanhamento distinguirá oferta, participação e conclusão.

Art. 27. As formações poderão contemplar alfabetização, letramento, Sistema de Escrita Alfabética, leitura, compreensão, produção textual, oralidade, literatura infantil, consciência fonológica, fluência leitora, Matemática, avaliação, hipóteses de escrita, recomposição, planejamento, inclusão, uso dos resultados e gestão pedagógica.

Art. 28. As formações considerarão as necessidades das unidades, resultados das avaliações, evidências do acompanhamento e desafios definidos no diagnóstico.

CAPÍTULO XII
DA AVALIAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DO USO PEDAGÓGICO DOS RESULTADOS

Art. 29.A Secretaria promoverá acompanhamento sistemático mediante avaliações municipais, estaduais e nacionais, articuladas aos registros pedagógicos e produções dos estudantes.
§ 1ºA organização municipal observará alinhamento com a Pró-Alfa RN e sistemas oficiais, preservando a identificação de instrumentos, escalas, públicos e critérios.
§ 2º Eventual sistema municipal de avaliação deverá possuir instrumento administrativo próprio que defina suas finalidades, metodologia e articulação com os sistemas estadual e nacional.

Art. 30.O acompanhamento poderá utilizar avaliações diagnósticas, formativas, leitura, fluência, Matemática, hipóteses de escrita, produções, portfólios, registros e avaliações externas.
§ 1º Serão organizados, preferencialmente, três ciclos anuais de avaliação formativa em Língua Portuguesa e Matemática do 1º ao 5º ano.
§ 2º Serão realizadas, no mínimo, duas avaliações anuais de fluência leitora nas turmas para as quais o instrumento seja pedagogicamente adequado.
§ 3ºA Secretaria apoiará a realização do SIMAIS Alfa segundo as regras, públicos e calendários definidos pelo Estado.
§ 4ºA participação no Saeb observará as normas do INEP.
§ 5º Serão assegurados recursos de acessibilidade e adaptações legalmente cabíveis.

Art. 31. Os resultados serão utilizados para diagnóstico, planejamento, intervenção, formação e decisões de gestão, vedada sua utilização isolada para exposição, estigmatização ou responsabilização individual indevida de estudantes ou profissionais.

Art. 32.A Secretaria promoverá momentos de apropriação pedagógica dos resultados.

Parágrafo único.O Núcleo buscará consolidar resultados em até 15 dias úteis após sua disponibilização e promover devolutivas e revisão dos planos de intervenção em até 30 dias úteis, ressalvadas situações em que a complexidade técnica ou a disponibilização dos dados exija prazo diverso.

Art. 33.O acompanhamento observará, preferencialmente, o ciclo:**Avaliar - Analisar - Planejar - Intervir - Acompanhar - Reavaliar**.

CAPÍTULO XIII
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS
Art. 34.A Política contemplará ações permanentes de recomposição das aprendizagens.
Art. 35. As ações considerarão diagnóstico, habilidades prioritárias, intervenções, acompanhamento, estratégias diferenciadas, agrupamentos pedagógicos flexíveis, frequência, participação familiar e reavaliação.
§ 1º Os estudantes identificados terão plano de intervenção individual ou por grupo de necessidades.
§ 2º Os planos serão periodicamente revistos, preferencialmente em ciclos bimestrais.
§ 3º Os agrupamentos serão flexíveis, vedadas classificações permanentes ou estigmatizantes.
§ 4ºA recomposição preservará o currículo correspondente ao ano de matrícula e não será reduzida ao treinamento para avaliações externas.

CAPÍTULO XIV
DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 36.A Política contemplará a Educação Infantil mediante experiências de oralidade, escuta, literatura, narrativa, cultura escrita, brincadeiras, expressão artística, linguagem e experiências matemáticas próprias da infância.

§ 1º Brincadeiras e interações constituirão eixos estruturantes, vedada a antecipação inadequada da escolarização formal.

§ 2º Eventuais observações relativas à escrita integrarão o conjunto mais amplo de registros do desenvolvimento.

§ 3º Os registros não poderão ser utilizados para classificação, retenção, promoção por desempenho ou exigência de alfabetização para ingresso no Ensino Fundamental.

CAPÍTULO XV
DA EQUIDADE, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Art. 37.A Política assegurará estratégias destinadas à aprendizagem de todos, com equidade e respeito às diferenças.

Art. 38. Serão consideradas, entre outras, as necessidades decorrentes de deficiência, transtornos ou necessidades educacionais específicas, dificuldades de aprendizagem, vulnerabilidade social, infrequência e defasagem, observada a legislação da educação especial e inclusiva.

Parágrafo único. As ações observarão a acessibilidade, as adaptações razoáveis e os instrumentos pedagógicos individualizados previstos na legislação aplicável, quando necessários.

CAPÍTULO XVI
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE

Art. 39.A Secretaria e as unidades escolares promoverão ações destinadas à participação das famílias.

Parágrafo único. As unidades organizarão encontros periódicos e comunicação acessível sobre propostas pedagógicas, frequência, apoios e avanços, preservada a responsabilidade primária do Poder Público e da escola pela oferta educacional.

Art. 40. Poderão ser desenvolvidos incentivo à leitura em família, empréstimo de livros, projetos, encontros, orientações, leitura compartilhada e campanhas educacionais.

CAPÍTULO XVII
DO PLANO MUNICIPAL ANUAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 41.A Secretaria elaborará e aprovará anualmente o**Plano Municipal Anual de Alfabetização - PMAA**.

§ 1ºO primeiro PMAA será aprovado em até 60 dias após a publicação deste Decreto.

§ 2º As unidades escolares elaborarão ou adequarão seus planos de ação em até 90 dias.

§ 3º Nos exercícios subsequentes, o Plano será aprovado preferencialmente antes do início das ações letivas.

§ 4ºO PMAA será compatibilizado com o Plano Municipal de Educação, o PPA, a LDO, a LOA e, quando pertinente, com o plano de ações educacionais previsto nos arts. 13 e 33 da Lei Federal nº 15.388, de 2026.

§ 5ºA existência do PMAA não substitui o plano de ações educacionais exigido pela legislação federal, podendo seus dados, metas e ações subsidiar sua elaboração.

Art. 42.O PMAA conterá, no mínimo:
I - diagnóstico;
II - desafios;
III - metas;
IV - indicadores e fontes;
V - ações;
VI - cronograma;
VII - responsáveis;
VIII - acompanhamento;
IX - avaliação e replanejamento;
X - recursos, custos estimados e fontes;
XI - critérios de priorização;
XII - articulação com os planos escolares.

CAPÍTULO XVIII
DO RECONHECIMENTO E COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 43.A Secretaria promoverá identificação, reconhecimento, sistematização e disseminação de boas práticas.

§ 1º Os critérios serão regulamentados por ato da Secretaria.

§ 2º Serão considerados intencionalidade pedagógica, evidências, inclusão, contexto, participação e possibilidade de compartilhamento, vedado critério baseado exclusivamente em médias de avaliações.
§ 3º Poderá ser mantido banco de práticas e promovida mostra ou encontro municipal.

Art. 44. Constituem estratégias possíveis a Mostra Municipal de Alfabetização, Seminário de Boas Práticas, Café Pedagógico, publicações, encontros e repositórios.

Art. 45. As experiências poderão receber certificação, menção, troféu, placa, divulgação institucional ou outras formas não pecuniárias de reconhecimento.

§ 1ºA concessão de prêmio em dinheiro, gratificação, vantagem funcional ou benefício remuneratório dependerá de prévia autorização em lei específica, quando exigida, e de disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º Este Decreto não constitui fundamento autônomo para criação ou pagamento de vantagem remuneratória.

CAPÍTULO XIX
DA CERTIFICAÇÃO

Art. 46.A Secretaria poderá certificar os profissionais que participarem e concluírem ações de formação, observados os requisitos de cada percurso formativo.

Art. 47. Os registros de participação, conclusão, certificação e reconhecimento serão mantidos para acompanhamento, avaliação, memória institucional e comprovação das ações.

CAPÍTULO XX
DA COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 48. Comunicação, mobilização e participação social constituirão dimensões transversais.

Art. 49. Poderão ser utilizados reuniões, encontros, formações, canais institucionais, redes sociais, materiais impressos e digitais, campanhas, seminários, mostras, eventos e relatórios.

Art. 50.A divulgação de resultados observará transparência, responsabilidade, equidade, proteção integral das crianças e proteção de dados, priorizando informações agregadas e institucionais.

CAPÍTULO XXI
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 51.O tratamento de dados pessoais realizado no âmbito desta Política observará a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, especialmente as normas aplicáveis aos dados de crianças e adolescentes.

§ 1ºO tratamento será limitado às informações adequadas, pertinentes e necessárias às finalidades educacionais, administrativas, avaliativas e de planejamento legitimamente vinculadas à Política.
§ 2ºO acesso a informações individualizadas será restrito aos agentes que delas necessitem para o exercício de suas atribuições.
§ 3ºA divulgação pública de resultados ocorrerá preferencialmente de forma agregada ou anonimizada, vedada a exposição indevida de informações que permitam identificar estudantes.
§ 4º Dados pessoais sensíveis relacionados a deficiência, saúde ou outras condições protegidas receberão tratamento compatível com a legislação aplicável.

CAPÍTULO XXII
DA PARTICIPAÇÃO E VALIDAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 52.A formulação, revisão e avaliação observarão processos de participação e escuta dos profissionais, gestores, coordenadores, Conselho Municipal de Educação, famílias e comunidade escolar.

Art. 53. Poderão ser utilizados consultas, reuniões ampliadas, oficinas, audiências, devolutivas, formulários, fóruns e grupos de trabalho.

Art. 54. As contribuições serão registradas e analisadas, devendo as pertinentes subsidiar o aperfeiçoamento da Política.

CAPÍTULO XXIII
DO FINANCIAMENTO

Art. 55.A execução da Política e do Programa será financiada por dotações próprias e, quando cabível, por transferências, programas, convênios, pactuações e instrumentos de colaboração.
§ 1ºA execução financeira observará o PPA, a LDO, a LOA, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a legislação do Fundeb, quando aplicável, e as demais normas financeiras pertinentes.
§ 2º Aquisições e contratações observarão a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

Art. 56.A alocação de recursos guardará coerência com prioridades, metas e estratégias.
§ 1ºO PMAA identificará, sempre que possível, custos estimados, fontes e vinculação orçamentária das ações que impliquem despesa.
§ 2º Recursos externos somente serão considerados disponíveis após formalização ou confirmação pelos instrumentos competentes.
§ 3ºAções que impliquem criação ou expansão de despesa observarão previamente os requisitos orçamentários, financeiros e fiscais legalmente exigíveis.
§ 4º Este Decreto não autoriza, por si só, criação de despesa obrigatória de caráter continuado, cargo, emprego, função, gratificação ou vantagem funcional.

CAPÍTULO XXIV
DO ACOMPANHAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 57.A Secretaria organizará painel periódico, preferencialmente trimestral, contemplando execução das ações, formação, avaliações, atendimento, condições de oferta, recursos e desigualdades.
Parágrafo único.O CEMPA analisará as informações e registrará recomendações.

Art. 58. Será elaborado anualmente o**Relatório Municipal de Alfabetização**, contendo ações, metas, indicadores, resultados, formação, intervenções, avanços, desafios, desigualdades e encaminhamentos.

Art. 59.A Política será submetida a avaliação periódica.
Parágrafo único. Ao final do ciclo 2026-2029 será realizada avaliação consolidada, destinada a subsidiar o planejamento subsequente.

CAPÍTULO XXV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60.A implementação observará as normas nacionais, estaduais e municipais de educação e será compatibilizada com alterações supervenientes da legislação.

Art. 61.A participação municipal em programas estaduais e federais será articulada às ações do Programa Alfabetiza Potengi, respeitadas as condições próprias de cada programa ou instrumento de adesão.

Art. 62.A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto, respeitados a legislação vigente, as competências dos demais órgãos e o princípio da reserva legal.

Art. 63. Na implementação inicial em 2026, a Secretaria:
I - levantará e documentará as ações efetivamente realizadas no exercício;
II - consolidará os dados e evidências disponíveis;
III - aprovará programação compatível com o período remanescente do ano letivo;
IV - organizará o calendário integral da Política para 2027 e exercícios subsequentes.

§ 1ºÉ vedada a produção fictícia ou retroativa de registros de avaliações, formações, reuniões, acompanhamentos ou quaisquer outras ações não efetivamente realizadas.
§ 2ºNão serão artificialmente comprimidos, no período remanescente de 2026, os ciclos pedagógicos previstos para um ano letivo completo.
§ 3ºO primeiro PMAA deverá distinguir expressamente as ações já realizadas em 2026, as ações possíveis no período remanescente e aquelas programadas para 2027.

Art. 64.A Secretaria promoverá a revisão da Política sempre que alterações relevantes na legislação educacional, no Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal de Educação ou nas políticas nacionais e estaduais de alfabetização tornarem necessária sua adequação.

Art. 65. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação fiscal aplicável.

Art. 66. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Paulo do Potengi/RN, 08 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
MATRIZ DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
A Matriz da Política Municipal de Alfabetização de São Paulo do Potengi/RN estabelece os objetivos e as estratégias estruturantes para a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças da Rede Municipal de Ensino, em consonância com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.
Sua implementação será desenvolvida por meio do Programa Alfabetiza Potengi e dos instrumentos de planejamento municipal, considerando o diagnóstico educacional, as necessidades das unidades escolares e os compromissos pactuados em regime de colaboração.

Eixo	Objetivo	Estratégias estruturantes
I – Governança e Gestão	Assegurar a coordenação, a participação e a continuidade das ações da Política Municipal de Alfabetização.	Organizar o funcionamento do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA e do Núcleo Municipal de Alfabetização; consolidar e atualizar o diagnóstico da rede; definir prioridades, metas e responsabilidades; elaborar o planejamento anual; articular recursos e parcerias; promover participação social e transparência.
II – Formação de Profissionais da Educação e Melhoria das Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar	Qualificar os profissionais e fortalecer as práticas de alfabetização, letramento, Matemática e gestão pedagógica.	Desenvolver formações em regime de colaboração com o Estado, formações próprias da rede municipal e formação em serviço; articular estudos às necessidades das escolas; fortalecer o planejamento coletivo, a mediação docente e a análise das produções dos estudantes; apoiar intervenções e recomposição das aprendizagens; respeitar as especificidades da Educação Infantil e promover a continuidade entre as etapas.
III – Melhoria e Qualificação da Infraestrutura Física e Insumos Pedagógicos	Assegurar condições de oferta, recursos e ambientes adequados à aprendizagem, com equidade e acessibilidade.	Diagnosticar as necessidades das escolas; planejar melhorias dos espaços e das condições de atendimento; ampliar e qualificar acervos literários, cantinhos de leitura, jogos e materiais de Língua Portuguesa e Matemática; disponibilizar recursos acessíveis; acompanhar a distribuição, a conservação e a utilização pedagógica dos materiais.
IV – Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas	Identificar, valorizar, sistematizar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão que contribuam para a aprendizagem e a redução das desigualdades.	Estabelecer critérios transparentes de reconhecimento; documentar experiências e evidências de aprendizagem; promover intercâmbio entre escolas e profissionais; realizar Cafés Pedagógicos, mostras e seminários; organizar relatos e repositórios de práticas, considerando os diferentes contextos e as trajetórias de melhoria das unidades escolares.
V – Sistemas de Avaliação	Utilizar avaliações e evidências para acompanhar as aprendizagens, orientar intervenções e aperfeiçoar a Política.	Organizar avaliações diagnósticas e formativas de Língua Portuguesa e Matemática; acompanhar leitura, escrita, compreensão, produção textual e aprendizagens matemáticas; participar das avaliações estaduais e nacionais conforme suas orientações; analisar resultados e desigualdades; produzir devolutivas; acompanhar metas e indicadores; avaliar a implementação e os resultados da Política.

DIMENSÕES TRANSVERSAIS
A equidade, a inclusão, a acessibilidade, a gestão pedagógica, a recomposição das aprendizagens, a participação das famílias e da comunidade, a comunicação e a mobilização social integrarão os cinco eixos, orientando o planejamento e a execução das ações.
DESDOBRAMENTO E ACOMPANHAMENTO
Os objetivos e as estratégias desta Matriz serão desdobrados no Programa Alfabetiza Potengi e no Plano Municipal Anual de Alfabetização, com definição de ações, metas, indicadores, responsáveis, prazos, recursos e fontes de verificação.
O acompanhamento considerará a execução das ações, as condições de oferta, a evolução das aprendizagens e a redução das desigualdades, subsidiando o replanejamento e a avaliação periódica da Política Municipal de Alfabetização

ANEXO II
DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Município: São Paulo do Potengi – RN
Rede de Ensino: Pública Municipal
Referência temporal: Análise histórica e comparativa dos ciclos 2023, 2024 e 2025
Base de Evidências: Avaliação Externa SIMAIS ALFA (2º ano do Ensino Fundamental) e Avaliação Externa do INEP/SAEB.

A rede municipal de São Paulo do Potengi vem registrando avanços no contexto geral da Educação Básica. O resultado do IDEB 4,7 representa avanço no indicador agregado de fluxo escolar e desempenho educacional da rede, devendo sua leitura ser articulada aos indicadores específicos de aprendizagem e alfabetização.
Entretanto, a análise específica dos indicadores de alfabetização demonstra que ainda persistem desafios relevantes na aprendizagem da leitura, da escrita e da Matemática nos anos iniciais, o que reforça a necessidade de ações planejadas, contínuas e orientadas por evidências.

1. ANÁLISE EVOLUTIVA DA PROFICIÊNCIA MÉDIA

Os resultados do SIMAIS ALFA indicam que o município de São Paulo do Potengi ainda enfrenta desafios para recuperar e ampliar os patamares de aprendizagem registrados nos ciclos analisados, especialmente em Matemática, reforçando a necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de alfabetização, letramento e aprendizagem matemática.

LÍNGUA PORTUGUESA:581 (2023) → 547 (2024) → 553 (2025) [variação de +6 pontos entre 2024 e 2025]

MATEMÁTICA:508 (2023) → 485 (2024) → 469 (2025) [variação de -16 pontos entre 2024 e 2025]

Língua Portuguesa (IRS): Entre 2023 e 2024, a proficiência média passou de 581 para 547 pontos, correspondendo a uma redução de 34 pontos. Em 2025, houve aumento de 6 pontos, alcançando 553 pontos. Embora tenha ocorrido recuperação em relação ao ciclo anterior, o resultado permanece abaixo do registrado em 2023.

Matemática (IRS):A proficiência média passou de 508 pontos, em 2023, para 485 pontos, em 2024, e 469 pontos, em 2025. Os dados evidenciam redução sucessiva no período analisado e indicam a necessidade de intensificação das ações pedagógicas voltadas às aprendizagens matemáticas.

Dimensão/Indicador	Dado municipal	Fonte/Referência
Percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º ano, de acordo com o Indicador Criança Alfabetizada – ICA.	36 %	SIMAIS Alfa 2025

FONTE: SIMAIS Alfa

2. PADRÕES DE DESEMPENHO (CICLO 2025)
A análise da distribuição dos estudantes por padrões de desempenho em 2025 permite identificar grupos com diferentes níveis de aprendizagem e orientar o planejamento das intervenções pedagógicas:

LÍNGUA PORTUGUESA (149 ALUNOS AVALIADOS)
Abaixo do Básico + Básico: 68% dos estudantes (101 crianças) encontram-se nesses dois níveis de desempenho. Desse total, 33% (49 estudantes) estão classificados no nível Abaixo do Básico, indicando a necessidade de acompanhamento pedagógico prioritário.
Proficiente + Avançado: 32% dos estudantes (48 crianças) encontram-se nos níveis Proficiente e Avançado. Em 2025, 13% (20 estudantes) foram classificados no nível Avançado e 19% (28 estudantes) no nível Proficiente.

MATEMÁTICA (145 ALUNOS AVALIADOS)
Abaixo do Básico + Básico: 60% dos estudantes (87 crianças) encontram-se nesses dois níveis de desempenho. Em 2025, 38% (55 estudantes) foram classificados no nível Básico, o que indica a necessidade de fortalecimento das habilidades matemáticas previstas para a etapa.
Proficiente + Avançado: 40% dos estudantes encontram-se nos níveis Proficiente e Avançado. O percentual de estudantes no nível Avançado passou de 17% em 2024 para 5% (7 estudantes) em 2025, evidenciando redução desse grupo no período analisado.

3. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DECORRENTES DO DIAGNÓSTICO
Com base nos resultados do SIMAIS ALFA, a Secretaria Municipal de Educação poderá organizar ações prioritárias de intervenção, acompanhamento e recomposição das aprendizagens, articuladas ao planejamento pedagógico da rede:

3.1. Plano de Ação alinhado à alfabetização, ao letramento e à Matemática
O diagnóstico demonstra concentração significativa de estudantes nos níveis Abaixo do Básico e Básico, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.
A estratégia deverá priorizar as habilidades ainda não consolidadas pelos estudantes, identificadas mediante avaliações diagnósticas e registros pedagógicos. Em Língua Portuguesa, poderão ser contempladas, conforme a necessidade, habilidades relacionadas à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, consciência fonológica, leitura, fluência, compreensão e produção escrita. Em Matemática, deverão ser fortalecidas habilidades relacionadas ao senso numérico, sistema de numeração, resolução de problemas, operações e demais aprendizagens essenciais previstas para a etapa.

3.2. Educação em Tempo Integral como estratégia de ampliação das oportunidades de aprendizagem
Os resultados de Matemática, especialmente a redução do percentual de estudantes no nível Avançado, indicam a necessidade de ampliar e qualificar as oportunidades de aprendizagem.
A expansão da educação em tempo integral poderá contribuir para ampliar o tempo pedagógico e diversificar as experiências de aprendizagem, mediante atividades de leitura, produção textual, jogos, resolução de problemas, materiais manipuláveis, oficinas e outras estratégias compatíveis com as necessidades identificadas pela rede, sem prejuízo da organização curricular da etapa.

3.3. Reforço escolar e intervenção pedagógica estruturada
O diagnóstico identifica estudantes classificados no nível Abaixo do Básico em Língua Portuguesa e Matemática, os quais deverão receber acompanhamento prioritário, observadas as avaliações diagnósticas e os registros pedagógicos da rede.
O atendimento poderá ocorrer no contraturno ou em outros tempos e espaços pedagógicos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente em pequenos grupos e com estratégias diferenciadas. A organização dos grupos deverá considerar as necessidades de aprendizagem, a disponibilidade de profissionais e as condições de atendimento da rede. O acompanhamento deverá incluir registros periódicos e reavaliação das aprendizagens, incluindo instrumentos de leitura e fluência quando pertinentes.

4. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO
Os resultados do SIMAIS ALFA demonstram a necessidade de intensificar as ações destinadas à consolidação das aprendizagens fundamentais de leitura, escrita e matemática nos anos iniciais, articulando acompanhamento pedagógico, formação continuada, avaliação diagnóstica, intervenção e recomposição das aprendizagens.
O diagnóstico constitui referência para o planejamento das ações da Política Municipal de Alfabetização e para a definição das prioridades da rede. As metas quantitativas deverão ser estabelecidas no Plano Municipal Anual de Alfabetização, com base nos dados oficiais consolidados, na linha de base adotada e nos compromissos pactuados nos âmbitos estadual e nacional.

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:31D807EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 319/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 319/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: MAMUTH TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 57.601.436/0001-53 ENDEREÇO Avenida Major Venâncio, 148 ., Centro, Varginha/MG CEP:37002500

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	COMPUTADOR DESKTOP 12ª GERAÇÃO INTEL® CORE™ I3-12100 (4-CORE, 8-THREAD, CACHE DE 12MB, 3.3GHZ ATÉ 4.3GHZ), SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO, MEMÓRIA DE 8GB DDR4 (1X8GB) 3200MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 64G (2 SLOTS UDIMM), SSD DE 256GB PCIE NVME M.2, PARTE FRONTAL DO GABINETE, POSSUINDO 4 PORTAS USB 2.0, 4 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO, 1 ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET, 1 PORTA DE SAÍDA DE ÁUDIO, 1 PORTA ETHERNET RJ-45, 1 PORTA PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA, 1 PORTA HDMI 1.4B, 1 PORTA DISPLAYPORT 1.4. COM INSTALAÇÃO DO PACOTE OFICCE E TODOS OS PROGRAMAS PADRÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO BASE, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E TODAS AS DEPESAS DECORRENTES DA MANUTENÇÃO DA GARANTIA SÃO DE RESPOSABILIDADE DO FORNECEDOR (CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS).	Unidade	AXPRO/BINÁRIO	02	2.275,83	4.551,66

VALOR TOTAL.....: R$ 4.551,66 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa: 04.122.0005.2004 – Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de despesa: 44.90.52-00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa: 44.90.52-99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte: 150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até **07 de outubro de 2027** contados do(a) da de assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 07/10/2026 14:00:33
FISCAL DO CONTRATO: Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 07/10/2026 13:59:47
PELA CONTRATADA: GLEYSELLA FELIX LUIZ - CPF: 119.XXX.XXX-75 - Assinado em: 09/10/2026 10:19:09

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:74C974F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 042/2026

Lei nº 042/2026.

Altera a Lei Municipal nº 748/2025, para modificar o requisito para investidura nos cargos de Secretários Municipais e Secretários Adjuntos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ/RN no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o **Anexo II da Lei Municipal nº 748/2025**, exclusivamente quanto ao requisito para investidura nos cargos de Secretários Municipais e Secretários Adjuntos Municipais, passando a ser exigida a escolaridade mínima de **2º grau completo** a todos os cargos de Secretários Municipais e Secretários Adjuntos Municipais, permanecendo inalteradas as demais disposições da referida Lei.

Art. 2º O **Anexo II da Lei Municipal nº 748/2025** passa a vigorar com a seguinte redação:

Unidade Administrativa: Gabinete do Prefeito
RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS – ANEXO III

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Secretário Chefe de Gabinete	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Chefe de Gabinete Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Diretor da Guarda Municipal	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Segue o Plano de Cargo e Carreira da Categoria
Assistente de Gabinete tipo 01	02 (Duas)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.000,00
Assistente de Gabinete tipo 02	02 (Duas)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.850,00
Procurador Geral do Município	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Procurador-Chefe Substituto	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 5.000,00

Procurador Administrativo	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Procurador Fiscal e Tributário	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Procurador da Saúde	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Procurador da Educação	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Procurador de Atos Extrajudiciais e Cidadania	01 (uma)	Graduação em direito e Registro na OAB	40 horas/semana	R$ 4.200,00

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Guarda Municipal	**20 (vinte)**	**2º grau completo**	**40 horas/semana**	**Segue o Plano de Cargo e Carreira da Categoria**
Vigia	**12 (vinte)**	**2º grau completo**	**40 horas/semana**	**Segue o Plano de Cargo e Carreira da Categoria**

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Administração RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Administração	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário Adjunto de Administração	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Diretor de Recursos Humanos	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Assessor administrativo CC1	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.000,00
Assessor de Licitação	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 4.000,00
Chefe de Arquivo	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Chefe do Almoxarifado	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Secretário da Junta do Serviço Militar	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Assessor Administrativo CC2	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Finanças
RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Finanças	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Finanças Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Tesoureiro	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.778,90
Diretor de Recursos Humanos	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Assessor de Licitação	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 4.000,00
Chefe de Compras	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 4.000,00
Secretário da Junta do Serviço Militar	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Assessor Administrativo CC2	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Fiscal de Arrecadação	03 (três)	2º grau completo	40 horas/semana	Salário Mínimo Nacional

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Meio Ambiente RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Secretário (a) de Meio Ambiente	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário (a) de Meio Ambiente Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Coordenadoria	01(uma)	2º grau completo	40 horas /semana	R$ 3.500,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Agricultura RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Agricultura	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Agricultura Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Desportos RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO- R$
Secretário de Educação e Desportos	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Educação e Desportos Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00

Chefe do Setor Pedagógico/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Chefe do Setor de Merenda Escolar/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Diretor de Escola/Nível I	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Regulamentado pelo de cargos e salário do magistério
Diretor de Escola/Nível II	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	
Diretor de Escola/Nível III	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	
Vice-Diretor de Escola/Nível I	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	
Vice-Diretor de Escola/Nível II	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	
Vice-Diretor de Escola/Nível III	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	
Coordenador de Esportes/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	TETO DO SALÁRIO BASE-R$
Professor Nível Médio	08 (oito)	Magistério/normal	30 horas/semana	Regulamentado pelo de cargos e salário do magistério
Professor Nível Superior	130 (cento e trinta)	Licenciatura	30 horas/semana	
Suporte Pedagógico	05 (cinco)	Licenciatura	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Supervisor Pedagógico	02 (duas)	Licenciatura	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Auxiliar de Biblioteca	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Secretário Escolar	04 (quatro)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Assistente de Gabinete	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Auxiliar de Ensino Infantil	08 (oito)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude. RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Cultura, Turismo e Juventude.	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Cultura, Turismo e Juventude Adjunto.	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Chefe do Setor de Cultura/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00
Chefe do Setor de Turismo/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Saúde
RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Saúde	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Saúde Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Chefe do Setor de Atenção Básica	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Chefe do Setor de Média Complexidade	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00
Chefe da Unidade Hospitalar/CC3	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Chefe de Posto de Saúde	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Enfermeiro	07 (sete)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso Nacional da Enfermagem
Bioquímico	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Enfermeiro do P. Saúde da Família	05 (cinco)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso Nacional da Enfermagem
Técnico de Enfermagem	20 (vinte)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso Nacional da Enfermagem
Técnico de Enfermagem do PSF	10 (dez)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso Nacional da Enfermagem
Médico	06 (seis)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 6.000,00
Médico do Programa Saúde da Família	03 (três)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.000,00
Nutricionista	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Psicólogo	02 (dois)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Dentista do Programa Saúde Bucal	02 (duas)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.700,00
Atendente Odontológico	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	Salário Mínimo Nacional
Atendente Odontológico do PSB	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	Salário Mínimo Nacional
Farmacêutico	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Fisioterapeuta	02 (duas)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Veterinária	01 (uma)	3º grau completo	20 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Assistente de Gabinete	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	Salário Mínimo Nacional
Assistente Social	01 (uma)	3º grau completo	30 horas/semana	Salário da Categoria
Ag. Com. De Saúde	30 (trinta)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso Salarial da Categoria
Ag. De Endemias	10 (dez)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso Salarial da Categoria
Ag. Vigilância Sanitária	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Salário Mínimo Nacional

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Assistência Social RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Habitação e Assistência Social	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Habitação e Assistência Social Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Assessoria Jurídica da Cidadania	01 (uma)	Nível Superior – Bacharel em Direito	40 horas/emana	R$ 4.200,00
Chefe do Setor de Assistência à Criança	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00
Chefe do Setor de Assistência ao Idoso	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00
Chefe do Setor de Assistência ao Portador de Deficiência Física	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00
Chefe do Setor de Habitação Popular	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00
Coordenador CREAS	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Coordenador CRAS	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Coordenador Criança Feliz	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Assistente Social -SMAS	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Assistente Social - CRAS	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Monitor	*04 (quatro)*	*1º grau completo*	*40 horas/semana*	*Piso do Salário Mínimo Nacional*
Assistente de Gabinete	*01 (uma)*	*2º grau completo*	*40 horas/semana*	*Piso do Salário Mínimo Nacional*

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$
Secretário de Obras e Urbanismo	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Obras e Urbanismo Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Fiscal de Limpeza Urbana/CC3	03 (três)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Chefe do Setor de Obras/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Coordenador do Dep. Serviços Elétricos	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Engenheiro	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.000,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Controladoria Geral do Município. RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	**VAGAS**	**ESCOLARIDADE**	**CARGA HORÁRIA**	**SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$**
Controlador Geral	01 (uma)	3º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Assessor Administrativo	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Assessor de Controle Interno	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 2.600,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Transportes RELAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS - ANEXO II

NOMENCLATURA SIMBOLO	**VAGAS**	**ESCOLARIDADE**	**CARGA HORÁRIA**	**SALÁRIO BASE e/ou SUBSÍDIO-R$**
Secretário de Transportes	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 7.500,00
Secretário de Transportes Adjunto	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00
Chefe de Setor de Transportes	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 1.800,00
Coordenador de Transportes/CC3	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	R$ 3.500,00

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE CARGOS DE APOIO

NOMENCLATURA SIMBOLO	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE-R$
Agente Administrativo	02 (duas)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Auxiliar de Serviços Gerais - ASG	110 (cento e dez)	Alfabetizado	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Recepcionista	03 (três)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Operador de Micro	04 (quatro)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Motorista Nível I	26 (vinte e seis)	1º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Motorista Nível II	08 (oito)	1º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Cozinheiro	04 (quatro)	1º Grau Completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Tratorista	06 (seis)	1º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Gari	**40 (Quarenta)**	Alfabetizado	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional

Coveiro	02 (duas)	Alfabetizado	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Eletricista	01 (uma)	1º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Pedreiro	03 (uma)	1º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Fiscal de Limpeza	02 (duas)	1º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Assistente de Gabinete	01 (uma)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional
Vigia	15 (quinze)	2º grau completo	40 horas/semana	Piso do Salário Mínimo Nacional

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vera Cruz/RN, 08 de Outubro de 2026.

JOSÉ JÚNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Vera Cruz/RN

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:C72525C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Florânia
Prefeitura Municipal de Florânia
Registro de Preços Eletrônico - 23/2026
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - 0014777 - ACIDO MURIATICO, aspecto fisico liquido, composicao acido: sulfonico, fluoridrico, muriatico, soluvel em agua, aplicacao limpeza em geral, frasco contendo 1litro. - Valor Referência: R$ 6,08

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	LIMPA FACIL	LIMPA FACIL	925,0000	5.614,75

Item: 0002 - 0014778 - AGUA SANITARIA, composicao quimica hipoclorito de sodio, hidroxido de sodio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, densidade de 1,20 a 1, cor incolor, aplicacao lavagem e alvejante de roupas, banheiras e pias, frasco contendo 1litro. - Valor Referência: R$ 3,30

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TOP CLEAR	TOP CLEAR	9.784,0000	21.524,80

Item: 0003 - 0014779 - ALCOOL ETiLICO liquido para limpeza de ambientes, tipo etilico hidratado, limpido, incolor, volatil, minimo de 70% P/P INPM, frasco contendo 1 litro. - Valor Referência: R$ 13,23

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TOP CLEAR	TOP CLEAR	5.134,0000	67.871,48

Item: 0004 - 0014780 - ALCOOL GEL, etilico p/ limpeza de ambientes, tipo gel, composicao hidroalcoolica, aparencia visual gel, aplicacao produto limpeza domestica, concentracao 70%, odor eucalipto ou lavanda, frasco contendo 1 litro. - Valor Referência: R$ 19,65

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	POLLUX	POLLUX	1.446,0000	28.399,44

Item: 0005 - 0007439 - AVENTAL, em PVC, dupla face, medidas minimas: 120 (A) x 70 (L) cm, impermeavel a liquidos, com tiras de ajuste do mesmo material, na cor branca ou transparente. - Valor Referência: R$ 11,14

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	FLANEBERG	FLANEBERG	187,0000	2.081,31

Item: 0006 - 0014808 - BACIA, material plastico resistente capacidade para 14 litros. - Valor Referência: R$ 21,06

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	99,0000	2.079,00

Item: 0007 - 0014781 - BACIA, material plastico, capacidade para de 8 litros. - Valor Referência: R$ 13,83

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	101,0000	1.395,82

Item: 0008 - 0014809 - BACIA, material plastico, capacidade para de 24 litros. - Valor Referência: R$ 27,45

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	99,0000	2.716,56

Item: 0009 - 0014782 - BALDE PLASTICO COM ALCA, material plastico resistente, capacidade de 12 litros. - Valor Referência: R$ 20,25

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	136,0000	2.747,20

Item: 0010 - 0014810 - BALDE PLASTICO COM ALCA, material plastico, resistente, capacidade de 20 litros. - Valor Referência: R$ 27,61

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	151,0000	4.167,60

Item: 0011 - 0007518 - BALDE, material plastico, capacidade de 15 litros, material alca arame galvanizado, cor natural. - Valor Referência: R$ 22,49

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	138,0000	3.102,24

Item: 0012 - 0014811 - BORRIFADOR: em plastico graduado transparente, tipo borrifador material plastico tipo spray contendo bico borrifador, nao transparente (nao permita entrada de luz) com capacidade com 500ml. Frasco - Valor Referência: R$ 13,51

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	NOBRE	NOBRE	154,0000	2.079,00

Item: 0013 - 0014783 - CERA LiQUIDA, Aplicacao pisos ceramicos, granitos, marmore e Paviflex. Cor: incolor/ amarela/ vermelha. Frasco com 750 ml. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero do lote, validade e numero de registro. - Valor Referência: R$ 7,42

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	549,0000	2.690,10

Item: 0014 - 0014815 - DESINFETANTE BACTERICIDA, tensoativo nao ionico, quaternario de amonia, essencia lavanda, jasmim ou eucalipto, frasco com 2 litros. - Valor Referência: R$ 10,81

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	2.974,0000	21.977,86

Item: 0015 - 0014784 - DESINFETANTE DE PINHO, tipo pinho sol ou similar, nao inferior a 500 ml, referencia pinho sol ou similar. - Valor Referência: R$ 6,73					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	1.644,0000	5.589,60
Item: 0016 - 0014785 - DESODORIZADOR AMBIENTAL, essencia lavanda, brisa do mar ou floral, apresentacao aerossol, aplicacao aromatizador ambiental, sem CFC, tubo com 400 ml. - Valor Referência: R$ 18,88					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BOM AR	BOM AR	735,0000	13.869,45
Item: 0017 - 0014816 - DETERGENTE componente ativo linear alquibenzeno, sulfonato de sodio, p/ remocao de gorduras de loucas, talheres e panelas, aroma natural, contem tensoativo biodegradavel, Frasco com 02 litros. - Valor Referência: R$ 9,85					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	1.790,0000	12.351,00
Item: 0018 - 0014817 - DETERGENTE, componente ativo linear alquibenzeno, sulfonato de sodio, p/ remocao de gorduras de loucas, talheres e panelas, aroma natural, contem tensoativo biodegradavel, Frasco com 05 litros. - Valor Referência: R$ 20,96					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	892,0000	9.687,12
Item: 0019 - 0014818 - ESCOVA LIMPEZA DELICADA Com cerdas macias e ideal para limpezas delicadas. Dimensoes:4,5cm x 9,5cm x 2,5cm. - Valor Referência: R$ 10,15					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	NOVIÇA	NOVIÇA	104,0000	1.054,56
Item: 0020 - 0014819 - ESCOVA PARA VASO SANITARIO, cabo plastico e cerdas sinteticas. - Valor Referência: R$ 14,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CONDOR	CONDOR	148,0000	2.180,04
Item: 0021 - 0008434 - ESCOVAO PLASTICO PARA LIMPEZA EM GERAL, OVAL, CERDAS E SUPORTE PLASTICO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 12X6X4CM. - Valor Referência: R$ 8,09					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CONDOR	CONDOR	76,0000	614,08
Item: 0022 - 0014787 - ESPANADOR DE PO, pelos resistentes. Com cabo de no minimo 40 cm. - Valor Referência: R$ 23,62					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DUSTER	DUSTER	53,0000	1.251,33
Item: 0023 - 0014820 - ESPONJA DE LA DE ACO, esponja de la de aco carbono, textura macia e isenta de sinais de oxidacao, Pct c/ 8 unidades. - Valor Referência: R$ 3,15					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ASSOLAN	ASSOLAN	740,0000	2.323,60
Item: 0024 - 0014788 - ESPONJA DE LOUCA DUPLA FACE, em espuma poliuretano, 01 face fibrosa abrasiva para limpeza pesada e outra macia para superficie delicada, Medindo: 110 X 70mm X 20mm, pacote com 3 unidades. - Valor Referência: R$ 7,73					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	GUARANI	GUARANI	1.243,0000	9.595,96
Item: 0025 - 0014789 - FLANELA PARA LIMPEZA, 100% de algodao, cor amarela de tom forte, lisa, medindo 56x38cm. - Valor Referência: R$ 4,48					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	FLANEBERG	FLANEBERG	551,0000	1.377,50
Item: 0026 - 0014790 - FOSFORO (MACO) Cada palito deve ter no minimo 15 mm de comprimento, excluindo a cabeca. As cabecas nao devem estar coladas umas as outras. Todos os palitos de fosforos devem ter uma cabeca de dimensoes compativeis, entre 3mmm e 8mmm para fosforos convenci - Valor Referência: R$ 4,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BILLA	BILLA	196,0000	929,04
Item: 0027 - 0014825 - LIMPA PISO DILUIVEL, detergente para remocao de sujeiras de pisos, PH neutro (7.0), Fragrancia de Limao, Erva Doce, lavanda ou jasmim, biodegradaveis, frasco com 500 ml. - Valor Referência: R$ 4,23					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	2.344,0000	7.383,60
Item: 0028 - 0014826 - LIMPA CERAMICAS E AZULEJOS, Tipo AZULIM ou Similar produto biodegradavel, caracteristicas fisico quimicas, acidez: 3,6 4,0 ml (NaOH 0,2N), odor: perfumado, cor: azul, composicao: acido sulfonico, coadjuvante, tensoativo nao ionico, fragrancia, corante - Valor Referência: R$ 13,40					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	AZULIM	AZULIM	696,0000	9.319,44
Item: 0029 - 0014827 - LIMPA VIDROS, tubos nao inferiores a 500 ml, acondicionados em caixas de papelao devidamente identificadas. - Valor Referência: R$ 11,94					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	114,0000	672,60
Item: 0030 - 0014828 - LIMPADOR MULTIUSO, utilizado para limpeza azulejos, plasticos e esmaltados, fogoes e superficies lavaveis. indicado para remover gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos, riscos de lapis. aroma campestre. sem a presenca de amonia. Frasco com - Valor Referência: R$ 8,11					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	876,0000	4.730,40
Item: 0031 - 0014791 - LIXEIRA COM PEDAL, material plastico. Capacidade para 50 litros, tipo fechada com tampa de dobradica, haste e pedal/acionamento tampa da por pe. - Valor Referência: R$ 150,22					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	173,0000	25.984,60
Item: 0032 - 0014829 - LIXEIRA EM PLASTICO, material plastico, capacidade para 30 litros, tipo fechada com tampa de dobradica, haste e pedal/acionamento da tampa por pe. - Valor Referência: R$ 97,21					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	138,0000	13.413,60
Item: 0033 - 0014792 - LIXEIRA EM PLASTICO reforcado, pequena, tipo grade, capacidade para 15 litros. - Valor Referência: R$ 12,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	98,0000	1.204,42
Item: 0034 - 0014830 - LUSTRA MOVEIS. Emulsao aquosa cremosa, componentes ceras naturais, aroma lavanda, aplicacao moveis e superficies lisas, frasco nao inferior 200ml. - Valor Referência: R$ 12,68					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	YPE	YPE	169,0000	2.141,23
Item: 0035 - 0005551 - LUVA MULTIUSO DE LATEX, para limpeza em geral, com antiderrapante em forma de colmeia na face palmar, material em latex natural, embalagem com certificado de avaliacao do ministerio do trabalho. P, M, G e GG. - Valor Referência: R$ 9,08					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DANY	DANY	317,0000	2.875,19
Item: 0036 - 0005552 - LUVA PVC, com forro, flocos de algodao tipo da palma da luva: antiderrapantes, embalagem com certificado de avaliacao do ministerio do trabalho. M, G e GG. - Valor Referência: R$ 27,16					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	KALIPSO	KALIPSO	187,0000	5.077,05
Item: 0037 - 0014831 - MASCARAL DE PROTECAO FACIAL TIPO KN95 - com 4 camadas de protecao com clip nasal protecao para resistir a 95% de particulas nao oleosas, poeira, polen, poluicao atmosferica e outros contaminantes, protecao contra residuos nao atoxicos e nao fibrogenicos de poeira ou aerossois. Evitando assim a inalacao desses odores irritantes sem odor, nao alergico e nao irritante. Caixa com, no minimo, 10 unidades. - Valor Referência: R$ 31,03					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	MEDIX	MEDIX	389,0000	12.059,00
Item: 0038 - 0014832 - NAFTALINA SOLIDA EM PASTILHAS, embalagem plastica resistente de 50g. data da embalagem nao superior a 30 dias. - Valor Referência: R$ 4,04					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	SANILAR	SANILAR	357,0000	1.438,71
Item: 0039 - 0014833 - PA COLETORA DE LIXO, cabo dobravel de madeira revestido de plastico, para facilitar o armazenamento, fecha automaticamente quando erguida do chao, equipada com rodinhas para facilitar transporte. - Valor Referência: R$ 70,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	148,0000	10.456,20
Item: 0040 - 0014834 - PA COLETORA DE LIXO, tipo novica, material plastico, cabo longo de madeira revestido de plastico, dimensoes: 26cm x 25cm x 8,5cm. - Valor Referência: R$ 20,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	NOVIÇA	NOVIÇA	208,0000	4.311,84
Item: 0041 - 0014793 - PANO DE PRATO, em tecido 100% algodao alvejado, com alto nivel de absorcao, tamanho aproximado 45 x 60 cm, devidamente a banhado, estampas variadas. - Valor Referência: R$ 5,52					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	450,0000	2.430,00
Item: 0042 - 0014794 - PANO ESTOPA FLANELADO, para limpeza de piso, com bordas costurada medindo aproximadamente 44cm x 77cm, duplo, 100% algodao. - Valor Referência: R$ 7,28					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRILHUS	BRILHUS	585,0000	4.212,00
Item: 0043 - 0014795 - PANO ESTOPA DUPLO, para limpeza de piso, tipo saco com bordas costurada, medindo aproximadamente 44cm x 77cm, duplo, 100% algodao. - Valor Referência: R$ 10,47					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TEXTIL PRIMUS TEXTIL PRIMUS		380,0000	3.952,00
Item: 0044 - 0014796 - PANO MULTIUSO, material fibra poliester e celulose, tamanho minimo 30 x 60 cm, alto grau absorcao, sem desprendimento particula, p/ limpeza bancada, pia, equipamentos. Pacote com 05 und. - Valor Referência: R$ 10,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRILHUS	BRILHUS	222,0000	2.255,52
Item: 0045 - 0014835 - PAPEL ALUMiNIO, rolo medindo 30 cm X 7,5 Mts. - Valor Referência: R$ 7,34					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	WYDA	WYDA	100,0000	733,00
Item: 0046 - 0014836 - PAPEL FILME PVC Transparente, rolo medindo 40 cm X 100 Mts. - Valor Referência: R$ 24,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	GUARUFILME GUARUFILME		122,0000	2.967,04
Item: 0047 - 0014797 - PAPEL HIGIENICO, folha picotada, fardo c/ 64 rolos, medindo 10 cm X 30 Mts, gofrado, branco, 100% celulose, folhas simples. - Valor Referência: R$ 67,09					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	COALA	COALA	622,0000	41.723,76
Item: 0048 - 0014798 - PAPEL TOALHA, rolo com 50 toalhas, folhas picotadas, tamanho 20,5 cm x 19,00 cm, fardo com 24 rolos. - Valor Referência: R$ 62,13					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BONA MESA	BONA MESA	1.607,0000	99.826,84
Item: 0049 - 0009366 - PASTILHA SANITARIA, desodorizador sanitario, peso liquido minimo 25 g, aspecto fisico tablete solido, c/ suporte plastico para vaso sanitario. - Valor Referência: R$ 4,31					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	704,0000	1.689,60
Item: 0050 - 0014799 - RODO, com cabo de madeira revestido em plastico, com rosca, suporte de plastico medindo no minimo 30cm, 02 borrachas. - Valor Referência: R$ 11,96					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ALGOBOM	ALGOBOM	235,0000	2.808,25
Item: 0051 - 0014800 - RODO, com cabo de madeira revestido em plastico, com rosca, suporte de plastico medindo no minimo 40cm, 02 borracha. - Valor Referência: R$ 14,02					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	NOVIÇA	NOVIÇA	283,0000	3.962,00
Item: 0052 - 0014837 - SABAO DE COCO, em barra com 200 g, com embalagem plastica. - Valor Referência: R$ 4,61					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TOP CLEAR	TOP CLEAR	265,0000	1.219,00
Item: 0053 - 0014801 - SABAO EM BARRA GLICERINADO, NEUTRO, barra com 900 g. com embalagem plastica. - Valor Referência: R$ 17,65					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TOP CLEAR	TOP CLEAR	683,0000	12.048,12
Item: 0054 - 0009837 - SABAO EM PO, embalagem (caixa/pacote) de 1kg. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero de regIstro no ministerio da saude. - Valor Referência: R$ 12,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TIXAN YPE	TIXAN YPE	1.632,0000	20.595,84
Item: 0055 - 0014854 - SABONETE LiQUIDO, embalagem de 1 litro. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero do lote e validade. - Valor Referência: R$ 16,86					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	LUX	LUX	218,0000	3.673,30
Item: 0056 - 0014839 - SABONETE LiQUIDO, embalagem e de 05 litros. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero do lote e validade. - Valor Referência: R$ 47,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	PALMOLIVE	PALMOLIVE	795,0000	37.595,55
Item: 0057 - 0014840 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado e de alta qualidade, resistente e reforcados; 75cm x 1,05cm, espessura de 0,08 mm, com capacidade de 100 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - Valor Referência: R$ 72,08					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	RAVA	RAVA	2.072,0000	149.184,00
Item: 0058 - 0014803 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado e de alta qualidade, dimensoes; 35cm x 45cm, espessura de 0,04 mm, com capacidade de 40 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - Valor Referência: R$ 53,18					

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	RAVA	RAVA	792,0000	41.976,00
Item: 0059 - 0014804 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado, e de alta qualidade, dimensoes; 59cm x 62cm, espessura de 0,04mm, com capacidade de 30 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - Valor Referência: R$ 50,85					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	RAVA	RAVA	1.610,0000	80.500,00
Item: 0060 - 0014805 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado e de alta qualidade, dimensoes; 63cm x 80cm, espessura de 0,04mm, com capacidade de 50 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - Valor Referência: R$ 59,20					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	RAVA	RAVA	2.512,0000	148.208,00
Item: 0061 - 0014806 - SACO PLASTICO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado, e de alta qualidade, dimensoes; 70cm x 80cm, espessura de 0,08mm, com capacidade para 60 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - Valor Referência: R$ 64,20					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	RAVA	RAVA	636,0000	40.824,84
Item: 0062 - 0014841 - SACO PLASTICO PICOTADO, transparente, medindo 30x40cm capacidade 1kg. Rolo com 500 sacos picotados. - Valor Referência: R$ 25,37					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	PACK ROLL	PACK ROLL	452,0000	11.458,20
Item: 0063 - 0014843 - TAMBOR DE LIXO COM TAMPA em material plastico resistente, com capacidade para 60 litros. - Valor Referência: R$ 55,93					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	ARGPLAST	ARGPLAST	149,0000	8.329,10
Item: 0064 - 0014844 - TOUCA DESCARTAVEL SANFONADA, para utilizacao na cozinha (manipulacao de alimentos), pct c/100 Unid. - Valor Referência: R$ 31,82					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	VABENE	VABENE	1.135,0000	36.093,00
Item: 0065 - 0014855 - VASSOURA DE PIACAVA, material cerdas de piacava, cabo madeira medindo minimo de 1,20 Mts, revestido de plastico, comprimento cerdas minimo 15 cm. - Valor Referência: R$ 25,14					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	207,0000	5.175,00
Item: 0066 - 0014807 - VASSOURA COM CERDAS DE NYLON, com cerdas de nylon, minimo de 30cm, cabo em madeira revestido de plastico, medindo minimo de 1,20 Mts, cerdas com comprimento minimo de 15cm. - Valor Referência: R$ 23,92					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	1.151,0000	27.508,90
Item: 0067 - 0010441 - VASSOURAO DE PIACAVA, TIPO GARI, BASE E CABO DE MADEIRA; CABO MiNIMO 1,20 MTS E BASE 60 CM. - Valor Referência: R$ 30,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BRASIL	BRASIL	254,0000	7.620,00
Item: 0068 - 0005548 - BOTINA, em latex cano longo na cor branca, resistente para uso hospitalar. Em tamanhos variados. - Valor Referência: R$ 61,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CARTOM	CARTOM	121,0000	7.453,60
Item: 0070 - 0014838 - SABONETE INFANTIL 90 g, aspecto fisico solido, glicerinado com perfumes variados. - Valor Referência: R$ 6,07					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BARUEL	BARUEL	182,0000	1.101,10
Item: 0071 - 0014853 - AMACIANTE DE ROUPA, aspecto fisico liquido viscoso, composicao tensoativo nao ionico, coadjuvante, alcalinizante, aplicacao artigos texteis, caracteristicas adicionais liquido concentrado, soluvel em agua, base neutra, frasco com 02 litros. - Valor Referência: R$ 10,60					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP	DESOLIMP	220,0000	1.628,00
Item: 0072 - 0014812 - COLONIA INFANTIL, Dermatologicamente testada e hipoalergica, sem alcool, com registro no Ministerio da Saude. Embalagem com 200 ml. - Valor Referência: R$ 32,22					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	JOÃO E MARIA JOÃO E MARIA		265,0000	8.533,00
Item: 0073 - 0014821 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, pacote com no minimo 30 fraldas, tamanho M, 06 - 10 kg, com barreiras anti-vazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao - Valor Referência: R$ 48,21					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CREMER	CREMER	150,0000	7.230,00
Item: 0074 - 0014822 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, pacote com no minimo 30 fraldas, tamanho G, 09 - 13 kg, com barreiras anti-vazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao - Valor Referência: R$ 49,09					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CREMER	CREMER	250,0000	12.250,00
Item: 0075 - 0014823 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, pacote com no minimo 30 fraldas, tamanho XG, 12 - 15 kg, com barreiras anti-vazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao - Valor Referência: R$ 49,08					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CREMER	CREMER	250,0000	12.250,00
Item: 0076 - 0014856 - FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA, TAMANHOS M, G e GG pacotes com 08 unidades, com barreiras antivazamento, camada antieterno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao tecido de - Valor Referência: R$ 32,57					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	CREMER	CREMER	50,0000	1.625,00
Item: 0077 - 0014824 - HASTES FLEXiVEIS DE ALGODAO, antialergico, embalagem com 75 unidades. - Valor Referência: R$ 5,46					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	COTTON	COTTON	150,0000	817,50
Item: 0078 - 0014842 - SHAMPOO INFANTIL, antialergico, embalagem de 500ml. - Valor Referência: R$ 19,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	FLORA NENEM FLORA NENEM		160,0000	3.132,80
Item: 0080 - 0014814 - CREME DENTAL, bisnaga com 90 gramas. - Valor Referência: R$ 6,33					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	EVEN	EVEN	50,0000	316,00
Item: 0081 - 0014846 - INSETICIDA, tubo nao inferior a 300 ml, validade Minima de 12 meses, Registro no MS, em aerosol, o produto deve combater mosquitos, pernilongos, baratas, moscas e formigas. - Valor Referência: R$ 20,43					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	KELLTHINE	KELLTHINE	100,0000	2.042,00
Item: 0082 - 0014847 - TOALHA DE BANHO, material 100% algodao, dimensoes 60 cm x 120 cm. - Valor Referência: R$ 28,99					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VIA CENTER TECIDOS PERFUMARIA LTDA (27.246.632/0001-96)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TECELAGEM JOÃO	SÃO TECELAGEM SÃO JOÃO	80,0000	2.296,00
Item: 0083 - 0014848 - TOALHA DE ROSTO, felpuda em algodao TAM tradicional - Valor Referência: R$ 16,68					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VIA CENTER TECIDOS PERFUMARIA LTDA (27.246.632/0001-96)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TECELAGEM JOÃO	SÃO TECELAGEM SÃO JOÃO	200,0000	2.380,00
Item: 0084 - 0014849 - ISQUEIRO BIC Modelo Maxi, Modelo j6 - Valor Referência: R$ 5,99					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	BIC	BIC	150,0000	897,00
Item: 0085 - 0009047 - MANGUEIRA, a mangueira com 3 camadas distintas: a camada interna em pvc, a intermediaria em poliester trancado e a externa em pvc nao inferior a 20 metros. - Valor Referência: R$ 194,42					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
J R PEREIRA LTDA (55.327.679/0001- 10)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	TRAMOTINA	TRAMOTINA	15,0000	2.910,00
Item: 0086 - 0014852 - POLIDOR DE ALUMiNIO, liquido para limpeza de utensilios de cozinha, remove sujeiras e manchas dando brilho aos utensilios de metal. FR com 500 ml. - Valor Referência: R$ 5,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (07.379.771/0001-80)	Adjudicado em: 08/10/2026 - 12:59:41 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	DESOLIMP Autoridade Competente	DESOLIMP	300,0000	1.494,00

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:CFBA94D2

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Registro de Preços Eletrônico - 23/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - 0014777 - ACIDO MURIATICO, aspecto fisico liquido, composicao acido: sulfonico, fluoridrico, muriatico, soluvel em agua, aplicacao limpeza em geral, frasco contendo 1litro. - LIMPA FACIL - Valor Referência: R$ 6,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	6,07	5.614,75	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0002 - 0014778 - AGUA SANITARIA, composicao quimica hipoclorito de sodio, hidroxido de sodio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, densidade de 1,20 a 1, cor incolor, aplicacao lavagem e alvejante de roupas, banheiras e pias, frasco contendo 1litro. - TOP CLEAR - Valor Referência: R$ 3,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	2,20	21.524,80	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0003 - 0014779 - ALCOOL ETiLICO liquido para limpeza de ambientes, tipo etilico hidratado, limpido, incolor, volatil, minimo de 70% P/P INPM, frasco contendo 1 litro. - TOP CLEAR - Valor Referência: R$ 13,23			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	13,22	67.871,48	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0004 - 0014780 - ALCOOL GEL, etilico p/ limpeza de ambientes, tipo gel, composicao hidroalcoolica, aparencia visual gel, aplicacao produto limpeza domestica, concentracao 70%, odor eucalipto ou lavanda, frasco contendo 1 litro. - POLLUX - Valor Referência: R$ 19,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	19,64	28.399,44	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0005 - 0007439 - AVENTAL, em PVC, dupla face, medidas minimas: 120 (A) x 70 (L) cm, impermeavel a liquidos, com tiras de ajuste do mesmo material, na cor branca ou transparente. - FLANEBERG - Valor Referência: R$ 11,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	11,13	2.081,31	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0006 - 0014808 - BACIA, material plastico resistente capacidade para 14 litros. - BRASIL - Valor Referência: R$ 21,06			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	21,00	2.079,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0007 - 0014781 - BACIA, material plastico, capacidade para de 8 litros. - BRASIL - Valor Referência: R$ 13,83			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	13,82	1.395,82	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0008 - 0014809 - BACIA, material plastico, capacidade para de 24 litros. - BRASIL - Valor Referência: R$ 27,45			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	27,44	2.716,56	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0009 - 0014782 - BALDE PLASTICO COM ALCA, material plastico resistente, capacidade de 12 litros. - BRASIL - Valor Referência: R$ 20,25			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	20,20	2.747,20	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0010 - 0014810 - BALDE PLASTICO COM ALCA, material plastico, resistente, capacidade de 20 litros. - BRASIL - Valor Referência: R$ 27,61			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	27,60	4.167,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0011 - 0007518 - BALDE, material plastico, capacidade de 15 litros, material alca arame galvanizado, cor natural. - BRASIL - Valor Referência: R$ 22,49			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	22,48	3.102,24	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0012 - 0014811 - BORRIFADOR: em plastico graduado transparente, tipo borrifador material plastico tipo spray contendo bico borrifador, nao transparente (nao permita entrada de luz) com capacidade com 500ml. Frasco - NOBRE - Valor Referência: R$ 13,51			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	13,50	2.079,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0013 - 0014783 - CERA LiQUIDA, Aplicacao pisos ceramicos, granitos, marmore e Paviflex. Cor: incolor/ amarela/ vermelha. Frasco com 750 ml. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero do lote, validade e numero de registro. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 7,42			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	4,90	2.690,10	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0014 - 0014815 - DESINFETANTE BACTERICIDA, tensoativo nao ionico, quaternario de amonia, essencia lavanda, jasmim ou eucalipto, frasco com 2 litros. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 10,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	7,39	21.977,86	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0015 - 0014784 - DESINFETANTE DE PINHO, tipo pinho sol ou similar, nao inferior a 500 ml, referencia pinho sol ou similar. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 6,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	3,40	5.589,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0016 - 0014785 - DESODORIZADOR AMBIENTAL, essencia lavanda, brisa do mar ou floral, apresentacao aerossol, aplicacao aromatizador ambiental, sem CFC, tubo com 400 ml. - BOM AR - Valor Referência: R$ 18,88			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	18,87	13.869,45	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0017 - 0014816 - DETERGENTE componente ativo linear alquibenzeno, sulfonato de sodio, p/ remocao de gorduras de loucas, talheres e panelas, aroma natural, contem tensoativo biodegradavel, Frasco com 02 litros. -			

DESOLIMP - Valor Referência: R$ 9,85			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	6,90	12.351,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0018 - 0014817 - DETERGENTE, componente ativo linear alquibenzeno, sulfonato de sodio, p/ remocao de gorduras de loucas, talheres e panelas, aroma natural, contem tensoativo biodegradavel, Frasco com 05 litros. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 20,96			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	10,86	9.687,12	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0019 - 0014818 - ESCOVA LIMPEZA DELICADA Com cerdas macias e ideal para limpezas delicadas. Dimensoes:4,5cm x 9,5cm x 2,5cm. - NOVIÇA - Valor Referência: R$ 10,15			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	10,14	1.054,56	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0020 - 0014819 - ESCOVA PARA VASO SANITARIO, cabo plastico e cerdas sinteticas. - CONDOR - Valor Referência: R$ 14,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	14,73	2.180,04	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0021 - 0008434 - ESCOVAO PLASTICO PARA LIMPEZA EM GERAL, OVAL, CERDAS E SUPORTE PLASTICO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 12X6X4CM. - CONDOR - Valor Referência: R$ 8,09			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	8,08	614,08	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0022 - 0014787 - ESPANADOR DE PO, pelos resistentes. Com cabo de no minimo 40 cm. - DUSTER - Valor Referência: R$ 23,62			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	23,61	1.251,33	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0023 - 0014820 - ESPONJA DE LA DE ACO, esponja de la de aco carbono, textura macia e isenta de sinais de oxidacao, Pct c/ 8 unidades. - ASSOLAN - Valor Referência: R$ 3,15			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	3,14	2.323,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0024 - 0014788 - ESPONJA DE LOUCA DUPLA FACE, em espuma poliuretano, 01 face fibrosa abrasiva para limpeza pesada e outra macia para superficie delicada, Medindo: 110 X 70mm X 20mm, pacote com 3 unidades. - GUARANI - Valor Referência: R$ 7,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	7,72	9.595,96	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0025 - 0014789 - FLANELA PARA LIMPEZA, 100% de algodao, cor amarela de tom forte, lisa, medindo 56x38cm. - FLANEBERG - Valor Referência: R$ 4,48			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	2,50	1.377,50	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0026 - 0014790 - FOSFORO (MACO) Cada palito deve ter no minimo 15 mm de comprimento, excluindo a cabeca. As cabecas nao devem estar coladas umas as outras. Todos os palitos de fosforos devem ter uma cabeca de dimensoes compativeis, entre 3mmm e 8mmm para fosforos convenci - BILLA - Valor Referência: R$ 4,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	4,74	929,04	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0027 - 0014825 - LIMPA PISO DILUIVEL, detergente para remocao de sujeiras de pisos, PH neutro (7.0), Fragrancia de Limao, Erva Doce, lavanda ou jasmim, biodegradaveis, frasco com 500 ml. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 4,23			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	3,15	7.383,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0028 - 0014826 - LIMPA CERAMICAS E AZULEJOS, Tipo AZULIM ou Similar produto biodegradavel, caracteristicas fisico quimicas, acidez: 3,6 4,0 ml (NaOH 0,2N), odor: perfumado, cor: azul, composicao: acido sulfonico, coadjuvante, tensoativo nao ionico, fragrancia, corante - AZULIM - Valor Referência: R$ 13,40			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	13,39	9.319,44	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0029 - 0014827 - LIMPA VIDROS, tubos nao inferiores a 500 ml, acondicionados em caixas de papelao devidamente identificadas. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 11,94			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	5,90	672,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0030 - 0014828 - LIMPADOR MULTIUSO, utilizado para limpeza azulejos, plasticos e esmaltados, fogoes e superficies lavaveis. indicado para remover gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos, riscos de lapis. aroma campestre. sem a presenca de amonia. Frasco com - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 8,11			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	5,40	4.730,40	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0031 - 0014791 - LIXEIRA COM PEDAL, material plastico. Capacidade para 50 litros, tipo fechada com tampa de dobradica, haste e pedal/acionamento tampa da por pe. - BRASIL - Valor Referência: R$ 150,22			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	150,20	25.984,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0032 - 0014829 - LIXEIRA EM PLASTICO, material plastico, capacidade para 30 litros, tipo fechada com tampa de dobradica, haste e pedal/acionamento da tampa por pe. - BRASIL - Valor Referência: R$ 97,21			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	97,20	13.413,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0033 - 0014792 - LIXEIRA EM PLASTICO reforcado, pequena, tipo grade, capacidade para 15 litros. - BRASIL - Valor Referência: R$ 12,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	12,29	1.204,42	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0034 - 0014830 - LUSTRA MOVEIS. Emulsao aquosa cremosa, componentes ceras naturais, aroma lavanda, aplicacao moveis e superficies lisas, frasco nao inferior 200ml. - YPE - Valor Referência: R$ 12,68			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	12,67	2.141,23	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0035 - 0005551 - LUVA MULTIUSO DE LATEX, para limpeza em geral, com antiderrapante em forma de colmeia na face palmar, material em latex natural, embalagem com certificado de avaliacao do ministerio do trabalho. P, M, G e GG. - DANY - Valor Referência: R$ 9,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	9,07	2.875,19	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0036 - 0005552 - LUVA PVC, com forro, flocos de algodao tipo da palma da luva: antiderrapantes, embalagem com certificado de avaliacao do ministerio do trabalho. M, G e GG. - KALIPSO - Valor Referência: R$ 27,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	27,15	5.077,05	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0037 - 0014831 - MASCARAL DE PROTECAO FACIAL TIPO KN95 - com 4 camadas de protecao com clip nasal protecao para resistir a 95% de particulas nao oleosas, poeira, polen, poluicao atmosferica e outros contaminantes, protecao contra residuos nao atoxicos e nao fibrogenicos de poeira ou aerossois. Evitando assim a inalacao desses odores irritantes sem odor, nao alergico e nao irritante. Caixa com, no minimo, 10 unidades. - MEDIX - Valor Referência: R$ 31,03			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	31,00	12.059,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0038 - 0014832 - NAFTALINA SOLIDA EM PASTILHAS, embalagem plastica resistente de 50g. data da embalagem nao superior a 30 dias. - SANILAR - Valor Referência: R$ 4,04			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	4,03	1.438,71	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0039 - 0014833 - PA COLETORA DE LIXO, cabo dobravel de madeira revestido de plastico, para facilitar o armazenamento, fecha automaticamente quando erguida do chao, equipada com rodinhas para facilitar transporte. - BRASIL - Valor Referência: R$ 70,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	70,65	10.456,20	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0040 - 0014834 - PA COLETORA DE LIXO, tipo novica, material plastico, cabo longo de madeira revestido de plastico, dimensoes: 26cm x 25cm x 8,5cm. - NOVIÇA - Valor Referência: R$ 20,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	20,73	4.311,84	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0041 - 0014793 - PANO DE PRATO, em tecido 100% algodao alvejado, com alto nivel de absorcao, tamanho aproximado 45 x 60 cm, devidamente a banhado, estampas variadas. - BRASIL - Valor Referência: R$ 5,52			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	5,40	2.430,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0042 - 0014794 - PANO ESTOPA FLANELADO, para limpeza de piso, com bordas costurada medindo aproximadamente 44cm x 77cm, duplo, 100% algodao. - BRILHUS - Valor Referência: R$ 7,28			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	7,20	4.212,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0043 - 0014795 - PANO ESTOPA DUPLO, para limpeza de piso, tipo saco com bordas costurada, medindo aproximadamente 44cm x 77cm, duplo, 100% algodao. - TEXTIL PRIMUS - Valor Referência: R$ 10,47			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	10,40	3.952,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros

0044 - 0014796 - PANO MULTIUSO, material fibra poliester e celulose, tamanho minimo 30 x 60 cm, alto grau absorcao, sem desprendimento particula, p/ limpeza bancada, pia, equipamentos. Pacote com 05 und. - BRILHUS - Valor Referência: R$ 10,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	10,16	2.255,52	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0045 - 0014835 - PAPEL ALUMiNIO, rolo medindo 30 cm X 7,5 Mts. - WYDA - Valor Referência: R$ 7,34			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	7,33	733,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0046 - 0014836 - PAPEL FILME PVC Transparente, rolo medindo 40 cm X 100 Mts. - GUARUFILME - Valor Referência: R$ 24,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	24,32	2.967,04	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0047 - 0014797 - PAPEL HIGIENICO, folha picotada, fardo c/ 64 rolos, medindo 10 cm X 30 Mts, gofrado, branco, 100% celulose, folhas simples. - COALA - Valor Referência: R$ 67,09			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	67,08	41.723,76	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0048 - 0014798 - PAPEL TOALHA, rolo com 50 toalhas, folhas picotadas, tamanho 20,5 cm x 19,00 cm, fardo com 24 rolos. - BONA MESA - Valor Referência: R$ 62,13			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	62,12	99.826,84	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0049 - 0009366 - PASTILHA SANITARIA, desodorizador sanitario, peso liquido minimo 25 g, aspecto fisico tablete solido, c/ suporte plastico para vaso sanitario. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 4,31			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	2,40	1.689,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0050 - 0014799 - RODO, com cabo de madeira revestido em plastico, com rosca, suporte de plastico medindo no minimo 30cm, 02 borrachas. - ALGOBOM - Valor Referência: R$ 11,96			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	11,95	2.808,25	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0051 - 0014800 - RODO, com cabo de madeira revestido em plastico, com rosca, suporte de plastico medindo no minimo 40cm, 02 borracha. - NOVIÇA - Valor Referência: R$ 14,02			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	14,00	3.962,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0052 - 0014837 - SABAO DE COCO, em barra com 200 g, com embalagem plastica. - TOP CLEAR - Valor Referência: R$ 4,61			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	4,60	1.219,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0053 - 0014801 - SABAO EM BARRA GLICERINADO, NEUTRO, barra com 900 g. com embalagem plastica. - TOP CLEAR - Valor Referência: R$ 17,65			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	17,64	12.048,12	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0054 - 0009837 - SABAO EM PO, embalagem (caixa/pacote) de 1kg. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero de reglstro no ministerio da saude. - TIXAN YPE - Valor Referência: R$ 12,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	12,62	20.595,84	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0055 - 0014854 - SABONETE LiQUIDO, embalagem de 1 litro. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero do lote e validade. - LUX - Valor Referência: R$ 16,86			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	16,85	3.673,30	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0056 - 0014839 - SABONETE LiQUIDO, embalagem e de 05 litros. A embalagem devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, numero do lote e validade. - PALMOLIVE - Valor Referência: R$ 47,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	47,29	37.595,55	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0057 - 0014840 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado e de alta qualidade, resistente e reforcados; 75cm x 1,05cm, espessura de 0,08 mm, com capacidade de 100 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - RAVA - Valor Referência: R$ 72,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	72,00	149.184,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0058 - 0014803 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado e de alta qualidade, dimensoes; 35cm x 45cm, espessura de 0,04 mm, com capacidade de 40 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - RAVA - Valor Referência: R$ 53,18			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	53,00	41.976,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0059 - 0014804 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado, e de alta qualidade, dimensoes; 59cm x 62cm, espessura de 0,04mm, com capacidade de 30 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - RAVA - Valor Referência: R$ 50,85			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	50,00	80.500,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0060 - 0014805 - SACO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado e de alta qualidade, dimensoes; 63cm x 80cm, espessura de 0,04mm, com capacidade de 50 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - RAVA - Valor Referência: R$ 59,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	59,00	148.208,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0061 - 0014806 - SACO PLASTICO PARA LIXO, em material plastico reciclado, reforcado, e de alta qualidade, dimensoes; 70cm x 80cm, espessura de 0,08mm, com capacidade para 60 litros. Pacote contendo 100 Und. Conforme normas da ABNT. - RAVA - Valor Referência: R$ 64,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	64,19	40.824,84	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0062 - 0014841 - SACO PLASTICO PICOTADO, transparente, medindo 30x40cm capacidade 1kg. Rolo com 500 sacos picotados. - PACK ROLL - Valor Referência: R$ 25,37			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	25,35	11.458,20	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0063 - 0014843 - TAMBOR DE LIXO COM TAMPA em material plastico resistente, com capacidade para 60 litros. - ARGPLAST - Valor Referência: R$ 55,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	55,90	8.329,10	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0064 - 0014844 - TOUCA DESCARTAVEL SANFONADA, para utilizacao na cozinha (manipulacao de alimentos), pct c/100 Unid. - VABENE - Valor Referência: R$ 31,82			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	31,80	36.093,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0065 - 0014855 - VASSOURA DE PIACAVA, material cerdas de piacava, cabo madeira medindo minimo de 1,20 Mts, revestido de plastico, comprimento cerdas minimo 15 cm. - BRASIL - Valor Referência: R$ 25,14			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	25,00	5.175,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0066 - 0014807 - VASSOURA COM CERDAS DE NYLON, com cerdas de nylon, minimo de 30cm, cabo em madeira revestido de plastico, medindo minimo de 1,20 Mts, cerdas com comprimento minimo de 15cm. - BRASIL - Valor Referência: R$ 23,92			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	23,90	27.508,90	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0067 - 0010441 - VASSOURAO DE PIACAVA, TIPO GARI, BASE E CABO DE MADEIRA; CABO MiNIMO 1,20 MTS E BASE 60 CM. - BRASIL - Valor Referência: R$ 30,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	30,00	7.620,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0068 - 0005548 - BOTINA, em latex cano longo na cor branca, resistente para uso hospitalar. Em tamanhos variados. - CARTOM - Valor Referência: R$ 61,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	61,60	7.453,60	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0070 - 0014838 - SABONETE INFANTIL 90 g, aspecto fisico solido, glicerinado com perfumes variados. - BARUEL - Valor Referência: R$ 6,07			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	6,05	1.101,10	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0071 - 0014853 - AMACIANTE DE ROUPA, aspecto fisico liquido viscoso, composicao tensoativo nao ionico, coadjuvante, alcalinizante, aplicacao artigos texteis, caracteristicas adicionais liquido concentrado, soluvel em agua, base neutra, frasco com 02 litros. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 10,60			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	7,40	1.628,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros

0072 - 0014812 - COLONIA INFANTIL, Dermatologicamente testada e hipoalergica, sem alcool, com registro no Ministerio da Saude. Embalagem com 200 ml. - JOÃO E MARIA - Valor Referência: R$ 32,22			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	32,20	8.533,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0073 - 0014821 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, pacote com no minimo 30 fraldas, tamanho M, 06 - 10 kg, com barreiras anti-vazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao - CREMER - Valor Referência: R$ 48,21			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	48,20	7.230,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0074 - 0014822 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, pacote com no minimo 30 fraldas, tamanho G, 09 - 13 kg, com barreiras anti-vazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao - CREMER - Valor Referência: R$ 49,09			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	49,00	12.250,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0075 - 0014823 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, pacote com no minimo 30 fraldas, tamanho XG, 12 - 15 kg, com barreiras anti-vazamento, camada anti-retorno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao - CREMER - Valor Referência: R$ 49,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	49,00	12.250,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0076 - 0014856 - FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA, TAMANHOS M, G e GG pacotes com 08 unidades, com barreiras antivazamento, camada antieterno fitas adesivas com adesivos termoplasticos, elasticos nas laterais. Composicao: polpa de celulose, polipropileno, nao tecido de - CREMER - Valor Referência: R$ 32,57			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	32,50	1.625,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0077 - 0014824 - HASTES FLEXiVEIS DE ALGODAO, antialergico, embalagem com 75 unidades. - COTTON - Valor Referência: R$ 5,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	5,45	817,50	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0078 - 0014842 - SHAMPOO INFANTIL, antialergico, embalagem de 500ml. - FLORA NENEM - Valor Referência: R$ 19,59			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	19,58	3.132,80	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0080 - 0014814 - CREME DENTAL, bisnaga com 90 gramas. - EVEN - Valor Referência: R$ 6,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	6,32	316,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0081 - 0014846 - INSETICIDA, tubo nao inferior a 300 ml, validade Minima de 12 meses, Registro no MS, em aerosol, o produto deve combater mosquitos, pernilongos, baratas, moscas e formigas. - KELLTHINE - Valor Referência: R$ 20,43			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	20,42	2.042,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0082 - 0014847 - TOALHA DE BANHO, material 100% algodao, dimensoes 60 cm x 120 cm. - TECELAGEM SÃO JOÃO - Valor Referência: R$ 28,99			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
VIA CENTER TECIDOS PERFUMARIA LTDA	28,70	2.296,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0083 - 0014848 - TOALHA DE ROSTO, felpuda em algodao TAM tradicional - TECELAGEM SÃO JOÃO - Valor Referência: R$ 16,68			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
VIA CENTER TECIDOS PERFUMARIA LTDA	11,90	2.380,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0084 - 0014849 - ISQUEIRO BIC Modelo Maxi, Modelo j6 - BIC - Valor Referência: R$ 5,99			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	5,98	897,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0085 - 0009047 - MANGUEIRA, a mangueira com 3 camadas distintas: a camada interna em pvc, a intermediaria em poliester trancado e a externa em pvc nao inferior a 20 metros. - TRAMOTINA - Valor Referência: R$ 194,42			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J R PEREIRA LTDA	194,00	2.910,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0086 - 0014852 - POLIDOR DE ALUMiNIO, liquido para limpeza de utensilios de cozinha, remove sujeiras e manchas dando brilho aos utensilios de metal. FR com 500 ml. - DESOLIMP - Valor Referência: R$ 5,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DESOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	4,98	1.494,00	Homologado em 08/10/2026 13:00:01 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br			
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/10/2026 às 13:00:20.			
Código verificador: 19F0F91			

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:C526A60C

